



# COLETÂNEA CIENTÍFICA EVOLUÇÃO

Vol. 1

## ORGANIZADORES:

José Shirley Pessoa do Nascimento  
Fernanda Soares de Sousa  
Marília Maria de Jesus Queiroz  
Francisco Edmilson Dias Araújo  
Rafael Tavares Silveira Silva  
Mary Carneiro de Paiva Oliveira



# COLETÂNEA CIENTÍFICA EVOLUÇÃO

## **ORGANIZADORES:**

José Shirley Pessoa do Nascimento  
Fernanda Soares de Sousa  
Marília Maria de Jesus Queiroz  
Francisco Edmilson Dias Araújo  
Rafael Tavares Silveira Silva  
Mary Carneiro de Paiva Oliveira

**Pau dos Ferros - RN  
2023**



FACULDADE EVOLUÇÃO ALTO OESTE POTIGUAR – FACEP



COORDENAÇÃO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FACULDADE EVOLUÇÃO – COPEX

### ORGANIZAÇÃO:

José Shirley Pessoa do Nascimento  
Fernanda Soares de Sousa  
Marília Maria de Jesus Queiroz  
Francisco Edmilson Dias Araújo  
Rafael Tavares Silveira Silva  
Mary Carneiro de Paiva Oliveira

### EDIÇÃO GRÁFICA

José Shirley Pessoa do Nascimento  
José Gabriel da Silva

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C694

Coletânea Científica Evolução [recurso eletrônico]. / Organização de José Shirley Pessoa do Nascimento, Fernanda Soares de Sousa, Marília Maria de Jesus Queiroz, Francisco Edmilson D. Araújo, Rafael Tavares Silveira Silva, Mary Carneiro de Paiva Oliveira. Pau dos Ferros: Even3, 2023.

681 p.

Vários autores

ISBN: 978-85-5722-684-5

1. Pesquisa. 2. Extensão. 3. Interdisciplinaridade. I. Nascimento, José Shirley Pessoa do. II. Sousa, Fernanda Soares de. III. Queiroz, Marília Maria de Jesus. IV. Francisco Edmilson D. V. Silva, Rafael Tavares Silveira. VI. Oliveira, Mary Carneiro de Paiva.

CDU 37

Bibliotecária: Francismeiry Gomes de Oliveira CRB 15/869

## *Sumário*

### **APRESENTAÇÃO**

#### **I SEÇÃO: Pesquisas em Administração ..... 6**

OS IMPACTOS DOS ESTILOS DE LIDERANÇA NA MOTIVAÇÃO E NO CLIMA ORGANIZACIONAL DO AMBIENTE DE TRABALHO DE UM SUPERMERCADO DA CIDADE DE SÃO MIGUEL – RN.....	7
DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO ALCANCE DE INDICADORES DO SELO UNICEF .....	35
PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO REMOTO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS EM UMA EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES EM PEREIRO/CE.....	57
A CONTRIBUIÇÃO DO TREINAMENTO PARA O ATENDIMENTO AO CLIENTE NO SUPERMERCADO X EM PAU DOS FERROS-RN .....	80
O PAPEL DA GESTÃO PÚBLICA HOSPITALAR NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE: ESTUDO EM UMA UNIDADE DA VI REGIÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE .....	103
SISTEMA DE INFORMAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE UM NOVO SISTEMA DE GESTÃO ACADÊMICA EM UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO SUPERIOR .....	129

#### **II SEÇÃO: Pesquisas em Direito..... 147**

A LINHA TÊNUE ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DISCURSO DE ÓDIO NO ÂMBITO VIRTUAL BRASILEIRO.....	148
O CÁRCERE MATERNO E OS DIREITOS DA MULHER PRESA NO RIO GRANDE DO NORTE SOB A ÓTICA DAS REGRAS DE BANGKOK.....	172
A APLICAÇÃO DA LEI 13.431/17 NOS CASOS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A PREVENÇÃO DA REVITIMIZAÇÃO .....	188
A VITIMIZAÇÃO SECUNDÁRIA E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL DA MULHER PELO JUDICIÁRIO NO CRIME DE ESTUPRO: UMA ANÁLISE À LUZ DA LEI Nº 14.245/21 (LEI MARIANA FERRER). 200	
RESPONSABILIDADE CIVIL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS: UMA ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DOS DIGITAIS INFLUENCERS NA VIDA DOS CONSUMIDORES.....	227
O PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE E OS LIMITES DAS EVOLUÇÕES DE RISCOS SOCIAIS EM RELAÇÃO AO SEGURADO ESPECIAL PESCADOR .....	243
RECEPTAÇÃO: UMA ANÁLISE ACERCA DO AUMENTO DA CRIMINALIDADE RELACIONADO AO DELITO CAPITULADO NO ART. 180 DO CÓDIGO PENAL.....	259
PROTEÇÃO SOCIAL DO TRABALHADOR E ANÁLISE DACOISA JULGADA: JULGAMENTO DO PEDIDO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL POR FALTA DE PROVAS .....	272
AS AUDIÊNCIAS TELEPRESENCIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO ENQUANTO INSTRUMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO BRASILEIRO .....	292
A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PONDERAÇÃO NO CONFLITO ENTRE O MÍNIMO EXISTENCIAL E A RESERVA DO POSSÍVEL EM RELAÇÃO AO DIREITO À SAÚDE.....	310

#### **III SEÇÃO: Pesquisas em Enfermagem..... 330**

O PAPEL DO ENFERMEIRO FRENTE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA VIVENCIADA POR PACIENTES: UMA REVISÃO DE LITERATURA .....	331
O CONSUMO DE ÁLCOOL PELOS ADOLESCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19	345
ESTUDO SOBRE A PERDA AUDITIVA INDUZIDA POR RUÍDOS NA SAÚDE DO TRABALHADOR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA .....	361
OS DESAFIOS DE ENFRENTAMENTO À COVID-19 NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: REVISÃO INTEGRATIVA .....	378
DESAFIOS DA POPULAÇÃO TRANS NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA.....	394
CARACTERIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA SURDA .....	404
O ENFERMEIRO FRENTE ÀS DIFICULDADES NA ADESÃO AO EXAME PAPANICOLAU NA APS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA .....	419
<b>IV SEÇÃO: Pesquisas em Pedagogia.....</b>	<b>431</b>
EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO DENTRO DA LUDICIDADE.....	432
O CONSUMO DE ÁLCOOL PELOS ADOLESCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19	449
DIAGNÓSTICO TARDIO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): IMPACTOS NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO MUNICÍPIO DE FELIPE GUERRA/RN .....	477
CONTEXTOS LITERÁRIOS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA .....	502
AS LIÇÕES DO CONTO DE FADAS PETER PAN: REFLEXÕES E PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL .....	523
A IMPLANTAÇÃO DA BNCC NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA .....	541
O PAPEL DO EDUCADOR NO ATO DE CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	558
<b>V SEÇÃO: Pesquisas em Psicologia.....</b>	<b>569</b>
ALGORITMOS PARA O SUJEITO: A FORMAÇÃO DE SUBJETIVIDADES COM AS MÍDIAS SOCIAIS .....	570
“EU SEI QUE A GENTE SE ACOSTUMA, MAS NÃO DEVIA”: UMA PESQUISA DOCUMENTAL ACERCA DA MORTE, SUAS NUANCES E CICATRIZES EM UM CENÁRIO PANDÊMICO .....	593
SAÚDE MENTAL DOS TRABALHADORES DE SAÚDE EM TEMPOS DA COVID-19 .....	616
AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA.....	638
DESLIGAMENTO HUMANIZADO: UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS PARA A EMPRESA E COLABORADOR GERADOS PELA SUA AUSÊNCIA .....	659

## **APRESENTAÇÃO**

É com imensa satisfação que a Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar – FACEP, através da sua Coordenação de Pesquisa e Extensão -COPEX, lança o primeiro volume do *e-book* COLETÂNEA CIENTÍFICA EVOLUÇÃO.

O e-book consiste em uma iniciativa das coordenações dos cursos de graduação da FACEP em conjunto à COPEX, de modo a valorizar a produção acadêmica da instituição, ao mesmo tempo estimular a pesquisa científica no Alto Oeste Potiguar, bem como em localidades circunvizinhas do Ceará e Paraíba, ao qual a faculdade abrange.

A produção conta com um compilado de produções entre discentes e docentes nas áreas de ciências sociais, humanas, educação e saúde, divididas em cinco seções que abordam pesquisas realizadas pelos cursos de graduação em Administração, Direito, Enfermagem, Pedagogia e Psicologia, composta de capítulos de diversos artigos produzidos nos últimos anos. Aos autores, nossa gratidão pelo empenho nas produções!

Que esta coletânea seja mais um mecanismo de alavancagem científica e profissional da nossa comunidade acadêmica, prezando sempre pelo desenvolvimento local das regiões onde a FACEP possui capilaridade, provando que é possível se fazer ciência em territórios longínquos aos grandes centros.

Desejamos boas leituras!

Pau dos Ferros – RN, Março de 2023

**Genisa Lima de Sousa Raulino**

*Diretora da Faculdade Evolução Alto Oeste Potiguar*

---

# *I SEÇÃO*

## *Pesquisas em Administração*

---

**OS IMPACTOS DOS ESTILOS DE LIDERANÇA NA MOTIVAÇÃO E NO CLIMA ORGANIZACIONAL DO AMBIENTE DE TRABALHO DE UM SUPERMERCADO DA CIDADE DE SÃO MIGUEL – RN**

Alyson Santiago de Souza Lima

Francisco Edmilson Dias Araújo

Francisco Fernando Pinheiro Leite

Anailza Feitoza dos Santos Monteiro

Emanuela Cristina Estevão Leite

**RESUMO**

Em uma empresa, cabe aos líderes a responsabilidade de guiar e coordenar os colaboradores a fim de extrair o máximo de comprometimento e produtividade para a organização. Entretanto, a depender da maneira como a liderança exercida é aplicada no ambiente de trabalho pode despertar diferentes comportamentos e sentimentos sobre a equipe, podendo levar a resultados positivos ou negativos para a empresa. O presente artigo tem como finalidade avaliar como o estilo de liderança aplicado pelos gestores pode influenciar na visão de motivação dos colaboradores e no clima organizacional. Para alcançar os objetivos propostos, esse trabalho usou de uma pesquisa exploratória e descritiva com uma abordagem qualitativa e quantitativa através de dois formulários com questões estruturadas, um para os líderes e outros para os colaboradores, aplicados de forma presencial. Os resultados da pesquisa permitiram identificar os estilos de liderança aplicado sobre a equipe da empresa, bem como os efeitos que ele exerce sobre a motivação e o clima organizacional dos colaboradores. Apesar de identificar muitos fatores positivos durante a análise dos dados, alguns pontos negativos ainda se mostraram evidentes, os quais demandaram cuidado e atenção por parte dos líderes. Contudo, foi possível constatar que a liderança se mostra eficiente em seu papel, conseguindo manter o comprometimento e a produtividade dos colaboradores, garantindo assim o alcance das metas e o sucesso da organização.

**Palavras-chave:** Gestão de equipes; Modelos de gestão; papeis gerenciais.

**THE IMPACTS OF LEADERSHIP STYLES ON THE MOTIVATION AND ORGANIZATIONAL CLIMATE OF THE WORK ENVIRONMENT OF A SUPERMARKET IN THE CITY OF SÃO MIGUEL – RN**

**ABSTRACT**

In a company, it is the responsibility of leaders to guide and coordinate employees in order to extract maximum commitment and productivity for the organization. However, depending on the way in which leadership exercised and applied in the work environment can arouse different behaviors and feelings on the team, which can lead to positive or negative results for the



company. This article aims to assess how the leadership style applied by managers can influence the view of employee motivation and the organizational climate. To achieve the proposed objectives, this work used an exploratory and descriptive research with a qualitative and quantitative approach through two forms with structured questions, one for the leaders and the other for the employees, applied in person. The research results made it possible to identify the leadership styles applied to the company's team, as well as the effects it has on the motivation and organizational climate of employees. Despite identifying many positive factors during data analysis, some negative points were still evident, which demanded care and attention on the part of leaders. However, it was possible to verify that the leadership is efficient in its role, managing to maintain the commitment and productivity of the employees, thus guaranteeing the achievement of the goals and the success of the organization.

**Keywords:** Team management; Management models; managerial roles.

## 1 INTRODUÇÃO

Em uma época em que o mundo empresarial se encontra em contínuo estado de mutação, o capital humano é um fator que tem demonstrado ser um verdadeiro diferencial, especialmente na hora de lidar com a competitividade comercial entre organizações (SILVA; PEIXOTO; BATISTA, 2011). A gestão de pessoas e a liderança são questões de suma importância no mundo corporativo e as organizações investem tempo e dinheiro na formação e desenvolvimento de líderes competentes com o único objetivo de extrair o potencial máximo da equipe, garantindo assim os melhores resultados de produção, qualidade, habilidade e economia (HOLSTEIN, 2017).

No que tange à produtividade e comprometimento de uma equipe, pode-se destacar a liderança como fator muito importante. Em uma empresa, o líder é aquele responsável por coordenar as atividades de sua equipe, delegando responsabilidades e trabalhando as capacidades individuais de modo a extrair o potencial máximo do seu grupo. Também cabe a ele o dever de garantir a produtividade e o bom desempenho da equipe, e através de estratégias de influência e motivação o líder busca levar os colaboradores a atingir as metas objetivos da organização (BUNN; FUMAGALLI, 2016).

Outro fator que se pode ressaltar é o clima organizacional. Sendo um dos principais pilares do desenvolvimento organizacional, ele é capaz de influenciar na motivação, comportamento, desempenho humano e na satisfação dos colaboradores com relação ao seu trabalho (SOUZA, 2019). Dessa forma, uma vez que o líder saiba gerenciar bem o clima organizacional da sua equipe, ele pode tornar o ambiente de trabalho mais produtivo e agradável.

Entretanto, apesar dos benefícios advindos da presença de um líder na empresa, Figueira (2020) ressalta que os diferentes estilos de liderança aplicados para coordenar a equipe ainda podem gerar reações adversas, podendo influenciar de maneira individual na qualidade de vida dos colaboradores no ambiente de trabalho, trazendo impactos positivos ou negativos à produtividade e à motivação. Diante disso, faz-se necessário a resolução da seguinte problemática: Como o estilo de liderança aplicado em um setor pode influenciar na visão de motivação dos colaboradores e em seu clima organizacional?

O objetivo geral dessa pesquisa é avaliar como o estilo de liderança aplicado pelos gestores pode influenciar na visão de motivação dos colaboradores e no clima organizacional. E tem como objetivos específicos: caracterizar os estilos de liderança aplicados pelos gestores; compreender como o estilo de liderança impacta na motivação da equipe; e analisar como o estilo de liderança afeta o clima organizacional dos colaboradores.

Partindo desse pressuposto, o presente estudo justifica-se na importância da análise das habilidades do líder e seu potencial de influenciar no ambiente de trabalho, de modo a motivar os colaboradores a alcançar os objetivos da organização. Consequentemente, esse estudo torna-se relevante para as empresas e seus gestores, que a partir de sua leitura podem dar mais atenção às estratégias de liderança aplicadas nas suas equipes e setores, a fim de aprimorar seus meios para trabalhar essas metodologias, de modo a proporcionar um melhor desempenho por parte dos seus colaboradores. Ele também contribui como fonte de subsídios técnicos e acadêmicos para aprimoramento dos conhecimentos na área da gestão de pessoas e como material de pesquisa para futuros trabalhos acadêmicos.

O presente trabalho se encontra dividido em algumas seções. Inicialmente apresenta-se um levantamento bibliográfico sobre o tema, em seguida são expostos os procedimentos metodológicos usados na pesquisa para então verificar as análises dos dados coletados e finalizar com os resultados obtidos no estudo e as considerações pertinentes.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Liderança**

Apesar de existirem vários conceitos a respeito da liderança, ainda não foi desenvolvida uma abordagem que seja ampla e universalmente aceita (CHIAVENATO, 2010). Em uma empresa, o líder é aquele responsável por coordenar as atividades de sua equipe, delegando responsabilidades e trabalhando as capacidades individuais de modo a extrair o potencial

máximo do seu grupo. Atuando como facilitador nas relações humanas através da estimulação e engajamento dos membros, permite que sua equipe tenha abertura e espaço para agir e debater (HOLSTEIN, 2017).

De acordo com Hunter (2004, p. 15) a liderança “é a habilidade de influenciar pessoas para trabalharem entusiasmadamente visando atingir os objetivos identificados como sendo para o bem comum”. Para o autor, o líder deve ser empático com sua equipe, desse modo ele conseguirá extrair a dedicação total dos colaboradores.

Liderança é o processo que busca trabalhar o comportamento e a mentalidade dos indivíduos no intuito de guiar suas ações até um determinado fim. Tratasse de um meio para se alcançar metas e objetivos por meio do direcionamento de outras pessoas. Aquele que consegue guiar os colaboradores na concretização de finalidades específicas é considerado um líder (MAXIMIANO, 2004).

Para DuBrin (2019) a liderança é capacidade de levar pessoas a buscarem objetivos que são mutuamente importantes para eles e para a empresa. Segundo o autor, a liderança se define como a habilidade de inspirar confiança e apoio entre as pessoas das quais a competência e comprometimento a organização depende.

Araújo e Garcia (2014) destacam que existem vários estilos de liderança que o gestor pode adotar, abordagens que se diferem principalmente nas atitudes do líder com sua equipe. Segundo os autores, entre as diversas metodologias de liderança, três estilos distintos se apresentam como os mais costumeiramente aplicados no meio organizacional pelos líderes nas situações mais distintas, são eles:

- Autocrático: tem um alto nível de intervenção do líder. Nessa metodologia o líder toma as decisões sem consultar sua equipe, designa os deveres de cada membro e define os meios e sanções para concretizar as tarefas atribuídas;
- Democrático: tem nível médio de intervenção do líder. Nesse estilo o líder permite um maior envolvimento dos colaboradores envolvendo-os no processo de tomada de decisão. Desse modo, a equipe tem mais participação na elaboração de programas de trabalho, atribuição de demandas e as decisões são tomadas com base da deliberação entres os membros do grupo;
- Liberal: tem nível de intervenção quase nulo. Nesse caso, o líder intervém apenas quando solicitado, deixando todo o poder de decisão nas mãos do grupo. Os colaboradores levantam as questões, discutem as soluções e tomam as decisões. O líder não interfere na distribuição de atividades, limitando-se a seus deveres pessoais, fornecendo informações, se a sua intervenção for requisitada.

Vergara (2013, p. 76) busca definir os três estilos de uma maneira mais simples através da linguagem popular. Desse modo, o autocrático representa perfeitamente o sentido do ditado “manda quem pode, obedece quem tem juízo”; o democrático é o que busca a participação da equipe; e o liberal – ou *laissez-faire* – é aquele conhecido por “deixar rolar”.

No ambiente de trabalho existem muitas variáveis que exercem influência sobre o estilo de liderança aplicado pelos líderes e gestores. Dentre elas aquelas que mais se destacam são o tempo, a complexidade das situações, a necessidade de engajamento dos colaboradores, o conhecimento sobre o assunto, o grau de maturidade da equipe, o instante de resolução dos problemas, o contexto em que a empresa se encontra e a personalidade dos líderes e gestores (TAJRA, 2016).

Segundo Bergamini (1994), a respeito das metodologias apresentadas é importante elucidar que não existe um único estilo ideal para se aplicar. Cabe ao líder usar suas habilidades e conhecimento para extrair o máximo de cada colaborador, e o resultado desse trabalho e o que dirá se sua liderança é adequada. Um bom líder é aquele que sabe ouvir e mudar sua opinião, ele influencia e também é influenciado por sua equipe.

Conforme a teoria da contingência, a abordagem de liderança está diretamente relacionada as situações específicas do ambiente e as características da equipe na qual é aplicada. Sendo assim, em momentos X um estilo pode ser o mais adequado, e em momentos Y não ser tão eficaz, levando à necessidade de outras abordagens. Desse modo, a liderança eficaz será relativa ao contexto e às necessidades e um bom líder será aquele que conseguir se adequar ao meio para não se tornar obsoleto (ESCORSIN; WALGER, 2017).

O papel de um bom líder é conhecer sua equipe de modo a saber conduzi-la. Cabe a ele o papel de guiar e orientar os colaboradores, a fim de alcançar os objetivos da empresa, garantir a harmonia do ambiente de trabalho e o aumento da sua produtividade. E para alcançar essas metas é preciso que o líder esteja familiarizado com as características e necessidades do seu grupo de modo a descobrir meios para motivá-los e melhorar sua relação com o ambiente de trabalho fornecido pela empresa.

## **2.2 Motivação**

Motivação é uma palavra derivada do termo em latim “*moveri*” que significa mover, sendo essa uma força de impulso indispensável a vida humana. Também é possível defini-la com um meio pelo qual um indivíduo possa trabalhar seus objetivos, de modo a lhes promover maior valor e importância (CRISÓSTOMO, 2008). Segundo Maximiano (2004), Robbins et al.

(2010) e Tajra (2016) a motivação é a energia ou força que movimenta o comportamento humano, de modo a satisfazer uma necessidade ou alcançar um objetivo pessoal ou comum. Segundo Maximiano (2004) essa força se divide em três propriedades distintas:

- Direção: o objetivo do comportamento motivado ou a direção para qual a motivação leva o comportamento;
- Intensidade: magnitude da motivação;
- Permanência: duração da motivação.

De acordo com Chiavenato (2009) o ciclo motivacional começa com o surgimento de uma necessidade, a qual agirá sobre o psicológico do indivíduo, o colocando em um estado de tensão que exigirá uma reação diante de um imprevisto ou um acontecimento desagradável. Se essa atitude satisfizer a necessidade, o sistema funcional do corpo volta ao estado anterior à frustração.

Vale ressaltar também a dinamicidade da motivação, a qual varia de pessoa para pessoa e em um único indivíduo de acordo com a situação em que ele se encontra. Isso é, em um dado momento o sujeito pode se encontrar em um estado de completa motivação, onde ele estará disposto a tudo para alcançar um objetivo ou sanar uma necessidade, já em um segundo momento ele não se encontra motivado. Sendo assim, a motivação pode ser entendida como fator variável, mudando conforme a situação, o meio e as características pessoais do indivíduo (TAJRA, 2016).

O assunto motivação é de suma importância para o aprimoramento pessoal e se destaca como um fator muito complexo e essencial para as organizações, que por sua vez, precisam compreender o que motiva cada colaborador a trabalhar com mais empenho. Desse modo, Chiavenato (2009), Robbins et al. (2010) e Vergara (2013) ressaltam a importância das teorias desenvolvidas buscando a explicação sobre os fatores motivacionais:

- Hierarquia das necessidades de Maslow: essa teoria apresenta as necessidades humanas em um esquema de divisão hierárquica onde aquelas apresentadas em um nível mais baixo devem ser satisfeitas antes das necessidades de nível mais alto. Segundo essa teoria, cada indivíduo tem de subir gradativamente os níveis de necessidades para atingir a sua plena autorrealização;
- Teoria dos dois fatores de Herzberg: uma teoria que divide os aspectos motivacionais em dois grupos de fatores: higiênicos (dizem respeito ao ambiente de trabalho no qual a pessoa está inserida) e motivacionais (relacionados às funções e cargo do profissional);

- Teoria da expectativa de Vroom: essa teoria explica que a motivação depende do produto entre a expectativa, a instrumentalidade e a valência. Segundo ela, a expectativa é a visão de que o esforço exercido sobre uma tarefa levará ao desempenho esperado, a instrumentalidade é a noção de que o desempenho proporcionará uma recompensa e a valência é o valor atribuído à recompensa recebida pelo indivíduo;
- Teoria das necessidades de McClelland: teoria que afirma que a realização (busca da excelência e sucesso pessoal, de se realizar com relação a determinados padrões), o poder (necessidade de fazer que os outros se comportem de um modo que não o fariam naturalmente) e a afiliação (desejo de relacionamentos interpessoais próximos e amigáveis) são três necessidades importantes que ajudam a explicar a motivação.

Em um ambiente de trabalho a motivação pode ser classificada de duas maneiras distintas: intrínseca e extrínseca. A motivação intrínseca está referente a fatores internos ao indivíduo com, por exemplo, a busca pela satisfação pessoal, autorrealização, autoconhecimento, ou mesmo pessoais, como a objetivos próprios. Por outro lado, quando se aborda a motivação extrínseca, o que está em destaque são fatores externos do ambiente onde o indivíduo se encontra, como recompensas e remuneração, o clima organizacional, treinamentos e benefícios (ARAUJO; GARCIA, 2014).

Entre as estratégias que a gestão pode aplicar a fim de motivar seus colaboradores, Robbins et al. (2010) destacam os programas de remuneração variável que visam recompensar funcionários por meios de variáveis como mérito, habilidade ou empenho; bonificações flexíveis como os pacotes de benefício ou cursos e treinamento; e recompensas intrínsecas como programas de reconhecimento onde o colaborador pode ser premiado e elogiado pelo seu empenho.

Barcellos e Pedroso (2012) destacam ainda mais o potencial das recompensas intrínsecas ao ressaltar os elogios como a fonte de motivação mais eficaz em um ambiente de trabalho. Segundo os autores, uma das características mais comuns entre os indivíduos em qualquer meio e que eles gostam de sentir que são especiais e valorizados e gostam ainda mais quando esse sentimento é confirmado por outros indivíduos. Outro ponto que eles destacam é a capacidade dos elogios em moldar o comportamento dos colaboradores, onde uma vez que se note que uma determinada ação ou postura é mais bem vista e aceita, buscam agir assim com mais frequência.

E para aplicar todas essas estratégias de maneira adequada a presença de um líder motivador se torna indispensável. A ele cabe o papel de influenciar e motivar a equipe, mantendo os colaboradores alinhada com organização, contribuindo assim para o incentivo dos

grupos na busca dos objetivos pessoais e organizacionais e também para o desenvolvimento de um ambiente de trabalho muito mais saudável e produtivo (ALMEIDA, 2014).

Uma vez que a motivação está diretamente ligada aos desejos e necessidades individuais de cada membro, é o trabalho do líder conhecer sua equipe, estando a par de suas ambições, de modo a descobrir e aprimorar os meios para motivá-los (NOGARO; SOUSA; GRESELLE, 2015). No entanto, não basta apenas trabalhar os fatores internos aos colaboradores, também é preciso dar atenção aos fatores externos. Ao desenvolver um ambiente de trabalho mais agradável e harmonioso, o líder estará trabalhando a motivação da sua equipe ao fazer com que seus membros relacionem o trabalho a algo positiva e agradável.

### **2.3 Clima organizacional**

Clima organizacional é um conceito desenvolvido a fim de descrever a atmosfera social predominante na organização e as percepções, sentimentos e atitudes das pessoas a respeito de processos sociais (CHIAVENATO, 2014). Estando diretamente ligado com satisfação e a moral do colaborador, o clima está sujeito a opiniões e sentimento pessoal de cada indivíduo a respeito do ambiente apresentado pela organização. Desse modo, ele pode ser definido como: saudável ou doentio, quente ou frio, negativo ou positivo, satisfatório ou insatisfatório (OLIVEIRA; CARVALHO; ROSA, 2012).

O clima organizacional pode ser entendido como um conjunto de condições mensuráveis do ambiente de trabalho que pode ser percebido pelas pessoas que vivem e trabalham nele (PEZZI; FIGUEIREDO, 2013). Para Cammarosano (2014) o clima organizacional se define como uma medida do grau de satisfação dos colaboradores em relação às características culturais ou aspectos do ambiente apresentados pela empresa, como: políticas de recursos humanos, modelos de gestão, missão da empresa, processos de comunicação, valorização profissional e identificação com a empresa.

Por outro lado, Dias (2011) define o clima organizacional como um indicador que busca demonstrar como os colaboradores pensam, a maneira como agem, como se comunicam, quais são suas carências, como eles podem contribuir para o crescimento da empresa e ainda ficarem satisfeitos com a sua gerência. Assim, quando falamos do clima organizacional, a cultura da empresa é um fator determinante.

A cultura organizacional pode ser compreendida como uma característica intrínseca de toda organização, determinando seus comportamentos e peculiaridades, em outras palavras, os processos, as normas, os valores, os ideais, a missão e os objetivos da empresa (MOREIRA,

2008). Trata-se de um sistema de valores e crenças compartilhados que influenciam no comportamento dos colaboradores, uma vez que ela servirá de base para que eles possam desenvolver sua conduta e perfil profissional no ambiente de trabalho (DUBRIN, 2019).

Estando diretamente relacionado à cultura organizacional, o clima organizacional pode ser visto como um de seus conceitos complementares, sendo um reflexo direto dos seus valores, crenças e pressupostos. A cultura da empresa é um fator determinante para o seu clima, sendo ele um resultante de suas características está sujeito as alterações ocorridas sobre ela. Essas características têm um forte impacto sobre o clima, podendo torná-lo bom, prejudicado ou ruim (LUCK, 2010; CAMMAROSANO, 2014; ALMEIDA, 2017).

De acordo com Siqueira (2008) um clima positivo pode resultar em um aumento na satisfação, na produtividade e na motivação dos colaboradores. Não só isso, uma maior compreensão a respeito do clima por parte da organização pode ajudar a desenvolver uma maior qualidade de vida no ambiente de trabalho para os colaboradores, aprimorar o desempenho da organização e dar a gestão um melhor entendimento a respeito do comportamento organizacional das equipes.

Em contrapartida, Luz (2003) ressalta que um clima negativo trará baixa produtividade e comprometerá a boa relação e o compromisso dos colaboradores com o seu ambiente de trabalho e suas demandas. Outros impactos gerados por esse tipo de clima são os aumentos nos índices de absenteísmo e rotatividade, podendo levar também a intrigas, fofocas, rivalidade entre os colaboradores, ruído nas comunicações, competições exacerbadas, dentre outros fatores.

Uma vez que o clima organizacional atua diretamente sobre a satisfação dos colaboradores, ele pode influenciar no seu comportamento e opiniões sobre o ambiente de trabalho. Um colaborador insatisfeito com o trabalho pode se tornar insubordinado, improdutivo e capaz de atos ilícitos no meio organizacional.

Além disso, ele pode vir a se desligar da empresa, no intuito de procurar melhores condições de trabalho, ou promover discussões sobre os problemas da gestão com a diretoria organizacional ou sindicatos; em outros cenários, eles podem se tornar mais otimistas, acreditando na possibilidade de melhorias futuras ou, de maneira contrária, contribuindo para o agravamento da situação através de faltas, atrasos, baixo desempenho, dentre outros fatores (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010).

Através das relações interpessoais, o próprio comportamento dos colaboradores pode causar influencias sobre o clima e o ambiente organizacional, tornando-o muito mais harmonioso, saudável e produtivo. Por meio de metodologias de gestão e coordenação



adequados, os líderes podem estimular e melhorar o trabalho em equipe e a convivência entre as pessoas no ambiente de trabalho, o que conseqüentemente irá resultar no aumento do desempenho, da motivação e da satisfação dos colaboradores, o que por conseqüência levará a uma melhora do clima organizacional (DANTAS; HENRIQUES, 2020).

Por outro lado, o ambiente de trabalho também exerce influência sobre o comportamento dos colaboradores, o que ocorre por meio da rotina de trabalho e das características do ambiente. Quando positivas, essas influências contribuem no desenvolvimento de sentimentos, como respeito, empatia, cooperação e laços de amizade, que refletem nas relações interpessoais e no bom convívio da equipe. No entanto, quando negativas, essas influências resultam em sentimentos negativos que contribuem para o surgimento de conflitos interpessoais, um fator que prejudica o clima e causam impactos negativos sobre o ambiente, os resultados e na harmonia do trabalho (FONSECA *et al.*, 2016).

Segundo Correia et al. (2018) os conflitos interpessoais são casos onde ocorrem divergências de opiniões ou percepção proposta de ação sobre algum ponto em comum entre dois ou mais colaboradores, podendo ser interpretada como falta de concordância ou situações de tenção entre os membros da equipe, sendo essas situações que podem desencadear em motivos rotineiros que levaram a conflitos no ambiente de trabalho.

No entanto, apesar de parecer um fator negativa e destruidor da unidade social, os conflitos interpessoais também apresentam aspectos positivos para organização quando são trabalhados de modo a estimular os colaboradores. Através de uma boa gestão de conflitos, a qual busque chegar a um denominador comum e favorável para todos, a empresa pode contornar situações negativas visando à melhoria nos relacionamentos e no desempenho organizacional (BESERRA; MACEDO, 2020; RIZZOTTO, 2020). Vale ressaltar também que, nos últimos anos, os conflitos são considerados fontes de estímulo para os colaboradores, funcionando como um meio para despertar planos de ação, desenvolvimento de novas ideias e opiniões entre os membros da equipe (MALAKOWSKY; KASSICK, 2014).

De acordo com Cammarosano (2014) atualmente as empresas percebem que, para se tornarem mais eficientes e competitivas, é preciso desenvolver um ambiente que valorize e priorize seus colaboradores, pois o comprometimento e a lealdade dos membros da equipe influenciarão na produtividade da organização. Se uma empresa quiser mudar seu clima organizacional, de modo a promover alterações no ambiente de trabalho, ela precisa abraçar e incentivar as capacidades inovadoras (DIAS, 2011).

É preciso que a empresa esteja apta para resolver problemas de forma rápida e com mais flexibilidade de modo a atender as necessidades de cada estágio, também é importante manter

seus objetivos em sintonia com os colaboradores, ter uma noção abrangente do passado e presente da organização e mantendo-se sempre a par da situação do ambiente por meio de diagnósticos sobre o clima. Desse modo ela terá mais sucesso nas mudanças.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 Classificação da pesquisa**

Trata-se de uma pesquisa exploratória e descritiva que, respectivamente, tem por finalidade aprofundar o conhecimento sobre o problema estudado, a fim de torná-lo mais evidente ou permitir o desenvolvimento de hipóteses sobre ele; e busca descrever as características de populações e fenômenos específicos ou estabelecer relações entre variáveis através de dados e informações coletadas sobre o grupo estudado (GIL, 2017).

Desenvolveu-se através de uma abordagem quali-quantitativa, que segundo Minayo (2001) contribui para um maior aprofundamento na compreensão e validação dos resultados observados por meio da utilização de métodos de pesquisas que combinam procedimentos quantitativos e qualitativos. Deste modo, no intuito de fazer o levantamento de informações para estudo, foi realizada investigação interrogativa realizada sobre um determinado público a fim de conhecer seus comportamentos e opiniões sobre uma determinada questão (MARCONI; LAKATOS, 2017).

#### **3.2 Contextualização geográfica e econômica do local da pesquisa**

A pesquisa foi realizada em um supermercado localizado em São Miguel no Rio Grande do Norte, uma cidade local com um baixo nível de desenvolvimento empresarial. Trata-se de uma cidade pequena, com aproximadamente 22.157 habitantes, tendo uma área territorial de 166,233 km<sup>2</sup>. Uma vez que a grande parte da classe trabalhadora é formada por trabalhadores rurais ou informais, 51,2% da sua população tem rendimento mensal na faixa de meio salário mínimo, demonstrando assim um alto índice de famílias de classe baixa. Em contrapartida, a cidade conta com apenas 6,4% de sua população alocada em trabalhos formais, tendo uma média de rendimento mensal de 2,1 salários mínimos (BRASIL, 2010; 2011; 2020; 2022).

Com relação ao local de pesquisa, trata-se de uma empresa regional de grande porte, que atua no setor de comércio atacadista e varejista. Atualmente já conta com 998 colaboradores, estando presente nas cidades de Acopiara, Cedro, Icó, Jaguaribe, Várzea Alegre,

Pau dos Ferros e São Miguel na região Nordeste, divididas entre os estados Ceará e Rio Grande do Norte. Sendo uma das referências de case de sucesso da região, a empresa já foi reconhecida com vários prêmios, tais como: referência como supermercado na categoria atacarejo<sup>1</sup>; revelação de empreendedor para o seu proprietário; e prêmio de melhor supermercado.

### **3.3 Instrumento de coleta de dados, universo e amostra**

A coleta de dados foi realizada através de dois formulários de pesquisa estruturados com respostas objetivas, um para os gestores com intuito de identificar seus estilos de liderança e um para os colaboradores a fim de descobrir como esse estilo afeta na sua motivação e no clima organizacional. Ambos foram aplicados no decorrer de duas semanas no ambiente da empresa de forma presencial com os participantes, os quais tiveram uma introdução rápida sobre os objetivos da pesquisa antes da sua realização.

O formulário é, segundo Fontana (2018), uma abordagem de coleta de dados que permite conhecer a opinião do sujeito estudado sobre determinados assuntos, muito usado em pesquisas que visam compreender, identificar ou distinguir certas características numa determinada população. Além disso, é uma abordagem de pesquisa prática e eficiente, podendo ser aplicada em vários seguimentos da população e possibilitando uma rápida coleta de dados facilmente tabuláveis e quantificáveis (GIL, 2017).

O grupo amostral deste trabalho foi constituído pelas equipes operacionais da empresa, responsáveis pelo atendimento ao cliente, manutenção do ambiente e reposição de produtos, os quais, tem mais contato com os gerentes e conseqüentemente com a sua metodologia de gestão e liderança, sofrendo assim uma influência maior por parte dela em seu dia-a-dia ambiente de trabalho. O montante desses colaboradores resultou em uma amostragem total de 23 indivíduos.

### **3.4 Análise de dados**

Para estudar e compreender os resultados da pesquisa, os dados coletados foram dispostos em gráficos, a fim de proporcionar uma visão mais clara das informações, e em seguida foi realizada a aplicação de uma análise de conteúdo sobre as informações, que segundo

---

<sup>1</sup> É um neologismo que designa uma forma de comércio presente em lojas de atacado e autosserviço, as quais podem realizar a venda de produto tanto em caixas lacradas como por unidades fracionadas (vendas avulsas), o que não se configura como indicado para o abastecimento doméstico, uma vez que o seu layout e o mix são voltados para o atacado (SILVA, 2016).

Severino (2017) é uma metodologia que busca tratar, interpretar e atribuir sentido às mensagens que o conteúdo transmite, independente da forma de linguagem utilizada na comunicação, podendo ser por meios escritos, orais, imagens e gestos.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta seção estão apresentados os resultados dos dados primários obtidos por meio das entrevistas com o uso de formulários de pesquisa, referentes aos gerentes e a equipe de colaboradores da parte operacional do supermercado, localizado na cidade de São Miguel – RN, contendo: a caracterização dos estilos de liderança dos gerentes, a percepção dos colaboradores a respeito do estilo de liderança aplicado sobre eles e a análise sobre os efeitos do estilo de liderança sobre a motivação e o clima organizacional dos colaboradores.

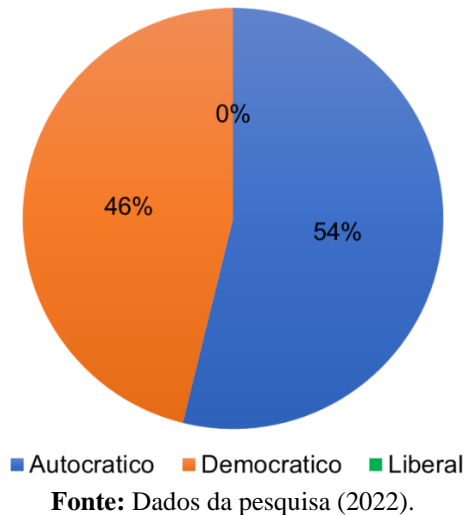
### **4.1 Análise dos estilos de liderança**

#### **4.1.1 Caracterização dos estilos de liderança dos gerentes**

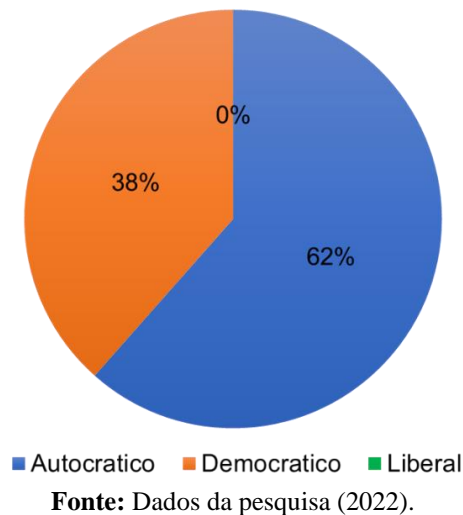
Inicialmente foi realizado um levantamento de informações sobre as metodologias de gestão e coordenação dos colaboradores aplicadas pelos gerentes do supermercado a fim de identificar os seus estilos de liderança. A pesquisa consistiu em um formulário de múltiplas escolhas onde as questões representavam cenários do ambiente de trabalho, enquanto as alternativas representavam metodologias de ações baseadas nos três principais estilos de liderança: Autocrático, Democrático e Liberal.

Com base nos dados coletados na entrevista com os gerentes foi possível levantar informações que permitiram a caracterização dos seus estilos de liderança. Os resultados da pesquisa estão expostos no gráfico 01 e 02, que apresentam respectivamente os resultados a respeito do estilo de liderança dos gerentes 1 e 2:

**Gráfico 01** - Estilo de liderança do gerente 1



**Gráfico 02 - Estilo de liderança do gerente 2**



A partir desses gráficos é possível notar que tanto o gerente 1 quanto o 2 possuem metodologias de liderança muito similares e equilibradas entres os estilos autocráticos e democráticos. Por sua vez, isso leva a crer que ambos buscam exercer sua autoridade no ambiente de trabalho, estando sobre o controle de tudo a fim de garantir a qualidade e o bom rendimento da equipe, mas também valorizam a participação e a opinião dos colaboradores, permitindo que eles exponham suas opiniões e sugestões a respeito do ambiente, dando a atenção as suas necessidades e trabalhando pelo seu bem-estar na empresa.

Bergamini (1994) destaca que um bom líder não deve se apegar a apenas um único estilo de liderança para guiar sua equipe, devendo assim usar da sua experiência e conhecimentos para desenvolver meios para coordenar e mobilizar a equipe de modo a alcançar a excelência. Sendo assim, independentemente das metodologias de gestão aplicadas pela gerência do

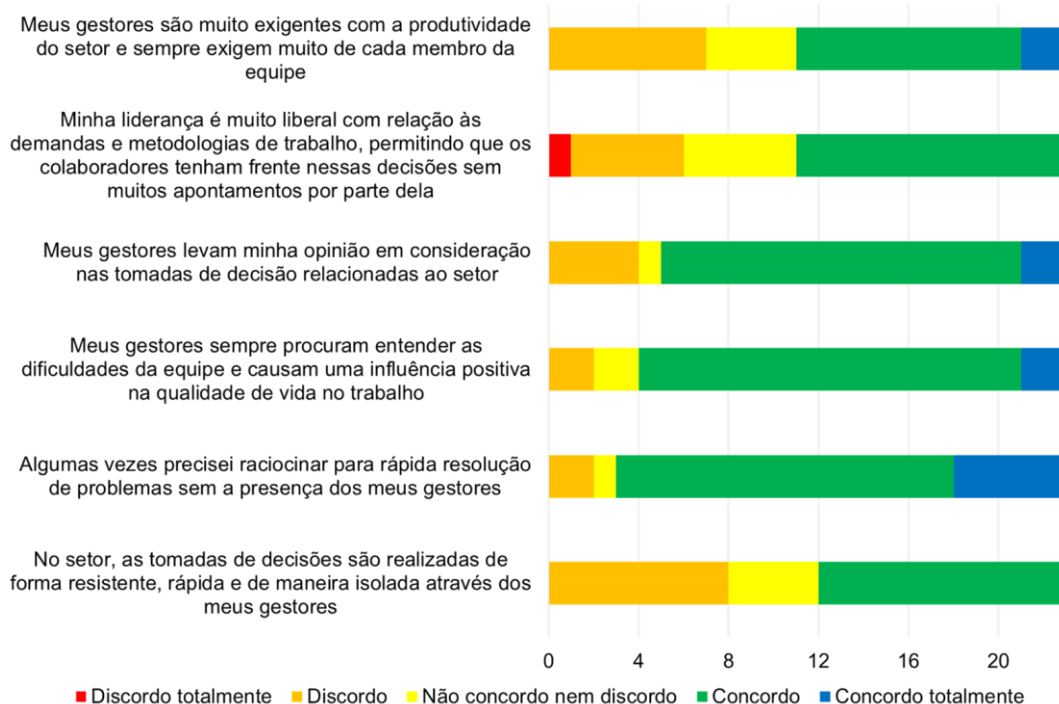
mercado, contanto que as metas organizacionais sejam cumpridas e os líderes consigam manter uma boa relação com sua equipe, as formas de liderança podem ser vistas como adequadas.

#### 4.1.2 Percepção dos colaboradores a respeito do estilo de liderança aplicado

A fim de validar os resultados observados na pesquisa de liderança dos gerentes, foi realizada uma pesquisa de opinião com os colaboradores com intuito de levantar dados que permitam uma análise das metodologias de liderança aplicados pela gerência através de uma perspectiva diferente.

No gráfico 03, abaixo, estão expostos os resultados coletados através da pesquisa de opinião dos colaboradores a respeito do tema liderança:

**Gráfico 03 - Percepção dos colaboradores sobre o estilo de liderança dos gerentes**



**Fonte:** Dados da pesquisa (2022).

Conforme as questões elaboradas “Meus gestores são muito exigentes com a produtividade do setor e sempre exigem muito de cada membro da equipe” e “No setor, as tomadas de decisões são realizadas de forma resistente, rápida e de maneira isolada através dos meus gestores”, que demonstram respectivamente 43,5% e 47,8% de concordância e 8,7% de total concordância entre os colaboradores, é possível notar que existe uma maior presença do

líder no monitoramento da produtividade e sanções para as tarefas exercitadas, o que de acordo com Araújo e Garcia (2014) se destaca como uma característica do estilo autocrático.

No entanto, a presença de respectivos 30,8% e 34,8% dos colaboradores que discordam dessas questões demonstram a presença de uma liderança mais democrática, onde sanções determinadas pelos próprios colaboradores e os gerentes buscam ajudar a concretizar essas metas de modo a garantir uma boa produtividade.

O estilo democrático se mostra muito mais presente ao se analisar os dados das questões “Meus gestores sempre procuram entender as dificuldades da equipe e causam uma influência positiva na qualidade de vida no trabalho” e “Meus gestores levam minha opinião em consideração nas tomadas de decisão relacionadas ao setor”, as quais apresentam respectivamente 73,9% e 69,6% de concordância e 8,7% de concordância total em ambas as questões.

Esses dados demonstram a valorização e a confiança que os gerentes dão a seus colaboradores, permitindo que eles tenham voz e participação nas decisões referentes a equipe e ao setor e fornecendo auxílios e soluções para remediar suas dificuldades e carências no ambiente de trabalho. Demonstrando assim as características de um líder orientador e aberto a debates, traços recorrentes em líderes do estilo democrático (VERGARA, 2013).

Ao observar as questões “Algumas vezes precisei raciocinar para rápida resolução de problemas sem a presença do meu gestor” e “Minha liderança é muito liberal com relação às demandas e metodologias de trabalho, permitindo que os colaboradores tenham frente nessas decisões sem muitos apontamentos por parte dela”, que apresentaram respectivamente 65,3% e 52,3% de concordância e 21,7% de concordância total, e possível notar a presença de características liberais no estilo de liderança dos gerentes, demonstrando um certo grau de distanciamento e ausência de participação em certas situações e momentos da rotina de trabalho na qual eles se encontram ocupados com suas demandas pessoais, dando assim a liberdade para que o colaboradores possam agir de maneira mais autônoma.

Com base nos dados analisados através da perspectiva dos colaboradores é possível averiguar a presença dos três estilos de liderança no ambiente de trabalho do supermercado. Essa característica se mostra positivas quando é analisada através da perspectiva da teoria da contingência, a qual afirma que uma mesma abordagem de gestão pode não funcionar em situações distintas, onde as características do ambiente de trabalho e da equipe diferem (ESCORSIN; WALGER, 2017).

Sendo assim, para que uma liderança se torne eficaz ela precisa ser capaz de se adaptar as necessidades do meio onde está sendo aplicada, algo que ambos os gerentes podem exercer

uma vez que possuem um estilo de liderança mais equilibrado entre as três principais abordagens de liderança em um ambiente de trabalho organizacional.

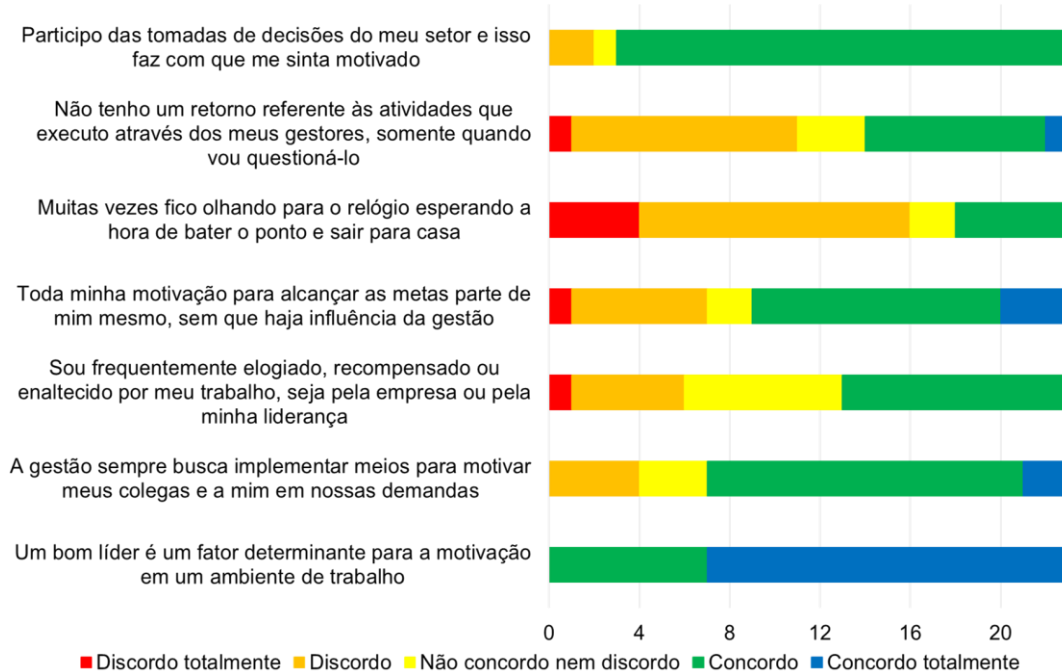
## 4.2 Influências dos estilos de liderança soabre os colaboradores e seu ambiente de trabalho

### 4.2.1 Análise dos efeitos da liderança sobre a motivação

A pesquisa de opinião realizada com os colaboradores do supermercado destacava uma parte reservada para avaliar a motivação no ambiente de trabalho. Esse seguimento foi desenvolvido intuito de avaliar como a gerência e a empresa trabalha e aplica metodologias e estratégias para motivar a equipe a realizar um bom trabalho com o máximo de qualidade possível.

O gráfico 04 apresentam-se os resultados da pesquisa de opinião dos colaboradores a respeito do tema motivação:

**Gráfico 04 - Efeitos da liderança sobre a motivação segundo a perspectiva colaboradores**



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Conforme a afirmação “Participo das tomadas de decisões do meu setor e isso faz com que me sinta motivado”, a qual apresentou 87% de concordância por parte da equipe, é possível notar o engajamento dos colaboradores promovido pela liderança influencia positivamente na motivação dos colaboradores, uma característica do estilo democrático que estimula a participação (VERGARA, 2013).



Essa estratégia de estimular a participação da equipe nas tomadas de decisão pode ser avaliada segundo as teorias da motivação. Através da teoria da hierarquia das necessidades de Maslow é possível avaliar essa ação como um estímulo motivacional do 4º nível na pirâmide das necessidades (estima), onde o colaborador se sente mais motivado em vista do respeito, confiança e responsabilidade que recebe dos seus líderes, se sentindo assim mais valorizado (CHIAVENATO, 2009).

Também é possível observá-la através da teoria dos dois fatores de Herzberg, a qual enxerga a responsabilidade e a significância como um fator motivacional de extrema importância (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010). Ao engajar seus colaboradores nas tomadas de decisão referente a equipe, o líder estará promovendo a motivação por meio da valorização e respeito da opinião da equipe.

Na questão “Não tenho um retorno referente às atividades que executo através do meu gestor, somente quando vou questioná-lo” é possível notar uma certa divergência de opiniões nas respostas obtidas, onde 43,5% colaboradores demonstraram discordância, 34,8% de concordância e 4,3% de completa concordância e discordância.

Esses números demonstram um fator negativo para a empresa, uma vez que a falta de feedbacks entre gerentes e colaboradores podem representar decréscimos a motivação e a qualidade do trabalho. Segundo Barcellos e Pedroso (2012) os colaboradores sofrem com a necessidade de validação e reconhecimento de suas atividades. Sendo assim, quando o líder realiza feedbacks com sua equipe, ele pode estimular a produtividade e moldar os comportamentos dos colaboradores, bem como corrigir erros no trabalho e vedar ações impróprias no ambiente da empresa de modo a melhorar seu trabalho e estimular a motivação do grupo.

Ao avaliar as afirmativas “Muitas vezes fico olhando para o relógio esperando a hora de bater o ponto e sair para casa” e “A gestão sempre busca implementar meios para motivar meus colegas e a mim em nossas demandas”, cuja primeira apresentou 52,2% de discordância e 17,4% de concordância total e a segunda que demonstrou 60,9% de concordância e 8,7% de concordância total, é possível notar que gerentes estão tendo sucesso em aplicar estratégias para trabalhar a motivação dos colaboradores de modo a manter seu foco no trabalho e na produtividade.

De acordo com Tajra (2016). A motivação é um fator variável o qual pode variar de intensidade e direção dependendo das características do meio e do indivíduo. Em decorrência disso, ela precisa ser constantemente trabalhada e estimulada de modo a extrair o máximo de comprometimento e dedicação dos colaboradores. Para isso, os líderes precisam estar a par dos

desejos e necessidades da sua equipe de modo que eles possam descobrir o que os motiva a fim desenvolver estratégias de motivação adequadas (NOGARO; SOUSA; GRESELLE, 2015).

Em contrapartida, a questão “Toda minha motivação para alcançar as metas parte de mim mesmo, sem que haja influência da gestão”, a qual apresenta 47,8% de concordância e 13,1% de concordância total, demonstra que a grande maioria dos colaboradores é capaz de exercitar a automotivação, um fator decorrente da motivação intrínseca onde os indivíduos se motivam através de fatores e valores internos a eles (ARAUJO; GARCIA, 2014).

Esse se mostra como um cenário muito favorável para a gestão, pois permite que ela dedique mais tempo e atenção a parcela da equipe que demonstra uma maior necessidade das estratégias de motivação aplicada pelos gerentes.

A questão “Sou frequentemente elogiado, recompensado ou enaltido por meu trabalho, seja pela empresa ou pela minha liderança” demonstrou o maior índice de indiferença da pesquisa, onde 30,4% dos colaboradores demonstraram que não concordam e nem discordam dessa alternativa, o que demonstra que a gestão não tem o hábito fazer elogios com tanta frequência, mas ainda assim realiza um ou outro apontamento positivo.

Por outro lado, 43,5% da equipe demonstrou concordância com a afirmação, o que mostra que eles estão satisfeitos com atenção e o reconhecimento que recebem, enquanto 21,7% e 4,7% expressaram discordância e discordância total, demonstrando a insatisfação que essa parte do grupo tem com a periodicidade com que a gerência realiza elogios ou presta a devido valor as atividades que eles realizam.

De acordo com Barcellos e Pedroso (2012), uma das características mais recorrentes em qualquer pessoa, independente do ambiente em que ela se encontre, é a necessidade de se sentir especial e valorizado pelos outros indivíduos ao seu redor. Os elogios, por sua vez, são uma forma incrivelmente simples e eficaz de estimular a motivação no ambiente de trabalho, por tanto é importante que os líderes busquem trabalhar melhor essa metodologia de modo a criar uma atmosfera de trabalho muito mais estimulante para seus colaboradores.

Ao observar a afirmativa “Um bom líder é um fator determinante para a motivação em um ambiente de trabalho”, a qual demonstrou 30,4% de concordância e 69,6% de concordância total entre os membros da equipe, é possível notar a valorização que os colaboradores dão a presença e o papel dos gerentes em uma boa gestão. Para que isso seja possível, Almeida (2014) destaca a importância da presença de um líder motivador, o qual tem o dever de manter os objetivos da equipe alinhado com os da organização, sendo o responsável por trabalhar meios e estratégias para manter as pessoas motivadas e garantir sua produtividade.

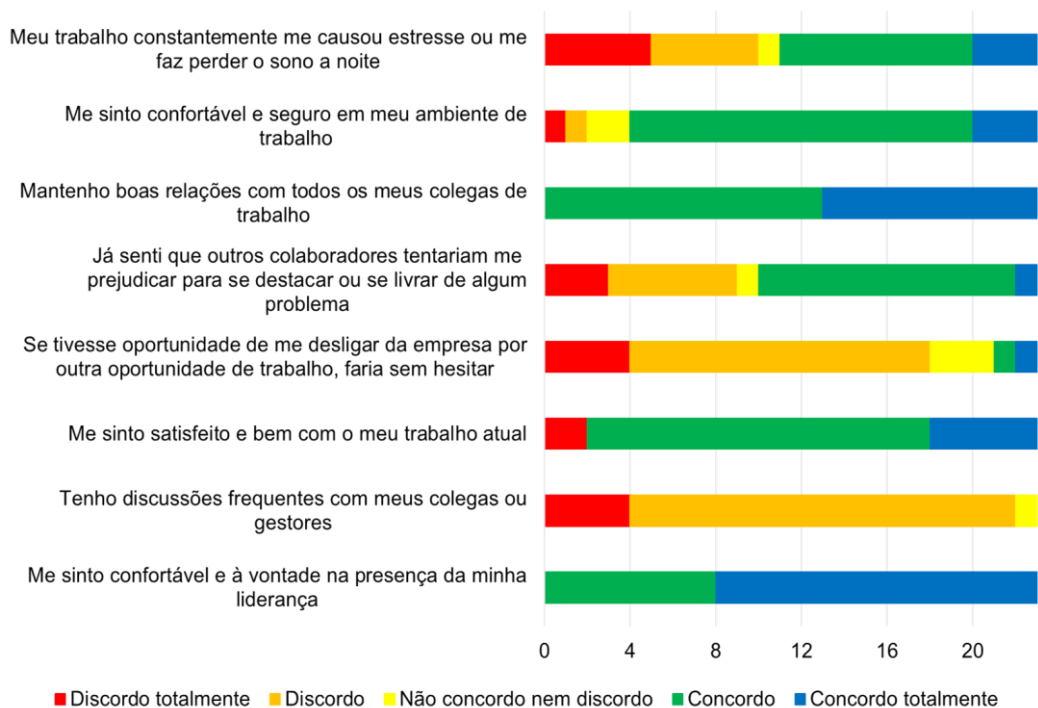
Sendo assim, uma vez que os gerentes desempenhem um bom trabalho na coordenação das equipes, procurando oferecer estímulos frequentes e um ambiente de trabalho que valoriza o trabalho de todos, isso irá influenciar de forma positiva nos resultados alcançados pelos colaboradores, levando a uma maior produtividade e desempenho profissional das tarefas atribuídas a eles.

#### 4.2.2 Análise dos efeitos da liderança sobre o clima organizacional

Por fim, a última parte da pesquisa realizada com os colaboradores teve como propósito avaliar o clima organizacional do ambiente de trabalho que eles vivenciam no supermercado. Esse último segmento foi devolvido com intuito de entender como são as relações interpessoais entre os colaboradores em ambiente de trabalho, como eles são afetados por esse meio e quais as suas opiniões a respeito do seu cargo atual em relação à satisfação.

O gráfico 05 apresentam-se os resultados da pesquisa de opinião dos colaboradores a respeito do tema clima organizacional:

**Gráfico 05** - Efeitos da liderança sobre o clima organizacional segundo a perspectiva colaboradores



**Fonte:** Dados da pesquisa (2022).

Ao avaliar a afirmativa “Meu trabalho constantemente me causou estresse ou me faz perder o sono a noite”, a qual apresentou 39,2% de concordância e 13,1% de concordância total, é possível constatar que mais da metade dos colaboradores sofrem com algum tipo de tensão ou estresse decorrentes de fatores ligados ao seu trabalho. Uma vez que esses sentimentos estão atrelados ao ambiente de empresa ou em situações vivenciadas durante a rotina de trabalho, eles podem causar influências negativas sobre a satisfação dos colaboradores no tocante ao seu emprego, podendo levar a insubordinação, baixa produtividade, faltas e atrasos recorrentes (ROBBINS; JUDGE; SOBRAL, 2010).

Na afirmativa seguinte, “Me sinto confortável e seguro em meu ambiente de trabalho”, onde os colaboradores demonstraram afinidade com 69,6% de concordância e 13,1% de concordância total, deixa claro que o ambiente de trabalho oferecido pela empresa a seus colaboradores é amistoso e livre de grandes riscos para os membros da equipe. Os sentimentos de conforto e segurança levam a um clima organizacional mais positivo, contribuindo para a satisfação, a produtividade e para a motivação dos colaboradores (SIQUEIRA, 2008).

Uma vez que os colaboradores demonstram satisfação com relação ao ambiente da empresa, o estresse que afligem boa parte da equipe pode estar atrelado a outros fatores, tais como problemas e inseguranças relacionados as relações interpessoais na empresa. Ao avaliar a questão “Já senti que outros colaboradores tentariam me prejudicar para se destacar ou se livrar de algum problema”, na qual a pesquisa demonstrou 52,2% de concordância e 4,3% de concorda total, torna-se claro o fato de existe um forte sentimento de tensão e desconfiança entre os colaboradores em decorrência do medo de traição.

De acordo com Fonseca et al. (2016) esse sentimento de desconfiança pode estar atrelado a fatores ligados a rotina de trabalho e as características do ambiente que podem influenciar de maneira negativa nas relações interpessoais, podendo levar a conflitos internos entre os colaboradores e manifestação de comportamentos prejudiciais ao clima organizacional, tais como: intrigas, falta de comunicação entre a equipe, falta de comprometimento com o trabalho e com a empresa e agressividade nas palavras.

Trata-se de uma questão que representa um certo risco para o bem-estar das relações interpessoais e do clima organizacional, podendo afetar também na produtividade e no trabalho em equipe do supermercado. No entanto, esse problema pode também representar uma oportunidade para o desenvolvimento e crescimento da empresa.

Ao observar a afirmativa “Tenho discussões frequentes com meus colegas ou gestores”, a qual apresentou 78,3% de discordância e 17,4% de discordância total, torna-se evidente que a empresa tem um baixo índice de conflitos internos entre os seus colaboradores. Algo que pode

ser visto de forma positiva, uma vez que demonstra risco mínimos para convívio social e par o clima interno da organização, mas também representa um ponto negativo, uma vez que os conflitos interpessoais podem servir como um meio para estimular os colaboradores, de modo a torná-los mais mentalmente ativos e participativos (MALAKOWSKY; KASSICK, 2014).

Desse modo, contanto que a gestão da consiga descobrir o que está causando essa tensão entre os colaboradores, ela pode procurar estratégias adequadas para remediar a situação e tentar usar o problema como um meio para estimular os membros da equipe, evitando assim as situações negativas, buscado melhorar o convívio das pessoas e o desempenho no ambiente de trabalho (BESERRA; MACEDO, 2020; RIZZOTTO, 2020).

Por meio das questões “Mantenho boas relações com todos os meus colegas de trabalho” e “Me sinto confortável e à vontade na presença da minha liderança”, as quais apresentaram respectivamente 56,5% e 34,8% de concordância e 43,5% e 65,2% de concordância total, é possível notar que tanto a equipe quanto os gestores buscam manter uma coexistência saudável no ambiente de trabalho, tentando preservar boas relações e evitando climas tensos e desconfortável entre si.

De acordo com Dantas e Henriques (2020) essas ações tendem a contribuir para uma boa manutenção do clima organizacional e do trabalho em equipe, tornado o ambiente da empresa mais harmonioso, saudável e produtivo, o que contribuindo para a satisfação e bem-estar dos colaboradores.

Através das afirmações “Se tivesse oportunidade de me desligar da empresa por outra oportunidade de trabalho, faria sem hesitar”, onde os colaboradores demonstraram 60,9% de discordância e 17,4% de discordância total, e “Me sinto satisfeito e bem com o meu trabalho atual”, onde eles manifestaram 69,6% de concordância e 21,7% de concordância total, é possível notar que o supermercado tem tendência a níveis de turnover<sup>2</sup> baixos entre seus colaboradores uma vez que a grande maioria demonstra estar satisfeita com o emprego atual e não apresentam pretensões de se desligar da empresa em um futuro próximo.

Uma vez que as empresas da atualidade perceberam o valor do capital humano para o seu destaque no meio corporativo, contribuindo para sua produtividade e desempenho, elas precisam investir e desenvolver ambientes de trabalho que valorizem os colaboradores de modos a mantê-los ativos e dedicados a empresa (CAMMAROSANO, 2014). É importante que os membros da equipe se encontrem satisfeitos com as condições e o ambiente de trabalho que

---

<sup>2</sup> A rotatividade de pessoal é o resultado da saída de alguns colaboradores e a entrada de outros para substituí-los no trabalho (CHIAVENATO, 2014).

lhes é fornecido, pois isso resultará em colaboradores mais subordinados, produtivos e leais as normas e valores da organização, mantendo-se ativos e presentes na empresa.

Os resultados da pesquisa demonstraram a existência de um ambiente de trabalho funcional. No entanto, ela também tornou evidente a presença pontos negativos, os quais podem representar riscos futuros para o clima organizacional e para desempenho da empresa. Tendo isso em mente, é importante que a empresa valorize gestão e a análise do clima organizacional de modo a entender as opiniões de seus colaboradores a respeito do ambiente e sobre a liderança a fim de promover práticas e mudanças que influenciem positivamente na sua satisfação e em sua qualidade de vida no trabalho.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do presente estudo foi possível identificar e caracterizar o estilo de liderança utilizado pelos gerentes do supermercado onde a pesquisa foi realizada, assim como analisar os efeitos dessa metodologia de gestão sobre a motivação e o clima organizacional dos colaboradores. Com base no exposto, as metodologias de liderança se mostram eficiente em seu papel na organização, conseguindo coordenar e integrar os colaboradores nas atividades rotineiras do ambiente de trabalho, garantindo produtividade e comprometimento da equipe para com a empresa e seus objetivos.

No tocante a motivação da equipe, no decorrer desse trabalho foi possível notar a importância e os benefícios das metodologias e técnicas que visam incentivar a produtividade e comprometimento dos colaboradores em prol dos objetivos das organizações. No supermercado a gestão demonstra ter conhecimento dessas técnicas, aplicando meios para manter os colaboradores motivando, estimulando o foco trabalho e na produtividade do setor. Entretanto, algumas características da metodologia precisam ser mais trabalhadas para alcançar uma maior assertividade.

É necessário que os gerentes trabalhem mais a comunicação com suas equipes na prática dos feedbacks positivos e construtivos a fim de estimular o desenvolvimento de comportamentos e valores adequados ao ambiente de trabalho, trabalhando assim a motivação dos colaboradores de modo a procurarem o aperfeiçoamento contínuo de suas atividades.

A respeito do clima organizacional do supermercado, apesar apresentar vários pontos favoráveis ao bem-estar da organização, através da análise foi possível notar a existência de algumas ameaças para empresa, tais como a falta de discussões que estimulem a participação

racional dos colaboradores, a existência de fatores de estresses e a desconfiança entre colegas de equipe. Problemas esses que iram demandar atenção e cuidado por parte da gestão de modo a definir os melhores caminhos e meios para abordar esses fatores de modo a extrair resultados positivos para a organização.

Aconselha-se nesse caso que a gerência leve os resultados dessa pesquisa até seus colaboradores, a fim de discutir e debater os problemas constatados com intuito de encontrar as possíveis causas para poderem ser remediadas antes que essas adversidades evoluam para questões mais graves. Outra possível solução seria a contratação de profissionais de consultoria para exiliar na manutenção e resolução desses problemas a fim de transformar as ameaças em possíveis oportunidades

Com relação às complicações e limitações encontradas durante o processo de planejamento e aplicação da pesquisa, vale ressaltar que o presente estudo foi desenvolvido com intuito de ser aplicado em outra empresa, a qual possuía um universo de colaboradores muito maior. Entretanto, em decorrência de algumas questões burocráticas, foi necessária trocar para outra empresa, o que levou a necessidade de adaptações na metodologia e instrumentos de pesquisa e numa grande diminuição do universo que impactou diretamente sobre a amostra.

Outro ponto a se mencionar seria a impossibilidade de conseguir levantar informações que permitissem identificar as causas para os problemas existentes que podem causar impacto sobre o clima organizacional da empresa. Essa limitação pode estar ligada tanto a inexistência de questões abertas no instrumento de pesquisa, que dessem mais voz aos participantes quanto aos seus apontamentos, quanto ao processo de entrevistas que não pode ser realizado em um ambiente reservado em vista da falta de disponibilidade, o que impacta negativamente sobre a privacidade do colaborador impedindo que ele se sinta à vontade para falar mais abertamente.

Por fim, torna-se oportuno a existência de futuras pesquisas a fim de avaliar se houve melhorias no cenário da empresa e se as sugestões foram aplicadas com sucesso no ambiente da organização.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, C. R. The influence of leadership on team motivation. **Rev. Terceiro Setor & Gestão**, v.8, n.1, 2014. Disponível em: <http://revistas.ung.br/index.php/3setor/article/view/1923>. Acesso em: 09 abr. 2022.

ALMEIDA, D. R. **Análise da cultura e comportamento organizacional**. 1. Ed. 1. Reimpressão. Salvador - BA: UFBA, 2017. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/>

bitstream/capes/203742/2/eBook\_Analise\_Cultura\_Comportamento\_Organizacional-Especializacao\_em\_Gestao\_de\_Pessoas\_UFBA.pdf. Acesso em: 16 ago. 2022.

ARAUJO, L. C. G; GARCIA, A. A. **Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional**. Edição compacta. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014. Disponível em: <https://pt.b-ok.lat/book/9040803/8036a7>. Acesso em: 01 mai. 2022.

BARCELOS, R. PEDROSO, M. C. J. M. **Desenvolvimento pessoal e interpessoal**. IPPR, Rede e-Tec Brasil, Curitiba – PR. 2012.

BERGAMINI, C. W. Liderança, administração do sentido. **Rev. Administração de Empresas**, São Paulo, v. 34, n. 3, p. 102 - 114, Maio/Jun. 1994. Disponível em: <https://doceru.com/doc/nx15s8>. Acesso em: 30 jul. 2022.

BESERRA, E. P. MACEDO, M. E. C. Interpersonal Relationships and the Influence on the Scope of Organizational Goals. Id on Line **Rev. Mult. Psic.** V.14, N. 50 p. 139-150, Mai. 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2401/0>. Acesso em: 07 out. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Área Territorial: Área territorial brasileira 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/sao-miguel/panorama>. Acesso em 01 Out. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo**. IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/sao-miguel/panorama>. Acesso em 01 Out. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População no último censo**. IBGE, Censo Demográfico 2010. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/sao-miguel/panorama>. Acesso em 01 Out. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População ocupada**. IBGE, Cadastro Central de Empresas (CEMPRE) 2020, IBGE, Estimativa da população 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/sao-miguel/panorama>. Acesso em 01 Out. 2022.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Salário médio mensal dos trabalhadores formais**. IBGE, Cadastro Central de Empresas 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/sao-miguel/panorama>. Acesso em 01 Out. 2022.

BUNN, F; FUMAGALLI, L. A. W. The leader's importance in the organization: influencing people for the obtaining of results. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 19, n. 2, p. 132-147, Jul./Dez. 2016. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/173/314>. Acesso em: 30 jul. 2022.

CAMMAROSANO, M. **Gestão do clima organizacional**. Rio de Janeiro: SESES, 2014.

CHIAVENATO, I. **Administração de recurso humanos: fundamentos básicos**. 7. ed. rev. e atual. Barueri – SP: Manole, 2009.



CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro – RJ: Elsevier, 2010.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri – SP: Manole, 2014.

CRISÓSTOMO, I. **A motivação como ferramenta de crescimento**. 2008. Disponível em: <https://administradores.com.br/artigos/a-motivacao-como-ferramenta-de-crescimento>. Acesso em: 11 mar. 2022.

CORREIA, F. G. S; SILVA, G. G. S; FERREIRA, L. S; FERREIRA, C. R. P. C. **Conflitos interpessoais nas organizações: um olhar transdisciplinar para a região metropolitana do Recife**. V CONEDU, Centro de Convenções de Pernambuco, Recife – PE, Out. 2018. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/46764>. Acesso em: 26 set. 2022.

DANTAS, A. A. HENRIQUES, F. R. **Relações interpessoais no ambiente de trabalho**. UNAERP, *Rev. Científica Integrada*, ed. 5, v. 4, Ribeirão preto – SP. 2020. Disponível em: <https://www.unaerp.br/revista-cientifica-integrada/edicoes-anteriores/volume-4-edicao-5/4171-rci-relacionamento-interpessoal-122020/file>. Acesso em: 07 out. 2022.

DIAS, S. R. **Clima e cultura organizacional**. UnP. Natal – RN: Edunp, 2011. Disponível em: [https://conteudo.unp.br/ebooks\\_ead/Clima\\_e\\_Cultura\\_Organizacional.pdf](https://conteudo.unp.br/ebooks_ead/Clima_e_Cultura_Organizacional.pdf). Acesso em: 13 ago. 2022.

DUNBRIN, A. J. **Fundamentals of Organizational Behavior**. 6. ed. EUA. Academic Media Solution, 2019. Disponível em: <https://pt.b-ok.lat/book/5241098/b2a5e4>. Acesso em: 06 ago. 2022.

ESCORSIN, A.P; WALGER, C. **Liderança e Desenvolvimento de Equipes**. 1. ed. Curitiba – SP: InterSaberes, 2017. Disponível em: <https://pt.b-ok.lat/book/6052610/db94af>. Acesso em: 15 abr. 2022.

FIGUEIRA, A. A; SCHUCHMANN, B. S; AUGUSTO, M; BARALHAS, C; PAGLIA, A. **Impactos dos diferentes tipos de liderança nas organizações**. XVII SEGeT. Associação educacional Dom Bosco, Resende, RJ. Dez. 2020. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos20/373025.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2022.

FONSECA, L. REIS, R. MESQUIT, K. ALCANTARA, A. O. **Relacionamento interpessoal & trabalho em equipe: Impactos num ambiente organizacional**. XII Congresso nacional de excelência em gestão, 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/36444138-Relacionamento-interpessoal-trabalho-em-equipe-impactos-num-ambiente-organizacional.html>. Acesso em: 07 out. 2022.

FONTANA, F. **Técnicas de pesquisa**. In: ZAMBELLO, A. V; SOARES, A. G; TAUIL, C. E; DONZELLI, C. A; FONTANA, F; MAZUCATO, T. (org.). **Metodologia da pesquisa e do trabalho científico**. Penápolis: FUNEPE, 2018. p. 59-77.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 25 abr. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

HOLSTEIN, J. The role of leadership in managing results. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 20, n. 1, p. 138 - 150, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/124>. Acesso em: 20 mar. 2022.

HUNTER, J. C. **O monge e o executivo: uma história sobre a essência da liderança**. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

LÜCK, H. **Gestão da Cultura e do Clima Organizacional da Escola**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

LUZ, R. S. **GESTÃO DO CLIMA ORGANIZACIONAL**: Proposta de critérios para metodologia de diagnóstico, mensuração e melhoria. 2003, 182 p. Dissertação (Mestrado em Sistema de Gestão) – Universidade Federal Fluminense, Niterói – RJ, 2003. Disponível em: <https://docplayer.com.br/17689755-Ricardo-silveira-luz.html>. Acesso em: 20 ago. 2022.

MALAKOWSKY, H. F. KASSICK, C. **O conflito no ambiente de trabalho: um estudo sobre causas e consequências nas relações**. Gestão e Desenvolvimento, Novo Hamburgo, Ano XI, v. 11, n. 1, p. 113-128, jan. 2014. Disponível em: <https://periodicos.feevale.br/seer/index.php/revistagestaoedesenvolvimento/article/view/74>. Acesso em: 26 set. 2022.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAXIMIANO, A.C.A. **Teoria geral da administração: Da Revolução Urbana à Revolução Digital**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOREIRA, E. G. **Clima organizacional**. Curitiba – PR: IESDE Brasil S.A, 2008. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4672767/mod\\_folder/content/0/clima%20organizacional.pdf?forcedownload=1](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4672767/mod_folder/content/0/clima%20organizacional.pdf?forcedownload=1). Acesso em: 13 ago. 2022.

NOGARO, A.; SOUSA, J. L.; GRESELLE, A. **O protagonismo do líder na motivação de equipes**. Perspectiva, Erechim. v. 39, n.146, p. 85-97, jun. 2015. Disponível em: [https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/146\\_511.pdf](https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/146_511.pdf). Acesso em: 08 abr. 2022.

OLIVEIRA, D. CARVALHO, R. J. ROSA, A. C. M. **Clima Organizacional: Fator de Satisfação no Trabalho e Resultados Eficazes na Organização**. IX SEGeT. Associação educacional Dom Bosco, Resende, RJ. Out. 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/artigos2012.php?pag=140>. Acesso em: 13 ago. 2022.

PEZZI, C. R. FIGUEIREDO, P. A. **Práticas de recursos humanos**. IPPR, Rede e-Tec Brasil, Curitiba – PR. 2013.

RIZZOTTO, P. S. Conflitos organizacionais e os relacionamentos: O papel do líder na administração de conflitos. **Rev. Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 02, Vol. 03, pp. 109-126. Fevereiro de 2020. ISSN: 2448-0959, Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/administracao-de-conflitos>. Acesso em: 26 set. 2022.

ROBBINS, S. P; JUDGE, T. A. SOBRAL, F. **Comportamento organizacional: teorias e práticas no contexto brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SEVERINO. A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

SILVA, C. M. C.; PEIXOTO, R. R.; BATISTA, J. M. R. A influência da Liderança na Motivação da Equipe. **Rev. Eletrônica Novo Enfoque**. Universidade Castelo Branco, v. 13, n. 13, p. 195-206. Ano 2011. Disponível em <http://revistas.ung.br/index.php/3setor/article/view/1923/1517>. Acesso em: 05 mar. 2022.

SILVA, L. O. **O comércio atacadista e a estruturação da periferia urbana de Uberlândia (MG)**. 2016, 162 P. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia – MG, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/17927/1/ComercioAtacadistaEstruturação.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2022.

SIQUEIRA; M. M. M. (org.). **Medidas do comportamento organizacional: Ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Porto Alegre – RS: Artmed, 2008.

SOUZA, D. A; BERALDO, G. O; CASTRO, S. H; BERALDO, V. F. L. **CLIMA ORGANIZACIONAL: Uma análise dos fatores motivacionais em uma empresa brasileira de produtos hospitalares**. XVI SEGeT. Associação educacional Dom Bosco, Resende, RJ. Out. 2019. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/artigos2019.php?pag=292>. Acesso em: 20 mar. 2022.

TAJRA, S. F. **Comunicação e Motivação nas Organizações**. Valinhos: 2016.

VERGARA, S. C. **Gestão de pessoas**. 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

# DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL NO ALCANCE DE INDICADORES DO SELO UNICEF

Antonio Regis Gomes Santana

Francisco Edmilson Dias Araújo

Francisco Arivaldo Holanda Pinheiro Júnior

Francisco Clébio de Figueiredo

Regidiana Maria da Conceição

## RESUMO

O selo Unicef é um programa criado para contribuir com a redução das desigualdades e fortalecer as políticas públicas que garantam os direitos das crianças e adolescentes em escala nacional, estadual, regional e municipal. Nesse contexto, o presente trabalho teve por objetivo avaliar os desafios e perspectivas da gestão pública municipal de Francisco Dantas-RN no alcance de indicadores do Selo Unicef - Município Aprovado. Para tanto, utilizou-se de recursos bibliográficos e análises documentais, bem como, aplicou-se questionários de percepção a gestores (articulador do programa e secretário de saúde) e população. A pesquisa mostrou que a população de Francisco Dantas está satisfeita com as políticas desenvolvidas pelos setores da saúde (91,3%), educação (85,1%) e assistência social (83,9%). Além disso, identificou-se que os resultados sistêmicos, a gestão municipal participativa e a participação da população compõem os três principais fatores que contribuem para a obtenção do selo no município. Verificou-se que os resultados das ações desenvolvidas refletem nos bons percentuais apresentados no relatório de meio período da edição 2017-2020. Assim, os desafios impostos condizem com a efetivação das políticas de assistência, principalmente à criança e adolescentes, público alvo do programa. Quanto as perspectivas, nota-se que há um comprometimento da gestão com o programa do selo, o que pode refletir numa possível certificação do município.

**Palavras-chave:** Administração pública. Controle social da administração pública. Indicadores de desempenho. Gestão participativa. Avaliação de programas sociais.

## CHALLENGES AND PERSPECTIVES OF MUNICIPAL PUBLIC MANAGEMENT WITHIN IN REACH THE UNICEF SEAL INDICATORS

### ABSTRACT

The Unicef seal is a program created to contribute to the reduction of inequalities and to strengthen public policies that guarantee the rights of children and adolescents on a national, state, regional and municipal scale. In this context, the present study aimed to evaluate the challenges and perspectives of the municipal public management of Francisco Dantas-RN in reaching indicators of the Unicef Seal - Approved Municipality. For that, bibliographic resources and documentary analyzes were used, as well as perception questionnaires were applied to managers (program coordinator and health secretary) and population. The survey

showed that the population of Francisco Dantas is satisfied with the policies developed by the health (91.3%), education (85.1%) and social assistance (83.9%) sectors. In addition, it was identified that systemic results, participatory municipal management and population participation make up the three main factors that contribute to obtaining the seal in the municipality. It was found that the results of the actions developed reflected in the good percentages presented in the part-time report of the 2017-2020 edition. Thus, the challenges imposed are consistent with the effectiveness of assistance policies, especially for children and adolescents, the target audience of the program. As for the prospects, it is noted that there is a commitment from management to the seal program, which may reflect on a possible certification by the municipality.

**Keywords:** Public administration. Social control of public administration. Performance indicators. Participative management. Evaluation of social programs.

## 6 INTRODUÇÃO

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2020), o Brasil possui uma população de 211,5 milhões de pessoas, dos quais 20,87% correspondem a jovens e crianças de até 14 anos. São dezenas de milhões de pessoas que possuem direitos e deveres e necessitam de condições para desenvolver com plenitude todo o seu potencial.

Visando garantir às crianças e adolescentes um ambiente saudável para o seu desenvolvimento surgem políticas e organizações que atuam diretamente para que haja a visibilidade desse grupo específico de pessoas, como o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) por exemplo. O UNICEF foi criado em uma sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, no ano de 1946, no intuito de promover o desenvolvimento e a segurança das crianças e adolescentes de todo o mundo e trabalha para garantir a proteção dos direitos da criança, ajuda-as a ter suas necessidades básicas atendidas e apresenta oportunidades para que elas descubram seus potenciais (UNICEF, 2020).

No Brasil, a organização colaborou para que houvesse diversos avanços na qualidade de vida das crianças e jovens do país. O UNICEF fundou sua primeira base no território brasileiro em 1950, na cidade de João Pessoa/PB, uma vez que o foco da atuação no país é nas regiões Norte e Nordeste, pois são nestas áreas onde se encontram as crianças em situação de maior risco (OLIVEIRA *et.al.*, 2018).

Oriundo do Pacto Nacional Um Mundo para a Criança e Adolescente do Semiárido, instituiu-se nos estados do Nordeste o programa “Selo Unicef - Município Aprovado”, tendo o estado do Ceará como piloto para possível ampliação do programa. Oliveira *et al.*, (2018) explicam que o selo é um programa que visa auxiliar os municípios na região do semiárido no

Brasil e foi desenvolvido pelo UNICEF com o objetivo maior de ajudar o país a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODS) relacionados às crianças e adolescentes.

A metodologia para obtenção do selo foi publicada no relatório de 2008, onde foram definidos 13 indicadores de impacto social e 21 indicadores de gestão. Para certificação, era necessário que os municípios conquistassem avanços em ao menos, seis indicadores do primeiro grupo e dez do segundo, além de serem necessários avanços em dois temas de participação social, de um total de quatro (NASCIMENTO, 2013). Dentre os indicadores é possível destacar os direcionados à saúde da criança e do adolescente, visando melhorias na qualidade de vida destes.

Desta forma, o Selo UNICEF torna-se um mecanismo necessário para os municípios, uma vez que, através da interiorização de políticas públicas para as crianças e adolescentes, bem como o incentivo do próprio selo, fará com que as secretarias atuem diretamente como esses públicos, garantindo saúde, educação e dignidade.

O município de Francisco Dantas-RN, de acordo com Relatório de indicadores de Meio Período - Selo UNICEF - Edição 2017-2020 (UNICEF, 2020), é avaliado para aprovação de acordo com os indicadores, tanto de gestão como o de impacto social. O projeto do selo possui indicadores associados a três secretarias: Assistência social, Educação e Saúde. Esta, possui uma maior quantidade de indicadores e, portanto, de responsabilidades. Dessa forma, é importante diagnosticar: como as ações da Secretaria Municipal de Saúde de Francisco Dantas/RN tem colaborado para que os indicadores do Selo UNICEF se tornem satisfatórios para aprovação?

Neste contexto, o objetivo deste trabalho consiste em avaliar os desafios e perspectivas da gestão pública municipal no alcance de indicadores do Selo Unicef - Município Aprovado, buscando para isso identificar os fatores que influenciam na obtenção do Selo UNICEF; descrever as ações realizadas na área de saúde pela gestão pública municipal de Francisco Dantas- RN na busca pelo Selo UNICEF; e avaliar a relevância da participação da população, no tocante a obtenção do Selo UNICEF.

## **7 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 UNICEF: Breve Histórico**

Em meio à segunda Guerra Mundial, criou-se o UNICEF durante a primeira Assembleia Geral das Nações Unidas no intuito de fornecer atenção as famílias de soldados que

participaram da guerra. Porém, com o fim da guerra, debateu-se sobre o futuro da agência, indagando-se que as Nações Unidas não podiam ignorar as crianças ameaçadas pela fome e pela doença em outros países (NASCIMENTO, 2013).

Assim, em 1953 o UNICEF tornou-se um órgão permanente do sistema das Nações Unidas para atender crianças do mundo inteiro. Além disso, passou a incluir como objeto de atuação a saúde materno-infantil e a promoção dos Direitos Humanos das Crianças e dos Adolescentes (ROSEMBERG, 2003).

O UNICEF age na relação entre norma e lei, entre disciplina e soberania jurídica pois,

ao mesmo tempo que prescreve normativas internacionais do direito, em um contexto de Estado Democrático, também recomenda receitas normalizadoras das condutas na minúcia das mesmas, portanto, na lógica disciplinar, e realiza tal relação pela composição de um agenciamento político de práticas vizinhas (LEMOS *et. al.* 2015, p. 3).

A agência atua no Brasil desde 1950, e desde então trabalha para apoiar o Brasil no cumprimento de suas obrigações, de assegurar que cada criança e cada adolescente desfrutem de seu direito a sobreviver e se desenvolver, aprender, proteger-se do HIV, crescer sem violência e ser prioridade absoluta nas políticas públicas. Em suas iniciativas, o UNICEF dá prioridade às crianças negras, às indígenas, às que vivem no Semiárido, na Amazônia e nas comunidades populares dos grandes centros urbanos (UNICEF, 2020).

Nessa perspectiva histórica, é notório que UNICEF cresceu e se expandiu, tanto na forma quanto no propósito de sua atuação. Nas últimas décadas, o Brasil promoveu um forte processo de inclusão de crianças e adolescentes nas políticas públicas. Entretanto, uma significativa parcela da população continua excluído. Assim, com a criação de políticas de fortalecimento, como o selo UNICEF, a agência tem inserido mais crianças e adolescentes, na promoção dos direitos infanto-juvenis (UNICEF, 2020).

O Selo UNICEF é uma iniciativa implementada em 1999, no Nordeste, mais especificamente no estado do Ceará. Trata-se de um programa instituído pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que buscava estimular e reconhecer avanços reais no que diz respeito ao desenvolvimento de políticas públicas que promovessem a garantia dos direitos de crianças e adolescentes em municípios do Semiárido e da Amazônia Legal brasileira (UNICEF, 2020).

O Guia metodológico do Selo ressalta que, além de uma certificação de qualidade, o projeto é uma estratégia metodológica de fomento à consecução da efetivação dos direitos das crianças e dos adolescentes, especialmente nas áreas de Saúde, Educação e Proteção Social

(UNICEF, 2018a). Ainda, é um projeto concordante com as metas da Declaração do Milênio, o que de acordo com Nascimento (2013), o estado se compromete, dentre as diversas metas, em universalizar a Educação Básica minimizando o analfabetismo.

Ao aderir ao Selo UNICEF, o município assume o compromisso de manter a agenda de suas políticas públicas pela infância e adolescência como prioridade, porque:

Ao participar do Selo UNICEF, o município deve seguir a metodologia proposta para fortalecer as competências de atores locais para que eles possam trabalhar de forma intersetorial e integrada e oferecer políticas públicas com qualidade, além de monitorar os indicadores sociais e avaliar o desempenho e atividades de participação social. O envolvimento e participação dos Conselhos de Direitos, Tutelar e setoriais também é parte fundamental do processo de participação social. Também devem implementar ações de mobilização social que garantam a participação de adolescentes (UNICEF, 2018a, p. 9).

O projeto iniciado em 1999, teve a sua última edição (2013-2016) “e contabilizou a participação de 1.745 municípios do Semiárido e Amazônia. Todo trabalho desenvolvido nesta edição em prol da qualificação das políticas públicas e da garantia dos direitos de crianças e adolescentes resultou na certificação do Selo UNICEF a 504 municípios participantes” (UNICEF, 2018a, p.11).

A certificação ocorre mediante o cumprimento dos objetivos estabelecidos em cada edição. Para tanto, é importante ressaltar que a existência dos indicadores é essencial para que sejam traçadas estratégias a serem adotadas em cada realidade, bem como a consolidação de ações que promovam a inclusão de crianças e adolescentes em diferentes esferas da sociedade.

## **2.2 Indicadores de Desempenho**

Os indicadores de desempenho configuram uma parcela fundamental no setor administrativo, pois retrata descritivamente sobre a qualidade do trabalho, custos associados e tempo (TATIKONDA 1998). Para Hacker & Brotherton (1998) os sistemas de medidas de desempenho devem oportunizar a capacitação técnica a administradores de uma organização no intuito de verificar se os objetivos estão concomitantes com as atividades desenvolvidas.

Os indicadores são definidos por Ferreira, Cassiolato e Gonzalez (2009, p. 24) como sendo:

Uma medida, de ordem quantitativa ou qualitativa, dotada de significado particular e utilizada para organizar e captar as informações relevantes dos elementos que compõem o objeto da observação. É um recurso metodológico que informa empiricamente sobre a evolução do aspecto observado.



Logo, através dessa definição é possível inferir que os indicadores possuem fundamental utilidade nas organizações, já que promovem o desenvolvimento organizacional por meio de sua estrutura metodológica, contribuindo no processo de evolução.

A utilidade dos indicadores de desempenho é relatada por Uchoa (2013) como uma confirmação de que as metodologias empregadas na organização estão corretas. Logo, se os objetivos não estiverem sendo alcançados, se faz necessário o emprego de alguma estratégia para que então isso aconteça. Além disso, os indicadores de medidas podem ser classificados como sendo o de esforço e de resultado, conforme ilustrado no Quadro 1.

**Quadro 1 - Indicadores de Esforço e Resultado.**

<b>Indicadores de Esforço</b>	<b>Indicadores de Resultado</b>
Insumos Execução Eficiência	Eficácia Efetividade

Fonte: Adaptado de Uchoa (2013).

É importante destacar também a natureza comparativa dos indicadores de medida, uma vez que vislumbram o desempenho da organização. Em uma visão mais sistemática,

um conjunto de dados isolado mostrando os resultados atingidos por uma instituição não diz nada a respeito do desempenho da mesma, a menos que seja confrontado com metas ou padrões preestabelecidos, ou realizada uma comparação com os resultados atingidos em períodos anteriores, obtendo-se assim uma série histórica para análise (BRASIL, 2000, p.10).

Diante da visão geral sobre os indicadores de desempenho, é perceptível que usufruir deste tipo de mecanismo estratégico em organizações e projetos, como o adotado pelo programa do selo Unicef, se faz necessária, uma vez que é possível alcançar os objetivos almejados, bem como viabilizar novos métodos para o sucesso organizacional.

### 2.3 Resultados Sistêmicos e Indicadores do Selo Unicef

Considerando que a certificação do selo ocorre mediante as edições publicadas para a participação dos municípios, é notório que há mudanças estratégicas em cada edição no intuito de melhorar o projeto, além de contribuir para que haja efetividade em trabalhos designados às crianças e adolescentes.

A atual edição do selo UNICEF (2017-2020) tem adotado uma metodologia que inclui dezessete resultados sistêmicos, ou seja, atribuições de pontos em que os municípios

precisam realizar (UNICEF, 2020). Para cada resultado sistêmico é registrado uma ação de validação. Além disso, os itens são distribuídos entre obrigatórios ou não como ilustrado na Figura 1:

**Figura 1 - Resultados Sistêmicos e Ações de Validação edição 2017-2020**

<b>OBJETIVO 1</b> Garantir políticas especializadas para crianças e adolescentes excluídos	<b>RESULTADO SISTÊMICO 1</b> Registro civil de nascimento assegurado a todas as crianças e adolescentes	<b>RESULTADO SISTÊMICO 2</b> Programa de busca ativa, inclusão e acompanhamento de crianças e adolescentes na escola implementado	<b>RESULTADO SISTÊMICO 3</b> Programas e políticas de inclusão social de famílias vulneráveis funcionando no município		
	<b>AÇÕES DE VALIDAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>1.1 Criar o comitê municipal de articulação para a erradicação do sub-registro civil de nascimento</li> <li>1.2 Implementar fluxo de atendimento para emissão gratuita da certidão de nascimento e desenvolver ações de busca ativa de crianças sem certidão de nascimento no município</li> </ul>	<b>AÇÃO DE VALIDAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>2.1 Implementar a estratégia de Busca Ativa Escolar (UNICEF/UNDIME/COEGEMAS)</li> </ul>	<b>AÇÕES DE VALIDAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>3.1 Realizar busca ativa e cadastramento de famílias vulneráveis por meio do(s) Centro(s) de Referência em Assistência Social (CRAS)</li> <li>3.2 Encaminhar as famílias para os programas, serviços e benefícios previstos no SUAS</li> </ul>		
<b>OBJETIVO 2</b> Garantir políticas sociais de qualidade para crianças e adolescentes vulneráveis	<b>RESULTADO SISTÊMICO 4</b> Programas de melhoria do estado nutricional das crianças e adolescentes, incluindo a promoção do aleitamento materno e alimentação saudável, implementados	<b>RESULTADO SISTÊMICO 5</b> Acesso ao pré-natal garantido segundo os critérios de qualidade do Ministério da Saúde	<b>RESULTADO SISTÊMICO 6</b> Serviços qualificados para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens em funcionamento conforme diretrizes do Ministério da Saúde	<b>RESULTADO SISTÊMICO 7</b> Ações de promoção de direitos sexuais e reprodutivos e prevenção das IST/Aids voltadas para adolescentes e jovens implementadas	<b>RESULTADO SISTÊMICO 8</b> Estratégia para redução da distorção idade-série implementada
	<b>AÇÕES DE VALIDAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>4.1 Implementar a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil 4.1.1. Para municípios que têm população indígena: incluir as crianças indígenas na Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil.</li> <li>4.2 Implementar a ação IX ("Promoção da Alimentação Saudável e Prevenção da Obesidade Infantil") do Programa Saúde na Escola (PSE/MS e MEC)</li> </ul>	<b>AÇÕES DE VALIDAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>5.1 Implementar serviços de pré-natal de qualidade desde o primeiro trimestre de gravidez, de acordo com as normativas do Ministério da Saúde</li> <li>5.2 Oferecer o teste rápido de HIV e Sífilis a todas as gestantes, a fim de garantir o diagnóstico oportuno e o tratamento adequado</li> </ul>	<b>AÇÕES DE VALIDAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>6.1 Implementar ações de promoção da saúde do adolescente envolvendo o uso da Caderneta de Saúde do Adolescente ou seus conteúdos</li> <li>6.2 Garantir a atenção humanizada e especializada para adolescentes e jovens nas unidades de saúde, com ênfase na prevenção, no diagnóstico precoce das IST/HIV e no tratamento adequado</li> </ul>	<b>AÇÕES DE VALIDAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>7.1 Assegurar que as equipes escolares desenvolvam atividades com os adolescentes sobre os direitos sexuais e reprodutivos, prevenção da gravidez na adolescência e prevenção de IST</li> <li>7.2 Implementar a ação XI ("Prevenção de DST/Aids e orientação sobre direito sexual e reprodutivo") do Programa Saúde na Escola (PSE/MS e MEC)</li> </ul>	<b>AÇÕES DE VALIDAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>8.1 Mapear estudantes com distorção idade-série nas escolas públicas do município</li> <li>8.2 Implementar estratégia de oferta de currículos específicos para estudantes em distorção idade-série nas escolas públicas do município</li> </ul>
	<b>RESULTADO SISTÊMICO 9</b> Estratégia de promoção da Igualdade Racial implementada na rede escolar municipal	<b>RESULTADO SISTÊMICO 10</b> Primeira Infância valorizada como prioridade na agenda de políticas públicas do município	<b>RESULTADO SISTÊMICO 11</b> Sistema Único de Assistência Social oferecido no município	<b>RESULTADO SISTÊMICO 12</b> Acesso ao esporte educacional, seguro e inclusivo garantido a todas as crianças e adolescentes do município	
	<b>AÇÕES DE VALIDAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>9.1 Implementar as leis 10.639/03 e 11.654/08 nas escolas, conforme orientações previstas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, africana ou indígena</li> <li>9.2 Realizar a campanha Por Uma Infância Sem Racismo de modo intersetorial</li> </ul>	<b>AÇÕES DE VALIDAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>10.1 Realizar a Semana do Bebê anualmente</li> <li>10.2 Implementar estratégias de fortalecimento de competências familiares para crianças em situação de vulnerabilidade</li> <li>10.3 Realizar atividades de auto-avaliação da educação infantil no município com o uso do Indicadores de Qualidade da Educação Infantil (INDIQUE/MEC) e definindo estratégias para a melhoria da educação infantil no município</li> <li>10.4 Implementar estratégias para ampliar a cobertura vacinal de rotina das crianças menores de 5 anos</li> </ul>	<b>AÇÕES DE VALIDAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>11.1 Implementar redes comunitárias de proteção de direitos de crianças e adolescentes e prevenção da violência</li> <li>11.2 Assegurar o funcionamento dos CRAS e CREAS (próprios ou de referência regional) de acordo com as normativas e parâmetros do SUAS</li> <li>11.3 Assegurar o funcionamento do Conselho Tutelar de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente</li> </ul>	<b>AÇÕES DE VALIDAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>12.1 Participar e concluir o curso Portas Abertas para a Inclusão para professores e gestores de escolas públicas do município</li> <li>12.2 Implementar projetos que contribuam para estruturar programas e atividades de promoção do esporte educacional seguro e inclusivo</li> </ul>	
	<b>RESULTADO SISTÊMICO 13</b> Serviços integrados de atendimento a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência ofertados no município	<b>RESULTADO SISTÊMICO 14</b> Situações de violência e trabalho infantil prevenidas e notificadas no município	<b>RESULTADO SISTÊMICO 15</b> Serviços de atendimento socioeducativo em meio aberto disponíveis no município e alimentando os cadastros nacionais	<b>RESULTADO SISTÊMICO 16</b> Ações multissetoriais de proteção ao direito à vida dos adolescentes e contra a violência implementadas no município	
	<b>AÇÕES DE VALIDAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>13.1 Implementar os parâmetros de escuta e depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, conforme a Lei 13.431/17</li> <li>13.2 Ofertar serviços integrados de atendimento (saúde, assistência, educação, justiça e segurança) às crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência em âmbito municipal</li> </ul>	<b>AÇÕES DE VALIDAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>14.1 Alimentar o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) anualmente</li> <li>14.2 Realizar ações de comunicação e sensibilização da sociedade sobre situações de violências e trabalho infantil</li> </ul>	<b>AÇÕES DE VALIDAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>15.1 Oferecer atendimento socioeducativo em meio aberto de acordo com parâmetros do SINASE, por meio da implementação do fluxo integrado entre a assistência social, a saúde, a educação, o Sistema de Justiça e o Poder Judiciário</li> <li>15.2 Atualizar periodicamente os cadastros nacionais do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) com informações de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no município</li> </ul>	<b>AÇÕES DE VALIDAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>16.1 Desenvolver e implementar programas municipais de prevenção da violência e de proteção às famílias de adolescentes vítimas de homicídio e/ou de adolescentes ameaçados de morte</li> <li>16.2 Desenvolver ações de comunicação sobre valorização e proteção da vida e contra a violência (abordando temas relacionados a homicídios, acidentes de trânsito e suicídios)</li> </ul>	
<b>OBJETIVO 4</b> Promover o engajamento e participação dos cidadãos	<b>RESULTADO SISTÊMICO 17</b> Mecanismos de escuta e participação da sociedade (especialmente de crianças e adolescentes) na elaboração e controle social de políticas públicas institucionalizados	<b>AÇÕES DE VALIDAÇÃO</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>17.1 Implementar núcleo de Cidadania de Adolescentes conforme as atividades previstas no Guia de Mobilização de Adolescentes</li> <li>17.2 Realizar dois Fóruns Comunitários e uma Reunião intermediária de Acompanhamento, garantindo a participação de adolescentes</li> <li>17.3 Apoiar o funcionamento regular do CMDCA como órgão deliberativo e controlador das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas e atuando a partir do Plano Municipal Decenal sobre Direitos de Criança e Adolescente</li> </ul>			

Resultados sistêmicos obrigatórios



Fonte: UNICEF, 2018b.

Um exemplo de resultado sistêmico voltado para o setor da saúde ilustrado na figura anterior é o objetivo 2, que visa garantir políticas sociais de qualidade para crianças e adolescentes vulneráveis, e tem como resultado sistêmico obrigatório número 7 a promoção e prevenção de doenças sexualmente transmissíveis. Trata-se de um item obrigatório a ser cumprido e tem como ação de validação assegurar o desenvolvimento de atividades escolares cujo o tema aborde questões sobre direitos sexuais (UNICEF, 2018b).

Outro método adotado refere-se aos doze Indicadores de Impacto Social para a edição 2017-2020, ou seja, em que aspectos elencados pelo selo os municípios precisam melhorar (UNICEF, 2020). Para cada impacto são elencados indicadores associados, vislumbrando impactos relacionados aos direitos à saúde, educação, proteção e participação social de crianças e adolescentes.

Neste contexto, é possível citar o impacto direcionado para a garantia de acesso ampliado a programa de saúde para meninos e meninas, bem como à educação e proteção social adequados e de qualidade e participando ativamente na elaboração, implementação e monitoramento destes serviços. São sete indicadores associados a este impacto, que devem ser melhorados pelos gestores para a obtenção do selo (UNICEF, 2018c).

Diante do exposto, o gestor tem a competência de elaborar um planejamento e definir os atores que irão compor a equipe frente aos propósitos estabelecidos na busca da certificação. Neri (2014) enfatiza que, em um processo participativo, dois instrumentos de planejamento devem ser elaborados pela gestão municipal: a primeira seria um diagnóstico da situação da infância e adolescência, que inclui um mapeamento dos programas e serviços públicos para a população infanto-juvenil; e o segundo contemplaria um plano municipal de ação, com a proposta de enfrentar os principais problemas que afetam a população de 0 a 17 anos, contribuindo para o assistencialismo desse grupo de pessoas, bem como contribuindo para que o município seja contemplado com o selo.


Portanto, o planejamento das ações intersetoriais para o cumprimento dos indicadores é de suma importância para o município, já que a adoção da intersetorialidade na implantação de políticas públicas pode promover maior compreensão entre variados aspectos, refletindo nos bons resultados dos programas e outras ações.

## **2.4 Dimensões da Saúde para o Selo Unicef**

No que tange ao programa do Selo, a abordagem dos indicadores de impacto considera as questões de saúde uma prioridade, e isso é evidenciado pois, a maior parcela dos indicadores

se direciona à saúde da criança e adolescente, conforme mostra a Figura 2, e, portanto, a necessidade de se abordar as discussões aprofundadas sobre esse setor.

**Figura 2 - Indicadores de Impacto do selo unicef edição 2017-2020**

ODS	IMPACTO	INDICADORES
 <b>Eradição da pobreza</b>	Meninos e meninas mais excluídos beneficiados pelas políticas públicas de inclusão e serviços especializados e participando ativamente em processos de tomada de decisão	<b>I.1</b> % de crianças de até 1 ano de idade com registro civil, do total de nascidos vivos <b>I.2</b> Taxa de abandono no Ensino Fundamental <b>I.3</b> % de crianças beneficiados pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) que estão na escola
 <b>Fome zero e agricultura sustentável</b>		
 <b>Boa saúde e bem-estar</b>		
 <b>Educação de qualidade</b>	Meninos e meninas com acesso ampliado a programas de saúde, educação e proteção social adequados e com qualidade, e participando ativamente na elaboração, implementação e monitoramento desses serviços	<b>I.4</b> % de crianças menores de 5 anos com peso alto para a idade <b>I.5</b> % de nascidos vivos de mulheres com idade entre 10 a 14 anos <b>I.6</b> % de gestantes com sífilis realizando tratamento adequado <b>I.7</b> % de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados <b>I.8</b> Distorção idade-série nos anos finais (6° ao 9° ano) do ensino fundamental <b>I.9</b> % de óbitos infantis investigados
 <b>Igualdade de gênero</b>		
 <b>Redução das desigualdades</b>		
 <b>Paz, justiça e instituições fortes</b>		
 <b>Parcerias em prol das metas</b>		
	Sistema de proteção capaz de prevenir e responder à violência contra crianças e adolescentes	<b>I.10</b> Taxa de mortalidade entre crianças e adolescentes de 10 a 19 anos por causas externas
	Cidadãos engajados colaborando ativamente para conduzir ações públicas para a realização dos direitos das crianças e dos adolescentes	<b>I.11</b> % de adolescentes de 16 e 17 anos cadastrados no Tribunal Regional Eleitoral

Fonte: UNICEF (2018c).

Essa perspectiva ainda redireciona ao atual sistema de saúde pública do país, o Sistema Único de Saúde (SUS), na qual segundo Silva e Machado (2020) trata-se do processo de instituição do maior e mais eficiente sistema gratuito de saúde do mundo, criado para atender a todos os brasileiros, sem distinção, e assim reconhecidas pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Um dos impactos do selo voltado à saúde diz respeito ao acesso ampliado aos programas de saúde a meninos e meninas, cujos indicadores vão desde a Atenção Primária de

Saúde (APS) até gestantes com sífilis que realizam tratamento adequado, dentre outros. A APS surge como uma estratégia de organização e reorganização dos sistemas de saúde em seu primeiro nível de atenção, e um modelo de mudança da prática clínico-assistencial dos profissionais de saúde (FERTONANI *et al.*, 2015).

Além disso, as questões de saúde devem ser atendidas como resultados sistêmicos no programa Selo Unicef. O Objetivo 2 sugere dentre as diversas garantias da criança e adolescente, serviços qualificados para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens em funcionamento conforme diretrizes do Ministério da Saúde. Schaefer *et al.* (2018) relatam que as intervenções provenientes dessas diretrizes destacam a importância de não se considerar o adolescente e o processo de adolecer como problemas, mas como uma janela de oportunidades de um sujeito em desenvolvimento inserido nos contextos social, cultural e coletivo.

Outro resultado sistêmico importante no setor da saúde corresponde a ações de promoção de direitos sexuais e reprodutivos e prevenção das IST/AIDS voltadas para adolescentes e jovens, como por exemplo, a ação XI (“Prevenção de DST/Aids e orientação sobre direito sexual e reprodutivo”) do Programa Saúde na Escola (PSE/MS e MEC). O PSE configura a probabilidade de fortalecimento, promovendo a transversalidade expressada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e a corresponsabilização entre estes setores (SANTIAGO *et al.*, 2012).

A premissa de fortalecimento dos setores públicos, bem como do engajamento entre as secretarias municipais elevam a importância da atuação conjunta para a melhoria dos serviços e para o desenvolvimento, a exemplo, a integração dos setores escola e saúde, que está inserida no Programa Saúde na escola. A transversalidade de temas a serem abordadas podem incluir desde saúde bucal a saúde sexual, etc.

De acordo com Moreira e Folmer (2015), na escola, a educação sexual, concomitante à educação em saúde, deve possibilitar aos alunos conhecer, refletir e discutir sobre questões ligadas à sexualidade, visando uma vida mais prazerosa, com mais consciência e liberdade nas escolhas, viabilizando uma qualidade de vida melhor.

Embora existam os programas que viabilizem a garantia dos direitos ao acesso saúde, bem como articulação de programas transversais, a gestão em escala municipal deve agir de forma eficaz e eficiente, principalmente para a obtenção do Selo Unicef – Município Aprovado. Isso, pois, segundo Bodstein (2002) a esfera municipal se transformou no principal responsável pela gestão da rede de serviços de saúde no país e os gestores municipais assumem papel fundamental para execução das ações e serviços de saúde atendendo as particularidades de cada região.

Portanto, os indicadores de impactos oriundos da atual edição do selo (2017-2020), mais especificamente os relacionados ao setor da saúde, configuram fundamental importância para a garantia de acessos e direitos à criança e adolescente, bem como possibilita novos rumos transformadores na gestão e assim tornar a obtenção do selo um objetivo possível.

## **8 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **3.1 Classificação da pesquisa**

Esta pesquisa desenvolveu-se sobre o enfoque quanti-qualitativo que, conforme Prodanov (2013), a abordagem qualitativa consiste na existência de uma relação entre a realidade e o sujeito, na qual as interpretações dos fenômenos são básicas no processo de pesquisa e, quantitativa, porque considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las.

Para isso, utilizou-se inicialmente como procedimento metodológico um estudo bibliográfico e documental como forma de assimilar os conceitos, o processo histórico e os mecanismos que norteiam o tema abordado nesta pesquisa. A pesquisa bibliográfica incide em colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto do tema abordado, e a pesquisa documental, de acordo com Gil (2008), consiste em utilizar materiais que não receberam ainda um tratamento analítico.

Quanto ao objetivo, este estudo é considerado como um estudo descritivo, uma vez que busca descrever as características de uma população fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis (GIL, 2008).

Como procedimento metodológico, foi realizado de um levantamento descritivo, o que segundo Gray (2012) objetiva avaliar as características de determinada população em um tempo específico, ou de forma comparativa, buscando compreender de que forma ocorre os eventos, e são realizadas para verificar atitudes, valores e opiniões.

Assim, os questionários aplicados consistiram em verificar a opinião de gestores como o articulador do programa selo Unicef e secretário de Saúde de Francisco Dantas acerca do programa, bem como aplicou-se questionário à população do referido município.

### **3.2 Contextualização geográfica e econômica do local da pesquisa**

Francisco Dantas é um município que está localizado na mesorregião Oeste Potiguar do estado do Rio Grande do Norte e possui uma área total de 181,558 km<sup>2</sup> e uma população estimada de 2.824 habitantes, o qual 922 são crianças e adolescentes de 0 a 19 anos de idade. Além disso a taxa de escolarização de 0 a 14 anos é de 97,8% e o índice de mortalidade infantil é de 22,2 óbitos por mil nascidos vivos (IBGE, 2019).

Referente à participação no Selo Unicef, na edição 2009-2012, o município esteve inscrito, porém não premiado. Quanto aos indicadores, de acordo com o relatório de base, a não premiação é justificada pelo não atendimento da média dos indicadores. Na edição seguinte 2013-2016 o município também não foi contemplado e, para a atual edição 2017-2020 Francisco Dantas está inscrito.

### **3.3 Instrumento de coleta de dados, universo e amostra**

Baseado nos eixos abordados no Selo UNICEF, o estudo se concentrou na secretaria de Saúde bem como na coordenação do Selo Unicef no município. Assim, foram elaborados três questionários estruturados visando identificar a percepção dos gestores e população quanto as ações desenvolvidas para obtenção do selo.

O primeiro questionário aplicou-se ao secretário de saúde, buscando investigar as principais perspectivas e ações da secretaria para obter o selo. Já o segundo questionário foi aplicado à coordenação (articulador) do programa no município, no intuito de analisar quais os principais desafios presentes e como funciona as estratégias administrativas no município para a obtenção do selo.

O terceiro questionário aplicou-se via plataforma online do *Google Forms*, para 161 habitantes de Francisco Dantas-RN, sendo uma amostra de 5,71% do universo pesquisado, cuja a margem de erro é de 5%, com 90% de confiança. Um link foi gerado e compartilhado com os moradores de Francisco Dantas por meio de e-mails, whatsapp e messenger, por um período de duas semanas, até que se completasse a amostra, cujo o tipo é definido como aleatória simples como definido por Bussab e Bolfarine (2005).

Este último questionário visa identificar se a população está engajada nas políticas públicas municipal e se conhecem o Selo Unicef- Município Aprovado. É importante ressaltar que a escolha da técnica de aplicação virtual se deu devido à pandemia do COVID 19 acometido no ano de 2020.

Ainda, o diagnóstico incidiu em analisar os documentos oficiais pertinentes aos resultados e impactos definidos pelo projeto na certificação do município. As discussões foram

baseadas em apontamentos já realizados por estudiosos, uma vez que contribuíram para a eloquência deste trabalho.

### **3.4 Análise de dados**

A técnica de análise dos dados é definida como análise documental e estatística descritiva, visto que se pretende descrever e resumir os dados obtidos na etapa de coleta. Assim definiu-se as principais perguntas, executou-se uma tabulação cruzada e filtragem dos resultados e utilizou-se dos cálculos numéricos para projeção percentual das respostas utilizando a Planilha eletrônica do Microsoft Office *EXCEL 2013*.

Os dados foram dispostos através de gráficos e/ou tabelas para melhor visualização dos resultados adquiridos. Por fim, averiguou-se o relatório de meio período no intuito de destacar as ações da gestão de Francisco Dantas perante aos indicadores propostos no selo.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

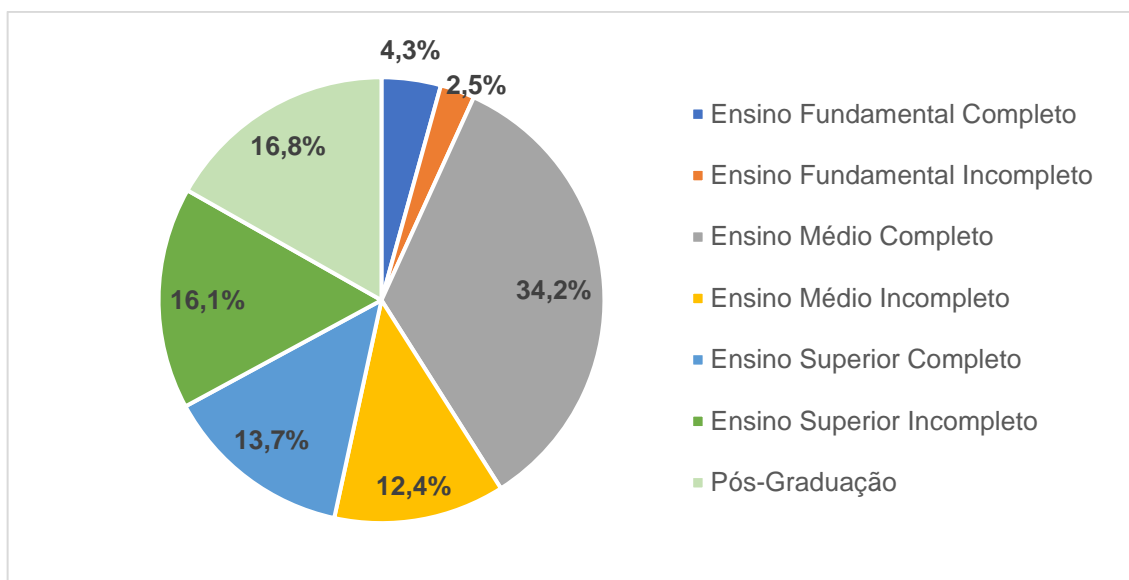
Os resultados obtidos no presente trabalho serão expostos e discutidos nos itens a seguir, analisando as características sociais dos entrevistados e a percepção quanto a rede de assistência municipal e ao programa selo Unicef. Ainda, averiguou-se a percepção do articulador do programa no município de Francisco Dantas e o secretário de saúde quanto aos desafios e perspectivas existentes na gestão.

### **4.1 Caracterização dos indivíduos entrevistados**

Participaram desta pesquisa 161 pessoas, no decorrer de duas semanas, dos dias 8 a 23 de outubro de 2020. Boa parte dos participantes (45,9%) possui faixa etária distribuída entre 18 a 25 anos e mais da metade dos pesquisados (62,1%) possui criança/adolescente morando na mesma casa, o que representa, por exemplo, o conhecimento sobre as ações e os programas que as crianças e adolescentes podem ter acesso. O nível de escolaridade distribuiu-se principalmente entre Ensino Médio Completo (34,2%) e Pós-Graduação (16,8%) como ilustrado na figura 3.

**Figura 3** - Nível de escolaridade dos entrevistados





Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Monteiro *et al.* (2013) afirma que a análise de perfis socioeconômicos em estudos de percepção é importante uma vez que permite conhecer os indivíduos envolvidos, facilitando a realização de ações de sensibilização sobre determinados assuntos específicos com base local.

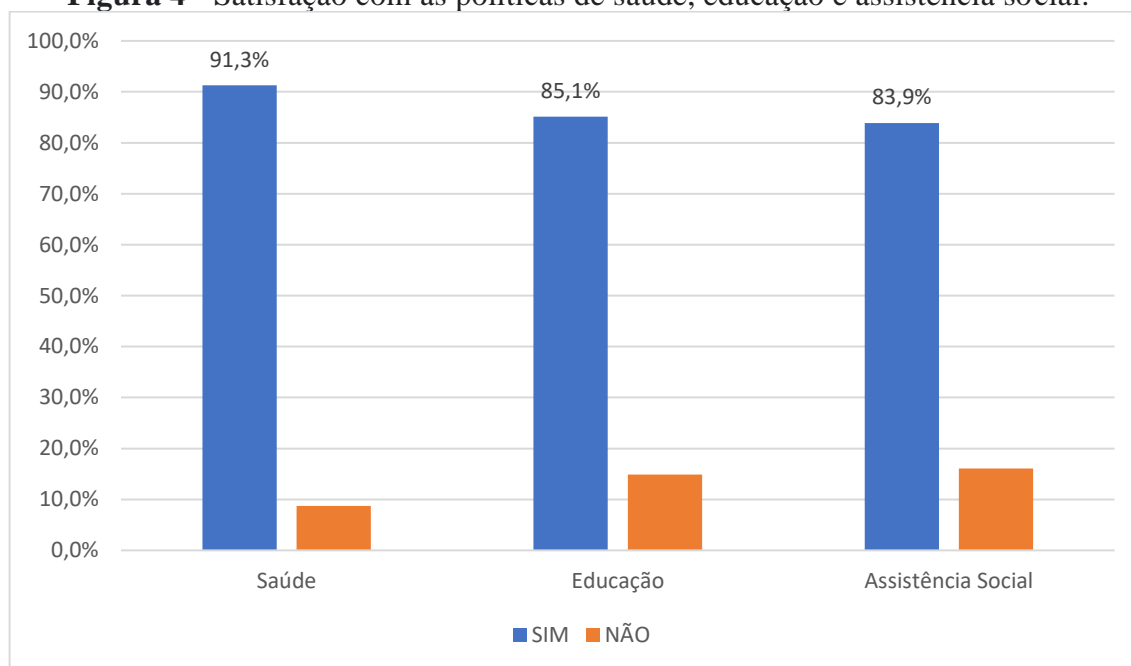
Nota-se que o maior percentual corresponde aos que possuem ensino médio completo, e isso pode ser associada a boa taxa de escolaridade relatada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE (2020). Ainda, é importante destacar que esses números e o grau de escolaridade refletem possivelmente na construção do conhecimento e dos saberes político-sociais dos participantes desta pesquisa.

#### 4.2 Percepção da população quanto à rede de assistência

A maioria dos cidadãos (87%) declararam que o município de Francisco Dantas dispõe de programas para garantir os direitos das crianças e adolescentes, porém 89,4% relatam que não estão inseridos nestes programas sociais. Quanto aos equipamentos sociais/comunitário utilizados pelos familiares, a unidade básica de saúde representou a maior parcela das respostas com 77,6%, seguido do CRAS (34,8%) e Creche/Pré-escola (24,8%). Ressalta-se que nesta pergunta era possível marcar mais de um equipamento social. Nota-se que a maioria da população utiliza a UBS, possuindo ou não crianças em suas residências, e que ainda, a saúde é observada como um setor mais abrangente, já que se trata de um direito universal e dever do estado, previsto em lei.

Quanto às políticas de saúde, educação e assistência social ofertada em Francisco Dantas, de acordo com as respostas dos participantes, identificou-se que o setor de saúde foi o mais satisfatório dos três, como pode ser observado na Figura 4:

**Figura 4 - Satisfação com as políticas de saúde, educação e assistência social.**



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

A satisfação da população com as políticas destes setores está associada com as políticas e ações desenvolvidas nas secretarias. Isso reflete diretamente no cumprimento dos indicadores de impacto e nos resultados sistêmicos do programa do selo Unicef, logo, na certificação do município com o selo. Assim, ao questionar qual secretaria era considerada a mais importante para a garantia dos direitos da criança e adolescente do município, os cidadãos declararam a secretaria de educação (51,6%), seguida da assistência social (32,9%) e saúde (15,5%), e esse resultado pode ser reflexo da atuação principal das escolas, uma vez que há uma articulação entre escola, criança e família.

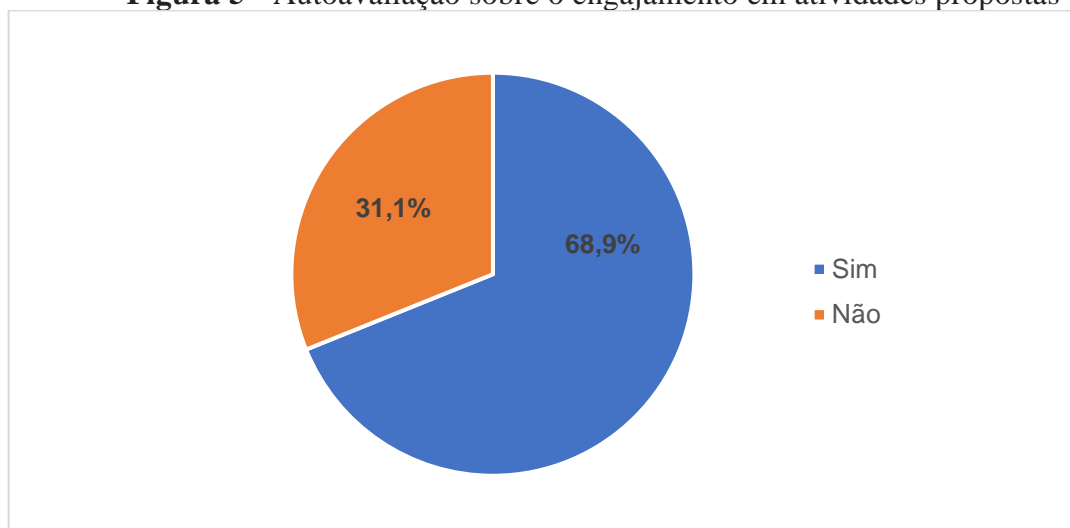
Dessa forma, é possível inferir que a grande parcela das pessoas usufrui mais dos serviços de saúde. Ainda, que os indicadores da saúde são os que possuem maior abrangência no programa do selo Unicef, e que, embora o setor da saúde seja o mais requisitado pela população, a educação é vista como a mais importante no que diz respeito as garantias dos direitos das crianças e adolescentes. Além disso, a intersetorialidade entre as secretarias e o desenvolvimento conjunto na abordagem de temas transversais sugerem a necessidade de ações de educação em saúde de modo a promover a integração dessas duas áreas.

### 4.3 Percepção/participação das pessoas sobre o programa Selo Unicef

A maioria dos pesquisados (79,5%) conhecem ou já ouviram falar no programa Selo Unicef-Município aprovado. Além disso, 66,5% saberiam definir o que significaria a certificação do município com o selo. O conhecimento acerca da obtenção do selo é de suma importância, visto que, a população pode contribuir e participar das ações e atividades propostas pelas secretarias, no intuito de alcançar os objetivos dos indicadores de impacto.

Ainda, ao questionar se os participantes consideravam-se participativos nas atividades propostas pelo município, mais da metade declararam que sim, como pode ser observado na Figura 5.

**Figura 5** - Autoavaliação sobre o engajamento em atividades propostas



Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Ao questionar sobre a forma como cada entrevistado poderia contribuir para o alcance do selo Unicef em Francisco Dantas, algumas das respostas correspondiam a não saber como fazer isso. Em contrapartida, alguns entrevistados relataram que poderiam contribuir “*criando e desenvolvendo espaços que contribuam para o desenvolvimento das crianças e adolescentes*”; “*atuando em conjunto às secretarias para atingir as metas propostas*”; “*participando das ações políticas e sociais do município*”; dentre outras formas (DADOS DA PESQUISA, 2020).

As respostas oriundas dos participantes desta pesquisa se associa com o que é proposto no próprio programa do selo, exposto no objetivo 4 que visa a promoção do engajamento e participação popular nas ações realizadas no município, cujo o resultado sistêmico número 17 propõe a inserção de mecanismos de escuta e participação da sociedade na elaboração e controle de políticas públicas. A exemplo da participação popular, é possível citar os relatos da inserção

no projeto NUCA, da secretaria de assistência social. Além disso, a gestão municipal pode incentivar a participação popular, fortalecendo o conhecimento sobre os direitos e a proteção de crianças e adolescentes, criando oportunidades onde os cidadãos possam participar de processos democráticos de desenvolvimento das crianças e adolescentes, dentre outros (UNICEF, 2020).

Assim, incentivar e inserir a população em ações desenvolvidas no município é uma alternativa viável e possível, já que muitos dos munícipes sabem como contribuir para a efetivação das atividades propostas.

#### **4.4 Fatores de influência na obtenção do Selo Unicef em Francisco Dantas-RN**

Diante dos dados coletados, foi possível identificar três principais fatores que contribuem para a obtenção do selo no município. O primeiro diz respeito aos resultados sistêmicos. Segundo a articuladora do programa em Francisco Dantas-RN:

No total são 17 Resultados Sistêmicos dos quais 05 são obrigatórios e mais 07 devem ser escolhidos pela equipe para realizar e então pontuar, para só assim conquistar o tão sonhado Selo. Aqui afirmo que o município de Francisco Dantas realizou todos os 17 em tempo hábil e não só os 12 (DADOS DA PESQUISA, 2020).

Essa afirmativa enfatiza que, referente ao cumprimento dos indicadores obrigatórios do município e dos resultados sistêmicos, a cidade está apta a receber a certificação. O segundo fator de influência verificado no estudo está relacionado a uma gestão municipal participativa.

De acordo com a articuladora, a gestão municipal, através de suas secretarias, tem desenvolvido ações que firmam o compromisso com os resultados sistêmicos do programa, uma vez que, *“as secretarias municipais de educação, saúde e assistência social cumpriram todas as tarefas de validação dos 17 Resultados Sistêmicos solicitados pela coordenação geral do Selo Unicef”* (DADOS DA PESQUISA, 2020). Essa realidade também foi identificada por Neri (2014), na qual destaca que a articulação entre as secretarias municipais da Educação, Assistência Social e Saúde foi apontada como o segredo para a certificação no município de Barrocas-BA.

O terceiro fator diagnosticado nesta pesquisa direciona-se à participação da população, na qual segundo a articuladora: *“A participação da população acontece de forma ativa e as informações são propagadas pelas redes sociais das secretarias”*(DADOS DA PESQUISA, 2020). Quanto a participação cidadã para garantias de direitos, Fernandes *et al.* (2020) relatam

que o exercício da participação possibilita que sujeitos protagonizem a luta por políticas públicas e direitos, podendo por meio das instâncias institucionalizadas normatizar parâmetros de políticas públicas e fiscalizá-las visando sua efetividade em diversas esferas. Vasquez *et al.* (2005) ressaltam ainda que, a Constituição Federal estabelece que é um direito e um dever de todo cidadão participar em todos os níveis de governo.

Logo, de acordo com a resposta da articuladora, é possível inferir que os residentes do município desempenham junto à gestão pública municipal um papel conjunto, contribuindo para que o objetivo, quanto a obtenção do selo Unicef, seja alcançado. Já em relação aos indicadores sistêmicos da saúde, foi relatado que as principais dificuldades apresentadas remetem a questões mais burocráticas que necessitavam ser legalizadas como resoluções, portarias e sistemas.

#### **4.5 O Papel da Secretaria de Saúde na Obtenção do Selo Unicef**

A secretaria de saúde desempenha funções primordiais para a melhoria da saúde e consequentemente da qualidade de vida dos moradores do município de Francisco Dantas. Referente ao selo Unicef, o comprometimento da gestão bem como o conhecimento do secretário acerca do programa se faz importante, uma vez que, os objetivos devem estar atrelados. O estudo identificou que o secretário de saúde conhece o programa desde sua implementação em 2004, e segundo ele, *“a participação no processo do selo Unicef estimula o município a otimizar processos humanos e financeiros, qualificando e melhorando a oferta de políticas públicas direcionadas a infância e adolescência”* (DADOS DA PESQUISA, 2020).

A comunicação entre as secretarias, ou seja, a intersetorialidade, também é fundamental para o bom desempenho da gestão, principalmente para o cumprimento dos indicadores propostos pelo programa do selo. Warschauer e Carvalho (2014, p.193) definem que *“a intersetorialidade é a articulação entre sujeitos de setores diversos, com diferentes saberes e poderes com vistas a enfrentar problemas complexos”*.

De acordo com o secretário de saúde, existe uma comunicação ativa entre a educação, saúde e assistência do município, que são efetivadas através de reuniões, oficinas, cursos de capacitação para todas as equipes envolvidas no processo do selo Unicef, com uma periodicidade diária, semanal e mensal. Ele ainda enfatiza que, os principais desafios da saúde são os cumprimentos de todas as metas dos indicadores de saúde exigidos para a certificação do município no selo Unicef.

Os fatores desafiadores para o cumprimento das metas, relatado pelo secretário, envolvem: os setores de imunização, vigilância epidemiológica, NASF, PSF, saúde bucal, agentes comunitários de saúde, etc. Em relação as atividades realizadas pela secretaria de saúde que atuam junto aos indicadores do selo Unicef, o secretário pontua a “*promoção da alimentação saudável e prevenção da obesidade infantil; incentivo ao aleitamento materno exclusivo até os 6 meses e; assistência ao pré-natal e puerpério, cobertura vacinal em grávidas e adolescentes adequada*” dentre outras ações que são desenvolvidas com crianças e adolescentes pela equipe da PSF, NASF e conselho tutelar, através de oficinas, cursos e visitas domiciliares.

Portanto, essas ações são refletidas na satisfação da população, como discutido anteriormente na figura 4. Além disso, os resultados das ações desenvolvidas podem estar associados aos bons percentuais apresentados no relatório de meio período da edição 2017-2020. O secretário de saúde afirma ainda que, o desenvolvimento dessas atividades citadas descreve o papel da secretaria de saúde para o cumprimento das metas estabelecidas pelo selo Unicef, bem como contribuem diretamente para a melhoria da gestão pública municipal e da qualidade de vida da população de Francisco Dantas.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo permitiu inferir que a população de Francisco Dantas tem conhecimento sobre o programa selo Unicef, bem como da sua importância para o município. Além disso, através do diagnóstico realizado com os munícipes, percebeu-se que as políticas de saúde sobressaem as de educação e assistência social, e esse resultado pode ser fruto da percepção acerca dos dispositivos comunitários e equipamentos sociais, como a unidade básica de saúde, por exemplo.

Ainda, foi possível observar que três fatores são essenciais para a obtenção do selo Unicef no município de Francisco Dantas, sendo eles: os resultados sistêmicos, a gestão municipal participativa e a participação da população. Em um olhar mais sistemático, verificou-se, através das respostas da articuladora do programa, que o município tem atuado efetivamente para a obtenção do selo, e isso devido ao desenvolvimento de ações das secretarias (saúde, educação e assistência) bem como da ação conjunta entre gestão e comunidade.

As ações desenvolvidas com as crianças e adolescentes do município contribuem para as garantias de acesso e melhoria de qualidade de vida. Nesse sentido, conclui-se que as equipes multiprofissionais presentes no setor da saúde, como os inseridos no NASF, por exemplo,

efetivam atividades que fluem positivamente sobre os indicadores de impacto social, implantado pelo programa do selo, logo, impacta nos bons resultados, documentado no relatório de meio período.

Portanto, este estudo se mostrou de fundamental importância para se compreender como o município de Francisco Dantas tem atuado para a certificação no programa do Selo Unicef-Município Aprovado. Sugere-se para futuros estudos, expandir a abordagem para as secretarias de assistência social e educação, visto que, novas perspectivas sobre as ações desenvolvidas por ambas podem contribuir para novas discussões e percepções visando identificar os desafios e perspectivas para a obtenção do selo.

## REFERÊNCIAS

BODSTEIN, R. Atenção básica na agenda da saúde. **Ciênc. saúde coletiva**, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 401-412, 2002. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232002000300002>.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Técnicas de Auditoria: Indicadores de Desempenho e Mapa de Produtos** - Brasília: TCU, Coordenadoria de Fiscalização e Controle, 2000.

BUSSAB, W.; BOLFARINE, H. **Elementos de amostragem**. São Paulo: Edgar Blucher, 2005.

FERNANDESG. S.; SILVEIRAJ. I.; FERNANDESS. Projeto Ministério Público Social: a participação como estratégia para a materialização dos direitos (Social Public Ministry Project: participation as a strategy for the realization of rights). **Emancipação**, v. 20, p. 1-14, 23 abr. 2020.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. **Uma experiência de desenvolvimento metodológico para avaliação de programas: o modelo lógico do programa segundo tempo**. Texto para discussão 1369. Brasília: IPEA, 2009.

FERTONANI, H. P. et al. Modelo assistencial em saúde: conceitos e desafios para a atenção básica brasileira. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 1869-1878, 2015. Doi:<https://doi.org/10.1590/1413-81232015206.13272014>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HACKER, M. E., BROTHERTON, P. A. Designing and installing effective performance measurement systems, **IIE Solutions**, Vol. 30, Nº 8, pp18-23, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Brasil**, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/index>.

html?utm\_source=portal&utm\_medium=popclock&utm\_campaign=novo\_popclock. Acesso 27 de maio de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Francisco Dantas**, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/francisco-dantas/panorama>. Acesso em 22 de maio de 2020.

LEMOS, F. C. S. et al. O UNICEF no Brasil e as práticas vizinhas na atualidade. **Psicologia & Sociedade**, Belém, v.28, n.1, p. 55-64, 2016.

MOREIRA, B.L.R., FOLMER, V. Percepções de professores de ciências e educação física acerca da Educação Sexual na escola. **Revista Experiências em Ensino de Ciências**, 10(2), 2015. Disponível em: [http://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo\\_ID282/v10\\_n2\\_a2015.pdf](http://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID282/v10_n2_a2015.pdf). Acesso em 01 de out. de 2020.

NASCIMENTO, J. A. **Selo UNICEF Município aprovado: implicações nos discursos de Qualidade da Educação em Riacho das Almas / Dissertação de Mestrado**. PPGE/UFPE. Recife: O autor, 2013. 224 f. 30 cm.

NERI, A. A. **Selo Unicef Município Aprovado edição 2009 – 2012: avaliando os resultados da participação cidadã de adolescentes em Barrocas/BA**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2014.

OLIVEIRA, B. B.; STEINER, A. Q.; ALVES, E. E. C. As organizações internacionais na difusão de políticas de proteção à infância e adolescência no Brasil: um estudo de caso do Selo UNICEF – Município Aprovado. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**. 2018;3(2):152-177.DOI: <https://doi.org/10.22478/ufpb.25255584.2018v3n2.41494>

PRODONAV C. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

ROSEMBERG, F. Panorama da Educação Infantil brasileira contemporânea. In: Simpósio Educação Infantil, 2002. **Anais**. Brasília: UNESCO, 2003.

SANTIAGO, L. M. et al. Implantação do Programa Saúde na escola em Fortaleza-CE: atuação de equipe da Estratégia Saúde da Família. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 65, n. 6, p. 1026-1029, 2012. Doi: <https://doi.org/10.1590/S0034-71672012000600020>.

SCHAEFER, R. *et al.* Políticas de Saúde de adolescentes e jovens no contexto luso-brasileiro: especificidades e aproximações. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 9, p. 2849-2858, 2018. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018239.11202018>.

SILVA, M. C. N.; MACHADO, M. H. Sistema de Saúde e Trabalho: desafios para a Enfermagem no Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 7-13, 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020251.27572019>.

TATIKONDA, L. V., TATIKONDA, R. J. We need dynamic performance measures. **Management Accounting**. Vol. 80, Nº 3, p 49-51, 1998.



UCHOA, C. E. **Elaboração de indicadores de desempenho institucional**. Desenho e elaboração Coordenação Geral de Programas de Capacitação /DDG. Brasília: ENAP/DDG, 2013.

UNICEF. UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND (2020). **Site institucional**. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/>. Acesso em 18 de abril de 2020.

UNICEF. UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND (2018a). **Guia Selo UNICEF-Município Aprovado**. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/>. Acesso em 18 de abril de 2020.

UNICEF. UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND (2018b). **Resultados Sistêmicos e Ações de Validação**. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/>. Acesso em 18 de abril de 2020.

UNICEF. UNITED NATIONS CHILDREN’S FUND (2018c). **Indicadores de Impacto**. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/>. Acesso em 18 de abril de 2020.

VAZQUEZ, M. L. *et al.* Nível de informação da população e utilização dos mecanismos institucionais de participação social em saúde em dois municípios do Nordeste do Brasil. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. p. 141-155, Dec. 2005.

WARSCHAUER, M.; CARVALHO, Y. M. O conceito “Intersetorialidade”: contribuições ao debate a partir do Programa Lazer e Saúde da Prefeitura de Santo André/SP. **Saude soc.**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 191-203, mar. 2014.

# **PROCESSO DE RECRUTAMENTO E SELEÇÃO REMOTO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS EM UMA EMPRESA DE TELECOMUNICAÇÕES EM PEREIRO/CE**

Emilly Kalinne Aquino dos Santos

Francisco Fernando Pinheiro Leite

Francisco Edmilson Dias Araújo

Anailza Feitoza dos Santos Monteiro

Danilo Afonso Cardoso

## **RESUMO**

Com a tecnologia em constante evolução, resta às organizações que buscam competitividade e desenvolvimento acompanhar as novas tendências. A gestão de pessoas consequentemente foi uma das afetadas pela inovação, a área de atração e seleção responsável por agregar talentos à empresa sofreu grande transformação com a chegada do processo de seleção remoto. Com isso, a pesquisa surgiu com o intuito de investigar as perspectivas e limitações do processo seletivo remoto para os candidatos em uma empresa de telecomunicações no interior do Ceará. Apresentando como objetivos traçados buscar a percepção dos candidatos sobre as modalidades de seleção, os fatores favoráveis e limitantes no processo seletivo digital de acordo com os candidatos e por fim, definir qual a preferência dos participantes em relação aos tipos de processos. A pesquisa caracterizou-se como descritiva, de natureza qualitativa e tem como procedimento técnico o levantamento de dados, foi aplicada por meio de um questionário, e seus dados analisados com abordagens estatísticas e descritivas. Os resultados diferem-se da hipótese inicial de que o processo seletivo remoto se enquadra como desvantajoso e limitante, visto que os candidatos demonstram de fato terem preferência pelo processo seletivo remoto mesmo com os novos desafios listados, em decorrência da descrição das percepções dos candidatos, é possível afirmar que o processo seletivo remoto é mais efetivo que o tradicional e consegue agregar pontos benéficos tanto para a empresa quanto para os candidatos.

**Palavras-chave:** Organizações. Gestão de pessoas. Processos seletivos. Tecnologia.

## **RECRUITMENT AND REMOTE SELECTION PROCESS: PERSPECTIVES AND CHALLENGES IN A TELECOMMUNICATION COMPANY IN PEREIRO/CE**

## **ABSTRACT**

With technology in constant evolution, it remains for organizations that seek competitiveness and development to keep up with new trends. People management was consequently one of those affected by innovation, the attraction and selection area responsible for adding talent to the company underwent a major transformation with the arrival of the remote selection process. With that, the research came up with the intention of investigating the prospects and limitations of the remote selection process for candidates in a telecommunications company in the interior of Ceará. Introducing as outlined objectives to seek the candidates' perception about the

selection modalities, the favorable and limiting factors in the digital selection process according to the candidates and finally, to define the preference of the participants in relation to the types of processes. The research was characterized as descriptive, of a qualitative nature and its technical procedure is data collection, it was applied through a questionnaire, and its data analyzed with statistical and descriptive approaches. The results differ from the initial hypothesis that the remote selection process is considered disadvantageous and limiting, since the candidates actually show a preference for the remote selection process even with the new challenges listed, due to the description of the candidates' perceptions, it is possible to state that the remote selection process is more effective than the traditional one and manages to add beneficial points for both the company and the candidates.

**Keywords:** Organizations. People management. Selection processes. Technology.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a revolução industrial, a sociedade vem se desenvolvendo e enfrentando diversas mudanças, principalmente na economia, e a área tecnológica teve grande avanço, tornando-se uma das maiores aliadas dos negócios. Ainda assim, para manter o crescimento organizacional é preciso considerar o maior bem, as pessoas. Para Chiavenato (2014), na era da informação, lidar com pessoas passou a ser consideravelmente mais fácil, deixou de ser um desafio e passou a ser uma vantagem competitiva para as organizações bem-sucedidas.

As constantes evoluções exigiram diferenciais competitivos nas organizações e nos seus processos, o capital humano é um dos maiores responsáveis por esse diferencial e a gestão de pessoas é essencial para inovar, atrair, recrutar e reter talentos (FARIAS; SANTOS; LICCIARDI, 2018). Nesse sentido, para Rodrigues (2014), a gestão de pessoas necessitava se reestruturar e seguir as novas tendências tecnológicas, e com base nesses pensamentos, é indispensável para a área de recursos humanos conectar tecnologia e pessoas.

Rodrigues (2021, p.12) apresenta a ideia de que “os métodos e técnicas para buscar atrair candidatos para as organizações sofreram inúmeras alterações devido alguns fatores, como a globalização, ascensão dos recursos tecnológicos e as novas necessidades das organizações”. Com a era digital, originou-se a inovação nas contratações, a modernização, acessibilidade, agilidade e a desburocratização. Vincular as tendências da era digital ao processo seletivo conduzia um desafio e uma nova percepção para os envolvidos nesse processo.

O processo seletivo, realizado de forma remota, possui diversas vantagens em sua aplicação nas empresas, como por exemplo, custos baixos, ganho de tempo e quebra de barreiras geográficas (DUARTE NETO; BANDEIRA; MACÊDO (2020). Entretanto os candidatos também fazem parte desse processo e, desta forma, tornou-se importante entender

como os candidatos percebiam e avaliavam o processo seletivo remoto. Considerando que a seleção envolve pessoas, a experiência do candidato é algo que deve ser considerado, já que o mesmo assume papel de protagonista na organização.

Há uma vantagem na utilização da modalidade remota nos processos seletivos, ainda que com probabilidade de ineficiência pelas limitações apresentadas nos processos online (MONTEIRO-NETO; SCATOLIN, 2020). Considerando que o processo seletivo remoto ocasiona uma percepção diferente do processo presencial, que o ambiente virtual necessita de metodologias profissionais e diferentes abordagens, e com base nas tendências de mercado atuais, utilizamos como norteamento para esta pesquisa a seguinte problemática: Quais são as percepções e as limitações dos candidatos no processo seletivo remoto?

O presente estudo objetivou de forma geral analisar as perspectivas e as limitações dos candidatos na participação do processo de recrutamento e seleção na modalidade remota em uma empresa de telecomunicações na cidade de Pereiro/CE. Apresentou como objetivos específicos: investigar como os candidatos percebem o processo de recrutamento e seleção na modalidade remota; identificar quais os pontos positivos e negativos do processo de seleção remoto para os candidatos; e avaliar se o processo seletivo remoto é mais efetivo do que o modelo de recrutamento tradicional, de acordo com os candidatos.

O desenvolvimento desta pesquisa se justificou com base no cenário apresentado e no uso da tecnologia frequente em basicamente todas as tarefas dentro das instituições, além da necessidade de estudo dos impactos da utilização dos meios tecnológicos nos processos de gestão de pessoas nas organizações. Através deste estudo pretendemos entender socialmente a contribuição da tecnologia e suas mudanças na seleção de pessoas, fazendo-se possível apresentar às organizações os impactos positivos e negativos a partir do processo seletivo remoto. Com base nos resultados alcançados, surge a oportunidade do aprimoramento da prática nos pontos desejáveis e a possibilidade de subsidiar novas discussões e pesquisas acadêmicas.

O trabalho se divide em 4 partes, a primeira apresenta um debate entre alguns autores sobre o assunto abordado, por meio de um embasamento teórico. A segunda parte aborda os procedimentos metodológicos, com a descrição dos procedimentos da pesquisa, contextualização geográfica, instrumentos de coleta e análise de dados, na terceira parte, a apresentação dos resultados e, por fim, as considerações finais.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O referencial teórico da pesquisa tem o intuito de expor a opinião de diversos autores da área, realizando um levantamento do que já há, na literatura, sobre a temática abordada. Está dividida em subtópicos, sendo eles a gestão de pessoas nas organizações, o processo de agregar pessoas, e por último, o recrutamento e seleção na atualidade.

## **2.1 GESTÃO DE PESSOAS NAS ORGANIZAÇÕES**

O termo gestão de pessoas surge no final do século XX, e apresenta semelhanças significativas com a Gestão de Talentos, Gestão de Parceiros e Gestão do Capital Humano. Surgiu de importantes evoluções do passado, da Administração de Pessoal, Relações Industriais e Administração de Recursos Humanos, e pode ser caracterizada como uma função administrativa nas organizações que necessita dos objetivos profissionais e pessoais estabelecidos para alcançar as metas do conjunto (GIL, 2007).

A gestão de pessoas pode ser conceituada como uma área sensível e situacional dentro das organizações que pode variar conforme alguns aspectos, como por exemplo, cultura, tipo de negócio, gestão, tecnologia e outras variáveis. Ressalva também a ideia das pessoas como parceiras da organização e a importância do conjunto para o êxito organizacional. Aborda a definição de organização como um conjunto de pessoas com um objetivo em comum em busca de resultados que não poderiam ser alcançados de forma individual (CHIAVENATO, 2014).

A gestão de pessoas demonstra diversas utilidades quando o contexto é organização; separar as pessoas do trabalho é uma atividade quase impossível, já que elas usam seu trabalho para alcançar metas pessoais e individuais, e as organizações agregam as pessoas para desempenhar sua missão, alcançar objetivos globais e estratégicos e atingir a competitividade organizacional. As organizações são constituídas de pessoas que lhe dão vida; sem a energia, inteligência e dinâmica das pessoas as organizações jamais existiriam (CHIAVENATO, 2014).

Seguindo o pensamento, Ribeiro (2017), retrata a importância dos recursos humanos e a complexa responsabilidade de lidar com as pessoas. Na era globalização, o principal recurso a ser utilizado como vantagem competitiva é o conhecimento humano, e as pessoas devem ser vistas como parceiras da organização e não como meros recursos organizacionais, pois integram os desafios da organização e cooperam para os propósitos individuais e organizacionais.

Pontes (2015) manifesta a ideia de que com a economia em constante evolução, as empresas de sucesso serão justamente as que conseguirem atender as demandas de clientes e colaboradores cada vez mais exigentes. Para ele, planejar, recrutar e selecionar pessoas é parte vital do sucesso das organizações, uma vez que as pessoas representam produtividade e

qualidade nas atividades das empresas. Com base nisso, o autor conversa sobre a importância dos programas de gestão de pessoas modernos e as atualizações à nova realidade, para que as organizações mantenham o clima, o progresso, o desenvolvimento e o reconhecimento das pessoas.

Monteiro Neto e Scatolin (2020) debatem sobre a chegada das ferramentas digitais na área de gestão de pessoas e afirmam que, com os avanços da tecnologia, uma das áreas mais afetadas seria a de recursos humanos e, conseqüentemente, as atividades de atração e seleção. Duarte Neto, Bandeira e Macedo (2020) reforçam que a ideia da revolução da tecnologia refinou a forma de atrair e selecionar candidatos, e o que antes tinha como tarefas burocráticas e demoradas passou a simples e ágil.

## **2.2 PROCESSO DE AGREGAR PESSOAS**

Para Coradini e Murini (2009, p. 60) “As organizações estão sempre agregando novas pessoas para integrar seus quadros, seja para substituir funcionários que se desligam, seja para ampliar o quadro de pessoal em épocas de crescimento e expansão”. Para Farias, Santos e Licciardi (2018) as decisões tomadas durante o processo afetam diretamente o resultado das empresas. Para eles, candidatos alinhados com a proposta terão melhores rendimentos, facilitando assim o alcance aos objetivos organizacionais. Por outro lado, processos realizados de forma ineficiente podem gerar perdas financeiras, considerada a necessidade de demitir, contratar e treinar colaboradores novamente.

O recrutamento pode ser definido como “um conjunto de técnicas e procedimentos que visa atrair candidatos potencialmente qualificados e capazes de ocupar cargos e oferecer competências para a organização” (CHIAVENATO, 2009, p. 68). Coradini e Murini (2009) ainda agregam a ideia de recrutamento como a forma de atrair talentos para as vagas em aberto. É uma ponte entre organizações que tem cargos disponíveis e pessoas que buscam colocações. Quanto mais candidatos tiverem no processo, maior a chance de assertividade para a vaga em aberto.

A seleção de recursos humanos pode ser entendida como a etapa do processo em que se busca o candidato que melhor atende às necessidades da empresa e possuir compatibilidade com a vaga, visando o êxito organizacional (CHIAVENATO, 2009). Destaca-se a ideia de que os candidatos selecionados devem estar alinhados com as metas das organizações, desta forma

o processo fica claro e os selecionadores contratarão pessoas com características mais apropriadas para o cargo (GIL, 2001).

Ainda que o recrutamento e a seleção pareçam sinônimos, são dois processos distintos, porém complementares, que se interligam e são dependentes. Para existir a seleção é necessário o recrutamento, e o resultado do recrutamento afeta diretamente o da seleção. Em primeiro lugar está o recrutamento, na comunicação, divulgação e captação de profissionais, e em sequência acontece a seleção, realizando a escolha dos candidatos com melhor perfil para a vaga em aberto (OLIVEIRA, 2005; LIMONGI-FRANÇA, 2007; PONTES, 2015; SILVA; BARRETO, 2019).

A gestão de pessoas tem um papel fundamental para os conflitos nas empresas, e o recrutamento e seleção englobam boa parte das responsabilidades no ambiente organizacional. A nova tendência da gestão de pessoas vinculada a tecnologia gerou um processo de contratação mais rigoroso e criterioso com o intuito de agregar pessoas cada vez mais competentes, uma vez que os processos se modernizaram. A área de atração e seleção também deve tornar-se mais atenciosa, visto que o recrutamento e seleção transformou-se em uma importante responsabilidade para a gestão de pessoas (RODRIGUES, 2021).

Conforme Farias, Santos e Licciardi (2018) a área de recursos humanos é responsável por gerenciar os funcionários que são os protagonistas organizacionais. O recrutamento e seleção funcionam como uma estratégia de mercado e os colaboradores engajados alcançam níveis de excelência com impacto positivo direto nos resultados da organização. Para eles, os profissionais de recrutamento e seleção devem possuir distintas habilidades, dentre elas a capacidade de adaptação e disposição para inovar.

A nova realidade vivida demandou um novo olhar das organizações sobre suas contratações, de fato, os melhores colaboradores seriam selecionados de forma mais rigorosa para diminuir a possibilidade de erros (RODRIGUES, 2021). Ferreira e Vargas (2014) ainda discutem sobre o valor das pessoas e a importância de um processo seletivo bem estruturada, visto que os processos de recrutar e selecionar pessoas surgem com o intuito de atender as necessidades da organização.

### **2.3 RECRUTAMENTO E SELEÇÃO NA ATUALIDADE**

Barman e Das (2018) discutem sobre as tecnologias utilizadas na gestão de pessoas, especificamente na área de atração e seleção. Estabelecem que são quaisquer ferramentas digitais usadas com o intuito de atrair, contratar e manter os colaboradores nas empresas. Em

resumo toda tecnologia adotada para facilitar os processos e alcançar a competitividade. Para eles, essas ferramentas fazem parte dos negócios e também servem como impulsionador para o desenvolvimento das habilidades dos colaboradores.

Enquanto Limongi-França e Arellano (2002) estabelecem que o processo de seleção pode ser desenvolvido de forma interna e externa, Chiavenato (2002) acrescenta duas outras formas de recrutamento, o processo misto e o on-line. Chiavenato (2014) considera ainda que a internet veio como uma ferramenta eletrônica que tem como objetivo revolucionar o processo de recrutamento e seleção, e assim trazer facilidades para as empresas e para os candidatos.

Para Pontes (2015) as empresas que obterão sucesso nos negócios serão justamente aquelas que conseguirem inovar e modernizar os seus processos. Além disso, o uso de programas modernos, flexíveis e que se ajustem a realidade atual é fundamental para atrair, reter talentos e realizar seleções mais certeiras. O uso da tecnologia acrescenta em novas competências e ferramentas hodiernas para os selecionadores da área de recursos humanos e os processos de seleções (RIBEIRO, 2020).

Com o objetivo de analisar os processos seletivos e como eles podem impactar nas organizações Nascimento *et al.*, (2021) os autores deduziram que o processo seletivo *online* se organiza como um grande investimento financeiro e que exige preparação dos envolvidos, entretanto apesar dos custos iniciais ainda é possível afirmar que é um processo que surte efeito satisfatório a longo prazo. Podem ser citados como resultado, perfis mais assertivos, encurtamento de distância e menores taxas de rotatividade. Ono (2021) discute a mesma ideia e ainda afirma que selecionar pessoas de forma precisa exige rigoroso planejamento e investimentos.

Duarte Neto, Bandeira e Macêdo (2020) apresentam, em sua análise bibliográfica, o recrutamento e seleção de forma online como uma solução primordial para desafios anteriores nas organizações; o uso das ferramentas digitais trouxe a agilidade e simplicidade em sistemas burocráticos, o não sobrecarregamento da área de seleção, os custos menores e a diminuição das barreiras geográficas. Além disso, Reche (2011) lista mais alguns benefícios organizacionais, como rapidez na comunicação através de e-mail ou plataformas, promoção de vagas em diferentes meios de comunicação e aumento de candidatos para as vagas anunciadas.

Monteiro-Neto e Scatolini (2020) observam que os envolvidos no processo de seleção online já apresentam grandes privilégios. Quando se discute os benefícios para os candidatos, é possível pontuar um maior número de oportunidades encontradas de forma rápida, além de ter mais informações sobre a empresa e descrição completa dos cargos, oferecendo aos candidatos a possibilidade de se preparar, e confiabilidade das empresas contratadoras. Santos



e Lima (2017) ainda somam como ponto positivo a oportunidade de candidatos se conectarem com as empresas mesmo a distância, evitando assim custo de deslocamento e alimentação.

Em contrapartida, para Pedroso (2016), o processo seletivo online é o tipo de recrutamento e seleção que mais apresenta vantagens e desvantagem. Há visível custo-benefício, agilidade para os envolvidos e facilidade nos processos. Entretanto, a inclusão da tecnologia acarreta perdas durante o processo, como por exemplo, visualização de aspectos comportamentais em equipe e análise sobre personalidade. Dessa forma, Silva (2021) complementa que os avanços tecnológicos e os meios digitais são ferramentas estratégicas para o recrutamento e seleção, entretanto o contato físico não deve ser descartado, pois há vários aspectos que apenas podem ser observados presencialmente.

Segundo Rodrigues (2021, p.15) “em uma área com princípios humanitários tão necessários, resumir a capacidade de uma pessoa em um mero número vai contra o reconhecimento básico do ser humano como sujeito histórico”. Mesmo com os diversos benefícios pontuados como praticidade, baixos custos e maior assertividade, é necessário considerar as novas atribuições e responsabilidades que a empresa passa a acumular.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O tópico procedimentos metodológicos determina quais os métodos utilizados na pesquisa. Qual foi a sua classificação, contextualiza geograficamente o local escolhido para o estudo, quais foram os instrumentos da pesquisa e os métodos para coleta e análises de dados finais.

#### **3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA**

Para Gil (2017, p. 17), a pesquisa pode ser definida como o “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo fornecer respostas aos problemas que são propostos”. É necessária a definição do objetivo geral para o ponto de partida, e os específicos para descrever com maior clareza e nortear a pesquisa. Para a prática da pesquisa é importante classificá-las, tornando possível a organização dos fatos e melhorando seu entendimento (GIL, 2017). Quando se fala em metodologia, Lakatos e Marconi (2017) acrescentam a ideia de que os métodos e técnicas da pesquisa devem adequar-se ao problema proposto.

Para atingir os objetivos propostos nesta pesquisa, faz-se necessário o uso de uma abordagem de natureza predominantemente qualitativa. Para Yin (2016), o método qualitativo

permite estudos profundos, liberdade na seleção de temas e capacidade de absorver as perspectivas dos participantes. Minayo (2014, p. 57) complementa que “além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias”.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, que para Gil (2017, p. 33) buscam a “descrição das características de determinada população ou fenômeno. Podem ser elaboradas também com a finalidade de identificar possíveis relações entre variáveis”. Apresenta como procedimento técnico o levantamento de campo, que tem como vantagem um conhecimento direto da realidade, já que os dados são gerados em interrogações (LAKATOS; MARCONI, 2017), somado à aplicação de um questionário. O questionário, para Lakatos e Marconi (2017, p. 216), “é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”. Gil (2017) ainda complementa que o questionário é rápido, barato e não exige tanto treinamento do pessoal.

### **3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E ECONÔMICA DO LOCAL DA PESQUISA**

Para a aplicação da pesquisa a instituição escolhida foi a Brisinet S.A, que está localizada na cidade de Pereiro, interior do estado do Ceará, com população total 16.356 pessoas estimados pelo IBGE (2017) e faz fronteira com o estado do Rio Grande do Norte. A economia da cidade divide-se nas atividades de agropecuária, que domina a maior parte da região. Conta com uma participação mínima de indústrias, e o setor de serviços que é justamente onde a empresa pesquisada se enquadra. A Brisinet tem significativa participação na economia da cidade e da região, visto que boa parte da cidade e arredores estão integrados à empresa.

A Brisinet Telecomunicações S.A teve seu surgimento no ano de 1998 e tem sua sede na cidade de Pereiro/CE, que fica a 338 km da capital do estado. A presente empresa enquadra-se no ramo de telecomunicações e, atualmente, conta com o quadro de mais de 8 mil colaboradores e 1 milhão de assinantes distribuídos por 200 cidades nordestinas, atuando nos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Piauí e Sergipe.

### **3.3 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS, UNIVERSO E AMOSTRA**

O método de coleta dos dados utilizado foi a realização de um questionário, aplicado de forma *online*, através da plataforma *Google Forms*. O questionário conteve perguntas abertas

e fechadas, com o intuito de conseguir obter uma melhor percepção dos envolvidos. Os questionamentos visaram captar a opinião dos respondentes com escolhas e respostas que melhor descrevessem a trajetória dos candidatos durante processo seletivo remoto.

A pesquisa foi aplicada com os colaboradores que estão alocadas no setor de Sistema de Atendimento ao Cliente (SAC). Para selecionar o público participante desta pesquisa, optou-se por colaboradores contratados entre as datas de 01/06/2020 a 30/12/2021, período em que se intensificaram as contratações remotas devido a pandemia, e o requisito de pelo menos 1 ano de empresa no cargo atual. Os setores contavam com 90 colaboradores ativos durante a aplicação da pesquisa e obteve 64 respondentes.

Quanto a forma de aplicabilidade, o recrutamento dos participantes se deu a partir de contato prévio com as lideranças do setor pesquisado, que forneceu a anuência para realização da pesquisa e repassou o link de acesso ao questionário aos colaboradores que atendessem aos requisitos. Foi utilizado como ferramenta o e-mail para envio dos questionários elaborados no *Google Forms*, que permaneceu em aberto para obtenção das respostas durante 30 dias.

### **3.4 ANÁLISE DE DADOS**

Segundo Gibbs (2009, p. 17) “os dados qualitativos são essencialmente significativos, mas, mais do que isso, mostram grande diversidade”. Por se tratar de uma pesquisa descritiva e predominante qualitativa, para observação geral dos dados da pesquisa que contou com análise estatística descritiva, foi necessário a atribuição de variáveis que possibilitassem agrupar os pontos positivos e negativos. Para melhor interpretação e exibição dos resultados obtidos, utilizou-se gráficos de coluna, pizza e barras, de acordo com a necessidade da exposição das variáveis levantadas. Além da interpretação para análise final, momento em que para Lakatos e Marconi (2002) o pesquisador finalmente consegue as respostas sobre as indagações, estabelecendo os dados obtidos a hipótese inicial.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

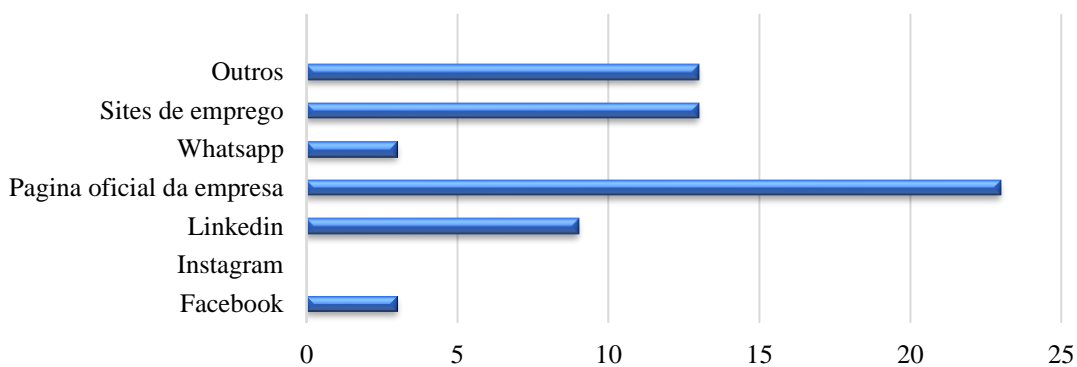
O tópico aqui presente exhibe e analisa os dados do questionário online aplicado, foram utilizados diversos gráficos para melhor exposição dos dados junto com a discursão em texto. Os tópicos seguintes foram sequenciados com o intuito de responder os objetivos específicos e for fim gerar o resultado do objetivo geral.

#### 4.1 PERCEPÇÃO DOS CANDIDATOS SOBRE AS MODALIDADES DE SELEÇÃO

Inicialmente, foi realizada uma breve caracterização dos participantes da pesquisa, que teve como público os colaboradores do setor do SAC. Atualmente o setor divide-se em dois, SAC digital e SAC 0800, e conta com a participação de homens e mulheres; dos respondentes, 65,6% possuem idade entre 18 e 23 anos, 25% estão entre 24 e 29, e 9,4% tem 30 anos ou mais. Quando questionado o grau de escolaridade dos participantes, 53,1 possui o ensino médio completo, 34,4% possuem o ensino superior incompleto e apenas 12,5% o ensino superior concluído. A pesquisa foi aplicada com colaboradores ativos no momento e com mais de 1 ano no setor atual.

Na parte inicial do questionário da pesquisa, o objetivo principal foi investigar como os candidatos percebem o processo de recrutamento e seleção na modalidade remota. Inicialmente, visto que a tecnologia está em constante crescimento, a internet virou o meio de contratação e propagação de vagas mais utilizados nos dias atuais, Costa (2012) apresenta a ideia de que com as empresas em modernização, os candidatos também decorrem cada vez mais a internet para a busca de emprego. A questão que objetivou identificar a forma de conhecimento sobre as vagas disponibilizadas está apresentada na **figura 1**, abaixo:

**Figura 1 - Meios de comunicação**

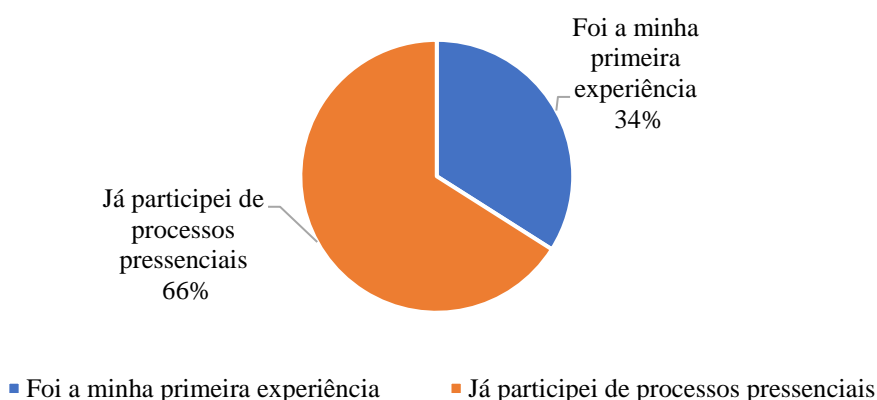


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Dessa forma, pode se perceber que 23 participantes, uma porcentagem de 35,9 %, recorreram a página oficial da empresa para conhecimento das vagas em aberto. Outras redes sociais e profissionais como *WhatsApp*, *Facebook*, *Instagram* e *LinkedIn*, juntas somam o percentual de 23,5%, 13 participantes, e os outros 20,3% recorreram a sites de emprego na internet. Com base nos dados, é possível afirmar que 79,7% dos respondentes de fato utilizam a internet na busca por empregos, e apenas 20,3% dos participantes citaram outros meios de conhecimento sobre as vagas.

A matriz da Brisanet está localizada próxima a cidade de Pereiro-CE na zona rural, e conta com mais de 2500 colaboradores alocados na sede. Uma vez que a cidade tem população pequena e as pessoas aptas para trabalhar estão distribuídos entre outros ramos, e as cidades vizinhas também não apresentam populações numerosas, pode-se visualizar o impacto econômico da empresa na região. Posto isso, quando questionados sobre a participação prévia em processos seletivos de forma presencial ou o processo seletivo online foi a sua primeira experiência, foram obtidos os seguintes dados tabulados na **figura 2**.

**Figura 2 - Participação em processos**

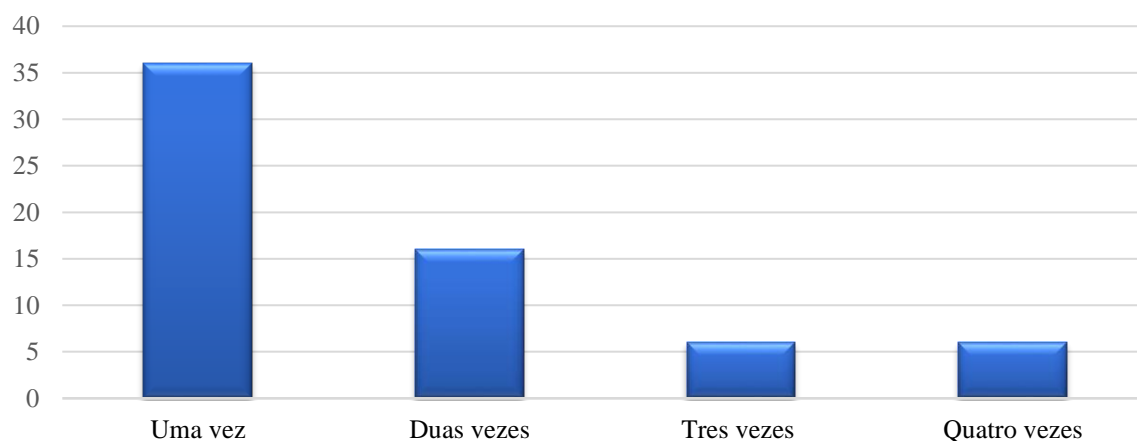


**Fonte:** Dados da pesquisa (2022).

A grande maioria dos participantes, em suas respostas afirmam que já haviam participado de processos seletivos presenciais. Com base nisso, é possível notar que 66% dos candidatos teriam como comparar a vivência dos dois tipos de processo. Entretanto os 34% gerariam sua percepção com base na vivência única do processo seletivo remoto.

Para melhor comparar a percepção dos candidatos, foi levantado a frequência em que eles haviam participado de processos online nos últimos tempos. Os dados podem ser visualizados na **figura 3**.

**Figura 3 - Frequência em participação de processos seletivos online**

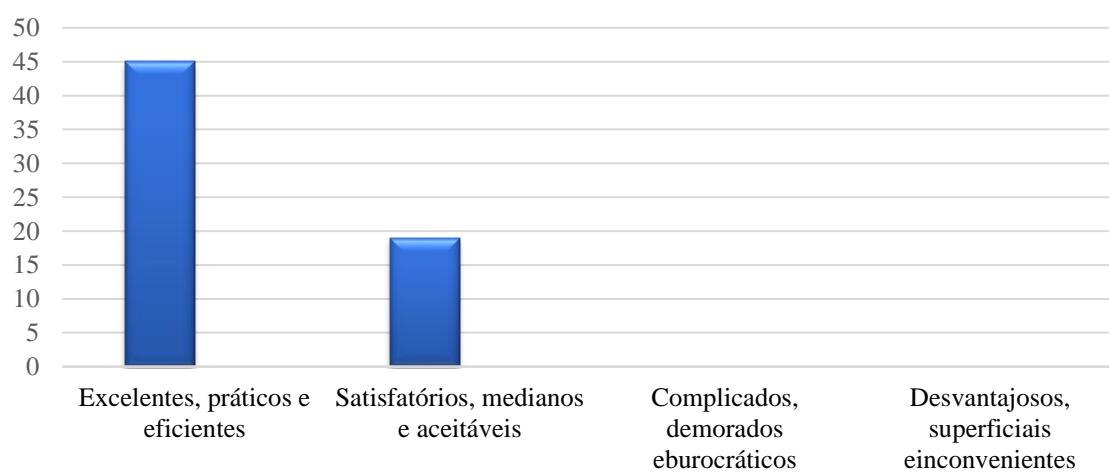


**Fonte:** Dados da pesquisa (2022).

O resultado demonstra que 56,3 dos participantes (36 pessoas) responderam terem participado uma única vez do processo seletivo online, ou seja, a única vez da contratação atual. Os outros 43,8% dividem-se em até quatro participações. Assim, pode ser observado que a grande maioria viveu o contato com o processo seletivo online pela primeira vez na empresa Brisanet.

Diante das participações em processos tradicionais e remotos e da frequência em que os candidatos participaram dessa nova experiência na empresa, surge a necessidade de entender como os candidatos enxergam essa nova modalidade, em virtude disso, foi aplicada um questionamento em que buscava os melhores adjetivos para descrever como os candidatos caracterizavam o processo seletivo remoto, como pode ser observado na **figura 4**.

**Figura 4 -** Adjetivos utilizados para descrição da percepção



**Fonte:** Dados da pesquisa (2022).

De acordo com os resultados, 70,3% dos respondentes julgam o processo seletivo de forma remota, excelentes, práticos e eficientes, o que demonstra que o pensamento de Moura (2015) vai de acordo com a visão dos candidatos, visto que o autor define o processo de seleção online com essa finalidade. Com base na votação nula em adjetivos que pontuam o processo de forma negativo, torna-se possível afirmar que o processo seletivo remoto tem uma boa aceitação de acordo com os candidatos.

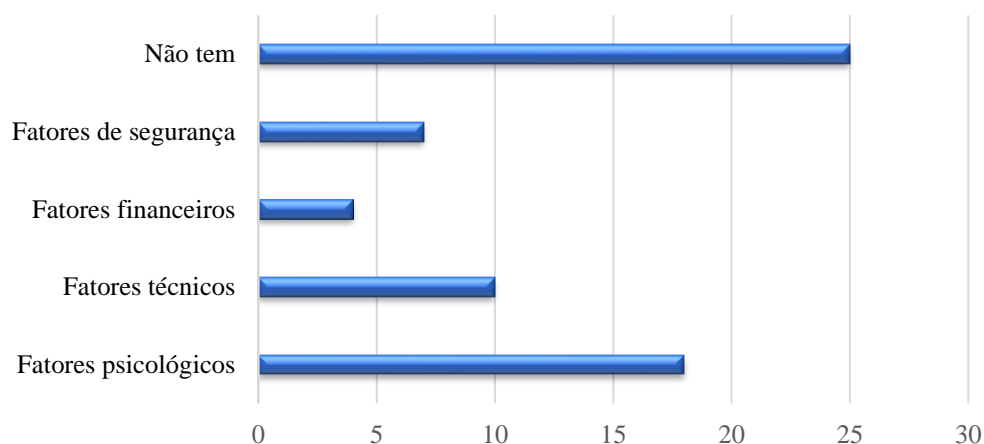
#### **4.2 FATORES FAVORÁVEIS E LIMITANTES NO PROCESSO SELETIVO DIGITAL DE ACORDO COM OS CANDIDATOS.**

Foram pontuados diversos benefícios para as empresas, levando em consideração diferenciais competitivos e o crescimento organizacional. Na discussão seguinte foi levantada e discutida a questão da trajetória dos candidatos durante o processo de contratação, que teve como objetivo identificar os pontos favoráveis e suas limitações durante o processo na opinião dos candidatos. Devido a aplicação das perguntas abertas, com o intuito de recolher as opiniões dos participantes, para melhor explicação e exposição dos dados sobre o ponto de vista dos colaboradores, foram atribuídos fatores para estabelecer uma melhor descrição das percepções. Sendo os fatores atribuídos e suas considerações, os seguintes:

- Fatores psicológicos: ansiedade, nervosismo, e falta de contato físico.
- Fatores técnicos: falha na conexão e em equipamentos, e imprevistos quanto as ferramentas utilizadas.
- Fatores financeiros: locais inapropriados para a participação da entrevista, o não acesso à internet devido a problemas financeiros e falta de acessórios necessários para participar da reunião.
- Fatores de segurança: confiabilidade das informações por parte de ambos os envolvidos e dúvidas.

E por fim, participantes que afirmam não terem pontos negativos a citarem durante o processo seletivo. Sendo as respostas deles a pergunta, “não encontrei”, “não tem” ou “nenhum”. Como elencados na **figura 5**.

**Figura 5** - Pontos negativos conforme os candidatos



**Fonte:** Dados da pesquisa (2022).

Dificuldades técnicas, financeiras, e de segurança são variáveis que surgiram no processo seletivo online e de fato têm interferência nos resultados finais. Quanto aos fatores psicológicos, estão presentes em todos os tipos de seleção, 18 respondentes afirmam terem enfrentado esse tipo de problema durante o processo. De um total de 64 participantes, ou seja, 100% da pesquisa. Nota-se que 25 pessoas afirmam terem vivenciado um processo sem pontos negativos.

Quanto aos pontos positivos e benefícios relatados durante o processo, também foram atribuídas algumas variáveis para melhor apresentação:

**Praticidade:** que descreve como o processo pode ser prático, dinâmico e eficiente na maioria das vezes.

**Agilidade:** em que é citado a rapidez e facilidade em que o processo se encaminha.

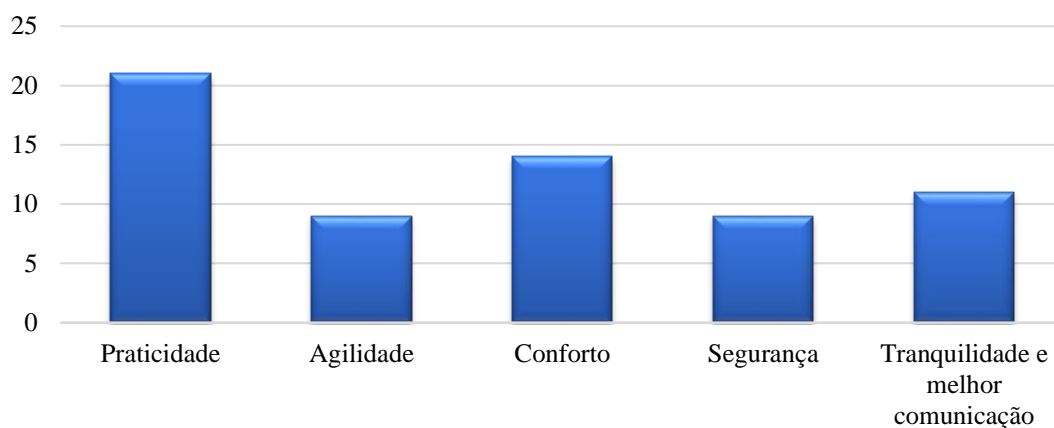
**Conforto:** que retrata a questão de não precisar se deslocar até a empresa para a contratação e o conforto de poder participar em casa conseguindo se preparar melhor.

**Segurança:** a confiabilidade que a empresa consegue passar para o candidato mesmo de forma online.

**Tranquilidade e melhor comunicação:** visto que os respondentes citam que a entrevista de forma online consegue ser mais calma e tranquila, gera conseqüentemente uma melhor comunicação e entrevista.

**Figura 6 - Pontos positivos conforme os candidatos**



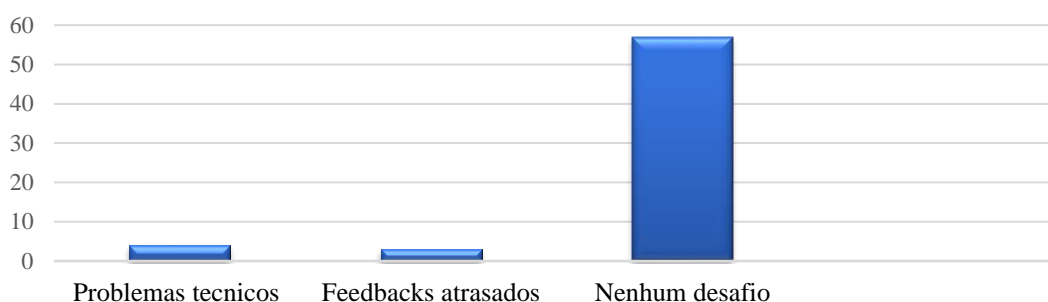


**Fonte:** Dados da pesquisa (2022).

Quanto aos benefícios, é possível afirmar que os candidatos citam com frequência a praticidade que o processo seletivo se desenvolve, em seguida vem o conforto, que se enquadra como um benefício mútuo para empresas e candidatos, uma vez que não é necessário o deslocamento e a empresa consegue alcançar mais candidatos de diversas regiões. Quanto a tranquilidade, vai contra os pontos negativos da **figura 5**, uma vez que os candidatos citam nos fatores psicológicos ansiedade e nervosismo nos processos.

Por fim, com o intuito de entender as dificuldades durante o processo, foi questionado aos candidatos se eles haviam encontrado algum desafio durante a experiência, e se sim, qual seria ele. Como apresentado na **figura 7**.

**Figura 7 - Dificuldades durante o processo seletivo remoto**



**Fonte:** Dados da pesquisa (2022).

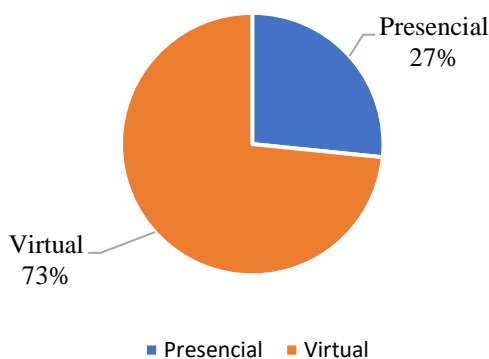
Através da análise dos dados acima, é possível notar que a maioria dos respondentes não tiveram dificuldades durante o processo. Com a junção dos questionamentos que buscavam elencar os pontos positivos e negativos e os desafios foi possível deduzir que apesar do recrutamento e seleção online ser uma nova modalidade na empresa, os candidatos, hoje

colaboradores, conseguiram se adaptar ao novo método e pontuar como algo válido para ambos os envolvidos.

### 4.3 PREFERÊNCIA DOS PARTICIPANTES EM RELAÇÃO AOS TIPOS DE PROCESSOS

Com base na percepção dos candidatos e das pontuações positivas e negativas, realizadas durante a exposição dos dados anteriores, o seguinte tópico surge com o intuito de idealizar a preferência dos candidatos em relação aos tipos de processos após a experiência do processo seletivo online. A presente discussão tem em vista avaliar se o processo seletivo remoto é mais efetivo do que o modelo de recrutamento tradicional de acordo com os respondentes como apresentado na **figura 8**.

**Figura 8** - Preferência dos tipos de processo

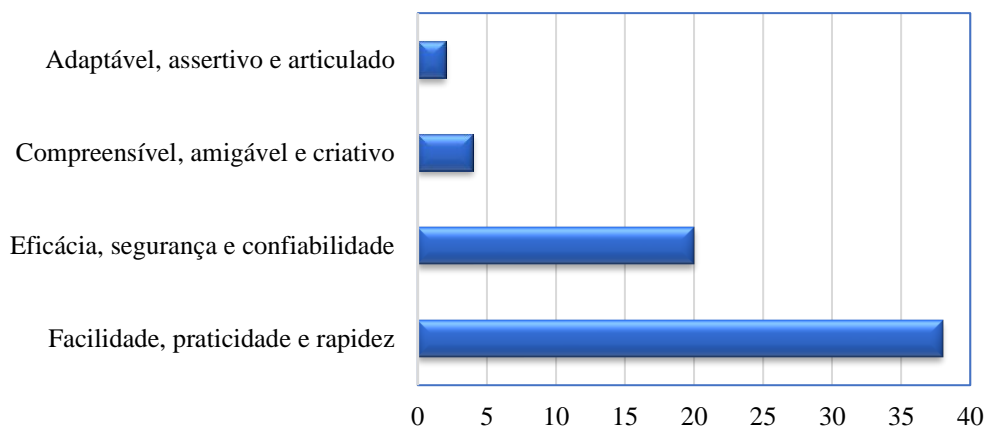


**Fonte:** Dados da pesquisa (2022).

De acordo com os dados, 73% dos colaboradores respondentes afirmam ter preferência com o modo de seleção virtual. Pode ser levado em consideração, tanto como os candidatos percebem e aceitam o processo remoto inicialmente, como os benefícios pontuados pelos envolvidos durante a experiência: a agilidade, segurança, conforto e praticidade foram alguns dos fatores positivos apontados que interferem diretamente na escolha do processo na visão dos candidatos.

Como complemento da pergunta anterior, os colaboradores foram questionados sobre os adjetivos que melhor definissem o seu favoritismo, conforme a **figura 9**.

**Figura 9** - Motivo justificando a escolha do processo seletivo remoto

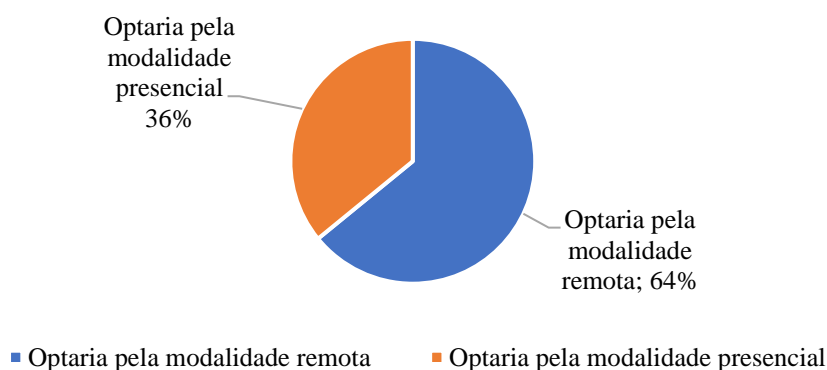


**Fonte:** Dados da pesquisa (2022).

Corroborando com os resultados já obtidos, complementando a opção de escolha dos candidatos, é possível notar que os adjetivos com maior predileção são justamente os pontos positivos citados pelos candidatos durante o processo, 58 participantes responderam que o motivo da sua escolha advém da facilidade, praticidade, rapidez, eficácia, segurança e a confiabilidade que o processo seletivo online proporciona.

Por fim, com o intuito de entender a consolidação e a estabilidade quanto a escolha pelo processo remoto, foi utilizado o questionamento seguinte buscando compreender e captar se assim como os candidatos aceitavam e pontuavam o processo, eles também utilizariam em seleções futuras e se seria uma didática utilizada por eles em caso de gestão.

**Figura 10** - Preferência pela aplicabilidade de processos



**Fonte:** Dados da pesquisa (2022).

Hoje a empresa tem estabelecido todos os tipos de processos de seleção elencados por Chiavenato (2002), os processos internos, externos, misto e online para as contratações das suas vagas em aberto. Os gestores são responsáveis por essa tomada de decisão quanto ao tipo de processo para ocupar suas vagas. A pergunta anterior indaga ao questionado em caso de gestão por qual processo optaria em realizar com seus futuros colaboradores, de forma online ou presencial. 36% dos participantes optariam pela modalidade presencial, um número questionável visto a boa aceitação e preferências dos participantes, entretanto 64% das pessoas optariam pela modalidade remota, o que demonstra claramente que os candidatos aceitaram o processo ao ponto de seguir com a prática.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

De acordo com os resultados apresentados, a hipótese de que o processo seletivo na modalidade remota seria limitante e desfavorável aos candidatos, acaba se diferindo dos resultados finais, visto que de fato os candidatos tendem a preferir os processos seletivos remotos como alternativa primordial. Todas as formas de seleção trazem seus pontos positivos e negativos, e o mesmo ocorre com a modalidade *online*. Fundamentado nos resultados obtidos na empresa Brisanet, há dificuldades no processo seletivo que não estão presentes no processo tradicional, entretanto, os candidatos ainda optam pela modalidade remota.

Através do desenvolvimento desta pesquisa, apesar de limitações e desafios pontuados durante o processo seletivo, percebe-se que ele também agrega diversos outros pontos positivos para os candidatos: a comodidade, diminuição das limitações geográficas, e praticidade, são alguns dos muitos benefícios pontuados. Desta maneira, conclui-se que a tecnologia vinculada à gestão de pessoas favoreceu tanto as organizações quanto os candidatos, expondo que o processo seletivo na modalidade remota pode ser tão utilizado e aceito como o processo de seleção tradicional.

Para as organizações os processos seletivos na modalidade remota foram pontuados como benéficos. Uma vez que o processo seletivo envolve dois lados, a organização e os candidatos, foi levado em consideração como os candidatos percebiam, pontuavam e favorizavam o processo seletivo na modalidade remota. Com a tecnologia em evolução, e a importância da modernidade para as organizações, o processo na modalidade remota tende a ser uma das principais ferramentas da área de atração e seleção. Ainda que o processo seletivo remoto seja pontuado de forma satisfatória segundo os candidatos, ainda apresenta alguns

gargalos, com base nisso, pode se sugerir estudos voltados para as possíveis melhorias dos pontos negativos apontados pelos candidatos na aplicação deste estudo.

## REFERÊNCIAS

BARMAN, A.; DAS, M. K. Businesses through Human Resource Technology-Innovations and Dominance. **London Journal of Research in Management and Business**. v.18, n.2, p.33-44, 2018. Disponível em: [https://journalspress.com/LJRMB\\_Volume18/426\\_Businesses-through-Human-Resource-Technology-Innovations-and-Dominance.pdf](https://journalspress.com/LJRMB_Volume18/426_Businesses-through-Human-Resource-Technology-Innovations-and-Dominance.pdf). Acesso em: 17 set. 2022.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de pessoas**. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

CHIAVENATO, Idalberto. **Gestão de Pessoas: O novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 4. ed. Barueri: Manole, 2014.

CHIAVENATO, Idalberto. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal: como agregar talentos à empresa**. 7. ed. Barueri, SP: Manole, 2009.

CORADINI, J. R.; MURINI, L. T. Recrutamento e Seleção de Pessoal: como agregar talento à empresa. **Disciplinarum Scientia**, Santa Maria (RS), v. 5, n. 1, p. 55-78, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarumSA/article/view/1494/1408>. Acesso em: 10 abr. 2022.

COSTA, L.C. **A tecnologia da informação na gestão do recrutamento e seleção: A importância do recrutamento online**. 2012.43 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração) – Universidade Federal Fluminense, Volta Redonda, 2012. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/2972>. Acesso em: 23 out. 2022.

DUARTE NETO, A.; BANDEIRA, P. S. R. S.; MACÊDO, M. E. C. Novas ferramentas para encontrar talentos: recrutamento e seleção on-line. **Rev Mult Psic**, [S.l.], v. 14, n. 50, p. 964-974, mai. 2020. DOI: 10.14295/idonline.v14i50.2507. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2507/3853>. Acesso em: 27 mar. 2022.

FARIAS, J. S.; SANTOS L. S.; LICCIARDI, N. A importância da inovação como diferencial competitivo nos processos de recrutamento e seleção. **South American Development Society Journal**, [S.l.], v. 4, n 12, p. 151-177, out./dez. 2018. DOI:10.24325/issn.2446-5763.v4i12p151-177. Disponível em:<http://www.sadsj.org/index.php/revista/article/view/133>. Acesso em: 18 mar. 2022.

FERREIRA, F. S.; VARGAS, E. C. A importância do processo de recrutamento e seleção de pessoas no contexto empresarial. **Estação Científica (UNIFAP)**. n. 2, v. 4, p. 21-39, jul.-dez. 2014. Disponível em: <http://periodicos.unifap.br/index.php/estacao>. Acesso em: 18 set. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e estatística. **Cidades e Estados**, Pereiro, 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/pereiro/panorama>. Acesso em: 15 mai. 2022.

GIBBS, G. R. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Editora S.A, 2009.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- GIL, A. C. **Gestão de Pessoas: Enfoque nos Papéis Profissionais**. 2 ed. São Paulo: Atlas S.A, 2001.
- GIL, A. C. **Gestão de Pessoas: Enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2007.
- GRUPO BRISANET. **Gupy**, 2022. Disponível em: <https://brisanet.gupy.io/>. Acesso em: 2 out. 2022.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisa, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- LIMONGI-FRANÇA, A. C.; ARELLANO, E. B. **As pessoas na organização**. São Paulo: Gente, 2002.
- LIMONGI-FRANÇA, A. C. **Práticas de Recursos Humanos: Conceitos, ferramentas e procedimentos**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- MONTEIRO NETO, A. Q.; SCATOLIN, H. G. Recrutamento e seleção: Um contraste entre o novo e o tradicional. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. n. 3, v.12, p. 33-48. Mar. 2020. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/psicologia/novo-e-o-tradicional>. Acesso em: 19 mar. 2022.
- MOURA, R.I. M. **Recrutamento online**. 2014. 92 p. Dissertação (Mestrado gestão de recursos humanos) – Universidade Europeia, Lisboa, Portugal, 2015. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/7749>. Acesso em: 4 nov. 2022.
- Município de Pereiro. **Cidades Brasil**, [S.I.], [entre 2012 e 2021] Disponível em: <https://www.cidade-brasil.com.br/municipio-pereiro.html> Acesso em: 9 out. 2022.
- NASCIMENTO, R. L. *et al.* Gestão de Pessoas: análise dos métodos de recrutamento e seleção para o gerenciamento de empresas. **Rev. Científica da AJES, Juína**, v. 10, n. 20, p. 214 – 229, 2021. Disponível em: <http://revista.ajes.edu.br/index.php/rca/article/view/470>. Acesso em: 24 set. 2022.
- OLIVEIRA, L. S. **Gestão de pessoal: métodos e processos de recrutamento e seleção**. 2005. Trabalho de conclusão de curso. (Administração) – Faculdade de Ciências sociais aplicadas – FASA, Brasília (DF), 2005. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/751>. Acesso em: 16 abr. 2022.

ONO, M. S. **O impacto das tecnologias digitais no mercado de recrutamento e seleção de executivos brasileiro**. 2021 Dissertação (Mestrado em Gestão para a Competitividade). Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/30494>. Acesso em: 8 de out.

PEDROSO, R. C. **Redes Sociais e Recrutamento**. 2016. Dissertação (mestre em gestão). Universidade Católica Portuguesa; Lisboa; Portugal; 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/21634>. Acesso em: 25 set. 2022

PONTES, B. R. **Planejamento, recrutamento e seleção de pessoal**. 8 ed. São Paulo: LTr, 2015.

RECHE, G. E-Recrutamento: a internet como ferramenta de recrutamento e seleção. *In*: Leandro Vieira. **Administradores.com**. João Pessoa, 16 mai. 2011. Disponível em: [www.administradores.com.br/artigos/economia-efinancas/e-recrutamento-a-internet-como-ferramentano-recrutamento-e-selecao/55112/](http://www.administradores.com.br/artigos/economia-efinancas/e-recrutamento-a-internet-como-ferramentano-recrutamento-e-selecao/55112/). Acesso em: 29 out. 2022.

RIBEIRO, A. L. **Gestão de pessoas**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

RIBEIRO, C. D. **O uso da tecnologia e redes sociais no processo recrutamento e seleção no banco Itaú**. 2020. 40 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração) - Faculdade Evangélica, Rubiataba – GO, 2020. Disponível em: <http://45.4.96.19/bitstream/ae/17899/1/2020%20-%20TCC%20-%20CAMILA%20DE%20DEUS%20RIBEIRO>. Acesso em: 16 abr. 2022.

RODRIGUES, A. M. **Recrutamento e seleção online**: apontamentos bibliográficos sobre a prática. 2021. 32 f. Trabalho de conclusão de curso (Faculdade de gestão de negócios) - Universidade federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021. Disponível em: <http://clyde.dr.ufu.br/bitstream/123456789/34085/1/RecrutamentoSeleçãoOnline>. Acesso em: 19 mar. 2022.

RODRIGUES, R. I. M. **E-recrutamento como opção estratégica**: realidade ou quimera nas empresas da região Minho. 2014. 145 p. (Dissertação de mestrado) - Universidade do Minho. Braga, Portugal, 2014. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/34956/1/Rute%20Isabel%20Martins%20Rodrigues>. Acesso em: 20 mar. 2022.

SANTOS, S. S.; LIMA, T. B. A relação da tecnologia com o processo de recrutamento e seleção de pessoal a partir da visão de gestores de três hotéis de João Pessoa. **Turismo & Sociedade**, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 217-235, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/60836/37454>. Acesso em: 27 ago. 2022.

SILVA, F. S. As redes sociais virtuais e a sua influência nos processos de recrutamento e seleção. **Revista de Carreira e Pessoas**, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 241-261, mai./ago. 2021. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ReCaPe/article/view/47266/35208>. Acesso em: 17 abr. 2022.

SILVA, J. R. H.; BARRETO, L. M. T. S. O uso da tecnologia no recrutamento e seleção de pessoas: Um Estudo no Setor Hoteleiro. **PODIUM Sport, Leisure And Tourism Review**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 192-210, mai-ago. 2019. <https://doi.org/10.5585/podium.v8i2.10665>.

Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7518500>. Acesso em: 28 ago. 2022.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.



# A CONTRIBUIÇÃO DO TREINAMENTO PARA O ATENDIMENTO AO CLIENTE NO SUPERMERCADO X EM PAU DOS FERROS-RN

Cristiane Gabriel da Silva

Francisco Edmilson Dias Araújo

José Shirley Pessoa do Nascimento

Francisco Clébio de Figueiredo

Taysa Kelly da Silva

## RESUMO

As organizações a cada dia utilizam-se do desenvolvimento de pessoas como estratégia para o crescimento organizacional, sendo que o treinamento dos colaboradores é essencial para um bom atendimento. O presente trabalho, de caráter descritivo, tem por objetivo avaliar o processo de desenvolver pessoas para o atendimento ao cliente em um supermercado na cidade de Pau dos Ferros-RN. Para isso, se propôs a: descrever como acontece o processo de treinamento no Supermercado X; coletar a visão dos funcionários sobre o treinamento e desenvolvimento; trazer a percepção dos supervisores quanto à contribuição do treinamento dentro da organização; e analisar a percepção dos consumidores sobre o treinamento e atendimento no Supermercado X. A pesquisa foi realizada a partir de um levantamento de dados por meio de três questionários eletrônicos elaborados na plataforma Google Forms. A amostra do universo integrou-se com a participação de funcionários, supervisores e clientes. Chegou-se à conclusão que o treinamento dos colaboradores é essencial para se ter um atendimento de qualidade, a percepção dos supervisores mostra a necessidade do treinamento e desenvolvimento nas organizações e os clientes dão vida a toda essa cadeia de planejamento estratégico que visam obter resultados. Por fim, torna-se necessário que as empresas busquem mais planejamento no desenvolvimento de pessoas e que agreguem mais valor às pessoas, bem como, recomenda-se a aplicação de mais investigações de modo a abranger outros comércios da cidade e região.

**Palavras-chave:** Atendimento aos clientes. Gestão de Pessoas. Treinamento e Desenvolvimento.

## THE CONTRIBUTION OF TRAINING TO CUSTOMER SERVICE IN A SUPERMARKET X IN PAU DOS FERROS-RN

## ABSTRACT

The organization each day makes use of people development as a strategy for organization growth, being that the training of the collaborators is essential for a good service. This present work, with descriptive character, has the objective to evaluate the process of development people for the customer service in a supermarket in the city of Pau dos Ferros-RN. For this, it proposed to: describe how the training process in supermarket X; gather the employee view

about the training and development; catch the supervisors' perception as to training contribution in the organization and analyze the consumers view about the training and treatment in supermarket X. This research was realized from a data survey, through three electronic questionnaires prepared in goggle forms. The sample of the universe integrated with the participation of employees, supervisors, and customers. It was concluded that the training of employees is essential to obtain quality service, the supervisors' perception shows the training necessity and development in organizations and the costumers give life to this entire strategic planning chain aimed at obtaining results. Lastly, it becomes necessary that companies seek more planning in people development and that add more value to people, as well as, it is recommended to apply more investigation to cover other markets in the city and region.

**Keywords:** Customer service. People management. Training and development.

## 1 INTRODUÇÃO

As empresas buscam por meio de treinamento desenvolver competências nas pessoas para que desempenhe suas tarefas de maneira satisfatória, que agregue valor econômico para a empresa e valor social para o indivíduo e que os objetivos da empresa sejam alcançados (FARIAS, 2016). O processo de desenvolver pessoas, assim como a busca por satisfação da clientela é de fundamental importância para o crescimento de uma organização, sendo os grandes passos para o sucesso.

O treinamento contribui de forma suficiente para o crescimento de uma organização, e as pessoas são essenciais para que esse processo aconteça, pois são elas que estão na linha de frente dirigindo e executando as atividades da empresa, e “para serem bem-sucedidas, as organizações precisam de pessoas talentosas, espertas, ágeis, empreendedoras e dispostas a assumir riscos” (CHIAVENATO, 2014, p. 309). São elas que garantem o melhor atendimento ao cliente desenvolvendo serviços de qualidade.

A priori, a percepção do cliente sobre uma empresa se reflete a partir do comportamento de seus funcionários, o que pode de fato mostrar o seu desempenho dentro da sociedade. E o treinamento é parte desse processo, as pessoas contribuem de forma conveniente para a empresa de acordo com o treinamento que recebe. Assim, este trabalho traz a seguinte problemática a desenvolver: Qual a contribuição do treinamento para a qualidade do atendimento ao cliente?

De fato, as organizações a cada dia utilizam-se do desenvolvimento de pessoas como estratégia para o crescimento organizacional, assim como o consumidor não busca pagar apenas o valor do produto, e sim, tudo que é agregado a ele. Para Miranda (2016), o novo cliente não busca mais o produto pelo produto, mas espera que com ele obtenha o dito valor agregado, isto é, a sociedade passou a exigir valores intangíveis àquilo que consome, tais como segurança, status, diferenciação, exclusividade, reconhecimento, conforto, etc.

Para atender a essa nova demanda do consumo, as empresas requerem que seus colaboradores acompanhem essas transformações, através da criatividade, inovação e acrescentando valores no relacionamento com os clientes até então irrelevantes (MIRANDA, 2016). Um fator desencadeante para a importância deste trabalho é a utilização do desenvolvimento de pessoas para a evolução e reconhecimento da empresa.

Nesse sentido e motivando a realização deste trabalho, processo de desenvolver pessoas tem grande relevância na composição de uma empresa, de uma visão mais tradicional pode ser vista como um investimento e/ou uma estratégia de negócio, numa visão mais moderna faz parte da cultura organizacional de qualquer empresa que busca o sucesso a partir de pessoas que a compõe.

A pesquisa contribuir ainda, academicamente para aqueles que queiram ingressar no estudo de desenvolver pessoas. Dando importância para que possa auxiliar as empresas no treinamento de pessoas para seu crescimento organizacional, e também de grande importância para a sociedade que é a consumidora dos serviços.

Este trabalho tem como objetivo avaliar a importância do treinamento para o atendimento ao cliente na cidade de Pau dos Ferros- RN. Para isso, se propôs a: descrever como acontece o processo de treinamento nos supermercados de Pau dos Ferros-RN; coletar a visão dos funcionários sobre o treinamento e desenvolvimento; trazer a percepção dos supervisores quanto à contribuição do treinamento dentro da organização; e analisar a percepção dos consumidores sobre o treinamento e atendimento no supermercado X.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Gestão de Pessoas**

A Gestão de pessoas é fundamental em qualquer empresa, sendo desenvolvida por meio de um conjunto de técnicas e estratégias que visa treinar e desenvolver pessoas para que representem a linha de frente da organização, não se trata apenas de contratar, treinar, manter e desligar. “O contexto da gestão de pessoas é formado por pessoas e organizações. As pessoas passam boa parte de suas vidas trabalhando dentro de organizações” (CHIAVENATO, 2010, p.04).

As pessoas fazem parte do sucesso da empresa, é preciso motivar e incentivar, tornar-se parte como um todo, “é proporcionar à organização pessoas com características superiores e experientes, bem capacitadas, motivadas e leais, contribuindo com uma cultura de alto

desempenho, além de se manter austero e atuar disciplinadamente conforme as diretrizes definidas” (MARQUES, 2015, p. 19).

Uma empresa não caminha só, a gestão de pessoas tem por objetivo auxiliar o administrador para que ele desenvolva as quatro funções do processo administrativo que é planejar, organizar, dirigir e controlar. Isso porque um administrador desempenha as atividades organizacionais “por meio das pessoas que formam sua equipe. Com sua equipe, o executivo alcança metas, objetivos e resultados” (CHIAVENATO, 2014, p. 29), ou seja, pessoas são importantes para que se atinja o sucesso desejado, é a partir delas que as organizações conquistarão um lugar reconhecido na sociedade.

E a gestão de pessoas está aqui para que todo esse processo ocorra de forma eficaz, trazendo novas ideias e formando colaboradores competentes e qualificados para que assim, a organização alcance todos os resultados esperados.

### **2.1.1 Desenvolver pessoas**

A gestão de pessoas acontece em seis processos básicos, são o processo de agregar pessoas ( recrutamento e seleção); processo de aplicar pessoas (desenhar as funções de cada um); o processo de recompensar, ( remuneração que se dá ao funcionário pelo desempenho de suas atividades); desenvolver (treinar e aprimorar as pessoas); manter (processo que envolve a qualidade das condições de trabalho); e monitorar pessoas (acompanhar o desenvolver das atividades do pessoal) (CHIAVENATO, 2014).

É importante dizer que o processo de desenvolver pessoas estão associadas a várias atividades interligadas que integram pessoas que numa organização trabalham. Uma responsabilidade de linha e uma função de staff.

Trata-se de aprimorar a educação das pessoas frente a uma organização. “É, sobretudo, dar-lhes a formação básica para que aprendam novas atitudes, soluções, ideias, conceitos e que mudem seus hábitos e comportamentos e se tornem mais eficazes no que fazem” (CHIAVENATO, 2014, p. 307).

O processo de desenvolver pessoas ainda acontece em três categorias: treinamento, desenvolvimento de pessoas e desenvolvimento organizacional. Além de ter um conceito muito amplo pode ser resumido a parte da empresa desenvolvida pela gestão de pessoas, que tem como principais atribuições despertar as qualidades, o conhecimento e a produtividade em massa de seus funcionários.

Para se atingir o objetivo esperado, o treinamento passa por quatro etapas na qual deve-se ter uma atenção maior, o uso contínuo desse processo significa maior desenvolvimento da cultura organizacional da empresa, vale ressaltar detalhadamente esse processo que segundo Chiavenato (2010), divide as quatro etapas envolvendo-as entre si como diagnóstico, decisão, implementação e avaliação na qual:

O diagnóstico de carências, a decisão quanto à estratégia para a solução, a implementação da ação e a avaliação e o controle dos resultados das ações de treinamento. Não se deve confundir treinamento com uma simples questão de realizar cursos e proporcionar informação. Ele vai muito mais longe. Significa atingir o nível de desempenho almejado pela organização por meio do desenvolvimento contínuo das pessoas que nela trabalham. Para tanto, é preciso criar e desenvolver uma cultura interna favorável ao aprendizado e comprometida com as mudanças. (CHIAVENATO, 2010, p. 316)

Ressaltando ainda que as empresas que proporcionam essas informações, vai muito longe, atingindo todo seu potencial, como também todo o potencial de sua equipe, criando um significado maior, não só como empresa, como social, mais também pessoal.

O treinamento é parte do desenvolver pessoas, um processo que é composto por três elementos: Treinamento (habilidades, direcionado a tarefa), Desenvolvimento de Pessoas (voltado para a carreira) e Desenvolvimento de Organizações (aprendizagem organizacional), um processo que acontece a longo prazo, e desenvolve a qualidade das pessoas. É conhecimento adquirido ao longo do processo, a concepção das habilidades e competências que serão colocadas em práticas na realização de tarefas.

A falta de funcionários capazes de executar tarefas com eficiência resulta em perdas, por isso, a importância de investir “nos colaboradores para que assim, eles possam se desenvolver e promover o crescimento da empresa” (BAGATTOLI; MULLER, 2016, p. 110), e assim, mostra a importância de se ter treinamento dentro da empresa, para que não haja mais perdas decorrentes da capacidade funcional dos colaboradores.

## **2.2 A importância do treinamento dentro da organização**

Com as crescentes mudanças, as pessoas deixaram de ser vistas apenas como um preenchimento de cargo ou mesmo como um instrumento produtivo e passaram a fazer parte significativa do processo organizacional na empresa. Os investidores viram que o treinamento não seria apenas uma despesa e sim um investimento para que a empresa desenvolvesse satisfatoriamente e alcançasse os objetivos desejados.

Assim, de acordo com Volpe e Lorusso (2009):

Para as grandes organizações, o treinamento não é somente despesas, mais sim um precioso investimento, seja na organização como as pessoas que nela trabalham, e é por esse motivo que treinar e desenvolver pessoas vem se tornando cada mais vitais para as organizações, devido às profundas transformações tecnológicas, econômicas, políticas e sociais que caracterizam o cenário internacional (VOLPE; LORUSSO, 2009, p. 02).

Um fato sobre a gestão de pessoas é que elas veem as pessoas como pessoas, reconhecendo seu valor, e conseqüentemente o treinamento busca despertar o que a de melhor nas pessoas, motivando sua criatividade, seu desempenho, competência, inovação e demais conhecimentos que somando com a organização estão sempre crescendo juntas. Diante disso, é imprescindível e vários os motivos para que se invista em conhecimento para os colaboradores, pois, como bem lembra Terra (2005):

Investir em conhecimentos pode trazer retornos exponenciais, já que está associado a círculos virtuosos de novos conhecimentos e deve ser encarado como combustível (socialmente responsável e etiologicamente correto) para transformação do ambiente organizacional: aumenta a flexibilidade organizacional, causa maior sinergia nas relações entre as pessoas de uma organização e, ao se inserir na cultura organizacional, garante vantagens competitivas duradouras (TERRA, 2005, p. 02).

Assim, com o investimento em treinamento, as pessoas possam adquirir conhecimento, e contribuir para o desenvolvimento pessoal e profissional de forma a garantir o sucesso da organização perante sua contribuição, começando pela recepção dos clientes no processo de atendimento.

### **2.3 Atendimento como um diferencial competitivo**

É quase que inevitável não falar sobre empresas que enxergam o atendimento ao cliente como um diferencial competitivo, a busca por sucesso motiva as empresas a competirem entre si, o gera conflito na diferenciação competitiva e fidelização clientela. Para Andrade *et al*:

Um diferencial competitivo auxilia a transmitir a imagem de determina empresa. Por consequência, também ajuda a firmar seu nome no mercado. Quando os clientes começam a reconhecer as qualidades únicas dos seus produtos ou do atendimento, eles não são mais apenas produtos, eles são os “seus produtos” e tornam-se clientes ‘fiéis’. Desta maneira, o negócio começa a crescer e ganhar credibilidade, o que atrai um público maior (ANDRADE *et al.*, 2020, p. 02).

Assim, o atendimento ao cliente não pode ser visto apenas como um diferencial, mais como uma contribuição para a identidade visual da empresa e crescimento da cultura

organizacional. Quando as empresas deixarem a competitividade de lado e buscarem mais qualidade, verão que alcançarão resultados melhores.

E o treinamento faz parte disso, é a partir dele que se obtém ferramentas suficientes para desempenhar um bom atendimento, e por isso, “é importante que seja dado melhor treinamento aos funcionários, de modo que estando mais motivados, sua satisfação no trabalho se reflita no melhor atendimento ao cliente” (NEUBUSER *et al.*, 2014, n.p).

Um dos retornos que a prática do treinamento nas empresas traz é a relação funcionário/cliente que reflete no atendimento positivo, esse contato entre ambos reflete na satisfação do cliente em relação aos serviços prestados pela empresa através de seus funcionários, como também a fidelização daquele cliente. Esse contato é de fundamental importância para o crescimento organizacional, com uma boa orientação é notável que o serviço mais prazeroso e agradável.

Assim, como Oliveira reflete:

A motivação pode ser constituída por ações intrínsecas e extrínsecas ao funcionário e quando bem aplicada nos treinamentos das corporações eleva o potencial deste e pode vir a originar propensos líderes empresariais ou, em momentos específicos, companhias com funcionários extremamente dedicados, que “vestem a camisa da empresa”, como cita o jargão popular; beneficiando, neste sentido, empresa X empregado X cliente servido por esta empresa (OLIVEIRA, 2015, p.11).

Então, é notório que o treinamento faz-se eficiente para a organização, pois através dos funcionários, as empresas tornam-se qualificadas para o conceito do consumidor, visto que, com o avanço tecnológico e organizacional, as pessoas passaram a entender melhor como ocorre esse processo de prestação de serviços, assim, passaram a exigir mais dos prestadores de serviços e sequentemente, as empresas passam a ver o treinamento como um fator positivo.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

#### **3.1 Classificação da pesquisa**

A pesquisa possui uma abordagem de natureza quali-quantitativo, que envolve os dois tipos pesquisa, a quantitativa que envolve “o processo de coleta, análise, interpretação e redação dos resultados de um estudo” (CRESWELL, 2010, p. 21), por meio da caracterização dos funcionários e clientes, e a qualitativa, que expressa a percepção dos entrevistados acerca do tema, tendo por finalidade ser uma pesquisa aplicada.

Foi realizada uma pesquisa de caráter descritivo para adquirir embasamento de estudo, sendo que esse tipo de estudo, “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 2008, p.28) para obtenção de resultados.

A pesquisa realizou-se a partir de um levantamento, que segundo Babbie (1990 *apud* CRESWELL, 2010, p. 36) “inclui estudos transversais e longitudinais, utilizando questionários ou entrevistas estruturadas para a coleta de dados, com a intenção de generalizar a partir de uma amostra para uma população”, em uma das empresas de supermercados da cidade de Pau dos Ferros – RN.

### **3.2 Contextualização geográfica e econômica do local da pesquisa**

A localização escolhida para a realização deste trabalho foi a cidade de Pau dos Ferros -RN, é a principal cidade do Alto Oeste Potiguar com uma área de aproximadamente 260 km<sup>2</sup> e uma população estimada em 30.600 pessoas (IBGE, 2020). Ainda segundo o IBGE, o produto interno bruto (PIB) per capita da região é de 14.287,29 R\$ datada de 2019. No cadastro de empresa atuantes na cidade são de 743 unidades (IBGE, 2020).

Conforme Dantas (2014 *apud* RÊGO, 2020, p. 13), Pau dos Ferros (RN) se destaca entre as cidades do Alto Oeste Potiguar pela geração de emprego no comércio e setores de educação e saúde, sendo cercada por cidades pequenas com baixa participação no emprego formal, por isso, notabilizando-se como uma cidade polo, apesar de um contingente populacional reduzido.

### **3.3 Instrumento de coleta de dados, universo e amostra**

Para avaliar a concepção dos consumidores, dos funcionários e supervisores, os dados foram coletados por meio de três questionários eletrônicos elaborados na plataforma Google Forms, com perguntas fechadas.

Foram pesquisados todos os 5 supervisores dos supermercados com relação a treinamento e desenvolvimento de pessoas, buscando associar a percepção dos supervisores em relação a contribuição do treinamento dentro da empresa.

De forma probabilística, com amostragem aleatória simples, foram pesquisados 63 colaboradores de um total de 139 com um nível de confiança de 90% e uma margem de erro de



6%, fazendo uso da calculadora amostral virtual no site Comento (<https://comento.com/calculadora-amostal/>).

Quanto aos clientes, foi disponibilizado um link rastreado (<http://bit.ly/AtClientes>), no período de 08 de agosto a 04 de novembro, alcançando 346 pessoas e, destas, foram obtidas 263 respostas, utilizando o tamanho mínimo de uma amostra para o cálculo da população desconhecida ou infinita, tendo em vista que não se sabe exatamente a quantidade de consumidores da empresa X.

A amostra do universo foi integrada com a realização desse levantamento junto a funcionários, supervisores e alguns clientes, com o objetivo de explorar a percepção e caracterização dos três públicos quanto aos serviços e a relação do treinamento com o atendimento.

### **3.4 Análise de dados**

Quanto a técnica foi utilizada a de análise estatística descritiva, para descrever os dados obtidos na pesquisa, “cujo objetivo básico é o de sintetizar uma série de valores de mesma natureza, permitindo dessa forma que se tenha uma visão global da variação desses valores, organiza e descreve os dados de três maneiras: por meio de tabelas, de gráficos e de medidas descritivas” (GUEDES *et al*, 2005, p.1). O meio utilizado no trabalho foi uma apresentação a partir de gráficos e descrição dos valores obtidos. Atendendo aos os objetivos específicos, as análises estão organizadas nos tópicos seguintes.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

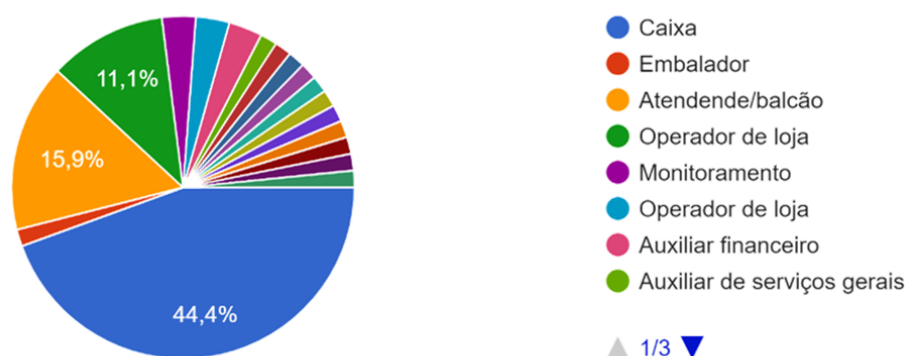
### **4.1 Contribuição do processo de desenvolver pessoas na percepção dos colaboradores**

As empresas são formadas por pessoas que trabalham para que elas cresçam continuamente alcançando seus objetivos, são os colaboradores que dão vida as empresas, fazem tudo acontecer, organizam as prateleiras, recebem os clientes, cuidam do bem estar do ambiente e demais obrigações que a eles competem.

As empresas também são formadas por uma hierarquia de cargos, e “é possível observar tamanha importância que a descrição de cargos tem para uma organização, pois é necessário implantar e manter uma estrutura que embase todas as funções que são exercidas diariamente por todos os colaboradores de diferentes setores” (BRAGA, 2015, n.p.).

A intenção da pesquisa foi buscar funcionários que estão em contato direto com os clientes, pois são aqueles que precisam de mais treinamento, e é onde pode se ver a necessidade de desenvolvimento para alguns cargos. Na empresa pesquisada, os colaboradores foram questionados sobre os cargos, que desempenham. Os resultados podem ser observados na figura 1:

**Figura 1** – Caracterização dos cargos



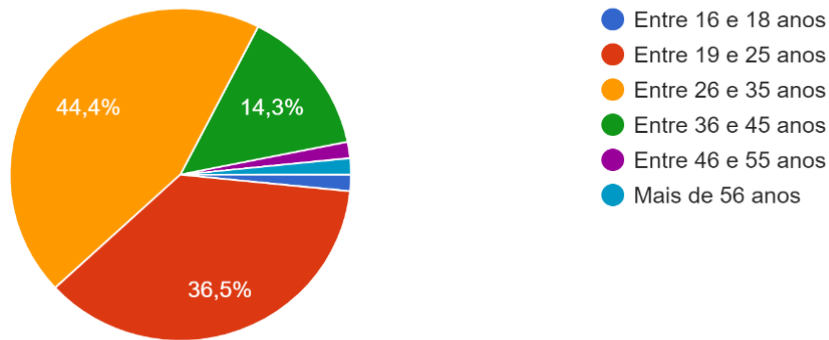
**Fonte:** Dados da Pesquisa (2020).

Na pesquisa, é possível observar os cargos base de uma empresa, desde o caixa ao auxiliar de serviços gerais, todos de algum modo sempre tem contato com os clientes no decorrer de suas tarefas diárias. E 44,4% dos pesquisados, os caixas são, além da maior parte dos colaboradores, são os que mais tem contato com os clientes. São eles que representam o comportamento geral de todos, por ter a maior porcentagem, requer um pouco mais de responsabilidade de sua parte quando tiver exercendo suas atribuições. Quanto aos demais cargos, embalador ficou com 1,6% ocupados; atendente/balcão 15,9%; operador de loja 11,1%; monitoramento 3,2%; auxiliar financeiro 3,2%; auxiliar de monitoramento 1,6%; ASG 1,6%; empilhador 1,6%; prevenção 1,6%; e auxiliar de hortifruti 1,6%.

A faixa etária dos colaboradores pode influenciar muito sobre determinadas ações, comportamentos e habilidades. É fundamental conhecê-los, sua trajetória, com quantos anos começou a trabalhar, seu emprego anterior, e quando com mais experiências as empresas tendem a ganhar com mais contribuições que eles têm a oferecer, mas também é necessário da oportunidade ao novo, as novas experiências.

A seguir na figura 2, estas apresentadas os percentuais de faixa etária dos funcionários do supermercado X:

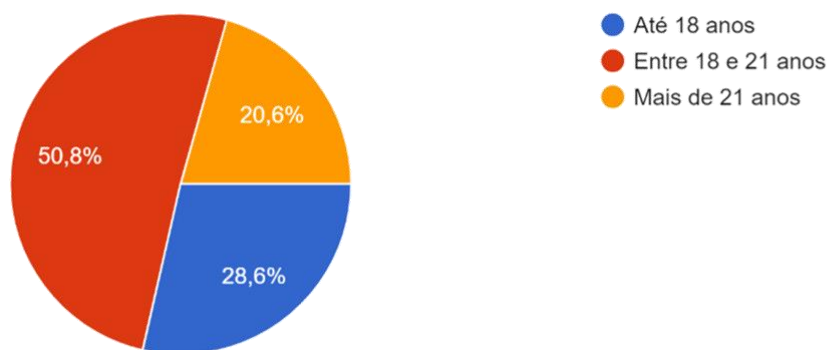
**Figura 2 – Percentual da faixa etária**



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2020).

Em relação à faixa etária, como forma de traçar um perfil do colaborador, corresponde a 44,4 % aqueles que tem entre 26 e 35 anos. No mais os outros 36,5% estão entre 19 e 25 anos e 14,3% estão entre 36 e 45 anos. Pode se destacar uma maior quantidade de jovens, com maior habilidade para adquirir conhecimentos, como também a qualificação para alcançarem uma oportunidade no mercado de trabalho (SAMUEL; JUNIOR; TEIXEIRA, 2016). Também se destaca que poucas pessoas possuem mais de 46 anos, o que pode representar maior oportunidade para os que estão começando a ingressar no mercado de trabalho.

**Figura 3 – Idade que os colaboradores começaram a trabalhar**



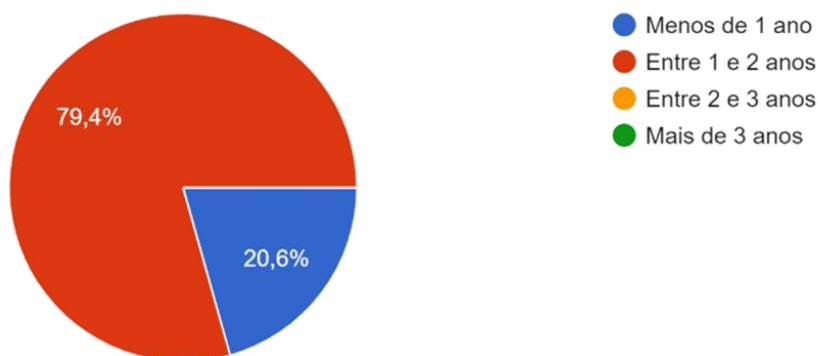
**Fonte:** Dados da pesquisa (2020).

Em relação ao percentual da idade em que os colaboradores começaram a trabalhar, 50,8% deles começaram entre 18 e 21 anos, 28,6% até 18 anos e 20,6% com mais de 21 anos. O fato de as pessoas começarem a trabalhar mais cedo, comparado com a faixa etária atual comprova que os colaboradores obtiveram experiências antes de começarem a trabalhar na

empresa atual. Isso diz muito sobre muitos deles acharem sobre a necessidade de haver ou não treinamentos dentro da empresa, pois suas experiências pessoais não requer sobre as necessidades que eles podem ter atualmente.

Os dados que dizem respeito a esta realidade na empresa constam a seguir na figura 3:

**Figura 3 – Anos de trabalho na empresa**

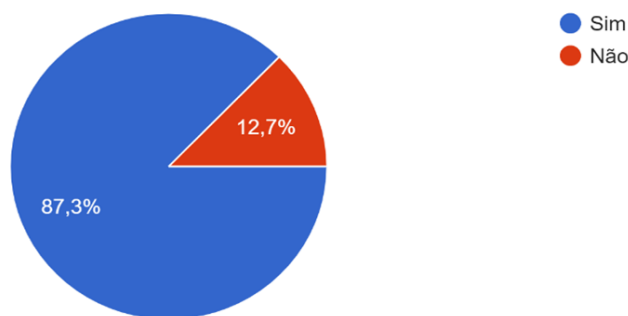


**Fonte:** Dados da Pesquisa (2020).

Os anos em que os funcionários permanecem nas empresas são fundamentais para que criem laços fortes com a mesma. Quando questionados 79,4% responderam que estão entre 1 e 2 anos, significa que estão com a empresa desde o seu início contando que a empresa tem exatamente 2 anos de abertura, o que leva a outros estudos com estratégias de retenção de pessoas. E 20,6% responderam que estão a menos de 1 ano fazendo parte da organização, que demonstra a mudança de funcionários ou ampliação do quadro para atender a demanda.

O processo de treinamento é importante para manter pessoas, principalmente para aquelas que pretende reter talentos, pois os processos de manter pessoas são fundamentais, assim como todos os processos tem sua importância decisiva em cada caso (CHIAVENATO, 2010). No gráfico a seguir, figura 4, mostra a parte do treinamento inicial dentro da empresa:

**Figura 4 - Treinamento inicial na organização**

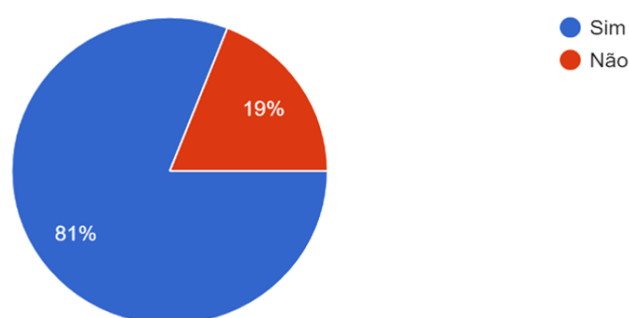


**Fonte:** Dados da pesquisa (2020).

Quando questionados sobre o treinamento, 87,3% responderam que passou por um quando entrou na empresa, sim, é considerável que a empresa foi estratégica quando treinou os seus primeiros funcionários para sua entrada dentro do comércio varejista. Mas que não pode deixar ser apenas um plano estratégico, é essencial que o treinamento faça sempre parte do cotidiano da empresa. Como pode-se ver que 12,7% responderam que não tiveram treinamento quando entraram na empresa, e essa porcentagem possivelmente corresponde aqueles que responderam no gráfico anterior que entraram a menos de um ano. O que não deixa de chamar a atenção para as necessidades cotidianas em relação ao treinamento.

Quanto a isto, investigou-se sobre a oferta regular de treinamento, obtendo-se os dados da figura 5:

**Figura 5 – Oferta de treinamento regular**



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2020).

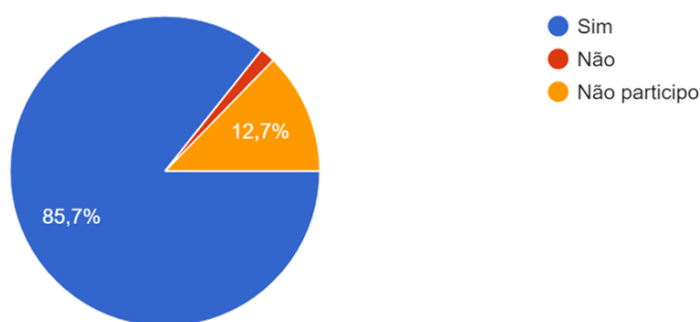
Percebe-se que sobre a empresa oferecer treinamento regularmente, 81% responderam que sim, enquanto 19% responderam não. Assim, foi perguntado em seguida se eles

participavam dos treinamentos e as respostas foram as mesmas, o que leva a perceber que os que não participam é porque a empresa não oferece para determinada categoria.

As empresas no geral devem oferecer treinamentos regularmente, e uma forma de manter sempre um padrão de relacionamento entre empresa e colaborador é treinando aqueles que também entram na organização por último, e a contribuição dos supervisores contribui muito nessa percepção.

Na figura 6, apresenta-se a percepção dos colaboradores sobre sua melhoria das atividades desenvolvidas após a participação no treinamento dentro da empresa:

**Figura 6** – Melhoria das atividades após participações em treinamento



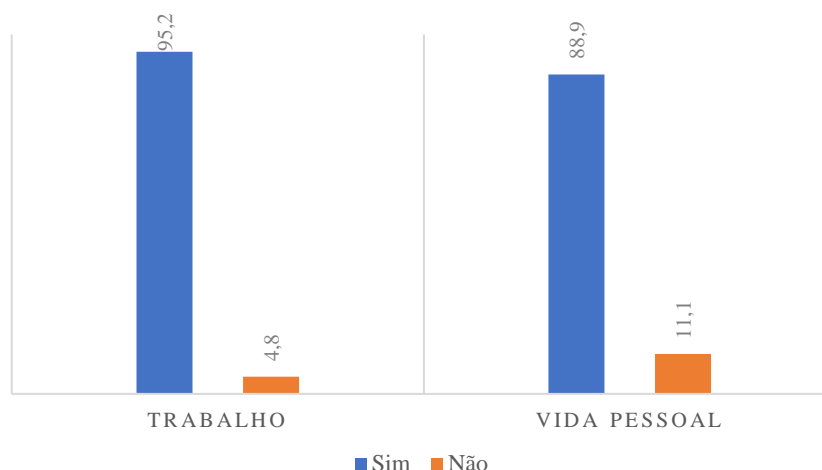
**Fonte:** Dados da Pesquisa (2020).

Quando questionados sobre suas atividades melhorarem após participação no treinamento 85,7% responderam que sim, melhoravam e de fato o treinamento é feito exatamente para que isso aconteça. Ainda 12,7% responderam que não participavam e 1,6% responderam que não melhoravam. Quando a esses fatos, é fundamental que as pessoas participem e ao mesmo tempo intensificar o treinamento para que ele realmente faça mudanças nas atividades dos colaboradores.

Com isso, é possível perceber que não adianta apenas motivar o empregado, é preciso dar-se um suporte a mais, deve-se também qualificá-lo para o seu melhor desenvolvimento dentro da organização, trazendo melhoria do desempenho das atividades com o treinamento (SAMUEL, JUNIOR. TEIXEIRA, 2016).

E esse desempenho pode refletir tanto no trabalho como contribuir para a vida pessoal dos colaboradores. Quando questionados sobre isso, foi possível estabelecer uma comparação conforme apresentada na figura 7:

**Figura 7** – Comparativo entre desempenho dos colaboradores no trabalho e na vida pessoal



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2020).

As pessoas quando entendidas sobre as contribuições do treinamento, entende-se que façam parte de suas vidas. Quando questionados sobre o treinamento ser essencial no seu trabalho, 95,2% responderam que sim, e 4,8% responderam que não. Mas o treinamento deve ser essencial na vida, quando você recebe orientações para desenvolver suas funções, automaticamente elas tonam-se essenciais para que as realize da melhor forma e com os melhores resultados.

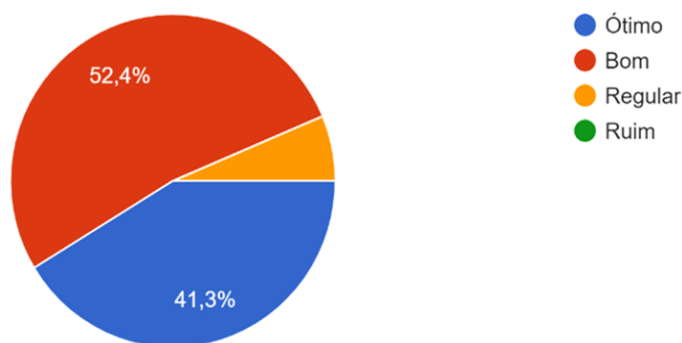
Dessa forma, percebe-se a contribuição do treinamento na vida pessoal das pessoas, e quando perguntadas 88,9% responderam que sim, contribuem, 11,1% responderam que não. Diante de tudo que foi mencionado, é possível ver que o treinamento está dentro do contexto das pessoas e que auxilia significativamente na vida de todos.

Em outra pergunta os colaboradores foram questionados sobre a participação do treinamento diante dos conhecimentos, habilidades e atitudes adquiridas por ele, no qual 96,8% responderam que sim, adquire mais essas qualidades quando terminam um treinamento. Além disso, foram questionados se com o treinamento, suas atividades são desenvolvidas melhor, mais satisfatoriamente e 96,8% responderam que sim, o treinamento é relevante em vários sentidos. Eles também responderam que o treinamento é necessário no trabalho, de fato, as pessoas já veem essa necessidade, na pesquisa 95,2% sim a essa utilidade que deve ser envolvida no dia a dia.

Nos dias de hoje, uma empresa que tem o sucesso dos negócios, à frente o atendimento e na base o foco no cliente, conhecer plenamente o potencial dos colaboradores pode ser um bom caminho a ser trilhado (ROCHA, 2015). Uma das percepções mais importantes é o

colaborador saber avaliar seu próprio desempenho, como se comporta diante do cliente, que atitude toma, como se desenvolve na figura 8:

**Figura 8** – Autoavaliação do atendimento aos clientes



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2020).

É percebido que, 52,4% dos colaboradores entrevistados disseram que são bons no atendimento ao cliente, enquanto 41,3% responderam que são ótimos quanto a esse quesito e 6,3% se consideraram regular.

De acordo com Santos e Teixeira (2012), os colaboradores por si só buscam obter conhecimentos e qualificações para alcançarem uma oportunidade no mercado de trabalho, estão dar-se a oportunidade deles se alto avaliarem seu desempenho do serviço, uma forma de perceber a necessidade de treinamento e melhoria no atendimento.

Por fim, foram questionados se achavam que com o treinamento melhora o desempenho nos atendimentos aos clientes, todos foram unânimes nas respostas, sim, o treinamento melhora, e justamente essa proposta que ele tem dentro da organização, desenvolver e aperfeiçoar todas as necessidades de seus colaboradores afim de obter maiores resultados.

#### **4.2 Contribuição do processo de desenvolver pessoas na percepção dos supervisores**

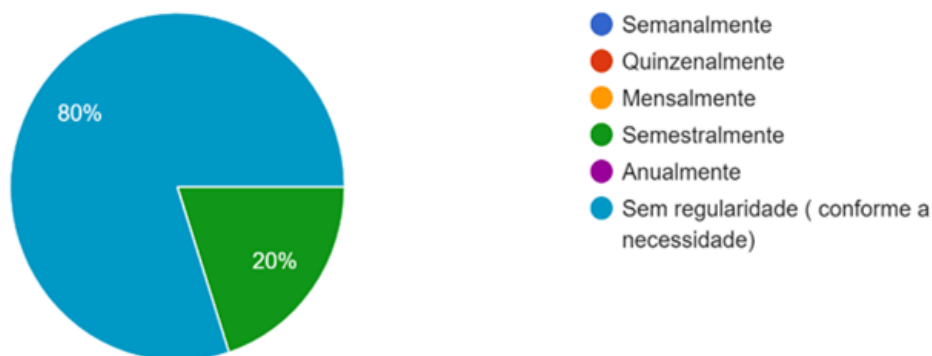
Os supervisores são parte essencial para que o treinamento aconteça nas empresas de forma satisfatória. São eles que monitoram e percebem a necessidade de cada colaborador dentro do ambiente de trabalho, seu papel é vital para que as atividades a serem desempenhadas saia como o planejado. É por seus olhos e sugestões que a contribuição do processo de desenvolver pessoas cria vida. Na pesquisa realizada foram entrevistados os 5 supervisores da empresa X.



Na primeira pergunta eles foram questionados sobre a importância do treinamento para o desenvolvimento das atividades dos funcionários. E a resposta foi unânime, sim, o treinamento é importante. É visível que nos dias atuais as empresas prezem mais pela colaboração que o treinamento traz para a obtenção de resultados de seus funcionários e assim os resultados dos seus objetivos também.

Na segunda pergunta foram questionados sobre a regularidade que a empresa oferece os treinamentos aos funcionários, como apresentado a seguir, na figura 9:

**Figura 9** – Regularidade de treinamento dentro da empresa



**Fonte:** Dados da pesquisa (2020).

Nota-se que 80% dos entrevistados responderam que é sem regularidade, conforme a demanda. É questionável que uma empresa acha essencial o treinamento dentro do seu ambiente, mas não tenha essa prática de desenvolver regularmente. Não necessariamente na empresa X, mais em todas as empresas que tem o desenvolvimento de pessoas como parte fundamental para realização de suas atividades.

Muitas vezes a regularidade de treinamento vai de acordo com a necessidade organizacional, de tarefa e individual. É sempre importante estabelecer relações entre o treinamento e o resultado, ou seja, o treinamento precisa estar alinhado com os objetivos que a organização espera alcançar, identificando onde precisa, quem precisa e assim traçando uma estratégia de aperfeiçoamento (FERREIRA; ABBAD, 2014).

Na terceira pergunta tratou-se do treinamento e desenvolvimento como ponto estratégico para a empresa. E 100% dos entrevistados responderam que sim, são pontos estratégicos. A muitos que vem -se discutindo sobre esse ponto, as empresas sempre quando questionados, afirmam que o treinamento e desenvolvimento são parte da cultura da empresa,

o que não deixa de ser visto como um plano estratégico. Para Sousa (2010) é através do treinamento que se pode potencializar os recursos adquiridos, e só assim agregar novos valores à cultura organizacional da empresa.

Em seguida, na quarta pergunta eles foram justamente questionados sobre o treinamento e desenvolvimento ser parte da cultura organizacional da empresa, e todos responderam que sim. O fato é que as empresas sempre buscam o melhor para alcançarem seus objetivos, seja cultura ou estratégia.

Na quinta pergunta, quando questionados se o treinamento serve tanto para a empresa quanto para o funcionário, todos responderam que sim, serve para ambos, mas vejamos que tem significados diferentes. Para a empresa o treinamento sempre é visto como parte estratégica para obtenção de resultados, e para os funcionários ele contribui de forma mais ampla, fornecendo conhecimento, qualificando habilidades, e assim trazendo mais experiência profissional.

De acordo com Samuel Junior e Teixeira (2012), nota-se que treinamento tem como finalidade melhorar o desenvolvimento profissional do ser humano na sua organização, e também no desempenho das suas funções, pois, é um processo que visa à preparação e o aperfeiçoamento das habilidades e dos conhecimentos dos funcionários de uma organização.

O desempenho dos funcionários é fundamental para que as atividades aconteçam quando planejado, e na sexta pergunta feita aos supervisores comprovam que toda e qualquer atividade que tenha seu devido treinamento, pode ser executada com excelência e melhoria, assim responderam 100% dos entrevistados.

Na última pergunta foi questionado se na empresa existe algum método de avaliação na qual possa medir os desempenhos de avaliação dos funcionários mediante os resultados de treinamento. No qual, a maioria respondeu que existe, e foi descrito por dois métodos, onde o primeiro consiste em acompanhamento feito pelos encarregados, que são pessoas responsáveis por cada setor da empresa, e o outro método citado é o acompanhamento da produtividade medido por meio de sistema de informação. E alguns responderam não, pois os métodos já citados podem não substituir um método mais eficaz de avaliação.

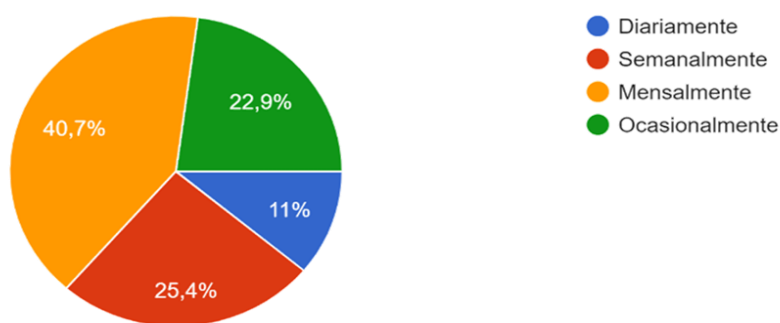
#### **4.3 Contribuições do processo de desenvolver pessoas na percepção dos clientes**

Assim como é importante mostrar as contribuições do processo de desenvolver pessoas na percepção dos colaboradores e supervisores, também é essencial saber o que os clientes

acham do treinamento. Pois são eles que recebem o melhor atendimento proporcionado pelo treinamento oferecidos nas organizações.

Em uma das perguntas feitas aos clientes, foram questionados como é a frequência de visita ao supermercado, a figura 10 vem mostrar:

**Figura 10** – Frequência de visita ao supermercado X



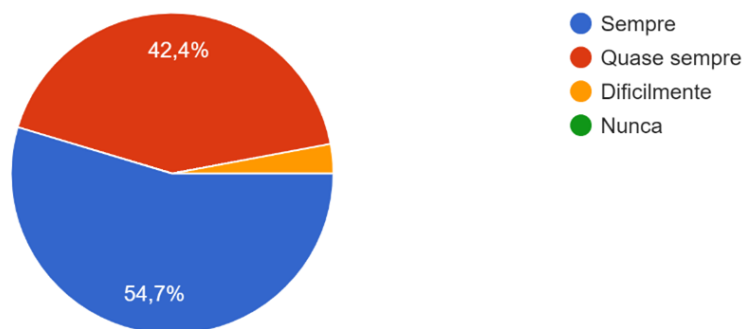
**Fonte:** Dados da Pesquisa (2020).

Na pesquisa realizada, em relação a frequência ao supermercado, os clientes foram questionados sobre sua regularidade. Deixam claro que no gráfico acima 40,7% responderam que frequentam o supermercado regularmente todo mês, o é o mais comum, visto que muitas pessoas só fazem compras a cada trinta dias, já que é o período que se recebe o pagamento mensal (salários, aposentadoria, auxílios e etc.). E 25,4% dos entrevistados responderam que frequentam semanalmente, essas pessoas são mais propensas a avaliar melhor o atendimento ao cliente, assim como os 11% que disseram frequentar diariamente. Os demais 22,9% responderam que frequentam apenas ocasionalmente.

Em todos os casos o atendimento tem que ser bom, para satisfazer quem vai sempre e para quem vai menos, pois o bom atendimento é a imagem que fica da empresa, e a alta satisfação do cliente cria afinidade com a marca, não apenas preferência racional. O resultado disso, é a alta lealdade do consumidor (NEUBUSER et al., 2014).

Os clientes também foram questionados sobre com que regularidade eram bem atendidos quando iam ao supermercado, conforme dados apresentados a seguir na figura 11:

**Figura 11-** Frequência de bom atendimento



**Fonte:** Dados da Pesquisa (2020).

Assim, 54,7% responderam que sim, sempre são bem atendidos, mas 42,4% disseram e são quase sempre, o que leva a ter um pouco mais de atenção já que se trata de uma porcentagem considerável, e mais 3% responderam que dificilmente são bem atendidos.

Um bom atendimento sempre vai refletir na imagem da empresa, e é a partir disso que se satisfaz o cliente, e adquire sua fidelização. Os funcionários que trabalham diretamente com o atendimento, devem deixar os clientes com a sensação de que estão em boas mãos. Assim, manter os clientes com um bom atendimento é o diferencial na estratégia para se criar uma boa imagem e ter uma vantagem competitiva frente a outras empresas (ROCHA, 2015).

Em relação ao atendimento como um fator diferencial, 91,9% responderam que sim, o atendimento é um diferencial para escolher o supermercado que se frequenta, pois tem mais chances de fidelidade clientela. Com isso, foram questionados se podiam identificar se os funcionários que já lhe atenderam alguma vez tiveram um bom treinamento, e 89,8% disseram que sim, serem capaz de ter essa atenção para com essa necessidade, e 10,2% responderam que não.

Em seguida foram questionados sobre acharem o atendimento essencial para um bom atendimento, e 99,6% responderam que sim. É essencial que o treinamento contribua para um bom relacionamento entre colaborador e cliente. Por último, foram questionados que, enquanto consumidores, esperam que os funcionários sejam treinados para melhor os atender, no qual 97,9% responderam que sim. Não só os consumidores, mas as empresas também esperam que os colaboradores sejam treinados para melhor atendimento e obtiver resultados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao avaliar os resultados, percebe-se que o treinamento é parte essencial no desenvolvimento de pessoas de toda e qualquer empresa, e que, quando colocado em prática, contribui eficazmente para que consiga refletir positivamente no desenvolvimento das atividades e alcançar objetivos esperados. Além disso essa perspectiva sempre vai favorecer as duas partes, assim as empresas não devem ter medo de investir nesse departamento.

Assim, todos os públicos pesquisados (supervisores, colaboradores e clientes) avaliaram o treinamento positivamente. Deixando como sugestão para outros estudos, fazer estudos sobre as necessidades de treinamento e, como também, fazer uma avaliação de programas de treinamento e estratégias de retenção dos colaboradores, contribuindo para o desenvolvimento do comércio local para o sucesso das organizações.

Não deixando de lado sempre a opinião do cliente, buscando sempre saber como satisfazê-los. Essa pesquisa trata de uma abordagem inicial e pode trazer contribuições para a realização de estudos futuros, abrangendo mais supermercados, como também lojas, e expandir para outras regiões, e áreas. Por fim, torna-se necessário que as empresas busquem mais planejamento no desenvolvimento de pessoas e que agreguem mais valor às pessoas.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. S., DIAS, J. P.M., RESENDE, M. C., COUTO, M. M. C., SILVA, V. F., CUSTÓDIO, W. L.G., ANDRADE, N. L. Qualidade no atendimento ao cliente como diferencial competitivo: estudo de caso em uma loja de departamento no município de Pouso Alegre, MG, Brasil. **Revista Conexão UEPB**. Ponta Grossa. Paraná. v. 16. p. 1-8. 2020. Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/conexao/article/view/14364/209209212982>. Acesso em 26 mai. 2020.

BRAGA. L. A Importância da Descrição de Cargos e Salários na Organização. **RH Portal**. 2 set. 2015. Disponível em: <https://www.rhportal.com.br/artigos-rh/a-importancia-da-descricao-de-cargos-e-salrios-na-organizacao/>. Acesso em 31 de outubro de 2020.

BAGATTOLI. S. L., MULLER.G.C.K. Treinamento e desenvolvimento de pessoal: agregando valor às pessoas e à organização. Florianópolis: **Navus**. v. 21. p. 106 -120, 2016. Disponível em: <http://navus.sc.senac.br/index.php/navus/article/view/337>. Acesso em 25 de jun. 2020.

CHIAVENATO, I. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

\_\_\_\_\_. **Gestão de pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. ed. 4 Barueri, SP: Manole, 2014.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. - Porto Alegre: Artmed. 296 p. 2010.

FARIAS, M. L. C. D. **Avaliação das necessidades de treinamento e desenvolvimento de competências: estudo na AMICRO do brejo da madre de Deus**. 2016. 59 f. Monografia (Curso de Administração) - Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2016. CDD 658. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/36612/1/FARIAS%2c%20Maria%20La%2c%20ads%20Carvalho%20de.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

FERREIRA, R. R.; ABBAD, G. S. Avaliação de Necessidades de Treinamento no trabalho: ensaio de um método prospectivo. **Revista Psicologia: Organização e Trabalho** v. 14, n1, 2014, p. 1-17.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, T. A. *et al.* **Estatística descritiva**. Projeto de Ensino Aprender Fazendo Estatística, 2005. Disponível em: [http://www.each.usp.br/rvicente/Guedes\\_et al Estatitica Descritiva.pdf](http://www.each.usp.br/rvicente/Guedes_et al Estatitica Descritiva.pdf). Acesso em: 22nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Cidades. Pau dos Ferros. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em 31 de outubro de 2020.

MARQUES, F. **Gestão de Pessoas: fundamentos e tendências**. Brasília: DDG/ENAP, p. 105, 2015. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2521/1/GPFT%20-%20ApostilaCE.pdf>. Acesso em 26 de jun. de 2020.

MIRANDA, Y. O. N. **O uso do sistema de treinamento e desenvolvimento como estratégia corporativa: um estudo de caso**. Porto, 2016. Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/5383>. Acesso em 14 abr. 2020.

NEUBUSER, M. E.; ZAMBERLAN, L.; SPAREMBERGER, A. A satisfação do consumidor de supermercados. **Revista de Administração**. Santa Rosa, v. 3, n. 4, 2004. Disponível em: <http://www.revistas.fw.uri.br/index.php/revistadeadm/article/view/769>. Acesso em: 12 nov. 2020.

OLIVEIRA, A. F. M. **Treinamento como fator motivacional: estudo em uma distribuidora em João Pessoa/PB**. 2015. 49f. Monografia (Graduação em administração) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. CDU 658. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2499/1/AFMD29092017.pdf>. Acesso em 09 nov. 2020.

RÊGO, J. R. G.; BARRETO, B. F. F. Dinâmica Do Comércio Varejista Em Pau Dos Ferros (RN) (2008-2018). **Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**. v. 6. p. 1-27. 2020. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/8168/4672>. Acesso em 20 nov. 2020.

ROCHA, R. S. **A importância do treinamento no atendimento aos clientes segundo a perspectiva de empresários do município de Sabará**. 2015. 39f. Monografia (Tecnologia em Processos Gerencias) – Instituto Federal de Minas Gerais, Campus Sabará, Tecnologia em Processos Gerencias, Sabará, 2015. CDU 658.3. Disponível em: <https://www.ifmg.edu.br/>

[sabara/biblioteca/trabalhos-de-conclusao-de-curso/tcc-documentos/TCCRAQUEL.pdf](http://sabara/biblioteca/trabalhos-de-conclusao-de-curso/tcc-documentos/TCCRAQUEL.pdf). Acesso em 20 nov. 2020.

SAMUEL JUNIOR, S., TEIXEIRA, M. C. **Efetividade dos programas de treinamento e desenvolvimento nas empresas de médio porte da cidade de JI-Paraná-RO**. Porto Velho, 2012. Disponível em: [http://www.pgdra.unir.br/uploads/26252423/2012/enepa/html/web/pdf/efetividade\\_dos\\_programas\\_de\\_treinamento\\_e\\_desenvolvimento.pdf](http://www.pgdra.unir.br/uploads/26252423/2012/enepa/html/web/pdf/efetividade_dos_programas_de_treinamento_e_desenvolvimento.pdf). Acesso em 14 abr. 2020.

SOUSA, J. A. **Avaliação de treinamento e satisfação no supermercado Pague Menos e Padaria Rei do Pão**. 2010. 00f. Monografia (bacharelado) – Universidade de Brasília, Departamento de Administração – EAD. Brasília, 2010. Disponível em: <https://bdm.unb.br/handle/10483/2671>. Acesso em 21 nov. 2020.

TERRA, J. C. C. Por que investir em Conhecimento? **Revista Banas Qualidade**, ano 15, n. 160, set. 2005.

VOLPE, R. A.; LORUSSO, C. B. A importância do treinamento para o desenvolvimento do trabalho. **Portal dos Psicólogos**. p. 1-8. 2009. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0136.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2020.

# **O PAPEL DA GESTÃO PÚBLICA HOSPITALAR NA QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE SAÚDE: ESTUDO EM UMA UNIDADE DA VI REGIÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE**

Maria Kaline Ferreira de Sousa

Francisco Edmilson Dias Araújo

Lígia Fernanda da Silveira Andrade

Lucas Gabriel Bezerra Lima

Francisco Arivaldo Holanda Pinheiro Junior

## **RESUMO**

O presente estudo trata sobre gestão hospitalar, considerando que o papel principal destas instituições é o atendimento ao paciente, atendimento este que deve ser feito com qualidade minimizando possíveis erros. Este estudo teve como base um setor de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de uma unidade de saúde da VI região do estado do Rio Grande do Norte, sendo possível aplicar com os profissionais desta equipe multidisciplinar uma pesquisa sobre o tema em questão. O objetivo desta pesquisa é analisar o papel da gestão hospitalar frente à qualidade dos serviços prestados. Realizou-se uma pesquisa de natureza quali-quantitativa com os profissionais do setor em questão, sendo disponibilizado um link rastreado para o questionário eletrônico da ferramenta [Google Forms](#). Percebendo que a gestão estar deixando a desejar quando o assunto é organização e qualidade acarretando numa insatisfação por parte da equipe podendo ser refletida no serviço prestado. Dessa forma conclui-se que o gestor deste setor necessita de capacitação para que o mesmo possa entender a importância de manter o setor organizado e o quadro de profissionais motivados, refletindo no atendimento prestado aos seus pacientes.

**Palavras-chave:** Gestão da Qualidade. Organizações em Saúde. Administração Hospitalar. Unidades de Terapia Intensiva.

## **THE ROLE OF HOSPITAL PUBLIC MANAGEMENT IN THE QUALITY OF HEALTH SERVICES: APPLIED IN A UNIT IN THE VI REGION OF THE STATE OF RIO GRANDE DO NORTE.**

## **ABSTRACT**

This study deals with hospital management, considering that the main role of these institutions is patient care, which should be provided with quality, minimizing possible errors. This study was based on a sector of the Intensive Care Unit (ICU) of a health unit in the VI region of the state of Rio Grande do Norte, making it possible to apply a survey on the topic in question with the professionals of this multidisciplinary team. The objective of this research is to analyze the role of hospital management regarding the quality of services provided. A qualitative-quantitative survey was carried out with professionals in the sector in question, with a tracked



link being made available to the electronic questionnaire of the Google Forms tool. Realizing that management is leaving something to be desired when it comes to organization and quality, resulting in dissatisfaction on the part of the team, which may be reflected in the service provided. Thus, it is concluded that the manager of this sector needs training so that he can understand the importance of keeping the sector organized and the staff motivated, reflecting on the care provided to their patients.

**Keywords:** Quality Management. Health Organizations. Hospital Administration. Intensive Care Units.

## 9 INTRODUÇÃO

A qualidade não é algo novo, visto que desde o princípio o homem sempre buscou o melhor para atender suas necessidades. Segundo o dicionário Aurélio (2001) a palavra qualidade tem diversos significados, relacionados constantemente a personalidade, atributos, conformidade e perfeição. Para algumas pessoas, é o estado físico de um produto, para outras, a satisfação de um cliente.

Dessa forma, a qualidade torna-se um todo, a excelência em todo um processo satisfazendo todas as necessidades de um dado cliente. Para Fitzsimmons e Fitzsimmons (2011), a qualidade em serviços é um tema muito complexo que envolve dimensões tangíveis e intangíveis e, no caso dos cuidados com a saúde, a percepção vai além do encontro imediato, pois tem impactos sobre a qualidade de vida futura do indivíduo.

Atualmente o tema Gestão de Qualidade é um assunto de suma importância no mercado de trabalho. Abordar esse tema é falar de progresso, melhoria, planejamento e controle, uma melhoria contínua dos processos inseridos nas grandes, médias e pequenas instituições de diferentes âmbitos, nos serviços de saúde não é diferente, vemos constantemente instituições hospitalares em busca de melhorias em sua gestão.

A principal função destas instituições é oferecer um atendimento de qualidade para com o paciente, com eficiência e eficácia, evitando erros nos processos, sendo que um erro pode ser fatal no atendimento de um paciente. Para Teboul (1991), a qualidade consiste antes de mais nada em conformidade às especificações, aos padrões e ao planejamento.

Assim, este estudo discute a importância da Gestão Hospitalar (GH) dentro da Unidade de Terapia Intensiva (UTI) para a qualidade dos serviços de saúde. Enfatiza a infraestrutura, o trabalho em equipe e o serviço prestado, permeando todo o setor desta organização, analisando fatos e dados em busca de solução de problemas e diminuição de erros.

Dentro da GH cabe ao administrador executar o planejamento em todos os níveis, desde a aquisição de insumos até a gestão dos recursos humanos, fazendo com que os profissionais

da saúde tenham todas as condições favoráveis para fazer o seu trabalho, tanto materiais quanto pessoais. A gestão de qualidade deve ser discutida de forma consciente, pois é através da mesma que a instituição consegue minimizar erros, melhorar o controle e, conseqüentemente, oferecer um melhor serviço a seus usuários.

Considerando a importância do processo de gestão nas unidades hospitalares, chegou-se ao seguinte problema: Qual o papel da gestão pública hospitalar na qualidade dos serviços de saúde?

Esta pesquisa toma como base o setor de Unidade de Terapia Intensiva (UTI), fundamentando-se no âmbito do serviço público de saúde, onde são analisados métodos usados para manter a qualidade dos serviços em tempos de pandemia, de modo a contribuir para um melhor conhecimento e entendimento sobre a importância da qualidade e sua interferência no serviço de gestão hospitalar.

A proposta desta pesquisa surgiu com o interesse pessoal dos pesquisadores em demonstrar aspectos que envolvem a qualidade assistencial do serviço prestado e do real papel do gestor na saúde, podendo assim avaliar dados com aspectos positivos ou negativos, principalmente em meio a atual situação pandêmica que se vive.

Este trabalho é importante para a instituição em análise e para a sociedade, pois vem abordar a qualidade com o intuito de diagnosticar como está sendo feita a gestão dos recursos humanos e materiais para assistência aos usuários e como o gestor pode contribuir para isso, minimizando possíveis erros. Desta maneira, espera-se contribuir também com a discussão acadêmica sobre o tema apontando o uso de novas ferramentas e recursos na melhoria da gestão pública hospitalar acarretando assim uma melhor qualidade do serviço prestado.

Portanto, tem-se como principal objetivo analisar o papel da gestão hospitalar frente à qualidade dos serviços prestados na Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Para isso, propôs-se: discutir a importância do gestor em saúde e a gestão da equipe multiprofissional; identificar a importância do controle de suprimentos no setor de UTI; avaliar atributos da qualidade no setor de UTI.

Inicialmente apresenta-se um levantamento bibliográfico sobre o tema, em seguida são expostos os procedimentos metodológicos usados na pesquisa para então verificar as análises dos dados coletados e finalizar com os resultados obtidos no estudo e as considerações pertinentes.

## **10 REFERENCIAL TEÓRICO**

Através da fundamentação teórica serão apresentados alguns conceitos que levarão a melhor compreensão do presente estudo, abordando desde o surgimento das teorias da administração até a organização do setor que é objeto de estudo.

## **2.1 Gestão da Qualidade e as Teorias da Administração**

De acordo com Chiavenato (2013), a administração tornou-se uma das mais importantes áreas de atividade humana. Seja nas indústrias, nas universidades, no comércio ou nos hospitais, as pessoas devem trabalhar em conjunto para conseguir alcançar seus objetivos. Ou seja, o trabalho em equipe é primordial para o bom funcionamento da instituição em um todo.

A teoria administrativa se desenvolveu a partir de seis variáveis básicas: tarefas, estrutura, pessoas, ambiente, tecnologia e competitividade (CHIAVENATO, 2014). Essas variáveis refletem a ênfase da que cada teoria deu e refletem o enfoque em uma característica da organização.

A preocupação com a qualidade está presente desde as primeiras abordagens. A administração científica, que teve como fundador Frederick W. Taylor, preocupava-se em minimizar o desperdício e elevar a produtividade na área operacional das fábricas. Para Maximiano (2010), Taylor procurava, por meio da Organização Racional do Trabalho, aumentar a eficiência dos trabalhadores através da divisão do trabalho e especialização do operário.

Outra grande contribuição para a abordagem surge com Henri Ford, que apresentou em seus princípios a linha de montagem, com a produção de maior número de produtos acabados e garantia de maior qualidade pelo menor custo possível (CHIAVENATO, 2014). Historicamente, havia nas organizações uma maior preocupação com os objetos do que com o ser humano. O interesse no ser humano surgiu no período da Revolução Industrial, dando mais atenção à saúde do trabalhador, porém o foco era a qualidade da produção.

No século XX, observou-se que a ênfase na eficiência da máquina não bastava como método para intensificar a produtividade, concluindo-se que existia a necessidade de analisar os processos e de se educar o ser humano com a finalidade de aumentar a eficiência das organizações (CARVALHO, 2005). A partir daí as organizações passaram a ser mais burocráticas, criando níveis hierárquicos, assim as organizações puderam ser consideradas como um conjunto onde os integrantes buscam desenvolver através de alguns meios, produtos/serviços, que venham beneficiar terceiros.

Nessa época, o conceito de controle da qualidade possuía ênfase na uniformidade do produto e estava limitado apenas “à inspeção e às atividades restritas, como a contagem, a classificação pela qualidade e os reparos. A solução de problemas era vista como fora das responsabilidades do departamento de inspeção” (MARSHAL *et al.*, 2012, p.8). A fase seguinte foi voltada ao controle estatístico do processo, deslocando o foco do produto para o processo produtivo.

Após a Segunda Guerra Mundial, mesma época que Elton Mayo e a Escola das Relações Humanas começaram a questionar a alienação do trabalhador e a importância da sua participação ativa no processo, a necessidade de reconstrução em países como o Japão foi baseada na produção e empregabilidade. As empresas japonesas aperfeiçoaram seus métodos de produção a partir de modelos de grandes nomes desse período, tais como Edwads Deming e Joseph Juran, passando a pensar em administrar a qualidade como forma de melhorar sua reputação (MARTINELLI, 2006).

Em 1951, ao passo que Bertalanffy defendia a abordagem orgânica das empresas, com a publicação do livro *Total Quality Control* (TQC – Controle Total da Qualidade) Feigenbaum introduz a visão sistêmica da qualidade nas organizações, propondo que para obter um sistema eficaz é necessária a integração dos esforços de todos os setores, observando todo o ciclo produtivo (CARVALHO; PALADINI, 2012). Essa visão volta-se para a expectativa do cliente e a necessidade de possuir procedimentos gerenciais e técnicos que garantam isso.

Uma evolução do modelo de TQC foi a Gestão da Qualidade Total (*Total Quality Management* - TQM) que tem como meta a reorientação gerencial das organizações. Enfatiza os clientes, o trabalho em equipe, permeando toda a organização, decisões baseadas em fatos e dados e busca constante de solução de problemas e diminuição de erros (LONGO, 1996). Esse modelo de gestão prioriza a abordagem contingencial e trabalha com atividades diárias de verificação de processos, com consequentes melhorias na realização dos mesmos, visando oferta de produtos e serviços com a qualidade exigida pelo cliente da atualidade.

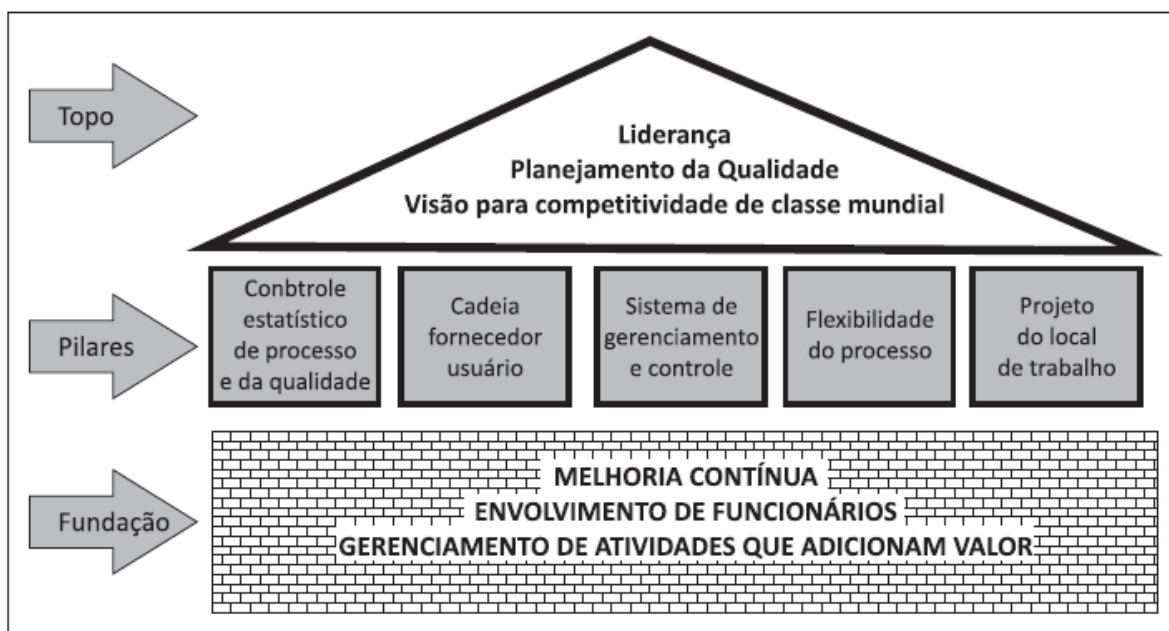
Carvalho e Paladini (2012) defendem que atualmente a qualidade precisa ser vista como um fator de liderança estratégica:

[...] a correta definição de uma forma de relacionamento da organização com o mercado e, mais em geral, com a sociedade (qualidade) é um mecanismo que conduz a um dado resultado (fator), qual seja, uma postura inovadora (liderança) que garantirá a sobrevivência da organização (ação estratégica) (CARVALHO, PALADINI, 2012, p. 31).

Dessa forma, percebe-se que a qualidade precisa ser sistêmica e incluir todos os setores e esforços da organização, com foco no crescimento e no aperfeiçoamento contínuo. Segundo Marshal *et. al.* (2012) a qualidade passou a fazer parte dos negócios, independente da abrangência de atuação (pública ou privada) e do ramo de atividade. Como se percebe, a cada nova era se fizeram necessários ajustes na concepção de qualidade após mudanças impostas pela sociedade, assim como aconteceu com as teorias administrativas.

A literatura apresenta diversos modelos de TQM, entre eles o modelo “blocos de construção” proposto por Zairi (The building blocks), como apresentado por Carvalho e Paladini (2012)<sup>3</sup> e ilustrado na Figura 01:

**Figura 01** – O modelo “Blocos de Construção” proposto por Zairi



**Fonte:** Carvalho e Paladini (2012, p. 98)

Esse modelo propõe que a TQM depende de três fases constitutivas (fundação, pilares e topo), semelhante a uma edificação, sendo que cada fase possui elementos e ações necessários para sua construção e que determinam a força e a segurança da organização.

A essência da TQM é mudança, flexibilidade e adaptabilidade criando reorientação na gerência das organizações. A fundação do processo está na “máquina de criatividade humana” (ZAIRI, 1991, p. 50, tradução livre) que a organização emprega e podem agregar valor incansavelmente às suas próprias tarefas e aos objetivos da organização se possuírem as ferramentas certas. Os pilares são os meios pelos quais as entradas (criatividade humana) podem

<sup>3</sup> Na obra citada encontra-se a grafia “Zaire”, provavelmente erro de diagramação, visto que se refere a Mohamed Zairi.

ser canalizadas e convertidas em saídas (resultados) que beneficiam o cliente final, sendo que cada pilar aumenta a força de toda a organização. Já o topo (talvez a parte mais importante) protege a organização o tempo todo, devendo se adaptar a novos padrões de mercado e permitir a interligação entre os vários blocos de construção (ZAIRI, 1991).

Assim, o sucesso das ferramentas da qualidade está interligado às estruturas hierárquicas da organização e condicionado a uma boa comunicação e motivação em equipe, com adoção de políticas e diretrizes organizacionais. É importante perceber as condições dos pilares de modo que a qualidade seja realmente uma função estratégica na organização.

## **2.2 Gestão da qualidade nos serviços de saúde**

A Constituição de 1988 no capítulo VIII da Ordem Social e na seção II referente à Saúde, define no artigo 196 que a saúde é “direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação” (BRASIL, 1988, n.p.).

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país (MINISTERIO DA SAUDE, 2020). Com essa universalização, o sistema consegue atender milhares de famílias carentes, fazendo com que elas tenham assistência médica, exames e outros serviços totalmente gratuitos.

Segundo Bonato (2007), incorporar políticas e implantações dos sistemas de qualidade no estabelecimento de saúde é um grande desafio a ser enfrentado, pois envolve diversos fatores que devem estar sintonizados entre si, como por exemplo: alocação de recursos, gestão da informação e gestão de pessoas. É necessário um estímulo dos dirigentes e gestores para esta política ter sucesso e ser incorporada na rotina dos colaboradores, buscando a melhoria nos processos e procedimentos que a instituição está envolvida.

Observa-se um grande número de hospitais que buscam diariamente qualidade, por meio da otimização dos seus processos, visando eliminar perdas e retrabalho. Ou seja, trabalhar com eficiência em prol do bem da instituição.

As novas demandas gerenciais associadas aos avanços tecnológicos e científicos requerem, das instituições, melhorias contínuas para manter a credibilidade, a qualidade e a humanização da assistência, como foco de diferenciação. Nesse sentido,

o que significa exercer a qualidade e a credibilidade na assistência se não exercer um atendimento humanizado? A humanização, sob esses efeitos, abriu um leque de possibilidades que visam à melhoria contínua das relações e condições de trabalho e, conseqüentemente, melhores resultados na satisfação dos usuários. (BACKES *et. al.*, 2007, p.165).

Porém, com dificuldades na concretização dos seus princípios e objetivos, com diversas realidades distintas encontradas nos municípios brasileiros é necessário a implantação de estratégias também distintas, além de que a mídia sempre reforça suas falhas e dificuldades e não seus avanços.

A gestão da qualidade no SUS, inclui o planejamento, controle e avaliação das ações e serviços, visando uma melhoria nas condições de saúde do indivíduo e coletividade. No Brasil, o Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde (PNASS) tem a função avaliar o desempenho dos serviços, gestão e satisfação dos usuários.

A busca de reordenamento da gestão e da atenção, portanto, passa necessariamente por sistemas de informação que sejam robustos o suficiente para subsidiar o redirecionamento das ações de saúde em direção à racionalidade possível em um Sistema Nacional plural e heterogêneo nas suas diversas instâncias (BRASIL, 2015, p.5).

Nesse contexto, a avaliação se configura de suma importância na revisão da execução das ações, avaliando assim eficiência, eficácia e efetividades das estruturas. A organização e o planejamento dos serviços precisa contemplar as necessidades dos usuários e trabalhadores em saúde, refletindo assim no resultado esperado.

Segundo Donabedian (1990), um dos principais pesquisadores no campo da qualidade, a abordagem da qualidade em saúde engloba sete pilares que envolvem dimensões individuais e sociais, conforme resumido no Quadro 01:

**Quadro 01 – Os sete pilares da qualidade segundo Donabedian**

<b>7 Pilares da Qualidade</b>	
Eficácia	Oferecer o melhor no cuidado em condições favoráveis
Efetividade	Melhora alcançada através de ações diárias
Eficiência	Conseguir o melhor com o menor custo
Otimização	Equilíbrio mais vantajoso de custos e benefícios
Aceitabilidade	Conformidade com as expectativas do paciente em relação à acessibilidade, os efeitos e custos do tratamento
Legitimidade	Conformidade com as preferências sociais em relação a todos os itens acima
Equidade	Justiça na distribuição dos cuidados e seus efeitos na saúde

**Fonte:** Elaborado pela autora com base em Donabedian (1990)

Nessa abordagem, a eficácia está associada à melhor utilização dos recursos, a eficiência representa a relação de uso desses recursos com os custos, a efetividade diz respeito à aplicação prática e continuidade, enquanto a otimização sugere que se observe a possibilidade de incrementos progressivos de melhoria e abrangência, de modo que os benefícios sempre superem os custos. A aceitabilidade inclui as facilidades que o paciente encontra na prestação do serviço, que precisam estar legitimadas pelos conceitos de aceitabilidade dos indivíduos e da coletividade em relação aos cuidados recebidos e precisam ser realizados por meio da distribuição do cuidado de forma equitativa.

Serapioni (2009) cita que a discussão sobre qualidade na saúde se torna complexa porque depende de vários fatores: a própria complexidade da concepção de saúde, a variedade de atores que agem no âmbito dos sistemas de saúde, a pluralidade de abordagens e metodologias de análise da qualidade, as peculiaridades das ações de saúde que acentua a personalização e, finalmente, os fatores históricos, culturais, políticos, sociais e institucionais que condicionam a concepção de qualidade.

Assim, fica perceptível o desafio da saúde quando o assunto é qualidade, pois é necessário saber identificar e lidar com divergências sociais e individuais. Nos serviços públicos de saúde, a questão é ainda mais complexa, dada a escassez de recursos e as dificuldades estruturais da rede de assistência. A qualidade no serviço prestado está diretamente ligada ao papel do gestor, na qual tem total responsabilidades pelos a motivação, humanização, recursos materiais utilizados pelos profissionais da saúde.

### **2.3 Gestão da qualidade em Unidades de Terapia Intensiva**

A assistência à saúde não se limita aos aspectos técnico-científicos, mas também diz respeito sobretudo às particularidades de cada serviço. O serviço hospitalar é considerado um dos mais complexos, pois o funcionamento necessita da interação entre os setores e há uma necessidade de maior organização dos processos operacionais, almejando desenvolver ações com responsabilidade, qualidade e segurança ao usuário (REIS *et. al.*, 2018)

Há algum tempo, as Unidades de Terapia Intensiva (UTI's) eram vistas como lugares fechados, destinados a pacientes em estado terminal com pouca ou sem nenhuma visita, hoje esta visão foi totalmente reformulada, sendo considerada uma unidade especializada destinada para a recuperação do paciente, um lugar para viver.

Na definição de Oliveira (2005), as UTI's:



[...] caracterizam-se por concentrarem pacientes com necessidade de cuidados frequentes, monitorização, muitas vezes invasivas, dos sistemas fisiológicos vitais e que demandam utilização de suporte avançado de vida com todo o aparato tecnológico que a medicina moderna tem propiciado (OLIVEIRA, 2005, p. 169).

A Unidade de Terapia Intensiva (UTI), como o próprio nome sugere, corresponde a uma área hospitalar crítica, destinada a pacientes com estados graves de saúde, que requerem uma assistência especializada contínua, pacientes estes que permanecem neste local por alguma condição clínica ou por alguma cirurgia de longa duração.

Desse modo, o espaço da UTI requer uma maior atenção, sobretudo no que diz respeito à disponibilidade de suprimentos hospitalares, que devem ser gerenciados com boas condições. A carência de recursos humanos e materiais e até profissionais que não tem conhecimento adequado da sua função, além de serem sinais de uma má gerência, podem ocasionar infecções e consequentes óbitos.

Por isso, Ferreira (2005) alerta que é necessária a preocupação da instituição hospitalar com o abastecimento de todos os bens e serviços necessários para a execução das atividades, incluindo materiais médico-hospitalares e medicamentos em um estoque adequado, pois esses representam os principais insumos para os hospitais.

Facchini, Da Sila e Leite (2019) destacam que a função-chave da gestão em saúde é minimizar os gastos financeiros, equilibrando a importância do atendimento ao cliente e, desse modo, a gestão de estoques nas instituições hospitalares é essencial para garantir o atendimento das demandas atuais, visando a economia de recursos para demandas futuras.

A administração de recursos materiais é, sem dúvida, a principal função do gestor desse setor. Pereira e Selingardi (2018) destacam que a gestão de estoques é sempre desafiadora, pois a redução dos gastos demanda uma melhoria contínua nos processos e exige ferramentas apropriadas para garantir a assistência com qualidade e segurança ao paciente. Para isso, é necessário que os processos de aquisição, estocagem e distribuição de materiais seja conduzido por profissionais qualificados, visando evitar o desperdício ou o desabastecimento (MELO *et al.*, 2016).

Assim, a gestão da UTI deve priorizar a qualificação da assistência ao paciente e a otimização de recursos materiais e financeiros (MARQUES; ROMANO-LIEBER, 2014), por meio da implementação de protocolos institucionais, atividades de educação permanente (SULIMAN; ALJEZAWI, 2018), além de outras ações para a garantia da qualidade e segurança do paciente. É pertinente ainda a atenção com as condições de trabalho oferecidas aos profissionais, de modo que as percepções dos profissionais sobre o trabalho podem influenciar

na atividade e, conseqüentemente, na qualidade da assistência prestada (ALVES; GUIRARDELLO, 2016).

É perceptível que a má gerência de materiais e insumos leva à descontinuidade da assistência acarretando em estresse na equipe multiprofissional e desencadeando um risco aos pacientes. Os mesmos devem ser conferidos e solicitados a cada troca de plantão, organizando assim o setor para a segurança da equipe e os usuários/pacientes.

Portanto, considerando ainda o cenário pandêmico vivenciado no último ano, a imprevisibilidade da demanda e o aumento do consumo podem ocasionar uma escassez de materiais e insumos. Por isso, aumenta-se a importância de se ter um maior controle de estoque para que não haja desperdícios nem falta dos materiais necessários ao desempenho da assistência ao paciente.

## **11 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **3.1 Classificação da pesquisa**

O presente estudo é caracterizado por uma abordagem de natureza quali-quantitativa que, ao mesmo tempo, possui uma mensuração associada ao objetivo, mas também visa à captação dos significados dos sujeitos (FLICK, 2013). Assim, procurou-se compreender de forma mais ampla o tema investigado por meio do questionamento direto aos atores envolvidos no processo. Quanto aos objetivos, a pesquisa pode ser classificada como descritiva, pois procura compreender as variáveis, os seus indivíduos e características

Para isso, foi realizado inicialmente um levantamento bibliográfico que, segundo Gil (2018), baseia-se em material já elaborado. Assim, foram estudados livros, revistas, artigos e legislação pertinente ao assunto, obtidos por meio eletrônico e/ou físico, de modo a sintetizar os conhecimentos já existentes sobre o assunto.

Em seguida, passou-se à execução da pesquisa por meio de um levantamento de campo. Conforme destaca Gray (2012), a pesquisa descritiva de levantamento visa uma mensuração precisa de um potencial ou de uma população específica, bem como envolve a coleta de dados por meio de entrevistas, questionário ou métodos de observação, de modo a verificar atitudes, valores e opiniões.

### **3.2 Contextualização do local da pesquisa**

A presente pesquisa se deu em uma unidade hospitalar da rede pública de saúde localizada no interior do Estado Rio Grande do Norte. A unidade atende pacientes da cidade sede e de mais 36 (trinta e seis) municípios, sendo referência para toda a região de saúde. Segundo dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES (DATASUS, 2021), na competência Maio/2021 a unidade hospitalar contava com 119 (cento e dezenove) leitos, sendo 90 (noventa) gerais (clínica, ortopedia, cirurgia, obstetrícia e pediatria) e 29 (vinte e nove) complementares (UTI, Unidade de isolamento, UTI II COVID e Suporte ventilatório COVID).

De acordo com a classificação de Cherubin e Santos (1997), a Unidade pode ser classificada como: hospital geral (especialidades variadas), público (administrado por entidade estadual), de médio porte (51 a 150 leitos).

### **3.3 Instrumento de coleta de dados, universo e amostra**

Para realizar a coleta de dados é necessário elaborar um plano especificando pontos da pesquisa e seus critérios de seleção dos possíveis entrevistados e dos informados que responderão aos questionamentos (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Optou-se por utilizar como sujeitos da pesquisa os profissionais de saúde que compõe a equipe multidisciplinar do setor de Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Foram levantadas informações para caracterizar a população estudada quanto a gênero, faixa etária, escolaridade, função e tempo de exercício da atividade na instituição, bem como perguntas relacionadas ao funcionamento e gestão do setor e percepção dos profissionais sobre os atributos da qualidade.

Antes de ter acesso à pesquisa, os participantes foram esclarecidos sobre a pesquisa, sendo necessário confirmar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com os procedimentos e implicações éticas do estudo. Somente após a confirmação estaria disponível o questionário, composto por seis questões de múltipla escolha, uma questão em Escala Likert (5 pontos) e mais duas questões subjetivas, conforme pode ser visualizado no Apêndice. Os participantes foram esclarecidos que não serão identificados em nenhum momento da execução da pesquisa nem nas publicações de seus resultados.

A população corresponde ao conjunto de indivíduos que apresentam pelo menos uma semelhança, sendo a amostra uma parte dessa população, onde serão coletados os dados (MARCONI; LAKATOS, 2017). Assim, a população em estudo equivale à totalidade dos colaboradores lotados no setor de UTI do hospital em questão, que corresponde a 47 pessoas.

Para definição da amostra, foi utilizada a técnica de amostragem não probabilística por conveniência. Mattar (2013) descreve que, nesse tipo de técnica, o pesquisador seleciona membros da população mais acessíveis. Baseado na calculadora eletrônica de escala amostral do *Creative Research Systems* (<https://www.surveysystem.com/SSCALC.HTM>), o tamanho ideal da amostra, com nível de confiança de 95% e intervalo de confiança 11, corresponde a 30 pessoas.

Assim, foi disponibilizado no dia 29/05/2021 um link rastreado ([https://bit.ly/Pesq\\_Qual](https://bit.ly/Pesq_Qual)) para o questionário eletrônico da ferramenta [Google Forms, onde os dados coletados foram registrados. O convite da pesquisa foi feito](#) utilizando o grupo virtual da ferramenta de comunicação WhatsApp, com possibilidade de participação de todos os profissionais.

Inicialmente, a coleta de dados ficaria aberta por 15 (quinze) dias de modo que todos tivessem a possibilidade de participar, podendo também ser encerrado antes de findo esse prazo, se a margem de confiança for atingida. Foi necessária uma prorrogação da coleta até o dia 16/06/2021, momento em que foi atingida a quantidade de 30 respondentes e 46 cliques no link.

### **3.4 Análise de dados**

Após finalizada a coleta, os dados quantitativos foram tabulados com auxílio da planilha eletrônica Microsoft Excel 2013 por meio de tabelas com frequências absolutas e relativas e, sem seguida, transformadas em gráficos circulares e de barras e analisados por meio de estatística descritiva. Esta técnica consiste em analisar, resumir ou descrever os dados, procurando inferir outras interpretações além dos dados brutos, apresentados por meio de gráficos e tabelas (FREUND, 2019).

As questões qualitativas foram analisadas com uso da Análise de Conteúdo, que consiste em cinco etapas: organização, codificação, categorização, inferência e informatização da análise (BARDIN, 2016). Inicialmente, foi realizada a leitura minuciosa dos dados, a pré-análise e a codificação dos registros conforme as dimensões da qualidade apresentadas no referencial teórico.

A fase de categorização foi realizada com relação aos atributos ou sentimentos percebidos pelos profissionais (positivos e negativos) e expressados separadamente por meio de nuvem de palavras, consistindo em representações visuais que mostram a frequência das palavras em um texto por meio do tamanho da representação gráfica (VILELA; RIBEIRO; BATISTA, 2020) e elaboradas com auxílio da ferramenta Wordle (<http://www.edwordle.net/>).

Por fim, foram realizadas as inferências e apresentação dos últimos dados qualitativos com a técnica de análise categorial temática, eficaz para aplicação a dados obtidos de coleta direta, significações manifestas e simples (BRADIN, 2016). Assim, as sugestões de melhorias apresentadas foram classificadas de acordo com o modelo “Blocos de Construção” (ZAIRI, 1991).

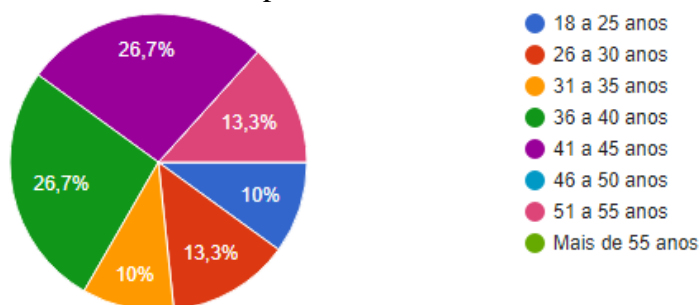
## 6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta seção estão apresentados os resultados dos dados primários obtidos por meio da aplicação de questionário eletrônico, referentes ao setor de Unidade de Terapia Intensiva (UTI) de uma unidade hospitalar de saúde pública do Rio Grande do Norte, contendo: caracterização dos participantes da pesquisa; apontamentos sobre o funcionamento do setor de UTI e percepções dos profissionais em relação ao setor de UTI.

### 6.1 Caracterização dos participantes da pesquisa

Inicialmente foi identificado o perfil dos pesquisados, no tocante a gênero, idade, função desempenhada no setor, escolaridade e tempo de trabalho na instituição. Verificou-se que 56,7% é do gênero feminino (17 mulheres) e 43,3% é do gênero masculino (13 homens). Com isso observamos um certo equilíbrio, tendo uma pequena prevalência de mulheres. A idade desses participantes está apresentada no Gráfico 01:

**Gráfico 01** - Idade dos profissionais lotados no setor de UTI



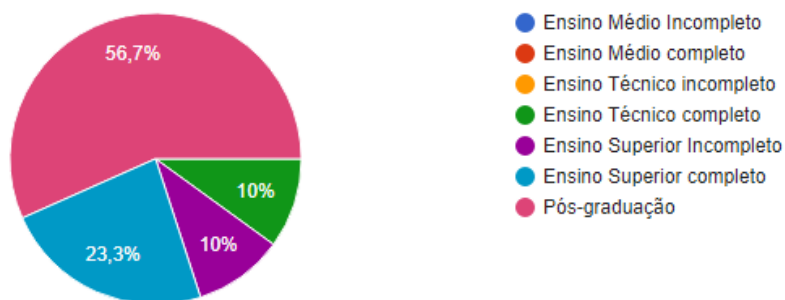
**Fonte:** Dados da pesquisa (2021)

Verifica-se que existe uma distribuição equilibrada de faixa etária: 10% da amostra está entre 18 a 25 anos (3 profissionais), 13,3% possui de 26 a 30 anos (4 profissionais), 10% de 31 a 35 anos (3 profissionais), 26,7% de 36 a 40 anos (8 profissionais), 26,7% de 41 a 45 anos (8

profissionais) e 13,3% possui 51 a 55 anos (4 profissionais). A faixa etária que mais predomina é de 36 a 45 anos ocupando 53,4% do setor, porém os outros 46,6% é bem distinto quanto as idades, mas essa distinção é algo positivo pois faz com que diferentes pensamentos e culturas possam compartilhar o mesmo espaço e assim evoluir.

Quanto à escolaridade, observam-se os resultados no Gráfico 02:

**Gráfico 02** – Maior escolaridade dos profissionais lotados no setor de UTI

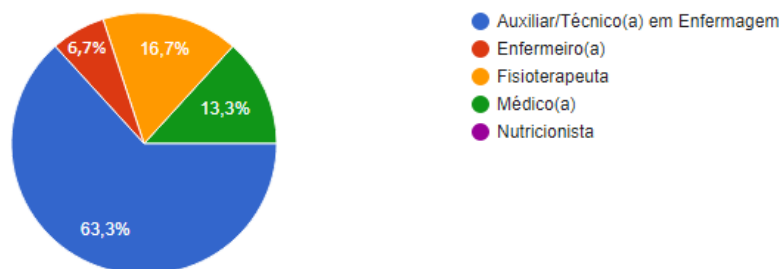


Fonte: Dados da pesquisa (2021)

A escolaridade também é algo distinto, porém existem níveis que predominam mais que outros: 10% possui apenas o ensino técnico completo (3 profissionais), 10% tem superior incompleto (3 profissionais), 23,3% ensino superior completo (7 profissionais) e 56,7% possui pós-graduação (17 profissionais). Percebe-se que os níveis são diferentes, desde o técnico ao especialista, o que faz com que um nível de aprendizado maior possa ocorrer.

No que diz respeito às funções desempenhadas, observa-se o Gráfico 03:

**Gráfico 03** - Função dos profissionais lotados no setor de UTI



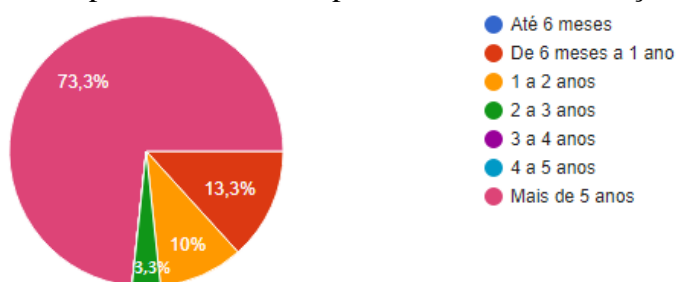
Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Por se tratar de uma equipe multiprofissional, estão presentes diversas funções: 63,3% são auxiliares/técnicos em enfermagem (19 profissionais), 3,7% enfermeiros (2 profissionais), 16,7% fisioterapeutas (5 profissionais) e 13,3% médicos (4 profissionais). Essa distinção é necessária para um melhor desempenho da equipe multiprofissional.

É pertinente ainda destacar que, dos pesquisados, 11 profissionais ocupam cargos de nível superior, 17 responderam que possuem pós-graduação e apenas 3 responderam curso técnico, ou seja, pelo menos 6 profissionais técnicos de enfermagem possuem escolaridade superior à exigida para o cargo, significando maior qualificação.

Em relação ao tempo de trabalho na instituição, temos os dados apresentados no Gráfico 04:

**Gráfico 04** – Tempo de trabalho dos profissionais na instituição pesquisada



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Percebe-se que 13,3% (4 profissionais), possui de 6 meses a 1 ano com vínculo na instituição, 10% (3 profissionais), 3,3% (1 profissional) de 1 a 2 anos e 73,3% (22 profissionais) com mais de 5 anos. Foi possível constatar que no setor tem colaboradores que estão na instituição a bastante tempo e colaboradores que ingressaram recentemente na mesma, predominando assim o tempo de 5 anos ou mais com porcentagem de 73,3%.

Os dados apresentados neste tópico podem ser compreendidos como fatores positivos para a gestão do setor, uma vez que as equipes multifuncionais ou multidisciplinares permitem flexibilidade e agilidade nas organizações (CHIAVENATO, 2014). A formação dos profissionais supõe um melhor desempenho das atividades, considerando que a qualificação evita o desperdício ou desabastecimento e contribui nos processos de aquisição, estocagem e distribuição de materiais (MELO *et. al.*, 2016).

Além disso, é necessário que a gestão esteja atenta e preparada para promover sempre o gerenciamento de atividades que adicionam valor (qualidade percebida) ao serviço, por meio do envolvimento dos funcionários e da melhoria contínua, pois, conforme pontua Zairi (1991), estes elementos são os constitutivos da base da qualidade na empresa.

## 6.2 Apontamentos sobre o funcionamento do setor de UTI

A pesquisa procurou focar na gestão do setor, funcionamento, organização e planejamento, com o interesse de demonstrar aspectos que envolvem a qualidade assistencial do serviço prestado e do real papel do gestor. Foram coletados também dados sobre estrutura, equipamentos, estoque e limpeza, enfocando assim a percepção sobre os atributos de qualidade na saúde.

Os resultados estão mostrados a seguir, no Gráfico 05:

**Gráfico 05 – Análise dos aspectos da qualidade no setor de UTI**



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

É notado que nas instalações de apoio (ambiente físico, equipamentos, móveis e utensílios) sua classificação variou entre Ótimo e Bom mantendo-se na média Bom. Nos itens que se referem a bens facilitadores (EPI, vestimentas, insumos e medicamentos) manteve-se na classificação Bom.

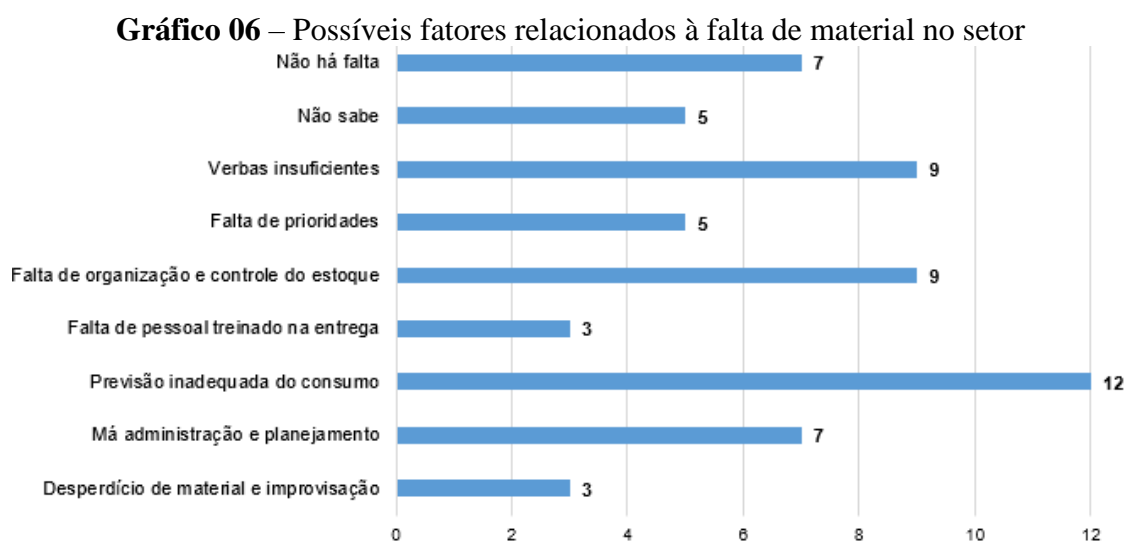
Quanto aos serviços implícitos (gestão da equipe) variou-se entre Ótimo e Bom mantendo-se na média Bom. Para Fitzsimmons e Fitzsimmons (2011) a qualidade em serviços frequentemente estende-se além do encontro imediato, porque, como no caso de cuidados com a saúde, tem um impacto sobre a qualidade de vida futura de uma pessoa.

Percebe-se neste item, quanto à avaliação dos colaboradores do setor, que existe uma variedade de opiniões para todas as respostas: iluminação, limpeza, ambiente, EPIs, moveis,



toda sua infraestrutura. No entanto, é possível também verificar que em média 80% das respostas classificam os critérios como ótimo e bom, sendo este o mais predominante sobre os demais. Assim, entende-se que há uma boa avaliação dos profissionais quanto aos pontos pesquisados.

Foi questionado também a que os profissionais atribuem a falta de material no setor, com a possibilidade de marcar até três opções, tendo 60 (sessenta) respostas, o que dá uma média de 02 (duas) marcações por participante, como pode ser observado no Gráfico 06:



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Percebe-se que 12 respostas (40%) relacionam a falta de material à previsão inadequada do consumo, enquanto 9 respostas (30%) atribuíram a falta de organização e controle de estoque e a verbas insuficientes, 7 respostas (23,3%) atribuíram a má administração e 7 respostas (23,3%) responderam que não há falta, 5 pessoas (16,7%) atribuíram a falta de prioridades, mas 5 pessoas (16,7%) também responderam que não sabem, 3 pessoas (10%) responderam que estar relacionado ao desperdício de material e improvisação e a falta de pessoal treinado na entrega.

Materiais são considerados insumos ou fatores produtivos, de natureza física, com determinada durabilidade, empregados na realização de procedimentos / atividades assistenciais aos pacientes. A escassez de alguns destes, considerados imprescindíveis para assistência é um dos pontos que mais afligem os gestores dos serviços de enfermagem (MESQUITA et al., 2005).

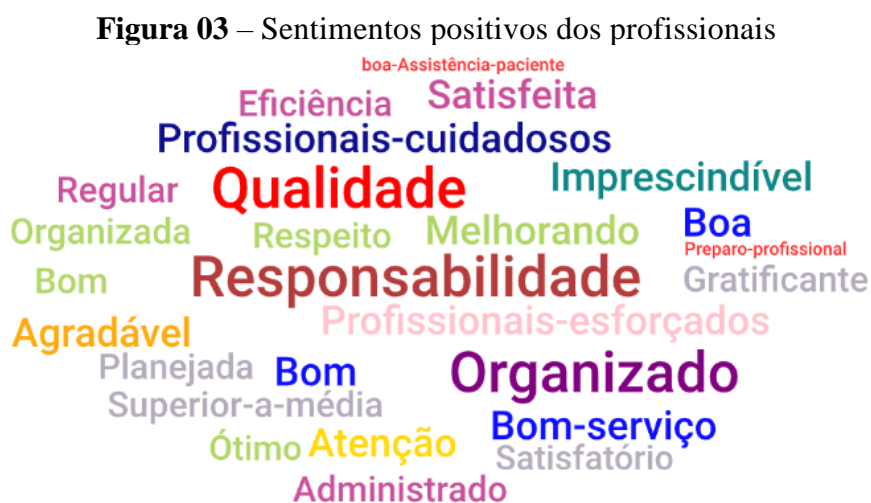
A qualidade é composta por vários fatores e a qualificação dos profissionais (discutida no tópico anterior) pode estar relacionada com dados positivos coletados neste tópico. É

percebido que os colaboradores têm entendimento sobre a qualidade e quantidade de insumos e materiais disponibilizados, com essa visão eles podem ter um controle do desperdício por não estar tendo uma organização e adequada no estoque.

### 4.3 Percepções dos profissionais em relação ao setor de UTI

Na parte qualitativa da coleta, foi solicitado aos participantes que relatassem, até 3 palavras, seu sentimento sobre a qualidade do serviço no setor. As respostas foram divididas em duas categorias: umas relacionadas a pontos positivos e outras relacionadas a pontos negativos.

A figura 03 apresenta os termos relacionados a sentimentos positivos sobre a qualidade do serviço no setor:



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Sabe-se da importância de uma equipe estar entrosada e satisfeita, para que isso possa refletir na qualidade do serviço prestado. A cultura organizacional pode ser um fator relacionado a isso, pois a mesma está totalmente ligada a motivação. Como afirmado por Chiavenato (2005), o clima organizacional influencia a motivação, o desempenho humano e a satisfação no trabalho.

Na figura 04 apresentam-se os termos relacionados a sentimentos negativos dos profissionais sobre a qualidade do serviço no setor:

**Figura 04 – Sentimentos negativos dos profissionais**



Fonte: Dados da pesquisa (2021)

Através dessas respostas, é possível perceber a quantidade de pontos positivos e negativos que foram elencados, todos estão ligados à gestão, que envolve liderança, planejamento da qualidade e visão sistêmica. Esses sentimentos podem e devem ser vistos de forma a melhorar todo o setor, pois essa melhoria acarretará no melhor desempenho e qualidade dos serviços oferecidos.

É importante destacar que, apesar de os dados apresentados anteriormente no gráfico 05 serem bastante positivos (ótimo e bom) para a grande maioria das respostas, essas palavras relacionadas à melhoria sugerem que algumas pessoas estão insatisfeitas com o funcionamento do setor, sendo valioso que a gestão possa se preocupar com formas de investigar melhor as causas da insatisfação.

Ao final, foi solicitado aos profissionais que apresentassem sugestões para a melhoria da qualidade do serviço no setor. Os dados foram categorizados e apresentados no Quadro 02, conforme o Modelo Blocos de Construção, de Zairi, 1991):

**Quadro 02 – Sugestões de melhoria para a qualidade do serviço no setor**

<b>TOPO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Planejamento e diálogo sobre manter o setor</li> <li>- Capacitação e educação continuada</li> <li>- Reuniões mensais</li> </ul>				
<b>PILARES</b>	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="width: 30%; vertical-align: top;">Controle estatístico de processo e da qualidade</td> <td> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Não faltar medicamentos necessário para o tratamento do paciente</li> <li>- Disponibilidade de EPIs com mais qualidade</li> <li>- Mais EPIs para os funcionários</li> <li>- EPI's adequados</li> </ul> </td> </tr> <tr> <td style="vertical-align: top;">Cadeia fornecedor usuário</td> <td> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Interdisciplinidade/Multidisciplinidade profissional</li> <li>- Capacitação para uso de bombas de infusão, ventilação mecânica, cuidados paliativos</li> <li>- Equipe multidisciplinar, material e medicamentos acessíveis a todos</li> <li>- Melhores e maiores quantidades de insumos</li> <li>- Farmácia satélite</li> </ul> </td> </tr> </table>	Controle estatístico de processo e da qualidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não faltar medicamentos necessário para o tratamento do paciente</li> <li>- Disponibilidade de EPIs com mais qualidade</li> <li>- Mais EPIs para os funcionários</li> <li>- EPI's adequados</li> </ul>	Cadeia fornecedor usuário	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interdisciplinidade/Multidisciplinidade profissional</li> <li>- Capacitação para uso de bombas de infusão, ventilação mecânica, cuidados paliativos</li> <li>- Equipe multidisciplinar, material e medicamentos acessíveis a todos</li> <li>- Melhores e maiores quantidades de insumos</li> <li>- Farmácia satélite</li> </ul>
Controle estatístico de processo e da qualidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não faltar medicamentos necessário para o tratamento do paciente</li> <li>- Disponibilidade de EPIs com mais qualidade</li> <li>- Mais EPIs para os funcionários</li> <li>- EPI's adequados</li> </ul>				
Cadeia fornecedor usuário	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interdisciplinidade/Multidisciplinidade profissional</li> <li>- Capacitação para uso de bombas de infusão, ventilação mecânica, cuidados paliativos</li> <li>- Equipe multidisciplinar, material e medicamentos acessíveis a todos</li> <li>- Melhores e maiores quantidades de insumos</li> <li>- Farmácia satélite</li> </ul>				

	<p>Sistema de gerenciamento e controle</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Coordenação, cada equipe fazer o seu serviço</li> <li>- Criação de protocolos institucionais seguros</li> <li>- Maior controle e planejamento para que a UTI tenha sua equipe de profissionais completa em todos os plantões. Principalmente no que diz respeito a presença de médico na UTI</li> </ul>
	<p>Flexibilidade do processo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Mais empatia</li> <li>- Mais tempo para descanso</li> </ul>
	<p>Projeto do local de trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Melhorar a organização dos espaços de repouso</li> <li>- Arrumar a TV, poltronas, mais armários para organização do setor</li> <li>- Mais profissionais</li> <li>- Investimento em novos equipamentos (macas, monitores, suporte para soro, biombos, escada, ventilador mecânico, etc.)</li> <li>- Atendimento psicológico para os funcionários</li> <li>- Cursos de atualização e especializações, além de plano de carreira salarial e atualização do mesmo</li> </ul>
<b>FUNDAÇÃO</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Profissionais qualificados e comprometidos com o serviço</li> <li>- Ouvir profissionais</li> <li>- Maior comunicação e humanização entre as profissões</li> <li>- Mais recursos para promover mais segurança e qualidade de assistência a equipe profissional e ao paciente</li> </ul>

**Fonte:** Dados da pesquisa (2021)

No gráfico 5 vemos algumas respostas onde classificam o setor como regular o que indica necessário possíveis melhorias para o mesmo. No gráfico 6 vemos a que pode estar relacionada a falta de material no setor onde podemos ter diversas respostas, com isso no quadro 2 mostra-se sugestões de melhorias que podem melhorar o setor no âmbito mostrado nos gráficos anteriores.

Neste aspecto, foi possível observar que os profissionais sugerem melhorias para o melhor funcionamento do setor, sugestões essas que podem melhorar e muito a qualidade do serviço e harmonia do setor. Essas sugestões não dependem diretamente da coordenação do setor, mas de uma atuação conjunta:

- **Profissionais:** empatia, profissionais qualificados e comprometidos com o serviço, maior comunicação e humanização entre as profissões;
- **Gestão do setor (liderança direta):** criação de protocolos institucionais, coordenação, farmácia satélite, disponibilidade de EPIs;
- **Direção geral da unidade:** planejamento e diálogo sobre manter o setor, capacitação e educação continuada, reuniões mensais, recursos para promover mais segurança e qualidade a equipe e ao paciente;

- **Direção geral com auxílio do governo:** novos equipamentos, controle e planejamento para que a UTI tenha sua equipe de profissionais completa em todos os plantões, presença de médico em todas as escalas da UTI.

As respostas revelam alguns pontos negativos que, se não forem observados, podem refletir diretamente na harmonia e no desenvolvimento do setor. É importante ter um maior controle e planejamento sobre a gestão dos materiais e dar mais atenção aos aspectos humanos dos trabalhadores.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com o presente estudo pode-se perceber a importância e a necessidade de avaliar o papel da gestão hospitalar para a qualidade dos serviços prestados, podendo então intervir na forma de organização e planejamento, visando sempre o aprimoramento dos serviços.

Com os resultados obtidos pode-se obter uma melhor visão de organização, planejamento e infraestrutura e é pertinente destacar que os colaboradores desta unidade não estão totalmente satisfeitos com a gestão do setor em questão. Diante de muitas respostas pode-se obter elogios e também reclamações, sugestões e frustrações que se ouvidas e colocadas em prática poderiam deixar o ambiente de trabalho mais equilibrado e dinâmico.

Percebe-se que predominam as reclamações, diante da percepção do profissional sobre infraestrutura, estoque e disponibilização de insumos, destacando que a previsão inadequada do consumo de materiais acarreta na falta de organização e controle do estoque. Sobre a percepção dos profissionais em relação à composição da equipe multiprofissional, foi destacada a falta de profissional capacitado e a má comunicação entre os profissionais da equipe.

Assim, pode-se entender que a gestão está deixando a desejar em alguns aspectos como qualidade e liderança, principalmente considerando o atual cenário pandêmico vivenciado. Como sugestão, aconselha-se que o gestor possa discutir os resultados aqui apresentados com a equipe, investir na capacitação dos profissionais e no entrosamento dos mesmos, melhorando a comunicação. Sugere-se também a implementação de uma farmácia satélite para o setor em questão aumentando a disponibilidade de insumos acarretando em um trabalho mais rápido e eficaz.

A aplicação de uma pesquisa sobre qualidade é um importante instrumento para que a gestão possa planejar melhor suas ações e promover a satisfação da sua equipe, bem como o desenvolvimento do serviço prestado, existem ferramentas que podem facilitar a organização da farmácia como por exemplo, a Curva ABC que separa os itens com maior importância.

Considera-se oportuna também uma pesquisa futura para poder visualizar se as melhorias foram implantadas e incluir também a gestão como sujeito do estudo.

Por fim, espera-se que este estudo possa contribuir para demais trabalhos e pesquisas na área de gestão hospitalar e qualidade, se tornando uma ferramenta de auxílio no processo de gestão e liderança, de modo a construir um serviço de excelência.

## REFERÊNCIAS

ALVES, D.F.S.; GUIRARDELLO, E.B. Nursing work environment, patient safety and quality of care in pediatric hospital. **Rev Gaucha Enferm.** v.37, n. 2, 2016. e58817. Disponível em: [http://www.scielo.br/pdf/rgeenf/v37n2/en\\_0102-6933-rgeenf-1983-144720160258817.pdf](http://www.scielo.br/pdf/rgeenf/v37n2/en_0102-6933-rgeenf-1983-144720160258817.pdf). Acesso em: 20 mai. 2021.

AURÉLIO. **Dicionário online**. 2001. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/aurelio-2/>. Acesso em: 02 de Out.de 2020.

BACKES *et. al.* O produto do serviço de enfermagem na perspectiva da gerência da qualidade. **Rev. Gau. Enf.** v.28, n.2, 2007; p.163-170.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Trad. Luís Antero e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BONATO, V. L. **Gestão em Saúde: Programas de Qualidade em Hospitais**. São Paulo: Ícone, 2007.

BRASIL. MINISTERIO DA SAÚDE. **Cartão Nacional de Saúde (CNS)**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br>. Acesso em 10 de Set. de 2020.

BRASIL. MINISTERIO DA SAÚDE. **Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde (PNASS)**. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_06.06.2017/art\\_196\\_.asp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_06.06.2017/art_196_.asp). Acesso em 25 de Nov. de 2020.

CARVALHO, B. **Gestão da qualidade I: material de apoio-evolução histórica da qualidade**. Universo: Universidade Salgado de Oliveira, São Paulo, p.1-10, 2005.

CARVALHO, M. M.; PALADINI, E. P. (orgs.). **Gestão da Qualidade: teoria e casos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

CHERUBIN, N. A.; SANTOS, N. A. **Administração hospitalar: fundamentos**. São Paulo: CEDAS; 1997.

CHIAVENATO, I. **Gerenciando com as pessoas**: transformando o executivo em um excelente gestor de pessoas: um guia para o executivo aprender a lidar com sua equipe de trabalho. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

CHIAVENATO, I. **Princípios da Administração**: o essencial em Teoria Geral da Administração. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Manole, 2013.

CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 9. ed. São Paulo: Manole, 2014.

DATASUS. Departamento de Informática e Informação do SUS. **Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES)**. Disponível em: <http://cnes.datasus.gov.br>. Acesso em 15 mar. 2021.

DONABEDIAN, A. The seven pillars of quality. **Arch Pathol Lab Med**. Chicago, v. 114, n. 11, p.1115-1118, nov. 1990. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2621255/mod\\_folder/content/0/DONABEDIAN\\_1990.pdf?forcedownload=1](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2621255/mod_folder/content/0/DONABEDIAN_1990.pdf?forcedownload=1). Acesso em: 18 mai. 2021.

FACCHINI, E.; DA SILVA, J. R.; LEITE, V. M. CURVA ABC E ESTOQUE DE SEGURANÇA. **South American Development Society Journal**, v.5, n.13, p. 73-88, abr. 2019. Disponível em: <https://www.sadsj.org/index.php/revista/article/view/191>. Acesso em: 23 jun. 2021. doi: <http://dx.doi.org/10.24325/issn.2446-5763.v5i13p73-88>.

FERREIRA, Leonardo Nunes. Custos logísticos hospitalares: um estudo empírico. **Anais... IX Congresso Internacional de Custos - Florianópolis, SC, Brasil - 28 a 30 de novembro de 2005**.

FITZSIMMONS, J. A.; FITZSIMMONS, M. J. **Administração de serviços**: operações, estratégia e tecnologia da informação. Tradução: Lene Belon Ribeiro. 6. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011.

FLICK, U. **Introdução à metodologia da pesquisa**: um guia para iniciantes. Trad. Magda Lopes. Porto Alegre: Penso, 2013.

FREUND, J. E. **Estatística Aplicada**: Economia, Administração e Contabilidade. Trad. Claus Ivo Doering. 11.ed. 1. atual. Porto Alegre: Bookman, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. 2.Reimpr. São Paulo: Atlas, 2018.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. Tradução: Roberto Cataldo Costa. 2.ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

LONGO, R. M. J. **Gestão da Qualidade**: evolução histórica, conceitos básicos e aplicação na educação. Brasília: IPEA, 1996. Disponível em: [www.dcce.ibilce.unesp.br](http://www.dcce.ibilce.unesp.br). [Acesso em 02 de Out. de 2020](#).

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARQUES, L.F.G.; ROMANO-LIEBER, N.S. Estratégias para segurança do paciente no processo de uso de medicamentos após alta hospitalar. **Physis**. v. 24, n. 2, p. 401-420, 2014.

Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/physis/v24n2/0103-7331-physis-24-02-00401.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2021.

MARSHAL, I. J. *et al.* **Gestão da Qualidade e processos**. Rio de Janeiro: FGV, 2012.

MARTINELLI, F. B. **Gestão da Qualidade Total**. São Curitiba: Qualitert, 2006.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria Geral da Administração: da revolução urbana à revolução industrial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MELO, A. B. *et. al.* A gestão de materiais médico-hospitalar em hospital público. **Rev. G&S**. v. 7, n. 1, p. 369-387, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rgs/article/view/3433>. Acesso em 20 jun. 2021.

MESQUITA, S. R. A. M., ANSEMI, M. L., SANTOS, C. B., HAYASHIDA, M. Programa interdisciplinar de interação domiciliar de Marília-SP: custos de recursos materiais consumidos. **Revista Latinoamericana de Enfermagem**, v. 13, n. 4, p. 555-561, 2005.

OLIVEIRA, A. C. **Infecções Hospitalares**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S.A, 2005.

PEREIRA, P.M.; SELINGARDI, R. Proposta de redução de estoque excedente de um complexo hospitalar de alta complexidade. **Rev Adm em Saúde**. v. 18, n. 70, 2018. Disponível em: <https://cqh.org.br/ojs-2.4.8/index.php/ras/article/view/81>. Acesso em 20 jun. 2021.

REIS, C. L. *et. al.* A INTERFACE DA CULTURA DE SEGURANÇA NA GESTÃO DE QUALIDADE: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO. **Caderno de Graduação - Ciências Biológicas e da Saúde - UNIT - SERGIPE, [S. l.]**, v. 5, n. 1, p. 103-116, 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/cadernobiologicas/article/view/5315>. Acesso em: 20 mai. 2021.

SERAPIONI, M. Avaliação da qualidade em saúde: reflexões teórico-metodológicas para uma abordagem multidimensional. **Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**, n. 85, jun. 2009. Disponível em: <http://journals.openedition.org/rccs/343> Acesso em: 20 mai. 2021. DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.343>

STAKE, E. R. **Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. São Paulo: Penso, 2011.

SULIMAN, M.; ALJEZAWI, M. Nurses' work environment: indicators of satisfaction. **J Nurs Meas**. v.26, n. 5, p. 525-530, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/jonm.1257>. Acesso em: 20 jun. 2021.

TEBOUL, J., **Gerenciando a dinâmica da Qualidade**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 1991.



VILELA, R. B.; RIBEIRO, A.; BATISTA, N. A. Nuvem de palavras como ferramenta de análise de conteúdo: uma aplicação aos desafios do mestrado profissional em ensino na saúde. **Millenium**, n. 2, v. 11, jan. 2020, p. 29-36. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/17103> Acesso em: 18 mai. 2021.  
DOI: <https://doi.org/10.29352/mill0211.03.00230>

ZAIRI, M. **Total Quality Management for Engineers**. Cambridge: Woodhead Publishing, 1991.

# SISTEMA DE INFORMAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE UM NOVO SISTEMA DE GESTÃO ACADÊMICA EM UMA INSTITUIÇÃO PRIVADA DE ENSINO SUPERIOR

Emanuel Augusto Ribeiro Dias

José Shirley Pessoa do Nascimento

## RESUMO

**Objetivo:** Com foco na qualidade de serviços acerca dos Sistemas de informações acadêmicas (SIA's), o estudo teve como objetivo avaliar a implantação de um novo software de gestão acadêmica em uma instituição privada de ensino superior, conhecendo a expectativa e percepção dos docentes/usuários acerca da implantação do novo sistema, apontando os determinados aspectos necessários para o melhor gerenciamento na implantação do novo sistema de gestão acadêmica. **Metodologia:** A metodologia utilizada foi classificada como exploratória e de natureza quantitativa e enquadra-se como estudo de caso, na obtenção dos dados foi utilizado a Escala Servqual aplicada através do Google *forms*, no qual é possível avaliar os serviços prestado e a análise dos dados através de estatística descritiva. **Principais Resultados:** Nos resultados foi possível observar que a percepção não superou a expectativa dos usuários em nenhuma das dimensões da Escala Servqual, onde a percepção apresentou uma média de 3,23 e a expectativa 4,36, gerando um GAP de -1,13. **Contribuições acadêmicas e práticas:** Os aspectos que podem melhorar no gerenciamento do SI se pode dar através da familiarização dos colaboradores com o *software* e o treinamento para um melhor desempenho ao utilizarem o SI, assim podendo tornar a execução das tarefas mais fácil de serem executadas.

**Palavras-chave:** Satisfação de Serviços. Qualidade. Escala Servqual. Tecnologia da Informação. SIA's.

## QUALITY IN INFORMATION SYSTEMS: A STUDY ON THE IMPLEMENTATION OF A NEW ACADEMIC MANAGEMENT SYSTEM IN A PRIVATE INSTITUTION OF HIGHER EDUCATION

### ABSTRACT

**Objective:** Focusing on the quality of services regarding Academic Information Systems (SIA's), the study aimed to evaluate the implementation of new academic management software in a private higher education institution, knowing the expectations and perceptions of teachers / users about the implementation of the new system, pointing out certain aspects necessary for better management in the implementation of the new academic management system. **Methodology:** The methodology used was classified as exploratory and of a quantitative nature

and fits as a case study. In order to obtain the data, the Servqual Scale applied through Google forms was used, in which it is possible to evaluate the services provided and the analysis of the services. data through descriptive statistics. **Main Results:** In the results it was possible to observe that the perception did not exceed the users' expectations in any of the dimensions of the Servqual Scale, where the perception presented an average of 3.23 and the expectation 4.36, generating a GAP of -1.13. **Academic and practical contributions:** The aspects that can improve in the management of the SI can be given through the familiarization of the employees with the software and the training for a better performance when using the SI, thus being able to make the execution of the tasks easier to be performed.

**Keywords:** Service Satisfaction. Quality. Servqual scale. Information Technology. SIA's.

## 1. INTRODUÇÃO

Com a constante aprimoração da tecnologia da informação (TI) aplicados às rotinas de gestão, é crucial que as organizações utilizem desses recursos de forma inteligente. Neste cenário, os sistemas de informação são essenciais para uma organização que queira se manter no mercado e que busca a excelência na prestação de seus serviços e que para quem busca ter uma gestão mais eficiente. A não compreensão disto implicará no represamento quanto ao seu desenvolvimento frente ao mercado, desta forma, a aplicação de Sistemas de Informação (SI) se torna, para além de vantagem competitiva (Mendes, 2009; Joia et al, 2012), um aporte necessário para posicionamento no mercado, em confluência com a satisfação do cliente.

De acordo com Associação Brasileira das Empresas de Software (ABES), o Brasil no ano de 2017 teve um aumento significativo em investimentos de TI nas organizações chegando a um aumento de 4,5%, ou seja, as empresas no Brasil estão cada vez mais investindo em tecnologia, principalmente em sistemas de gestão que se possa potencializar seu negócio, assim o tornando mais rentável.

Ainda de acordo com a ABES (2017), o Brasil é um dos maiores mercados de *software* e serviços do mundo, esses fatores estão relacionados com o crescimento de investimentos na área de TI em grande parte das organizações brasileiras, a tendência para os próximos anos é que esse aumento em TI continue.

As empresas que possuem eficientes mecanismos de Sistema de Informação (SI) naturalmente apresentam vantagem competitiva em relação as que não possuem, os sistemas de informação auxiliam na mais diversas tomadas de decisões através da produção de relatórios e balanços precisos, bem como diminuindo o tempo de execução de uma determinada tarefa ao mesmo tempo que contribui para o aumento de produtividade dos colaboradores.

Neste rol, a qualidade destes serviços de software é essencial para proporcionar uma melhor interação entre o usuário e a instituição, qualidade esta que também serve para a

alavancagem empresarial, porém vale ressaltar que, com isso, qualidade nos dias atuais não se restringe apenas ao produto/serviço, mas também a experiência que os seus clientes e usuários tiveram ao compará-lo, e que conseqüentemente este usuário contará a outros (McKenna 1999), ou seja, não é só entregar o que foi comprado mas sim a jornada de compra do cliente, tem que ser satisfatória para o mesmo.

Com o passar do tempo esses instrumentos estão cada vez mais presentes nas instituições acadêmicas, isso devido ao grande número de alunos e informações, sendo uma forma essencial de controle das informações da organização e facilitando os seus serviços, de modo que as tarefas sejam executadas de forma mais rápida por professores e administradores da instituição

Este estudo ocorre em um momento crucial de uma Instituição de ensino superior particular que decide mudar seu sistema de gestão acadêmica, provocando naturais incertezas decorrentes de uma mudança, que, neste escrito, terá como seus sujeitos estudados os docentes, sendo eles os primeiros a manusearem o novo sistema implantado. Estudos como de Vidigal (2015) discorre a percepção de usuários em relação à efetividade de sistemas de gestão acadêmica, ao passo do mesmo propósito desta pesquisa.

A pesquisa tem como objetivo geral avaliar a implantação de um novo software de gestão acadêmica em uma instituição privada de ensino superior sob a ótica dos docentes, que será galgada conhecendo a expectativa e percepção dos docentes/usuários acerca da implantação do novo sistema, apontando os determinados aspectos necessários para o melhor gerenciamento na implantação do novo sistema de gestão acadêmica.

A produção conta com o uso da escala Servqual (Parasuraman et al., 1988) como instrumento de mensuração quanto aos efeitos dessa mudança ao analisar a expectativa e percepção dos usuários em questão.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Sistemas de Informação e sua importância às empresas**

Considerando as organizações formadas por inúmeros sistemas, sendo que, neste ponto, “entende-se por sistemas o conjunto de elementos interagentes e interdependentes, cada qual com sua função específica, que trabalha em sintonia para atingir determinado objetivo comum” (Mendes, 2009, p. 9), todavia essas funções necessitam de mecanismos auxiliarem para organização de rotinas, entrando aqui os sistemas de informações gerenciais (SIG).

Os sistemas de informações, além de serem utilizados para armazenamento de dados e informações, pode ser utilizado por diversos setores de uma empresa, podendo ter vários SIG's (Laudon & Laudon, 2011), auxiliando nas atividades dentro de uma empresa. Esperar-se, pois bem, que com os sistemas seja possível reduzir o tempo de uma determinada função, como, por exemplo, a elaboração de um relatório contábil, utilizando sistemas como o *microsoft excel*.

Os sistemas de informações são essenciais para uma organização que queira se manter no mercado e que busque vantagem competitiva, os SI têm como principal resultado atingir um objetivo, assim a organização consegue adquirir diversas informações e conhecimentos que vão ser utilizadas como vantagem competitiva.

De acordo com Mendes (2009), informação e conhecimento são essenciais para o sucesso de uma organização, o autor expressa essa importância à informação como “o conhecimento que compõem um recurso estratégico essencial para o sucesso da adaptação da empresa em um ambiente de concorrência”, é a utilização da informação e do conhecimento como vantagem concorrencial, “ensinando os homens a gerarem-nas, integrando-as cada vez mais aos produtos, aos serviços e às decisões empresariais” (Mendes, 2009, p. 9).

A informação e o conhecimento são extremamente importantes para as organizações que possuem SI, pois a partir delas se utilizadas corretamente a possibilita a organização uma sobreposição em relação as suas concorrentes quanto as suas decisões, pois [...] a informação é considerada como o ingrediente de que dependem os processos de decisão” (Cautela e Polioni, 1982), determinando uma maior precisão decisória a partir da melhor decodificação acerca do conhecimento famigerado a informação em software.

Os avanços globais sem dúvidas contam como um acelerado aporte em desenvolvimento de Tecnologia da Informação (TI) como uma das principais ferramentas utilizadas por uma organização. Devido a globalização ela passou a ser uma ferramenta responsável pela criação de novos arranjos gerenciais, todavia, acompanhar estas mudanças tecnológicas reque um investimento que se não for usado corretamente pode acarretar determinados prejuízos.

TI é uma ferramenta de competitividade essencial de uma organização, atualmente é quase impossível manter um negócio sem que tenha um SI para gerenciar os dados e informações, ou seja, se tornou algo indispensável na busca a competitividade empresarial e na estratégia. Para Laurindo et al. (2012), o TI deixe de ser apenas um suporte administrativo para um papel estratégico dentro da organização. “A visão da TI como arma estratégica competitiva tem sido discutida e enfatizada, pois não só sustenta as operações de negócio existentes, mas também permite que se viabilizem novas estratégias empresariais” (Laurindo et al. 2012, p. 161).

Conforme afirma Joia et al. (2012, p.10), “é comum ouvirmos casos de grandes melhorias nos resultados de uma empresa, instituição ou organização pública com a adoção de algum sistema ou infraestrutura de TI”. A autor ressalta também que determinadas situações empresariais, significaram vantagem competitiva sustentável.

A tecnologia é um grande aliado de uma organização, veio para agilizar processos, diminuir o tempo para execução de uma tarefa e principalmente para o aumento de ganho de competitividade, assim podendo se destacar em relação a outras organizações.

As empresas atualmente buscam equipamentos modernos e rápidos que visam a diminuição de determinadas tarefas, sistemas de comunicação dentre outros equipamentos, isso tudo para agregar valor da marca, ter uma melhor lucratividade, relatórios mais precisos e a otimização dos processos gerando competitividade.

O sucesso de uma organização irá refletir através das suas práticas administrativas. Para Macedo, Paula e Melo (2014, p. 35), o sucesso de uma organização depende de alguns fatores como a “capacidade de organização referente à administração de sua base informacional, considerando que o mercado está cada vez complexo tecnologicamente”, devendo a TI não ser uma preocupação basicamente técnica, é reconhece-la como uma grande influência estratégica.

No mercado há diferentes tipos de sistemas de informações, porém para cada setor ou empresa há um sistema adequado para cada um, “há diferentes formas de classificar os sistemas de informação, entretanto, as classificações mais aceitas agrupam os sistemas pela finalidade principal de uso e pelo nível organizacional”. (AUDY, ANDRADE, CIDRAL, 2007, p.117)

Neste contexto percebe-se que cada nível organizacional da empresa há um tipo de sistema de informação diferente, ou seja, para cada nível operacional tem um sistema adequado a ele.

O quadro a seguir apresentará quatro tipos de sistema convencionalmente mais usados nas organizações, sendo eles: Sistema de processamento de transações (SPT), Sistema de informações gerenciais (SIG), Sistema de apoio a decisão (SAD) e o Sistema de gestão empresarial (Erp- Enterprise Resource Planing).

**Quadro 01** – Tipos de sistemas de informações e seus conceitos

<i>Tipo de sistema</i>	<i>Base conceitual</i>
<b>Sistema de Processamento de transações (SPT)</b>	Sistema computadorizado que realiza e registra as transações rotineiras necessárias ao funcionamento organizacional, tais como registro de pedidos de vendas, sistema de reservas de hotel, folha de pagamento, manutenção do registro de funcionário e expedição (Laudo & Laudo, 2012, p 38).

<b>Sistema de Informações Gerenciais (SIG)</b>	Os sistemas de informação gerencial (SIG) são os sistemas de informação que sintetizam, registram e relatam a situação em que se encontram as operações da organização” (Audy, Andrade, Cidral, 2007, p. 119).
<b>Sistema de apoio à decisão (SAD)</b>	Ajudam os gerentes de nível médio a tomar decisões não usuais. Eles focam problemas únicos e que se atrelam com rapidez para os quais não existe um procedimento de resolução totalmente predefinido (Laudo & Laudo, 2012, p. 44).
<b>Sistema de Gestão empresarial (ERP-Enterprise Resource Planning)</b>	A solução ERP é um sistema que considera, além da manufatura, a parte financeira, contábil, controle dos ativos, RH e gestão de conhecimento. Com a ajuda da informática, a empresa planeja todos os seus recursos, para obter maior eficiência, ser mais ágil econômica e lucrativa. (Haberhorn, 2007, p 15).

Fonte: elaborado pelos autores adaptado de Audy, Andrade, Cidral (2007), Haberhorn (2007) e Laudo & Laudo (2012)

## 2.2 Sistemas de Informação Acadêmica (SIAs)

Para além dos sistemas de informações apresentados no tópico anterior, os Sistemas de Informação Acadêmica (SIAs) exercem função crucial nas instituições de ensino superior. O sistema possibilita um gerencialmente eficiente de relação bilateral (aluno-professor), que deverá possibilitar, por exemplo, aos alunos, acesso às informações sobre notas, grade curricular, disciplinas matriculadas, requisitos, planos de ensino, calendário de aulas, informações sobre professores, etc. Os professores são os principais alimentadores destes sistemas, cabendo-os a função do gerenciamento dos itens acessados pelos alunos.

Em reforço, Carvalho et al. (2011, p. 2) ainda assevera a disposição de “oferta de turmas a cada período letivo; pré-matrícula e matrícula de discentes [...] dados do Enade6; registro de diplomas, entre outras funcionalidades que auxiliam o controle administrativo das instituições de ensino”, com isso, abrangendo uma relevância crucial às atividades de uma instituição acadêmica.

Os sistemas tem como elemento essencial a internet. Considerando o armazenamento em servidores, é de suma importância que a base de dados dos servidores dos sistemas ofereça segurança quanto a geração de informações. Os SIAs também permitem que os administradores tenham acesso a grandes concentrações de informação, assim o sistema consegue emitir históricos e declarações com mais facilidade e diminuído o tempo que levaria para fazer se fosse manual, ou seja, com o sistema tudo se torna mais rápido.

Alguns exemplos de sistemas de gestão acadêmica são utilizados em universidades públicas como; o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), que foi desenvolvido para a Universidade Federal do Rio Grande Do Norte (UFRN), posteriormente foi vendido para outras universidades como a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), assim como as bibliotecas possuem sistemas de gerenciamento, um deles é o Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI) que é utilizado por Institutos Federais (IFs).

### **2.3 Necessidade pela satisfação de Serviços**

Passada a discussão de embasamento técnico, este tópico enfoca um atributo essencial aos sistemas, considerando-os um serviço prestado a usuários. A partir disso faz-se necessário conceituar o que é serviço, e Kotler e Keller (2012, p. 382) definem “serviço como qualquer ato ou desempenho, essencialmente intangível, que uma parte pode oferecer a outra e que não resulta na propriedade de nada”. Os serviços possuem quatro características, essas características são: Intangibilidade, inseparabilidade, variabilidade e perecibilidade.

Intangíveis para Kotler e Keller (2012, p. 384) são “ao contrário de bens (produtos tangíveis), os serviços não podem ser vistos, provados, sentidos, ouvidos ou cheirados antes de serem adquiridos”. Em relação aos serviços intangíveis pode-se destacar os serviços de TI que é um setor da organização que presta serviço aos demais setores de uma organização que utilizam a tecnologia, ou seja, realiza serviços para outros setores de tecnologia da empresa.

O mesmo não pode ser visto antes do procedimento, não pode ser tocado. Assim isso gera incertezas nos clientes, eles buscam formas de saber se o serviço realmente oferece o prometido, através de opiniões de pessoas que já passaram por essas situações, para realmente saber se é de confiança.

De acordo com Kotler e Keller (2012, p. 385) os serviços de inseparabilidade se diferenciam, “enquanto os bens materiais são fabricados, estocados, distribuídos e mais tarde consumidos, de modo geral os serviços são produzidos e consumidos simultaneamente”. A grande parte dos serviços é executado com a presença do cliente, como, por exemplo, plataforma de Ensino a Distância (EaD), que disponibilizam de aulas online a serem assistidas pelos seus alunos. Já a variabilidade é definida por Kotler e Keller (2012, p. 385) “visto que dependem de por quem, onde e quando são fornecidos, os serviços são altamente variáveis”.

A perecibilidade é definida por Kotler e Keller (2012, p. 387) sendo, “serviços não podem ser estocados; por isso, sua perecibilidade pode ser um problema quando a demanda oscila”



(p.387). Puxando para a discussão de TI, o que ainda se pode “estocar” são bases de dados, todavia ela adentra-se a característica de algo intangível.

Ainda utilizando de Kotler e Keller (2012, p. 9), traz-se aqui o julgamento da satisfação de serviços. Os autores “A satisfação reflete os julgamentos comparativos de uma pessoa sobre o desempenho percebido de um produto em relação as suas expectativas” (p. 9). Este pode ser mensurado a partir da não correspondência de suas expectativas (Decepção), a correspondência (Satisfação) e a superação desta expectativa (Encantamento)

Para uma instituição de ensino, principalmente particular, a qualidade do seu sistema de informação acadêmica é essencial para, entre outras questões internas que aqui não cabe mencionar, manter seu aluno na instituição. A experiência desagradável com o SIA poderá gerar uma percepção negativa da instituição em relação ao seu acompanhamento às boas práticas tecnológicas. Como forma de mensurar a qualidade na prestação do serviço, surge a análise denominada de escala Servqual, criada por Parasuraman, Zeithaml e Berry no ano de 1988, aborda uma “ferramenta de diagnóstico que, de acordo com seus criadores, revela os pontos fortes e fracos de uma empresa na área de prestação de serviços” (Hoffman, 2013).

**Quadro 02** – Dimensões da qualidade em serviços.

<i><b>DIMENSÃO</b></i>	<i><b>DESCRIÇÃO</b></i>
<i><b>Tangibilidade</b></i>	Envolve a aparência das instalações físicas, equipamentos, pessoal e materiais para comunicação.
<i><b>Confiabilidade</b></i>	Caracteriza-se pela capacidade de prestar o serviço de prometido com confiança e exatidão.
<i><b>Receptividade</b></i>	Reflete justamente na disposição de auxiliar os clientes e fornecer o serviço prontamente.
<i><b>Segurança</b></i>	Está relacionado ao conhecimento e à cortesia dos funcionários, bem como à sua capacidade de transmitir confiança e confidencialidade.
<i><b>Empatia</b></i>	Os colaboradores necessitam demonstrar interesse e atenção personalizada aos clientes.

Fonte: Adaptado de Fitzsimmons (2010)

A parti disso, para os serviços de TI, percebe-se que a satisfação é algo essencial para a organização atrair e fidelizar usuários. Os serviços de TI são de extrema importância como qualquer outro serviço, não podem ser tocados, porém pode-se observar os resultados obtidos, no final ele precisa agradecer seus clientes, ser executado de forma correta para poder proporcionar uma melhor experiência aos seus clientes.

### **3 Procedimentos Metodológicos**

A pesquisa classifica-se como exploratória, um estudo de caso de natureza quantitativa. Essa investigação tende a explorar um campo de estudo ainda com pouca abordagem na Administração no que se refere a Sistemas de Gestão Acadêmica utilizadas em instituições de ensino superior particulares, tendo em vista a importância destas instituições em equilibrar a satisfação de um sujeito que intercala uma posição tríade de discente/cliente/usuário, partindo, inicialmente, da percepção de seus usuários responsáveis pela alimentação do SAI: os docentes. A investigação quantitativa dará base a interpretação deste fenômeno acerca da satisfação destes sujeitos, sendo possível (Gil, 2008; Godoy, 1995; Yin, 2001).

Para preservação quanto ao sigilo organizacional, considerando as informações deste estudo como apenas para fins científicos, a IES particular objeto deste estudo não será identificada. Ademais, não serão dispostos mais detalhes sobre a IES.

### **3.1 Instrumento de coleta de dados, universo e amostra**

A coleta de dados foi feita a partir da utilização da Escala Servqual, objetivando levantar informações quanto a satisfação dos docentes da Instituição A. Essa escala tem como propósito verificar a satisfação dos usuários a um determinado serviço prestado, comparar a performance da empresa que presta o serviço através de um questionário (Parasuraman et al., 1988), com isso, avaliando cinco aspectos/dimensões já apontadas no quadro 02: Tangibilidade, Confiabilidade, Receptividade, Segurança e Empatia.

O universo é composto por 35 professores regulamentados na instituição. A amostra foi feita partir da acessibilidade, que segundo Gil, (2008, p. 94) ocorre quando, “o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo”. Foi possível, portanto, as respostas de 12 docentes, que corresponde a 34,29% do universo, consistindo na representatividade amostral da pesquisa.

A aplicação do instrumento de coleta ocorreu nos dias 5 a 11 de novembro de 2019 utilizando o Google Forms, foram aplicados a professores da instituição. Os resultados baseiam-se em um período médio de pouco mais de 4 meses após implantação do sistema até a data da aplicação do instrumento.

### **3.2 Tratamento e análise de dados**

Para obter os resultados da fórmula  $AV - EX = QUAL$ , no qual AV= Avaliação do cliente em relação a empresa (percepção), EX= expectativa do cliente e QUAL= qualidade do serviço, a escala SERVQUAL foram adaptados seus quesitos para se adequar ao serviço estudado, utilizando a escala de Likert para mensuração de respostas. No questionário as opções de marcação das variáveis iam de peso 1 a 5, sendo 1) discordo totalmente, 2) discordo, 3) indiferente (ou neutro), 4) concordo e 5) concordo totalmente. O cálculo para o resultado de cada quesito se deu a partir da equação  $\Sigma p(Nv \times Pv / Tr) - \Sigma e(Nv \times Pv / Tr) = Q$ .

**Quadro 03** – Descrição dos elementos da equação

<i>Símbolo</i>	<i>Significado</i>
$\Sigma p$	Somatório da percepção
$\Sigma e$	Somatório da expectativa
Nv	Número de respostas por variável
Pv	Peso da variável
Tr	Total de respondentes
G	GAP (lucuna/diferença)

Fonte: elaborado pelos autores (2019)

O resultado de cada quesito ocorreu pela subtração da percepção com a expectativa, onde em cada foi feita o somatória do resultado oriundo do número das respostas por variável (Nv) multiplicado pelo peso da variável (Pv) dividido pelo número total de respondentes (Tr), para, em seguida, realizar a subtração da percepção com a expectativa obtendo um GAP (G), que significa a diferença, ou o distanciamento quanto a percepção e expectativa. Os resultados negativos demonstram que a expectativa foi maior do que a percepção, pelo contrário, a percepção superou a expectativa. Os resultados são apresentados a partir das dimensões/aspectos estudadas.

Foram utilizados tabelas e gráficos com o intuito de apresentar os resultados de forma mais clara e de se ter um melhor entendimento sobre o assunto estudado, e para se ter uma análise dos aspectos mais detalhados. A análise dos dados foi totalmente estatística descritiva, através de gráficos e tabelas geradas em planilhas digitais. Para Reis e Reis (2002, p. 5) "estatística descritiva para organizar, resumir e descrever os aspectos importantes de um conjunto de características observadas ou comparar tais características entre dois ou mais conjuntos".

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### 4.1 Expectativa e percepção dos docentes/usuários acerca da implantação do novo sistema de gestão acadêmica

Conforme explicado anteriormente, os resultados deverão avaliar a qualidade dos serviços do SI em uma instituição de ensino superior privada, entender a percepção e expectativas dos usuários para se apontar aspectos para um melhor gerenciamento do SI. Inicialmente a dimensão analisada foi a dos aspectos intangíveis quanto a satisfação da plataforma pesquisada. Esta dimensão tratou de analisar as variáveis visuais e de usabilidade, a fim de perceber se a forma em que a plataforma se apresenta é agradável ao usuário.

**Tabela 01** - Aspectos Intangíveis

Variáveis	Percepção	Expectativa	GAP
Layout Moderno	3,75	4,50	-0,75
Design	3,75	4,58	-0,83
Visualmente agradável			
Fácil manuseio	3,33	4,67	-1,34
<b>Média</b>	<b>3,61</b>	<b>4,58</b>	<b>-0,97</b>

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Como exposto na Tabela 01, mostra que os professores da instituição tinham uma expectativa elevada em relação aos aspectos intangíveis como seria o layout, design e manuseio do novo sistema de informação, porém depois de utilizar o SI pode-se observar que o mesmo não apresentava os recursos esperados pelos docentes, assim a percepção teve uma pequena diferença entre a expectativa. Marangoni (2015, p. 14) reforça que a “intangibilidade não se pega não se toca, não se sente, não se cheira um serviço, diferentemente de produtos tangíveis”, sendo estas características inerentes a qualidade em prestação de serviços.

O GAP teve uma pequena discrepância entre o serviço esperado e o serviço percebido (-0,97). Portanto, o ideal seria que a percepção superasse a expectativa mostrando que o SI satisfaz a demanda dos usuários, ou seja, seria necessário que sistema apresentasse um layout mais moderno, ou seja, que fosse mais intuitiva e que sua apresentação fosse um pouco mais agradável.

A segunda dimensão, apresentada a seguir na tabela 02, foi analisado os aspectos de confiabilidade. Esta dimensão analisou a eficiência do SI em relação ao que se espera da plataforma, desde o que ela oferece até ao registro de informações.

**Tabela 02 – Aspecto confiabilidade**

<b>Variáveis</b>	<b>Percepção</b>	<b>Expectativa</b>	<b>GAP</b>
Sistema oferecido conforme o prometido	3,58	4,50	-0,92
Confiabilidade na resolução de erros ou falhas	3,00	4,25	-1,25
Sistema executado de forma correta pela primeira vez	3,50	4,25	-0,75
Registros mantidos sem erro	3,42	4,33	-0,91
<b>Média</b>	<b>3,38</b>	<b>4,33</b>	<b>-0,95</b>

Fonte: dados da pesquisa (2019)

Em relação a confiabilidade pode-se observar que o resultado foi parecido com os aspectos intangíveis mostrado na tabela 01. Houve uma pequena diferença entre a percepção e a expectativa, isso não quer dizer que o SI não transmite confiança, mas que os docentes esperavam um pouco mais do SI. O aspecto que mais foi insuficiente encontra-se na resolução de erros ou falhas onde apresentou maior GAP (-1,25), quanto a execução do sistema ele teve a menor média mostrando que ele consegue executar as tarefas de acordo com o que é pedido.

Outra variável que apresentou uma média elevada foi a questão relacionada se o sistema teria sido oferecido conforme prometido e mostrou que o sistema tem que melhorar alguns fatores, pois ele está sendo insuficiente, ou seja, o SI deveria ser mais intuitivo no seu uso. Isso implica que o SI deve melhorar suas ferramentas tanto na resolução de problemas como em todo aspecto de segurança da informação dos seus usuários tanto docentes quanto discentes da instituição, além do mais o layout e o design precisam apresentar um aspecto mais moderno e agradável. Vale ressaltar que de acordo com Martins e Laugeni (2005, p. 499) confiabilidade é “a probabilidade de o produto não apresentar falhas dentro de determinado período de tempo”. Isso se torna ainda mais relevante quando se trata de mecanismos tecnológicos.

A terceira tabela analisada foi a dos aspectos de responsividade. A dimensão analisou variáveis de disposição/disponibilidade, como também a presteza quanto a questões técnicas.

**Tabela 03 – Aspecto responsividade**

<b>Variáveis</b>	<b>Percepção</b>	<b>Expectativa</b>	<b>GAP</b>
------------------	------------------	--------------------	------------

Usuários mantidos informados sobre quando serão realizados serviços no sistema.	2,83	4,08	-1,25
Rapidez no acesso a informações.	3,08	4,42	-1,34
Equipe de TI e técnicos administrativos de prontidão para solicitação de serviços	2,75	4,00	-1,25
<b>Média</b>	<b>2,89</b>	<b>4,17</b>	<b>-1,28</b>

Fonte: dados da pesquisa (2019)

A tabela 03 mostra os aspectos de responsividade que está atrelada ao ato de disposição ou solucionar algo, e o que se pode notar foi que a percepção mais uma vez apresenta média inferior a expectativa, em todas as variáveis apresentaram uma média menor. O percebido foi que o aspecto responsividade apresentou o segundo maior GAP dos resultados obtidos para este estudo, o que leva a contar que a disposição dos profissionais responsáveis pelo sistema e técnicos da instituição para solucionar algo ou manter os usuários informados está abaixo do esperado.

Com base no exposto, faz-se necessário que a instituição busque meios para aprimorar as equipes de TI e técnicos administrativos para que os mesmos possam manter os usuários informados sobre o que pode acontecer, tornar o acesso a essas informações de forma mais rápida e que profissionais tenham tempo e disposição para ajudar os docentes em determinadas execuções de tarefas e os serviços possam ser executados de forma correta conforme pedido pelos usuários.

A quarta dimensão analisada, conforme tabela 04 a seguir, foi em relação aos aspectos de segurança. Esta dimensão analisou o aspecto confiança do SI e dos colaboradores da instituição.

**Tabela 04 – Aspecto Segurança**

<b>Variáveis</b>	<b>Percepção</b>	<b>Expectativa</b>	<b>GAP</b>
Sistema transmite confiança ao usuário	3,58	4,50	-0,92
Equipe de TI e técnicos administrativos com conhecimento para responder perguntas dos usuários	3,08	4,33	-1,25
<b>Média</b>	<b>3,33</b>	<b>4,42</b>	<b>-1,09</b>

Fonte: dados da Pesquisa (2019)

A tabela 4 visa mostrar aspectos relacionados à segurança e conhecimento sobre TI. Foi observado que mais uma vez a percepção não superou a expectativa, tendo a percepção uma média de 3,33, e a expectativa de 4,42, porém a dimensão segurança foi a que apresentou o terceiro menor GAP (-1,09). O que se percebe é que o SI, a equipe de TI e técnicos administrativos não transmite segurança para os usuários de forma adequada. Logo, é interessante que o SI passe por uma atualização que busque melhorar a segurança dos dados dos seus usuários, sejam eles docentes ou discentes, bem como capacitar seus colaboradores responsáveis pela manutenção do sistema.

Quanto a instituição, faz-se necessário a capacitação dos seus colaboradores para que eles sejam capazes de solucionar possíveis erros e ajudar os usuários que tenham dúvidas e problemas com o SI.

A quinta dimensão analisou o aspecto de empatia. Está dimensão se faz importante por analisar aspectos em relação ao atendimento personalizado aos usuários.

**Tabela 05 – Aspecto empatia**

<b>Variáveis</b>	<b>Percepção</b>	<b>Expectativa</b>	<b>GAP</b>
Sistema com espaço virtual para tirar dúvidas e fazer sugestões	2,75	4,33	-1,58
A instituição entende as necessidades específicas dos usuários	3,17	4,33	-1,16
<b>Média</b>	<b>2,96</b>	<b>4,33</b>	<b>-1,37</b>

Fonte: dados da pesquisa (2019)

A tabela 05 mostra a dimensão empatia. Nesse aspecto, a variável que mais se destacou foi o espaço virtual para tirar dúvidas e fazer sugestões, essa variável foi a que apresentou o maior GAP de todas as dimensões (-1,58), mostrando que o SI é insuficiente nesse quesito, assim tornando a experiência dos usuários desagradável. Em nenhuma das duas variáveis a percepção superou a expectativa. De acordo com Gonçalves, Bruno e Gomes (2017, p. 4) empatia é o “grau de cuidado e atenção pessoal dispensado aos clientes”, neste ponto é onde a organização demonstra interesse no consumidor, ou neste caso, o docente/usuário não obteve, até então, bom entendimento entre o suporte do sistema e instituição.

O ideal seria que o SI apresentasse um espaço para que os professores tivessem a oportunidade de enviar sugestões e conseqüentemente tirar dúvidas, porém não foi observado. Nota-se que a instituição deve entender e buscar meios para atender as necessidades dos seus

colaboradores, dessa forma, podendo ser através de pesquisas ou reuniões, onde os colaboradores devam deixar claro o que precisa ser melhorado ou substituído.

**Gráfico 01 – Média geral**



Fonte: dados da pesquisa (2019)

O que se pode observar no gráfico 1 é que na média geral a percepção não superou a expectativa, portanto, deixando explícito a necessidade melhoria em determinados aspectos do SI, pois ele não está satisfazendo as expectativas dos usuários. Onde o GAP a diferença entre a percepção e a expectativa foi de (-1,13), o esperado seria o contrário, porém o que foi percebido durante o estudo foi que o SI foi insuficiente em muitos aspectos.

## 5. Consideração finais

O uso da TI tem sido parte fundamental para o alcance dos objetivos propostos e percebe-se quão é importante a aplicação de ferramentas de satisfação de serviços nesses *softwares* para identificar se eles suprem as necessidades dos colaboradores e das instituições.

Portanto, foi possível avaliar a percepção e expectativa que os usuários tinham em relação ao SI. Notou-se, entretanto, que o resultado aponta uma não correspondência acerca das expectativas dos docentes com o novo sistema. Os aspectos empatia, responsividade e segurança apresentaram os maiores GAP's da pesquisa.

Foi possível identificar os aspectos que devem melhorar acerca do gerenciamento do SIA. Algumas práticas podem auxiliar nesta melhora, como através da familiarização dos colaboradores com o *software* a partir de treinamentos mais graduais para um melhor desempenho dos usuários ao utilizarem o novo SIA, tornando as tarefas mais fácil de serem executadas.



Após a familiarização aos docentes, sugere-se um treinamento da equipe técnica para que os colaboradores consigam utilizar o SIA de forma correta, pois, o “treinamento é o processo educacional de curto prazo e aplicado de maneira sistemática e organizada, pelo qual as pessoas aprendem conhecimentos, atitudes e competências em função de objetivos previamente definidos” (CHIAVENATO, 2009, p. 389). Com isso, o treinamento se torna essencial para o desempenho da instituição e dos colaboradores.

Na implantação de um novo SIA espera-se que a instituição possa abordar com mais ênfase a utilização do novo sistema, proporcionando métodos de adaptação mais eficiente aos colaboradores, ou seja, permitir uma melhor experiência aos usuários, seja para implantar uma nova plataforma ou realizar uma transição desse SIA, dessa forma, isso pode ter sido um dos condicionantes para os baixos índices apresentados quanto a percepção.

Portanto, este estudo serve como base para futuros trabalhos acadêmicos que venham a ter relação com a TI, em especial, os SAI's, contribui não só para fomentar bases científicas, mas auxiliar em futuros planos de ações com bases nesses resultados, que possa contribuir para um melhor gerenciamento e desempenho de suas atividades.

## REFERÊNCIAS

ABES SOFTWARE. **Investimentos em TI no Brasil aumentam 4,5% em 2017**. Disponível em: <http://www.abessoftware.com.br/dados-do-setor/estudo-2018--dados-2017>. Acesso em: 4 nov. 2019.

AUDY, J. L. N.; ANDRADE, G. K. de; CIDRAL, A. **Fundamentos de sistemas de informação**. Porto Alegre: Bookman, 2007.

CARVALHO, R. S. et al. Integração entre o sistema de gestão acadêmica e o sistema de gestão da aprendizagem: Ação reflexiva na prática docente. **Revista Opara: Ciências contemporâneas aplicadas**, [s.i.], v. 1, n. 1, p.1-14, 2011. Disponível em: <<http://revistaopara.facape.br/article/view/34/24>>. Acesso em: 3 nov. 2019.

CHIAVENATO, I. **Recursos humanos: o capital humano das organizações**. 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

DE SOUZA, Antônio Artur et al. Avaliação de sistemas de informações com foco na satisfação dos usuários: um estudo desenvolvido na região metropolitana de Belo Horizonte–MG. **Revista GEPROS**, v. 10, n. 4, 2015.

EXAME. **Empresas investem cada vez mais em ERP**. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/negocios/dino/empresas-investem-cada-vez-mais-em-erp/>. Acesso em: 5 nov. 2019.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 200 p.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GODOY, Arilda Schmidt. PESQUISA QUALITATIVA: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n. 3, p.20-29, maio 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2019.
- GONCALVES, W de S; BRUNO, D M; BORGES, F H. **Aplicação do método servqual: um estudo de satisfação do cliente em um estacionamento de veículos leves**. Xxxvii Encontro Nacional de Engenharia de Produção, Joinville, p.2-13, 10 out. 2017.
- HABERKORN, E. **Um bate papo sobre a gestão empresarial com ERP**. São Paulo: Saraiva, 2007.
- HELPDIGITAL. **O que é o serviço de TI**. Disponível em: <https://helpdigitalti.com.br/tecnologia/servico-de-ti>. Acesso em: 9 nov. 2019.
- IBGE. Brasil Rio Grande do Norte Pau dos Ferros. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/pau-dos-ferros/panorama>. Acesso em: 20 out. 2019.
- JOIA, L. A. et al. **Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação**. Rio de Janeiro: Fgv, 2012. 176 p.
- KOTLER, P; KELLER, K. L. **Administração de marketing**. 14. ed. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012. 765 p.
- LAURINDO, F J, B. et al. O papel da tecnologia da informação (TI) na estratégia das organizações. **Gestão & Produção**, v. 8, n. 2, p. 160-179, 2001.
- MACEDO, G da S; PAULA, G M de; MELO, M V de M e. **A tecnologia da informação como vantagem competitiva nas empresas**. 2014. 46 f. TCC (Graduação) - Curso de Administração, Faculdade de Pindamonhangaba, Pindamonhangaba, 2014.
- MARANGONI, S. **Marketing de serviços**. Rio de Janeiro: Seses, 2015. 160 p.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARTINS, P, G; LAUGENI, F, P. **Administração da produção**. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2005. 562 p.
- MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing: Metodologia, planejamento**. São Paulo: Atlas, 1998.
- MENDES, F. C. **Administração de sistemas de informações**. Rio de Janeiro: Fundação CERCIERJ, 2009.
- PARASURAMAN, A.; ZEITHAML, V. A.; BERRY, L. L. SERVQUAL: A multiitem scale for measuring consumer perceptions of service quality. **Journal of retailing**, vol. 64, spring, p.21-40, 1988.

REIS, E.A., REIS I.A. (2002) **Análise Descritiva de Dados**. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. Disponível em: <http://www.est.ufmg.br/portal/arquivos/rts/rte0202.pdf>.

VIDIGAL, F; BARROS, G, L. **A AVALIAÇÃO DA SATISFAÇÃO DE USUÁRIOS DE UM SISTEMA DE GESTÃO DE INFORMAÇÕES ACADÊMICAS: UMA EXPERIÊNCIA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA NO BRASIL**. 2015.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

---

## ***II SEÇÃO***

### *Pesquisas em Direito*

---

# A LINHA TÊNUE ENTRE A LIBERDADE DE EXPRESSÃO E O DISCURSO DE ÓDIO NO ÂMBITO VIRTUAL BRASILEIRO

João Victor Holanda Freitas

Fernanda Soares de Sousa

Francisco Edmilson Dias Araújo

Francisco Fernando Dias da Silva

Maria Regidiana da Conceição

## RESUMO

A liberdade de expressão é definida como um direito fundamental que ampara a livre manifestação de pensamentos, ideias e opiniões, por meio da palavra oral ou escrita, da imagem ou de qualquer outro meio de difusão, seja ele físico ou virtual. Esse é um direito assegurado constitucionalmente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. A presente pesquisa propõe uma análise à luz do ordenamento jurídico pátrio sobre a liberdade de expressão e o discurso de ódio, no contexto virtual. Dessa forma, o objetivo geral desse estudo é identificar o limite jurídico existente entre o princípio constitucional da Liberdade de Expressão e o discurso de ódio na rede mundial de computadores. Como objetivos específicos buscou-se conceituar a liberdade de expressão à luz do sistema jurídico brasileiro; definir o que é discurso de ódio e sua ocorrência no âmbito virtual; destacar leis e aspectos doutrinários que coíbem as práticas criminosas de *fake news* e incitação à violência midiática. A relevância temática do assunto deve-se a sua pertinência no cenário nacional mediante a atual conjuntura em que as mediações entre as pessoas ocorrem, sobretudo, por meio das redes sociais. Dessa forma estudar sobre esse tema traz uma valiosa contribuição para formação do operador do direito que irá atuar coibindo os crimes virtuais que tenham o discurso de ódio como pano de fundo. A metodologia usada para construção do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, revisão de literatura, com método descritivo e análise qualitativa. A problemática, que é eixo condutor desse texto é saber: em que ponto os discursos proferidos no ambiente virtual da rede mundial de computadores, deixam de ser a efetivação do princípio constitucional da Liberdade de Expressão e começam a ser discursos de ódio, aos olhos do sistema jurídico brasileiro? Os resultados apontam que, o discurso de ódio se configura como elemento pejorativo e ofensivo, por ultrapassar o limite do direito à liberdade de expressão, incitando a violência, desqualificando a pessoa que não detém as mesmas características ou que não comunga das mesmas ideias, e, portanto, necessita de leis que possam combater tal prática criminosa. A conclusão desse estudo é que a liberdade de expressão será limitada nos casos em que a manifestação do pensamento ou a comunicação possa vir a ferir a subjetividade do interlocutor, ou seja, o estado democrático de direito repudia o discurso do ódio e por isso ninguém pode se valer do direito de se manifestar para ofender o outro.

**Palavras-chave:** Constituição Federal. Direitos Fundamentais. Dignidade da Pessoa Humana. *Fake News*.

## THE FINE LINE BETWEEN FREEDOM OF EXPRESSION AND HATE SPEECH IN THE BRAZILIAN VIRTUAL SCOPE

### ABSTRACT

Freedom of expression is defined as a fundamental right that supports the free expression of thoughts, ideas and opinions, through the oral or written word, image or any other means of dissemination,

whether physical or virtual. This is a right constitutionally guaranteed in the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988. This research proposes an analysis in the light of the national legal system on freedom of expression and hate speech, in the virtual context. Thus, the general objective of this study is to identify the legal limit between the constitutional principle of Freedom of Expression and hate speech on the world wide web. As specific objectives, we sought to conceptualize freedom of expression in the light of the Brazilian legal system; define what is hate speech and its occurrence in the virtual environment; highlight laws and doctrinal aspects that curb the criminal practices of fake news and incitement to media violence. The thematic relevance of the subject is due to its relevance in the national scenario through the current conjuncture in which mediations between people occur, above all, through social networks. In this way, studying this topic makes a valuable contribution to the training of the legal operator who will act to curb virtual crimes that have hate speech as a background. The methodology used for the construction of the work was bibliographic research, literature review, with a descriptive method and qualitative analysis. The problem, which is the guiding principle of this text is to know, In view of this, the following question arises: At what point do the speeches given in the virtual environment of the world wide web, which directly or indirectly affect certain classes, beliefs, ethnicities, sexualities, nationalities etc., cease to be the realization of the constitutional principle of Freedom of Expression and start to be hate speeches, in the eyes of the Brazilian legal system? The results indicate that hate speech is configured as a pejorative and offensive element, for exceeding the limit of the right to freedom of expression, inciting violence, disqualifying the person who does not have the same characteristics or who does not share the same ideas, and , therefore, needs laws that can combat such criminal practice. The conclusion of this study is that freedom of expression will be limited in cases where the manifestation of thought or communication may harm the subjectivity of the interlocutor, that is, the democratic rule of law repudiates hate speech and therefore no one can take advantage of the right to manifest to offend the other.

**Keywords:** Federal Constitution. Fundamental rights. Dignity of human person. Fake News.

## 1 INTRODUÇÃO

A liberdade de expressão, além de ser um direito fundamental, é um elemento essencial na construção de uma sociedade livre e justa, sendo considerada um dos pilares da democracia. Mas seu exercício muitas vezes acaba ferimento direito alheio, e por este motivo deve ser mitigado, limitado. Isso ocorre, por exemplo para combater e frear o discurso do ódio que impõe limites à manifestação livre do pensamento, oral e escrito.

A democracia é a representação máxima da liberdade de expressão dos sujeitos que a vivem. É por isso que no Brasil é proibida a censura, ou qualquer outra forma que possa obstruir tal direito aos cidadãos, entre eles os políticos, que representam a vontade popular.

A problemática, que é eixo condutor desse texto é saber: em que ponto os discursos proferidos no ambiente virtual da rede mundial de computadores, deixam de ser a efetivação do princípio constitucional da Liberdade de Expressão e começam a ser discursos de ódio, aos olhos do sistema jurídico brasileiro?

Dessa forma, o objetivo geral desse estudo é identificar o limite jurídico existente entre o princípio constitucional da Liberdade de Expressão e o discurso de ódio na rede mundial de

computadores. Como objetivos específicos buscou-se conceituar a liberdade de expressão à luz do sistema jurídico brasileiro; definir o que é discurso de ódio e sua ocorrência no âmbito virtual; destacar leis e aspectos doutrinários que coíbem as práticas criminosas de *fake news* e incitação à violência midiática.

A pesquisa em questão, se mostra importante nos aspectos jurídico, social e acadêmico, pela contribuição para com o estudo da problemática dos discursos de ódio no ambiente virtual, a fim de possibilitar reflexões ensejadoras de alterações no ordenamento jurídico vigente, que consigam coibir as referidas práticas lesivas à sociedade.

A relevância temática do assunto deve-se a sua pertinência no cenário nacional mediante a atual conjuntura em que as mediações entre as pessoas ocorrem, sobretudo, por meio das redes sociais. Dessa forma estudar sobre esse tema traz uma valiosa contribuição para formação do operador do direito que irá atuar coibindo os crimes virtuais que tenham o discurso de ódio como pano de fundo.

De igual modo, o mérito desta inquirição pelo aspecto social, consiste na identificação de fenômenos sociais que cheguem a ferir direitos fundamentais em um meio ainda pouco resguardado pelo ordenamento jurídico nacional. Por fim, é cristalino a pertinência deste trabalho do ponto de vista acadêmico, uma vez que, no acervo bibliográfico da instituição de ensino superior à que se vincula esta pesquisa, não possui nada de igual teor.

A metodologia usada para construção do trabalho foi a pesquisa bibliográfica, revisão de literatura, com método descritivo e análise qualitativa. Ocorre que, será realizada a análise dos pensamentos de autores clássicos que discorrem sobre tal temática, bem como serão expostas algumas leis, jurisprudências e outros julgados acerca do assunto. Isso na perspectiva de direcionar possíveis soluções para a pergunta de pesquisa que ora se evidencia nesse trabalho. Para fortalecer o embasamento do presente estudo utilizou-se autores como Venosa (2017), Medeiros (2018), Rodrigues (2018) entre outros. A

Sobre os métodos, a pesquisa se deu no segundo semestre de 2022, (agosto a dezembro), tendo como critérios de inclusão os assuntos relacionados ao tema, elegibilidade e pertinência temática, excluindo-se aqueles temas que não condiziam com a problemática aqui delimitada. Escolheu-se como palavras-chave: Constituição Federal. Direitos Fundamentais. Dignidade da Pessoa Humana. *Fake News*.

Como forma de organização e em relação à divisão do texto, este se estrutura da seguinte forma: no primeiro tópico será abordado a liberdade de expressão na internet, constando de uma descrição crítica reflexiva acerca dos direitos constitucionais sobre o assunto, levando em

consideração como o ordenamento jurídico brasileiro dispõe sobre tal instituto. É o momento oportuno para ponderar as situações de autonomia, liberdade e limitação da expressão, permeado pelo contexto que evoluiu ao longo dos anos, trazendo novos desafios à lei atual e como os dispositivos do direito civil apontam soluções para os conflitos atuais.

Logo em seguida será feita uma análise acerca das informações falsas (*fake news*), que propagam preconceito e distorções sociais no contexto midiático. Dessa forma, serão exemplificados os fatos e ocorrências que caracterizam a disseminação de notícias enganosas e como isso vem sendo combatido em nossa legislação vigente.

Por fim, apresenta-se as leis e marcos legais da legislação brasileira que coíbe e pune o discurso de ódio e limita a liberdade de expressão como forma de reverenciar o respeito mútuo e a promoção da empatia social.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

O presente estudo trata-se de uma pesquisa bibliográfica com dados analisados sob uma perspectiva descritiva, de natureza básica e fundamentada em uma abordagem qualitativa. Para Mello (2006, p. 61), “a pesquisa bibliográfica lida com o caminho teórico e documental já trilhado por outros pesquisadores e, portanto, trata-se de técnica definida com os propósitos da atividade de pesquisa, de modo geral.”

A revisão de literatura é um instrumento importante e necessário para a construção e ressignificação do conhecimento jurídico na sociedade. É uma ferramenta eficaz que auxilia o operador do direito na compreensão dos problemas que permeiam uma determinada realidade, sendo “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 157).

Quanto a sua abordagem, o estudo está fundamentado em uma abordagem qualitativa, pois se debruça sobre um conjunto de significados, crenças, aspirações, motivações, valores e atitudes que corresponde a um campo mais complexo das relações, processos e fenômenos que não podem ficar restritos somente à operacionalização de variáveis, levando em consideração os aspectos subjetivos que envolvem o objeto de estudo pesquisado (MINAYO, 2011).

Como critérios de inclusão utilizaram-se leis, doutrinas que foram escritos em português, publicados em periódicos, anais e conferências que abordam o tema da liberdade de expressão e o discurso de ódio. Os critérios de exclusão basearam-se em artigos duplicados, artigos que não possuem acesso gratuito, artigos de sites e estudos que não contemplaram os



descritores utilizados nos procedimentos de inclusão. Assim, voltamos o nosso olhar de forma crítica e reflexiva sobre a discussão teórica abordada no presente estudo e seus principais resultados poderão ser conhecidos a seguir.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1 ASPECTOS CONSTITUCIONAIS DA LIBERDADE DE EXPRESSÃO**

A abordagem constitucional sobre liberdade de expressão vem à tona com total repúdio a conotações de censura ou restrições à fala e interação dos cidadãos. Nesse sentido, o artigo 220 da CF/88 traz em seu bojo que o pensamento poderá ser livremente demonstrado por meio de inúmeros elementos, sendo que a informação é o principal veículo transmissor (BRASIL, 1988).

Art. 220. A manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição. § 1º - Nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social, observado o disposto no art. 5º, IV, V, X, XIII e XIV (BRASIL, 1988).

Fica, portanto, entendido a partir disso, que a liberdade de expressão, como direito consagrado na Constituição Federal é regra máxima. De outra forma, sua restrição pode ser vista como grave violação ao direito de se expressar livremente, o qual se sobrepõe como um fator de violência, por parte de quem promove a censura, seja o Estado ou o próximo. Isso leva a crer que a liberdade de expressão é uma particularidade, por excelência, inerente à dignidade humana (BRASIL, 1988).

Para Medeiros (2018) a presença do aparato do Poder Público, é para que se possa utilizar todos os instrumentos institucionais capazes de frear qualquer ameaça à expressão do livre pensamento. Diante de tal argumento é que o próprio texto constitucional, faz menção a uma significativa prática democrática constante e efetiva, abrangendo todos os espaços midiáticos, televisivos, formais e informais, para que assim, a lei maior venha a concretizar o direito de todo cidadão a se expressar livremente em todos os canais de atuação social.

De acordo com Venosa (2017) é inserida numa sociedade múltipla e intermitentemente democrática que o conceito de liberdade de expressão é um direito contemporâneo que coincide ao surgimento do referido Estado Liberal.

A Constituição de 1988 traz em sua essência um aporte de um projeto político libertário o qual recebeu total influência de acontecimentos históricos como Independência Americana e

da Revolução Francesa (BRASIL, 1988). Os tratados internacionais, dos quais o Brasil é signatário assegura, irremediavelmente os direitos correspondentes aos direitos civis e políticos, para garantir ao sujeito de direito sua livre expressão de fatos, atitudes e ideais, dos quais são formados sua personalidade.

Para Rodrigues (2018) a liberdade religiosa, liberdade de imprensa, são desdobramentos da liberdade de expressão, a qual possui total relevância em um país onde se verifica o estado Democrático de Direito. Por isso, muitas pessoas, entender ser esse direito um aspecto plausível para configuração da autodeterminação, tendo ainda mais visibilidade por se tratar de um direito fundamental. O direito de liberdade de expressão é um direito fundamental, que se mostra como corolário da dignidade da pessoa humana, representando, de outra parte, fundamento necessário à sobrevivência do Estado.

Muitos países compartilham dessa problemática, agravando-se naqueles que defendem a democracia, pois sempre chegam a um ponto crítico: a liberdade de expressão. Anexo a esse quadro, emerge o desafio para as atuais sociedades em identificar a melhor maneira de combater a desinformação sem que afete os direitos e garantias constitucionais dos cidadãos.

A Declaração de Princípios sobre a Liberdade de Expressão entende que a liberdade de expressão não é uma concessão dos Estados, e sim, um direito fundamental, conforme seus princípios descritos:

1. A liberdade de expressão, em todas as suas formas e manifestações, é um direito fundamental e inalienável, inerente a todas as pessoas. É, ademais, um requisito indispensável para a própria existência de uma sociedade democrática. 2. Toda pessoa tem o direito de buscar, receber e divulgar informação e opiniões livremente, nos termos estipulados no Artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Todas as pessoas devem contar com igualdade de oportunidades para receber, buscar e divulgar informação por qualquer meio de comunicação, sem discriminação por nenhum motivo, inclusive os de raça, cor, religião, sexo, idioma, opiniões políticas ou de qualquer outra índole, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição social (CIDH, 2000, on-line)

A liberdade de expressão está ligada ao direito de manifestação do pensamento, possibilidade do indivíduo emitir suas opiniões e ideias ou expressar atividades intelectuais, artísticas, científicas e de comunicação, sem interferência ou eventual retaliação do governo. Toda pessoa tem direito à liberdade de pensamento e de expressão. Esse direito compreende a liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de toda natureza, sem consideração de fronteiras, verbalmente ou por escrito, ou em forma impressa ou artística, ou por qualquer outro processo de sua escolha.

A presença da liberdade de expressão na lei é uma conquista de toda a humanidade, pois apoia os direitos fundamentais das pessoas. Por isso, a ideia da livre manifestação de pensamentos faz parte de legislações da ONU, convenções internacionais e do arcabouço legislativo de uma série de países democráticos. No Brasil, esse conceito é um dos que dá suporte para a própria existência da democracia, pois afasta a ideia de censura que marca os governos autoritários. De acordo com NELSON (2017):

É necessário que haja um maior aprofundamento a investigação sobre o combate às notícias falsas, que não se resolve com fórmulas simples e prontas, mas com um conjunto de mecanismos que vão desde recursos técnicos até o investimento em educação e literacia digital. Restrições legais devem ser elaboradas para combater a desinformação, mas sem perder de vista o desafio de respeitar a liberdade de expressão (NELSON, 2017, p 31).

A liberdade de expressão é um direito fundamental porque está previsto na Constituição como uma garantia básica para a dignidade humana individual e para o funcionamento da estrutura democrática do Estado. No que diz respeito à parcela destinada à dignidade humana, significa que a liberdade de expressão é um requisito imprescindível para que cada um possa se expressar, sem censura, e manifestar seus pontos de vista.

E isso vale para os mais variados assuntos, desde que essas opiniões não afetem outros direitos. Já em relação ao âmbito da estrutura democrática do Estado, quer dizer que a liberdade de expressão assegura a pluralidade de posicionamento de diferentes vertentes políticas e ideológicas dentro dos limites da Constituição (BRASIL, 1988). Ou seja, na prática, estamos falando de uma condição necessária para o exercício da cidadania, para o crescimento de uma nação mais democrática e para a consolidação de uma sociedade mais livre.

### 3.2 FAKE NEWS COMO PROPAGAÇÃO DO DISCURSO DE ÓDIO

As notícias falaciosas, junto à desinformação daqueles que recebem ou propagam, não é recente na história, porém aumentou dramaticamente nos últimos anos, não se limitando às questões eleitorais ou de saúde pública, abrangendo também temas ainda mais recentes, como o limite entre a liberdade de expressão e o discurso de ódio.

A dificuldade de combater as fake news é compreensível, por isso há a necessidade de debater seu impacto social. Dentro do contexto da Sociedade da Informação, deve-se concordar com a importância da proteção dos dados pessoais deixados por usuários na internet, com fins de minimizar eventual manipulação do eleitor por meio de instrumentos como fake news ou propaganda direcionada. Dentre outros males, esses expedientes maliciosos obscurecem a

figura do candidato no que se refere ao seu passado, suas ideias e proposições mais relevantes (PEREIRA, 2018).

A disseminação de notícias falsas corrói a democracia ao criar desinformação que bloqueia o debate. Esse artigo trata a relação entre a liberdade de expressão e a divulgação massiva de notícias falsas, avaliando os riscos à democracia, considerando estudos e as tendências políticas atuais. Utiliza-se o método indutivo e o procedimento bibliográfico e documental (NIGRI, 2019).

Os desafios democráticos exigem enfrentar as questões contraditórias decorrentes de sociedades hiperconectadas que transformou os modos de vida e de construção dos debates políticos. A atuação do Tribunal Superior Eleitoral sugere ainda está muito aquém e também demarca os limites de atuação legal nesse contexto. Nesse sentido, Ribeiro & Ortellado (2018, p. 89) observam que: “O fato de que, muitas vezes, a pessoa que envia uma notícia possivelmente falsa é um conhecido ou familiar”. A proximidade e confiança pessoal com aquele que divulga a informação torna muito mais difícil o descrédito da notícia.

Verifica-se que, por várias vezes, as fake news são disseminadas por pessoas pertencentes ao mesmo ciclo, logo, existe dificuldade tanto em trazer aquela informação para rodas de conversa quanto em buscar a veracidade da fonte em razão da relação de confiança. Como prova disso, Nigri (2019) afirma que, por muito tempo, pesquisou informações fabricadas na Alemanha, no século XIX, onde vários repórteres estrangeiros simulavam que estavam em outros países com o intuito de relatar notícias, embora, na realidade, estes, não se encontravam naquela localidade que teoricamente estavam trabalhando. Na época, os jornais não possuíam os recursos financeiros como atualmente, impossibilitando, assim, o custo de viagem dos jornalistas.

Silva (2019, p. 9) ressalta que as notícias falsas lavradas contra os alemães entre 1914 e 1918, influenciaram diretamente na primeira guerra mundial.

Quando eram acusados de todo tipo de brutalidades com fins propagandísticos, tiveram um efeito negativo na percepção das atrocidades cometidas entre 1939 e 1945, sobretudo em relação ao holocausto. Foi uma época marcada por verdades que eram percebidas como falsas devido ao grande número de fake news espalhadas (SILVA, 2019, p. 9).

De forma que o *fake news*, e todo tipo de boato e informação falsa, tem duas dimensões diferentes, a primeira delas é avaliar quando quem compartilha é apenas uma vítima, que foi enganada pela notícia falsa, e quando quem compartilha e cria possui a intenção de enganar e divulgar informações falsas que podem denegrir a reputação de terceiros.

As *fakes news* objetivam, normalmente, gerar desinformação, polêmica e desconforto em torno de uma situação ou pessoa, menosprezando a imagem da vítima, buscando confundir os eleitores e todas as pessoas. Como as notícias falsas acabam sendo apelativas, dramáticas e polêmicas, são facilmente compartilhadas e conseguem ter mais repercussão na sociedade do que as verdadeiras, especialmente quando não há senso crítico por parte do receptor (NIGRI, 2019).

O fenômeno das fake news se mostra mais difícil de controlar em face a uma paisagem informativa povoada de canais do conservadorismo de direita e a um modelo de negócios em que as mídias sociais priorizam a conexão entre usuários em detrimento de empresas, sem mensuração da qualidade informativa. A livre circulação de ideias passou a ser exercida sem contrapeso editorial e mensagens políticas antidemocráticas ganham visibilidade pública online se populares elas forem. Ainda, sobre o tema:

Historicamente o antissemitismo foi um terreno fértil para plantar mentiras. A Inquisição se aproveitava dele e ao mesmo tempo o estimulava. Na maioria das lendas antissemitas é fácil identificar como as mentiras são forjadas. Seguindo essa linha, foram convocados concursos literários sobre o tema, e a Inquisição distribuiu panfletos anticristãos, supostamente escritos por judeus, que tinham sido integralmente falsificados para agitar e convencer o povo. Aquele processo baseou-se em provas inverídicas e violava normas (ALLCOTT; GENTZKOW, 2017, p. 7).

Como já mencionado, nos deparamos com diversos casos de manipulação e alastramento de notícias falsas no decorrer da história, um dos exemplos claros, é o das eleições presidenciais brasileiras de 1945, onde as rádios de Hugo Borghi, empresário agroindustrial do algodão e político, atribuíam falas ao candidato favorito, Brigadeiro Eduardo Gomes, que ele nunca teria dito.

De acordo com Lorens (2021, on-line): “o grupo adversário usou a disseminação da frase como um dos instrumentos que, no final, resultaram na vitória de Gaspar Dutra. Apesar da tunga na democracia, eram outros tempos e “o que passou, passou”. Meyer-Pflug (2019, p. 3) ressaltou que muito antes da era da internet e das novas tecnologias:

Já existiram muitos conflitos que se iniciaram e difundiram-se através da disseminação dessas fake news. Essas notícias eram repassadas através de escritos, cartas, boatos que corriam de boca a boca e por tabloides e impressos. Com o advento do jornalismo, o acesso a essas notícias falsas chegava a mais pessoas, pois era propagada através de jornais e programas televisivos, que acabavam dando credibilidade ao que estava sendo retratado, mesmo que inverídico (MEYER-PFLUG, 2019, p. 3).

Entretanto, após o advento da internet, as redes sociais ganham papel de destaque na disseminação das notícias falsas, principalmente pelo fator já mencionado acima: a rapidez da disseminação aliada à não checagem dos fatos. Como explicam Chen, Conroy e Rubin (2015, p. 16): “Em redes sociais como o *Facebook*, um artigo do *The New York Times* se apresenta da mesma forma que um artigo do *The Onion*, e qualquer um pode vir com o endosso do amigo que o compartilhou”.

As pessoas confiam primeiramente no próprio julgamento das fontes e da mensagem para atestar a veracidade de um conteúdo. Quando isso não se mostra suficiente, buscam-se fontes externas para tentar essa autenticação, sejam elas interpessoais ou institucionais. Nesse processo, o volume de partilhas e o potencial de se tornar viral são comuns e vistas como um termômetro da autenticidade dos conteúdos e não somente a popularidade (FARIAS, 2004). Diante disso tudo, com a motivação de influenciar alguns nichos (saúde, segurança, educação, eleições, dentre outras), o assunto ganhou importância tendo em vista que sua criação e divulgação tem efeitos catastróficos para o Estado Democrático de Direito.

### **3.3 LIBERDADE DE EXPRESSÃO EM MEIO DIGITAL: PARADIGMAS ÉTICOS E LIMITAÇÕES LEGAIS**

Nas situações em que há o reconhecimento da responsabilidade dos provedores pela publicação de conteúdo impróprio, com o conseqüente arbitramento de indenização por danos morais, os provedores costumam discutir o caráter exorbitante ou desproporcional da condenação. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considera que, para fatos anteriores à publicação do Marco Civil da Internet, Lei 12.965/2014, a responsabilização dos provedores de aplicação por veiculação de conteúdo ofensivo não depende de notificação judicial, bastando ficar demonstrado que houve ciência acerca da informação lesiva e que esta não foi retirada em prazo razoável (BRASIL, 2014).

O entendimento foi aplicado pela Quarta Turma ao julgar recurso na demanda entre um provedor e uma jovem que se sentiu ofendida por publicações na internet. A empresa sustentou haver precedente do STJ (REsp 1.512.647) no sentido de que o provedor de aplicação precisa ser notificado judicialmente para que se configure alguma responsabilidade pela veiculação de conteúdo ofensivo, nos termos do Marco Civil da Internet (BRASIL, 2014).

CONFIGURADO. DANOS MATERIAIS. COMPROVAÇÃO. NOTIFICAÇÃO PRÉVIA PELO OFENDIDO QUANTO AO ILÍCITO, RESPONSABILIDADE DO ADMINISTRADOR DO SITE DE RELACIONAMENTOS RECONHECIDA. INDENIZAÇÃO DEVIDA. OBRIGAÇÃO DE FAZER. CABIMENTO. DESNECESSIDADE DE INDICAÇÃO PELO OFENDIDO DAS URL'S DAS PÁGINAS. O provedor de internet, administrador do site de relacionamentos, ao permitir a criação de comunidades e perfis, bem como a divulgação de informações e comercialização de produtos e serviços, responde pelos danos causados a usuários ou terceiros, quando previamente comunicado pelo ofendido quanto aos ilícitos praticados por usuários e não toma qualquer providência, como ocorreu na hipótese. Não havendo provas da configuração de um legítimo dano moral, com o efetivo abalo da reputação da empresa ofendida e o conseqüente prejuízo comercial, indevida é a indenização pretendida a esse título. Comprovados os danos materiais suportados pela empresa ofendida, decorrentes da venda ilícita de sua obra, deve ser o provedor de internet condenado na reparação respectiva, assim como deve ser condenado na obrigação de fazer concernente à retirada dos conteúdos lesivos dos sítios por ele administrados, independentemente da indicação pelo ofendido dos IP's e URL's das páginas, na medida em que tais dados devem ser registrados pelo próprio provedor/administrador (RECURSO ESPECIAL Nº 1.512.647 - MG (2013/0162883-2)).

Outro importante ponto destacado é a forma de responsabilização das empresas que veiculam conteúdos gerados por terceiros. De acordo com o ministro, a jurisprudência do STJ se firmou no sentido de que os danos morais resultantes de mensagens ofensivas inseridas por usuário não constituem risco inerente à atividade dos provedores de conteúdo, de forma que não é aplicável a eles a responsabilidade objetiva prevista no artigo 927, parágrafo único, do Código Civil de 2002 (BRASIL, 2002).

O provedor de acesso responde por danos causados em razão da má prestação do serviço de conexão, independentemente da existência de culpa; todavia poderá alegar existência de causa excludente de responsabilidade prevista no art. 14, § 3º, do CDC. Quando a má prestação do serviço decorrer de fato exclusivo do consumidor, fato de terceiro, desde que não fornecedor de componentes incorporados ao serviço, ou em razão de força maior, o provedor de acesso não será responsabilizado civilmente por danos causados ao usuário.

A responsabilidade civil dos provedores de informação, ou seja, toda pessoa natural ou jurídica responsável pela criação das informações veiculadas pelos provedores de conteúdo, não enseja muitas dúvidas ou discussões. Tal espécie de provedor representa, na maioria das vezes, o efetivo autor do ato ilícito. Assim, será obrigado a ressarcir patrimonialmente os danos causados o efetivo causador das lesões aos direitos da personalidade no âmbito digital.

A relação entre o direito à liberdade de expressão e os direitos à privacidade, à honra e à imagem deve ser realizado diante das situações concretas envolvendo conflitos no meio virtual. A regra é o usuário infrator ser responsabilizado civilmente por ilícitos praticados no

âmbito digital, no entanto, em determinadas situações, os provedores de redes sociais poderão ser responsabilizados solidariamente.

CONSTITUCIONAL, CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE CONHECIMENTO. OBRIGAÇÃO DE FAZER CUMULADA COM INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. REMOÇÃO/EXCLUSÃO DE CONTEÚDO PUBLICADO EM PERFIL DA REDE SOCIAL "FACEBOOK". VIOLAÇÃO DA INTIMIDADE. FOTOS ÍNTIMAS. IMAGENS E COMENTÁRIOS. VEICULAÇÃO OFENSIVA. ATO ILÍCITO. LIBERDADE DE EXPRESSÃO. EXTRAPOLAÇÃO. PROVEDOR DE APLICAÇÕES DA INTERNET. RESPONSABILIZAÇÃO PELA AUSÊNCIA DE CONTROLE DO CONTEÚDO HOSPEDADO. IMPOSSIBILIDADE. CONTROLE PRÉVIO. INEXISTÊNCIA. PRESERVAÇÃO DA NATUREZA DO SERVIÇO. NECESSIDADE. PODER DE EXCLUSÃO E IDENTIFICAÇÃO DA AUTORIA. IDENTIFICAÇÃO. OBRIGAÇÃO RESTRITA. SOLICITAÇÃO DE EXCLUSÃO DE CONTEÚDO OFENSIVO OU DESCUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÃO JUDICIAL. INEXISTÊNCIA. ATO ILÍCITO IMPUTÁVEL AO PROVEDOR. INEXISTÊNCIA. "MARCO CIVIL" DA INTERNET. LEI Nº 12.965/12, ART. 19. DANO MORAL. FATO GERADOR. NEXO CAUSAL. INOCORRÊNCIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. MAJORAÇÃO DA VERBA ORIGINALMENTE FIXADA. SENTENÇA E APELO FORMULADOS SOB A ÉGIDE DA NOVA CODIFICAÇÃO PROCESSUAL CIVIL (NCPC, ART. 85, §§ 2º E 11). SENTENÇA MANTIDA. Apelação conhecida e desprovida. Honorários sucumbenciais recursais fixados. Unânime. (Acórdão n. 1005977, Relator Des. TEÓFILO CAETANO, 1ª Turma Cível, Data de Julgamento: 22/3/2017, publicado no DJe: 29/3/2017).

O provedor de aplicações de internet "somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos de conteúdo gerado por terceiros se, após ordem judicial específica, não tomar as providências para tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente.

Em seu artigo 19, o Marco Civil da Internet dispõe que a responsabilidade civil dos provedores de aplicações de internet é de natureza subjetiva e oriunda do não cumprimento da ordem judicial que determinou a exclusão ou a indisponibilidade de determinado conteúdo (BRASIL, 2014).

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 LIMITAÇÕES AO DIREITO DE EXPRESSÃO**

Mesmo sendo um direito fundamental, assegurado por lei constitucional, a liberdade de expressão possui suas limitações. Dessa forma, as restrições ao exercício da expressão podem advir de diversas fontes, destacando-se os direitos à vida privada, honra e imagem (previstos no inciso X do art. 5º da CF/88), à liberdade de consciência e crença religiosa (inciso VI), a utilização indevida de conteúdos protegidos pelo direito autoral (Lei nº 9.610 de 98 e proteção



constitucional da propriedade) e ofensa ao princípio de dignidade da pessoa humana. Nesse diapasão fica compreendido que o resguardado direito ao exercício de liberdade de expressão previsto no art. 5º, inciso IV, sem a devida observância das demais garantias tuteladas pela Constituição Federal vir a se chocar com os direitos de ordem constitucional, passíveis de impor o afastamento da tutela da liberdade (BRASIL, 1988).

Não se pode optar pela liberdade de expressão quando essa entra em conflito com questões de ordem subjetiva do indivíduo, a exemplo da honra. Nas ações em que ocorra dano à integridade moral de outrem ou ao seu patrimônio não será reconhecida como mero exercício de direito, mas como ato ilícito ou ainda como abuso de direito. Os atos de racismo, discursos de ódio, a pedofilia e tantas outras manifestações podem ser restringidas sob pena de considerar criminoso quem as propague (NIGRI, 2019).

Para Venosa (2017) na sociedade contemporânea, com o advento das redes sociais, que a todo momento faz a mediação entre os pares, é que se efetiva uma das características próprias do meio eletrônico que é a veiculação maciça de informações, arquivos e opiniões de forma imediata e pública, permitindo assim a ciência de certo fato a um número verdadeiramente indeterminado de pessoas. Isso pode trazer prejuízos aos usuários da rede mundial de computadores, no sentido de ter seus dados íntimos, como fotos, conversas, revelados e distribuídos a um grande contingente de pessoas. É nessa regulação e disciplinamento de comportamentos que ocorre a limitação ao direito de liberdade de expressão.

Já foram noticiados inúmeros casos de pessoas famosas, com repercussão nacional de arquivos vazados, fotos nuas, conversas entre políticos, isso fez ressurgir o dilema até então ignorado quanto a regulação das relações dos usuários de internet. Nesse sentido é que ocorre a promulgação de leis e dispositivos legais para coibir a lesão aos direitos da personalidade por meio de expressões realizadas pela internet (PEREIRA, 2018).

O cenário tecnológico atual é complexo e possui um vasto campo de atuação, o que dificulta sua regulação por meio de uma lei que seja realmente eficaz e plenamente obedecida. O que se verifica é a impossibilidade de elencar todos os casos pelos quais determinado ato realizado na web pode ensejar a responsabilidade civil por danos morais (VENOSA, 2017).

A limitação ao direito de expressão na internet ocorre na medida em que se considera a virtualidade enquanto elemento abstrato, pois não se sabe a identidade real do seu usuário, isso acaba afastando a eficácia dos direitos protegidos pela legislação. É curioso notar que as condutas oportunizadas pelo meio eletrônico variam em tempo e espaços, pois apresentam-se na forma de fotografias, documentos, textos e tantas outras nuances direcionadas à comunidade de internautas. Além disso ainda há outro agravante, pois além do texto escrito, em linguagem

verbal ou não-verbal, há a possibilidade de se comunicar por intermédio de chamadas de voz e vídeo com outros usuários (GAGLIANO, 2018).

Por tudo que vem sendo exposto é que se demonstra a impossibilidade de solucionar com rapidez os crimes midiáticos, valendo a máxima de que prevenir é melhor do que remediar. Essa prevenção é justamente efetivada por meio da limitação da liberdade de expressão. Porém, vale apontar algumas das discussões mais pertinentes à matéria de danos morais na internet, considerando os direitos que mais frequentemente são alvo de ofensas (DONI JÚNIOR, 2019).

Nessa perspectiva é que há o entendimento pautado em que a privacidade e intimidade sejam entendidas enquanto sinônimas. É certo que, o direito à intimidade está delimitado no direito à vida privada, enquanto que o direito à privacidade teria por objeto os comportamentos e acontecimentos atinentes aos relacionamentos pessoais em geral, às relações comerciais e profissionais que o indivíduo não deseja que se espalhem ao conhecimento público, entre outros aspectos (BOBBIO, 2017).

A internet pode ferir o direito à liberdade de expressão pois sua efetiva atuação pode causar inúmeros danos à população. É expressivo o potencial lesivo da web para esta faculdade do sujeito, tendo como eixo condutor a possibilidade de inserção de detalhes íntimos e privados de sua vida pessoal na internet, pelo fato expressivo de não representarem qualquer relevância ao interesse público, podem, de outra forma, causar uma lesão que seja representativa na sujeição de determinado indivíduo, o que conseqüentemente, vigora em direitos a ressarcimento, ou seja, a danos extrapatrimoniais (BRASIL, 2002).

A internet não é uma terra sem lei, tendo em vista que para haver a utilização dos mais variados serviços de internet é preciso que o usuário faça o devido cadastro de informações ligada ao seu perfil, efetivando-se inclusive um caráter pertinentes a seus interesses pessoais e comerciais por meio do histórico de navegação, utilizados frequentemente por provedores e corporações para suas práticas comerciais, demonstrando um frequente desrespeito na web para com o direito de determinada pessoa manter privada sua vida:

Cria-se a cultura da auto exposição na *web*. Para se sentirem ‘digitalmente incluídas’ na sociedade de informação, algumas pessoas colocam-se em evidência temerária, alimentando o firme propósito de serem ‘localizada’ na rede mundial de computadores por meio de motores de busca como o Google, Yahoo e Cadê, que levam às páginas nas quais detalhadas informações revelam seu perfil. Enfim, a internet, além de facilitar a violação da privacidade por terceiros, induz o usuário inconscientemente à auto exposição exagerada (VIEIRA, 2018, p. 96).

Pelo exposto fica compreendido que há um conjunto de regras na web que regula a participação do usuário na medida em que este atua para resguardar sua imagem, mas também ser recíproco quanto aos seus pares. O que se propõe é que haja respeito múltiplo no sentido de vigorar regras de bom senso, sendo refletido os limites impostos à liberdade de expressão.

O inquérito 4781 que ficou popularmente conhecido como inquérito das *fake news*, ou notícias falsas, o qual foi instaurado pela pela Suprema Corte Brasileira, com vistas a apurar possíveis atos caluniosos e difamatórios contra seus membros e a suas respectivas honras. Em linhas gerais o seu teor continha a seguinte descrição:

O presidente do Supremo Tribunal Federal, no uso de suas atribuições que lhe confere o Regimento Interno, considerando que velar pela intangibilidade das prerrogativas do Supremo Tribunal Federal e dos seus membros é atribuição regimental do Presidente da Corte (Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, artigo treze, inciso um), considerando a existência de notícias fraudulentas (*fake news*), denúncias caluniosas, ameaças e infrações revestidas de animus *calumniandi*, *diffamandi* e *injuriandi*, que atingem a honorabilidade e a segurança do Supremo Tribunal Federal, de seus membros e familiares, RESOLVE, como resolvido já está, nos termos do artigo quarenta e três e seguintes do Regimento Interno, instaurar inquérito criminal para apuração dos fatos e infrações correspondentes, em toda a sua dimensão. Designo para a condução do feito o eminente Ministro Alexandre de Moraes que poderá requerer à Presidência da Corte a estrutura material e de pessoal que entender necessária para a respectiva condução (GLEDMAN, 2020, p. 311)

O inquérito policial também tem como característica ser inquisitivo, isso se explica pelo fato de que esse é presidido pela autoridade policial e que não emprega a concessão do direito ao contraditório e ampla defesa. O art. 5º, LV, da Constituição, que trata dos princípios fundamentais do contraditório e da ampla defesa, dispõe que “aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes;” (BRASIL, 1988).

Na data de 14 de março de 2019 o atual presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, ao tomar conhecimento de possíveis notícias falsas difundidas em redes sociais contra a corte, notícias essas que seriam caluniosas, ameaças e infrações revestidas de animus *caluniandi*, *diffamandi* e *injuriandi*, que atingiriam os membros do tribunal e seus familiares (GLEDMAN, 2020).

É importante esclarecer que não há acusação formal nessa fase pré-processual, não sendo possível atribuir ao investigado a condição acusado ou litigante. Além disso, o inquérito policial é um procedimento administrativo, e não um processo. Com efeito, não se vislumbra a natureza de processo no inquérito policial, uma vez que dele não decorre diretamente nenhuma sanção. Por esses motivos, não há óbice constitucional à natureza inquisitiva do inquérito, não incidindo sobre ele os princípios estabelecidos no art. 5º, LV, da Constituição.

Não havendo a necessidade de provocação, ou impulso, o inquérito também tem a característica da oficiosidade. Essa característica está prevista no art. 5º, I, do CPP, que dispõe que o inquérito policial será instaurado de ofício nos crimes de ação penal pública incondicionada:

Art. 5º Nos crimes de ação pública o inquérito policial será iniciado:

I - De ofício;

II - Mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo. (BRASIL, 1988).

Isso significa que, para esses tipos de crime, há obrigatoriedade de instauração do inquérito *ex officio*, independente de provocação. Frise-se que a oficiosidade se refere aos crimes de ação penal pública incondicionada. Nos crimes de ação penal pública condicionada ou de ação penal privada, o inquérito depende de provocação da vítima para ser instaurado.

A dispensabilidade é uma característica inerente ao inquérito, porque o titular da ação penal pode se utilizar de outros meios investigatório ou outros elementos de informação.

Segundo aponta Capez (2018) sobre as características do inquérito, ele é unidirecional. Significa dizer que o inquérito policial possui a única finalidade de apuração de autoria e materialidade delitiva, não sendo cabível que a autoridade policial emita juízo de valor sobre a investigação. O direcionamento do inquérito é o Ministério Público (MP), que é o seu destinatário imediato e a quem compete valorar os fatos apurados.

Para Silva, (2019) o princípio da liberdade de expressão vai muito além de expor uma opinião ou um sentimento publicamente, mas no direito do ser humano se expressar de forma independente sobre qualquer assunto, sem que este, esteja necessariamente vinculado à verdade. Logo, esse direito vem sendo praticado na atualidade de forma distinta e inovadora de quando foi positivado na Constituição Federal, sendo que atualmente uma mensagem publicada nas redes sociais, embora dita como liberdade de expressão pode atingir um enorme número de pessoas.

Em contrapartida, dado o novo modo de interação social, surgiram novos conflitos que dão origem atualmente a lides que estão sendo enfrentadas pelo Estado Democrático de Direito e pelo Poder Judiciário, os quais vêm atuando em situações muito peculiares e antes desconhecidas, as quais surgiram com o uso apurado das novas tecnologias (MASCHIO, MALAVOLTA, 2019).

Importante frisar, que até o presente momento não há legislação específica para esse tipo de conflitos que surgem no âmbito da internet e tampouco que limite o direito de liberdade

de expressão, ao passo que para ingressar e julgar essas demandas, os advogados e o Poder Judiciário tende a se socorrer na jurisprudência, na análise peculiar de cada caso e nas doutrinas, ainda que muito novas sobre o assunto, o que demonstra de forma cristalina a insegurança jurídica que ainda perdura sobre a temática.

APELAÇÕES. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ALEGAÇÃO DE OFENSAS EM REDESOCIAL (FACEBOOK). DEVER DE INDENIZAR INOCORRENTE. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA REFORMADA. AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE. A manifestação do demandado, dentro do contexto de discussão e críticas que estavam ocorrendo em razão da postagem realizada pela autora, não se afiguram capazes de causar ofensa aos atributos da personalidade da demandante. Não há dúvidas que a discussão envolvendo a postagem da autora tomou proporção maior do que se esperava. Contudo, esta é uma consequência da exposição nas redes sociais. As manifestações e a repercussão destas são consequências do conteúdo publicado pelo usuário das redes sociais. Tal fato é previsível e é necessário que a pessoa que publica um conteúdo esteja preparada para isso. Hipótese em que a publicação na redesocial e o respectivo comentário não extrapolou o direito à liberdade de expressão, não se mostrando possível que meros dissabores sejam rotulados como agressão a atributos da personalidade, circunstância que afasta o dever de indenizar. Sentença de procedência reformada para julgar improcedente a ação. APELAÇÃO DO RÉU PROVIDA. RECURSO DA AUTORA JULGADO PREJUDICADO. (Apelação Cível Nº 70080498587, Nona Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Eduardo Kraemer, Julgado em 12/06/2019).

O julgado acima trata-se de Recurso de Apelação de uma ação indenizatória por danos morais interposta pela parte autora em razão deste ser advogada e, ao se manifestar na qualidade de procuradora de umas das partes envolvida numa discussão no *Facebook*, foi injuriada pelo réu, sendo ofendida sua reputação profissional, na medida em que foi dito que não possuía conhecimento jurídico.

Através dessa análise bem como, de outros acórdãos sobre a temática analisados e julgados nos anos anteriores, se observou que a cada ano crescem os casos trazidos sob juízo do poder judiciário, o qual não mais raramente está decidindo quando ocorre ou não o abuso do direito praticado nas redes sociais (LORENZETTO, 2020).

Em síntese, o caminho adotado pelo Brasil, que aceita as restrições à liberdade de expressão voltadas ao combate do preconceito e da intolerância contra minorias estigmatizadas, parece-nos correto, tanto sob o ponto de vista jurídico como moral. Os agentes políticos representam a vontade do Estado e o de interesse público de garantia do bem-estar social, não admitindo que a vontade da maioria exclua a existência da minoria, se sobrepondo aos princípios fundantes de um Estado Democrático de Direito (LORENZETTO, 2020).

No momento em que o judiciário deixa de punir tais parlamentares, endossa o discurso social que naturaliza o ódio, a desigualdade, marginalização e segregação contra as minorias

sociais vulneráveis, dogmatizando o instituto da imunidade parlamentar e permitindo que o parlamento seja um espaço de reprodução de ideais misóginos, machistas, xenófobos, homofóbicos e racistas.

De acordo com Silva (2019) institucionalizar o discurso de ódio na esfera parlamentar é o mesmo que legitimar a ofensa aos direitos humanos e os direitos fundamentais, especialmente a dignidade humana, direito à igualdade, princípio da não-discriminação e liberdade de expressão. Os critérios que justificam o regular direito à fala livre para o discurso parlamentar são o exercício da liberdade de expressão, de modo a não tornar o interlocutor e seus destinatários invisíveis e em posição de desigualdade e exclusão.

O fato é que essa com esse protagonismo do Supremo Tribunal Federal (STF), ocorreram consequências práticas muito relevantes e facilmente observáveis no atual momento do Brasil: em primeiro lugar, a Corte deixou de existir no relativo ostracismo que historicamente sempre habitou para se tornar objeto do mais intenso interesse social e midiático (MASCHIO, MALAVOLTA, 2019)

Cabe ainda destacar que logo de início, porém, a instauração do inquérito provocou acalorado debate nos meios jurídicos, pelo simples fato de que os atos constitutivos da investigação contrariavam as mais elementares noções constitucionais, legais e regimentais atinentes à matéria. Fernando Henrique de Moraes Araújo e Aluísio Antônio Maciel Neto, por exemplo, publicaram um detalhado estudo do caso no qual apontaram a ocorrência de várias violações à ordem jurídica, cada uma delas capaz de levar, sozinha, à nulificação de todo o processo e das provas nele produzidas.

Diversas questões foram suscitadas no sentido de ilustrar a possibilidade de se declarar a inconstitucional na investigação instaurada pelo ministro Dias Toffoli. Em resumo, o Supremo Tribunal Federal (STF) teria aberto um inquérito e atribuído a si mesmo a competência investigativa, usurpando a competência institucional do Ministério Público (MP), que não figuraria sequer como participante do inquérito (LORENZETTO, 2020).

O argumento usado seria de que havia uma diferenciação na competência entre o STF e o MPF se evidenciava com a instauração do inquérito e ao longo das decisões da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental 572 que julga a constitucionalidade da portaria que instaurou o inquérito.

Na análise da relação entre os poderes no Brasil, a constituição cidadã deu destaque especial ao MP enquanto agente fiscalizador dos Poderes Públicos e um importante garantidor, portanto, do controle recíproco entre os poderes. Essa característica do MP efetivando o sistema

de freios e contrapesos torna a análise do caso concreto ainda mais relevante (GLEDMAN, 2021).

Os últimos anos no país são marcados pelo crescimento do fenômeno do ativismo do STF, fruto de uma crise de legitimidade e da omissão do poder legislativo perante temas relevantes. Sem dúvida, as políticas de combate às notícias falsas e ataques às instituições do Estado democrático de direito permanecerão nas manchetes dos jornais em meio a um momento de severa crise política nacional. Assim, a compreensão da efetividade dos mecanismos para combate às *fake news* permanecerão sendo relevantes para a análise de nossa ainda tão frágil democracia.

## 4.2 DA PROTEÇÃO AOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

A partir do que consagra a CF/88 é garantido por lei o direito à expressão livre, autônoma e ponderada do indivíduo, que interage no contexto social com intuito de se comunicar com os seus pares, haja vista o ser humano ser comunicativo por excelência. Dessa forma:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação (BRASIL, 1988).

Diante dessa perspectiva, cabe o entendimento de que os cidadãos são livres para expressar seus atos, sem haver distinção entre qualquer categoria, contanto que sejam respeitados os limites estabelecidos em lei. A Carta Magna vigente assegura a proteção à imagem, como também deixa claro que a liberdade de expressão é algo firmado em lei maior e que concebe ao indivíduo a garantia de que esse venha a realizar atos, fatos, ações que sejam pertinentes aos seus sentimentos, sendo assim, expressão vida de sua vontade, já que o Brasil é um estado democrático de direito.

A expressão é vontade livre de manifestação do pensamento, estado de espírito que transborda a cada atitude, fala ou gesto (BOBBIO, 2018). No que se refere aos tratados internacionais é preeminente observar que a Declaração dos Direitos Humanos consagra que é inviolável a vida privada de cada pessoa, dessa forma, fica assegurado o acesso à informações,

e o total sigilo de dados pessoais que violem características subjetivas como honra, caráter e personalidade.

Na perspectiva de Capra (2019) é válido entender que a privacidade de cada pessoa tem uma conotação tão singular, e sua importância está respaldada na construção da personalidade do ser mediante sua trajetória de vida. Nesse sentido é preciso observar com cautela tudo que é veiculado ao público, pelo fato dessas informações constituírem fatos de suma relevância, pois ao passo que elas influenciam na interação social também pode ser irreversível, pois uma vez divulgada, tem uma proporção gigantesca de repercussão.

Para Dias (2019) falar sobre privacidade e liberdade de expressão na internet é levar em consideração os processos de modernização, por excelência instituídos ao longo das últimas décadas. Nesse sentido, constata-se na atualidade, com o incremento dos processos tecnológicos, a presença constante de variados instrumentos de escuta, internet, fotografias por satélite e instituições que armazenam dados privados, que são capazes de veicular dados e disponibilizar informações para o mundo inteiro em frações de segundo, sabendo que a segurança de tais elementos não possui total segurança, o que preocupa a grande maioria das pessoas que navegam na rede. A multiplicação dos casos de quebra do direito de privacidade fez com que a Constituição de 1988 adotasse uma proteção a esses direitos.

Pelo exposto, vale ressaltar a inerente angústia dos usuários da internet, pelo fato de que o direito à privacidade não é absoluto, relegando-se a regra máxima de que, nos casos em que conflitam interesses de ordem pública, versus de origem pessoal, sempre prevalecerá a coletividade, até porque se trata de um direito de interesse geral (GAGLIANO, 2019).

Mesmo mediante esse cenário de inseguranças e incertezas, a lei constitucional, os dispositivos legais regulam que, naqueles casos em que o cidadão é violado e tem agredido o seu mundo íntimo, atingindo aspectos subjetivos como honra, vida privada, sem que haja o devido consentimento do mesmo, é assegurado a tal indivíduo inquirir o Poder Judiciário por intermédio de ação indenizatória por danos materiais ou morais causados pela ação de terceiros (BRASIL, 2002).

De acordo com Gonçalves (2019) é notório em nossa sociedade a circunstância fática em que um cidadão tenha violada a sua intimidade, ou aspectos da vida privada e isso repercute, necessariamente no acionamento da justiça, em prol de resultados plausíveis para solução do conflito. Ainda nesse sentido, Ferreira (2018) assevera que, mais precisamente em seu art. 5º, a Constituição Federal, regula os direitos fundamentais coletivos exemplificados por meio da liberdade de manifestação do pensamento no seu inciso IV, bem como assegura de maneira efetiva o direito de acesso à informação no inciso XIV (BRASIL, 1988).



Isso vem corroborar com a premissa de que o sujeito tem resguardado no bojo da legislação nacional a sua livre expressão e autonomia do pensamento, sendo capaz e incentivado a expressar-se por meio de eventos como a criação, a expressão, sendo significativa a divulgação da informação, como eixo condutor de propagação. Tudo isso passa a ser vigorado em repúdio à censura ou qualquer tipo de restrição, já que a liberdade de expressão e pensamento são considerados como integrantes da dignidade da pessoa humana e dizem respeito às garantias e faculdades primordiais de todos os cidadãos. Diante disso vale acrescentar que:

O Estado democrático defende o conteúdo essencial da manifestação de liberdade, que é assegurado tanto sob o aspecto positivo, ou seja, proteção da exteriorização da opinião, como sob o aspecto negativo, referente à proibição de censura. Incluem-se na liberdade de expressão faculdades diversas, como a de comunicação de pensamentos, de ideias, de informações e de grau de expressões não verbais (comportamentais, musicais, por imagem, etc.). O grau de proteção que cada uma dessas formas de se exprimir recebe costuma variar, mas, de alguma forma, todas elas estão amparadas pela Lei Maior (BRANCO, 2017, p. 148)

Mediante tal assertiva fica evidenciado que a liberdade de expressão é um direito consagrado por lei, tendo assim o sujeito, total autonomia para se expressar, para comunicar-se com seus pares numa perspectiva interativa. O que ao mesmo tempo traz preocupações nessa sociedade midiática, onde as pessoas injetam na rede mundial de computadores inúmeras informações de maneira, muitas vezes, indiscriminada.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Consoante delimitado na introdução, a liberdade de expressão é um direito fundamental do indivíduo, assegurado pela Constituição Federal, contudo, esse preceito não pode ser praticado de forma irrestrita na contemporaneidade, junto às redes sociais ou qualquer outro veículo de comunicação.

Dito isso, para cumprir de forma integral os objetivos traçados nesse artigo ficando imprescindível reafirmar que a liberdade de expressão deixa de ser um exercício legal e democrático quando põe em risco ou fere os direitos de personalidade de outrem de forma direta e específica, que o identifique, de forma pública, trazendo grande repercussão negativa para a vida deste.

Mesmo diante das facilidades trazidas através da sociedade em rede e das redes sociais, permitem a livre opinião do indivíduo sem análise prévia, em contrapartida acabam permitindo que tais publicações sejam disseminadas de forma fácil, rápida e alcançando um enorme número de pessoas em um curto período de tempo, o que pode trazer danos enormes para o ofendido de forma cada vez mais acelerada.

Dessa forma, essas publicações podem ter reflexos substanciais na vida privada do ofendido, que em menos de 24 horas pode ter sua imagem, honra e dignidade ofendidos perante toda sociedade, o que causa um conflito gritante entre o ativismo digital, a liberdade de expressão e o abuso do direito.

A má utilização das redes sociais violando a honra e a integridade moral serão caracterizadas como ilícitas, configurando o dever de indenizar. Em casos de ofensas à honra do sujeito, caberá ao ofensor o dever de reparar o dano moral e não ao provedor de internet. Este responderá apenas subjetivamente e solidariamente caso permaneça inerte diante de ordem judicial.

O discurso de ódio é um tipo de violência pautado na intolerância a diferenças culturais, religiosas, étnicas, orientação sexual e posicionamento político, entre outros. Ele sempre está muito vinculado à utilização de palavras. Na internet, caracteriza-se pelo conteúdo segregacionista, fundado na dicotomia da superioridade do emissor e na inferioridade do atingido (a discriminação), e pela externalidade, ou seja, existirá apenas quando for dado a conhecer a outrem, que não o próprio emissor.

Ao final desse estudo fica concluído que o Poder Legislativo deve constantemente se adaptar as modernizações sociais e adequar a legislação no sentido de discorrer expressamente sobre os limites da liberdade de expressão nas redes sociais, aos casos concretos, para combater a propagação do discurso de ódio.

## REFERÊNCIAS

ALLCOTT, HUNT, and MATTHEW GENTZKOW. 2017. "**Social Media and Fake News in the 2016 Election.**" *Journal of Economic Perspectives*, 31 (2): 211-36.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** Rio de Janeiro: Campus, 2018.

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet. Curso de Direito Constitucional, Atlas. São Paulo, 2016.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do.** Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. São Paulo, cap. III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, Saraiva,2019.

BRASIL, **Lei nº 10.406** de 10 de janeiro de 2002. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Acesso em: outubro de 2022.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2019.

CORRÊA, Gustavo Testa. **Aspectos jurídicos da Internet**. São Paulo: Saraiva, 2018.

CIDH. DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS SOBRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO. Disponível em: <https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/s.convenc>. Acesso em: outubro de 2022.

DIAS, Sérgio Novais. **Responsabilidade Civil do Advogado: A Perda de Uma Chance**. São Paulo: LTr, 2019

DINIZ, Maria Helena de. **Curso de Direito Civil Brasileiro-Responsabilidade**. Saraiva, São Paulo, 2017.

DONI JÚNIOR, Geraldo. **Responsabilidade Civil do Advogado e a Ética no Exercício da Profissão**. Curitiba: Juruá, 2018.

FARIAS, Edilsom. **Liberdade de Expressão e Comunicação**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

FERREIRA, Pinto. **Comentários à Constituição Brasileira**, vozes, Rio de Janeiro, 2018.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**, São Paulo: Saraiva, 2019.

GAGLIANO, Pablo Stolze. **Novo Curso de Direito Civil**. Saraiva, São Paulo, 2019

GLEDMAN, Wilson. **Por 10 votos a 1, STF decide que inquérito das fake news deve continuar**. [g1/politica](https://g1.politica). Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/ao-vivo/stf-julgamento-inquerito-das-fake-news.ghtml>. Acesso em novembro de 2022.

LAKATOS, E. M.; Marconi, M. de A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. 5. reimp. São Paulo: Atlas, 2007.

LORENS, Evandro. Fake news e desinformação: uma ameaça à democracia. **Correio Braziliense**, [S. l.], 9 abr. 2021. opinião. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/opiniaod/2021/04/4917137-artigo-fake-news-e-desinformacao-uma-ameaca-a-democracia.html>. Acesso em: 18 mar. 2022.

LORENZETTO, Bruno Meneses; PEREIRA, Ricardo dos Reis. O Supremo Soberano no Estado de Exceção: a (des) aplicação do direito pelo STF no âmbito do Inquérito das “Fake News” (Inquérito n. 4.781). **Revista Sequência (Florianópolis)**, n. 85, p. 173-203, 2020.

MEYER-PFLUG, Samantha Ribeiro. **Discurso do ódio e democracia: participação das minorias na busca pela tolerância**. 2019. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=e04c14a66e1b2746>. Acesso em: 01 mai. 2022.

NELSON, J. L. Is ‘fake news’ a fake problem?. *Columbia Journalism Review*, p.31, 2017.

MASCHIO, Bianca. MALAVOLTA, Angélica Erbice. **Os limites da liberdade de expressão nas redes sociais:** uma análise do abuso do direito e os seus reflexos na vida privada do indivíduo. UFSM - Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 2019.  
MELLO, Ana Glaucia C. Metodologia de Pesquisa. Palhoça: Unisul, 2006.

MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. **Meio Ambiente:** direito e dever fundamental. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2018

MINAYO, M. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1993.

NELSON, Adriano (2017) **O Impacto do Big Data e dos Algoritmos nas Campanhas Eleitorais.** Disponível em: <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/03/Andreia-Santos-V-revisado.pdf>. Acesso em: novembro de 2022.

NIGRI, Deborah Fisch. **Doutrina Jurídica brasileira:** Crimes e Segurança na Internet. Caixias do Sul: Plenum, 2019.

PEREIRA, Rodrigo Cunha. **Princípios fundamentais norteadores para o direito da família.** Belo Horizonte: Del Rey, 2018.

RIBEIRO, Márcio Moretto; ORTELLADO, Pablo. O que são e como lidar com as notícias falsas. **SUR–Revista Internacional de Direitos Humanos, São Paulo**, n. 27, p. 201, 2018.

RODRIGUES, Silvio. **Direito Civil.** São Paulo: Saraiva, 2018.

SILVA, Isabel Germano Rodrigues. Liberdade de Expressão e seus Limites: o Discurso de Ódio é Tolerável?. **Virtuajus**, v. 3, n. 5, p. 255-273, 2019.

SILVA, S. **Redes Sociais Digitais e Educação.** Revista Iluminart. IFSP, v. 1, p. 36- 46, ago. 2010.

VENOSA, Sílvio de Salvo. **Direito Civil:** direito de família. São Paulo: Atlas, 2017.

VIEIRA, Tatiana Malta. **O Direito à Privacidade na Sociedade de Informação:** efetividade desse direito fundamental diante dos avanços da tecnologia da informação, Editora paz e terra, Rio de Janeiro, 2019.

# **O CÁRCERE MATERNO E OS DIREITOS DA MULHER PRESA NO RIO GRANDE DO NORTE SOB A ÓTICA DAS REGRAS DE BANGKOK**

Micaelle Negreiros Almeida

Francisco Fernando Dias da Silva

Fernanda Soares de Sousa

José Shirley Pessoa do Nascimento

Francicláudio Nato da Silva

## **RESUMO**

As taxas de criminalidade e encarceramento feminino tem aumentado significativamente no país nos últimos anos, sendo necessária a atenção às demandas e necessidades femininas na prisão, sobretudo no que diz respeito à maternidade. Apesar de ser um compromisso assumido também pelo Brasil, as Regras de Bangkok ainda estão longe de serem cumpridas integralmente. Dessa forma, tem-se como objetivo geral da pesquisa: analisar a garantia dos direitos da maternidade no cárcere a partir das Regras de Bangkok. Realizou-se uma pesquisa do tipo quanti-qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, com coleta de dados bibliográfica e documental, através de relatórios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Departamento Penitenciário Nacional, com base nos dados do Estado do Rio Grande do Norte. Constatou-se que enquanto os dados gerais de encarceramento feminino tiveram um aumento, a quantidade de gestantes e lactantes diminuiu. Dada a falta de estrutura para acolhimento da criança nas unidades prisionais, supõe-se que a ausência de filhos mostrada nos relatórios é decorrente da separação da mãe e do filho após o nascimento. Percebe-se que a carência de políticas públicas e falta de estrutura adequada nos estabelecimentos penais contribuem significativamente para o flagrante descumprimento dessas regras previstas, contribuindo para as diversas violações dos direitos humanos inerentes as mulheres presas. Avalia-se como sendo de fundamental importância a estruturação de uma execução penal de forma célere, para que o atingimento de benefícios legais que afastem as mulheres grávidas encarceradas dos estabelecimentos penais, evitando assim, violações a direitos seus e das crianças.

**Palavras-chave:** Maternidade no cárcere. Lei de Execução Penal. Sistema Prisional Feminino.

## **MATERIAL PRISON AND THE RIGHTS OF WOMEN IN RIO GRANDE DO NORTE FROM THE PERSPECTIVE OF BANGKOK RULES**

### **ABSTRACT**

Crime rates and female incarceration have increased significantly in the country in recent years, requiring attention to female demands and needs in prison, especially with regard to motherhood. Despite being a commitment also made by Brazil, the Bangkok Rules are still far from being fully complied with. In this way, the general objective of the research is: to analyze the guarantee of maternity rights in prison from the Bangkok Rules. A quantitative-qualitative, exploratory and descriptive research was carried out, with bibliographic and documentary data collection, through reports from the National Council of Justice (CNJ) and the National Penitentiary Department, based on data from the State of Rio Grande do Norte. It was found that while the general data of female incarceration increased, the number of pregnant and lactating women decreased. Given the lack of structure for childcare in prisons, it is

assumed that the absence of children shown in the reports is due to the separation of mother and child after birth. It is noticed that the lack of public policies and the lack of adequate structure in penal establishments contribute significantly to the flagrant non-compliance with these rules, contributing to the various violations of human rights inherent to women prisoners. The structuring of a speedy criminal execution is considered to be of fundamental importance, so that the achievement of legal benefits that remove pregnant women incarcerated from penal establishments, thus avoiding violations of their and children's rights.

**Keywords:** Maternity in prison. Penal Execution Law. Female Prison System.

## 1. INTRODUÇÃO

Constata-se que a criminalidade vem crescendo a cada dia no Brasil e em todo o mundo, sendo que há um destaque para a incidência de mulheres e adolescentes em práticas delituosas. Percebe-se que é necessária a existência de um sistema carcerário que respeite os direitos dessas mulheres, sobretudo no que diz respeito ao direito à maternidade.

No Brasil, o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres, 2ª edição, desenvolvido pelo Ministério da Justiça e da Segurança Pública, através do Departamento Penitenciário Nacional, analisou que em um período de 16 anos (de 2000 a 2016), a taxa de aprisionamento de mulheres aumentou em 455% no Brasil (SANTOS, 2017).

A quinta edição do estudo intitulado “World Female Imprisonment List” (ou Lista Mundial de Prisão Feminina, em português), desenvolvido pelo Instituto de Instituto de Pesquisa sobre Políticas Criminais em Birkbeck (ICPR), da Universidade de Londres, mostra que em todo o mundo existem mais de 740 mil mulheres e meninas privadas de liberdade. O Brasil ocupa a terceira posição na lista, com cerca de 42.694, ficando atrás dos Estados Unidos (211.375) e China (145.000), nessa ordem (FAIR; WALMSLEY, 2022).

A legislação brasileira, por meio da Lei de Execução Penal em seu art. 41, prevê o respeito à integridade física e moral dos presos condenados e provisórios, sendo reconhecido como direito, entre outros: alimentação suficiente e vestuário; proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação; assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa; e visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados (BRASIL, 2008).

No entanto, conforme avalia Santos (2017), a garantia do direito à visita social depende principalmente de unidades prisionais contarem com ambientes destinados à realização da visita, sendo que o relatório aponta que, nas unidades mistas, a cada 10 estabelecimentos, apenas 3 contam com a infraestrutura adequada ao exercício do direito à visita social da pessoa

presa e, nas unidades femininas 1 em cada 2 unidades não contam com espaços nestas condições.

Em relação às mulheres, suas demandas e necessidades na prisão são muito específicas, sobretudo no que diz respeito à maternidade. Documentos internacionais como as “Regras de Bangkok – Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras” são instrumentos importantíssimos no sentido de garantir o direito das mulheres no cárcere.

Porém, apesar de esse ser um compromisso assumido também pelo Brasil, ainda há muito caminho a percorrer. Com a tradução das Regras de Bangkok para o português e sua publicação, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) reconhece a necessidade de impulsionar a criação de políticas públicas de alternativas à aplicação de penas de prisão às mulheres, sendo estratégico abordar inicialmente o problema sob a ótica da redução do encarceramento feminino provisório (BRASIL, 2016).

Portanto, a realização desta pesquisa possui inicialmente relevância social, sendo discutido um tema recorrente e que tem impactado a vida de milhares de mulheres em situação de cárcere e ainda suas famílias. Do mesmo modo, pretende-se buscar os aspectos jurídicos que asseguram o direito dessas mulheres de modo a oferecer uma fonte útil de informação para futuros estudos e pesquisas que pretendam aprofundar a temática sob outros aspectos.

Com base nos dados aqui apresentados, percebe-se a deficiência do sistema prisional brasileiro, sobretudo no que diz respeito à assistência às mulheres. Assim, para o desenvolvimento desta pesquisa foi necessário traçar algumas inquietações como forma de problematização do tema: Como estão garantidos os direitos da mulher presa no ordenamento jurídico brasileiro? Quais as garantias sociais as mulheres grávidas e lactantes possuem no ambiente carcerário? De que forma são garantidos os direitos de assistência e acompanhamento da criança após o parto?

Dessa forma, tem-se como objetivo geral da pesquisa: Analisar a garantia dos direitos da maternidade no cárcere a partir das Regras de Bangkok. Para conseguir responder a esse objetivo, alguns objetivos específicos foram traçados, como forma de orientar o desenvolvimento da pesquisa: Identificar a composição da população carcerária feminina do Rio Grande do Norte na perspectiva da maternidade; Avaliar o cumprimento das Regras de Bangkok no que diz respeito ao fornecimento dos serviços essenciais à mulher grávida encarcerada no Estado do Rio Grande do Norte; Propor medidas e alternativas para que os direitos da mulher presa sejam garantidos, sobretudo na gestação e nos primeiros meses de vida da criança.

Assim, realizou-se uma pesquisa do tipo quanti-qualitativa que, segundo Goldenberg (2004) consiste em um aprofundamento da compreensão de um grupo social por meio de um modelo isento de julgamentos próprios do pesquisador, mas baseado nos fatos. Quanto aos objetivos da pesquisa, pode ser caracterizada como um estudo exploratório e descritivo, que, como o próprio nome sugere, pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade (TRIVIÑOS, 2009).

Como característica do método descritivo, será realizado um estudo de caso voltado a entender as particularidades da mulher gestante no cárcere e a aplicação de regras específicas de modo que se possa “conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico” (FONSECA, 2002, p. 33).

Para isso, foram adotados os procedimentos bibliográfico e documental (FONSECA, 2002) de modo a fazer um levantamento de referências teóricas já analisadas e recorrer ainda a fontes mais diversificadas e dispersas, que não possuem ainda tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, relatórios, documentos oficiais, entre outros. Foram utilizadas fontes imediatas jurídico-formais de pesquisa que, segundo a classificação de Bittar (2002) consistem em: lei, doutrina (artigos, anais de congressos, livros, palestras...), princípios, entre outros.

Inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico e documental de modo a identificar na legislação brasileira os direitos previstos para essa população e os estudos que tratam das situações observadas na prática em instituições carcerárias no Brasil.

Posteriormente, foi analisada a garantia dos direitos quanto à observância do tratado estabelecido internacionalmente chamado “Regras de Bangkok”, que institui Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras, sobretudo no que diz respeito à garantia do direito da assistência à saúde da mulher especialmente no período gestacional.

## **2 O CÁRCERE MATERNO E AS REGRAS DE BANGKOK**

### **2.1 A Mulher no Cárcere**

Antes de se fazer o estudo da mulher grávida encarcerada, se faz de extrema importância trazer as questões de gênero para o debate, uma vez que a forma como a sociedade enxerga a mulher reflete na garantia de seus direitos, inclusive daquelas que cometem crimes.



É que a inferioridade feminina passa por linhas para além das questões biológicas, levando-se em consideração, muito mais latente, o contexto social, econômico e cultural, contribuindo massivamente para a desigualdade em relação ao homem (SILVA, 2015).

Por diversas vezes a cultura marca a dicotomia entre homens e mulheres, colocando essas em situação inferior: “rosa de menina e azul de menino; menina é delicada, sensível e expressa seus sentimentos e emoções e o menino deve ser forte, valente e nunca chorar” (SILVA, 2015, p. 53)

A discussão perpassa por Simone de Beauvoir, com sua célebre frase: “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2009, p. 290), retratando apenas uma ideia para o conceito de gênero, como sendo aquele que é construído, fruto de um complexo de relações socioculturais que vão constituindo as representações que se tem do que seja masculino e feminino (SILVA, 2015).

Oliveira (2017) pontua sobre os mecanismos de controle e correção, bem como as codificações que refletem a opressão, a discriminação e a invisibilidade das mulheres, demonstrando que a ideia da suposta superioridade masculina está presente em todas as construções científicas e culturais.

Nesse contexto, a prisão é traduzida como um ambiente masculino ou masculinizante, como se os delitos fossem praticados apenas por homens, de modo que a vivência carcerária seria apenas para os homens, o que torna ainda mais invisível a mulher encarcerada (SOUZA, 2016).

É diante desse enfoque que não se tem uma definição exata para a “mulher criminosa”, já que não se trata apenas daquela que recebeu uma condenação transitada em julgado ou que cometeu um delito e está em prisão provisória, afinal, a mulher recebe o julgamento muito antes, através de uma delineação social, histórica e cultural do que se entende por delinquente (ANGOTTI, 2018, p. 111).

A percepção de um cárcere que reproduz a desigualdade de gênero é fruto de um imprevisto institucional nas penitenciárias, que muitas das vezes, se pensa para atender as necessidades do homem, até mesmo em relação a saúde, dentre outras condições, deixando as mulheres em situação, além de desigual, subumana (MIYAMOTO; KROHLING, 2012).

Sobre a legislação vigente no país, Peres (2018, p. 15), destaca sobre a desigualdade entre classes:

A legislação vigente representaria, nesse caso, um sistema de regras desenvolvido através de uma base de valores que não correspondem, por si só,

aos valores compartilhados por toda uma população, mas, sim, pelas classes dominantes, uma vez que, para efetivar o funcionamento dessas regras, os direitos políticos e sociais, independente de gênero, deveriam ser equiparados.

Para os estudos criminológicos, baseados na antropologia, pela teoria difundida por Lombroso, em *O Homem Delinquente*, se tem a atribuição da mulher criminosa ligada à prostituição, e nesta linha de pensamento se considerava-se que na mulher “normal” a sexualidade encontra-se subordinada à maternidade pois a mãe “normal” sempre coloca o filho em prioridade absoluta, de forma oposta, as criminosas (prostitutas) torna-se a melhor representação da delinquência feminina, e isso tem uma importância fundamental, pois a prostituição decorria, para Lombroso, de uma inevitável predisposição orgânica à loucura moral decorrente de processos degenerativos nas linhas hereditárias antecedentes da prostituta.

Nessa perspectiva, alguns documentos internacionais e nacionais já se alinham para a proteção e mais que isso, para a equiparação dos direitos das mulheres encarceradas.

A Organização das Nações Unidas – ONU, através da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), confere como sendo o primeiro instrumento internacional de direitos humanos das mulheres, abarcando áreas como trabalho, saúde, educação, direitos civis e políticos, estereótipos sexuais, prostituição e família (BARSTED, 2001).

Nesse modelo, se forma um complexo de documentos internacionais e nacionais que visam resguardar os direitos das mulheres, inclusive das encarceradas, como é o caso das Regras de Bangkok, que mais adiante será exposta, mas que formam esse sistema de proteção às mulheres, proteção esta que parte de uma premissa equitativa.

### **3.2 O Direito à Maternidade da Mulher Presa**

O ordenamento jurídico é a base para a garantia dos direitos do cidadão e o respeito à sua cidadania. A Constituição Federal (BRASIL, 1988) institui o Estado Democrático de Direito e propõe como um de seus fundamentos a dignidade da pessoa humana, tratando logo em seu Capítulo I que:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:  
[...]

XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;

[...]

XLVIII - a pena será cumprida em estabelecimentos distintos, de acordo com a natureza do delito, a idade e o sexo do apenado;

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

**L - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação;**

LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;

LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;

[...]

LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

[...]

LXIII - o preso será informado de seus direitos, entre os quais o de permanecer calado, sendo-lhe assegurada a assistência da família e de advogado;

[...]

§ 2º Os direitos e garantias expressos nesta Constituição não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, **ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.**

§ 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004) (grifo nosso)

Fica evidente que o direito à liberdade e ao respeito à dignidade da pessoa humana deve ser igual a todos, sem distinção, respeitando-se as condições legais impostas pelo regulamento jurídico. É claro também que o direito à mulher no cárcere inclui o cuidado dos filhos no período posterior à gestação, principalmente para amamentação, como respeito aos direitos humanos do indivíduo.

Assim, no Texto Constitucional encontra-se disposições sobre a proteção à maternidade e à infância, tratada como direito social do cidadão (BRASIL, 1988), juntamente com outros como educação, saúde, alimentação, lazer, segurança e assistência aos desamparados.

Nesse contexto, importa destacar o conceito de direitos humanos, que tem como núcleo a dignidade da pessoa humana, de maneira que a figura humana se posiciona no lugar de proteção, em que o Estado como garantidor de direitos deve exercer uma função orientadora e de reconhecimento de direitos individuais e coletivos.

Dallari (2014, p. 53), comentando a expressão “direitos humanos”, cita que: “Uma forma abreviada de mencionar os direitos fundamentais da pessoa humana e que esses direitos são considerados fundamentais porque sem eles a pessoa humana não consegue ou não é capaz de se desenvolver e de participar plenamente da vida”.

A Lei n.º 7.210/84 (Lei de Execução Penal), por sua vez, tem previsão para a garantia dos direitos das mulheres presas, isto é, a não violação dos direitos humanos, relativos, portanto, a dignidade da pessoa humana, quando trata dos estabelecimentos penais (BRASIL, 2008, p. 47-48):

Art. 82. Os estabelecimentos penais destinam-se ao condenado, ao submetido à medida de segurança, ao preso provisório e ao egresso.

§ 1º **A mulher e o maior de sessenta anos, separadamente, serão recolhidos a estabelecimento próprio e adequado à sua condição pessoal.**

§ 2º O mesmo conjunto arquitetônico poderá abrigar estabelecimentos de destinação diversa desde que devidamente isolados.

Art. 83. O estabelecimento penal, conforme a sua natureza, deverá contar em suas dependências com áreas e serviços destinados a dar assistência, educação, trabalho, recreação e prática esportiva.

§ 1º Haverá instalação destinada a estágio de estudantes universitários.

**§ 2º Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam amamentar seus filhos.**

§ 3º Os estabelecimentos de que trata o § 2º deste artigo deverão possuir, exclusivamente, agentes do sexo feminino na segurança de suas dependências internas. (grifo nosso)

No que diz respeito à mulher gestante, prevê o seguinte:

Art. 89. Além dos requisitos referidos no artigo anterior, a penitenciária de mulheres poderá ser dotada de seção para gestante e parturiente e de creche com a finalidade de assistir ao menor desamparado cuja responsável esteja presa.

[...]

Art. 117. Somente se admitirá o recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular quando se tratar de:

I – condenado maior de setenta anos;

II – condenado acometido de doença grave;

**III – condenada com filho menor ou deficiente físico ou mental;**

**IV – condenada gestante.** (grifo nosso)

O que se percebe é que não se tratam de benefícios adicionais, mas apenas direitos resguardados pela legislação vigente com o objetivo de garantir a dignidade dessas pessoas quando privadas de liberdade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído através da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990, sofreu alterações significativas com a Lei nº 13.257/2016, passando a ter a seguinte redação, no contexto da garantia de direitos para as crianças (BRASIL, 1990):

Art. 8º É assegurado a todas as mulheres o acesso aos programas e às políticas de saúde da mulher e de planejamento reprodutivo e, às gestantes, nutrição adequada, atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério e atendimento pré-natal, perinatal e pós-natal integral no âmbito do Sistema Único de Saúde.

§ 1º O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária.

§ 2º Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção da mulher.

§ 3º Os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, bem como o acesso a outros serviços e a grupos de apoio à amamentação.

§ 4º Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.

§ 5º A assistência referida no § 4º deste artigo deverá ser prestada também a gestantes e mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como a gestantes e mães que se encontrem em situação de privação de liberdade.

§ 6º A gestante e a parturiente têm direito a 1 (um) acompanhante de sua preferência durante o período do pré-natal, do trabalho de parto e do pós-parto imediato.

§ 7º A gestante deverá receber orientação sobre aleitamento materno, alimentação complementar saudável e crescimento e desenvolvimento infantil, bem como sobre formas de favorecer a criação de vínculos afetivos e de estimular o desenvolvimento integral da criança.

§ 8º A gestante tem direito a acompanhamento saudável durante toda a gestação e a parto natural cuidadoso, estabelecendo-se a aplicação de cesariana e outras intervenções cirúrgicas por motivos médicos.

§ 9º A atenção primária à saúde fará a busca ativa da gestante que não iniciar ou que abandonar as consultas de pré-natal, bem como da puérpera que não comparecer às consultas pós-parto.

§ 10. Incumbe ao poder público garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança.

Art. 9º O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.

Portanto, assegurar os direitos da mulher presa é um dever do Estado, por meio de suas políticas públicas de proteção social e promoção da saúde. Quanto às Regras de Bangkok, das quais o Brasil assinou como participante, observa-se a existência de regras específicas para o tratamento de gestantes e lactantes na prisão, existindo um item específico para o tema (BRASIL, 2016, p. 32-33):

### 3. Mulheres gestantes, com filhos/as e lactantes na prisão

[Complementa a regra 23 das Regras mínimas para o tratamento de reclusos]

23. 1) *Nos estabelecimentos penitenciários para mulheres devem existir instalações especiais para o tratamento das reclusas grávidas, das que tenham acabado de dar à luz e das convalescentes. Desde que seja possível, devem ser tomadas medidas para que o parto tenha lugar num hospital civil. Se a criança nascer num estabelecimento penitenciário, tal fato não deve constar do respectivo registro de nascimento.*

2) *Quando for permitido às mães reclusas conservar os filhos consigo, devem ser tomadas medidas para organizar um inventário dotado de pessoal qualificado, onde as crianças possam permanecer quando não estejam ao cuidado das mães.*

#### Regra 48

1. Mulheres gestantes ou lactantes deverão receber orientação sobre dieta e saúde dentro de um programa a ser elaborado e supervisionado por um profissional da saúde qualificado. Deverão ser oferecidos gratuitamente alimentação adequada e pontual, um ambiente saudável e oportunidades regulares de exercícios físicos para gestantes, lactantes, bebês e crianças.

2. Mulheres presas não deverão ser desestimuladas a amamentar seus filhos/as, salvo se houver razões de saúde específicas para tal.

3. As necessidades médicas e nutricionais das mulheres presas que tenham recentemente dado à luz, mas cujos/as filhos/as não se encontram com elas na prisão, deverão ser incluídas em programas de tratamento.

#### Regra 49

Decisões para autorizar os/as filhos/as a permanecerem com suas mães na prisão deverão ser fundamentadas no melhor interesse da criança. Crianças na prisão com suas mães jamais serão tratadas como presas.

#### Regra 50

Mulheres presas cujos/as filhos/as estejam na prisão deverão ter o máximo possível de oportunidades de passar tempo com eles.

#### Regra 51

1. Crianças vivendo com as mães na prisão deverão ter acesso a serviços permanentes de saúde e seu desenvolvimento será supervisionado por especialistas, em colaboração com serviços de saúde comunitários.

2. O ambiente oferecido para a educação dessas crianças deverá ser o mais próximo possível àquele de crianças fora da prisão.

#### Regra 52

1. A decisão do momento de separação da mãe de seu filho deverá ser feita caso a caso e fundada no melhor interesse da criança, no âmbito da legislação nacional pertinente.
2. A remoção da criança da prisão deverá ser conduzida com delicadeza, e apenas quando alternativas de cuidado da criança tenham sido identificadas e, no caso de presas estrangeiras, com consulta aos funcionários/as consulares.
3. Uma vez separadas as crianças de suas mães e colocadas com familiares ou parentes, ou sob outras formas de cuidado, serão oferecidas às mulheres presas o máximo de oportunidades e condições para encontrar-se com seus filhos e filhas, quando estiver sendo atendido o melhor interesse das crianças e a segurança pública não for comprometida.

Tais regras foram criadas cinquenta anos após a criação das Regras Mínimas para o Tratamento do Preso (Regras de Mandela), refletindo alguns dos princípios contidos nesta última. Já em seu primeiro dispositivo, as Regras de Bangkok tratam do princípio da não discriminação, previsto na regra seis das Regras de Mandela, como forma de alcançar igualdade de gênero, “considerando as necessidades específicas das mulheres, reconhecendo que é necessário um tratamento igual, mas diferenciado” (CERNEKA, 2012, p. 18).

As disposições contêm diversos assuntos considerados problemáticos, quando observada a estrutura prisional de todos os países, como saúde da mulher, vínculos familiares e afetivos, maternidade, direitos humanos básicos que precisam ser garantidos a qualquer cidadã e que, por conta da “insensibilidade” do sistema às questões de gênero, acabam por serem violados.

Duas das prioridades das Regras de Bangkok são a proteção das mães envolvidas no sistema carcerário e da criança, bem assim o incentivo à priorização de medidas não privativas de liberdade, tanto como forma de pena definitiva, quanto como medidas provisórias aplicadas ao longo do processo, em detrimento da aplicação massiva da prisão penal e processual.

É nesse liame que é possível perceber, um movimento pela liberdade de mulheres-mães, ainda que de forma tímida e restrita a algumas circunstâncias processuais e pessoais da presa, consubstanciado em leis, instruções normativas dos órgãos de segurança pública e em decisões judiciais.

Sabe-se, contudo, que essa não é uma realidade vivida pela maioria das pessoas nessas condições no Brasil. Freire (2017) analisa que na grande maioria dos estabelecimentos prisionais inexistente o respeito à integridade física e moral dos presos, especialmente em relação à mulher, sendo constatado um descaso na observância aos seus direitos fundamentais, inerentes à condição feminina e, mesmo assim, ainda são poucos os estudos que dizem respeito à situação das mães encarceradas e de sua convivência com os filhos.

Nesse sentido, analisa Silva (2015) que o entendimento da dimensão do encarceramento feminino só é possível com referências teórico-metodológicas que possibilitem um olhar menos imediatista sobre a criminalidade, percebendo as particularidades que envolvem todo o contexto social.

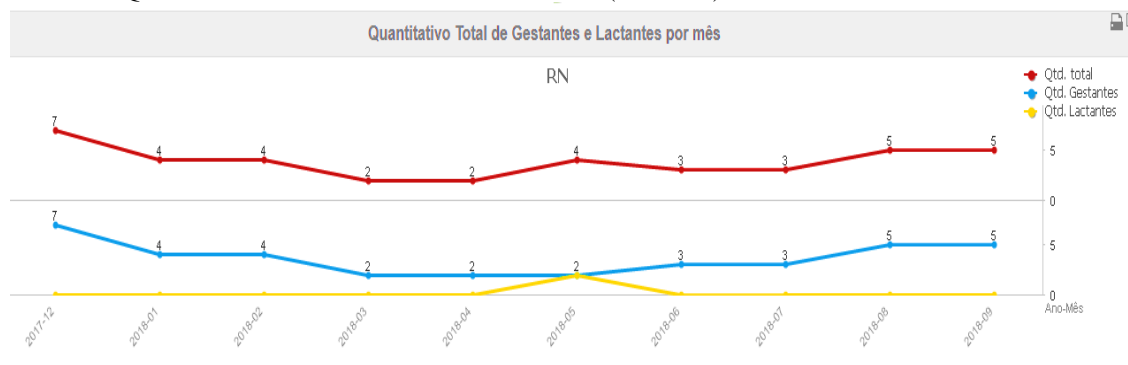
### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

#### 3.1 Encarceramento feminino e maternidade no cárcere

No Brasil, existiam 602.217 pessoas privadas de liberdade em 6 de agosto de 2018, sendo essa população composta por 95% de homens e 5% de mulheres (29.453). No Estado do Rio Grande do Norte, essa população representada 7.427 pessoas, mantendo a mesma proporção dos números nacionais: 7.050 homens (95%) e 377 mulheres (5%). Estas, representando 1,28% das mulheres privadas de liberdade do país (BRASIL, 2018a).

O CNJ, através do Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes (BRASIL, 2018b) mostra que no mês de setembro de 2018 existiam 302 mulheres grávidas e 175 lactantes em situação de cárcere no Brasil. No Estado do Rio Grande do Norte, são 5 gestantes e nenhuma lactante, conforme apresentado no Gráfico 01, a seguir:

**Gráfico 01** – Quantitativo de Gestantes e Lactantes no RN (Set-2018)



**Fonte:** Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes (BRASIL, 2018b)

Dois fatos chamam atenção nessa análise temporal: o número de grávidas e lactantes tem diminuído em comparação com dezembro/2017; e a proporção gestante/lactante não tem mantido constante. Este último é um dado intrigante, visto que, via de regra, uma condição está relacionada à outra, sendo a fase de lactação imediatamente posterior ao final da gestação.

Observa-se, por exemplo, que: o número de 7 (sete) mulheres gestantes em 2017-12 cai para 4 (quatro) em 2018-01 e deste para 2 (duas) em 2018-3, sem que haja registro de lactantes;

em 2018-04 existiam 2 (duas) grávidas e nenhuma lactante, em 2018-05 o número de grávidas permanece o mesmo e o de lactantes fica igual a ele; em 2018-06 a quantidade de lactantes volta a zerar, o que permanece nos demais meses. Os dados da página não estão mais disponíveis atualmente, o que impede de realizar novos estudos comparativos e análises temporais.

Diante desses dados, surgem algumas hipóteses que não podem ser confirmadas ou refutadas apenas com a observação do gráfico: às mulheres grávidas/lactantes está sendo concedida liberdade provisória para os cuidados que o momento exige; algumas mulheres grávidas não estão chegando à fase de lactação por motivo de aborto ou óbito fetal; as mulheres não estão amamentando as crianças pelo período ideal recomendado pelas instituições de saúde.

Os dados do 11º Ciclo do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen (BRASIL, 2021), referente ao período de julho a dezembro de 2021, apontam a existência de 179 mulheres custodiadas no Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte, presas em celas físicas, sendo destas 5 gestantes/parturientes e 7 lactantes.

No 12º Ciclo do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen (BRASIL, 2022a), que compreende os meses de janeiro a junho de 2022, percebe-se a existência de 281 mulheres custodiadas no Sistema Penitenciário do Rio Grande do Norte, presas em celas físicas, sendo destas 4 gestantes/parturientes, 2 lactantes e nenhum filho. Enquanto os dados gerais tiveram um aumento de 56% a mais que no período anterior, a quantidade de gestantes e lactantes diminuiu.

### **3.2 Adequação das unidades prisionais às Regras de Bangkok**

Os dados do 11º Ciclo do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen (BRASIL, 2021) relatam que no Rio Grande do Norte existe apenas 01 (um) estabelecimento prisional feminino destinado ao cumprimento de pena em regime fechado, com cela adequada/dormitório para gestante e berçário e/ou centro de referência materno-infantil e capacidade para 4 bebês e nenhum espaço com creche destinada a crianças a partir de 2 anos de idade, com espaço pedagógico.

A partir desse Levantamento, foi possível constatar e relacionar algumas evidências com as Regras de Bangkok:

<b>REGRAS RELACIONADAS</b>	<b>EVIDÊNCIAS ENCONTRADAS</b>
<b>Regra 4 (Alocação)</b>	Devido à existência de apenas 1 (uma) unidade com condições consideradas adequadas para gestante, fica



	praticamente impossível garantir a todas que fiquem próximas ao seu meio familiar.
<b>Regras 6-18 (Cuidados de saúde)</b>	O relatório apresenta a existência de espaços com consultórios médico e odontológico, salas de curativos, suturas, vacinas e posto de enfermagem, atendimento de serviço social, psicológico e equipes multidisciplinares, mas não diferencia em quais unidades existem em funcionamento.
<b>Regras 19-25 (Segurança e vigilância)</b>	Não apresenta dados no relatório
<b>Regras 36-39 (Prisões femininas para jovens)</b>	Existem unidades com salas de aula, informática, reuniões e bibliotecas, mas não há individualização da informação sobre a unidade em específico.
<b>Regras 48-52 (Mulheres grávidas, com filhos e lactantes na prisão)</b>	Não há equipe própria para atendimento no berçário e/ou creche nas especialidades pediatria, nutricionista, cuidadores ou outros profissionais especializados dentro das unidades prisionais. Os atendimentos são realizados externamente.
<b>Regra 64 (Mulheres grávidas e com filhos dependentes)</b>	A Lei nº 13.769, de 19 de dezembro de 2018 alterou o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), as Leis nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal), e 8.072, de 25 de julho de 1990 (Lei dos Crimes Hediondos), para estabelecer a substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência e para disciplinar o regime de cumprimento de pena privativa de liberdade de condenadas na mesma situação.

Os relatórios encontrados possuem informações pontuais e isoladas, que não permitem uma análise mais detalhada sobre o cumprimento ou não das Regras. Dada a falta de estrutura para acolhimento da criança nas unidades prisionais, supõe-se que a ausência de filhos mostrada nos relatórios é decorrente da separação da mãe e do filho após o nascimento.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inferioridade feminina é muito presente de uma forma geral e primorosamente no sistema carcerário do país, pensado para homens e mesmo assim ainda muito aquém para garantia dos direitos garantidos na Constituição Federal, leis infraconstitucionais e diplomas internacionais de proteção.

Percebe-se que as Regras de Bangkok fazem parte de um sistema que busca a equiparação de direitos para as mulheres, incluindo as mulheres presas, de modo que a carência de políticas públicas e a falta de estrutura adequada nos estabelecimentos penais contribuem significativamente para o flagrante descumprimento dessas regras previstas, contribuindo para as diversas violações dos direitos humanos inerentes as mulheres presas.

As violações de direitos até então constatadas são mais ainda acentuadas quando se pensa nas mulheres grávidas, afinal, é um período em que os cuidados devem se redobrar, considerando a manutenção tanto da gestante, quando da criança, nos seus primeiros dias de vida, afinal, ambos devem ver os seus direitos preservados e garantidos.

A promoção de leis que priorizem a garantia de direitos inerentes as mulheres grávidas que estão presas e mais ainda, a adoção de medidas desencarceradoras, como exemplo da prisão domiciliar podem contribuir para o respeito e cumprimento das Regras de Bangkok em relação as mulheres grávidas presas.

Portanto, tem-se como sendo de fundamental importância a estruturação de uma execução penal de forma célere, para que o atingimento de benefícios legais que afastem as mulheres grávidas encarceradas dos estabelecimentos penais, evitando assim, violações a direitos seus e das crianças.

## **REFERÊNCIAS**

ANGOTTI, B. **Entre as leis da ciência, do estado e de deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil.** 2. ed. San Miguel de Tucumán: Universidad Nacional de Tucumán. Instituto de Investigaciones Históricas Leoni Pinto, 2018.

BARSTED, L. L. Os Direitos Humanos na Perspectiva de Gênero. **I Colóquio de Direitos Humanos.** São Paulo, 2001. Disponível em: [http://dhnet.org.br/direitos/textos/a\\_pdf/barsted\\_dh\\_perspectiva\\_genero.pdf](http://dhnet.org.br/direitos/textos/a_pdf/barsted_dh_perspectiva_genero.pdf). Acesso em: 18 set. 2022.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo.** Tradução Sérgio Milliet. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BITTAR, E. C. B. **Metodologia da pesquisa científica: teoria e prática da monografia para os cursos de Direito.** 2. ed. ver. ampl. São Paulo, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Regras de Bangkok**: Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras. Brasília: CNJ, 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Banco Nacional de Monitoramento de Prisões – BNMP 2.0**: Cadastro Nacional de Presos. Brasília: CNJ, 2018a. Disponível em: <<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2019/08/bnmp.pdf>> Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Cadastro Nacional de Presas Grávidas e Lactantes** [on line]. Brasília: CNJ, 2018b. Disponível em: <[https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw\\_1%5Cpainelnj.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shIGLMapa](https://paineis.cnj.jus.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=qvw_1%5Cpainelnj.qvw&host=QVS%40neodimio03&anonymous=true&sheet=shIGLMapa)> Acesso em: 21 out. 2018.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**: Lei n. 7.210, de 11 de julho de 1984: institui a Lei de Execução Penal, – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **11º Ciclo – INFOPEN Rio Grande do Norte**. Jul/Dez 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/depen/pt-br/servicos/sisdepen/downloads/relatorios-infopen/relatorios-analiticos/RN/rn-dez-2021.pdf>. Acesso em: 21 out. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **12º Ciclo – INFOPEN Rio Grande do Norte**. Jan/Jun 2022. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNjRmNDUxNWItZGExYy00NmRiLTgxYWMtOTZYTQ3NGEwMjVhIiwidCI6ImViMDkwNDIwLTQ0NGMtNDNmNy05MlYyLTUwRGRhNmJmZThlMSJ9>. Acesso em: 23 out. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)> Acesso em: 21 ago. 2022.

BRASIL. **LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: DOU de 16.7.1990 e retificado em 27.9.1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069Compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069Compilado.htm)> Acesso em: 21 ago. 2022.

CERNEKA, H. A. Regras de Bangkok: está na hora de fazê-las valer! **BOLETIM IBCCRIM**, São Paulo; ano 20. n 232, mar., 2012. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2133478/mod\\_resource/content/1/Boletim22\\_heidi.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2133478/mod_resource/content/1/Boletim22_heidi.pdf). Acesso em: 28 set 2022.

DALLARI, D. A. **Direitos e cidadania**. 12. ed. São Paulo: Moderna, 2014.

FAIR, H.; WALMSLEY, R. **World Female Imprisonment List**: women and girls in penal institutions, including pre-trial detainees/remand prisoners. 5. ed. Londres: Institute for Criminal Policy Research at Birkbeck, 2022. Disponível em: <[https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world\\_female\\_imprisonment\\_list\\_5th\\_edition.pdf](https://www.prisonstudies.org/sites/default/files/resources/downloads/world_female_imprisonment_list_5th_edition.pdf)> Acesso em: 10 set. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

FREIRE, G. O. B. **Cárcere e Maternidade**: o Desafio de Conciliar Custódia e Amamentação. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Belém, 2017.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MIYAMOTO, Y.; KROHLING, A. Sistema prisional brasileiro sob a perspectiva de gênero: invisibilidade e desigualdade social da mulher encarcerada. **Revista Direito, Estado e Sociedade**, n. 40, 2012. Disponível em: <https://revistades.jur.puc-rio.br/index.php/revistades/article/view/173>. Acesso em: 15 set. 2022.

OLIVEIRA, C. B. **A mulher em situação de cárcere**: uma análise à luz da criminologia feminista ao papel social da mulher condicionado pelo patriarcado [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

PERES, V. L. A. **Subjetividade e psicologia jurídica**. São Paulo: Appris, 2018.

SANTOS, T. (Org.) **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias INFOPEN Mulheres**. 2.ed. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2017.

SILVA, A. D. **Mãe/mulher atrás das grades**: a realidade imposta pelo cárcere à família monoparental feminina. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. Ebook. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/138596/ISBN9788579837036.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 set. 2022.

SOUZA, L. A. F. As contradições do confinamento no Brasil: uma breve revisão da bibliografia sobre encarceramento de mulheres. **Sociedade em Debate**, v. 22, n. 2, p. 127-156, 2016. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/opara>. Acesso em: 15 set. 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. 5 ed. 18 reimpr. São Paulo: Atlas, 2009.

# **A APLICAÇÃO DA LEI 13.431/17 NOS CASOS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES E A PREVENÇÃO DA REVITIMIZAÇÃO**

Ana Beatriz Queiroz Pinheiro

Cícero Otávio de Lima Paiva

Fernanda Soares de Sousa

Gigliola Edésia Diógenes Freitas Chave

Francicláudio Nato Da Silva

## **RESUMO**

O presente artigo relata acerca do abuso sexual de crianças e adolescentes no ambiente intrafamiliar e a análise da aplicação da Lei 13.431/17 nos casos de revitimização em que o menor é submetido no sistema de inquirição judicial e extrajudicial. Para melhor compreensão acerca do tema, traz conceitos básicos, relata a evolução histórica e demonstra, através de entrevista com profissional habilitada, a real sistemática de escuta dos menores vitimados que chegam ao Fórum Jaime Jenner de Aquino da Comarca de Pau dos Ferros-RN, bem como a necessidade de preparo de diversos profissionais aos danos emocionais causados em decorrência do abuso. Além disso, menciona as diretrizes da lei da Escuta protegida e do Depoimento sem dano, como forma de amparo judicial aos menores vitimados de abuso sexual. Na sequência, aponta proposições de mudanças em diversas esferas da sociedade e reforça o dever da família na proteção e apoio aos infantes.

**Palavras-chave:** Depoimento Especializado. Escuta Protegida. Família. Abuso Sexual. Revitimização.

## **APLICACIÓN DE LA LEY 13.431/17 EN LOS CASOS DE ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR EN NIÑOS Y ADOLESCENTES Y PREVENCIÓN DE LA REVITIMIZACIÓN**

## **RESUMEN**

El presente artículo relata acerca del abuso sexual de niños y adolescentes en el ambiente intrafamiliar y el análisis de la aplicación de la Ley 13.431/17 en los casos de revitimización en que el menor es sometido en el sistema de indagación judicial y extrajudicial. Para mejor comprensión acerca del tema, trae conceptos básicos, relata /la evolución histórica y demuestra, a través de entrevista con profesional habilitada, la real sistemática de escucha de las víctimas, menores de edad, que llegan al Foro Jaime Jenner de Aquino de la Comarca de Pau dos Ferros-RN, así como la necesidad de preparación de diversos profesionales a los daños emocionales

causados en consecuencia del abuso. Además, menciona las directrices de la ley de la Escucha protegida y del Testimonio sin daño, como forma de amparo judicial a las víctimas de abuso sexual. En la secuencia, apunta proposiciones de cambios en diversas esferas de la sociedad y refuerza el deber de la familia en la protección y apoyo a los niños.

**Palabras clave:** Testimonio Especializado. Escucha Protegida. Familia. Abuso Sexual. Revictimización.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente artigo se empenhará em abordar acerca dos conceitos e fatores históricos no que diz respeito ao abuso sexual a criança e ao adolescente no ambiente intrafamiliar, verificando-se através dos estudos realizados por meio de consulta legislativa, bibliográfica e jurisprudencial, que obteve maior incidência no ambiente doméstico. Será abordado as diretrizes da Lei 13.431/17, que surgiu com o intuito de coibir tais práticas e regulamentar o procedimento a ser efetivado por parte do ente público e como a norma os protege para alcançar os meios de prova de forma a não ocasionar a vitimização secundária. É considerado um problema social facilmente perceptível no mundo todo e independe de poder aquisitivo, sendo manifestada de acordo com o desenvolvimento da humanidade, estando relacionada ao papel da criança na sociedade e as estruturas sociais e familiares.

A problemática trazida nesse trabalho de conclusão, remete a vítimas menores de idade, que, em decorrência de seu desenvolvimento incompleto ainda não possuem discernimento necessário para sua defesa. Para o Estatuto da Criança e do Adolescente, pessoas com menos de dezoito anos são intituladas como crianças e adolescentes, dessa forma, para melhor compreensão, utilizar-se-á o termo “criança” para relacionar as duas faixa-etária.

Para uma melhor captação, é importante diferenciar conceitos já conhecidos pela sociedade, como os termos “violência” e “exploração” sexual, sendo a exploração vinculada a pratica de atos lesivos a integridade da criança com o intuito de obter vantagem, por meio de ameaças ou oferecimento em pecúnia, sendo comumente praticado por pessoas fora do círculo de convívio da criança, diferentemente da violência sexual, que na maioria dos casos está relacionada a alguém de confiança, podendo ser entre uma criança e um adulto, criança com adolescente, ou entre a criança e alguém que a mesma mantenha forte vínculo de poder ou responsabilidade.

Assim, o problema de pesquisa descrito remete ao seguinte questionamento: Qual a importância da Lei 13.431/17 frente a prevenção da revitimização de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual intrafamiliar?

Tal questionamento surge da hipótese de que a lei dispõe de direitos e garantias as crianças que são vítimas de violência, abrangendo também o abuso sexual. A respectiva lei trata também acerca da escuta especializada e o depoimento pessoal, cujo intuito é proteger as vítimas e garantir direitos. O objetivo geral deste trabalho está voltado a análise da aplicabilidade da Lei 13.431/17 nos casos de abuso sexual praticados contra crianças e adolescentes e a prevenção da revitimização diante dos órgãos públicos na cidade de Pau dos Ferros/RN. Para tanto, foi definido como objetivos específicos compreender os conceitos e definições acerca do abuso sexual intrafamiliar, descrever critérios da lei específica, correlacionando com o Estatuto vigente, mencionando acerca da prevenção da revitimização no processo de escuta especializada, analisar o método utilizado pelos profissionais habilitados da justiça no enfrentamento em casos de abuso sexual ao infante.

A metodologia aplicada seguiu o método exploratório, pois foi analisado o conjunto de ações e hipóteses a respeito dos casos já existentes de abuso contra crianças e adolescentes, a abordagem foi por meio de uma pesquisa qualitativa, de tipo exploratório, no qual realizou-se em um primeiro momento uma análise bibliográfica de autores e especialistas da área, além da doutrina e jurisprudências, como a Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, além de entrevista com perguntas abertas a representante legal da 1º Vara do Fórum Jaime Jenner de Aquino, na cidade de Pau dos Ferros/RN, realizada no consultório pessoal da psicóloga.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 ASPECTOS CONCEITUAIS ACERCA DO ABUSO SEXUAL INFANTOJUVENIL**

O abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes é um assunto genérico, no qual instiga na análise de diversos aspectos, que de acordo com a evolução da humanidade tem sido cada vez mais frequente e com características subjetivas para que chegue a uma conclusão acerca do perfil do abusador. A

preocupação com as crianças e adolescentes e suas nuances foi um assunto que notou-se considerável progresso no decorrer dos anos, pois não havia tal atenção as fragilidades e a vulnerabilidade desses indivíduos.

Apreciando as análises dos pesquisadores a respeito do assunto, tem-se a necessidade de buscar o conceito de abuso sexual, no qual tem-se, publicamente em meios de comunicação, no próprio site do Ministério da Saúde que:

ABUSO SEXUAL - Forma de violência que acontece dentro do ambiente doméstico ou fora dele, mas sem a conotação da compra de sexo, podendo o agressor ser pessoa conhecida ou desconhecida da vítima. O fenômeno consiste numa relação adultocêntrica e marcada pela relação desigual de poder, onde o adulto (pais/responsáveis legais/pessoas desconhecidas) domina a criança e/ou adolescente, se apropriando e anulando suas vontades, tratando- os, não como sujeitos de direitos, mas sim como objetos que dão prazer e alívio sexual. (BRASIL, 2022).

O abuso sexual infantil é proveniente de diferentes lugares do mundo e notase sua existência desde a antiguidade. No entanto, é perceptível a baixa evolução no aspecto preventivo desse acontecimento na vida de um infante, fator este que dificulta seu enfrentamento, tendo em vista suas complexidades culturais, religiosas, legais e profissionais de todo o contexto. No Brasil, contam os historiadores que as primeiras embarcações que Portugal lançou ao mar eram com crianças órfãs do rei. Dessa forma, as crianças eram submetidas a maus tratos, devendo prestar assistência em toda a viagem e eram frequentemente forçadas a serem instrumentos sexuais dos marujos que muitas vezes a destrataavam, e havendo tempestade, eram as primeiras a serem jogadas ao mar.

No ano de 1948 surgiu a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que determinou na esfera da maternidade e infância, o direito integral a crianças nascidas dentro ou fora do matrimônio, vejamos um trecho de seu tópico 2 do Artigo 25: “A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozarão da mesma proteção social.”

Somente a partir do ano de 1989, houve uma pequena evolução nos direitos das crianças, surgindo assim métodos de defesa para aqueles que não haviam atingido a maioridade. Dessa forma, no dia 20 de novembro de 1989, a Assembleia Geral da ONU adotou a Convenção sobre os Direitos da Criança, vigorando a partir 2 de setembro de 1990, sendo este o mais importante instrumento de proteção as garantias das crianças, abrangendo aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos, considerado como o primeiro acontecimento internacional que adota a criança como detentora de direitos próprios.

O Estatuto da Criança e do Adolescente traz novas perspectivas do ponto de vista da proteção as garantias e direitos dos menores, sendo promulgada em 1990, como Lei Federal nº 8.069/90:



Art. 3º A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

O ECA proporciona uma proteção preventiva, não restringindo apenas aos direitos violados, mas visa a cautela para que a violação não aconteça, como está previsto em seu art. 70: “É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente” (BRASIL, 1990).

Através de políticas públicas de grande notoriedade na sociedade, como conhecido Maio Laranja, o Secretário Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Mauricio Cunha, alertou acerca de tal ação, no qual busca a visibilidade do assunto e o incentivo a participação social no tipo de assunto do projeto (Ministério da saúde, 2022). Alerta o secretário que o fato de estar em casa não significa que o infante esteja seguro, pois de acordo com o site do Ministério da Saúde, o ambiente da violência que aparece com grande incidência nas denúncias é a residência da vítima ou do suspeito, com 8.494 dos casos, já o padrasto e a madrasta aparecem em 2.617 dos casos, o pai aparece com 2.443 dos casos e a mãe 2.044. Em média 60% dos registros, as vítimas tinham entre 10 e 17 anos de idade, e cerca de 74% da violação eram contra crianças do sexo feminino. Mesmo havendo grande número de denúncias, estima-se que cerca de 10% dos casos não são levados as autoridades.

Vega e Paludo (2015, p.48), “definir a exploração sexual tem sido uma árdua tarefa, inclusive para a área acadêmica”. As autoras dão um exemplo: o abuso sexual foi estabelecido como crime sexual, vitimização sexual, sevícia sexual, agressão sexual, violência sexual, exploração sexual, maus tratos, ultraje sexual e injúria sexual. Relacionado a violência intrafamiliar, foram encontrados os termos: incesto, abuso sexual incestuoso, violência sexual doméstica, abuso sexual doméstico.

Por sua vez, Souza e Godoy (s/a) apud Paiva (s/a) afirmam que o abuso sexual pode expressar-se de duas formas: Intrafamiliar e extrafamiliar;

a. O abuso sexual intrafamiliar é assim considerado quando a agressão ocorre dentro da família, ou seja, a vítima e o agressor possuem alguma relação de parentesco. Aqui é importante considerar o contexto familiar ampliado, já que a diferença estabelecida sob o aspecto conceitual objetivou apenas diferenciar as estratégias e metodologias de prevenção, proteção e responsabilização. Assim, quando o agressor compõe a chamada família ampliada ou possui vínculos afetivos familiares, o abuso deve ser caracterizada como intrafamiliar. b. O abuso sexual extrafamiliar se dá quando não há vínculo de parentesco entre o agressor e a criança ou adolescente.

De acordo com Maria Regina Fay de Azambuja o abuso sexual infantil é um fenômeno social grave, que atinge as mais diferentes classes sociais, etnias, religiões e culturas, vindo a ocorrer em um ambiente no qual a criança possui uma relação de confiança com o abusador, dessa forma, utiliza-se da fragilidade e ingenuidade da mesma para tornar aquela situação repetitiva e fazendo crer que a vítima seja a culpada por ser abusada. Dessa forma, acarreta inúmeras consequências psicológicas por envolver alguém que deveria oferecer confiança, amparo e proteção, podendo instalar na vítima a síndrome do segredo e da negação por tratar-se que costuma exercer autoridade sob ela.

No que tange ao gênero com maior incidência, a maioria dos casos relatados de violência sexual contra crianças e adolescentes tem a figura do autor pessoa do sexo masculino, existindo casos raríssimos onde o abusador parte de uma figura do sexo feminino. Além disso, existe grande incidência de casos em que a mãe da vítima tem ciência e conhecimento do abuso que o filho é submetido, mas opta por silenciar com certo temor por possuir relação de dependência com o abusador, tornando a criança totalmente fragilizada frente a situação em que é submetida.

Inúmeras são as consequências causadas pelo abuso sexual em crianças e adolescentes, como os prejuízos cognitivos, comportamental, emocional e social; isolamento social, medo exagerado, dificuldades em se ajustar a ambientes, ideias homicidas e suicidas, déficit na aprendizagem, perda de interesse pelos estudos e brincadeiras, automutilação, agressividade e dentre outras tantas consequências a curto e longo prazo. (SERAFIM et al., 2011).

Segundo Simone de Assis, a violência cometida por pessoas de quem a criança espera amor, respeito e compreensão é um importante fator de risco que afeta o desenvolvimento da autoestima, da competência social e da capacidade de estabelecer relações interpessoais, potencializando a fixação de um autoconceito negativo e uma visão pessimista do mundo. (ASSIS, 2004).

Há ainda atualmente um conceito errôneo que julga que se a criança, e principalmente o adolescente forem coniventes com o ato sexual, a situação não configuraria como um abuso. Entretanto, a lei brasileira não deixa dúvidas de que a criança e o adolescente são vulneráveis já que, como já trazido à presente pesquisa, se a pessoa estiver em um estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado que a vítima, tratar-se-á de abuso sexual (BRASIL, 2002).

## **2.2 ASPECTOS JURIDICOS DO ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR**

O Brasil possui destaque no que diz respeito a garantia de direitos e liberdades das crianças e adolescentes, de forma a aprovar a Convenção sobre os direitos da Criança, vigorando a partir de 02 de setembro de 1990, além de estabelecer o Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina medidas de proteção e traz consigo medidas de proteção advindas do Texto Constitucional.

O princípio do melhor interesse da criança determina que toda e qualquer intervenção estatal deve prioritariamente atender aos direitos das crianças e adolescentes quando houver pluralidade de interesses diante de um caso concreto. Perante a omissão, que perdurou durante muitos anos por parte do poder público, surgiu-se a necessidade de abranger essa classe através de diversas doutrinas, leis e jurisprudências com o objetivo de proteger os direitos das crianças e adolescentes, garantindo prioridades e proteção, zelo e bem estar por parte do Estado, família e sociedade.

Entretanto, de acordo com Azambuja (2006, p. 4):

Até o advento da Constituição Federal de 1988, a criança não era considerada sujeito de direitos, pessoa em peculiar fase de desenvolvimento e tampouco prioridade absoluta. A partir de 1988, passamos a contar com uma legislação moderna, em consonância com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, inaugurando uma nova época na defesa dos direitos daqueles que ainda não atingiram os dezoito anos de idade.

Dessa forma, em seu artigo 227, a Constituição Federal versa suas responsabilidades e deveres para com essa classe, vejamos:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nesse sentido, a Lei nº 8.069/90 também garante nos art. 4º e 5º os seguintes direitos:

Art. 4º- É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

Art. 5º- Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na

forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (BRASIL, 1990).

Sabe-se que, com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990), tais indivíduos passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direito, através da formação da política de proteção integral e articulação entre o Estado e a sociedade, passando a ser criado os conselhos tutelares e conselhos de direitos.

### **2.3 A LEI 13.431/17 E A REVITIMIZAÇÃO**

A Lei 13.431, de 04 de abril de 2017, constitui-se em um dos mecanismos que visa reduzir a violência contra crianças e adolescentes, somando-se a normas já existentes, estabelecendo métodos com mais eficácia para as ações oriundas do Poder Público e das várias esferas do governo e da administração, na expectativa de proporcionar um atendimento mais célere, qualificado e humanizado para as crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

De forma inovadora, a lei trata da necessidade de haver uma “rede de proteção” à criança e ao adolescente, bem como um órgão de referência para que, quando necessário, proceder uma escuta especializada das vítimas ou testemunhas, trazendo isto em seu artigo 7º, bem como orientar a ação dos demais, para que sejam prontamente atendidas por quem de fato está preparado.

No âmbito processual, buscou garantir um acolhimento também individualizado e diferenciado para esta demanda, pontuando diversos direitos e diretrizes que buscam evitar que as crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sejam tratadas como “instrumentos de produção de prova” e/ou tenham de ser ouvidas diversas vezes, por agentes que não possuem qualificação técnica para tanto, muito tempo após a ocorrência do fato, provocando a chamada “revitimização”.

Viu-se a tamanha necessidade em evitar esse tipo de acontecimento que esta lei tratou a chamada “violência institucional”, que acaba sendo praticada no momento em que os órgãos deveriam atuar na proteção das crianças e adolescentes que foram vítimas, deixam de observar as cautelas e respeitar os direitos relacionados nesta e em outras normas, buscando através desta lei erradicar o amadorismo nos atendimentos desse tipo de demanda bastante delicada, tornando o processo mais ágil e célere, de forma a responsabilizar os autores da violência na esfera criminal, sem causar danos as vítimas ou testemunhas.

Dessa forma, a lei estabeleceu 02 (duas) formas válidas para coleta de prova junto a crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência no âmbito do inquérito policial ou processo judicial: a escuta especializada e o depoimento especial, devendo estas serem realizados por profissionais devidamente qualificados, em local apropriado e acatando o “tempo” e os desejos e opiniões da criança/adolescente, conforme versa o artigo 5º.

No mesmo sentido, para que seja assegurado uma maior agilidade na tramitação processual, passou a constar a obrigatoriedade da prática da escuta especializada ou depoimento especial para a produção antecipada de prova quando a vítima ou testemunha tiver menos de 07 (sete) anos de idade, ou quando se tratar de violência sexual (art. 11, caput e §1º), com rigorosas ressalvas à repetição da diligência.

Acerca da necessidade da oitiva das Crianças e Adolescente, leciona o Doutrinador José Antônio Daltoé Cezar (2010, p. 71):

[...] é um direito da criança ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhe respeitem, e não mera prerrogativa da autoridade judiciária (...), se propõe atualizar o ordenamento jurídico nacional, que em momento algum, até esta data, cuidou de contextualizar as determinações contidas no artigo 227 da Constituição Federal.

Em 2010, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) percebeu a importância de um depoimento voltado a condição da criança ao editar a Recomendação n. 33/2010, que orienta os tribunais a implementarem um sistema de videogravação em ambiente separado da sala de audiências, realizarem a escuta com profissionais capacitados no uso da entrevista cognitiva, esclarecerem a criança ou adolescente sobre o motivo e efeito de seu depoimento, prestarem apoio e encaminhamentos médicos a vítima e aos familiares, garantirem o princípio da atualidade, de forma a colher o depoimento mais próximo da data do conhecimento do fato.

Todavia, mesmo que o conceito de “depoimento sem dano” pudesse ser encontrada das normas, resoluções e julgados elencados acima, havia necessidade de se sistematizar e trazer caráter pedagógico a tais preceitos em norma legal, o que só foi possível com o advento da Lei 13.431/17. Dessa forma, viu-se que a legislação tem o intuito de normatizar e organizar o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência, instituindo organismos para prevenir e reduzir a continuação desta violência.

Dessa forma, conclui-se que a técnica do depoimento sem dano se trata de um método em que se alcança o depoimento da criança vítima ou testemunha de abuso sexual, de forma a evitar que aquele dano causado pela prática do ato tenha maiores proporções negativas no desenvolvimento cognitivo da vítima.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Através da entrevista realizada in loco com profissional devidamente habilitada, iniciou-se com a importância da qualificação necessária para Depoimento Pessoal, no qual se resume em profissionais que realizam um curso oferecido pela Controladoria Estadual da Infância e pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Antes da lei entrar em vigor, o processo da revitimização tornava-se mais frequente, tendo em vista que a vítima passava por várias etapas para chegar até uma definição do caso, partindo muitas vezes da escola, que encaminhava para o Conselho Tutelar, posteriormente informava aos pais, em seguida eram encaminhados a um CRAS, para que só depois fosse levado ao Poder Judiciário.

De acordo com a experiência da entrevistada, há uma maior incidência de casos envolvendo crianças e adolescentes do sexo Feminino, na Faixa Etária entre 07 a 09 anos de idade, e de forma surpreendente, com um índice de 80% dos casos, o abuso sexual parte do seio familiar, vindo de um padrasto, tio, avo e pelo pai. Dessa forma resta comprovado que é necessário voltar olhares para a estruturação das famílias, de modo a cuidar, criar vínculos, e acima de tudo, demonstrar a importância de saber o certo e o errado.

O momento em que é realizado o Depoimento Especializado envolve uma série de fatores, bem como a notificação das profissionais que irão estudar e analisar o caso, visa de todas as formas amenizar o sofrimento da vítima e fornecer o acolhimento necessário. As entrevistas são realizadas no Fórum, em sala específica, com o mínimo de interferências, onde a entrevistadora ficará a sós com a vítima ou testemunha, portando um fone de ouvido e microfone, explica a mesma tudo o que está ocorrendo, buscando estabelecer um elo de confiança, utilizando de técnicas como o Rapport, tendo esta a opção de não falar nada a respeito do ocorrido. Após utilizar as perguntas necessárias para a obtenção das informações, a entrevistadora abre para perguntas por parte da acusação e defesa, que acolhe e considera a entrevista como peça fundamental no desfecho final do processo. O entrevistador não pode intervir na fala da vítima, sendo este um relato totalmente livre, com perguntas e técnicas apropriadas para cada faixa etária e para cada desenvolvimento cognitivo.

Um ponto bastante significativo é referente aos sinais apresentados pela vítima, nas quais são possíveis identificar o abuso, como por exemplo o isolamento, a agressividade, crises de choro, tristeza profunda, baixo rendimento na escola e interesse por descobrir as partes do corpo. Dessa forma, ressalta-se a importância de abordar o tema nas escolas, através de palestras

e oficinas, bem como a capacitação de professores, para que através de desenhos, por exemplo, possa identificar uma possível vítima e informar a família e aos órgãos competentes.

Pode-se constatar que no município de Pau dos Ferros e na região circunvizinha, o procedimento estabelecido pela lei e pelos decretos é fielmente cumprida por parte dos profissionais devidamente habilitados, sendo necessário portanto uma maior propagação do trabalho executado, pois é comum que a sociedade ao se deparar com casos delicados de abuso sexual a trate de qualquer forma, por isso a importância de saber que existem pessoas preparadas para receber e acolher esses casos.

No que diz respeito as maneiras de evitar possíveis casos de abuso sexual infantil no ambiente intrafamiliar, tem-se como peça fundamental o diálogo entre pais e filhos, ter conhecimento do que se passa na vida do filho, e diante do poder público, existem políticas públicas, campanhas nacionais e profissionais habilitados para a conscientização da importância do poder familiar na vida do infante, além do elo com as escolas, que possuem grande importância na vida da criança e do adolescente.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O objetivo geral deste trabalho foi realizar um estudo abrangente acerca do abuso sexual infantil no ambiente intrafamiliar, bem como a aplicação da Lei 13.431/17 frente a revitimização.

O primeiro passo do estudo foi voltado aos aspectos conceituais e históricos acerca do abuso sexual, verificou-se através dos estudos realizados por meio de consulta legislativa, bibliográfica e jurisprudencial, que obteve maior incidência no ambiente doméstico, e direcionado a crianças do sexo feminino. Abordou-se as diretrizes e a importância da Lei 13.431/17, que surgiu com o intuito de coibir tais práticas e regulamentar o procedimento a ser efetivado por parte do ente público. Com o objetivo de expandir conhecimentos, foi realizado entrevista a profissional habilitada no qual constatou que a Lei 13.431/17 é fielmente cumprida e executada por parte dos profissionais do Tribunal de Justiça, o que de fato não se aplica as demais esferas da sociedade que enfrentam tais casos.

Verificou-se a tamanha importância de tratar acerca da sexualidade nos ambientes que oferecem risco, mas também proteção e acolhimento, como o lar e as escolas, sendo estes, instrumentos de tornar público as diversas formas de denúncias, de tratamento e acolhimento que será realizado pós denúncia.

#### **REFERÊNCIAS**

ASSIS, S. G. DE. Crianças e adolescentes violentados: passado, presente e perspectivas para o futuro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 10, supl. n° 1, 2004.

AZAMBUJA, M. R. F. DE. Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança? **Revista Virtual Textos & Contextos**, n° 5, ano V, nov. 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/3215/321527158011.pdf>>. Acesso em: 14 de julho de 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federal do Brasil**. Senado Federal: Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. República Federativa do Brasil: Brasília, DF, 1990.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Site oficial: <https://www.gov.br/acessoinformacao/pt-br/search?SearchableText=abuso%20sexual>. Acesso em: novembro/2022.

CEZAR, J. A. D. A escuta de crianças e adolescentes em juízo: uma questão legal ou um exercício de direitos. In: BITENCOURT, L. P. (Org.). **Depoimento Sem Dano: uma política criminal de redução de danos**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris**, 1948. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>>. Acesso em: novembro/2022.

DOS SANTOS, V. A.; COSTA, L. F.; GRANJEIRO, I. A. C. L. Intervenção no abuso sexual intrafamiliar: ingerência invasiva ou proteção devida? **Psico**, [S. l.], v. 40, n 4, 2010.

Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/4009>. Acesso em: 16 nov. 2022.

PAIVA, LEILA. **Violência sexual** – conceitos. Disponível em:

<<http://www.observatoriodainfancia.com.br/IMG/pdf/doc-231.pdf>>. Acesso em: nov/2022.

SERAFIM, A. de P. et al. Dados demográficos, psicológicos e comportamentais de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual. **Revista de Psiquiatria Clínica**, São Paulo, v. 38, n. 4, p. 143-147, 2011. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-60832011000400006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-60832011000400006)> Acesso em: 16 de nov. de 2022.

SOUZA, M. A. R. C. DE; GODOY, A. P. Z. Violência sexual infantil no âmbito familiar. NIP – Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa. Faculdades Promove de Brasília. ICESP: S/A. Disponível

em:<[http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais\\_simposio/arquivos\\_up/documentos/artigos/3e775c0921e949b31038e68f21ae8e53.pdf](http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/3e775c0921e949b31038e68f21ae8e53.pdf)>. Acesso em: novembro/2022.



**A VITIMIZAÇÃO SECUNDÁRIA E VIOLÊNCIA INSTITUCIONAL DA  
MULHERPELO JUDICIÁRIO NO CRIME DE ESTUPRO: UMA ANÁLISE À LUZ  
DA LEI Nº14.245/21 (LEI MARIANA FERRER)**

Maria Dalvanir de Queiroz Oliveira

Sócrates Alves Pedrosa

Diana Maria Cavalcante de Sá

Regidiana Maria da Conceição

Tássio Ricelly Pinto de Farias

**RESUMO**

O caráter hediondo dos crimes sexuais é inegável, especialmente o de estupro, que tem como escopo predileto as mulheres. Em muitos casos, a violência cometida perpassa a esfera dos danos imediatos do crime, chegando à esfera social e institucional, nascendo assim a noção de "vitimização secundária", escopo de nossa pesquisa. Diante disso, este artigo apresenta como objetivo geral analisar as principais mudanças advindas da Lei nº 14.245/2021 (Lei Marianna Ferrer) para a proteção da mulher em situações de vitimização secundária, e traz como objetivos específicos: abordar aspectos históricos acerca da proteção da mulher contra a violência no ordenamento jurídico brasileiro; apontar como acontece o processo de revitimização da mulher, sendo a violência institucional uma dessas formas; examinar a Lei nº 14.245/2021, assinalando as principais mudanças que modificaram o Código Penal e o Código de Processo Penal. Desse modo, o trabalho justifica-se pela necessidade da discussão acadêmica, jurídica e social sobre a vitimização secundária da mulher perante o judiciário brasileiro, uma vez que a violência institucional ainda é pouco abordada nestes espaços. Para tanto, é utilizada como metodologia a pesquisa bibliográfica e a documental acompanhadas da abordagem qualitativa e método indutivo, como suporte teórico: Taquette (2007) e Andrade (1996; 2004; 2005), VARGAS (2000) entre outros que revelam a existência da violência contra a mulher praticada pelo Estado. Desta forma, aponta-se que as modificações feitas nos dispositivos supracitados trouxeram transformações pouco significativas para as mulheres, uma vez que falta verdadeiramente a aplicabilidade e efetividade dessas leis já existentes ao caso concreto.

**Palavras-chave:** violência contra a mulher; revitimização; Lei 14.245/2021.

## **SECONDARY VICTIMIZATION AND INSTITUTIONAL VIOLENCE OF WOMEN BY THE JUDICIARY IN THE CRIME OF RAPE: AN ANALYSIS IN THE LIGHT OF LAW No. 14.245/21 (MARIANA FERRER LAW)**

### **ABSTRACT**

The heinous character of sexual crimes is undeniable, especially rape, which has women as its preferred scope. In many cases, the violence committed permeates the immediate damage sphere of the crime, reaching the social and institutional sphere, thus giving rise to the notion of "secondary victimization", the scope of our research. Therefore, this article presents as a general objective to analyze the main changes arising from Law n° 14.245/2021 (Marianna Ferrer Law) for the protection of women in situations of secondary victimization, and has as specific objectives: to address historical aspects regarding the protection of women against violence in the Brazilian legal system; point out how the process of revictimization of women happens, institutional violence being one of these forms; examine Law n° 14.245/2021, highlighting the main changes that modified the Penal Code and the Code of Criminal Procedure. Thus, the work is justified by the need for academic, legal and social discussion on the secondary victimization of women before the Brazilian judiciary, since institutional violence is still little addressed in these spaces. For this purpose, bibliographical and documentary research is used as a methodology, accompanied by a qualitative approach and inductive method, as theoretical support: Taquette (2007) and Andrade (1996; 2004; 2005), VARGAS (2000) among others who reveal the existence of violence against women perpetrated by the State. In this way, it is pointed out that the changes made to the aforementioned devices brought about insignificant transformations for women, since the applicability and effectiveness of these existing laws is truly lacking in the concrete case.

**Keywords:** violence against women; revictimization; Law 14.245/2021.

### **1 INTRODUÇÃO**

A violência contra a mulher refere-se a qualquer espécie de coação, seja ela em esfera sexual, psicológica, física ou verbal. No crime de estupro, especificamente, essa violência funda-se, em sua maior parte, na desigualdade de gênero, ou seja, no aparelhamento social dos sexos, o qual eterniza o juízo de que o gênero masculino representa o alicerce, força, sendo então um protagonista dominante, enquanto isso, o gênero feminino é associado com a necessidade de cuidado, submissão e inferioridade.

Diante desse cenário, a mulher, enquanto vítima, sofre as consequências do ato de estupro para além da esfera dos danos imediatos. Elas transpassam à extensão social e institucional, nascendo assim a noção de "vitimização secundária", ao ser a vítima obrigada a prorrogar a angústia derivada da ação violenta. Diante disso, a Vitimização Secundária, ou Revitimização da mulher, é entendida como o sofrimento adicional causado à vítima após

ocorrência do fato criminoso, sendo aquele adicionado e sustentado, muitas vezes, pelos órgãos do aparato estatal responsáveis pela persecução criminal, ainda que, em teoria, tais órgãos tenham dentre seus objetivos os deveres de cuidado e proteção em relação à vítima (BERISTAIN, 2000).

Desta maneira, tendo em vista a forma como a Lei nº 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer) foi apresentada e consolidada na esfera penal brasileira, e ponderando sua especificidade bem como repercussão em relação a Revitimização de Mariana Ferrer, o presente estudo possui como problemática as seguintes indagações: De que forma acontece a Revitimização e a violência institucional contra a mulher, e quais as mudanças ocorridas após a implementação da Lei nº 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer) para a transformação desse cenário?

Dessa maneira, temos, em primeiro momento, a concepção hipótese formulada ao problema apresentado, de que a lei em comento seria primordial para proporcionar maior proteção às vítimas de crimes sexuais, avaliando as questões ligadas à dignidade sexual e os reflexos gerados pelo estupro, gerando mudanças protetivas relevantes para combater a violência institucional presente no judiciário brasileiro, considerando a análise do caso “Mariana Ferrer”.

Neste sentido, essa pesquisa justifica-se pela necessidade da discussão acadêmica, jurídica e social a respeito da vitimização secundária da mulher perante o judiciário brasileiro, uma vez que a violência institucional ainda é pouco abordada nestes espaços, tendo ganhado maior repercussão a partir do caso da jovem Mariana Ferrer, o qual culminou para a promulgação da Lei nº 14.245/2021.

Nessa perspectiva, objetiva-se apresentar as principais mudanças trazidas pela Lei Marianna Ferrer quanto à proteção da mulher, vítima de estupro em situações de vitimização secundária. Em relação aos objetivos específicos, temos: a) Abordar aspectos históricos acerca da proteção da mulher contra a violência no ordenamento jurídico brasileiro; b) Apontar como acontece o processo de Revitimização da mulher, sendo a violência institucional uma dessas formas, quando cometida pelo judiciário brasileiro; c) Analisar a Lei nº 14.245/21 (Lei Mariana Ferrer) assinalando as principais mudanças trazidas por ela, as quais modificaram o Código Penal e o Código de Processo Penal protegendo as vítimas de crimes sexuais da chamada vitimização secundária.

Acerca da metodologia utilizada, optou-se pelas pesquisas bibliográfica e a documental, acompanhadas da abordagem qualitativa, sendo pautadas na análise de doutrinas, leis e jurisprudências, ponderando as particularidades e reflexos em relação à Revitimização sofrida por Mariana, e por conseguinte a promulgação da Lei nº 14.245/2021.

No que concerne ao respaldo teórico, utilizamos as ideias expressas nas obras de Taquette (2007), Andrade (1996; 2004; 2005), entre outros que revelam a existência da violência contra a mulher praticada pelo Estado, bem como a análise da Lei nº 14.245/2021 e seus dispositivos.

Desse modo, o trabalho está estruturado da seguinte forma: em primeiro momento discorre-se sobre o percurso histórico sobre a violência contra mulher no ordenamento jurídico brasileiro; posterior, discutimos sobre a Revitimização e a violência institucional contra a mulher, expondo de que forma acontece a vitimização secundária da esfera social à institucional, fazendo um paralelo com o caso Mariana Ferrer; por fim, analisa-se a Lei 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer), estudando as principais modificações implementadas no Código Penal e no Código de Processo Penal voltadas para a proteção das vítimas de crimes sexuais da chamada vitimização secundária, bem como debatendo sua aplicabilidade e efetividade em sociedade.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 A proteção da mulher contra a violência no ordenamento jurídico brasileiro**

Historicamente, o primeiro dispositivo a tratar sobre a igualdade entre homens e mulheres foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1948. Contudo, tal tratamento aconteceu apenas de maneira formal, não levando em conta as circunstâncias concretas de desigualdades direcionadas às mulheres.

Desse modo, em 1967, a Declaração sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres foi consagrada pela ONU, sendo consolidada como a primeira norma a reconhecer a desigualdade existente entre homens e mulheres, bem como o direito a diferença. A declaração estipulava, em seu artigo 1º, que a discriminação contra a mulher se configurava como imprópria, como também um insulto à dignidade humana. Em continuidade, determinava como obrigação a implantação de medidas para garantir a igualdade entre homens e mulheres, extinguindo normas discriminatórias (BARSTED, 2016).

No Brasil, o assunto começou a ser tratado em 1960 através dos movimentos feministas que denunciavam a desigualdade de gênero, em plena ditadura militar. Nesse contexto, as mobilizações de mulheres no país buscavam o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres (BARSTED, 2016).

Em 1984, ocorreu no Brasil a aprovação da Convenção Sobre a Eliminação de todas

as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW), que discute sobre a discriminação contra a mulher, exigindo em sua composição, a obrigatoriedade dos Estados Partes para desenvolvimento de políticas e ações que rescindam a discriminação contra mulher.

No entanto, a validação da CEDAW pelo Brasil não foi possível em totalidade, uma vez que o Código Civil de 1916 não ratificou inteiramente a igualdade entre homem e mulher. Dessa forma, a adoção dos dispositivos contidos na convenção ocorrera com muitas reservas, dificultando a sua efetiva aplicabilidade em sociedade. Somente após a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve realmente o reconhecimento e a igualdade entre homens e mulheres na família (BARRETO, 2014).

Continuamente, o Brasil celebrou, no ano 1994, a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, renomada popularmente como Convenção de Belém do Pará. Foi definido, no seu artigo 1º, o conceito acerca da violência contra a mulher sendo “qualquer ato ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994), como também configurou que a violência contra a mulher compreenderia a esfera física, sexual e psicológica, advindas tanto do âmbito familiar quanto da comunidade, bem como a praticada pelo Estado (CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ, 1994).

Após transcorridos vários anos do período temporal supracitado, é promulgado no Brasil o mais considerável instrumento normativo no combate à violência contra a mulher, qual seja, a Lei nº 11.340 de 2006 (Lei Maria da Penha). A norma foi criada em reverência a Maria da Penha Maia Fernandes, que foi vítima de violência doméstica por seu marido, e ainda secundariamente pelo Estado. Porém, através da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), tanto seu cônjuge foi condenado pelo seu homicídio, como também o estado, pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), da Organização dos Estados Americanos (OEA), uma vez que este ocupou o papel omissivo e negligente em relação a violência suportada pela vítima (SARDENBERG; TAVARES; GOMES, 2016).

A lei trouxe grandes conquistas para as mulheres que sofrem abuso, principalmente no que se refere a classificação da violência, diferenciando-a em espécies. No tocante ao abusador, a norma também previu a sua responsabilização. Em seu artigo 7º, a diretriz classifica as formas de violência doméstica em: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral, ainda prevê para o agressor pena de três meses a três anos, a depender do caso concreto (BRASIL, 2006). Vale ressaltar que a Lei Maria da Penha, em conformidade com a ONU, encontra-se

entre as três melhores leis do mundo no que diz respeito a proteção das mulheres (ALVES; OLIVEIRA, 2017).

Outro marco que merece destaque neste estudo, é Lei nº 12.015/2009 que modificou os dispositivos do Código Penal no concerne aos crimes contra a liberdade sexual, incluindo no código o Título VI, que, até então, era intitulado “Dos crimes contra o Costume”, para “Dos Crimes contra a Dignidade Sexual”, com o fito, segundo Gonçalves (2018, p. 471), de “evitar que a interpretação da lei, fundada no nome do título, continuasse a se dar com base em hábitos machistas ou moralismos antiquados e eventuais avaliações da sociedade sobre estes”.

Alinhada no combate à violência contra a mulher no Brasil, a Lei nº 13.104/2015 também trouxe suas contribuições. O escrito legal incluiu o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio no artigo 121, § 2º, inciso VI, do Código Penal, inserindo-o, também, no rol dos crimes hediondos (BRASIL, 2015). Desse modo, o feminicídio passou a ser englobado no crime de homicídio ou tentativa de homicídio praticado contra a mulher, quando este for praticado em razão do sexo feminino (BRASIL, 2015).

Após as modificações das leis citadas, a busca legislativa pela proteção das mulheres semanteve constante. Em 2018, a Lei nº 13.718 tipificou os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornando pública e incondicionada o caráter da ação penal dos crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, também determinou causas de aumento de pena para esses delitos e instituiu como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo (BRASIL, 2018).

Desta forma, consoante o artigo 215-A do Código Penal, concebe crime de importunação sexual “praticar contra alguém e sem a sua anuência ato libidinoso com o objetivo de satisfazer a própria lascívia ou a de terceiro”, com pena de 01 a 05 anos de reclusão, se não constituir crime mais grave (BRASIL, 1940).

Por último, sendo a lei mais recente de proteção a mulher no nosso país, e objeto desse estudo, a Lei Federal nº 14.425/2021 (Mariana Ferrer), sancionada no Brasil em 22 de novembro de 2021, busca reprimir o desrespeito contra as vítimas ou supostas vítimas de crimes sexuais, assim como das testemunhas, de forma a alterar dispositivos legais já vigentes, quais sejam: Código Penal Brasileiro (Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940), Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941) e Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei Federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995). Tais pretensões serão detalhadas no decorrer deste trabalho.

Ante o exposto, constata-se que a proteção da mulher contra a violência no Brasil encontra-se extensamente amparada quando o assunto é a legislação. No entanto, como bem

coloca Barroso e Lima (2020), nota-se uma negligência no que se refere as atuações de segurança pública e da justiça, o que termina por colaborar para os altos índices de impunidade.

## **2.2 A revitimização e a violência institucional contra a mulher**

Inicialmente, convém distinguirmos o que se entende por Revitimização e por violência institucional. A Revitimização é o fenômeno derivado do sofrimento contínuo ou reiterado da vítima de um ato violento, após o término deste, que pode acontecer instantaneamente, dias, meses ou até anos depois. Ela tem maior incidência na esfera institucional, uma vez que o aparato estatal e as instituições prestadoras de serviços públicos são as responsáveis pelo andamento dos processos provenientes dos crimes de violência.

A título de exemplo de como a Revitimização encontra-se presente como violência institucional, podemos citar a vítima de abuso sexual que, posteriormente ao sofrimento da violência própria do ato, é inquirida de maneira descuidada de modo a lembrar a forma dolorosa e os instantes em que esteve sob o jugo do agressor.

Alvino Augusto Sá (1996), ressalta que a vitimização consiste no processo por meio do qual uma pessoa se torna, ou é escolhida a se tornar, o objeto alvo da violência de outrem (pessoa, grupo ou instituição), procedimento que se encontra desmembrado em três graus: a vitimização primária, a vitimização secundária e a vitimização terciária.

A Vitimização primária é aquela originada pela própria prática do delito, pelo comportamento do agente que infringe os direitos da vítima, ocasionando-lhe danos de diversos tipos, como físicos, psicológicos e materiais, acarretando até mesmo, alterações nos hábitos e transformações de conduta da vítima (PENTEADO FILHO, 2014; SUMARIVA, 2014).

Vale salientar que o dano que a vítima sofre não se encerra na lesão do bem jurídico ou em outros efeitos secundários que possam se desencadear à vista desse acontecimento (MOLINA, GOMES, 2006, p.82), uma vez que, como decorrência da lesão de um direito, entra em cena o aparelhamento coercitivo do Estado, fazendo com que a vítima seja compelida a entrar uma relação com sistema jurídico penal, configurando então a vitimização secundária.

A vitimização secundária configura-se como o tratamento que é direcionado à vítima pelos órgãos de controle social formal da criminalidade, tais como polícia, Poder Judiciário, entre outros, tanto pelas ações quanto pelas omissões. Refere-se, pois, ao sofrimento adicional que é movido pelos órgãos oficiais estatais que operam na persecução criminal, na etapa do inquérito policial e no curso do processo penal, pela mídia e pelo meio social no qual a vítima está inserida (PENTEADO FILHO, 2014, p. 92), (SUMARIVA, 2014, p. 51); Diante disso,

"a produção da vitimização secundária está normalmente associada à linguagem empregada, frequentemente instrumentalizada por padrões morais de julgamento que ultrapassam a figura do acusado e atingem a forma de ser e o comportamento da vítima" (SALO CARVALHO, 2013, p. 122).

Diante do exposto, em muitos episódios, sobretudo naqueles que versam sobre crimes contra a dignidade sexual, a vítima se enxerga diante de um novo processo acusatório, porém dessa vez, movido dentro do espaço de suas próprias relações sociais. Nasce então, a vitimização terciária, configurando-se quando há uma notável falta de assistência e acolhimento da sociedade para com a vítima, até mesmo da própria família.

Por meio de olhares avessos, comentários maliciosos, perguntas torpes e intrometidas e ainda brincadeiras, a vítima se vê cada vez mais envergonhada e coagida, o que faz com que ela não se permita viver dignamente em sociedade, e em decorrência disso, ela se condiciona ao isolamento, suportando os efeitos do crime sozinha.

Desse modo, as condutas supracitadas estimulam a vítima a não denunciar o delito às autoridades competentes, ocorrendo a denominada "cifra negra", que corresponde a quantidade de delitos que não são comunicados ao Estado (PENTEADO FILHO, 2014, p. 92), (SUMARIVA, 2014, p. 51).

Em face das informações expostas no decorrer dessa pesquisa, destacamos no momento a definição acerca da violência institucional, também conhecida como vitimização secundária. Para isso, temos o pensamento de Taquette (2007, p. 94) que denomina a violência institucional como "aquela praticada, por ação e/ou omissão, nas instituições prestadoras de serviços públicos tais como hospitais, postos de saúde, escolas, delegacias, Judiciário, dentre outras", em virtude, na maioria dos casos, da discriminação de gênero, raça, etnia, orientação sexual e religião.

Dessa maneira, ainda que possa se consolidar dentro de qualquer infração penal, a Revitimização tem maior incidência no contexto de crimes contra a dignidade sexual, sobretudo quando a vítima é do gênero feminino. A lei nº 14.321/2022 recentemente introduziu esse tipo penal na Lei de Abuso de Autoridade (Lei nº 13.864/2019), compreendendo a Violência Institucional como:

Art. 15-A. Submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade: I – a situação de violência; ou II – outras situações potencialmente geradoras de sofrimento ou estigmatização: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa. § 1º Se o agente público permitir que terceiro intimide a vítima de crimes violentos, gerando indevida revitimização, aplica-se a pena aumentada de



2/3 (dois terços). § 2º Se o agente público intimidar a vítima de crimes violentos, gerando indevida revitimização, aplica-se a pena em dobro. (BRASIL, 2022).

Desse modo, esse dispositivo em sintonia com a Lei 14.245/2021 (Lei Marina Ferrer) criminaliza a violência institucional nos diversos “corredores” do sistema de justiça, penal ou extrapenal, judicial ou extrajudicial, alcançando, ainda âmbitos de atendimento a vítimas, como serviços sociais, de perícia, entre outros.

Diante do exposto, convém avaliar a prática desta conduta contra mulheres vítima de violência de gênero, em específico a violência sexual, no âmbito dos sistemas de justiça, o que envolve as autoridades responsáveis pela persecução penal de tais delitos. Para tanto, estudamos o próximo tópico, como ocorre a violência institucional no judiciário brasileiro, levando em consideração o caso ocorrido com a *influencer* Maria Ferrer, e fazendo um paralelo com a Lei nº 14.245/2021, fruto deste fatídico acontecimento.

### **3 O PROBLEMA DA REVITIMIZAÇÃO DA MULHER: UMA ANÁLISE DO CASO MARIANA**

Como mencionado anteriormente, a violência institucional trata-se de uma das faces da revitimização, que pode ser descoberta em diversos espaços. Neste momento, focaremos nos sistemas de justiça, que envolvem tanto as autoridades policiais como os agentes do Poder Judiciário, encarregados pela persecução penal.

Dessarte, “a violência institucional contra a mulher no sistema de justiça acontece quando há um atendimento desigual e segregativo atribuído às mulheres, na ausência de reconhecimento de sua condição de gênero e no descuido e omissão provenientes da carência de aperfeiçoamento dos profissionais” (BECKER, DIOTTO, BRUTTI, 2020, p. 89). Assim, ela pode acontecer: no momento da *notitia criminis*, durante a investigação e no inquérito policial, por intermédio das autoridades policiais. Já no decorrer do processo penal, ela pode advir por intervenção dos agentes do Poder Judiciário, tais como juízes, advogados, serventuários, entre outros.

Dessa maneira, segundo Santos (2017, n.p), as mulheres vítimas de violência sexual, são submetidas à suspeita das autoridades quando são inquiridas a respeito “do seu comportamento antes, durante e depois do ato sexual, suas vestimentas, o fato de estar ou não sozinha naquele local, o motivo desse comportamento [...] suas reações e sentimentos”.

Diante do exposto, torna-se evidente, conforme citação de Santos, o início da

vitimização secundária, quando, após sofrer o ato violento, derivado do próprio crime (vitimização primária), a mulher passa a ser julgada como instigadora do crime, devido a sua conduta moral e social. Desta forma, o agressor passa para segundo plano, e a vítima torna-se alvo de um doloroso e fatídico interrogatório. Para Coulouris (2010, p. 42, destaque do autor), a imposição de que as mulheres ofereçam “detalhes impossíveis de serem fornecidos pelas vítimas, como por exemplo, o tempo *exato* de cada ato sexual e sua ordem cronológica” para que se considere coerente a denúncia, logo, passível de credibilidade, trata-se de uma verdadeira “perversidade do sistema penal”.

Dutra (2020), entende que tais ações acontecem em razão da impossibilidade de haver neutralidade nas ações humanas, de forma que o Judiciário, através de seus agentes, termina por reproduzir a lógica sexista que, com base na organização social dos sexos, sustenta o juízo de que há um gênero predominante e que este seria o gênero masculino.

Neste sentido, a violência institucional é particularmente vista nos episódios de violência doméstica e violência sexual contra as mulheres, uma vez que, devido à natureza de tais delitos, e, principalmente, das ações penais de tais crimes, é confiado a esta uma imperceptibilidade que, repousada no princípio do sigilo, o qual tem por desígnio proteger a vítima, finda-se por proteger os autores da violência institucional.

Em razão disto, é sabido que as vítimas de crimes sexuais que tomam a decisão de prestar queixa contra seus agressores ao Poder Estatal, sofrem um penoso caminho até conseguirem (isso quando conseguem) a justiça que tanto esperam.

O processo judicial para essas vítimas, conforme coloca Andrade (2005, p. 91-92):

Trata-se de uma arena onde se julgam simultaneamente, confrontados numa fortíssima correlação de forças, a pessoa do autor e da vítima: o seu comportamento, a sua vida pregressa. E onde está em jogo, para a mulher, a sua inteira “reputação sexual” que é – ao lado do status familiar – uma variável tão decisiva para o reconhecimento da vitimização sexual feminina quanto a variável status social o é para a criminalização masculina.

Deste modo, pode-se verificar que, em conjunto com o julgamento dos fatos, e na maioria das vezes em substituição a este, existe um ajuizamento a respeito da vida passada da vítima, de forma a estimar se ela é uma vítima honrada ou não. Nessa toada, Andrade (2005, p.90-91), leciona que prevalece no julgamento dos delitos de ordem sexual a “lógica da honestidade”, que:

[...] estabelece uma grande linha divisória entre as mulheres consideradas honestas (do ponto de vista da moral sexual dominante), que podem ser consideradas vítimas pelo sistema, e as mulheres desonestas (das quais a prostituta é o modelo radicalizado), que o sistema abandona na medida em que não se adequam aos padrões de moralidade sexual impostos pelo patriarcado à mulher.

Assim, mesmo "existindo ou não laudo pericial, ou ainda prova testemunhal, mesmo em situações de flagrante delito, a palavra da vítima perde credibilidade se não for ela considerada 'mulher honesta', de acordo com a moral sexual patriarcal ainda vigente no SJC" (ANDRADE, 2005, p. 90-91).

Face a isto, nota-se que a violência institucional faz com que a mulher saia do seu lugar de vítima em um processo investigatório e/ou judicial, e passe a se ver no lugar do acusado, carecendo comprovar além da sua exposição dos fatos, que não contribuiu para a motivo da agressão por ela suportada. Assim, como coloca Prado e Nunes (2016, p. 63-64), há uma inversão no ônus da prova, já que "a vítima que precisa provar que não concorreu para o delito e que sua versão é real e não simulada; a vítima que acessa o sistema punitivo é quem acaba por ver-se ela própria julgada".

Por todo o exposto, percebe-se que o ordenamento jurídico brasileiro, durante muito tempo mostrou-se omissivo no que se refere a proteção da mulher, especialmente àquelas vítimas de crimes sexuais. Para que tal violência fosse notada, foi necessário que alguns casos tomassem proporção midiática, como o episódio da Maria da Penha, que gerou repercussão internacional. Fato que ocorreu, pois frente à impunidade do agressor, as informações chegaram a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, que, após muitos debates nas mídias e no senado apresentou como resultado a Lei nº 11.340 de 2006 - Lei Maria da Penha, a qual tem como finalidade a proteção da mulher contra a violência doméstica e familiar.

O caso de Mariana, não foi diferente. A *influencer* digital, alegou ter sido vítima de violência sexual pelo empresário André de Camargo Aranha, após ter sido dopada e conduzida por ele para um local restrito do evento em que se encontrava. Dado o acontecido, Mariana conduziu-se até uma delegacia de polícia, onde acusou André por estupro de vulnerável, apresentando depoimento, concedendo as roupas que usava e efetuando perícia para coleta de material genético.

Antes de adentrar na análise do caso, cabe aqui destacar, que o fito deste estudo não consiste em culpar ou inocentar o acusado, muito menos, discutir sobre a veracidade dos fatos citados por Mariana durante seu julgamento. O escopo desta pesquisa é identificar de que forma

Mariana como vítima (ou suposta vítima), sofreu violência institucional desde a *notitia criminis* até a audiência de instrução e julgamento do seu agressor, ponderando os traumas psicológicos que suportou no lugar onde, teoricamente, ela deveria estar sendo protegida.

Dando continuidade, sobre a experiência, Mariana relatou ao relatou ao (REVISTA QUEM, 2019): "o estrago foi grande, físico e emocional. Danos psicológicos que infelizmente só quem também é a vítima pode mensurar". Usando suas redes sociais a *influencer* efetuou críticas ao desempenho da Polícia Civil em seu processo. De acordo com a moça, o departamento estaria interessado em resguardar apenas André Aranha e o seu empreendimento, lugar onde aconteceram os fatos, por esse demonstrar ser uma pessoa de um bom poder aquisitivo (REVISTA QUEM, 2019).

A jovem denunciava, em suas mídias sociais, que seu processo se encontrava intencionalmente mal conduzido, informando que os depoimentos e laudos efetivados tinham sido manipulados, e que seu advogado no caso não tinha acesso ao inquérito em andamento (REVISTA QUEM, 2019).

Em setembro de 2020, encerrou-se o processo que julgava André Aranha pelo crime de estupro de vulnerável, sendo este absolvido de todas as acusações (MARI, 2021).

Após transcorrido alguns meses, o portal de notícias The Intercept Brasil anunciou uma matéria exclusiva sobre o caso de Mariana Ferrer, na qual continha fragmentos da oitiva da moça, na audiência de instrução e julgamento, realizada por videoconferência. Nos trechos de vídeos publicados, era possível ver Mariana chorando devido a linguagem usada pelo advogado de defesa, Cláudio Gastão da Rosa Filho. No momento, o advogado exibiu imagens de Mariana no período em que a jovem ainda trabalhava como modelo, designando tais fotos como "ginecológicas" e assegurando que "jamais teria uma filha" do "nível" de moça, e ainda que "pedia para Deus" que seu filho nunca se deparasse com uma mulher como ela. Mesmo vendo-a fragilizada, o defensor continua: "só falta uma auréola na cabeça! Não adianta vir com esse teu choro dissimulado, falso e essa lábia de crocodilo" (ALVES, 2020).

De acordo com a defesa de André, Mariana estaria inventando os fatos para conseguir popularidade nas redes sociais, assegurando que a jovem "fazia showzinho no instagram" e que "era uma desconhecida" até executar a denúncia contra André Aranha (ALVES, 2020). Nessa parte da audiência, o magistrado do caso, Rudson Marcos, indaga se a moça necessitaria de um tempo para se recompor. Em contrapartida, Mariana se dirige ao juiz: "Excelentíssimo, eu tô implorando por respeito, no mínimo! Nem os acusados, nem os assassinos, são tratados do jeito que estou sendo tratada, pelo amor de Deus, gente. O que é isso? Eu sou uma pessoa ilibada, nunca cometi crime contra ninguém!" (ALVES, 2020).

Frente aos fatos narrados, é impossível não perceber a falta de zelo e empatia dos presentes em relação a integridade ética e moral de Mariana durante a audiência. Oliveira e Giordano (2021) elucidam que a instrução em plenário, em processos que investigam delitos de estupro, pode se transformar em autênticos atos de tortura psicológica, ponderando que uma das técnicas de defesa mais habitualmente empregadas consiste exatamente na desqualificação da pessoa ofendida. No uso dessa técnica, procura-se trazer fatos alheios ao processo que, de determinada forma, buscam evidenciar que a conduta da vítima ou sua personalidade cooperaram para suscitar a violência sofrida.

Neste contexto, o advogado de defesa faz uma tentativa de empregar o método mencionado, por exemplo, quando busca invalidar as razões que levaram Mariana a procurar o sistema de justiça penal para denunciar André Aranha, referindo-se que a vítima tinha perdido seu emprego e que jazia com seu aluguel atrasado há sete meses quando da ocorrência dos fatos (ALVES, 2020). Informações pessoais, como a exposta, não justificam serem reveladas, mesmo assim, os dados foram usados como parte de uma tese de defesa que colocaria em rito o caráter da vítima, tal fato que ocorreu mediante a indagação de Gastão Filho, ao sugerir que Mariana estaria em busca de dinheiro e atenção: “Tu vive disso? Esse é teu criadouro, né, Mariana, a verdade é essa, né? É teu ganha pão a desgraça dos outros?” proferiu o advogado (ALVES, 2020).

Ademais, numa verdadeira sequência de Revitimização e sofrimento imposta a Mariana, a defesa ainda continua sua tese, trazendo a cena fatos e provas relacionados a honra e moral da jovem. O advogado expôs fotos de Mariana Ferrer que sopesava como "sensuais", culpando a vítima de manipular sua "história de virgem". Por conseguinte, o defensor procurava demonstrar que a jovem não se aproximaria do ideal de "mulher honesta". A moça, lagrimando, responde as falas do advogado assegurando que as fotos não demonstravam "nada demais" e que mulheres virgens não necessitavam se comportar "como freiras" (ALVES, 2020). Tal debate ocorreu após ser confirmado em perícia médica, durante o processo, que Mariana era virgem até a noite do acontecimento.

Sommacal e Tagliari (2017) denunciam que a sexualidade da mulher continuamente será motivo de julgamento e discussão, tanto pela sociedade como pelos operadores do direito, que têm a predisposição, em julgamentos de crimes contra a dignidade sexual, desviarem a investigação da conduta delitiva, circunstanciadamente abordando a sexualidade da vítima como motivo do delito.

No que se refere a figura do advogado no processo de Revitimização, Souza (2020), defende que apesar de ele não estar inserido como um agente público (agente especificamente

responsável pelo processo de vitimização secundária), os métodos de defesa empregados em sede de audiência são hábeis de colaborar para a Revitimização daquelas mulheres que buscam o sistema penal para delatarem seus agressores, na maioria das vezes, fazendo com que essas vítimas passem a se culpabilizar inconscientemente.

Ao interpelar a moral e a honra da vítima, revelando pontos privados de sua intimidade, transformando um momento tão doloroso em um verdadeiro interrogatório, Souza (2020) coloca que os operadores do direito estariam pondo em julgo o princípio da dignidade da pessoa humana, comprometendo toda a concepção do Estado Democrático de Direito. Uma vez que, Gomes (2016) justifica que os órgãos que integram o sistema penal devem privar-se do exercício de qualquer ação que tenha como escopo desprestigiar a vítima ou sua dignidade, especialmente em casos de crimes sexuais, nos quais repetidamente é atribuído ao sujeito passivo a culpabilidade pelo cometimento do delito.

Como bem coloca Mendes (2020), a prática da atividade defensiva possui limites, os quais são designados pelo Texto Constitucional. No caso em questão, para além do advogado de defesa, o juiz e o promotor de justiça, foram coniventes com o processo de vitimização secundária de Mariana, uma vez que se omitiram perante os discursos descabidos do advogado de defesa. Frente a tal postura dos operadores do direito, o ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes manifestou-se: "As cenas da audiência de Mariana Ferrer são estarrecedoras. O sistema de Justiça deve ser instrumento de acolhimento, jamais de tortura e humilhação. Os órgãos de correição devem apurar a responsabilidade dos agentes envolvidos, inclusive daqueles que se omitiram" (CASTRO, 2020).

Em síntese, diante dos fatos acima narrados, percebe-se que independentemente da verdade dos acontecimentos narrados por Mariana, a vitimização institucional aconteceu de forma verdadeiramente penosa. O tratamento dirigido a ela pelos operadores do direito, desde a notícia crime, até o momento da audiência de instrução e julgamento, é o mesmo dado a qualquer outra vítima de crimes contra a dignidade sexual. Fundado em crenças morais e pessoais dos agentes, que identificam a vítima, não pelo sofrimento que ela carrega com o abuso sofrido, mas pela sua conduta em sociedade, avaliadas como honestas e puras. A vítima deve ser reconhecida como protagonista da trama criminal, a quem o Estado deverá servir e dar apoio para todas as necessidades que ela venha adquirir após a vitimização primária.

### **3.1 A Lei 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer): mudanças aplicabilidade e efetividade**

Com intuito de evitar o prolongamento do sofrimento da vítima e de testemunhas dentro da instrução criminal, evitando de tal modo a Revitimização, a Lei 14.245/21, trouxe um olhar mais incisivo direcionado aos crimes contra a dignidade sexual.

Com fulcro nessa mudança, a “Lei Mariana Ferrer” acrescentou os artigos 400-A e 474-A no CPP, e o art. 81 na Lei 9099/95, aperfeiçoando a instrução nos ritos ordinário, do júri e sumaríssimo, com composição igual para os três dispositivos:

Na audiência de instrução e julgamento, e, em especial, nas que apurem crimes contra a dignidade sexual, todas as partes e demais sujeitos processuais presentes no ato deverão zelar pela integridade física e psicológica da vítima, sob pena de responsabilização civil, penal e administrativa, cabendo ao juiz garantir o cumprimento do disposto neste artigo, vedadas: I-a manifestação sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos; II-a utilização de linguagem, de informações ou de material que ofendam a dignidade da vítima ou de testemunha.

Em resumo, a mudança determina no que tange a prova vedada, que se deve excluir os objetos de prova que não pertençam aos fatos dos autos; bem como teor ou linguagem que insultem a dignidade da vítima ou testemunha. Prevê ainda, no que se refere as partes e aos sujeitos processuais, deveres principais ou secundários, impondo uma limitação processual ao uso da prova como argumento jurídico ou de autoridade que sejam alheios ao processo. A responsabilização extraprocessual pela violação dos atos previstos nos artigos supracitados e tríplice, respondendo os sujeitos civil, penal e administrativamente.

Em relação ao conteúdo vedado, o inciso I dos artigos 400-A e 474-A no CPP, e o art. 81 na Lei 9099/95, refere o legislador, de forma geral, circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos. Esse dispositivo deve ser entendido juntamente com o caput, isso significa que, não pode existir menção a dados que envolvam insulto à dignidade ou exibam demasiadamente a integridade da vítima e testemunhas. Ressalta-se, que não versa somente de provas dispensáveis sob o aspecto processual, todavia, de provas ofensivas, desrespeitosas, que impliquem em irrelevante exposição da vida privada.

No que tange as provas relacionadas ao objeto de prova dos autos, previstas no inciso II, existe limites na sua produção: não se aceita abuso de linguagem, indagações ou qualquer material ofensivo às vítimas ou testemunhas. Desta forma, não podem ser empregues termos que ocasionem evidente constrangimento, fotos de redes sociais para improvisar julgamentos quanto à honra, suposições no que concerne a namoros ou relacionamentos passados da vítima, entre outras provas.

Nota-se com isso, uma limitação processual no que se refere ao conteúdo que pode vir a ser tratado pelas partes no processo como pressuposto jurídico ou de autoridade. A desmoralização da vítima fazer jus a pronta intervenção do juiz, que decretará o “riscamento” das expressões transcritas, admitindo remover da certidão da “expressão indigna” para adotar as medidas cíveis, penais e/ou administrativas cabíveis.

O processo digital também permite o “riscamento”, já que, há meios eletrônicos que admitem a supressão computadorizada tão-somente do trecho que contém as palavras. Caso a ofensa seja cometida de forma oral, o magistrado arguirá o ofensor, que uma vez repetida a ação, terá sua palavra extinta.

Constata-se que, o legislador preferiu não determinar uma sanção processual para o inadimplemento dessa vedação. Entretanto, tal omissão não impossibilita, conforme o caso concreto, dependendo do grau de violação aos direitos fundamentais da vítima e/ou testemunha, classificar a prova desenvolvida pela vítima ou testemunha como ineficaz.

Sanches (2021), refere-se a tal ato como: NORMA PROCESSUAL DE GARANTIA, de reforço, segundo a qual “tem por finalidade assegurar expressamente o respeito à intimidade e vida privada das vítimas e testemunhas durante a instrução criminal. Ao mesmo tempo em que cria um DEVER JURÍDICO para o juiz, constrói o legislador um dever de zelo (de atenção) para os demais atores do processo.” Ainda segundo o autor, os sujeitos processuais no “alvo” dessa norma, são aqueles previstos tradicionalmente no processo penal: Juiz, MP e réu com seu Defensor. Como partes: MP, réu e Defensor, órgãos auxiliares, peritos (sujeitos processuais secundários).

Corroborando com essa declaração, Barros (2019, p.186) ao colocar que:

São sujeitos principais: o órgão da acusação; o réu e o seu defensor; e o juiz. Não pode haver formação da relação jurídica processual sem a intervenção desses sujeitos. De outro vértice, incluem-se no rol de sujeitos processuais secundários: a testemunha, o perito e os órgãos auxiliares da Justiça.

É relevante lembrar, como já mencionado nesse estudo, que a vitimização secundária pode acontecer em qualquer lugar, seja em sociedade ou de forma institucional, assim como, ela pode ser praticada por qualquer pessoa, independentemente da sua posição social, ou do cargo hierárquico que o agressor ocupa dentro da instituição. Assim, os sujeitos processuais e pessoas que atuam no sistema de justiça estão introduzidos nesse rol e podem agir segundo estereótipos, como consta da recomendação 35 do Comitê CEDAW da ONU:



Em todas as áreas do direito, os estereótipos comprometem a imparcialidade e integridade do sistema de justiça, que podem, por sua vez, levar à denegação da justiça, incluindo a revitimização de denunciante. Juízes, magistrados e árbitros não são os únicos atores no sistema de justiça que aplicam, reforçam e perpetuam estereótipos. Promotores, agentes encarregados de fazer cumprir a lei e outros atores permitem, com frequência, que estereótipos influenciem investigações e julgamentos, especialmente nos casos de violência baseada no gênero, com estereótipos, debilitando as declarações da vítima/sobrevivente e simultaneamente apoiando a defesa apresentada pelo suposto perpetrador. Os estereótipos, portanto, permeiam ambas as fases de investigação e processo, moldando o julgamento final.

Após esse adendo, cabe aqui discutir sobre a responsabilização penal daqueles que infringem seus deveres. A Lei 14.245/21 decidiu modificar apenas o crime do art. 344 do CP, nele abarcando o parágrafo único, elevando a pena de 1/3 até a 1/2 se o processo em que acontecer a coação submergir de delito contra a dignidade sexual.

Neste sentido, a coação no curso do processo prevista no dispositivo supracitado encontra-se escrita da seguinte forma:

Usar de violência ou grave ameaça, com o fim de favorecer interesse próprio ou alheio, contra autoridade, parte, ou qualquer outra pessoa que funciona ou é chamada a intervir em processo judicial, policial ou administrativo, ou em juízo arbitral: Pena – reclusão, de um a quatro anos, e multa, além da pena correspondente à violência. Parágrafo único. A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até a metade se o processo envolver crime contra a dignidade sexual.

Surpreende a pouca utilidade desse artigo, uma vez que essa mudança se moveu pelo infeliz acontecimento mencionado no exórdio deste artigo (audiência de instrução tratando sobre delito de estupro no qual a vítima, Mariana, teve sua intimidade desnecessariamente exibida pela defesa), pois na realidade, o constrangimento que se procura evitar e punir, na grande maioria das vezes, não acontece com violência ou grave ameaça, como na hipótese do crime de coação no curso do processo. Ele configura-se através outros meios, como humilhação, manipulação, chantagem e ridicularização.

Contudo, quando se questiona a responsabilidade penal dos sujeitos processuais por ações ou omissões sucedidas na audiência de instrução e julgamento, e, sobretudo, nas que investiguem crimes contra a dignidade sexual de vítima mulher, identifica-se, com mais destaque, o crime do art. 147-B do CP (violência psicológica). Isso, sem ignorarmos outras contravenções penais, as quais estão subordinadas ao caso concreto e a situação pessoal da vítima, como calúnia, difamação, injúria que são elementos presentes na vitimização secundária sofrida por Mariana.

No que se refere ao crime de constrangimento praticado por agente público, pode-se considerar, também, o crime do art. 33, caput, da Lei 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade):

Art. 33. Exigir informação ou cumprimento de obrigação, inclusive o dever de fazer ou de não fazer, sem expresse amparo legal: Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.

De acordo com o art. 5º, II da Constituição Federal/88, o homem em meio a outros direitos, não será forçado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei. Neste sentido, o artigo 33, caput, acolhe essa liberdade da formação e atuação da vontade.

Dessa maneira, quando trata de conhecimento do cidadão ou execução de obrigação, a Administração Pública precisa operar com respaldo legal, no sentido amplo, compreendendo todas as condições normativas previstas no art. 59 da CF/1988, já que imposição sem amparo legal pode caracterizar o crime de abuso.

Vale ressaltar a forma qualificada desse delito, se configura quando o agente tem como desígnio exclusivo lesar outrem ou beneficiar a si mesmo ou a terceiro, até mesmo, por simples capricho ou deleite pessoal (art. 1º, Lei 13.869/29).

Outro delito cabível de se encaixar como um dos atos da Revitimização cometido pelo servidor público, é o da prevaricação previsto no art. 319 da referida lei: Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal: Pena – detenção, de três meses a um ano, e multa. Consoante Drumond (2019, p. 302), a prevaricação:

Consiste essencialmente no fato de espontaneamente o funcionário se desgarrar do sentido de finalidade pública que deve ser a de toda a sua vida funcional, para, no caso, em vez disto, ter a sua ação norteadada para o que se lhe afigure o seu interesse ou lhe pareça condizente com sentimento seu, pessoal.

Sanches 2021, coloca que há três maneiras de se cometer o crime em estudo: retardando (atrasar, procrastinar) ato de ofício; deixando de praticá-lo (omissão); e, por fim, praticando-o de forma ilegal. Importante salientar, que em qualquer das hipóteses citadas, é indispensável que a ação retardada, omitida ou praticada se manifeste contra disposição expressa de lei, norma penal em branco, da qual a complementação encontra-se nos artigos 400-A e 474-A do CPP, eo art. 81 da Lei 9099/95.

Também é imperioso, que o funcionário tenha prerrogativa para a exercício do ato, visto

que, se o ato cometido, omitido ou retardado não fazia parte da sua competência, não se configura transgressão ao dever funcional.

No que concerne a classificação do crime, este se enquadra a título de dolo, representado no desejo consciente de retardar, omitir ou praticar ilicitamente ato de ofício, sucedido da finalidade de atender a interesse ou sentimento pessoal (elemento subjetivo do tipo), priorizando o seu proveito particular ao invés do interesse público.

Diante do exposto, podemos perceber que a Lei Mariana Ferrer não trouxe mudanças significativas quanto à responsabilização de quem atentar contra a dignidade das vítimas no curso do processo e nos julgamentos, dado que a proibição destas condutas já se encontrava previstas em nosso ordenamento jurídico.

Examinando o parágrafo primeiro do art. 400 do CPP, percebe-se que já existe a previsão de que as provas serão desenvolvidas numa só audiência, tendo o juiz o poder de indeferir as tidas como irrelevantes, impertinentes ou demoradas. Isto significa que o magistrado possui o dever legal de cuidar pelo respeito à dignidade das partes vinculadas no processo e desconsiderar provas inoportunas que atentam contra a moral da vítima, algo que não foi feito no caso em epígrafe, ou seja, o aparato legal para prevenir a Revitimização de Mariana já existia, no entanto, foi negligenciado por todas as partes do processo, inclusive pelo juiz que deveria zelar pelo decoro e ordem da sessão de instrução e julgamento.

O comportamento da defesa do acusado durante a audiência de Marina Ferrer transgrede de tal maneira a Ética Profissional, como os dispositivos já previstos no Código de Processo Penal, sendo suscetíveis de responsabilização pelo Juiz, promotor e advogado, tanto na esfera criminal, como cível e administrativa.

Assim, depreende-se que, não careceria a criação de uma nova lei para puramente relembrar algo prontamente previsto nas legislações já existentes, como o Código Processual penal, a Lei Orgânica de Magistratura, o Código de Ética e disciplina da OAB bem como, as demais leis que conduzem a conduta dos profissionais da área de Direito, advogados, juízes e promotores.

Desse modo, o nascimento de novas leis como esta oferecem mais uma resposta midiática ao público em geral do que resultados práticos. O que realmente precisa é da efetividade e aplicabilidade das leis que estão em vigor, no caso em comento, tendo como principal objetivo o enfrentamento a violência processual, executando de maneira efetiva a proteção da dignidade e integridade física e psicológica da vítima e testemunhas, especialmente nos casos de processos que envolvem crimes contra a dignidade sexual.

Portanto, a violência institucional (vitimização secundária) como mencionado nesse

estudo, ocorre no âmbito público, cometida pelos agentes estatais, através de inquirições e julgamentos morais a respeito da vida íntima da vítima, quando na realidade deviriam zelar pela integridade física e psíquica. Neste contexto, torna-se plenamente possível a intervenção pública, a fim de eliminá-la. E para tanto, sugere-se neste trabalho a alternativa de os agentes públicos que atuam diretamente na persecução penal praticarem sua formação continuada, através de cursos capacitações na área psicológica.

Conforme coloca Trindade:

O fenômeno da vitimização secundária parece estar se tornando comum no mundo moderno e servindo para o agravamento da situação das vítimas. Por isso, há necessidade de um olhar atento tanto da psicologia quanto do direito, tanto dos psicólogos, quanto dos operadores judiciais (TRINDADE, 2007, p. 160).

Carvalho e Lobato, (2008, s.p) também corroboram com essa visão ao preconizar que:

Juizes, promotores de Justiça, defensores públicos, advogados, delegados de polícia e demais servidores da Justiça devem ter noções de psicologia para melhor tratar as vítimas, bem como, tendo o auxílio dos profissionais da área do Serviço Social e da Psicologia, fato que não diminui a competência dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e nem da Advocacia, ainda mais se estes profissionais fossem do quadro de servidores ligados aos Órgãos mencionados. Ao contrário, apenas engrandece as carreiras. O mesmo se diga aos psicólogos e assistentes sociais. Não há qualquer rebaixamento ao ajudar a se alcançar uma Justiça plena e com danos minimizados àqueles que a procuram.

Em suma, a especialização psicológica, proporcionará uma melhor forma de tratamento para com as vítimas, fazendo com o agente veja para além da aparência física e social, dando o apoio que elas merecem nesse momento tão doloroso pós crime. Junta-se a isso, a realização de políticas públicas eficazes tendentes a abolir a cultura do estupro, bem como, uma aplicabilidade mais rigorosa e fiscalizada das leis brasileiras que tratam do processo de Revitimização da mulher, são alternativas hábeis e executáveis, capazes de proteger as vítimas de crimes sexuais da violência institucional.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

É fato que no Brasil, a positivação de leis penais de proteção a mulher precede de uma sequência fática e violenta que provoca ampla aversão social, sucedida de uma extensa cobertura midiática e de debates nas redes sociais, que em conjunto, certificam a base para o

nascimento de uma nova lei em respeito a vítima que iniciou tal processo, argumentando sua aprovação rápida, embora que vazia em modificações positivas.

O caso de Mariana encontra-se entre as normas que nascem desse clamor social e midiático. Inicialmente, seu projeto exibia em sua justificativa alguns assuntos constantemente debatidos e problematizados em sociedade, como o acontecimento de cifras ocultas em crimes contra a dignidade sexual, a inaptidão do Poder Judiciário em cuidar das vítimas de crimes sexuais, e a perpetuação de violências psicológicas por operadores do direito. No plano era possível identificar o atendimento de pleitos históricos em relação ao fenômeno da vitimização secundária, quais sejam, a batalha pelo fim da culpabilização da vítima de violência sexual e a sugestão de formas alternativas de inquirição em audiência que não comprometessem psicologicamente a vítima.

No entanto, a Lei nº 14.245/2021 (Lei Mariana Ferrer), foi responsável por simplesmente anunciar um dispositivo que adiciona uma “possibilidade” de elevação da pena ao delito de coação no curso do processo, bem como três diferentes artigos que exigem de forma genérica que as partes precisarão zelar pela integridade física e psicológica da vítima, de maneira a não atentar contra sua dignidade.

Apesar de os incisos I e II dos artigos 400-A e 474-A do Código de Processo Penal, e do parágrafo 1º-A do artigo 81 da Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais fazerem menção à impedimento de manifestações sobre circunstâncias ou elementos alheios aos fatos objeto de apuração nos autos" e ao emprego de linguagem, de informações ou de material que ofendam a dignidade da vítima ou de testemunhas, na tentativa de proibir a vitimização secundária, muitas foram os julgamentos que assinalaram o grande potencial de tais mecanismos em lesar o direito de prova e a ampla defesa do acusado.

De fato, a Lei Mariana Ferrer trouxe poucas mudanças concretas para as mulheres que sofrem vitimização secundária, uma vez que em seu texto não houve qualquer alusão à inserção de acompanhamento médico e psicológico especializado para vítimas, como também não se utilizou de programas prontamente existentes que provavelmente poderiam ser inseridos na luta contra a Revitimização, a exemplo a aplicação do depoimento sem danos e a extensão das disposições da Lei nº 13.505/2017 para vítimas de violência sexual. Além disso, a norma não trouxe ou recepcionou diretamente nenhum dispositivo voltado para a necessidade de se coibir a cultura do estupro, verdadeira causa do problema por detrás da Revitimização de vítimas de violência sexual.

No entanto, é inegável a Lei nº 14.245/21 trouxe um olhar mais incisivo na luta contra a Revitimização, pois a violência institucional contra a mulher, vítima de estupro, ganhou uma

grande repercussão após caso Mariana Ferrer, gerando uma forte reflexão e um alerta a respeito do tratamento conferido as vítimas de violência sexual por parte dos agentes do sistema de justiça, tais como advogados, promotores e juízes.

Portanto, depreende-se deste estudo que a luta contra a cultura do estupro e da vitimização secundária da mulher encontram-se amparadas no ordenamento jurídico brasileiro. O que falta verdadeiramente, é a aplicabilidade e efetividade desses dispositivos ao caso concreto. Torna-se necessário que a sociedade brasileira concentre seu foco no combate à violência contra a mulher, seja ela física ou psicológica, deixando claro que não deve haver superioridade ou distinção moral entre sexos, buscando meios alternativos e mais eficazes de se fazer cumprir o respeito a dignidade sexual das mulheres, ainda mais, à aquelas que se encontram em situação de vulnerabilidade decorrente de um crime tão íntimo e brutal, como o estupro.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jéssica Grisa de. **Lei Mariana Ferrer: Entre Demandas Feministas e Concretizações Legislativas**. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

ALVES, William Dal Bosco Garcez. Comentários sobre a Lei 13.245. **Delegados Portal Nacional**, 2016. Disponível em: <http://delegados.com.br/juridico/comentarios-sobre-a-lei-13-245>. Acesso em: 17 mar. 2020.

ALVES, Williana Alexandre; OLIVEIRA, Maria Tereza de. A lei Maria da Penha e o enfrentamento à violência contra a mulher. In.: Neto, Cornélio Alves de Azevedo; MARQUES, Deyvis de Oliveira (Org.). **Leituras de direito: violência doméstica e familiar contra a mulher**. Natal: TJRN, 2017. 380 p. Livro digital. Disponível em: <https://www.amb.com.br/fonavid/files/livro-fonavid.pdf>. Acesso em: 19 de nov. 2022.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Violência sexual e sistema penal: proteção ou duplicação da vitimização feminina?. **Sequência**, Florianópolis, v. 33, p. 87-114, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15741>. Acesso em: 04 nov. 2022.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Sexo e gênero: a mulher e o feminino na criminologia e no sistema de Justiça Criminal. **Boletim do IBCCrim**, p. 2, 2004. Disponível em: [http://www.geocities.ws/criminologia.critica/artigos/sexo\\_genero.pdf](http://www.geocities.ws/criminologia.critica/artigos/sexo_genero.pdf). Acesso em: 16 de Out. de 2022.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. Da mulher como vítima à mulher como sujeito. In: CAMPOS, Carmen Hein de. (org.). **Criminologia e Feminismo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2005.



[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1950152](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1950152). Acesso em: 19 de out. de 2022.

**BRASIL, Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.** 1979. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4377.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4377.htm). Acesso em 20 de out. de 2022.

**BRASIL. Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940.** Código Penal.

Brasília: Presidência da República, [1940]. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 14 out.2022.

**BRASIL. Decreto-Lei nº. 3.689 de 03 de outubro de 1941. VADE MECUM penal e processual penal.** 3ª ed. Noteroi, RJ: Impetus, 2021.

**BRASIL. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006.** Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher [...]. Brasília: Presidência da República, [2006]. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm). Acesso em: 14 out.2022.

**BRASIL. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009.** Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990. [...]. Brasília: Presidência da República, [2009]. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm). Acesso em: 14 out.2022.

**BRASIL. Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015.** Altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. Brasília: Presidência da República, [2015]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm).

Acesso em: 14 out. 2022.

**BRASIL. Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018.** Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro. [...]. Brasília: Presidência da República, [2018]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm). Acesso em: 14 out. 2022.

**BRASIL. Lei nº 14.245 de 22 de novembro de 2021.** Altera os Decretos-Leis nos 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995 (Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais), [...] (Lei Mariana Ferrer). Brasília: Presidência da República, [2021].



Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14245.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14245.htm). Acesso em: 04 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 14.321, de 31 de março de 2022**. Altera a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019, para tipificar o crime de violência institucional. Brasília: Presidência da República, [2022]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2022/lei/L14321.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/lei/L14321.htm). Acesso em: 04 nov. 2022.

CARVALHO, Salo. **Penas e Medidas de Segurança no Direito Penal Brasileiro: Fundamentos e Aplicação Judicial**. São Paulo: Saraiva, 2013.

CARVALHO, Sandro Carvalho Lobato de; LOBATO, Joaquim Henrique de Carvalho. Vitimização e processo penal. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 13, n. 1937, 20 out. 2008. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/11854>. Acesso em: 14 de nov. 2022.

CASO Mariana Ferrer: ataques a blogueira durante julgamento sobre estupro provocam indignação. **G1 SC**, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2020/11/03/caso-mariana-ferrer-ataques-a-blogueira-durante-julgamento-sobre-estupro-provocam-indignacao.ghtml>. Acesso em: 25 out. 2022.

CASTRO, Rodrigo. **Gilmar Mendes diz que influencer Mariana Ferrer foi vítima de “tortura e humilhação” em audiência sobre estupro**. *Época*. 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/gilmar-mendes-diz-que-influencer-mariana-ferrer-foi-vitimade-tortura-humilhacao-em-audiencia-sobre-estupro-24726523>. Acesso em: 26 out. 2022.

CONVENÇÃO DE BELÉM DO PARÁ. **Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher**. Belém, 1994. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/a-61.htm>. Acesso em: 04 nov. 2022.

COMITÊ SOBRE A ELIMINAÇÃO DA DISCRIMINAÇÃO CONTRA AS MULHERES (CEDAW). **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres**. Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2016/02/Recomendacao-Geral-n33-Comite-CEDAW.pdf>.

Acesso em: 04 nov. 2022.

COULOURIS, Daniella Georges. **A desconfiança em relação à palavra da vítima e o sentido da punição em processos judiciais de estupro**. 2010. 242 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde20092010155706/publico/2010\\_DaniellaGeorgesCoulouris.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde20092010155706/publico/2010_DaniellaGeorgesCoulouris.pdf). Acesso em: 25 out. 2022.

DUTRA, Thaís Ferreira. **A Audiência de Fortalecimento e a desestruturação da violência doméstica e familiar contra a mulher: uma análise do potencial transformador da fala da vítima.** 2020. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito. Disponível em: [https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/34782/3/dissertacao\\_thais.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/34782/3/dissertacao_thais.pdf). Acesso em: 20 out. 2022.

GOMES, Paulo Henrique Ribeiro. A vitimização secundária na criminologia. **JusBrasil**. 2016. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/52328/a-vitimizacao-secundaria-na-criminologia>>. Acesso em: 21 out. 2022.

GONÇALVES, Victor Eduardo Rios. **Direito Penal: parte especial esquematizado**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

GRECO, A. A vítima na doutrina penal: conceito, tipos e evolução histórica. **Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo**, v. 12, 7 ago. Disponível em: <https://revistas.direitosbc.br/index.php/fdsbc/article/view/270>. 2015. Acesso em: 06 nov. 2022.

MARI, João de. Justiça mantém absolvição de acusado de estuprar Mariana Ferrer. **CNNBrasil**, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/justica-mantem-absolvicao-de-acusado-de-estuprar-mariana-ferrer/>. Acesso em: 25 out. 2022.

MARTINS, Fernanda K.; GOMES, Alessandra; FONTELES, Juliana; SANTOS, Blenda; BECARI, Jade; PEREIRA, Catharina. **Caso Mari Ferrer: Menos de 1% dos tuítes sobre julgamento foram a favor da sentença.** InternetLab. 2020. Disponível em: <https://www.internetlab.org.br/pt/desigualdades-e-identidades/caso-mari-ferrer-menos-de-1-dos-tuites-sobre-julgamento-foram-a-favor-da-sentenca/>. Acesso em: 26 out. 2022.

MENDES, Soraia da Rosa. **Processo penal feminista**. São Paulo: Atlas, 2020.

MOLINA, Antonio Garcia-Pablos de; GOMES, Luiz Flavio. **Criminologia**. 5. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

Oliveira, Jussara Martins Cerveira de. A negação dos direitos humanos da mulher: violência de gênero. *Revista Jurídica Unigran, Dourados*, v. 05, n. 09, p. 43, jan.-jun. 2003.

PENTEADO FILHO, Nestor Sampaio. **Manual Esquemático de Criminologia**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2020.

RELEMBRE casos brasileiros que mudaram a legislação. **Terra**. 2020. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/cidades/relembre-casos-brasileiros-que-mudaram-a-legislacao,0c4c28235c139cf3a4e1f61a94be900d5iq2fd.html>. Acesso em: 26 out. 2022.

SANCHES, Rogério Cunha. **Manual de direito penal: volume único : parte especial (arts.121 ao 361)**. 15. ed. rev. e ampl.. São Paulo: JusPODIVM, 2022.

SANTOS, Silvia Chakian de Toledo. *Época*, [s.l.], 2017. Disponível em: <https://epoca.oglobo.globo.com/sociedade/noticia/2017/09/pelas-mulheres-o-sistema-exige-revisao-para-combater-violencia-sexual.html>. Acesso em: 19 out. 2022.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar; TAVARES, Márcia Santana; GOMES, Márcia Queiroz. Monitorando a Lei Maria da Penha: reflexões sobre a experiência do Observe in: SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar; TAVARES, Márcia Santana; GOMES, Márcia Queiroz. **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento**. [online]. Salvador: EDUFBA, 2016. ISBN: 978-85-232-2016-7. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788523220167>. Acesso em: 20 out. de 2022.

SOMMACAL, Clariana Leal; TAGLIARI, Priscila de Azambuja. A cultura de estupro: oarcabouço da desigualdade, da tolerância à violência, da objetificação da mulher e da culpabilização da vítima. **Revista da ESMESC**, v. 24, n. 30, p. 245-268, 2017.

SOUZA, Amanda Carolina Cruz de. A natureza da ação penal no crime de estupro: a vontade da vítima em face da violência institucional. In: **Do Ódio e Violência Contra As Mulheres: respostas à pergunta: "Afim, o que querem as mulheres?"**, Belo Horizonte, p. 207-221, 2020. SOUZA, Luanna Tomaz. Vitimologia e gênero no processo penal brasileiro. **Caderno de Gênero e Tecnologia**. Curitiba, n. 119, v. 27, n. 28, p. 39- 65, 2013.

SOUZA, Sara Barbosa. **Violência institucional contra a mulher: a revitimização e o silenciamento da vítima e seus reflexos no ordenamento jurídico brasileiro**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Direito). Centro Universitário UNIFACIG,Manhuaçu, 2021.

SUMARIVA, Paulo. **Criminologia: teoria e prática**. 2. ed. rev., ampl. e atual. Niterói, RJ:Impetus, 2014.

TAQUETTE, Stella *et al.* **Mulher adolescente/jovem em situação de violência**. Brasília:Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

TRINDADE, Jorge. **Manual de Psicologia Jurídica para operadores do Direito**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2014.

# **RESPONSABILIDADE CIVIL DOS INFLUENCIADORES DIGITAIS: UMA ANÁLISE SOBRE O IMPACTO DOS DIGITAIS INFLUENCERS NA VIDA DOS CONSUMIDORES**

Denise Lourayne do Nascimento Alves

Cícero Otávio de Lima Paiva

Francisco Fernando Dias da Silva

Francisco Fernando Pinheiro Leite

Sócrates Alves Pedrosa

## **RESUMO**

Em virtude do avanço das redes sociais e do surgimento dos denominados Digitais Influencers, surge a necessidade de analisar a forma que o direito regulamenta as suas relações com o público consumidor, portanto, a presente pesquisa busca avaliar a possibilidade de os influenciadores digitais serem responsabilizados civilmente em razão de propaganda enganosa ou abusiva, bem como se essa responsabilidade seria objetiva ou subjetiva. Em relação a metodologia utilizada, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que possui como característica a análise de livros e artigos já publicados, além disso, foi realizado um questionário via plataforma Google Forms, a fim de analisar a opinião do público em geral. Ficou constatado que os influenciadores digitais possuem um alto grau de persuasão sobre os seus seguidores, definindo, inclusive a tomada de decisão na hora de realizar compras. Por fim, ficou evidente que, em virtude de os influenciadores serem considerados fornecedores por equiparação, e por preencher outros requisitos legais, eles respondem objetivamente pelos danos causados aos consumidores

**Palavras-chave:** Responsabilidade Civil. Código de Defesa do Consumidor. Publicidade

## **CIVIL RESPONSIBILITY OF DIGITAL INFLUENCERS: AN ANALYSIS OF THE IMPACT OF DIGITAL INFLUENCERS ON CONSUMERS' LIVES**

### **ABSTRACT**

Due to the advancement of social networks and the emergence of the so-called Digital Influencers, there is a need to analyze the way that the law regulates its relations with the consumer public, therefore, this research seeks to evaluate the possibility of digital influencers being held civilly responsible due to misleading or abusive advertising, as well as whether this responsibility would be objective or subjective. The bibliography methodology was used, which features the analysis of books and articles already published, in addition, a questionnaire was carried out via the Google Forms platform, to analyze the opinion of the general public. It was found that digital influencers have a high degree of persuasion about their followers, even defining decision-making when making purchases. Finally, it became evident that, because influencers are considered providers by equality and fulfill other legal requirements, they are objectively accountable for the damage caused to consumers.

**Keywords:** Civil Responsibility. Consumer Protection Code. Advertising.

## **1 INTRODUÇÃO**

Influenciador Digital (ID), também denominados de Digitais Influencers ou creators, são indivíduos que, por meio das suas redes sociais produzem conteúdos com capacidade para persuadir pessoas, criando tendências e servindo como fonte de inspiração para os seus seguidores, sendo dessa forma, consideradas pessoas com alto poder de moldar a decisão de compra dos consumidores e suas atitudes através das mídias sociais (POLITI, 2019).

Diferentemente dos perfis comuns, os creators possuem uma vasta gama de seguidores. Uma pesquisa realizada pela TIC Domicílios feita em 2019 mostra que cerca de 70% da população brasileira está conectada à internet, estima-se que cerca de 126 milhões de pessoas estão utilizando as redes sociais todos os dias, um número bastante elevado e que vem crescendo ao passar do tempo (CETIC.BR, 2019). Segundo preceitua Hearn e Schoemhofer (2015), os influenciadores digitais são vistos como uma espécie de ídolos de consumo, os consumidores, por sua vez, se inspiram nessas pessoas e acabam montando um ideal de vida e de consumo baseado na realidade que eles divulgam, pois reconhecem neles um modelo de sucesso (FORBES, 2022).

A produção de conteúdo vem sendo gerada de forma bastante acentuada, uma vez que a “era da internet” alcança pessoas do mundo inteiro graças ao fenômeno da globalização. Por ser um assunto atual e de interesse global, esta pesquisa encontra respaldo na necessidade de analisar as relações consumeristas, atreladas às influências digitais à luz do Código de Defesa do Consumidor, regido pela Lei nº 8.078/1990 e do Código de Processo Civil. Dessa forma, objetiva-se analisar os seguintes questionamentos: Qual a responsabilidade civil desses influenciadores quando indicam produtos ou serviços por meio da internet, seria ela objetiva ou subjetiva? Qual o poder de influência que os influenciadores detêm sobre os seus seguidores? A legislação e a jurisprudência brasileira possuem mecanismos suficientes para responsabilizar os influenciadores digitais por eventuais danos causados?

Sendo assim, mostra-se evidente a importância em discorrer sobre o poder de influência que os creators possuem na sociedade, uma vez que atualmente as redes sociais são tidas como o principal veículo de comunicação, e por estar presente em nosso cotidiano, o direito tem como obrigação regular essas relações e responsabilizar, caso haja irregularidades. Logo, a pesquisa possui como objetivo geral analisar, à luz do ordenamento jurídico vigente, a regulamentação da propaganda realizada por meio dos digitais influencers, incluindo a sua responsabilização. Além disso, os seus objetivos específicos foram: analisar a evolução da profissão de digital influencer; verificar como a publicidade é regulamentada no Brasil e compreender o nível em que os influenciadores digitais influenciam na decisão de compra dos consumidores e a sua eventual responsabilização em virtude de propagandas enganosas ou abusivas.

### **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1 As redes sociais**

As redes sociais vêm ganhando espaço na vida da população em geral, tal afirmativa encontra respaldo em uma pesquisa realizada por meio do Instituto Qualibest realizada no ano de 2019, quando elencou as redes sociais mais usadas pelos brasileiros, quais sejam: Youtube, Facebook e Instagram. Além disso, no mesmo ano, o Brasil ocupou o segundo lugar no ranking dos países que utilizavam as redes sociais por mais tempo, totalizando 225 minutos por dia, ou seja, quase 4 (quatro) horas de acesso diário (DUARTE, 2019). Paralelamente, no ano 2000 viase uma rede móvel bastante retraída, os acessos eram mais escassos e limitados (CABRAL, 2000), conseqüentemente, a forma que os usuários interagiam eram diferentes das de hoje.

No mais, é mister salientar que conforme Sammis, Lincoln e Pomponi (2018), aproximadamente 95% dos varejistas possuem uma conta vinculada a rede social Instagram, tornando evidente que as pessoas estão procurando se inserir no mundo digital, pois veem nesta ferramenta uma possibilidade de usufruir das vantagens da visibilidade e do alcance que elas proporcionam. Portanto, que as mídias sociais conseguem proporcionar para os seus usuários um maior acesso à informação, bem como a tomada de conhecimento sobre o surgimento de produtos e serviços de forma prática e rápida, sendo utilizada, inclusive, como ferramenta de trabalho.

### **3.2 Os influenciadores digitais**

Influenciador digital pode ser caracterizado como um indivíduo com potencial poder de persuasão, que utiliza as redes sociais objetivando construir uma audiência online, angariando, desta forma, milhares de seguidores, os quais, após um certo período de tempo, passam a acompanhar aquele indivíduo com maior frequência, seguindo os seus gostos, opiniões, e transformando, inclusive, a sua forma de pensar. Seguindo o raciocínio defendido por JiménezCastillo e Sánchez-Fernández (2019), o apogeu dos influenciadores na atualidade contribui de forma significativa na forma como as empresas e o seu público-alvo se relacionam, já que as mídias sociais conseguem alavancar o número de vendas realizadas

Por assim dizer, os digitais influencers encontraram na publicidade digital uma forma de conquistar maiores públicos e, conseqüentemente, abarcar um maior grau de investidores interessados em seus trabalhos, tudo isso em virtude do seu alto grau de persuasão e influência. Neil Patel, considerado um dos maiores empresários de marketing digital já existentes, afirma que a publicidade digital possui um “terreno fértil”, já que a possibilidade de alcançar um público fidelizado é maior. Desta forma, os influenciadores digitais usam as redes sociais como uma ferramenta de trabalho, por ser um meio excessivamente lucrativo (PATEL, 2022).

Conforme preceitua Sammis, Lincoln e Pomponi (2015, p 243) “o marketing de influenciadores digitais é a arte e ciência de engajar pessoas que são influentes online e compartilhar mensagens sobre uma marca ou produto com sua audiência em formato de opinião ou conteúdo patrocinado”. Além do mais, alguns aspectos são importantes para caracterizar os digitais influencers, quais sejam: relação entre

o número de seguidores versus engajamento real, na medida em que de nada adianta ter um número elevado de seguidores se não há efetiva interação; nível de influência para os seguidores; uso de plataformas ou meios informais para alcançar o público desejado e por fim, é necessário que haja um contato direto com o público.

Issaaf Karhawi (2016) faz uma diferenciação acerca dos digitais influencers em contraponto com as celebridades, as celebridades estão distantes do seu público, uma vez que normalmente aparecem em televisões, no cinema, e para o telespectador esta realidade pode ser muito remota e distante, entretanto, os influenciadores aparecem com muita frequência nas redes sociais como Instagram, Youtube, ou seja, elas estão presentes em espaços onde estão presentes “pessoas comuns”, causando uma impressão de maior proximidade. Porém, é cada vez mais comum observarmos influenciadores digitais nos holofotes como celebridades, concedendo entrevistas inclusive em canais de televisão, mas esta fama está relacionada ao número de seguidores e a sua conseqüente influência.

### **3.3 O consumidor na era digital**

Heráclito, grande filósofo da tradição oriental, já defendia em meados dos anos 535 a.C – 475 a.C o quão mutável a natureza humana pode ser, em uma das suas célebres frases ele menciona que o homem é tão mutável quanto o cosmos no qual está inserido, não havendo distinção entre um e outro (CARNEIRO, 2021); por mais que esta frase tenha sido dita há tanto tempo, ela continua fazendo sentido, é inegável que o homem vive se adaptando e evoluindo a medida que o tempo passa, o avanço da internet torna essa situação ainda mais evidente, já que percebemos, como mencionado e comprovado anteriormente o impacto e a influência que os meios sociais possuem na vida das pessoas.

Consoante Sampaio & Tavares (2017) graças ao apogeu das novas tecnologias, surge uma categoria de consumidor direcionado por informações rápidas e detentoras de um alcance global de acesso, gerando maior possibilidade na tomada de conhecimento da existência de lojas, tendências, e como consequência, maior facilidade para efetuar compras e realizar transações. Eventualmente, os influenciadores digitais contribuem para o êxito das transações, apresentando os produtos aos seus seguidores, e eles ao tomarem conhecimento, efetuam as compras. O consumidor, ou seja, aquele que detém o poder de compra, tem em suas mãos, em virtude dos meios tecnológicos, uma infinidade de opções ao seu dispor, com um “clique” é possível acessar lojas do mundo inteiro, e é inegável que até os empreendedores de regiões pequenas utilizam este método com o objetivo de captar clientes. Surgindo, dessa maneira, os chamados “blogueiros” (mesmo conceito de influenciador digital), essas pessoas usam as suas redessociais para divulgar produtos e serviços. Em virtude do avanço tecnológico, as empresas, independente do seu porte, devem se adaptar e incluir a internet ao seu favor, pois esse meio serve inclusive para abranger o conhecimento do serviço ou produto ofertado.

### **3.4 Regulamentação da publicidade no Brasil**

A publicidade possui como característica intrínseca a propagação de informações com o objetivo de difundir a divulgação de produtos e serviços para o público consumidor (NETTO, 2015). Seguindo o que preceitua a Constituição Federal de 1988, em seu art. 220 “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto nesta Constituição” (BRASIL, 1988). Neste caso, observa-se que embora o nosso ordenamento jurídico brasileiro conceda uma liberdade ampla para a publicidade, ela não é absoluta e deve seguir princípios basilares constantes na própria Constituição e em outros dispositivos legais.

É notório que as atividades publicitárias proporcionam um papel importantíssimo para o desenvolvimento do mercado de consumo informatizado. Em virtude disso, é preciso que as leis também se adequem a essa nova realidade (MIRAGEM, 2016). Ao analisarmos a CRFB/1988, podemos perceber que ao longo dos seus dispositivos não há artigos que tratam de forma direta sobre a publicidade, entretanto, há conteúdos que podem ser interpretados de forma extensiva, fazendo uma relação direta com o tema proposto. Seguindo essa síntese, o art. 5º, IX faz menção a “livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”, além disso, a magna-carta trata sobre a comunicação social em seu capítulo V, de outra forma, o art. 1º, IV da CF/88 aborda sobre a livre iniciativa, o que está completamente relacionado com a nova forma de vendas e divulgação de produtos, sendo necessário, inclusive, que a referida garantia enteja em consonância com os interesses do consumidor (BRASIL, 1988).

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) aborda em sua III seção sobre a responsabilidade por vício do produto e do serviço, e ao longo dos artigos, o código trata sobre princípios que precisam ser observados, sendo eles: princípio da não abusividade e da veracidade, princípio da identificação, e o princípio da vinculação.

No tocante o princípio da não abusividade e veracidade, o art. 37 do CDC trata sobre a ilicitude da publicidade enganosa e abusiva, diferenciando-as. É enganosa a publicidade que induz o consumidor ao erro, que contenha informações falsas, inclusive mediante a omissão de informações, quando há a ausência de informações imprescindíveis sobre o produto ou serviço. Por outro lado, entende-se por abusiva a publicidade que possa levar o consumidor a uma situação que acarrete perigo à sua saúde ou segurança, bem como possa incitar a violência, medo ou superstição, “que fere a vulnerabilidade do consumidor, que fere valores básicos sociais, que fere a própria sociedade como um todo” (MARQUES, 2022).

Por seu turno, o art. 37 do CDC aborda sobre o princípio da identificação, o qual veicula a exigência de que a publicidade deve ser exposta de forma clara e objetiva, de modo que o consumidor possa identificar o seu conteúdo de forma imediata.

No que tange ao princípio da vinculação disposto no art. 30 do CDC, é estabelecido que fica o fornecedor vinculado a cumprir os termos do que foi anunciado, sendo que o seu descumprimento



acarretará direitos alternativos que o consumidor poderá exigir frente ao fornecedor, na forma do art. 35 do CDC.

Assim sendo, fica evidente que a CRFB/88 e o CDC não têm como principal objetivo coibir a publicidade, pelo contrário, a sua intenção é regulamentá-la, de forma que sejam evitados os danos aos vulneráveis na relação consumerista.

### **3.5 Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária**

O Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR) surgiu em virtude de uma ameaça iminente à liberdade de expressão, na medida em que nos anos 70, ainda sob o regime da ditadura militar, o Governo Federal planejava sancionar uma lei que impunha um tipo de censura prévia às propagandas, caso a lei fosse sancionada, todos os anúncios antes de serem expostos, deveriam ser analisados e só depois liberados para o público. Com o intuito de evitar tal violação e baseado em um modelo de Código inglês, Mauro Salles e Caio Domingues, principais nomes atrelados ao movimento, sintetizaram a autorregulamentação em um código, o qual teve uma aceitação imediata por parte de anunciantes, veículos de imprensa e agências (CONAR, 2022).

O CONAR possui um papel fundamental no atual cenário de consumo informatizado, tendo como principal objetivo evitar que as publicidades enganosas e abusivas causem constrangimentos aos consumidores ou a empresas e defender a liberdade de expressão comercial. O órgão atua recebendo denúncias sobre essas práticas, e julga as denúncias pelo Conselho de Ética, tendo poder para, de acordo com o caso concreto, suspender a veiculação do anúncio ou sugerir alterações sobre a publicação, se necessário (CONAR, 2022).

Além disso, em 2021 o CONAR criou um guia de publicidade para influenciadores digitais, o qual define recomendações que os influenciadores podem seguir para uniformar o seu conteúdo com o disposto no Código Brasileiro de Autorregulamentação Publicitária. Entre as recomendações sugeridas está a necessidade da identificação do conteúdo publicitário, ou seja, é preciso que o influenciador use as expressões “publicidade”, “publipost” ou outra similar, para que os seguidores daquele perfil percebam de forma clara que aquele conteúdo é objeto de publicidade. Ademais, é importante salientar que o CONAR não tem entre as suas atribuições poder de polícia ou judicial, ficando limitado apenas a recomendações aos anunciantes.

### **3.6 Responsabilidade civil dos influenciadores digitais**

É notório que em uma sociedade de risco, aqueles que se propõem a relacionar a sua imagem à um bem ou serviços devem estar atentos e cientes que tal decisão pode gerar riscos e ilícitos que acarretam em reparação, dessa forma, o influenciador digital tem a opção entre divulgar ou não

determinado produto ou serviço, entretanto, se o escolher fazer, deve se atentar para que tal propaganda não venha a lesar os consumidores.

Fica evidente, portanto, que os atos dos influenciadores devem estar alinhados ao princípio da boa-fé, devendo suas condutas serem apoiadas nos valores éticos e morais da sociedade (TJDFT, 2022), uma vez que o influenciador digital, em virtude do seu poder de persuasão e da sua capacidade de alcance, consegue fazer com que os seus seguidores também queiram adquirir o determinado produto ou serviço, confiando na sua indicação, desta forma, os influenciadores adquirem um “status” de garantidor das informações vinculadas.

É sabido que o CDC adota a teoria da responsabilidade objetiva (TJDFT, 2022), e de acordo com todo o exposto, fica evidente que há uma relação de consumo entre os influenciadores digitais e aqueles que adquirem o produto ou serviço indicado, dessa forma, eles respondem independentemente da comprovação da culpa, nos moldes do art. 14 do CDC:

Art. 14: o fornecedor de serviços responde, independente Da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.

De acordo com Leonardo Roscoe Bessa, em entrevista concedida à Associação Brasileira de Agências e Publicidade: o CDC, ao lado do conceito genérico de fornecedor (art.3, caput), indica e detalha, em outras passagens, atividades que estão sujeitas ao CDC e os indivíduos que participam do contexto publicitário, direta ou indiretamente, também são enquadrados como fornecedores equiparados (ABAP, 2021).

Assim sendo, com base nos princípios da boa-fé e solidariedade, e em virtude do vínculo de persuasão entre o influenciador digital, fica certo a configuração da responsabilidade objetiva em caso de danos causados ao consumidor, sendo esse considerado a parte mais vulnerável da relação.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Objetivando sanar os possíveis questionamentos, bem como levando em consideração a investigação a ser feita, utilizou-se como método a denominada pesquisa bibliográfica, a qual, segundo Fonseca (2002), é realizada a partir de análise de referências teóricas já registradas em páginas da web e artigos científicos, por exemplo, além de ter também uma parte empírica com as perspectivas dos consumidores.

Cumprido salientar que a presente pesquisa é do tipo descritiva, uma vez que o seu objetivo é descrever como os consumidores se portam frente as publicações feitas pelos influenciadores digitais, mediante a elaboração de um questionário e a sua posterior análise.

Nesse passo, os resultados obtidos serão analisados de forma objetiva e apresentados em forma de gráfico, além disso busca-se obter informações sobre as motivações, as ideias e as atitudes das pessoas, relacionando as propagandas dos digitais influencers, motivo pelo qual a pesquisa é quali-quantitativa.

Ademais, como já dito anteriormente, o procedimento escolhido foi a pesquisa bibliográfica, é certo que o desenvolvimento da pesquisa, em virtude do método adotado, levou em consideração materiais produzidos por outros autores, utilizando conteúdos presente em livros e artigos científicos. O que não significa que o conteúdo produzido seja uma mera repetição de um trabalho já feito, pelo contrário, buscou-se examinar um tema em evidência sob uma nova abordagem ou perspectiva. Tal método foi escolhido em virtude da sua abrangência, uma vez que possibilita a análise de diversas obras já publicadas, visando formar um pensamento analítico sobre o tema em questão (GIL, 2022). Além da pesquisa bibliográfica, foi feita também uma pesquisa empírica, na qual os consumidores apresentaram sua perspectiva sobre o tema.

A princípio, na revisão bibliográfica que fundamenta todo o referencial teórico da pesquisa, buscou-se autores que tratam da temática, utilizando plataformas como Scielo, Google Acadêmico, Banco de Teses e Dissertações da Capes, entre outros. Posteriormente, foram elaboradas 11 (onze) questões, intercaladas entre objetivas e subjetivas. A plataforma escolhida para a elaboração do questionamento foi o Google Forms, tendo em vista a possibilidade de fácil circulação e divulgação, conseguindo abranger um número maior de pessoas.

A pesquisa via Google Forms foi desenvolvida entre 27 de agosto a 04 de outubro, e obteve a participação de 45 colaboradores, os quais responderam o formulário e autorizaram a divulgação das respostas mediante a assinatura do Termo de Livre Esclarecimento.

Participaram pessoas de diversos estados do Brasil: Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, São Paulo, o que mostra a diversidade dos dados coletados. Em virtude do teor da pesquisa, não houve critérios de exclusão e nem de inclusão para a escolha dos participantes, sendo feito de forma livre e aberta, uma vez que foi gerado um link via Google Forms e enviado mediante grupos de WhatsApp e Instagram para que os interessados pudessem participar da pesquisa.

A técnica de análise de dados utilizada foi a descritiva, uma das formas mais antigas e conhecidas de análise de dados, o seu objetivo principal é descrever situações que estão sendo analisadas, além disso, são usados números, indicadores, gráficos e estatísticas que apoiam as decisões (HENRIQUE, 2022).

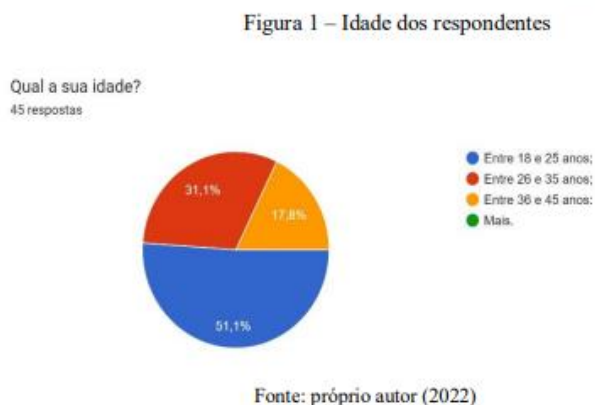
## **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

### **4.1 Abrangência da pesquisa**

Um dos questionamentos levantados foi quanto a cidade onde as pessoas que responderam o questionamento residem. Foi observado que pessoas de quatro estados e diversas cidades responderam o questionamento, o que contribui para podermos analisar suas opiniões e respostas nas mais variadas condições de inserção social e cultural. Como já mencionado anteriormente, 45 pessoas responderam ao questionário, distribuídos entre os estados do Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba e São Paulo. Sendo que a cidade que mais obteve respostas foi Alexandria/RN, seguida de Pau dos Ferros/RN, ficando as demais localidades como Fortaleza/CE, Brejo Santo/CE, João Pessoa/PB e São Bernardo do Campo/SP, com índices inferiores de respostas.

#### 4.2 Faixa etária dos participantes

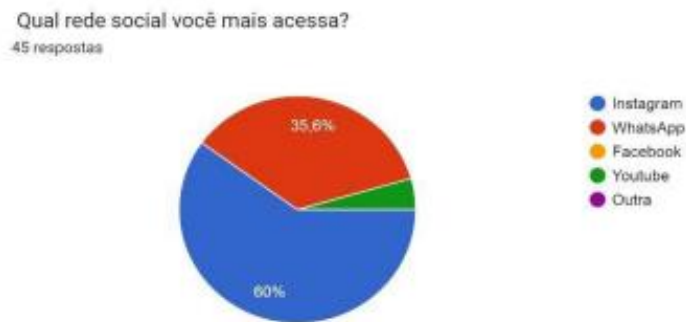
A Figura 1, representada por um gráfico em setores, apresenta a idade média dos respondentes



É possível observar, a partir da análise do próprio gráfico, que 51,1% dos respondentes estão entre 18 e 25 anos, um número bastante expressivo, logo em seguida, com 31,1% temos as pessoas que estão entre 26 e 35 anos, o que corrobora com uma pesquisa feita por meio do IBGE em 2019, a qual mostra que jovens e adultos entre 20 e 29anos são os que mais acessam a internet (IBGE, 2019), além disso, cerca de 17,8% das pessoas possuem entre 36 e 45 anos.

#### 4.3 As redes sociais e os seus acessos

Figura 2 – Rede social mais acessada



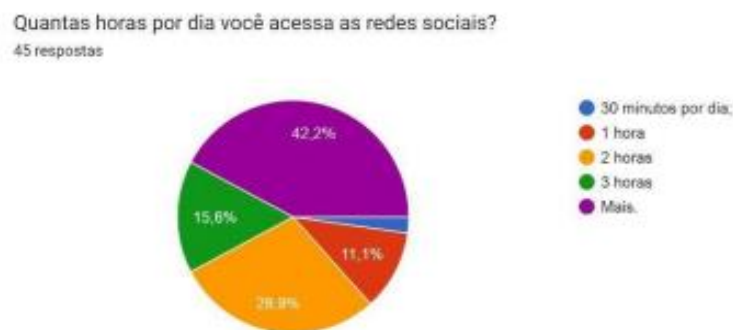
Fonte: próprio autor (2022)

Com a obtenção das respostas, podemos observar que a rede social mais utilizada pelos participantes é o Instagram, com 60% das votações, ficando o WhatsApp em segundo lugar, além disso, podemos constatar que o Facebook não recebeu nenhuma votação, isso apenas corrobora com o noticiado pelo portal G1.com, o qual relata que o Facebook apresentou uma queda de mais de 2 milhões de usuários, tornando-se uma rede social ultrapassada e substituída por novos fenômenos, como o Instagram (G1, 2022).

#### 4.4 Tempo gasto nas redes sociais

A Figura 3 mostra por meio de um gráfico quantas horas em média os usuários acessam as redes sociais de modo geral.

Figura 3 – Tempo gasto nas redes sociais



Fonte: próprio autor (2022)

A partir dos resultados apresentados no gráfico, podemos verificar que cerca de 42,2% das pessoas acessam a internet por mais de 3h diárias, um número de horas bastante elevado, e que se alinha com as pesquisas realizadas por estudiosos. Neste viés, a empresa NordVP, realizou uma pesquisa no ano de 2022, para analisar quanto tempo as pessoas gastavam na internet, os dados foram alarmantes, na medida em que foi verificado que os usuários passam cerca de 91 horas semanais online, um número elevado e que vem crescendo com facilidade (RAMOS, 2022). Por outro lado, apenas 2,2% das pessoas acessam as redes sociais por até 30 minutos diários, uma quantidade reduzida de pessoas, tudo graças ao efeito “dependência” que as redes sociais proporcionam.

#### **4.5 Influenciador Digital: conceito, influência e responsabilidade**

Um dos questionamentos abordados na pesquisa foi sobre qual seria, para os entrevistados, a melhor definição do que vem a ser um influenciador digital, entre as diversas respostas obtidas, elenco aquelas que mais se assemelham com a opinião em geral dentro do rol de entrevistados, quais sejam:

Pessoa que tem muitos seguidores em suas redes sociais utiliza desse público para influenciá-los na aquisição de produtos e serviços (Consumidor 01);

É influenciar com estratégias de marketing sua imagem com fins de obter resultados lucrativos (Consumidor 02);

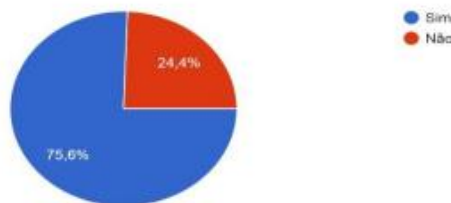
Uma celebridade do “mundo” digital que através das suas redes sociais adquirem milhões de seguidores e que, conseqüentemente influenciam (seja negativamente ou positivamente falando) as pessoas por meio de tais plataformas (Consumidor 03).

A partir das respostas obtidas, podemos perceber que não há um conceito taxativo do que venha a ser os influenciadores digitais, de modo que cada pessoa interpreta de uma forma diferente. Entretanto, mesmo havendo essa flexibilidade de definições, Nell Patel define essa categoria como sendo indivíduos em status de prestígios e que em virtude das suas redes sociais e da sua possibilidade de abrangência, afetam o comportamento e também as tomadas de decisões de compra dos seus seguidores (PATEL, 2022).

Logo em seguida, foi levantado um questionamento, indagando se os participantes já tinham adquirido algum produto indicado por digitais influencers, conforme mostra o gráfico abaixo, representado pela Figura 4:

Figura 4 – Aquisição de produto ou serviço indicado por digitais influencers

Você já comprou ou adquiriu algum produto ou serviço indicado por influenciadores digitais?  
45 respostas



Fonte: próprio autor (2022)

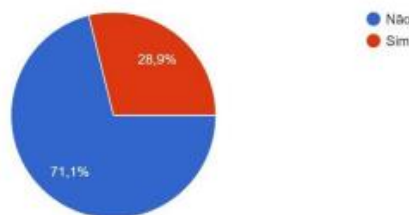
Uma maioria expressiva afirma já ter adquirido algum produto ou serviço indicado por influenciadores digitais, um número total de 75,6% e apenas 24,4% dizem não sofrer essa influência. O instituto Qualibest realizou em 2018 uma pesquisa com aproximadamente de 4.200 (quatro mil e duzentos) pessoas que acessam as mídias digitais, o seu objetivo era analisar a relação de influência que influenciadores digitais tinham sob os brasileiros, nessa pesquisa observou-se que cerca de 55% das pessoas antes de adquirirem um produto ou serviço, pesquisam a opinião de algum influenciador digital (QUALIBEST, 2018).

#### 4.6 Da responsabilidade dos influenciadores digitais

A Figura 5, apresenta respostas quanto à existência ou não de danos em virtude da obtenção de algum produto ou serviço indicado pelos influenciadores digitais.

Figura 5 – Responsabilidade dos digitais influencers

Você já sofreu algum dano ao adquirir um produto ou serviço indicado por influenciadores digitais?  
45 respostas



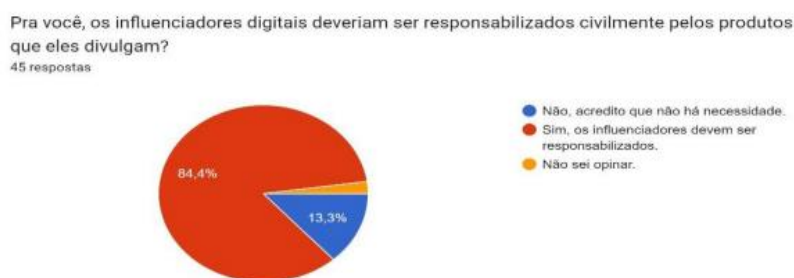
Fonte: próprio autor (2022)

Apenas 28,9% dos participantes alegam já terem sofrido algum dano por adquirirem um produto ou serviço indicado por influenciadores, sendo que a grande maioria, representado por 71,1% afirmam nunca terem sofrido danos. Podemos observar que, embora a parcela de pessoas que relatam já ter sofrido algum dano ser inferior, atualmente é comum vermos noticiários de indivíduos que sofreram prejuízos, seja financeiro ou moral, por confiarem de forma inequívoca nessas propagandas. A prova

disso, podemos citar um caso concreto que aconteceu em 2018, onde Leonardo Timossi, estudante de direito, processou diversos influenciadores digitais e famosos, a exemplo da influenciadora digital Rafa Kalimann, a qual possui mais de 22,5 milhões de seguidores no Instagram, por divulgar uma loja de celulares que não honrou com a entrega do produto, segundo o estudante, o motivo principal que o levou a adquirir o aparelho celular foi o "publipost" realizado pelos influenciadores, na medida em que ele sentiu uma confiança em adquirir (PINHEIRO, 2021).

De modo semelhante, a Figura 6 mostra a opinião dos respondentes quanto à necessidade ou não de responsabilização dos influenciadores digitais pelos produtos que são divulgados.

Figura 6 – Questionamento quanto a necessidade ou não de responsabilizar os digitais influencers por dano ao consumidor



Fonte: próprio autor (2022)

Ao analisar o gráfico, podemos verificar que a grande maioria, representados por 84,4% dos participantes, acreditam que há necessidade de responsabilização, sendo que apenas 13,3% julgam não ser necessário, e 2,2% não tinham uma resposta concreta acerca do questionado.

Conforme entendimento de Marques (2021), é considerado fornecedor por equiparação "aquele terceiro na relação de consumo, um terceiro apenas intermediário ou ajudante da relação de consumo principal, mas que atua frente a um consumidor ou a um grupo de consumidores como se fornecedor fosse". Desta forma, fica evidente que os influenciadores são abrangidos pela categoria de fornecedores por equiparação, na medida em que, em virtude do seu alto poder de persuasão, influencia os seus seguidores a adquirir determinado produto ou serviço tendo como alicerce a confiança e a boa-fé, condutas essas que são princípios basilares do direito do consumidor. Fica evidente, portanto, que os influenciadores digitais devem ser responsabilizados por danos causados aos consumidores em virtude da sua divulgação.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalmente, resta indubitável a importância da profissão do digital influencer, na medida em que a República Federativa do Brasil possui como um dos seus fundamentos os valores sociais do trabalho



e da livre iniciativa (Brasil, 1988), entretanto, é salutar mencionar que, como base do direito do consumidor, tais condutas devem ser norteadas pelo princípio da boa-fé objetiva, bem como da transparência, informação e confiança, sendo que condutas que contrariem esses valores devem ser responsabilizadas.

Por seu turno, é importante destacar que foram analisados os objetivos propostos na presente pesquisa, uma vez que discorreremos sobre a evolução da profissão do digital influencer; além de ter sido verificado como a publicidade é regulamentada no Brasil, por fim, buscou-se compreender o nível em que os influenciadores digitais influenciam na decisão de compra dos consumidores e a sua eventual responsabilização em virtude de propagandas enganosas ou abusivas.

Ademais, resta evidente, em virtude de todos os fatos presentes na investigação que os influenciadores digitais, considerados como fornecedores por equiparação, respondem de forma objetiva pelas propagandas enganosas ou abusivas que fizerem e que venham a causar danos aos consumidores, esses, inclusive, considerados como partes vulneráveis na cadeia consumerista, por ficar constatados que os influenciadores impactam diretamente nas decisões de compra dos seus seguidores, sendo considerados como fonte inspiração e confiança.

A vista do até aqui exposto, é notório a importância da presente pesquisa, por vivermos inseridos em um mundo informatizado, onde os meios de comunicação e as redes sociais vem ganhando bastante espaço e abrindo possibilidades para novas formas de propagandas e relações negociais, sendo necessário que tais relações sejam regulamentadas juridicamente.

Dessa forma, o objetivo do estudo foi contribuir para analisarmos criticamente o impacto dos influenciadores digitais na sociedade e a influência que eles exercem na decisão de compra dos consumidores e na sociedade em geral, não objetivando o esgotamento do tema, mas, sobretudo para que sirva de base teórica para futuras pesquisas sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

ABAP. **A responsabilidade civil e os influenciadores digitais**. 2021. Disponível em: <https://www.abap.com.br/a-responsabilidade-civil-e-os-influenciadores-digitais/>.

CABRAL, Isabela. **Nove 'modinhas' da Internet nos anos 2000**. Disponível em: [https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/10/nove-modinhas-da-internet-nos- anos2000.ghtml](https://www.techtudo.com.br/noticias/2018/10/nove-modinhas-da-internet-nos-anos2000.ghtml).

CARNEIRO, Alfredo. **A natureza humana segundo os grandes filósofos**. 2021. Disponível em: <https://www.netmundi.org/filosofia/2015/filosofos-da-historia-e-naturezahumana/#:~:text=Her%C3%A1clito%2C%20um%20dos%20primeiros%20fil%C3%B3sofos,e%20outro%20C3%A9%20o%20homem%E2%80%9C>.

CDC. **CODIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR**. 1990. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18078compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078compilado.htm).

CONAR. Disponível em: <http://www.conar.org.br/#>.

CONAR. **Guia de publicidade por influenciadores digitais.** Disponível em: [http://conar.org.br/pdf/CONAR\\_Guia-de-Publicidade-Influenciadores\\_2021-03-11.pdf](http://conar.org.br/pdf/CONAR_Guia-de-Publicidade-Influenciadores_2021-03-11.pdf).

BRASIL CRFB/88. **Constituição Da República Federativa Do Brasil De 1988.** Disponível: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).

CASTILLO, David Jiménez; FERNÁNDEZ Raquel Sánchez. **A Teoria do Caos Aplicada ao Comportamento do Consumidor: o desenvolvimento de modelos de previsão de compra caótica.** 2019. Disponível: [https://www.researchgate.net/publication/334762483\\_The\\_role\\_of\\_digital\\_influencers\\_in\\_brand\\_recommendation\\_Examining\\_their\\_impact\\_on\\_engagement\\_expected\\_value\\_and\\_purchase\\_intention..](https://www.researchgate.net/publication/334762483_The_role_of_digital_influencers_in_brand_recommendation_Examining_their_impact_on_engagement_expected_value_and_purchase_intention..)

DUARTE, Fernando. **Brasil é ‘vice’ em tempo gasto em redes em ranking dominado por ‘emergentes’. Facebook perde 2 milhões de usuários mensais, e Meta tem 1ª queda no faturamento.** 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/07/27/facebook-ok-perde-2-milhoes-de-usuarios-mensais-e-tem-1a-queda-no-faturamento.ghtml>.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FORBES. Web 3.0: **Oportunidades de negócios** Leia mais em: <https://forbes.com.br/forbestech/2022/04/vitor-magnani-web-3-0-oportunidades-de-negocios/>. 2022. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2022/04/vitor-magnani-web-3-0-oportunidades-denegocios/>.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de u i sã.** 2002. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo\\_C1\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_de\\_pesquisa\\_-\\_antonio\\_carlos\\_gil.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf).

HENRIQUE. **Metodologia de análise de dados: um guia completo sobre o tema.** 2022. Disponível em: <https://blog.ploomes.com/analise-de-dados/>.

IBGE. **USO DE INTERNET, TELEVISÃO E CELULAR NO BRASIL.** 2019. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html>.

KARHAWI, Issaaf. **TENDENCIAS EM COMUNICAÇÃO DIGITAL.** 2016. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/directbitstream/082823e1-ce1c-4958-8093-3c58b6895a2c/002785539.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

MARQUES, Claudia Lima. **Manual de direito do consumidor.** 2021. Disponível em: [http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao\\_e\\_divulgacao/doc\\_biblioteca/bibli\\_servicos\\_produtos/bibli\\_boletim/2021\\_Boletim/Bol17\\_04.pdf](http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/2021_Boletim/Bol17_04.pdf).

MIRAGEM, Bruno. **CURSO DE DIREITO DO CONSUMIDOR.** 6. ed. São Paulo: Revista Dos Tribunais, 2016. Disponível em: <https://solicitacao.com.br/files/conteudo/53/cursodedireitodoconsumidor2016-brunomiragem.pdf>.

NETTO, Felipe P. Braga. **MANUAL DE DIREITO DO CONSUMIDOR: à luz da jurisprudência do stj. À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ.** 2015. Disponível em: [https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/21722/manual\\_direito\\_consumidor\\_10.ed.pdf](https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/21722/manual_direito_consumidor_10.ed.pdf).

NIC.BR. **Três em cada quatro brasileiros já utilizam a Internet, aponta pesquisa TIC Domicílios 2019: uso da rede aumenta nas áreas rurais e nas classes de, mas desigualdades de acesso persistem no país. Uso da rede aumenta nas áreas rurais e nas classes DE, mas desigualdades de acesso**

**persistem no país.** 2020. Disponível em: <https://cetic.br/pt/noticia/tres-em-cada-quatro-brasileiros-ja-utilizam-a-internet- apontapesquisa-tic-domicilios-2019/>.

POLITI, Cassio. **Influenciador digital: o que é e como classificá-lo?**2019. Disponível em: <https://www.influency.me/blog/influenciador-digital/>.

PATEL, Neil. **Publicidade Online: O Que É e Como Fazer em 2022.** 2022. Disponível em: <https://neilpatel.com/br/blog/publicidade-na-internet/>.

PINHEIRO, Felipe. **Estudante explica ação contra Rafa Kalimann e outros famosos.** 2021. Disponível em: <https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2021/05/27/estudante- explica-acao-contra-rafa-kalimann-e-mais-20-famosos-enganado.htm>.

RAMOS, Guilherme. **Brasileiros passam mais da metade de suas vidas na Internet, estima pesquisa.** 2022. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/noticias/2022/05/brasileiros- passam-mais-da-metade-de-suas- vidas-na-internet-estima-pesquisa.ghtml>.

SAMMIS, K.; LINCOLN, C.; POMPONI, S. *Influencer Marketing for Dummies*. 1ª Ed. New Jersey: John Wiley e Sons, 2016. **SAMPAIO, Cristiano Viana Cavalcanti Castellão Tavares valdeci Cira Filgueira. MARKETING DIGITAL: O PODER DE INFLUÊNCIA DAS REDES SOCIAIS NA DECISÃO DE COMPRA DO CONSUMIDOR UNIVERSITÁRIO DA CIDADE DE JUAZEIRO DO NORTE-CE.** 2017. Disponível em: SHIAU. *Examining the core knowledge on facebook*. 2018. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Examining-the-core-knowledge-on-facebook-shiauDwivedi/5166ace0182145f16ff7880f17c620b997977ac4>.

SCHNEIDER, A. D.; BARBOSA, E. Os Influenciadores Digitais no Processo de Tomada de Decisão de Seus Seguidores. **Revista de Administração, Sociedade e Inovação**, v. 5, n. 3, p. 98-115, 2019.

SILVA, Michael César. **Convergências e assimetrias do princípio da boa-fé objetiva no direito contratual contemporâneo.** 2015. Disponível em: [https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2015/4/2015\\_04\\_1133\\_1186.pdf](https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2015/4/2015_04_1133_1186.pdf).

TJDFT. **Princípio Da Boa-Fé Objetiva.** Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/cdc-na-visao-do-1/principios-do-cdc/principio-da-boa-fe-objetiva>. tjdft-

TJDFT. **Responsabilidade objetiva do fornecedor.** Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/consultas/jurisprudencia/jurisprudencia-em-temas/cdc-na-visao-do-1/responsabilidade-civil-no-cdc/responsabilidade-objetiva-do-fornecedor>. tjdft-

# **O PRINCÍPIO DA UNIVERSALIDADE E OS LIMITES DAS EVOLUÇÕES DE RISCOS SOCIAIS EM RELAÇÃO AO SEGURADO ESPECIAL PESCADOR**

Erika Dayana de Oliveira Silva

Maria Regidiana da Conceição

Francisco Fernando Dias da Silva

Carlos Augusto Dias Moraes

Gigliola Edésia Diógenes de Freitas Chaves

## **RESUMO**

A presente pesquisa mostrou um escopo do conceito histórico da Previdência Social relacionado ao Princípio da Universalidade com base na evolução dos riscos sociais que são cobertos pela previdência e suas limitações. Tendo como foco central o segurado especial pescador. Demonstrou a importância da concretização do objetivo desse princípio mediante a seguridade social, analisando os reflexos das limitações da cobertura coletiva. A justificativa permeia nas dificuldades existentes do Segurado Especial pescador, ao acesso do benefício previdenciário. Mostrando inúmeros meios que impossibilita ao acesso. Apresentou como objetivo analisar as consequências apontadas mediante os limites dos riscos sociais que são cobertos pelo Direito Previdenciário, com base à luz do princípio da universalidade ao Segurado Especial Pescador, que exerce suas atividades econômicas no intuito familiar. A problemática visa as dificuldades existentes ao acesso a Previdência Social, em foco o Pescador Artesanal. A metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa possui caráter exploratório com base em pesquisas bibliográficas e documental através do método dedutivo. No embasamento teórico foi analisada a evolução da previdência social conceituando até as normas e legislações previdenciárias, para fundamentação teórica. Os resultados evidenciaram a problemática e os objetivos levantados. Por fim, surgiu a luz da pesquisa, dispondo de contribuição social, acadêmico/científico, jurídico, econômico e político, como consideráveis para a concretização do trabalho.

**Palavras-chave:** Previdência social. Cobertura coletiva. Benefícios.

## **THE PRINCIPLE OF UNIVERSALITY AND THE LIMITS OF EVOLUTIONS OF SOCIAL RISKS IN RELATION TO THE SPECIAL FISHERMAN INSURED**

## **ABSTRACT**

The present research showed a scope of the historical concept of Social Security related to the Principle of Universality based on the evolution of social risks that are covered by social security and its limitations. Focusing on special fisherman insurance. It demonstrated the importance of achieving the objective of this principle through social security, analyzing the consequences of the limitations of collective coverage. The justification permeates the existing difficulties of the Specially Insured fisherman, in accessing the social security benefit. Showing various means that makes it impossible to access. It presented as objective to analyze the consequences pointed out by the limits of the social risks that are covered by the Social Security Law, based on the light of the principle of universality to the Special Insured Fisherman, who exercises his activities diminished in the family instinct. The problem aims at the existing difficulties in accessing Social Security, focusing on the Artisanal Fisherman. The methodology used for the development of the research has an exploratory character based on bibliographical and documentary research through the deductive method. In the theoretical basis, the evolution of social security was followed, conceptualizing even the social security norms and legislation, for theoretical foundation. The results showed the problem and the objectives raised. Finally, the light of research emerged, having social, academic/scientific, legal, economic and political contributions, as considerable for the accomplishment of the work.

**Keywords:** social Security. Collective coverage. Benefits.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo, analisou os impactos do Princípio da Universalidade no âmbito da Previdência Social em consonância com os grandes avanços tecnológicos que permitem a convivência mais direta com os riscos sociais, abordando as limitações existentes ao acesso do segurado especial pescador, mediante uma análise profunda da Lei Nº 8.213, de 24 de Julho de 1991, que aborda no âmbito geral as finalidades existentes dos princípios básicos da Previdência Social.

Diante de tal modalidade, tratou-se aqui, as demandas existentes no sistema da previdência social e suas raízes históricas que se norteiam nos riscos sociais. O benefício previdenciário se concede de caráter contributivo por meio das contribuições dos empregados, empregados domésticos, contribuintes individuais, trabalhadores avulsos, segurados especiais e facultativos. Assegurando o beneficiário a um conjunto de proteção aos riscos sociais e infortúnios da vida que o torna incapaz da realização de atividades laborativas para o próprio sustento e de sua família.

Desse modo, uma vez se tratar de um tema de suma importância quanto aos direitos dos Segurados previstos inicialmente na Constituição Federal de 1988 e em seguida, na Lei Nº 8.213/91, como também na IN 128 de 2022, a pesquisa abordará conhecimentos jurídicos com embasamento em doutrinas, leis e jurisprudências, em relação ao foco da pesquisa.

O estudo se justifica pelo interesse da pesquisadora em expor e se aprofundar ao tema abordado, instigando discussões, trazendo debates relacionados aos Segurados Especiais, os Pescadores, relacionando o tema e relatando as necessidades e dificuldades mediante a garantia aos benefícios sociais. Dessa forma, vale ressaltar a origem do Princípio da Universalidade e seu objetivo que visa permitir uma maior amplitude na universalidade da cobertura e atendimento a todos na Previdência Social, o qual também recai na organização da seguridade social. O tema está relacionado às limitações existentes de riscos sociais cobertos que se entende como fatos futuros e incertos que um segurado está sujeito em razão das condições laborais ou da própria vida. De forma complementar, torna-se fundamental o conhecimento de tais fatos pela sociedade, sob a ótica da Previdência Social.

A problematização da pesquisa está em torno do surgimento do questionamento relacionado a amplitude diferenciada inerente à previdência social. Portanto, essa especificidade decorre das distinções do próprio objetivo da Seguridade Social que provém do assistencialismo a toda sociedade, diante disso surgiu a seguinte problematização: **“Quais dificuldades existentes ao acesso da Previdência Social, pelo Segurado Especial Pescador?”**

E sobre o ponto de vista que se estrutura o tema e a demanda da pesquisa, abre algumas formas de efetivação de direitos, principalmente por não ter como foco o risco social, mas sim outros elementos, principalmente de natureza financeira (custeio) no estabelecimento dos benefícios previdenciários, o que afeta diretamente o fato gerador da proteção que se é prevista. Contudo, se trata em base, de uma universalidade mitigada e não uma universalidade estabelecida de forma plena e eficaz, como ocorre no direito fundamental à saúde.

Assim, o objetivo geral deste trabalho foi analisar as consequências apontadas mediante os limites dos riscos sociais que são cobertos pelo Direito Previdenciário, à luz do princípio da universalidade e a aplicabilidade da Lei ao Segurado Especial Pescador que exerce suas atividades econômicas no intuito familiar, tornando essa atividade indispensável para à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do próprio núcleo familiar.

Deste modo os objetivos específicos do estudo visa discutir sobre: a) Descrever a evolução histórica do Direito Previdenciário e os seus efeitos, esclarecendo os conceitos e tipos de benefícios concedidos pela Previdência Social; b) Abordar o princípio da universalidade e sua aplicação aos beneficiados, com ênfase no segurado especial; e c) Analisar a participação em plano previdenciário do Pescador Artesanal, que realiza suas atividades mediante pescas e atividades artesanais.

A metodologia utilizada foi o método dedutivo, para o estudo do caso através de uma análise geral até o particular, para chegar à conclusão. Demonstrando uma abordagem de caráter qualitativo, exploratório, bibliográfico e documental buscando a lógica que permeia a pesquisa.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Evolução histórica do Direito Previdenciário**

Com base nos estudos sobre a evolução histórica da Previdência Social, segundo Rodrigues *apud Bertussi et. al.* (2003) exemplifica o conceito relatando que os primeiros sistemas de previdência institucionalizados surgiram no ano de XIX, Estados Unidos, devido a criação em 1875 do primeiro sistema de aposentadoria.

O ano de 1891 a constituição foi a primeira brasileira a registrar diretamente um benefício previdenciário, em razão que o artigo 97 trouxe garantia a aposentadoria por invalidez aos funcionários públicos, mesmo sem perpetuar algum pagamento de contribuição previdenciária. Além disso, a Constituição Imperial do ano de 1824 garantia formalmente os “socorros públicos”, estavam previstos no artigo 179, inciso XXI, existindo uma limitada regulamentação, por razão da doutrina liberal de época. Segundo Amando (2022, p.170) afirma que o decreto de 1º de outubro concedeu aposentadoria aos mestres e professores após 30 anos de serviços. Já em 1888, criou-se a Caixa de Socorro para os trabalhadores das Estradas de ferro de propriedade do Estado (Lei 3.397) e o decreto 9.912-A previu a aposentadoria dos empregados dos Correios, após 30 anos de serviço de 60 anos de idade.

Ainda segundo o mesmo autor, relata que no dia 29 de novembro de 1892, com base na Lei 219 que estabeleceu a aposentadoria por invalidez e a pensão por morte dos próprios trabalhadores do Arsenal da Marinha do Rio de Janeiro. Portanto, em 1911, foi publicado o Decreto de 9.284, que teve a criação a Caixa de Aposentadoria e Pensão dos operários da Casa da Moeda, restringindo a esses servidores públicos. Posteriormente, no ano seguinte o Decreto nº9.517 criou uma Caixa de Pensões e Empréstimos para o pessoal das Capatazias da Alfândega no Rio de Janeiro. E, por sua vez, foi assim editada a Lei de Acidentes de Trabalhos (Lei 3.724), estabelecendo a o seguro de acidentes se trabalho englobando todas as espécies, inserindo o risco profissional. Contudo, nesse sentido, o dia da Previdência social comemorasse oficialmente no dia 24 de janeiro, em virtude da Lei Eloy Chaves que entrou em vigor.

Camaro e Fernandes *apud Oliveira e Beltrão*, (2000, p.266), *et al.*, por sua vez retrata que a Lei Eloy Chaves no Brasil, em 1923, é considerada o marco legal inicial que deu início

ao atual sistema previdenciário brasileiro para os trabalhadores do setor privado. Sendo responsável pela criação de caixas de aposentadorias e pensões por morte para os trabalhadores ferroviários. Onde cobria uma pequena parcela da população trabalhadora e seus dependentes.

Além disso, João Batista Lazzari (2020, p.120) elenca apontamentos sobre o conceito histórico da Previdência Social, que é um sistema a qual, possui atividade contributiva, de formação em que as pessoas estão vinculadas a uma atividade laborativa e seus dependentes ficam resguardados também dos eventos infortúnios, tais como ( morte, invalidez, idade avançada, doença, acidente de trabalho, desemprego involuntário), havendo outra lei que considera e exige o amparo financeiro ao indivíduo (maternidade, prole e reclusão), por intermédio de prestação pecuniária ou serviços.

De acordo com Lei Nº 8.213, De 24 De Julho De 1991, que aborda uma análise profunda no âmbito geral e as suas finalidades existentes dos princípios básicos da Previdência Social. Ao dizer de

Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente.

Art. 2º A Previdência Social rege-se pelos seguintes princípios e objetivos:

I - Universalidade de participação nos planos previdenciários;

II - Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - seletividade e distributividade na prestação dos benefícios;

IV - Cálculo dos benefícios considerando-se os salários-de-contribuição corrigidos monetariamente;

V - Irredutibilidade do valor dos benefícios de forma a preservar-lhes o poder aquisitivo;

VI - Valor da renda mensal dos benefícios substitutos do salário-de-contribuição ou do rendimento do trabalho do segurado não inferior ao do salário-mínimo;

VII - previdência complementar facultativa, custeada por contribuição adicional;

VIII - caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a participação do governo e da comunidade, em especial de trabalhadores em atividade, empregadores e aposentados.

Parágrafo único. A participação referida no inciso VIII deste artigo será efetivada a nível federal, estadual e municipal.

Diante disso, a lei regulamenta o regime geral da previdência social (RGPS) destacando os principais riscos sociais a serem protegidos pelo o próprio sistema. O dispositivo legal preceitua o caráter contributivo da Previdência Social, evidenciando assim as iniciativas estatais. Deste modo, a contribuição ao regime para os que exercem atividades laborativas é obrigatória, atividades essas que são vinculadas ao regime geral. Uma vez que, a sua finalidade é garantir meios indispensáveis de manutenção e subsistência assegurando renda aos trabalhadores em situação de risco.



## 2.2 Da Seguridade Social

No dizer Lazarri (2020, p.105) a Constituição Federal de 1988 estabeleceu o sistema de Seguridade Social, com o objetivo a ser alcançado pelo o Estado brasileiro, simultaneamente, atuando nas áreas da saúde, assistência social e Previdência Social, de modo que as contribuições sociais passaram a custear ações do Estado nessas três áreas e não apenas na Previdência Social. Uma vez que, antes da promulgação da própria Constituição, já havia requisitos básicos que determinavam a transferência de recursos da Previdência Social.

Bertuce e Tejada (2003, p 28 e 29) traz apontamentos sobre os conceitos de Seguridade Social, o qual claramente se distingue do conceito de Previdência Social, deve ser encarado por um meio de contribuição mútua que se destinam ao segurado e seus dependentes quando ocorre a perda laboral do trabalhador, para que assim obtenha o recebimento futuro. Uma vez que, para os que não realizam a contribuição de forma expressa são considerados como um meio de “assistência social”. Desse modo, o governo financiará esses benefícios por meio de tributos para assim serem pagos pela sociedade. As diferenças entre Previdência Social e Seguridade Social, estão previstas nos artigos 201 e 203 da nossa Constituição Federal de 1988.

O Constituição Federal de 1988 buscou adaptar-se à evolução Seguridade Social, no Art. 195 parágrafo 8, dispõe a apreciação do legislador para determinado tratamento no desígnio de diferenciar as características ímpar, sobretudo daqueles que trabalham por sua conta própria, para obter meios de sobrevivência mediante sua economia familiar na realização de pequenas produções.

Assim sendo, a Constituição Federal em seu artigo 194 relata os princípios da Seguridade Social, conforme disposição:

**Art. 194.** A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social. Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I - Universalidade da cobertura e do atendimento;

II - Uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III - Seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV - Irredutibilidade do valor dos benefícios;

V - Equidade na forma de participação no custeio;

VI - Diversidade da base de financiamento, identificando-se, em rubricas contábeis específicas para cada área, as receitas e as despesas vinculadas a ações de saúde, previdência e assistência social, preservado o caráter contributivo da previdência social;

Em sentido geral, os princípios são diretrizes que regulam a devida interpretação das normas em uma legislação. A seguridade social, possui princípios que servem de verdadeiros pilares para construção dessa ciência, seja ele por meio de princípios no geral, como também em âmbito específico. Os princípios específicos da Seguridade Social, visa o Princípio da Universalidade e da cobertura e do atendimento tem como objetivo tornar todas as pessoas cobertas pela proteção social.

A priori, a saúde e assistência social que estão disponíveis todos que assim necessitam. Com relação a saúde, este princípio é aplicado sem quaisquer restrições, porém no tocante da Assistência Social, é aplicado a todos que exercem as suas prestações. Já no tocante à Previdência Social, por meio do caráter contributivo, que se configuram ao princípio. Portanto, para atender o princípio constitucional, criou-se o Regime Geral da Previdência Social de caráter facultativo, mesmo que não exerçam atividades laborativas remunerada, têm a cobertura mediante contribuição.

### **2.3 O Princípio da universalidade e sua especificação**

Com base nas premissas introdutórias, o autor Amado, desmistifica que este princípio busca conferir maior abrangência às ações correspondentes à Seguridade Social no Brasil, não englobando apenas os nacionais, mas como também os estrangeiros residentes, ou até mesmo os não residentes. Relevando assim, a sua natureza de direito fundamental à coletividade. Relata também que é possível cindir este princípio da Universalidade da Cobertura agrupando com as relações de riscos sociais que são abarcados pelo Sistema Nacional de Seguridade, tornando-o o aspecto objetivo. Todavia, destaca que “é preciso advertir que a universalidade de cobertura e do atendimento da seguridade social não tem condições de ser absoluta, vez que inexistem recursos financeiros disponíveis para o atendimento de todos os riscos sociais existentes” (AMADO, 2022, p.28).

Para Tanaka *apud* Martins (2022, p.23) afirma que a universalidade da cobertura deve ser compreendida como uma necessidade daquelas pessoas que forem atingidas por uma contingência humana, havendo a impossibilidade de retornar ao trabalho, a idade avançada, a morte etc. Nesse contexto, a universalidade do atendimento refere-se às contingências que serão cobertas, não às pessoas envolvidas, ou seja, às adversidades ou aos acontecimentos em que a pessoa não tenha condições próprias de renda ou de subsistência.

Além disso, Machado e Muller complementam que “O princípio previsto no inciso I do parágrafo único do art. 194 da CF/88, e no inciso I do art. 2º da LBPS, carrega consigo o desejo de proteger todas as pessoas contra todas as situações de risco social. É necessário atentar para a amplitude diferenciada inerente à previdência social. Essa especificidade decorre da distinção do objeto da seguridade social: tutelar toda a sociedade, inclusive aquelas pessoas que não desejam contribuir ou que não podem fazê-lo, as quais estariam fora do espectro previdenciário.” (MACHADO e MULLER, 2021, p. 53).

Surge, portanto, o ponto da problemática da pesquisa, onde se deve buscar analisar os detalhes de como estão a adaptabilidade de princípios nessas áreas da Previdência Social adequadas para se realizar a universalidade da cobertura, principalmente, em relação aos não contribuintes. “Neste sentido, os princípios orientadores da seguridade social não se aplicam igualmente a todos os setores, sendo a universalidade da cobertura e do atendimento o eixo do novo sistema de saúde, a uniformidade e equivalência dos benefícios e sua irredutibilidade a base da reforma da previdência social e a seletividade e distributividade o princípio orientador da política de assistência social. No entanto, apesar de haver uma maior adaptabilidade de princípios às áreas, a sua integração sob o mesmo conceito de seguridade social supunha uma contaminação positiva entre os três componentes.”(FLEURY, 2004, p.5).

Contudo, essa lógica demanda um limite estrutural para a universalidade, o foco não tem o risco social e sim outros elementos, principalmente de natureza financeira no âmbito do custeio da previdência social. De certo modo, afetando diretamente o fator gerador da proteção legislativa prevista. Todavia, os benefícios deveriam tratar em assumir o seguro social para assim romper a lógica do seguro.

Assegurando, por fim, os direitos com base nas necessidades sociais, que não sejam especificadamente restringindo a uma contribuição prévia.

## **2.4 Do Segurado pescador**

De modo pormenorizada definimos as espécies de Segurados Especiais através do decreto estabelecido nº.3.048 de 06 de maio de 1999:

Art. 9º São segurados obrigatórios da previdência social as seguintes pessoas físicas:  
VII - como segurado especial: a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo que, individualmente ou em regime de economia familiar, ainda que com o auxílio eventual de terceiros, na condição de: (Redação dada pelo Decreto nº 6.722, de 2008). a) produtor, seja ele proprietário, usufrutuário, possuidor, assentado, parceiro ou meeiro outorgados, comodatário ou arrendatário

rurais, que explore atividade: (Incluído pelo Decreto nº 6.722, de 2008). 1. agropecuária em área contínua ou não de até quatro módulos fiscais; ou (Incluído pelo Decreto nº 6.722, de 2008). 2. de seringueiro ou extrativista vegetal na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis, e faça dessas atividades o principal meio de vida; (Incluído pelo Decreto nº 6.722, de 2008). b) pescador artesanal ou a este assemelhado, que faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida; e (Incluído pelo Decreto nº 6.722, de 2008). c) cônjuge ou companheiro, bem como filho maior de dezesseis anos de idade ou a este equiparado, do segurado de que tratam as alíneas “a” e “b” deste inciso, que, comprovadamente, tenham participação ativa nas atividades rurais ou pesqueiras artesanais, respectivamente, do grupo familiar. (REDAÇÃO DADA PELO DECRETO nº 8.499, de 2015).

A atual legislação conceitua os segurados as pessoas físicas que ao exercerem suas atividades ou por intermédio do recolhimento de contribuições se vinculam ao próprio sistema de previdência social. Com base nesses conceitos, os segurados podem, a priori, ser divididos em dois grandes grupos: segurados obrigatórios (art. 11 da LBPS) e segurados facultativos (art. 13 da LBPS).

Segundo Ribeiro (2014, p.48), “a pesca artesanal é atividade produtiva caracterizada pelo trabalho pouco mecanizado em que se emprega, como meio de realização, motores de pouca potência em pequenas embarcações (quando não apenas movidas por remos e velas), contando, no mais, com a força e o empenho do corpo humano. Caracteriza-se pela atividade pesqueira de diversas espécies aquáticas, tais como peixes, camarões, mariscos, lagostas e caranguejos, entre outras, de forma individual ou em regime de economia familiar, podendo ser desempenhada também em sistemas de parceria ou arrendamento.”

Desse modo, adentrando ao Segurado Especial Pescador, Amando (2022, p.141) retrata sobre a concessão do benefício Seguro-defeso do pescador artesanal. Exercendo sua atividade exclusiva e ininterruptamente, de forma artesanal e em regime de economia familiar, fará jus ao benefício de seguro-desemprego, no valor de um salário mínimo mensal, correspondente ao período de defeso de atividade pesqueira, o qual não poderá exceder de 05 meses. Ainda segundo o mesmo autor, o instrumento instituído para a habilitação a pessoa física e jurídica e a embarcação de pesca ao exercício da atividade pesqueira no Brasil, deve ser inscrita no Registro Geral de Atividade Pesqueira (RGP) e que detenha por meio de autorização, permissão ou licença para os seus serviços.

Contudo, a maior dificuldade para alcançar os direitos previdenciários dos trabalhadores rurais é, sem dúvida, o ônus de comprovar a sua condição, dada sua hipossuficiência. Como visto, a legislação previdenciária é espessa e contém excessos nas normas regulamentadoras, o que deveria favorecer só faz restringir mais os direitos dos rural. (BRITO 2021, p.36).

O destaque fica por meio exclusivo da implementação de comprovação do exercício, nos moldes, a Lei nº 13.846 de 18 de Julho de 2019, que institui o programa especial para a análise de irregularidade nos benefícios, limitando assim a forma de comprovação da atividade rural, dificultando qualificação do trabalhador rural. Ademais, a Instrução Normativa nº 128, de 28 de março de 2022 discorre sobre procedimentos e rotinas acerca do procedimento sobre o cadastro, reconhecimento, manutenção, revisão e recursos de benefícios previdenciários e assistências, dos serviços do Regime Geral da Previdência Social – RGPS.

A inclusão dos Pescadores na Previdência Social, se deu com a promulgação da Lei nº 8.213, 25 de julho de 1991 no Brasil. Passaram não só a usufruir os mesmos benefícios que são concedidos aos trabalhadores rurais, como também uma equiparação do valor monetário, de que foi fixado em um salário-mínimo. O trabalhador rural, dentre eles o Pescador, podem se enquadrar nas seguintes categorias: a) empregado; b) trabalhador avulso; c) contribuinte individual e; d) segurado especial. Sendo caracterizado pela legislação brasileira, como grande parte, na condição de segurado especial.

No que diz respeito à pesca artesanal, no artigo 4º da lei de 29 de junho de 2009 apresentou a seguinte redação:

Parágrafo único. Consideram-se atividade pesqueira artesanal, para os efeitos desta Lei, os trabalhos de confecção e de reparos de artes e petrechos de pesca, os reparos realizados em embarcações de pequeno porte e o processamento do produto da pesca artesanal. (BRASIL, 2009, [n.p.])

No que abrange o conceito de segurado pescador, (FERREIRA, ALMEIDA, HELKEL e ALVEZ, 2016, p.15), discorre que o pescador artesanal, enquanto segurado especial, é definido como aquele que individualmente apresenta um regime familiar, que faz da pesca sua profissão habitual ou meio principal de vida, desde que, utilize embarcações, estas não ultrapassando dez toneladas de capacidades, e não possua outro vínculo empregatício. Desse modo, a legislação considera como segurado especial, o companheiro, companheira, cônjuge e filhos maiores de 16 anos, contando que sejam membros familiares e exerçam atividades rurais. Haja vista, que se estende aos membros da família do pescador, deixando de ser apenas os seus dependentes.

Os mesmos autores, afirma que o ato da inscrição no sistema previdenciário e seus benefícios ofertados são comprovados quando o pescador artesanal, enquanto trabalhador rural, para ter acesso aos seus direitos deve proceder mediante a inscrição junto ao INSS, que é o próprio órgão do Ministério da Previdência e Assistência Social, exerce função de viabilizar os direitos que esses têm aos benefícios.

Através do número de inscrição do trabalhador (NIT), o INSS fará o reconhecimento do segurado, permitindo assim o direito de quaisquer benefícios previstos em lei. No entanto, salienta que todos os membros do grupo familiar do trabalhador na condição de segurado especial, que desenvolve atividade em regime econômico familiar, devem ser inscritos na Previdência Social. Para assim serem pontuados na formação do grupo familiar, preenchendo os requisitos já abordados. Além disso, para requerer o benefício, o pescador artesanal deverá apresentar tais documentos: a) carteira de identidade; b) Carteira de habilitação de pescador artesanal; c) número de inscrição do trabalhador (NIT); d) declaração da colônia de pescadores devidamente inscrita pelo IBAMA, preenchendo todos os requisitos solicitados; e) identificação da entidade.

No que tange ao seguro defeso, relata que é a política destinada à pesca no Brasil, inserindo-se no debate que gira em torno da questão ambiental, atuando na defesa do meio ambiente, visando à preservação das espécies, constituindo-se numa política de cunho ambiental cuja finalidade é a proteção da biodiversidade. Por outro lado, pode ser considerada uma política pública de caráter socioeconômico, pois também tem o intuito de garantir aos pescadores artesanais, ainda que por um dado período o recebimento de um salário mínimo para prover sua subsistência, cujo fundamento é o do desenvolvimento sustentável. (SANTOS e PEDÓ, 2015, p.192).

Como se viu, trata-se de um seguro peculiar, pois é concedido anualmente na época do defeso do pescador, em média tem duração de meses. O que se diferencia as demais classes é que são beneficiados com o Seguro-Desemprego, durante determinado período quando perdem o emprego e preenchem os requisitos estabelecidos. Assim acontece com o pescador artesanal. Dispõe na Lei nº10.779, de 25 de novembro de 2003.

Art. 1º O pescador artesanal de que tratam a [alínea “b” do inciso VII do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#), e a [alínea “b” do inciso VII do art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991](#), desde que exerça sua atividade profissional ininterruptamente, de forma artesanal e individualmente ou em regime de economia familiar, fará jus ao benefício do seguro-desemprego, no valor de 1 (um) salário-mínimo mensal, durante o período de defeso de atividade pesqueira para a preservação da espécie. ([Redação dada pela Lei nº 13.134, de 2015](#))

§ 1º Considera-se profissão habitual ou principal meio de vida a atividade exercida durante o período compreendido entre o defeso anterior e o em curso, ou nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao do defeso em curso, o que for menor.

Portanto é um benefício de natureza temporária, apenas para prover o sustento durante o período de proibição da pesca, em que a própria atividade fica suspensa para a procriação da espécie. Para cada início do período defeso, o pescador deve se dirigir aos postos de

atendimentos que contêm o Seguro-Desemprego, vinculados à Delegacia Regional do Trabalho (DRT) ou SINE/PA, caso de ausência procurasse a Colônia dos Pescadores do município, para habilitação do seguro, o pescador tem que conter a inscrição de no mínimo um ano no IBAMA.

Outrossim, o direito do segurado especial à obtenção de benefícios previdenciários deriva do efetivo exercício de atividade rural, e não do efetivo recolhimento de contribuições sobre a comercialização da produção, podendo-se concluir que não ocorra a referida comercialização, o segurado especial que efetivamente exerceu sua atividade laboral está protegido pelo sistema previdenciário. (RIBEIRO, 2014 p.71).

Contudo, geralmente, aos que requerem o benefício, necessita da comprovação do recolhimento das contribuições (ou, ao menos, a existência do fato gerador), demonstrando carência e qualidade de segurado, como exigido.

Além disso, a lei dispõe de situações em que, mesmo sem o pagamento de contribuições previdenciárias, é mantido o direito a qualidade de segurado. É o que se denomina do período de graça, durante o qual o segurado faz jus a toda a cobertura previdenciária. Exemplificando-se durante o período de graça, o segurado ficar incapaz total e definitivamente para o trabalho, terá direito à cobertura previdenciária de aposentadoria por invalidez, desde que cumprida a carência, quando for o caso de implementação do benefício. (VIERIA 2021, p.27). Como dispõe a lei,

Art. 1º A Previdência Social, mediante contribuição, tem por fim assegurar aos seus beneficiários meios indispensáveis de manutenção, por motivo de incapacidade, desemprego involuntário, idade avançada, tempo de serviço, encargos familiares e prisão ou morte daqueles de quem dependiam economicamente (BRASIL, 1991, art.1º)

Mediante questionamentos levantados, à luz do princípio da universalidade e análise da participação em plano previdenciário do Pescador Artesanal, aponta para um cenário de muitas lutas, principalmente relacionado a prática ao acesso, especificadamente quando não estão filiados a Colônias ou Associação de Pescadores. Ocorrendo também o excesso de burocracia, para o ônus da comprovação a sua condição, perante a sua hipossuficiência.

Vale salientar para compreensão e fechamento desse tópico, que, mesmo com a minirreforma previdenciária, trazida pela EC 103/2019, de 12 de novembro, que inseriu na Constituição Federal, alguns dispositivos, não interferiu nos moldes de ingresso e cadastro, nem dos requerimentos de benefícios do Segurado Especial Pescador. Como também a IN 128/2022, que atualmente é a “bíblia” da Seguridade Social, em relação ao referido beneficiários,

manteve-se, todos os direitos com existiam antes dessas alterações, logo, tem-se, o estudo sob a lei em análise, como a base fundamentalmente legal para tratar do assunto.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A essência da pesquisa traz luz ao Princípio da Universalidade e os limites dos riscos sociais cobertos pela Previdência Social. Diante dessa situação, houve a realização de uma pesquisa exploratória com destaque na investigação bibliográfica e documental a partir de fontes secundárias.

Tratará de uma abordagem qualitativa. Desse modo, tendo em vista a busca pela lógica que se permeia a pesquisa, através de amostras coletadas da população que são alvo da pesquisa. O qual o pesquisador necessita de uma maior familiarização com o problema, a fim de torná-lo explícito ou a construir determinada hipótese. Logo, a metodologia da pesquisa utilizada foi com base em materiais já constituídos como doutrinas, Leis, revistas, artigos científicos, visitas e sites e outras fontes.

O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, esclarece Nascimento (2002, p.17) “esse método procura partir de verdades universais e tirar conclusões particulares”. Dessa forma, apresenta-se o método mais eficaz e adequado para a execução da pesquisa. Já em relação a sua natureza, possui a natureza básica, que tem o objetivo de gerar conhecimentos novos e úteis para o avanço da própria ciência sem aplicação prevista. Envolvendo assim verdades e interesses universais, segundo (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

Relaciona-se a uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativas, o qual irá analisar uma série de informações sobre o que deseja pesquisar. Pretendendo assim, desmistificar os fatos e fenômenos de determinada realidade abordada. Conforme, Engel e Silveira (2009) a pesquisa qualitativa corresponde à “tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana”.

Quanto aos objetivos, o pesquisador utilizou a pesquisa bibliográfica de acordo com Fonseca (2002), “a pesquisa possibilita uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Ela se processa através de aproximações sucessivas da realidade, fornecendo subsídios para uma intervenção no real.”

Quanto a técnica esta será bibliográfica e documental, é feita a partir de material elaborado, desenvolvido de referências teóricas já avaliadas, e publicadas por meios escritos e



eletrônicos, como artigos científicos, livros, páginas de web sites. Outrossim, a documental recorre a fonte mais diversificadas e dispersas.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao fim de todo de todo o procedimento efetivado no decorrer desta pesquisa, forma apresentado resultados, concretizando como diagnóstico geral do questionamento levantado, o qual foi o objetivo geral da presente pesquisa. Dessa forma, buscou-se um entendimento aprofundado sobre a previdência social e o segurado especial, especificadamente o pescador artesanal. Sobretudo, por uma análise dos dispositivos legais que tratam no intuito, à luz da jurisprudência e doutrina.

A partir de uma breve exposição da evolução do Direito Previdenciário, seja ele urbano e rural, observou-se uma dificuldade da inaplicabilidade do próprio princípio mencionado ao sistema previdenciário, gerando assim dificuldades para o acesso ao benefício previdenciário.

Entende-se que após os questionamentos levantados e resultados expostos, ocorre um grande impacto na vida dos trabalhadores rurais. Que não e resume apenas a ao não meio contributivo, mas sim, toda uma sistemática, seja do próprio custeio financeiro há um ônus de comprovação de necessidade devido ao risco social existente.

Em relação aos objetivos levantados, o primeiro é descrever a evolução histórica do Direito Previdenciário e os seus efeitos. O segundo objetivo foi a abordagem do princípio da universalidade e sua aplicação aos beneficiados, com ênfase no segurado especial. E por fim, o terceiro objetivo analisar a participação em plano previdenciário do Pescador Artesanal, que realiza suas atividades mediante pescas e atividades artesanais. Finalmente, a problemática teve o seu questionamento alcançado ao todo percurso da pesquisa.

Enfim, a importância da pesquisa, vêm trazer um novo olhar, mais cauteloso, aos profissionais da classe mencionada, que enfrentam dificuldades ao acesso à um direito próprio visibilizando as necessidades sociais, que não sejam especificadamente restringindo a uma contribuição prévia, mesmo diante de grandes adversidades, como também, trazer um olhar que sirva de base para futuros trabalhos nessa área, uma vez que, esse assunto é uma fonte inesgotável de inovações, por si só não é uma pesquisa exaustiva, dando margem para novas pesquisa, a título de pós-graduação, que demandará um aprofundamento do tema, levando-se para o campo e transformando em um estudo de caso.

## REFERÊNCIAS

AMADO, F. **Curso de direito e processo previdenciário**. 16. Ed. JusPodivim, 2022. 2496 p.

BERTUSSI, L. **Conto popular e história regional no Rio Grande do Sul**. Letras de Hoje, v. 36, n. 2, 2001.

BRASIL, **Constituição Federal (1988)**. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.048, de 6 de maio de 1999**. Lei Aprova o regulamento da Previdência Social. Brasília: Casa Civil, 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3048.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048.htm). Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. **Instrução Normativa pres/inss nº 128, de 28 de março de 2022**. Disciplina as regras, procedimentos e rotinas necessárias à efetiva aplicação das normas de direito previdenciário. Brasília: Ministério do Trabalho e Previdência/Instituto Nacional do Seguro Social, 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-pres/inss-n-128-de-28-de-marco-de-2022-389275446>. Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos Beneficiários da Previdência Social e dá outras providências. Brasília: Casa Civil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18213cons.htm/](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm/). Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 10.779, de 25 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a concessão do benefício do seguro desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Brasília: Casa Civil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/L10.779.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.779.htm). Acesso em: 15 nov. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.959, de 29 de julho de 2009**. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesa, regula as atividades pesqueiras. Brasília: Casa Civil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11959.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11959.htm) Acesso em: 15 nov. 2022.

CAMARANO, A. A.; FERNANDES, D. **A previdência social brasileira**. 2016.  
LEURY, S. **A seguridade social inconclusa**. FLEURY, S. A era FHC e o governo Lula: transição, p. 121-150, 2004.

LOURENÇO, C. F.; HENKEL, J. A.; MANESCHY, M. C. A. **A seguridade social para os pescadores artesanais no Brasil**: estudo de caso no Pará. Chennai: ICSF, v. 1, 2006.

CASTRO, C. A. P. LAZZARI, J. B. **Manual de Direito Previdenciário**. 23. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2020.

GERHARDT T. E. SILVEIRA D. T. (ORG). **Métodos de pesquisa**. coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: [https://scholar.google.com.br/scholar?q=m%C3%A9todos+de+pesquisa+tatiana+engel+gerhardt+denise+tolfo+silveira&hl=pt-BR&as\\_sdt=0&as\\_vis=1&oi=scholar](https://scholar.google.com.br/scholar?q=m%C3%A9todos+de+pesquisa+tatiana+engel+gerhardt+denise+tolfo+silveira&hl=pt-BR&as_sdt=0&as_vis=1&oi=scholar)

PEDÓ, J. C. J. *et al.* Concessão do seguro defeso: uma influência na vida do pescador. **Caderno de Graduação-Ciências Humanas e Sociais-UNIT-SERGIPE**, v. 2, n. 3, p. 183-194, 2015. Disponível em:

<https://www.google.com/search?q=PED%C3%93%2C+J.+C.+J.+et+al.+Concess%C3%A3o+do+seguro+defeso%3A+uma+influ%C3%Aancia+na+vida+do+pescador.+Caderno+de+Gradua%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%Aancias+Humanas+e+Sociais-UNIT-SERGIPE%2C+v.+2%2C+n.+3%2C+p.+183-194%2C+2015.&oq=PED%C3%93%2C+J.+C.+J.+et+al.+Concess%C3%A3o+do+seguro+defeso%3A+uma+influ%C3%Aancia+na+vida+do+pescador.+Caderno+de+Gradua%C3%A7%C3%A3o-Ci%C3%Aancias+Humanas+e+Sociais-UNIT-SERGIPE%2C+v.+2%2C+n.+3%2C+p.+183-194%2C+2015.&aqs=chrome..69i57.756j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8>

RIBEIRO, J. L. Segurado especial. 2014. Monografia. **Responsório UFRGS**. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/111904>.

ROCHA, D. M. Direito previdenciário em resumo / Daniel Machado da Rocha, Eugélio Luis Müller. - 3. ed. - Curitiba: Alteridade Editora, 2021.

TANAKA, E. **Direito previdenciário**/ Eduardo Tanaka - Florianópolis: Eleva Concursos, 2022.

VIEIRA, E. B *et al.* **A comprovação da qualidade de segurado especial à luz da Lei nº 13.846 de 2019.** 2021.

## **RECEPTAÇÃO: UMA ANÁLISE ACERCA DO AUMENTO DA CRIMINALIDADE RELACIONADO AO DELITO CAPITULADO NO ART. 180 DO CÓDIGO PENAL**

José Oriel do Rego

Sócrates Alves Pedrosa

Francicláudio Nato da Silva

Iana Catarina de Araújo Viana

Carlos Augusto Dias Moraes

### **RESUMO**

O crime de receptação, é caracterizado como ato de receber produto de crime. Na sua modalidade culposa, disciplinada no § 3º do artigo 180 do Código Penal, demonstra a falta de cuidado quanto à origem da coisa, que possivelmente tenha origem criminosa, mas a pessoa preferiu ignorar. Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo geral identificar a relação entre o crime de receptação com o aumento da criminalidade na sociedade. Em sede de objetivos específicos, analisar a tipificação penal do crime de receptação; apresentar os possíveis desdobramentos e consequências do crime de receptação; reconhecer o aumento da criminalidade e sua relação direta com o tipo penal do artigo 180 CP. A escolha do tema deve-se a sua conotação real, pois se configura como um dos principais malefícios causados por essas atividades à sociedade e que necessita ser rigorosamente coibido pela lei. É um tema relevante para a formação do operador do direito, tendo em vista sua essência prática e profissional, pois é um delito criminal que possui muita demanda na advocacia. A problemática que respalda esse estudo é saber: qual a relação entre o aumento de criminalidade e o crime de receptação? Para construção do texto utiliza-se aqui a revisão de literatura, pesquisa bibliográfica, análise descritiva, com método qualitativo. Os dados foram recolhidos de doutrinas, leis e demais dispositivos legais. Os resultados apontam que, o crime de receptação constitui um dos pilares para disseminação da criminalidade, o que demonstra a importância das instituições e do sistema legal atuando no sentido de reduzir os incentivos para a prática de crimes contra o patrimônio. A conclusão revela que, o crime de receptação compreende decorrência praticamente essencial para o abominável proveito daqueles que executam as condutas típicas entre as mais comumente praticadas no Brasil, as quais sejam os roubos e furtos.

**Palavras-chave:** Receptação. Criminalidade. Direito Penal. Ordenamento Jurídico Brasileiro.

### **RECEIVING: AN ANALYSIS ABOUT THE INCREASE IN CRIMINALITY RELATED TO THE CRIME CAPITULATED IN ART. 180 OF THE CRIMINAL CODE**

#### **ABSTRACT**

The crime of receiving is characterized as the act of receiving proceeds of crime. In its culpable

modality, disciplined in § 3 of article 180 of the Penal Code, it demonstrates the lack of care regarding the origin of the thing, which possibly has a criminal origin, but the person preferred to ignore it. Thus, this article aims to identify the relationship between the crime of receiving and the increase in crime in society. Based on specific objectives, analyze the criminal classification of the crime of receiving; present the possible consequences and consequences of the crime of receiving; recognize the increase in crime and its direct relationship with the criminal type of article 180 CP. The choice of theme is due to its real connotation, as it is configured as one of the main harm caused by these activities to society and that needs to be strictly restrained by law. It is a relevant topic for the formation of the operator of the law, in view of its practical and professional essence, as it is a criminal offense that has a lot of demand in law. The problem that supports this study is to know: what is the relationship between the increase in crime and the crime of receiving? For the construction of the text, a literature review, bibliographic research, descriptive analysis, with a qualitative method, are used here. The data were collected from doctrines, laws and other legal provisions. The results indicate that the crime of reception is one of the pillars for the dissemination of crime, which demonstrates the importance of institutions and the legal system acting to reduce the incentives for the practice of crimes against property. The conclusion reveals that the crime of reception comprises a practically essential consequence for the abominable benefit of those who perform the typical behaviors among the most commonly practiced in Brazil, which are robberies and thefts.

**Keywords:** Reception. crime. Criminal Law. Brazilian legal system.

## 1 INTRODUÇÃO

O delito de receptação está tipificado no artigo 180 do Código Penal e tem como objeto jurídico o patrimônio, punindo, em linhas gerais, a conduta daqueles que adquirem, recebem, transportam, conduzem ou ocultam, em proveito próprio, coisa que sabem ser produto de crime anterior (BRASIL, 1940).

Atualmente se discute a ligação direta entre o aumento da criminalidade e a lesividade que o crime de receptação evidencia ter, bem como os impasses que de fato existe sobre a irrisória pena determinada pelo código de Direito Penal.

É importante também apontar que, no Brasil há diversos problemas advindos dos crimes patrimoniais, uma vez que existe o descaso estatal. Nesse sentido, a receptação baseada na premissa de que, o criminoso busca a obtenção de proveito próprio ou de outrem, seja materialmente, ou no sentido de buscar impunidade ao dificultar o flagrante livrando-se da posse da coisa que possivelmente tem seu paradeiro investigado pelos órgãos da segurança pública acionados e seria prova material (GRECO, 2019).

Dessa forma, o presente artigo tem como objetivo geral identificar a relação entre o crime de receptação com o aumento da criminalidade na sociedade. Em sede de objetivos específicos, analisar a tipificação penal do crime de receptação; apresentar os possíveis

desdobramentos e consequências do crime de receptação; reconhecer o aumento da criminalidade e sua relação direta com o tipo penal do artigo 180 CP.

A escolha do tema deve-se a sua conotação real, pois se configura como um dos principais malefícios causados por essas atividades à sociedade e que necessita ser rigorosamente coibido pela lei. É um tema relevante para a formação do operador do direito, tendo em vista sua essênciaprática e profissional, pois é um delito criminal que possui muita demanda na advocacia.

A problemática que respalda esse estudo é saber: qual a relação entre o aumento de criminalidade e o crime de receptação?

Este trabalho tem por método o indutivo proporcionado por um compilado bibliográfico englobando desde doutrinas de direito penal, até estudos sociológicos voltados para a ciência da criminologia almejando com isto chegar a discussões relacionadas à estrutura elementar do crime no Brasil. Para construção do texto utiliza-se aqui a revisão de literatura, pesquisa bibliográfica, análise descritiva, com método qualitativo.

Como forma de organização, o presente texto tem a seguinte estrutura: inicialmente se fará uma análise criteriosa acerca da tipificação penal do crime de receptação. Dessa forma se apresenta sua configuração penal, disciplinando seu objeto de estudo, sua finalidade e campos de atuação, elementos objetivos e subjetivos. Também ficam demonstrados os tipos de receptação e se o sujeito age ou não com dolo ou culpa.

Logo em seguida, será feita uma abordagem sobre os possíveis desdobramentos e consequências do crime de receptação. Diante disso, as teorias criminológicas definiram as características e aspectos fáticos para concretização do crime.

Por fim haverá um estudo para apontar a relação entre o aumento da criminalidade e relação direta com o tipo penal do artigo 180 CP. Dessa forma se fará uma reflexão analítica acerca dos índices de delitos que assolam e assustam a sociedade contemporânea.

## **2 TIPIFICAÇÃO PENAL DO CRIME DE RECEPÇÃO**

A receptação, delito dos mais importantes do título dos crimes contra o patrimônio, está descrita no art. 180 do Código Penal e subdivide-se em dolosa e culposa. A receptação dolosa, por sua vez, possui as seguintes figuras: simples, que pode ser própria (caput, 1a parte) ou imprópria (caput, 2a parte). Nesse sentido o Código Penal dispõe:

Art. 180. Adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime, ou influir para que terceiro, de boa-fé, a adquira, receba ou oculte: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa (BRASIL, 1940).

De acordo com Greco (2019) a receptação poderá ser simples (art. 180, caput), qualificada (art. 180, § 1º) ou culposa (art. 180, § 3º). No que se refere ao elemento subjetivo do tipo, Rogério Greco nos ensina que o caput do artigo 180 admite, apenas, o dolo direto por parte do agente, sendo que no seu § 1º também é admitido o dolo eventual. Isto, pois, na receptação simples o legislador afirma que o sujeito ativo sabe da origem ilícita da coisa, sendo que na modalidade qualificada o tipo diz que ele devia saber. Assim, o Código Penal define receptação qualificada como:

§ 1º Adquirir, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, coisa que deve saber ser produto de crime.

Pena - reclusão, de três a oito anos, e multa.

§ 2º Equipara-se à atividade comercial, para efeito do parágrafo anterior, qualquer forma de comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercício em residência.

§ 3º Adquirir ou receber coisa que, por sua natureza ou pela desproporção entre o valor e o preço, ou pela condição de quem a oferece, deve presumir-se obtida por meio criminoso:

Pena - detenção, de um mês a um ano, ou multa, ou ambas as penas.

§ 4º A receptação é punível, ainda que desconhecido ou isento de pena o autor do crime de que proveio a coisa.

§ 5º Na hipótese do § 3º, se o criminoso é primário, pode o juiz, tendo em consideração as circunstâncias, deixar de aplicar a pena. Na receptação dolosa aplica-se o disposto no § 2º do art. 155.

§ 6º Tratando-se de bens e instalações do patrimônio da União, Estado, Município, empresa concessionária de serviços públicos ou sociedade de economia mista, a pena prevista no caput deste artigo aplica-se em dobro (BRASIL, 1940).

Observa-se que a receptação se caracteriza como crime autônomo, não se podendo falar em autoria ou participação quando o agente pratica a conduta após a consumação do delito antecedente. No que concerne à sua tipificação, poderá este ser o núcleo dos crimes contra o patrimônio, fazendo necessário dar-se ênfase, visto que a pena cominada para esse delito é irrisória, além disso, pouco efetiva em qualquer de suas subdivisões, uma vez que, ao existir ausência por parte do estado em elaborar e implementar atos que visem coibir as condutas ilícitas do referido tipo penal.

Dessa forma, seria possível amenizar os danos causados a população e diminuir consideravelmente não só a prática do crime de receptação, mas também sua influência nos crimes de roubo e furto, desde que haja o devido aumento proporcional da pena cominada no art. 180 do código penal (BRASIL, 1940).

Nota-se que com o passar dos tempos, os tribunais brasileiros passaram a adotar Teoria da Cegueira Deliberada, que possui origem anglo-saxônica, no entanto vem ganhando força nos entendimentos proferidos pelos magistrados do judiciário pátrio, em razão dos argumentos levantados sobre o § 3º do art. 180 do Código Penal, em que o legislador permitiu a incidência dessa teoria nos casos de receptação culposa.

De acordo com Capez (2018) a Teoria da Cegueira Deliberada é uma construção jurisprudencial originada no direito anglo-saxônico que preconiza a possibilidade de punição do indivíduo que deliberadamente se mantém em estado de ignorância em relação à natureza ilícita de seus atos. Sobre isso a jurisprudência brasileira decide:

PENAL E PROCESSUAL PENAL. FURTO QUALIFICADO À CAIXA- FORTE DO BANCO CENTRAL EM FORTALEZA. TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA (WILLFUL BLINDNESS). INEXISTÊNCIA DA PROVA DE DOLO EVENTUAL POR PARTE DE EMPRESÁRIOS QUE EFETUAM A VENDA DE VEÍCULOS ANTES DA DESCOBERTA DO FURTO. ABSOLVIÇÃO EM RELAÇÃO AO CRIME DE LAVAGEM DE DINHEIRO. [...] Imputação do crime de lavagem em face da venda, por loja estabelecida em Fortaleza, de 11 veículos, mediante o pagamento em espécie: a transposição da doutrina americana da cegueira deliberada (willful blindness), nos moldes da sentença recorrida, beira, efetivamente, a responsabilidade penal objetiva; não há elementos concretos na sentença recorrida que demonstrem que esses acusados tinham ciência de que os valores por ele recebidos eram de origem ilícita, vinculada ou não a um dos delitos descritos na Lei n.º 9.613/98. O inciso II do PARÁGRAFO 2.º do art.1.º dessa lei exige a ciência expressa e não, apenas, o dolo eventual [...]. (TRF-5 - ACR: 5520 CE 0014586-40.2005.4.05.8100, Relator: Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira, Data de Julgamento: 09/09/2008, Segunda Turma, Data de Publicação: Fonte: Diário da Justiça - Data: 22/10/2008 - Página: 207 - Nº: 205 - Ano: 2008).

Nesse sentido, Jesus (2019) o entendimento da dimensão do elemento subjetivo do crime e seu alinhamento com a norma quanto ao crime de receptação, sendo este um fator motivador de outros crimes recorrentes no contexto da nossa sociedade. Dessa forma, observa-se a ineficiência da norma diante do crime de receptação ocorrido sem a existência do dolo direto, mas com a assunção do risco trazida pelo dolo eventual que finda por enquadrar-se na modalidade culposa do tipo.

Diante disso, Mazzochio (2021) sugere uma maior reflexão para analisar a indiferença do agente quando se observa claros indícios de ilicitude, o que fez gerar na jurisprudência



brasileira ponderações acerca do dolo ou culpa no cometimento de crimes e o consequente alcance da punibilidade assegurada pela lei vigente.

Neste contexto, Mage (2018) acrescenta ainda que a receptação não sofrerá alterações mesmo diante da extinção de punibilidade do crime antecedente. Da mesma forma ocorre nos casos em que o crime pressuposto dependa da representação por parte do ofendido ao Ministério Público ou do ajuizamento de queixa-crime, o crime de receptação não será atingido mesmo que o crime principal não incorra nestas consequências jurídicas.

Portanto, resta claro que os desdobramentos acerca da autoria do crime anterior não acarretam em impedimentos quanto à punibilidade direcionada ao autor da receptação. A não ser que, quanto ao crime anterior, seja comprovada inexistência ou exclusão da figura típica.

## **2.1 DESDOBRAMENTOS E CONSEQUÊNCIAS DO CRIME DE RECEPÇÃO**

Os desdobramentos desse tipo penal estão descritos no Código de Processo Penal (CPP) previstas no art.182, a ação penal será pública incondicionada” podendo ser promovida pelo Ministério Público sem sujeitar-se a subordinações ou condições. É o que se refere o art.5º, I e II, §§ 1º, 2º e 3º do Código de Processo Penal. (BRASIL, 1941).

Segundo Masson (2018) a receptação é um dos crimes mais praticados no Brasil, tal conduta ilícita incide desde a compra informal de objetos de origem ilícita a vendedores ambulantes até esquemas grandiosos de empresas que negociam produtos advindos do roubo de caminhões de carga. O que mostra a grande abrangência do crime em questão e a conexão deste para com vários outros crimes que afligem nossa sociedade.

Para Marinho (2020) o crime de receptação trata-se de um delito comum, deste modo, qualquer pessoa poderá ser sujeito ativo, pois o tipo penal não pressupõe requisitos para que o agente possa assim ser enquadrado.

Nesse sentido, o agente que descobre a origem criminosa do objeto que adquire somente posteriormente, tendo agido sem dolo, poderá incidir na forma dolosa do crime desde que pratique, após a ciência da ilegalidade, um novo verbo presente na descrição do tipo em questão. Caso o receptador do celular roubado saiba somente depois da origem do objeto, e tente escondê-lo, estará praticando a conduta típica da receptação na forma dolosa. É possível afirmar que:

Sustenta-se a necessidade de presença de dolo quanto à origem criminosa da coisa desde o momento em que ela é adquirida, recebida, transportada, conduzida, ou ocultada, embora, nessa última hipótese, seja mais difícil falar na ausência de má-fé, pois normalmente quem oculta um bem o faz sabendo que há algo errado a ser

escondido de terceiros. O dolo deve ser antecedente (anterior à realização da conduta) ou concomitante (simultâneo à realização da conduta). (MASSON, 2013, p. 678).

Dessa forma, compreende-se que, o crime é punido a título de dolo, discutindo a doutrina a natureza da expressão deve saber contida no tipo. Para uns (minoria), trata-se somente de dolo eventual e, conseqüentemente, aquele que sabe (dolo direto) responde simplesmente pelo caput, modalidade menos rigorosa.

Dessa forma, a expressão “sabe” está contida naquele (deve saber), pois, se o legislador pretende punir mais severamente o agente que deveria ter conhecimento da origem criminosa do bem, é óbvia a sua intenção de punir também aquele que possui conhecimento direto sobre a providência da coisa. (OLIVEIRA, 2018).

Vale ressaltar que, dentre os elementos que trazem indícios do ilícito é necessário apontar a natureza da coisa, a qual se refere à sua essência a doutrina cita como exemplo a venda de veículo automotor sem documentação. Como também a desproporção entre o valor e o preço, que deve ser clara e a doutrina cita a exemplo da venda de um carro importado a preço vil. Sem esquecer ainda e as condições de quem oferece a coisa, a relação entre idade, profissão, aparência, o que pode ser exemplificado pela venda de joias valiosas por um menor de rua (SAMPAIO, 2020).

Nesse sentido, Silva (2020) afirma que o perdão judicial, previsto no §5º do artigo em tela, possibilita que o juiz, avaliando as circunstâncias, deixe de aplicar a pena no caso em que o réu seja primário, não tendo sido este condenado anteriormente por sentença transitada em julgado.

Segundo aponta Marinho (2020) a receptação, na modalidade ocultar, é crime permanente. Assim enquanto o agente estiver guardando ou escondendo o objeto que sabe ser produto de crime, consuma-se a infração penal, perdurando o flagrante delito.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Para construção do presente texto utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, revisão integrativa de literatura, tendo como recursos artigos científicos, livros, teses e dissertações, manuais de direito e diversos outros materiais que sejam pertinentes ao assunto.

A pesquisa bibliográfica exige que sejam criadas diferentes estruturas de busca. Essas estruturas definem regras para a pesquisa dos artigos através de uma metalinguagem.

A metalinguagem irá permitir que os mecanismos de busca interpretem de forma efetiva o desejo do pesquisador. No entanto, elas podem variar significativamente em função dos motores de busca utilizados, pois cada um possui características próprias e interpreta as estruturas de diferentes modos (TREINTA, 2011, p. 25)

Diante das questões colocadas anteriormente, a preocupação central para o encaminhamento deste estudo será de realizar uma pesquisa qualitativa e descritiva. Em termos de pesquisa qualitativa, é preciso igualmente qualidade formal que expresse a competência técnica de manejar conhecimento

Para a operacionalização do processo investigativo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica (revisão de textos e fichamentos) e observação de campo através de análises observações, evidenciando as principais características do ordenamento jurídico sobre o tema aqui proposto e catalogando as circunstâncias evidentes e contrárias para analisarmos as possíveis constatações que nos levem ao alcance do objeto estabelecido nesse estudo.

Os recursos metodológicos a serem utilizados para exposição do tema escolhido foram: pesquisas bibliográficas (nacional), pesquisa sistemática em sites, bibliotecas (anais, manuais, dissertações, artigos científicos, entre outras fontes) a serem realizados através de rede mundial de computadores (internet).

### **3.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

#### **3.1.1 O aumento da criminalidade e relação direta com o tipo penal do artigo 180 CP**

Enquanto realidade, a violência se mostra diversificada e multifacetada. A violência aparece de muitas formas em nossa sociedade e por diversos meios: no trânsito, na rua, na esfera doméstica, nas escolas. O problema da violência não é problema só das favelas, ela desce os morros e desponta bem em frente do nariz de todos os brasileiros, de alguma forma, diariamente.

Para Leal (2019) o delito de receptação, previsto no artigo 180 do Código Penal brasileiro de 1940, é considerado de médio potencial ofensivo, podendo figurar como autor qualquer pessoa, no polo passivo pessoa física ou jurídica e o patrimônio como bem jurídico tutelado. Por igual, o referido crime desperta preocupação, no aspecto da segurança pública, uma vez que, para a sua configuração, pressupõe a prática de delito anterior e, concomitantemente, a existência de receptadores que alimentam a onda de violência que

atormenta a sociedade.

A criminalidade dá um salto em todo o País, pois surgem organizações criminosas como o Comando Vermelho, Primeiro Comando da Capital, sendo estas as maiores facções do Brasil, altamente especializadas em crimes de tráfico de drogas, assaltos, receptação. Cada dia mais cresce a sensação de insegurança e se multiplica casos e ocorrência de crimes de violência. É notável:

A sua presença permanente, marcando a vida das pessoas, construindo as suas personalidades, definindo os seus caminhos, produzindo uma nova cultura, uma nova concepção, um novo jeito de se relacionar com o outro - é a violência assumindo o papel de norma e rompendo as interações, colonizando o mundo da vida. Essa é uma unanimidade nos grupos focais. (MELO, 2018,p.94)

É difícil conter a violência. Mas, é rápido a ação e as marcas desse problema na sociedade. A violência se coloca tão forte, ao ponto de se falar em cultura da violência, uma vez que está tornou-se uma presença constante e atuante, produzindo e moldando condutas e sujeitos.

A violência é um quadro social preocupante, para De Melo (2018, p.94) “são comuns os relatos sobre eventos violentos presenciados praticamente todos os participantes dos grupos focais já tiveram alguma experiência desse tipo e a forma com se expressam ilustra a dureza daquela realidade”. Todo brasileiro conhece uma história triste de violência ou presenciou uma cena que marcou para sempre sua vida.

Por ser tão abrangente a violência mobiliza olhares e desperta preocupações. Segundo Soares (2018, p.78) “Crise econômica, provocando desemprego em massa e aprofundando de desigualdades, na contramão de uma cultura hegemônica individualista e igualitária, pode funcionar como vetor facilitador da difusão de práticas criminosas”.

Desse modo, ao lado da violência e como fatores causadores encontra-se diversos fatores como desemprego, alcoolismo e toda a gama de vulnerabilidades sociais que expõem os sujeitos a uma situação desfavorável.

E dentro desse jogo colaborativo da receptação, podem ocorrer desvios ou problemas que podem comprometer seriamente as ações desta no combate a violência. Para Mage (2018), entre os agentes da segurança pública está cada vez mais comuns casos de corrupção, traduzidos na “organização do crime e, outras, nas formas de cumplicidade como a ‘Lei do Silêncio’; negociações ou alianças estratégicas entre polícia, traficantes, comerciantes, assaltantes e ladrões, atores sociais que configuram a realidade cotidiana das áreas pobres da cidade”, segundo Marinho (2020, p.31).

Nesse sentido, a corrupção interna da polícia é um limite e um desafio colocado a atuação da segurança pública no combate à receptação. A corrupção entre os agentes da segurança é um problema duplo, já que uma vez que

Impunidade fica sendo o fator que consolida o desvio da ação policial militar porque, apesar de existir uma justiça paralela e corporativa que tende a proteger os seus pares, a justiça comum, quando atua de forma complementar, depende de inquéritos elaborados mediante graves distorções e sofre pressões do aparato policial para evitar condenações que o desmoralizem. (MAGE, 2018, p.112)

A partir dessa perspectiva, percebemos a complexidade do problema de desvio de moral entre os agentes da polícia, uma vez que a fiscalização e a punição destes casos enfrentam ainda o problema da exposição da classe, o que leva muitas vezes a uma punição branda ou ainda pior na lentidão das investigações.

Além disso, se o problema da criminalidade violenta é, necessariamente, multidimensional, a abordagem fiel a esta complexidade nos conduzirá à elaboração de políticas adequadas a esta complexidade, isto é, sensíveis à pluridimensionalidade, em consonância com a perspectiva de Silva (2020, p.96). Consequentemente reafirma-se a multiplicidade das faces e dos reflexos da violência na sociedade, diante disso cresce a necessidade e o alcance das intervenções da Segurança pública para lidar com esse problema.

É necessário o aprimoramento das estruturas e organizações internas da Segurança Pública, uma vez que “sem gestão não há política de segurança e política de segurança implica articulação sistêmica das instituições, como discute Oliveira (2018 p.12). Nesse sentido, é fundamental uma gestão adequada dos recursos, acompanhada de aprimoramento e planejamento de ações.

O enfrentamento da violência é desafiador e implica a construção de muitas redes de intervenção, por parte da Segurança Pública, constituídas por aparatos eficientes e de longo alcance, capazes de enfrentar um problema que se multiplica diariamente, a curto prazo e se coloca como um inimigo social, mas um velho conhecido dos cidadãos brasileiros.

Todos estes diferentes fatores estão relacionados entre si e formam um triste círculo vicioso, pois o cidadão nascendo neste meio não possui condições mínimas para vencer sua escala de necessidades vitais e se desenvolver pessoalmente e profissionalmente, de modo a sair do nível de subdesenvolvimento.

#### **4 CONCLUSÃO**

Após discorrer sobre o tema em questão, conclui-se que, o crime de receptação colabora para o aumento da criminalidade, tendo em vista que a impunidade, muitas vezes, contribui efetivamente para beneficiar o receptador e este continua a promover a insegurança social.

O crime de receptação, inserido no artigo 180, caput, do Código Penal vem crescendo assustadoramente em todo país, pois os criminosos ganham dinheiro com essa atividade e isso acaba gerando um círculo vicioso, que consiste basicamente no fato de adquirir, receber, transportar, conduzir ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime.

Esse delito criminal tornou-se cada vez mais presente na sociedade, onde os crimes patrimoniais apresentam grande impacto social, porque os produtos roubados, furtados e contrabandeados é um tipo de crime que financia de forma direta e indireta as quadrilhas cada vez mais especializadas.

Há uma preocupação no sentido de que haja uma legislação penal mais rigorosa, eficiente e que tenha penalidades condizentes com a gravidade do fato. A receptação possui qualificações próprias, por se tratar de um crime autônomo, essas majorantes possuem vinculação a um delito anterior.

O exposto com este trabalho, buscou trazer a discussão sobre a ineficácia da punição quando o crime de receptação não tem tipificação adequada à modalidade de dolo, passando a enquadrar a modalidade culposa. Aqui também ficou definido que, a Teoria da Cegueira Deliberada funciona como um aparato teórico para compreensão do surgimento desse crime na sociedade.

Confirma-se assim, a necessidade de que a legislação brasileira puna a conduta de quem negocia produtos provenientes de crime e que em sua conduta haja indícios de ilicitude, o dolo eventual, que caracterizam penalmente a recepção na legislação brasileira.

Por fim, conclui-se que o nosso país carece de uma segurança pública efetiva desde o momento da prevenção à criminalidade e isto não depende tão somente dos órgãos de segurança pública e das leis. Depende-se a primeiro ponto de toda uma reestruturação moral da sociedade.

Reafirma-se a abrangência e complexidade do tema discutido, por isso não se tem a intenção de esgotar o debate e nem tão pouco oferecer soluções rápidas e milagrosas. Enfrentar a violência é tarefa árdua, que requer a mobilização de forças e estratégias diversas.

Diante disso, se faz necessário superar a ideia que combate a violência é tarefa exclusiva da Segurança Social. As ações dessa rede devem ser acompanhadas de incentivos do governo, o que nos leva a pensar que o combate à violência passa pela necessidade de mudanças e

reformas sociais, capazes de oferecer condições de acesso dignas e iguais de vida e de existência para todos os cidadãos brasileiros. Portanto, o combate a violência por meio da Segurança Pública teria de ser acompanhado por mudanças sociais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto-lei nº 2.848 de 07 de dezembro de 1940. **Código Penal**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em outubro de 2022.

BRASIL. Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941. **Código de Processo Penal**. 9. Ed. Brasília: Saraiva, 2020.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. Parte Especial 3.12. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

GRECO, Rogério. **Curso de Direito Penal** – Parte Especial, volume 3. 14 ed. Niterói. Impetus, 2019.

JESUS, Damásio de. **Direito Penal** – Parte Especial. 23º ed. São Paulo. Saraiva, 2019.

LEAL, Rodrigo José; KELNER, Lenice. Análise crítica do crime de receptação qualificada. **Revista Jurídica (FURB)**, v. 19, n. 39, p. 145-172, 2019.

MAZZOCHIO, Cristhian Felipe; DA SILVA SCHWINGEL, Willian. O Crime de Receptação. **Anuário Pesquisa e Extensão Unoesc São Miguel do Oeste**, v. 6, p. e27782- e27782, 2021.

MAGE, Magda Aparecida Gonçalves; DE SOUZA, Vinicius Roberto Prioli; DOS SANTOS, Jurandir José. Tipicidade Subjetiva no Crime de Receptação. **ETIC-Encontro de Iniciação Científica-ISSN 21-76-8498**, v. 1, n. 1, 2018.

MASSON, Cleber. **Código Penal Comentado**. 2 ed. São Paulo. Método, 2018.

MARINHO, Juliana Costa Tavares. **A importância da análise do comportamento da vítima no direito penal**. *Âmbito Jurídico*, Rio Grande, 73, 01/02/2020. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com>. Acesso em agosto de 2022.

MELO, Maria Aparecida Machado et al. A violência rompendo interações. As interações superando a violência. **Estudos Avançados**, v. 16, n. 34, p. 77-97, . 2018

OLIVEIRA Teixeira, Elizabeth Cardoso; OLIVEIRA Andrade, Octacilio. Receptação. **Revista Ciências Jurídicas e Sociais-UNG-Ser**, v. 4, n. 1, p. 10-17, 2018.

SAMPAIO, Rodrigo Silva Mello. A teoria da cegueira deliberada e sua aplicabilidade ao crime de receptação. **Revista do Direito**, Florianópolis, 2020.

SILVA, Fernanda Linhares et al. Rigor no combate ao crime de receptação: uma importante estratégia em benefício do direito fundamental à segurança pública. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 12, p. 98651-98662, 2020.

SOARES, Luiz Eduardo. A Política Nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas. **Estudos Avançados**, v. 21, n. 61, p. 77-97, 2018.



**PROTEÇÃO SOCIAL DO TRABALHADOR E ANÁLISE DA COISA JULGADA:  
JULGAMENTO DO PEDIDO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL POR  
FALTA DE PROVAS**

Raul Moises Henrique Rego

Fernanda Soares de Sousa

Cícero Otávio de Lima Paiva

Regidiana Maria da Conceição

Francicládio Nato da Silva

**RESUMO**

O presente trabalho tem por objetivo apontar os direitos dos trabalhadores rurais à aposentadoria, mesmo diante de pouca prova documental e quais impactos que um julgamento improcedente exclusivamente pelo entendimento de ausência de prova rurícola pode causar na previdência. Bem como avaliar a possibilidade de novos períodos rurais em novos pedidos de aposentadoria, mesmo com decisão já transitada em julgado em processo anterior de aposentadoria. Ademais, busca-se demonstrar a importância de um estudo minucioso nos processos rurícolas dos agricultores, tendo em vista a necessidade de um benefício para a sua sobrevivência. Para tanto, utilizou-se normas do direito brasileiro, doutrinas, jurisprudências e artigos científicos das bases de dados da Scielo, periódicos da Capes e Google acadêmico. Para o alcance dos objetivos traçados, foi utilizado o método em uma abordagem qualitativa. Desse modo, conclui-se que cada vez mais é imprescindível uma análise minuciosa dos requerente rurícolas com relação ao benefício de aposentadoria, levando-se em conta a relativização da coisa julgada, bem como os aspectos econômicos e sociais, e a dificuldade de obter provas robustas.

**Palavras-chave:** Atividade rurícola. Benefício rural. Processo.

**SOCIAL PROTECTION OF WORKERS AND ANALYSIS OF THE RESPONSE:  
JUDGMENT OF RETIREMENT REQUEST BY RURAL AGE DUE TO LACK OF  
EVIDENCE**

**ABSTRACT**

The present work aims to point out the rights of rural workers in retirement, even in the face of little documentary evidence and what impacts an unfounded judgment exclusively on the understanding of lack of rural evidence can cause on social security. As well as evaluating the possibility of new rural periods in new retirement requests, even with a final decision in a previous retirement process. In addition, it seeks to demonstrate the importance of a thorough study of the rural processes of farmers, in view of the need for a benefit for their survival. To

this end, Brazilian law norms, doctrines, jurisprudence, and scientific articles from Scielo databases, Capes journals, Google academic, and VHL were used. To reach the outlined objectives, the hypothetical-deductive method was used, in a qualitative approach. In this way, it is concluded that a thorough analysis of rural applicants regarding the retirement benefit is increasingly essential, taking into account the process, as well as the economic and social aspects, and the difficulty of obtaining evidence.

**Keywords:** Rural activity. Rural benefit. Process.

## 1 INTRODUÇÃO

Por volta dos anos 1980, iniciou-se discussões em torno dos direitos dos rurícolas (profissional responsável pelo manejo dos mais diversos tipos de plantações) enquanto peça fundamental para o desenvolvimento dos recursos genéticos, na produção de alimentos, geração de emprego e renda e segurança alimentar. Tais direitos tiveram o seu reconhecimento internacionalmente em 1989, por intermédio da Resolução 5/89, acolhida na Conferência das Organizações Unidas para Alimentação e Agricultura.

Dessa maneira, percebeu-se a necessidade de reconhecer os direitos dos trabalhadores rurícolas, sendo assim incluídos em dispositivos internacionais, como por exemplo no Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos para a Alimentação e Agricultura e normas nacionais, o que representa um desenvolvimento no amparo das práticas e atividades dos agricultores.

Logo, para que o trabalhador rural alcance o direito ao recebimento da aposentadoria por idade deve preencher as condições estabelecidas na legislação, sob pena de rejeição do seu pedido em sentença proferida com julgamento de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

Todavia, a corte superior (STJ) entende ao julgar o Recurso Especial REsp 1.840.369/RS, que para a comprovação de provas do agricultor, se exige uma maior cautela, tendo em vista a dificuldade de comprovar o conjunto probatório.

A pesquisa é de suma importância, tendo em vista que o Tema 629 do Superior Tribunal de Justiça, no qual ficou consolidado que quando não há provas a ação previdenciária deve ser extinta sem exame de mérito, possibilitando o ajuizamento de eventual nova ação no futuro, muitos magistrados entendem que há coisas julgada nesses casos em específicos, o que não deveria ocorrer, conforme a relativização da coisa julgada. Assim, a partir dessas considerações visa-se responder á seguinte pergunta: qual o entendimento que deve ser considerado para

garantir o direito dos agricultores no requerimento de sua aposentadoria?

Com isso, partiu-se da hipótese na qual acredita-se que com uma boa análise doutrinária, jurisprudencial e legislativa, o direito dos agricultores poderão ser amparados de forma mais eficiente tanto pela autarquia, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), como pelas decisões do judiciário, tendo em vista os recentes julgados pelos tribunais superiores e entendimentos doutrinários.

Nesse sentido, a pesquisa é relevante por apontar a aposentadoria rural como fundamental na composição de renda destas famílias chegando a representar a totalidade dos ingressos monetários em algumas situações, sendo assim, imperiosa deve-se ser uma análise minuciosa de todo o arcabouço probatório, bem como da relativização da coisa julgada para garantir o direito de um trabalhador que vive, em regra, sob condições precárias. Sendo assim, é discutir e ampliar o debate, vez que muitos benefícios estão sendo julgados de maneira prejudicial ao direito do agricultor, mesmo com prova documental e novas provas do labor rural.

Assim, o objetivo geral desse estudo é apontar os direitos dos trabalhadores rurais à aposentadoria, mesmo diante de pouca prova documental e o que deve ser considerado para garantir o direito a aposentadoria e os impactos para um caso de julgamento improcedente. Tendo como objetivo específico pesquisar e analisar a ocorrência de situações dos requerentes do benefício previdenciário quando se trata de pouca prova documental e avaliar a possibilidade de novos períodos rurais em novos pedidos de aposentadoria, mesmo com decisão já transitada em julgado em processo anterior de aposentadoria.

O método de pesquisa utilizado é a abordagem qualitativa, já que se leva em conta uma interpretação dinâmica da realidade. Para o alcance dos objetivos traçados realizou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando como técnica e revisão bibliográfica, pautada na análise de leis, doutrinas, artigos científicos e jurisprudências.

## **2 A INSERÇÃO DO TRABALHADOR RURAL NA PREVIDÊNCIA SOCIAL DO BRASIL**

O marco inicial sobre a seguridade social foi implementado no Brasil em 1923 por intermédio da Lei Eloy Chaves que organizou um sistema de Caixa de Aposentadorias e Pensões (CAPS), proporcionando o acesso a assistência social e saúde a um determinado grupo de pessoas que tinham condições de contribuir financeiramente com o modelo, vindo a ser

ampliado, em 1930, para abranger novas categorias profissionais por meio das figuras dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), (MATOS, MELO e SIMONASSI, 2012).

O meio rural sempre teve sua importância econômica para o desenvolvimento do país, tanto é que em meados de 1940 o setor agrícola era um enorme responsável pelo crescimento econômico do país, até os dias atuais. Contudo, é historicamente indiscutível que o agricultor rural nunca pode gozar de muitos privilégios, exemplo disso foi a eliminação dessa classe de trabalhadores por anos dos benefícios previdenciários.

O trabalhador rural brasileiro era um estranho na sociedade e era chegada o momento de a cidade ajudar o campo, como o campo vinha ajudado a cidade, e para que houvesse o equilíbrio entre as populações rurais e urbanas impunha-se dar àqueles um tratamento honesto, ainda que esse ato de justiça custasse para este algum sacrifício (KOVALCZUK, 2014).

Em meados de 1960 os rurícolas passaram a exigir do governo um sistema que fosse capaz de possibilitar garantias sociais, fato que levou a edição da Lei nº 4.214/63 e criou o Fundo de Assistência do Trabalhador Rural (FUNRURAL). Assim, de acordo com Cássio Mesquita Barros Júnior (2014, p.57) “O principal objetivo do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963 foi assemelhar a previdência social rural à urbana, com proteção social sobre velhice, invalidez, doença, maternidade, assistência médica, morte e auxílio-funeral”.

No ano de 1971, lançou-se o Programa de Assistência Rural (PRORURAL), com ligação ao FUNRURAL, que previa benefícios de aposentadoria e o acréscimo nos serviços de saúde até então atribuídos aos trabalhadores rurícolas.

A partir de então a previdência social passou por várias modificações, a maior delas implementada pela Constituição Federal de 1988, que à consolidou como sendo um sistema de direitos e garantias sociais que protege os trabalhadores de maneira universal e equitativa. O modelo de seguridade social encontra-se firmado no art. 194, caput da Constituição Federal de 1988.

A previdência social segue um modelo de custeio contributivo de coparticipação entre o setor privado e o poder público em que é obrigatório a contribuição por parte dos trabalhadores que se vincularem ao sistema.

Todavia, a previdência já passou por diversas mudanças e crises, a mais recente delas foi a reforma da previdência no ano de 2019. Sendo o principal ponto das crises a má gestão de recursos públicos, que sempre foi um fator desencadeante e fomentador para as crises até então vivenciadas.

O atual modelo de assistência social está longe de ser perfeito, todavia, apesar das crises e da má gestão, foi o modelo que mais proporcionou mudanças e garantias para classes de

trabalhadores que antes não eram assistidos, como é o caso dos agricultores rurais que antes tinham como modelo de seguridade como o FUNRURAL, que diferente do INSS seguia um modelo unicamente assistencialista. A inclusão dos trabalhadores rurais no sistema de previdência social trouxe um avanço qualitativo, possibilitando inclusive a aposentadoria para as mulheres rurícolas, enquanto que na época do FUNRURAL só eram beneficiados os homens e ainda assim, apenas com 1/3 do salário mínimo vigente na época (BRASIL, 1963).

Atualmente a contribuição do agricultor rural pode se dar de maneira facultativa quando este comercializar os produtos de sua colheita, ou pode ocorrer de forma indireta quando o agricultor não recolhe nada aos cofres públicos, sendo necessário nesse caso a comprovação do período de carência necessário de exercício de atividade rural que são as 180 (cento e oitenta) contribuições, em ambas as situações o agricultor recebe o valor de um salário mínimo.

## **2.2 A Constituição Federal de 1988 e a proteção previdenciária ao trabalhador rural**

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 nos termos do artigo 193, que introduz o título VIII, dispõe que: “A ordem social tem como base o primado do trabalho, e como objetivo o bem-estar e a justiça social” (BRASIL, 1988).

A Constituição cidadã, determinou a unificação dos sistemas, inserindo-a entre os objetivos da seguridade social, trazendo nova roupagem à Previdência Social, mormente a previdência rural, instituindo regras próprias de contribuição para os agricultores que trabalham em regime de economia familiar e ficou conhecida como a Constituição Cidadã por assegurar uma série de dispositivos tais como:

A garantia das liberdades individuais; a atuação do Estado na promoção dos chamados direitos social, além de um avanço na proteção previdenciária de trabalhadores rurícolas. No mesmo sentido corrobora Jane Berwanger: Compreende-se, pois, que, se é - ao menos em tese - o trabalho que vincula o trabalhador ao sistema previdenciário, agiu bem o constituinte ao determinar uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços entre rurais e urbanos. Ademais, no mesmo sentido, o legislador ordinário, ao incluir o segurado especial como segurado obrigatório, cumpriu determinação constitucional (BERWANGER, 2018, p. 15).

Exatamente no referido instituto, pela primeira vez, houve um avanço significativo na proteção social de trabalhadores rurais, o qual abalizou um sistema universal de custeio abrangente e solidário, dispondo expressamente sobre as condições de filiação à seguridade social de trabalhadores rurais.

Realizando-se uma leitura atenta dos artigos que tratam dos direitos sociais, é possível identificar na Carta Magna, art. 7º, direitos dos trabalhadores rurais e urbanos, de forma equiparada, com uma clara postura de combate à discriminação do trabalho rural. Logo adiante, no capítulo que trata das disposições gerais da seguridade social, no seu art. 195, §8º restou expressamente consagrado que:

Art. 195[...] §8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei (BRASIL, 1988).

Nesse contexto, o referido dispositivo trouxe expressamente o trabalhador rural como contribuinte da seguridade social e também como sujeito de direitos no tocante à percepção dos benefícios nelas contidos.

Do mesmo modo, o art. 201 da CF/1988 ao disciplinar as regras específicas relativas à concessão de aposentadoria por idade pelo Regime Geral de Previdência Social, trouxe a previsão de que, o requisito etário seria reduzido em cinco anos para os trabalhadores rurais de ambos os sexos sendo de 65 anos de idade, para o homem, e aos 60, para a mulher (BRASIL, 1988).

A previsão constitucional elencada no corpo da Carta Magna foi de fundamental importância para o diagnóstico da condição do trabalhador rural perante a previdência social. Assim também, a garantia ao acesso aos benefícios concedidos pela previdência, bem como, a redução do limite de idade na concessão das aposentadorias, ratificam o caráter protetivo que o novo sistema jurídico brasileiro teria para com o trabalhador rural.

Por outro lado, a Constituição trouxe um direcionamento para a edição de normas infraconstitucionais que viriam a regulamentar o sistema de seguridade social no Brasil. Essa tarefa ficou a cargo da Lei 8.212/1991 e da Lei 8.213/1991 responsáveis por definir, respectivamente, o Plano de Custeio da Seguridade Social e o Plano de Benefícios da Previdência Social. A Lei 8.212/1991 intitulada Lei Orgânica da Seguridade Social, regulamentou questões relativas ao sistema de seguridade, principalmente no que se refere ao seu plano de custeio.

Como já dito, no que toca aos trabalhadores rurais o plano de benefícios trouxe expressa previsão deles como beneficiários da seguridade social, desde que comprovada a qualidade de segurado, os quais, se classificam em: produtor rural, empregado rural e o segurado especial.

No que alude a esta última categoria, tem-se, a concessão dos benefícios de aposentadoria por idade, auxílio-doença, salário-maternidade e pensão por morte. Os referidos diplomas legislativos seguiram as diretrizes da Constituição Federal e consagraram expressamente a proteção social aos que se dedicam à lide campesina. Representando uma evolução, visto que, após tantos anos trabalhando na terra, finalmente, os rurícolas foram incluídos na legislação previdenciária, ainda que tardiamente.

O fato é que houve pouco avanço na inclusão dos rurícolas na legislação pátria em relação à proteção conferida a outras categorias. Essa síntese histórica, só evidencia a morosidade do processo legislativo no tocante aos trabalhadores rurais.

Conclui-se que, só a partir da promulgação da Constituição de 1988 e das Leis 8.212/1991 e 8.213/1991 é que, o gênero “trabalhador rural” foi de fato reconhecido pela legislação previdenciária brasileira, desmembrado em suas três espécies: empregado rural, contribuinte individual e segurado especial.

### **2.3 Órgãos atuantes na defesa dos trabalhadores rurais**

A fim de tratar de assuntos relacionados aos problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais, existem órgãos fundamentais no Brasil que promovem total amparo ao trabalhador, responsáveis por levar informações, assistência e amparo para que ocorra o fortalecimento da classe rural, destacando-se o Ministério da Economia e os Sindicatos Rurais (MAZZA, 2019).

A Importância do Ministério da Economia por meio da Secretaria de Trabalho é de grande importância na proteção dos trabalhadores rurais e em suas garantias trabalhistas, ao longo dos anos grandes avanços foram promovidos, muitos trabalhadores foram resgatados de propriedades rurais onde exerciam trabalho análogo a escravidão, trabalhando apenas por comida e às vezes moradia (MAZZA, 2019).

Os trabalhadores rurais enquadrados na categoria de segurado especial que exercem suas atividades sem qualquer tipo de contrato (Parceria Agrícola, Arrendamento ou Comodato) contam com o amparo do Ministério da Economia para fiscalizar, logo, na falta de fiscalização, podem existir prejuízos imensos para o segurado especial, como por exemplo, na obtenção dos benefícios como o auxílio doença previdenciário, que exige o período de carência referente a 10 (dez) meses trabalhados, e da aposentadoria por idade rural ainda mais rigorosa, necessitando a comprovação de 180 (cento e oitenta) meses trabalhados, conforme preceitua o Art. 7º, XXXII da CF/88 (BRASIL, 1988).

Os órgãos intermediadores e defensores desta classe como os sindicatos rurais, tem um

papel fundamental nesse processo de planejamento. Os sindicatos trabalham como órgão de apoio aos trabalhadores rurais, atentando-se para os problemas locais, ajudando os trabalhadores a estarem informados de seus direitos e lutando na defesa de seus ideais junto aos demais órgãos (MAZZA, 2019).

Portanto, além de representar e defender o trabalhador rural em todos os fóruns de decisões (MUNICIPAL, ESTADUAL E FEDERAL) coloca à disposição de seus associados diversos serviços nas áreas jurídica, econômica, contábil, ambiental, etc. Também fazem parte das ações dos sindicatos rurais a formação profissional da mão-de-obra rural e a promoção social do cidadão que mora no campo tendo como pilar a capacitação, informações atualizadas e aumento de sua representatividade (OLIVEIRA NETO, 2015).

As atuações destes órgãos intermediários são bastante eficazes, pois possuem uma boa oferta de serviços e uma ótima comunicação a classe rural. Percebe-se que os sindicatos rurais atuam como parceiros do homem do campo, solucionando todas as suas demandas e defendendo seus direitos muitas vezes ignorados (OLIVEIRA NETO, 2015).

### **3 ANÁLISE DA APOSENTADORIA POR IDADE RURAL COM BASE NAS PROVAS PROCESSUAIS**

Para se conceder o benefício da aposentadoria por idade do trabalhador rurícola o segurado deverá obter as seguintes exigências: 60 (sessenta) anos de idade, sendo homem, e 55 (cinquenta e cinco) anos de idade caso seja mulher, e ainda a carência de 180 (cento e oitenta) meses de trabalho no setor rurícola, conforme §1º do art. 48 da Lei de nº 8.213/91.

Assim, o trabalhador rurícola para alcançar o benefício da aposentadoria por idade rural deverá preencher os requisitos estabelecidos na lei brasileira, pois caso não atinja a exigência, poderá ter seu pedido em sentença proferida improcedente com julgamento de mérito, conforme artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Assim, o julgamento do mérito em tese significa o convencimento pleno da coisa julgada material.

Para comprovar o exercício de trabalho rural no requerimento da Aposentadoria, é necessário a demonstração e apreciação de provas, seja na esfera administrativa ou judicial. Consoante aduz Scarpinella Bueno (2018, p.377), prova é “Tudo que puder influenciar, de alguma maneira, na formação da convicção do magistrado para decidir de uma forma ou de outra, acolhendo, no todo ou em parte, ou rejeitando o pedido do autor.”



A prova documental e testemunhal é, portanto, o meio que o agricultor utiliza para demonstrar seu direito a aposentadoria por idade rural. A comprovação do exercício de atividade rural é o início da prova material, onde o segurado deve acostar todo e qualquer documento que ateste seu labor no campo pelo período de carência necessário.

Na prova documental é indispensável desde a MP 817/19, o agricultor deve realizar a juntada de uma autodeclaração, junto com outros documentos dotados de fé pública e que sejam relevantes a comprovação de sua qualidade de segurado especial, sendo esses documentos os constantes no artigo 106 da Lei 8.213/91.

A prova material comprova a semelhança com os fatos expostos, cabendo ressaltar que são documentos de fé pública, com presunção de veracidade. Podendo ser meios de provas descontínuas e que não necessariamente possa comprovar o ano a ano o trabalho rurícola, todavia, o que se deve comprovar é que o meio principal de subsistência advém do meio rural, o que se presume a continuidade, não significa dizer que deve, como quer a autarquia previdenciária (INSS), exigir provas robustas que prove ininterruptos anos de labuto rural.

O artigo 48 da Lei 8213/91, informa que é necessária a complementação da carência mínima. Para os rurícolas que trabalham em regime de economia familiar, o parágrafo 2º não exige a comprovação da atividade rural de forma apenas contínua.

Trata-se de um simples início, para que se ofereça ao Juiz alguma segurança no sentido de que o requerente em alguma época em sua vida já foi campesino, a fim de dar garantia material ao Magistrado. Todavia, administrativamente a autarquia previdenciária tem considerado apenas um ano para cada prova apresentada, fato esse que é usualmente rechaçado pelos Magistrados que entendem que a profissão do trabalhador rural traz, em sua essência, a aparência de continuidade e não um modo eventual.

A jurisprudência orienta com fundamento de que a própria Constituição prevê esta hipótese e, coerentemente, se ela faz menção tácita a esta situação, não pode-se contrariá-la de forma distorcida. Importante entendimento de Carlos Maximiliano (2001, p. 51):

Os juízes, oriundos do povo, devem ficar do lado dele, e ter inteligência e coração atentos aos seus interesses e necessidades. A atividade dos pretórios não é meramente intelectual e abstrata; deve ter um cunho prático e humano; revelar existência de bons sentimentos, tato, conhecimento exato das realidades duras da vida.

De outro modo, há casos em que o trabalhador rural não tem capacidade de levar ao processo prova material hábil a comprovar o exercício da atividade rural pelo período mínimo exigido para concessão do benefício. Nesses acontecimentos, a jurisprudência do Superior

Tribunal de Justiça defende que o processo não deve ser julgado improcedente, ou seja, não pode o magistrado resolver o mérito da ação, e sim proferir sentença sem resolução de mérito, devido o motivo da carência de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo, com amparo no artigo 485, inciso IV, do CPC, cuja decisão conduz a coisa julgada formal, sendo portanto limitada ao processo em que a decisão foi proferida. O mencionado entendimento foi efetivado no Tema 629 do STJ, conforme a seguir:

A falta do conteúdo probatório com eficácia a instruir a inicial, conforme dispõe o artigo 283 do CPC, implica a carência pressuposto da constituição e desenvolvimento válido do processo, impondo sua extinção sem o julgamento do mérito (art. 267, IV do CPC) e a consequente possibilidade para o autor intentar novamente a ação (art. 268 do CPC), reunindo os elementos necessários.

Portanto, ao afastar o julgamento do mérito da ação em um conjunto probatório incapaz para comprovar o exercício do labor rural, pretende o Superior Tribunal de Justiça proteger o trabalhador rurícola da coisa julgada material, o que o impediria ajuizar uma nova ação pleiteando o mesmo direito.

Assim, se ausente conteúdo probatório válido a comprovar o período de carência necessário para concessão da aposentadoria por idade rurícola, é dever do magistrado a extinção do processo sem análise de mérito (art. 485, IV, do CPC).

Todavia, caso o magistrado, entenda inexistir prova material apta a comprovar o exercício da atividade rural, julgue a demanda improcedente, resolvendo o mérito, e, mais, ainda que tal sentença transite em julgado, o Superior Tribunal de Justiça admite uma nova propositura da ação objetivando o mesmo pedido, qual seja, a concessão da aposentadoria por idade rural. Desse modo, conforme a jurisprudência do STJ, existe a mitigação da coisa julgada na presente hipótese.

A Corte Superior, no julgamento do REsp 1.840.369/RS, de relatoria do Ministro Herman Benjamin, datado em 12/11/2019, justificou que deve-se ser consideradas as dificuldades enfrentadas pelo segurado para comprovar documentalmente que preenche os requisitos para a concessão do benefício, em razão do considerável transcurso de tempo, as normas de Direito Processual Civil devem ser dedicadas ao Processo Judicial Previdenciário, tendo-se em conta os cânones constitucionais atinentes à Seguridade Social e que em matéria previdenciária, por seu pronunciado cunho social, há lugar para a excepcional flexibilização de institutos processuais, como por exemplo a coisa julgada.

Nesses termos, quando não tem a juntada dos documentos suficientes à comprovação

do direito do segurado ao benefício previdenciário, o processo deve ser extinto sem resolução de mérito, com a possibilidade de propositura de uma nova ação.

Conforme fora mencionado, a inovação é que a jurisprudência baseia-se no Tema 629 para fundamentar a relativização da coisa julgada daqueles processos julgados com resolução de mérito pela insuficiência de provas.

Assim, se o segurado teve um período rural julgado improcedente pela mera insuficiência do conjunto probatório, tem a possibilidade da propositura de uma nova ação com novas provas da atividade rurícola.

Por essas provas previstas na legislação serem considerados provas plenas e dispendo também que a comprovação pode ser feita com base em início de prova material, esta entendido o rol de provas materiais hábeis à comprovar o exercício de atividade rural, inscrito no art. 106, parágrafo único da Lei 8.213/91, o qual é exemplificativo, e não taxativo, sendo admissíveis, assim, outros documentos além dos mencionados no dispositivo.

Todavia, há um problema a ser esclarecido, que se refere ao procedimento burocrático realizado pela autarquia federal, a qual não leva em consideração a mínima instrução do trabalhador rural sobre a necessidade de obter provas de seu labor, deparando-se com tal obrigação nos momentos de requerimento de benefícios, assim obtendo dificuldade para alcançar sua pretensão (ANDRADE, 2016).

Em razão desta dificuldade enfrentada pela maioria dos agricultores, o artigo 48, §2º da Lei 8213/91 traz que o agricultor pode realizar a comprovação de sua atividade rural “ainda que de forma descontínua”. É dispensável que o início de prova material abranja o número de meses idêntico à carência do benefício no período imediatamente anterior a entrada no requerimento do benefício, desde que a prova testemunhal amplie a sua eficácia probatória ao tempo da carência, vale salientar, que a prova oral permita a sua vinculação ao tempo de carência. Em se tratando de prova testemunhal, o processo previdenciário segue o mesmo rito que disciplina o processo civil.

Apesar da fragilidade, a prova testemunhal tem uma importância indiscutível e é um dos meios de prova mais antigos ainda utilizados, como bem demonstra Theodoro Júnior (2015, p. 933) “Segundo o prisma histórico, a prova de testemunha é o mais antigo dos meios existentes de convencimento utilizados pela justiça”, e corrobora Sá (2016, p.461) “O meio de prova testemunhal é no qual um terceiro estranho à causa deponha em juízo sobre fatos que presenciou e sejam importantes na continuidade do processo”.

No que tange a esse assunto, a lei prevê que todos do grupo familiar devem exercer atividade rural, entretanto a jurisprudência brasileira vem consolidando o entendimento de que

o exercício de trabalho urbano por um membro da família, não descaracteriza a condição rústica da família, devendo ser feita a análise de cada caso em concreto.

Assim, esta interpretação foi rechaçada pela Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais que editou a Súmula 41, da TNU, aduzindo que “A circunstância de um dos integrantes do grupo familiar desempenhar atividade urbana não implica, por si só, a descaracterização do trabalhador rural como segurado especial, situação que deve ser analisada no caso concreto”.

Ainda, cabe ressaltar que a prova rural é um meio bastante escasso, que se admite o reconhecimento do trabalho rural a partir dos 12 anos de idade, em regime de economia familiar, na esteira de iterativa jurisprudência do egrégio Superior Tribunal de Justiça (AgRg no REsp 1043663/SP, 6.<sup>a</sup> T, Rel. Min. Alderita Ramos de Oliveira, DJe de 01-07-2013 e AgRg no REsp 1192886/SP, 6.<sup>a</sup> T, Rel. Min. Og Fernandes, DJe de 26-09-2012).

Desta forma, diante das adversidades experimentadas no labor desses trabalhadores, seria até uma decisão arbitrária da administração pública ou o judiciário descaracterizar o trabalhador rural tendo somente como base a fundamentação de ausência de provas, tendo um início material. Por isso a importância da administração e do judiciário analisar cada agricultor em sua singularidade, observando os diversos meios de provas que o caracterizam como tal.

#### **4 A RELATIVIZAÇÃO DA COISA JULGADA NOS PROCESSOS PREVIDENCIÁRIOS**

O instituto da coisa julgada está entabulado na Constituição Federal, na seção dos direitos e garantias fundamentais, especificamente no artigo 5º, XXXVI, segundo o qual "a lei não prejudicará o direito adquirido, a coisa julgada e o ato jurídico perfeito."

Em defesa da segurança, muitos processualistas possuem o receio de discutir a perspectiva da relativização da coisa julgada, ao fundamento de obstaculizar e ameaçar a segurança jurídica, trazida pelo texto constitucional de 1988 e pela legislação processual civil.

Sabe-se que a coisa julgada é garantia fundamental. Contudo, essa garantia não pode ser contrária à justiça e ao direito social dos cidadãos. Quando trata-se de direito previdenciário, a imutabilidade ocasiona, em regra, negação ao benefício previdenciário, que implicitamente, ceifa princípios fundamentais, como a dignidade da pessoa humana e justiça social. Constantemente, o Poder Judiciário é acionado para solucionar conflitos de interesses, quando o trabalhador rural tem seu benefício previdenciário indeferido pelo INSS.

Na demanda, o segurado embasado nos artigos 55, § e 143 da Lei 8.213/91 não consegue apresentar provas materiais que comprovem o efetivo exercício do trabalho rural sem registro, produzindo apenas a prova testemunhal. Nessa senda, o pleito é julgado improcedente, posto que o julgador, nos moldes da súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça, não admite somente a prova testemunhal para a comprovação do direito. Assim, o segurado tem o mérito causal improcedente transitado em julgado e o caráter imutável da decisão.

Ocorre que, na hipótese de o segurado, após algum tempo, conseguir localizar provas materiais do seu trabalho rural, acaba protocolando novo pedido judicial, depois de prévio requerimento administrativo. Entretanto, seu pleito é obstado pela coisa julgada material, impedindo-o patentemente de buscar novamente seu benefício pela via judicial. Destaca-se que o direito processual previdenciário possui particularidades, na medida em que se busca a verdade real, dentro de um conhecimento que não se deleita com a forma processual automática, mas sim, almeja alcançar, mediante a aproximação das realidades fáticas, o verdadeiro intento.

Nas sábias palavras de José Antônio Savaris (2018, p. 73) o objeto que desafia o conhecimento do juiz é justamente o fato previdenciário constitutivo do direito do autor, *in verbis*:

A verdade real assim conhecida representa muito mais do que a verdade a que se chega de forma indiferente e não interessante (verdade formal). Mas não pode ser confundida com a verdade exata, própria das ciências naturais. A solução pro misero deve ser aplicada quando, em uma perspectiva formal, qualquer dos resultados dispostos pela sentença pareça razoável. Em caso de dúvida, decide-se casuisticamente evitando assim o sacrifício de direito fundamental.

Neste contexto, adentrando minuciosamente na temática das possibilidades de relativizar a coisa julgada, ressalta que determinadas ações tuteladoras de direitos coletivos e difusos utilizam a coisa julgada *secundum eventum probationis*, que corresponde a não aplicação da imutabilidade e indiscutibilidade da coisa julgada em uma sentença improcedente por ausência ou insuficiência de provas.

A priori, a lei regulamentadora da ação popular - 4.717 de junho de 1965, foi a pioneira a tratar sobre o *secundum eventum probationis*, que dispôs no art. 18, que em caso de a ação intentada ter sido julgada improcedente por ausência de prova, qualquer cidadão poderá protocolar novamente outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.

Nesta sequência, a Lei n.º 9.494/1997 alterou a redação do art. 16 da Lei de ação civil pública Lei 7.347/1985, estabelecendo que a sentença civil fará coisa julgada *erga omnes*,

exceto quando o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, ocasião em que o legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, quando localizar prova nova.

A doutrina e jurisprudência majoritária entendem que, em se tratando de benefícios previdenciários, seria inaplicável o instituto da coisa julgada, operando o *secundum eventum litis* quando a ação judicial é julgada improcedente pela ausência de conteúdo probatório. Segundo o ilustríssimo Juiz Federal José Antônio Savaris, em sua obra *Direito Processual Previdenciário* (2018, p. 52),

Os benefícios previdenciários não precluem, isso porque “o direito 24 à previdência social consubstancia autêntico direito humano e fundamental, pois a prestação de recursos sociais indispensáveis à subsistência da pessoa deriva do próprio direito de proteção à existência humana digna.

Ainda, o doutrinador defende com propriedade a relativização da coisa julgada previdenciária:

Enquanto o processo civil mostra-se exuberante no que conquista de mais alta segurança com o instituto da coisa julgada, o direito processual previdenciário é direcionado por um princípio fundamental de que o indivíduo não pode ser separado de seu direito de sobreviver pela solidariedade social por uma questão formal. Não é correto que se sepulte, de maneira definitiva, o direito de receber proteção social em função da certeza assegurada pela coisa julgada, quando a pessoa, de modo real, tem direito à prestação previdenciária que lhe foi negada judicialmente (SAVARIS, 2018, p. 57).

À vista disso, denota-se que quando a matéria questionada for referente a benefício previdenciário, que possui trato sucessivo, é imperioso uma análise sobre a égide da natureza social e alimentar do bem jurídico pretendido, principalmente, quando a ação anterior é julgada improcedente por falta de prova material. No caso, é necessário apenas a apresentação de novo requerimento administrativo aliado ao documento inovador para suprir a insuficiência anterior, comprovando categoricamente o direito do segurado em obter o benefício que fora negado, desfazendo o instituto da coisa julgada. Nesse sentido, os Tribunais já se manifestaram sobre esse posicionamento. No mesmo raciocínio, o STJ fixou a seguinte orientação:

Tradicionalmente, o Direito Previdenciário se vale da processualística civil para regular os seus procedimentos, entretanto, não se deve deixar de observar os detalhes das demandas previdenciárias, que justificam a flexibilização da rígida metodologia civilista, tendo-se em conta os cânones constitucionais atinentes à Seguridade Social, que tem como base contexto social adverso em que se inserem os que buscam

judicialmente os benefícios previdenciários”. (STJ, REsp, 1.352.721/SP, Corte Especial, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 24.04.2016).

Destarte, existem especificidades nos processos previdenciários no que se refere a aplicação da mutabilidade das decisões judiciais, posto que a seguridade vai além de uma proteção social, tendo por base uma garantia fundamental de natureza alimentar, que deve ser reanalisada pelo órgão julgador conforme o caso concreto. Porquanto, uma decisão proferida no processo possui reflexos avassaladores para o segurado, que laborou durante longos anos e teve seu benefício negado pela falta de documentos aptos à comprovação do seu direito.

À vista disso, para solucionar a controvérsia, como já supracitado, foi pacificado o entendimento de que os processos previdenciários que carecem de conteúdo probante, devem ser extintos sem resolução de mérito, nos termos do artigo 485, III, do CPC, pois, por óbvio, quando a lide não dispõe de mérito resolvido, não existe coisa julgada, permitindo, assim, o ajuizamento de nova demanda judicial, nos termos do artigo mencionado. De tal modo, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça proferiu em 2015, julgamento do Tema Repetitivo 629, com efeito vinculante, que possibilitou a extinção do feito, ao argumento de que a insuficiência de provas materiais gera a carência dos pressupostos de constituição e desenvolvimento do processo.

Salienta-se que o julgamento foi realizado antes da Novel Legislação Processual Civil, sendo que os artigos mencionados se referem ao CPC de 1973. Mas, também existe disposição relacionada no novo CPC vigente, especificamente no artigo 485, inciso IV. Em síntese, se tratar de julgamento com efeito vinculante, todos os juízes de primeira instância deverão observar o precedente, o que de fato ainda não ocorre.

Sendo, portanto, inaceitável negar proteção social a alguém que dela necessita e faz jus, mas que, por motivos diversos, não conseguiu comprovar o fato constitutivo do seu direito.

### **3.1 A judicialização da aposentadoria por idade rural**

Há o que se falar nos gastos desnecessários que ocorrem quando os trabalhadores rurais se deparam com a negativa vinda do Instituto Nacional do Seguro Social, magistrados, membros do Ministério Público são disponibilizados para processos que chegam a via judicial por erro do órgão administrativo que recebeu a demanda anteriormente, isso prejudica o segurado que lidará com a demora e também o judiciário, pois gera um acúmulo de processos, este acúmulo prejudica o cumprimento do princípio da celeridade processual, não

solucionando rapidamente os litígios (SANTORO, 2001).

Diante desse grande déficit o governo vem adotando medidas para reduzir a quantidade de ações contra o INSS, como a criação da Estratégia Nacional Integrada para desjudicialização da Previdência Social, a medida é dirigida por representantes do Poder Judiciário, Ministério da Economia, INSS e Defensoria Pública da União (DPU) que trabalham em prol da diminuição dos processos.

Não se pode negar que o Poder Judiciário está sobrecarregado e não se mostra capaz de atender a todas as demandas com a eficácia necessária. A busca por meios alternativos de solução de conflitos que possam garantir o acesso à Justiça é medida que se impõe e a desjudicialização se apresenta como importante forma de promover este acesso (AMORIM, 2018).

Não pode o poder judiciário ser considerado como o único meio que possibilita o acesso à Justiça, a questão que se traz ao caso é garantir este acesso, ainda que por meio de outras vias que não as judiciais, em tempo razoável e de maneira efetiva e nos casos de aposentadoria por idade rural o meio de se obter é através do Instituto Nacional do Seguro Social que deve cumprir com seu papel de promover a seguridade social a seus segurados, evitando assim a judicialização (AMORIM, 2018).

O Instituto Nacional do Seguro Social tem como obrigação garantir a seguridade social de seus contribuintes, respondendo de forma objetiva quando pratica uma conduta geradora de prejuízo ao segurado, ocasionando, dessa forma, o dever de indenização.

No entanto ocorrem diversas falhas, estas que incidem diretamente na vida dos cidadãos deixando-os desamparados no momento em que mais necessitam da autarquia, devido a estas falhas, os segurados se veem obrigados a ingressar na via judicial. O desgaste se dá tanto pela demora na análise do benefício de aposentadoria por idade rural ou indeferimento equivocado do processo administrativo.

Nos casos de indeferimento indevido de benefícios, essa aplicação age a fim de reparar os segurados que são lesados e despendem gastos desnecessários para comprovar o seu direito, além da concessão do benefício, em alguns casos também enseja o recebimento de danos materiais e morais, a fim de evitar que o INSS realize práticas semelhantes.

Devido a esses e diversos outros erros, o Instituto Nacional do Seguro Social implementou através da Medida Provisória número 871, a autodeclaração do trabalhador rural com o intuito de simplificar as regras de comprovação da atividade rural, fazendo todo o seu preenchimento.

Assim, os argumentos em questão relata a realidade atual dos processos contra o INSS



onde fica comprovada a inercia da autarquia que deixa de prestar a assistência e de agir como órgão fiscalizador, tentando se ausentar do ônus processual, desse modo, as decisões do Instituto Nacional do Seguro Social geram um enorme instabilidade para o trabalhador rural, que muitas vezes se vê em situações as quais não precisaria da via judicial para solucionar sua demanda, visto que possuem as comprovações necessárias para ter o benefício concedido na esfera administrativa.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As regras que fazem obedecer a previdência rural devem ser interpretadas e aplicadas principalmente levando-se em estíma a questão da prova da condição de segurado especial para fins de aposentadoria rural, que rege a seguridade social para que, tais benefícios, sejam recolhidos e destinados com justiça e equidade, de forma a abarcar principalmente aqueles que realmente precisam.

Neste aspecto, os esboços sócios econômicos são pessimistas e conclui que, os trabalhadores rurais ainda estão sujeitos a uma realidade social bem desigual em relação à urbana, o que, por si só, já justificaria a manutenção de regras especiais para a concessão de benefícios previdenciários.

Assim, qualquer alteração, deve ser no sentido de aplicar sempre a regra mais benéfica aos trabalhadores rurais, realizando-se uma análise criteriosa, tanto do lado econômico, quanto social. De modo que, o acesso aos benefícios concedidos seja ampliado e não restringido, visto que, a lei não pode retroagir para prejudicar e sim para beneficiar os que dela necessitam de amparo e proteção.

O Segurado especial foi à última categoria de segurados obrigatórios enumerados pela legislação pátria, ou seja, a proteção previdenciária aos trabalhadores rurais foi adotada tardiamente no ordenamento jurídico brasileiro em relação a outras categorias profissionais.

Com relação a coisa julgada e a ausência de provas, pode-se garantir que, caso o magistrado entenda que o segurado especial não reuniu início de prova material da atividade rural, tendo-se em conta o amparo do trabalhador garantida pela norma, deve-se julgá-la sem resolução de mérito como supracitado, por falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido do processo, permitindo assim o ajuizamento de uma nova ação, com melhor instrução das provas materiais nos termos do Tema 629 do STJ.

Se o processo anterior tenha sido julgado improcedente, resolvendo-se, por conseguinte,

o mérito, mesmo em decorrência da ausência de prova material do trabalho rural, permite-se assim, que o segurado ajuíze uma nova ação judicial, mitigando o instituto da coisa julgada (STJ, REsp 1.840.369/RS).

Desse modo, o direito previdenciário deve ser interpretado à luz da Constituição Federal, admitindo-se, o afastamento da coisa julgada na hipótese supracitada, visando à proteção social do trabalhador rurícola.

Portanto, restou demonstrado que os magistrados não devem formar seu convencimento tendo como base somente as características físicas apresentadas pelo requerente, sendo indispensável a análise de todos os meios de prova de forma conjunta para que a sentença seja justa; devem se utilizar os poderes instrutórios, concedidos pela legislação, para esclarecer pontos obscuros; além de ser primordial a obediência ao sistema do livre convencimento motivado, onde terão liberdade na apreciação de provas, mas deverão sempre demonstrar em seu relatório as razões de seu convencimento.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Daniel Assumpção. **Manual de Direito Processual Civil**. Salvador: Editora Juspodivm, 2018.

ANDRADE, Taise. **Critérios de análise do segurado especial: A comprovação da aposentadoria por idade.** Disponível em

<https://monografias.brasilecola.uol.com.br/direito/criterios-analise-segurado-especialcomprovacao-qualidade-segurado.htm> Acesso em 10 out. 2022..

BARROS DE MESQUITA, Cássio de Mesquita. **Previdência Social Urbanae Rural**. São Paulo: Saraiva, 1981.

BERWANGER, Jane Lucia Wilhelm. **Previdência Rural: Segurado Especial Novas Teses e Discussões inclusão social**. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963**, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/14214.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14214.htm) Acesso em 15 de Nov. 2022

BRASIL. **Decreto-Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18213cons.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18213cons.htm) Acesso em 10 de Out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 4.717 de junho de 1965.** Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/14717.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14717.htm) Acesso em 13 Out. 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.** Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19494.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19494.htm) Acesso em 13 de Out. 2022 7.347/1985.

BRASIL. **Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências. Brasília, Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18212cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18212cons.htm). Acesso em: 18 Out. 2022.

BRASIL. **Lei nº LEI Nº 9.494, de 10 de Setembro de 1997.** Disponível em [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19494.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19494.htm) Acesso em 13 de Out 2022.

BRASIL. **Medida Provisória n. 871, de 18 de janeiro de 2019.** [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv871.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Mpv/mpv871.htm). Acesso em 02 Nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Medida Provisória nº 871, de 2019 (Combate a irregularidades em benefícios previdenciários).** Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/135079>.

Acesso em: 20 de Out de 2022.

BUENO, Cassio Scarpinella. **Curso Sistematizado de Direito Processual Civil: Teoria Geral do Direito Processual Civil.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

OLIVEIRA NETO, Isaias Cantidiano de. Os sindicatos dos trabalhadores rurais de suas atribuições. **CONTEÚDO JURÍDICO.**

Disponível em: **atribuições.** Disponível em:

<https://www.conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/44781/os-sindicatos-dostrabalhadores-rurais-e-suas-atribuicoes>. Acesso em: 27 Out. 2022.

KERTZMAN, Ivan. **Curso prático de direito previdenciário.** 12 ed. Salvador: JusPODIUM, 2015;

KOVALCZUK, José. **A Função Social da Proteção Previdenciária aos Trabalhadores Rurais.** 1ª ed. Mafra/SC: Ltr, 2014. Pág.62;

MATOS, P.R.F; MELO, F. de S. P. e SIMONASSI, A. G. **Análise de Solvência do Regime Geral da Previdência Social no Brasil.** Est. Econ., v. 43, n. 2, p. 301-333, 2013.

MAXIMILIANO, Carlos. **Hermenêutica e aplicação do Direito.** 19. ed. Rio de Janeiro: Forense, 200.

MAZZA, Alexandre. **Manual do Direito Administrativo.** 9º Ed. São Paulo: Saraiva, 2019.

NEVES, Daniel Amorim Assumpção. **Manual de direito processual civil.** Vol. Único. 13 ed. Salvador: *JusPodivm*, 2021.

SANTORO, José Jayme de Souza. **Manual de Direito Previdenciário**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bastos, 2001.

SAVARIS, José Antonio. **Direito Processual Previdenciário**. 7. ed. Curitiba: Alteridade Editora, 2018.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Recurso Especial** 1043663/SP. Relator: Ministro Alderita Ramos de Oliveira. Jurisprudência do STJ. Data de julgamento em 01 de Julho de 2013.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Recurso Especial** 1192886/SP. Relator: Ministro Og Fernandes. Jurisprudência do STJ. Data de julgamento em 26 de setembro de 2012.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Recurso Especial número 1.840.369 – RS (2019/0289672-4)**. Relator: Ministro Herman Benjamin. Jurisprudência do STJ. Data de julgamento em 12 de Novembro de 2019.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Súmula 149**. Relator: Ministro Adhemar Maciel. Súmula do STJ. Data de julgamento em 07 de dezembro de 1995.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Tema 629**. Relator: Ministro Napoleão Nunes Maia. Jurisprudência do STJ. Data de julgamento em 12 de Dezembro de 2015.

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Recurso Especial** no 1.352.721/SP. Relator: Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Corte Especial. Data de Julgamento 28 de Abril de 2016.

TNU – Turma Nacional de Uniformização. **Súmula nº 41**. Disponível em: <http://www.dataprev.gov.br/servicos/cadint/DefinicoesBSegurado.htm>. Acesso em 23 Out 2022.

# AS AUDIÊNCIAS TELEPRESENCIAIS NA JUSTIÇA DO TRABALHO ENQUANTO INSTRUMENTO DE ACESSO À JUSTIÇA DURANTE O PERÍODO PANDÊMICO BRASILEIRO

Thiago Holanda Pinheiro

Cicero Otávio de Lima Paiva

Fernanda Soares de Sousa

Gigliola Edésia Diógenes de Freitas Chaves

Francisco Fernando Dias da Silva

## RESUMO

O período pandêmico implicou vertiginoso e internacional contexto fático sem precedentes que, ante sua abrangência e gravidade, repercutiu no corpo social em todos os seus aspectos, não sendo dissonante no âmbito jurídico. Com o advento das medidas de contingência à disseminação do vírus, adotou-se, entre outras medidas, o distanciamento social e a restrição de atividades, inclusive, da atividade jurisdicional. Por seu turno, o Poder Judiciário com o fito de instrumentalizar a continuidade da prestação jurisdicional, adotou a prática do teletrabalho e da utilização de equipamentos de transmissão de imagem e som em tempo real para realização das audiências. O presente trabalho busca analisar se no cenário de isolamento social durante o período pandêmico, tais medidas consolidaram-se enquanto instrumento de acesso à justiça ou se constituíram óbice, face a existência de fatores extraprocessuais, em especial, na Justiça do Trabalho. Para os fins a que se destinam o presente trabalho, no que concerne aos procedimentos metodológicos, foi feito o uso do método hipotético dedutivo, abordagem qualitativa e técnica bibliográfica. A partir da presente pesquisa, constatou-se que as audiências telepresenciais consolidaram-se enquanto instrumento de acesso à justiça durante o período pandêmico, pois viabilizou a continuidade da prestação jurisdicional durante o período de exceção. Para mais, evidenciou-se também que a Justiça do Trabalho adaptou-se com eficiência ao novo contexto, bem como, antecipou uma tendência natural da dinâmica processual

**Palavras-chave:** Processo do trabalho; Audiências telepresencial; Covid-19; Acesso à justiça.

## TELEPRESENENTIAL HEARINGS IN THE LABOR JUSTICE AS AN INSTRUMENT OF ACCESS TO JUSTICE DURING THE BRAZILIAN PANDEMIC PERIOD

### ABSTRACT

The pandemic period implied a vertiginous and unprecedented international factual context that, due to its scope and gravity, had repercussions on the social environment in all its aspects, not being dissonant in the legal field. With the advent of the measures of action to the

dissemination of the virus, the restriction of continuity, among other measures of social measures and the activity of activities, including jurisdictional. In turn, the use of image and sound transmission equipment in real time to conduct the hearings. The present work seeks to analyze whether, in the scenario of social isolation during the pandemic period, such measures were consolidated as instruments of justice or constituted as an obstacle, given the existence of extra-procedural factors, especially in the labor justice. For the purposes of this paper, as far as the methodological procedures, the hypothetical deductive method, a qualitative-quantitative approach and bibliographical technique were used. From the present research, it was found that telepresence hearings were consolidated as an instrument of access to justice during the pandemic period, as it enabled the continuity of jurisdictional provision during the period of exception. Furthermore, it was also evident that the Labor Court has efficiently adapted to the new context, as well as anticipated a natural tendency of procedural dynamics.

**Keywords:** work process; telepresential hearing; Covid-19; access to justice.

## 1 INTRODUÇÃO

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19, doença decorrente do contágio pelo vírus SARS-CoV-2 como pandemia. Conforme Silva, et al (2020), essa declaração ocorreu no momento em que a epidemia, oriunda de Wuhan na China, já havia se manifestado em 114 países/territórios/áreas.

No Brasil, o primeiro caso de contágio com o vírus SARS-CoV-2 foi confirmado pelo Ministério da Saúde em 26 de fevereiro de 2020, termo inicial a partir do qual a epidemia de coronavírus passou a reverberar seus efeitos no corpo social em todos os seus aspectos, não sendo dissonante no âmbito jurídico.

Segundo Santos, *et al* (2020), as primeiras medidas de distanciamento social foram implementadas no Distrito Federal, no dia 11 de março de 2020. Assim, com a eclosão da pandemia e por conseguinte, o advento das medidas de combate ao contágio por SARS-CoV-2, em especial, o distanciamento social que implicou na restrição de atividades, o Poder Judiciário necessitou adaptar-se ante ao novo contexto fático. Destarte, com o fito de possibilitar a continuidade da prestação jurisdicional, emerge como alternativa para elucidar o impasse a adoção das audiências telepresenciais.

Para Mauro Schiavi (2021), a audiência é um ato formal, solene e que conta com a presença das partes, seus procuradores, os funcionários da justiça e do juiz, em que são realizadas as tentativas de conciliação, são fixados os pontos controvertidos, as provas a serem produzidas e, por conseguinte, a produção dessas provas. Desse modo, a audiência telepresencial seria a realização desse ato à distância, valendo-se, para tanto, de equipamentos

de transmissão de som e imagem. Para além, Miranda, Siqueira e Jacy (2021) ensinam que audiência telepresencial é aquela realizada a partir de ambiente físico externo às unidades judiciárias.

Embora a utilização da modalidade telepresencial de audiência tenha satisfeito as necessidades mais latentes para fins de exercício da prestação jurisdicional, torna-se imperioso questionar se a utilização desse instrumento atendeu de forma hígida ao fito proposto, de propiciar o acesso à justiça. Ainda mais pertinente o questionamento quando se trata das demandas propostas perante a Justiça do Trabalho, uma vez que nesta impera o princípio da oralidade e que os atos processuais se concentram, preponderantemente, na audiência.

Outrossim, urge também a necessidade de debater se os fatores extraprocessuais constituíram impasse durante a utilização da modalidade telepresencial de audiência, pois, na Justiça do Trabalho o principal demandante é o trabalhador que, muitas vezes, tanto no contexto fático quanto na relação processual, ocupa posição de vulnerabilidade e hipossuficiência, não dispondo, em muitos casos, de uma conexão de internet que possibilite uma transmissão de áudio e imagem com qualidade ou instrução inerente a utilização dos softwares utilizados pelo órgão jurisdicional para a realização das sessões.

Ante o exposto, emerge o questionamento acerca da eficácia da adoção das sessões tele presenciais enquanto meio de acesso à justiça e se estes consolidaram-se óbice ou instrumento de acesso à justiça.

No que concerne às razões de ordem teórica e prática que motivaram a presente pesquisa, estas residem na ascensão vertiginosa da utilização das audiências tele presenciais durante o período pandêmico, e através desta, se objetiva elucidar se a adoção desse recurso viabilizou, de forma hígida, o acesso à justiça, contemplando tanto o aspecto qualitativo processual quanto o aspecto empírico, este último, na perspectiva do jurisdicionado.

Assim, a notoriedade acadêmica da pesquisa em tela está no fato de pretender vislumbrar, se em termos práticos, a utilização das audiências virtuais efetivamente propiciou o acesso à justiça. Quanto à justificativa social, esta se traduz na benesse da proposta da maior adoção das audiências virtuais, se positiva sua utilização. No que concerne ao meio jurídico, evidencia-se igualmente importante, pois, possibilita aos profissionais do Direito desprezar as fronteiras geográficas que ficam entre seus constituintes que residem em locais mais remotos e a prestação jurisdicional.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **2.1 Classificação da pesquisa**

No que concerne aos procedimentos metodológicos, foi elegido como método o hipotético dedutivo, pois, houve arguição de uma hipótese, qual seja, de que as audiências telepresenciais consolidaram-se enquanto meio de acesso à justiça, que poderá ser afirmada ou não, de acordo com os resultados obtidos através da aplicação da pesquisa. Quanto a abordagem, esta será quali-quantitativa, uma vez que haverá a preocupação no levantamento de dados numéricos no que concerne ao número de audiências virtuais realizadas e o que estes números significam ante o contexto da presente investigação. No que tange a técnica, será utilizada a bibliográfica, para além, será também realizada, para embasar a presente pesquisa, a pesquisa documental, posto que serão utilizadas normas, resoluções, jurisprudência, doutrina, artigos científicos e documentos do Tribunal Superior do Trabalho, eis que este é o órgão superior que colaciona dados acerca das demandas trabalhistas.

### **2.3 Instrumento de coleta de dados, universo e amostra**

Foi realizada a coleta de dados públicos disponíveis no site do Tribunal Superior do Trabalho que disponibiliza, por meio de tabela analítica, dados acerca da produtividade do Tribunal durante o período pandêmico. A tabela dispõe de dados levantados semanalmente, pelo que são registrados os julgados, decisões interlocutórias, despachos e atos de secretaria em um universo de 16/03/2020 a 28/11/2021.

Outrossim, também foram utilizados os buscadores sielo e google acadêmico para fins de busca no que concerne à artigos científicos, todavia, restou frutífera somente a plataforma do google acadêmico, onde foram encontradas as revistas de onde os artigos utilizados no presente trabalho foram coletadas.

Para chegar aos artigos utilizados os descritores eleitos foram “audiências telepresenciais”, “audiências e corona vírus” com uso da partícula AND, “processo do trabalho”, “audiências virtuais e pandemia” também utilizada a partícula AND e “direito do trabalho”.



## 2.4 Análise de dados

No que concerne à análise de dados, foi feita a análise descritiva dos dados coletados no site do Tribunal Superior do Trabalho, transformando-os em gráficos e apresentando uma análise mais crítica acerca da temática em estudo.

### 3 O CONTEXTO PANDÊMICO BRASILEIRO E OS DESAFIOS DO PODER JUDICIÁRIO PARA PROMOVER A CONTINUIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

O termo inicial do estado de calamidade pública no Brasil em razão da pandemia de Corona Vírus remonta a 20 de março de 2020, quando por meio do Decreto Legislativo nº 6 (BRASIL, 2020) foi possibilitado o advento de medidas mais incisivas de combate e prevenção à disseminação do vírus.

Entre as medidas adotadas, com o fito de conter a vertiginosa ascensão do vírus, foi editada a Lei nº 13.979/2020, (BRASIL, 2020), que instituía as medidas de enfrentamento do vírus, prevendo, entre elas, o acatamento do isolamento social e a restrição de algumas atividades, o que impactou significativamente o Poder Judiciário em sua atividade jurisdicional, eis que doravante não mais seria possível a realização dos atendimentos, audiências e demais serviços na modalidade presencial.

Apesar dos diversos impasses decorrentes da eclosão da pandemia, bem como, das medidas outrora adotadas que obstavam a continuidade da prestação jurisdicional e, por conseguinte, o acesso à justiça, o Poder Judiciário não ficou-se inerte. Em 19 de março de 2020, antes mesmo de ser reconhecido o estado de calamidade pública pelo Congresso Nacional o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução nº 313 que buscava preponderantemente garantir o acesso à justiça durante o período emergencial por meio da uniformização do funcionamento dos serviços judiciários.

O caput do art. 2º da Resolução nº 313 e o seu §2º, previam, a partir daquele momento, respectivamente, plantão extraordinário funcionando no mesmo horário que o expediente forense e a utilização do teletrabalho, *in verbis*:

Art. 2º O Plantão Extraordinário, que funcionará em idêntico horário ao do expediente forense regular, estabelecido pelo respectivo Tribunal, importa em **suspensão do trabalho presencial** de magistrados, servidores, estagiários e colaboradores nas

unidades judiciárias, assegurada a manutenção dos serviços essenciais em cada Tribunal

[...]

§ 2º As chefias dos serviços e atividades essenciais descritos no parágrafo anterior deverão organizar a metodologia de prestação de serviços, **prioritariamente, em regime de trabalho remoto**, exigindo-se o mínimo necessário de servidores em regime de trabalho presencial. (grifo nosso, CNJ, 2020)

Depreende-se dos dispositivos em tela que a resolução, em observância às medidas de combate a disseminação do vírus, suspendeu as atividades presenciais e adotou a modalidade de teletrabalho para dar continuidade ao exercício da atividade jurisdicional. A Consolidação das Leis do Trabalho define em seu art. 75-B que “Considera-se teletrabalho a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de tecnologias de informação e comunicação [...]” o que se consolidou como um primeiro passo para garantir o acesso à justiça naquele momento.

Ocorre que o Poder Judiciário já utilizava a modalidade de prestação supra ainda que de forma embrionária, desde 2016, quando do advento da Resolução nº 227 publicada pelo Conselho Nacional de Justiça que permitia aos servidores do Poder Judiciário a execução de suas atividades fora de suas dependências, conforme dispõe o art. 1º da referida resolução. No que tange a adoção de novas tecnologias para a prática de atos processuais, explica Marcos e Beltrão:

Convém ressaltar que o uso de novas tecnologias no Poder Judiciário não é recente, remontando, por exemplo: à Lei nº 9.800/1999 (BRASIL, 1999), que possibilitou a prática de atos processuais por meio de sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile ou outro similar, antevendo a eclosão de novas tecnologias mais eficazes; à Lei nº 10.259/2011 (BRASIL, 2011), ao prever que as Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais poderão se reunir pela via eletrônica caso um dos juízes componentes da respectiva turma seja domiciliado em cidade diversa; ou, ainda, à Lei nº 11.900/2009 (BRASIL, 2009), que, ao alterar o Código de Processo Penal (CPP) (BRASIL, 1941), possibilitou a utilização da videoconferência para realização de interrogatório de réu preso (art. 185 do CPP) e de oitiva de testemunha sem necessidade de expedição de carta precatória (art. 222 do CPP) ou o acompanhamento de atos processuais pelo réu quando não for ouvido (arts. 400, 411 e 531, todos do CPP) (BRASIL, 1941). (MARCOS; BELTRÃO, 2020, p.16)

Todavia, no que concerne às sessões virtuais, assevera Henrique (2020), que a realização de audiências telepresenciais pelo Judiciário como modelo habitual era fato sobre o qual não havia regramentos e provocou questionamentos por parte dos servidores do Poder Judiciário e da sociedade.

Para além, embora a prestação de serviços por parte dos servidores do Judiciário

continuasse, por meio do teletrabalho, ainda obstava o acesso à justiça a ausência de importante ato processual, a saber, a realização de audiências que, por seu turno, implicava em violação à garantia de celeridade processual e a razoável duração do processo.

Assim, visando resolver o impasse supra e manter observância ao distanciamento social, em 31 de março de 2020 o CNJ publicou a portaria n° 61 que instituía a Plataforma Emergencial de Videoconferência para a realização de audiências e sessões de julgamento nos órgãos do Poder Judiciário, tornando possível a realização de audiências sem que fossem desrespeitadas as medidas sanitárias de prevenção a disseminação do vírus.

### **3.1 Audiências Telepresenciais na Justiça do Trabalho Durante o Contexto Pandêmico**

Durante o desdobramento da epidemia de SARS-CoV-2 vasta foi a edição de regramentos com enfoque na continuidade da prestação jurisdicional, o que possibilitou a realização das audiências telepresenciais.

Na Justiça do Trabalho, todavia, maior se evidencia o impasse do isolamento social no que concerne às audiências, eis que, como bem adverte Mauro Schiavi (p. 133, 2021), o Processo do Trabalho é essencialmente um procedimento oral, acentuando-se a primazia da palavra, a concentração dos atos processuais em audiência e a maior interatividade entre o magistrado e as partes. Desse modo, imperioso refletir se a adesão dessa modalidade de audiência não maculou a higidez do procedimento face esses princípios que orientam o Processo do Trabalho, bem como, suas características.

Para compreender a dinâmica de realização das audiências virtuais no âmbito da Justiça do Trabalho, necessário partir do que dispõe a Consolidação das Leis do Trabalho sobre o tema. O caput do art. 813 da CLT aduz que as audiências serão públicas e presenciais a serem realizadas na sede do juízo. A regra supra, excetua-se pelo §1° que permite designar local distinto para a realização da audiência.

O ordenamento jurídico brasileiro dispõe também de outras possibilidades que são perfeitamente aplicáveis ao Processo do Trabalho por força do art. 769 da CLT que elenca como fonte subsidiária do regramento processual do trabalho o direito comum.

Desse modo, além da excepcionalidade do §1° do art. 813 que permite a realização de audiência em local diverso da sede do juízo, o Código de Processo Civil, de forma mais específica e vanguardista, permite a possibilidade genérica da prática dos atos processuais por meio de videoconferências. Para além, o diploma civil também traz a possibilidade da prática

de atos específicos por meio eletrônico, a exemplo, audiência de conciliação ou mediação (§7º do art. 334 do CPC), o depoimento pessoal da parte que residir em comarca, seção ou subseção judiciária diversa daquela onde tramita o processo (§3º do art. 385 do CPC) e a oitiva de testemunha nas mesmas condições (§1º do art. 453 do CPC).

Observa-se que a ascensão da tecnologia e dos meios de comunicação foi percebida pelo legislador processualista civil e que este agiu no sentido de introduzir esses meios no ordenamento jurídico pátrio que, principalmente no período pandêmico, foram de grande valia e tornaram possível a prestação jurisdicional, ainda que à distância. Na Justiça do Trabalho a adoção de novas tecnologias tem marco forte em 2010, quando da celebração do Termo de Cooperação Técnica nº 51/2010 entre Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Nacional de Justiça por meio do qual a Justiça do Trabalho aderiu ao Processo Judicial Eletrônico.

O processo judicial eletrônico, por seu turno, foi uma entre tantas ferramentas que foram agregadas ao processo digital, conforme ensina Jales Magno Araújo Farias (2020, p. 4):

Junto com o processo judicial eletrônico vieram outras ferramentas que foram sendo agregadas ao processo digital. A Justiça do Trabalho, por exemplo, já utiliza há anos no processo de execução algumas ferramentas para busca de bens e valores financeiros, como o BACEN JUD, RENAJUD, NAVEJUD, SIMBA, INFOJUD (Sistema de informações ao Judiciário), e monitora os fluxos processuais através de seu E-GESTÃO. O Judiciário também passou a usar aplicativos para telefonia móvel com diversas funcionalidades, para a comunicação com os litigantes e advogados através do Whatsapp ou Skype, por exemplo.

É patente que a adoção às ferramentas supra vem a tornar o processo cada vez mais digital e, conforme ensinam Marcos e Beltrão (2020), as audiências trabalhistas telepresenciais deixaram de ser a exceção para a ser a regra durante o período pandêmico, dado que a modalidade evidenciou-se como alternativa mais viável de manter a prestação jurisdicional e isolamento social concomitantemente.

Assim, após a suspensão das sessões na modalidade presencial, bem como, o surgimento de todo arcabouço normativo que surgiu com o fito de possibilitar a continuidade da prestação jurisdicional, foram realizadas as primeiras sessões virtuais. Sobre esse aspecto, Gustavo Henrique Farias Mello (2020) que realizou um estudo in loco na 4ª Vara do Trabalho de Mossoró (TRT21) consigna que a unidade precisou realizar mudanças nas rotinas de trabalho a fim de se adequar às novas determinações expedidas pelas instâncias superiores.

Segundo Henrique (2020), a 4ª Vara do Trabalho de Mossoró precisou diminuir a quantidade de audiências realizadas por cada pauta, marcadas em dois dias por semana, em

número não superior a cinco ações por dia. Ademais, Henrique (2020) aduz também que, para a sessão ocorrer, a Vara criava uma sala de reunião telepresencial por meio da plataforma Google Meet e notificava as partes para que tomassem ciência do agendamento da assentada, com link de acesso à sala, data e horário da realização do ato.

Henrique (2020) explica ainda que no dia e horário marcados devem, as partes, seus procuradores, secretário de audiências e o magistrado acessar o link designado no agendamento para de fato dar início a sessão.

Mauro Schiavi (2021, p. 587) ensina que a audiência trabalhista é um ato formal e que conta com o comparecimento das partes, seus advogados, funcionários da justiça e do juiz do trabalho. A esse respeito, encontra-se inalterada a dinâmica da audiência quando realizada na modalidade telepresencial, eis que subsiste o princípio da concentração dos atos processuais em uma única audiência, bem como, da presença obrigatória das partes, inclusive, com as mesmas punições para a ausência, a saber, arquivamento para o reclamante e aplicação da confissão da matéria de fato e revelia para a reclamada.

Todavia, outras características foram suprimidas, Henrique (2020) explica que na 4ª Vara do Trabalho de Mossoró não mais era realizado o pregão inicial ou chamamento das partes previsto no art. 815 da legislação celetista, dado que o interessado deveria, por ato volitivo ingressar na reunião por meio do link fornecido.

No que concerne à presidência da sessão, não há mudanças também nesse aspecto, continua o magistrado incumbido de presidir a audiência trabalhista e zelar pelo bom andamento dos trabalhos, nos termos do que preleciona o art. 816 da CLT.

Henrique (2020) explica que no que tange aos registros das atas de audiência não houveram mudanças e que estas continuaram a ser disponibilizadas no sistema Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho, ao final de cada pauta. Todavia, o citado autor acrescenta que nas sessões de instrução, além de terem as atas lançadas no PJe-JT, passaram a ser gravadas e podem ser consultados pelos interessados mediante requerimento.

#### **4 UTILIZAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS TELEPRESENCIAIS E O PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DO ACESSO À JUSTIÇA**

A garantia Constitucional do acesso à justiça determina que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito, conforme estatui o inciso XXXV do art. 5º da Constituição Federal.

O dispositivo supra fundamenta o princípio da inafastabilidade da jurisdição ou do acesso à justiça que, para Mauro Schiavi (2021) trata-se de uma das mais importantes garantias do cidadão, eis que, hodiernamente a acessibilidade ao Judiciário é um direito fundamental de qualquer pessoa para a efetivação de direitos. Nesse diapasão, torna-se imperiosa a celebração da existência do referido princípio em direito consagrado, uma vez que, de todo inútil seria existir uma relação de garantias postas ao trabalhador, mas que estas além de não praticadas no mundo fenomênico também não pudessem ser efetivadas por meio de uma reclamatória trabalhista.

Outrossim, o acesso à justiça em muito supera o direito de postular em juízo, nesse mesmo sentido, explica Schiavi (2021, p. 99) aduzindo que o acesso à justiça não deve ser entendido como o direito a ter uma demanda apreciada por um juiz imparcial, mas sim como acesso à ordem jurídica justa, expressão utilizada pelo cortejado jurista Kazuo Watanabe que significa o acesso à princípios e regras justas e razoáveis que possibilitem ao cidadão influir na convicção do juízo, recorrer da decisão, bem como materializar, em prazo razoável o direito obtido na sentença.

Nesse sentido, Dinamarco (2001, p. 115) ensina que “só tem acesso à ordem jurídica justa quem recebe justiça. E receber justiça significa ser admitido em juízo, poder participar, contar com a participação adequada do juiz e, ao fim, receber um provimento jurisdicional consentâneo com os valores da sociedade [...]”.

Desse modo, evidencia-se, o acesso à justiça como uma garantia ampla, que nasce na lesão ou ameaça a direito e se faz presente em todos os atos do processo, não sendo de modo diverso na audiência. Frise-se que no processo do trabalho, em regra, não há como se obter um provimento jurisdicional sem que tenha sido realizada uma audiência, eis que, conforme enumera Mauro Schiavi (2021), é na audiência que são realizadas as tentativas de conciliação, o saneamento do processo a fim de suprir eventuais nulidades, a discussão da causa, a fixação dos pontos controvertidos e as provas a serem produzidas, bem como, a produção dessas provas e a instrução da causa com oitiva de partes e testemunhas.

Com o advento das medidas de enfrentamento à pandemia de SARS-CoV-2 e a necessidade de cumprir o isolamento social, as audiências presenciais foram suspensas. Posteriormente, com o surgimento de novas regras e a adoção à novas técnicas foi possível dar continuidade a prestação jurisdicional, utilizando, para tanto, as audiências telepresenciais.

É fato que a utilização da modalidade telepresencial de audiência possibilitou a continuidade da prestação jurisdicional, não obstante, existirem fatores que não são inerentes ao processo que podem obstar o acesso à justiça, sobretudo, nos jurisdicionados mais

vulneráveis economicamente, nesse sentido, explica James Magno Farias (2020):

[...] nosso país tem peculiaridades que devem ser observadas: as grandes distâncias geográficas, a pobreza da maior parte dos litigantes, a dificuldade de acesso à internet e mesmo a total exclusão digital. Se o juiz não tiver uma nítida percepção do conjunto jurisdicional que o envolve, infelizmente, ele poderá, na prática, ser o vetor de riscos de maior distanciamento entre as partes e a Justiça, que ficará ainda mais inacessível e elitista

É patente que na Justiça do Trabalho, em regra, um dos polos figura em uma posição de vulnerabilidade econômica que pode ter como consequência a falta de habilidade para utilizar os softwares para se fazer presente na sessão, ou até mesmo, a ausência de uma conexão à internet em casa, inviabilizando a utilização das audiências telepresenciais.

Não obstante, persiste também o impasse relativo à higidez processual, fundada na possível violação do princípio do contraditório e da ampla defesa, bem como, suposta impropriedade, da modalidade telepresencial, para produzir provas. Nesse diapasão, Henrique (2020) aduz que na vara do trabalho estudada pelo autor no interior do estado do Rio Grande do Norte, alguns advogados requereram o cancelamento das sessões remotas sob alegação de que a obrigatoriedade do isolamento social inviabilizaria a robustez da defesa, arguindo que não teria, a defesa, acesso à documentos importantes para fundamentar a contestação.

Todavia, embora presentes eventuais impasses, consolidam-se imensamente maiores os benefícios promovidos pela adoção da modalidade telepresencial durante o período pandêmico. De pronto, pode-se citar a continuidade da prestação jurisdicional durante o período de isolamento social, eis que, segundo o relatório de produtividade do Tribunal Superior do Trabalho, no período de 16/03/2020 a 28/11/2021 foram julgadas 589.678 demandas, as quais não teriam resolução por parte do Estado se não fossem adotadas medidas como o teletrabalho e as audiências telepresenciais, o que seria de todo desarrazoado, face a verba trabalhista ser preponderantemente, de natureza alimentar.

Outrossim, possível concluir que a sessão remota possibilitou que as partes, seus procuradores, os funcionários da justiça e o magistrado pudessem aderir ao isolamento social e preservar sua saúde sem prejuízo da participação processual.

Para além, Henrique (2020) explica que, na 4ª vara do Trabalho de Mossoró os advogados teceram elogios no que concerne à celeridade das decisões, a ampliação do acesso às sessões e a praticidade. Acrescenta ainda que, no que concerne à instrução, que às partes são dissonantes a esse respeito, pois apontam insegurança na coleta dos depoimentos, preocupação

com a possibilidade de manipulação dos atores processuais, bem como, fragilização da descoberta da verdade real.

## 5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O surgimento do vírus SARS-CoV-2 consolidou-se enquanto fato gerador de novo contexto fático mundial. A ascensão vertiginosa do número de pessoas infectadas, por seu turno, motivou o advento de medidas de prevenção ao contágio, como por exemplo, o distanciamento social e a restrição de atividades.

Diante disso, o Poder Judiciário buscou alternativas para viabilizar a prestação jurisdicional e efetivar a garantia constitucional do acesso à justiça sem que isso implicasse em mácula às medidas de prevenção.

Para satisfazer tais necessidades, inicialmente, surgiu a Resolução nº 313 do Conselho Nacional de Justiça publicada em 19 de março de 2020, objetivando preponderantemente garantir o acesso à justiça durante o período emergencial, instituindo o funcionamento de plantão extraordinário e o regime de teletrabalho para os servidores da justiça.

Ocorre que, embora os atendimentos e andamentos processuais continuassem, emergia um novo óbice no que concerne a realização de audiências, face não ser possível promover a sessões ao arpeio das medidas de prevenção, entre as quais se destacava o distanciamento social. Em atenção a esse impasse, em 31 de março o CNJ publicou nova portaria com o fito de elucidar a demanda supra. A portaria nº 61 do CNJ instituiu a Plataforma Emergencial de Videoconferência para promover a realização de audiências e sessões de julgamento nos órgãos do poder judiciário e, concomitantemente, respeitar as medidas sanitárias de distanciamento.

Quanto a adoção de audiências telepresenciais, é possível concluir que estas não surgiram da legislação do período pandêmico, eis que no direito processual comum já existia a previsão da prática de atos processuais por videoconferência, utilizando-se das mesmas técnicas das audiências telepresenciais.

A Justiça do Trabalho, em específico, já se encontrava mais receptiva no que concerne a adesão a novas tecnologias desde 2010, quando da celebração do Termo de Cooperação Técnica nº 51/2010 entre Tribunal Superior do Trabalho e o Conselho Nacional de Justiça, sendo este, instrumento por meio do qual a Justiça do Trabalho aderiu ao Processo Judicial Eletrônico. Todavia, a adoção das audiências telepresenciais levantou algumas insurgências no que concerne ao ingresso de pessoas hipossuficientes nas sessões, a higidez processual do ato



e mácula à garantia processual da ampla defesa.

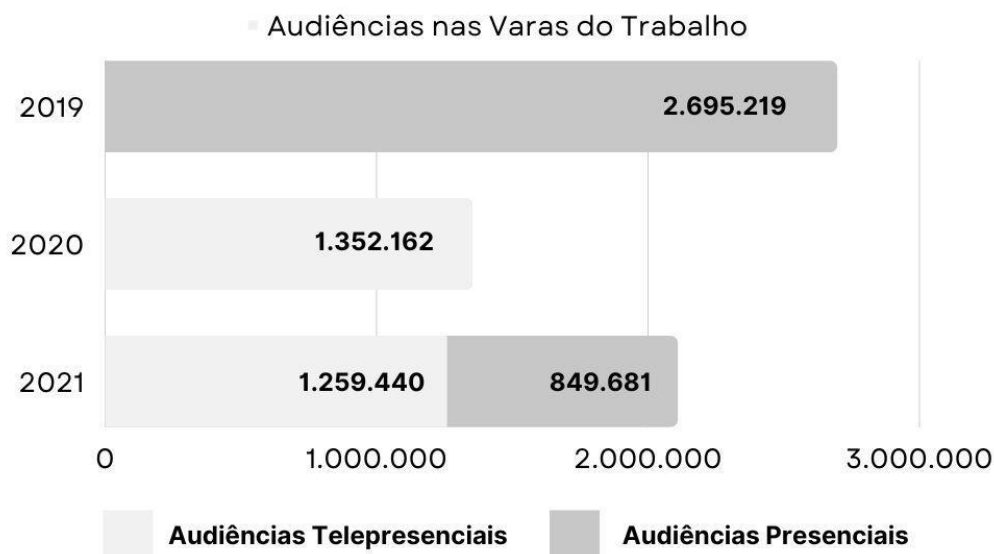
No entanto, no que tange ao ingresso de pessoas hipossuficientes nas sessões, verifica-se que apesar das peculiaridades inerentes à situação de vulnerabilidade econômica vivenciada por grande parte dos litigantes em nosso país, das grandes distâncias geográficas, a dificuldade de acesso à internet e, em casos extremos, da total exclusão digital, a adesão às sessões telepresenciais viabilizou o acesso à justiça.

É bem verdade que o primeiro fator que obsta o acesso à justiça é o fator econômico, contudo, tal óbice é mitigado em alguns aspectos. Inicialmente, pela Constituição Federal quando esta garante o benefício da gratuidade da justiça para as pessoas com insuficiência de recursos. Outrossim, nas demandas trabalhistas consolidou-se o uso da cláusula quota litis prevista no *caput* do art. 50 do Código de Ética e Disciplina da OAB, a qual a remuneração do advogado decorre da vantagem econômica auferida pelo constituinte na demanda, sendo este, outro fator que mitiga o obstáculo econômico do acesso à justiça.

Para além, observa-se que os litigantes da Justiça do Trabalho em sua maioria não encontraram problemas para se fazer presentes nas sessões telepresenciais, é o que se pode concluir por meio do relatório de produtividade da Justiça do Trabalho elaborado e disponibilizado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dado que, no diminuto período de 20 a 26 de março de 2020, foram julgadas 5.080 demandas, consigne-se que, nesse mesmo período, segundo o instituto *in loco*, o índice médio de isolamento social por estado atingia 58,9 pontos percentuais.

Além disso, valendo-se de recorte histórico mais amplo, igual conclusão pode-se realizar quando acareados os dados anuais fornecidos pelo relatório geral da Justiça do Trabalho, do qual se pode extrair o número de audiências realizadas nas Varas do Trabalho nos anos de 2019, 2020 e 2021, colacionados no gráfico 1.

**Gráfico 1** – número total anual de audiências realizadas nas varas do trabalho nos anos de 2019, 2020 e 2021, conforme os respectivos relatórios anuais da Justiça do Trabalho.



**Fonte:** Elaborado pelo autor baseado em dados do TST (2022)

Consigne-se que em 2021, período marcado pelo início do retorno gradual das atividades nas dependências da Justiça do Trabalho, mesmo quando permitida a designação das sessões presenciais, constata-se que subsistem ainda as audiências telepresenciais, tal movimento além de coincidir com a possibilidade de opção pelo juízo 100% digital também encontra razões nas facilidades que a sessão telepresencial proporciona, eis que mais viável economicamente face não haver gastos com deslocamento até a vara e mais prática para as partes, dado que a sessão em muito se assemelha com uma vídeo chamada, sem maiores problemas para ingresso. Imperioso, portanto, reconhecer que o período pandêmico adiantou uma tendência natural na prática processual.

Urge colacionar também que embora tenha emergido para a Justiça do Trabalho a necessidade de se adaptar ante o novo contexto provocado pelo cenário pandêmico, conclui-se que esta adequou-se com eficiência face as adversidades decorrentes do advento das medidas de prevenção, é o que se constata quando comparado o número de julgados de 2019, fora do período pandêmico, com o número de julgados de 2020 e 2021, quando já eclodida estava a pandemia e posta estava a atuação remota dos servidores e a utilização das audiências telepresenciais, conforme Gráfico 2.

**Gráfico 2** – número total anual de processos solucionados nas varas do trabalho nos anos de 2019, 2020 e 2021, conforme os respectivos relatórios anuais da Justiça do Trabalho.



**Fonte:** Elaborado pelo autor baseado em dados do TST (2022)

No que concerne aos dados supra, embora demonstrem, quantitativamente, uma redução no que diz respeito ao número de audiências, bem como, no número de processos solucionados, a adesão à modalidade telepresencial instrumentalizou o acesso à justiça durante o período pandêmico, sendo essa diminuição, reflexo do contexto sanitário e das adaptações que o Poder Judiciário, em especial, a Justiça do Trabalho. No que concerne as adaptações, Henrique (2020), explica que na 4ª vara do trabalho de Mossoró (TRT-21), por exemplo, a unidade precisou diminuir a quantidade de audiências realizadas por cada pauta marcada, movimento que explica em partes a redução nas estatísticas colacionadas.

Noutro giro, no que tange à higidez processual, conclui-se que, considerando o rito trabalhista como um procedimento essencialmente oral, no qual acentua-se a primazia da palavra e a concentração dos atos processuais em audiência, não foi possível auferir se houve mácula na qualidade dos atos processuais, eis que não existem dados qualitativos para tanto, tampouco é possível mensurar somente pela análise ora realizada no arcabouço bibliográfico e documental utilizado no presente trabalho.

Frise-se que cada processo é único e possui suas particularidades, portanto, forçoso seria realizar quaisquer conclusões no que concerne à higidez do processo. No que tange ao procedimento, este não sofreu relevantes modificações com a adoção da modalidade telepresencial de audiência, ocorrendo esparsas exceções, como por exemplo, a supressão do pregão inicial.

No que concerne a possível mácula aos princípios do contraditório e da ampla defesa,

verifica-se que a situação de exceção ensejada pelo distanciamento social realmente traz algumas dificuldades no exercício do contraditório e da ampla defesa, destacando-se como principal óbice, nesse sentido, o acesso à documentos importantes que em muitas vezes, ficam nas dependências das empresas. Contudo, conforme explica Henrique (2020), as insurgências nesse sentido não podem ser recebidas de maneira absoluta, dado o estado atípico que o Poder Judiciário estava enfrentando.

Embora assista razão às reservas supra, constata-se que os benefícios da adesão das audiências telepresenciais se destacam em detrimento das desvantagens que estas podem vir a causar. É que, dado o momento sanitário, e ante a eclosão de um vírus que detinha potencial para inviabilizar por completo o acesso à justiça, a continuidade da prestação jurisdicional nesse momento de exceção, por si só, consolida-se enquanto principal benefício da adoção da modalidade telepresencial de audiência, todavia, as benesses não se esgotam no acesso à justiça, conforme enumera Magno (2020, p. 100):

Alguns benefícios trazidos pelo uso de ferramentas digitais em processos judiciais durante a pandemia do novo coronavírus são muito perceptíveis. O primeiro deles foi o enorme respeito aos litigantes que o Judiciário teve, ao tentar prestar sua tutela jurisdicional da melhor forma possível, mesmo em momento sanitário delicado; depois, em cumprir as regras sanitárias de isolamento social, com restrição ao máximo da circulação de pessoas em seus fóruns, mantendo apenas equipes essenciais ao funcionamento, como os setores de Tecnologia da informação, segurança e a parte administrativa. E, por fim, foi preservada a saúde de seu corpo funcional, que foi colocado em regime de teletrabalho, modelo que já era muito usual no Judiciário há alguns anos e acabou por virar o sistema predominante durante a pandemia.

Além disso, o escopo da prestação jurisdicional também consolida-se enquanto benefício, eis que seria de todo desarrazoado que o Reclamante se visse compelido a ter que aguardar o fim do período pandêmico, até então, sem previsão, para ter sua pretensão atendida na Justiça do Trabalho, uma vez que nesta discute-se preponderantemente sobre verbas de natureza alimentar do obreiro.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ante o exposto, verifica-se que a dinâmica de adesão e utilização das audiências telepresenciais durante o período pandêmico remonta ao arcabouço normativo que surgiu e desenvolveu-se com a própria eclosão da pandemia, em especial pelos normativos do Conselho Nacional de Justiça, a saber, a resolução n° 313 de 2020 que tinha como escopo garantir o

acesso à justiça durante o período emergencial, bem como, o funcionamento de plantão extraordinário e o regime de teletrabalho para os servidores da justiça e a portaria nº 61, que instituiu a Plataforma Emergencial de Videoconferência para promover a realização de audiências e sessões de julgamento nos órgãos do poder judiciário.

Urge colacionar que para a presente pesquisa, considerando o momento sanitário delicado, bem como, toda a nova sistemática que teve que passar o Poder Judiciário, a adesão à modalidade telepresencial de audiências proporcionou efetividade à garantia Constitucional do acesso à justiça, eis que tornou possível, tanto o provimento jurisdicional, objetivo fim da composição de um conflito de interesses, quanto a possibilidade de participar do processo de forma plena.

Ademais, conclui-se, a partir dos dados analisados, que o Poder Judiciário e, em especial, a Justiça do Trabalho, se adaptaram com bastante eficiência, face o novo contexto, ainda que exista redução nos números concernentes aos processos solucionados e às audiências realizadas. É que a presente pesquisa interpreta que a redução dos números do universo estatístico se dá em razão das limitações que a situação ensejava, que exigia novos procedimentos ou até mesmo a redução da produtividade, sem, contudo, interromper a prestação jurisdicional.

Assim, ante o exposto, imperioso arguir que a adesão à modalidade telepresencial de audiências instrumentalizou o acesso à justiça durante o período pandêmico no Brasil.

## **REFERÊNCIAS**

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Consolidação das Leis do Trabalho**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em: 15 de out. de 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 313, de 19 de março de 2020**. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/compilado162516202005065eb2e4ec55d06.pdf>. Acesso em 10 de out. de 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Portaria nº 61, de 31 de março de 2020**. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/files/original221645202004015e8512cda293a.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº 227, de 15 de junho de 2015.**

Disponível em: [https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao\\_227\\_15062016\\_17062016161058.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/resolucao_227_15062016_17062016161058.pdf).

Acesso em: 10 de out. de 2022.

HENRIQUE. G. G. F. M. Audiências telepresenciais e seus desafios durante a pandemia de COVID-19: uma análise prática da 4ª vara do trabalho de Mossoró-RN. 2020. 31 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, Rio Grande do Norte, 2020.

MAGNO, J. A. F. O uso de meios eletrônicos pelo direito processual brasileiro durante a pandemia da COVID-19. *Rev. Ciências Jurídicas e Sociais – IURJ*, Rio de Janeiro, vol 1, nº 1, 96-103, 2020.

MARCOS. A. S. L. BELTRÃO. S. S. As audiências telepresenciais e a nova fronteira do acesso à justiça. **Rev. Esc. Jud. TRT4**, Porto Alegre, vol. 2, nº 4, p. 45-77, 2020.

MIRANDA, C. M. et al. Apontamentos sobre o juízo “100% digital” na Justiça do Trabalho. **Rev. TST**, São Paulo, vol. 87, nº 2, p. 222-237, 2021.

RANGEL. C. D. **Instituições de Direito Processual Civil**. Vol. 1. São Paulo: Malheiros, 2001.

SANTOS. L. L. S. et. al. Medidas de distanciamento social para o enfrentamento da COVID-19 no Brasil: caracterização e análise epidemiológica por estado. *Cadernos de Saúde Pública*, 2020. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1183/medidas-de-distanciamento-social-para-o-enfrentamento-da-covid-19-no-brasil-caracterizacao-e-analise-epidemiologica-por-estado>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

SCHIAVI, M. **Manual de Direito Processual do Trabalho**. 17. Ed. São Paulo: JusPodivm, 2021.

TST. Produtividade do TST durante a Covid-19. Brasília – DF, 2021. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/documents/18640430/26188161/Produtividade+durante+a+Covid-19.pdf/dd7b1454-676d-e5cf-c1b6-409c9d295477?t=1587400264726>. Acesso em 12 de outubro de 2022.

TST. Relatório Geral da Justiça do Trabalho. Brasília – DF, 2021. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/documents/18640430/30889144/RGJT+2021.pdf/16c678c9-7136-51ba-2d62-cae4c5a4ab4d?t=1656603252811>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

TST. Relatório Geral da Justiça do Trabalho. Brasília – DF, 2020. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/documents/18640430/27418815/RGJT+2020.pdf/a2c27563-1357-a3e7-6bce-e5d8b949aa5f?t=1624912269807>. Acesso em 15 de outubro 2022.

TST. Relatório Geral da Justiça do Trabalho. Brasília – DF, 2019. Disponível em: <https://www.tst.jus.br/documents/18640430/26518944/RGJT+2019.pdf/f8c0ae2d-8247-b4d8-3479-2bbd1d821e4c?t=1593177429682>. Acesso em 15 de outubro 2022.

# **A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA PONDERAÇÃO NO CONFLITO ENTRE O MÍNIMO EXISTENCIAL E A RESERVA DO POSSÍVEL EM RELAÇÃO AO DIREITO À SAÚDE**

Marcos Vinycius Targino de Brito

Fernanda Soares de Sousa

Carlos Augusto Dias Moraes

Cícero Otávio de Lima Paiva

Francicládio Nato da Silva

## **RESUMO**

A Constituição 1988 inovou ao trazer o direito à saúde no rol dos direitos sociais e garanti-lo em maior amplitude, contudo, a judicialização deste direito foi ampliada a um patamar sem precedentes, como consequência do desafio da implementação efetiva por parte do Estado. À vista disso, o presente trabalho busca, primordialmente, como objetivo geral, analisar o conflito entre o mínimo existencial e a reserva do possível, bem como os limites da aplicação da técnica da ponderação dentro deste embate. Para tanto, será necessário: compreender os limites da aplicação do princípio da reserva do possível, em detrimento do direito à saúde; discutir os impactos financeiros para o Estado do Rio Grande do Norte e; verificar a caracterização dos processos de judicialização da saúde movidos contra o Estado do Rio Grande do Norte na Comarca e Subseção Judiciária de Pau dos Ferros/RN. Para realizar esta análise, parte-se de uma pesquisa jurisprudencial, verificando o posicionamento dos Tribunais Superiores quanto à temática, bem como as discussões científicas trazidas em doutrinas e artigos acadêmicos, partindo naturalmente da legislação pátria, além da análise de processos judiciais. O método utilizado será o hipotético-dedutivo, partindo de uma abordagem qualitativa, e desenvolvida sob a técnica bibliográfica. Por fim, chegar-se-á inevitável conclusão de prevalência do direito à saúde, entretanto, ressaltando a necessidade de criação de mecanismos objetivos para delimitar as pretensões, de forma que o Estado possa atender a todos de forma igualitária, e o Judiciário não seja utilizado como meio para burlar a fila da rede pública de saúde.

**Palavras-chave:** Judicialização. Direito à vida. Medicamentos. Erário.

## **THE APPLICATION OF THE WEIGHTING PRINCIPLE IN THE CONFLICT BETWEEN EXISTENTIAL MINIMUM AND POSSIBLE RESERVE CONCERNING THE RIGHT TO HEALTH**

## **ABSTRACT**

The 1988 Constitution innovated by bringing the right to health into the list of social rights and guaranteeing it broadly, however, such judicialization was expanded to an unprecedented level as a consequence of the challenge faced by the State's effective implementation. Given this, the present work aims, primarily, as a general objective, to analyze the conflict between the existential minimum and the possible reserve, as well as the application of the weighting

technique in it related. Therefore, it will be necessary to: understand the application limits of the possible reserve principle to the detriment of the right to health; discuss the financial impacts for the State of Rio Grande do Norte, and; verify the characterization of the health judicialization lawsuits filed against the State of Rio Grande do Norte in the Judicial District and Subsection of Pau dos Ferros/RN. To carry out this analysis, jurisprudential research is needed, verifying the position of the Superior Courts on the subject, as well as the scientific discussions brought in doctrines and academic articles, starting naturally from the national legislation, in addition to the analysis of judicial processes. The method operated will be the hypothetical-deductive, starting from a qualitative approach, and developed under the bibliographic technique. In conclusion, the prevalence of the right to health will be reached, however, emphasizing the need to create objective mechanisms to delimit the claims, so that the State can serve everyone equally, and the Judiciary will not be used as a means to circumvent the public health program.

**Keywords:** Judicialization. Right to life. Medicines. Treasury.

## 1 INTRODUÇÃO

A saúde é um dos direitos sociais mais importantes previstos no texto da Constituição Federal de 1988. Todavia, em razão da amplitude garantida pela Carta Magna, a judicialização deste direito se torna cada vez mais elevada, sendo que, por vezes, o Poder Judiciário assume uma posição de protagonista na efetivação deste direito social (CARVALHO et al., 2021).

Diante do cenário de judicialização do direito à saúde, surge o conflito entre o princípio do mínimo existencial e o princípio da reserva do possível, que frequentemente movimentam a jurisprudência dos tribunais superiores, sendo uma das precursoras a decisão fixada na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 45, julgada pelo Supremo Tribunal Federal no ano de 2004.

Em síntese, o princípio do mínimo existencial orienta que o Estado deve oferecer condições mínimas para uma vida digna, sendo uma decorrência lógica da dignidade da pessoa humana, norte da Constituição (art. 1º, III). De outro lado, o princípio da reserva do possível refere-se as possibilidades do Estado em oferecer essas prestações positivas, ou seja, a disponibilidade de recursos para efetivação dos direitos sociais (WANG, 2009).

Dessa forma, face a colisão de princípios de alta importância no ordenamento jurídico, surge o problema de como aplicar a técnica da ponderação, para melhor atender aqueles que buscam o Judiciário para concretizar suas pretensões individuais relacionadas à saúde, preservando ao máximo os recursos públicos, que são escassos.

Em razão disso, questiona-se: como aplicar o princípio ponderação ante a existência de conflito entre a garantia do mínimo existencial e a reserva do possível nas demandas de saúde?



Quais os critérios adotados pelo Judiciário para resolução das demandas de saúde, a fim de sopesar o direito constitucional e as limitações materiais do Estado?

Nesse cenário, primeiramente será necessário compreender o funcionamento do sistema público de saúde; em seguida as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado, que resultam na alta judicialização das demandas de saúde; e, por último, a forma que o Judiciário atua nesses conflitos, garantido o direito dos indivíduos, e observadas as limitações do Estado.

Ademais, a escolha do tema possui relevância face o crescente número de demandas relacionadas ao direito à saúde, em conflito com necessidade de preservação dos recursos do Estado, que são limitados, e a obrigação constitucional de efetuar as prestações positivas do direito à saúde.

É mister destacar que, na doutrina e na jurisprudência, os limites da aplicação da ponderação entre o mínimo existencial e a reserva do possível, não se encontram objetivamente fixados, havendo uma ampla margem de discricionariedade para o julgador, que em muitos casos, não vislumbra os efeitos práticos de suas decisões, até mesmo pela absoluta impossibilidade de exata noção do orçamento da máquina pública, que é uma das funções típicas do Poder Executivo.

Em muitos casos, a Administração Pública, ao se escusar de ofertar as prestações básicas de saúde, concorre para o problema de reiteradas decisões judiciais condenatórias dos Entes Federados, em especial dos Estados, e restam notórios prejuízos para o erário, consequentemente afetando o interesse público, bem como a efetivação dos demais direitos sociais, atrasando ainda mais a plena efetivação da Constituição de 1988.

Em conformidade com o problema de pesquisa, estabeleceu-se como objetivo geral analisar o conflito entre o mínimo existencial e a reserva do possível, bem como os limites da ponderação dentro da perspectiva do direito a saúde. Por conseguinte, definiu-se os seguintes objetivos específicos: compreender os limites da aplicação do princípio da reserva do possível, em detrimento do direito constitucional à saúde; discutir os impactos financeiros para o Estado do Rio Grande do Norte, e em quais situações o princípio da reserva do possível prepondera; verificar a caracterização dos processos de judicialização da saúde movidos contra o Estado do Rio Grande do Norte na Comarca e Subseção Judiciária de Pau dos Ferros/RN.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **2.1 Características da pesquisa**

A presente pesquisa será desenvolvida sob o método hipotético-dedutivo, vez que a partir do problema, serão testadas as possíveis soluções através da observação e experimentação. Ademais, parte-se de uma abordagem qualitativa, já a investigação científica partirá do estudo documental, ou seja, processos judiciais, doutrina, legislação, jurisprudência e artigos científicos, com a finalidade de concretizar uma resposta ao problema proposto.

Será desenvolvida sob a técnica bibliográfica e documental, vez que se utilizarão de escritos relacionados ao tema, em especial de artigos científicos, doutrinas, legislação e jurisprudência, com o objetivo de ter contato direto com as pesquisas científicas já produzidas; além de processos judiciais eletrônicos.

Outrossim, quanto ao tipo da pesquisa essa se caracteriza como exploratória e descritiva, posto que procurar-se-á investigar e explorar um problema específico, para em seguida descrevê-lo de maneira minuciosa, sem qualquer interferência, para se chegar a uma conclusão, partindo de uma exposição imparcial dos dados.

## 2.2 Dados coletados

Os processos foram obtidos através dos seguintes sistemas: 1) referente a Comarca de Pau dos Ferros/RN (Justiça comum estadual) através do “Processo Judicial Eletrônico – PJE” do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte – TJRN e; 2) referente a Subseção Judiciária de Pau dos Ferros/RN (Justiça Federal) através do “Processo Judicial Eletrônico – PJE 2X” do Tribunal Regional Federal da 5ª Região – TRF-5.

No sistema PJE do TJRN os dados foram filtrados da seguinte forma:

### Quadro 1 – Parâmetros da pesquisa no sistema eletrônico de processos judiciais.

<b>Assunto:</b>	<b>Medicamentos</b>
<b>Período:</b>	01/01/2017 à 01/01/2022
<b>Parte:</b>	Estado do Rio Grande do Norte
<b>Unidade jurisdicional:</b>	Comarca de Pau dos Ferros/RN

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Utilizando o filtro acima especificado, chegou-se a um total de 18 (dezoito) processos judiciais, sendo que, utilizando os parâmetros delineados, foram excluídos todos os processos que ainda não foram sentenciados, sendo eles: 01 (um) processo que tramitou em segredo de justiça, 01 (um) processo de cumprimento provisório de tutela de urgência, 01 (um) processo

não sentenciado apenas com tutela provisória deferida, 03 (três) processos de cumprimento de sentença anterior ao período delimitado e 06 (seis) processos em que não houve análise de mérito. Assim, foram aproveitados para a pesquisa dados de 05 (cinco) processos da justiça estadual.

De outro lado, no sistema PJE 2X do TRF-5 foram filtrados os dados da seguinte forma:

**Quadro 2** – Parâmetros da pesquisa no sistema eletrônico de processos judiciais.

<b>Assunto:</b>	-
<b>Período:</b>	01/01/2017 à 01/01/2022
<b>Parte:</b>	Estado do Rio Grande do Norte
<b>Unidade jurisdicional:</b>	Subseção judiciária de Pau dos Ferros/RN
<b>Órgão julgador:</b>	12ª Vara Federal

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

É mister destacar que, no referido sistema, o filtro por assunto foi realizado de forma manual, uma vez que ao inserir o termo “Saúde” ou “Medicamento” o sistema retorna zero e um processo respectivamente. Outrossim, pontue-se também que o sistema PJE 2X passou a ser utilizado na Subseção Judiciária de Pau dos Ferros/RN em 2021, razão pela qual somente retorna dados a partir desta data.

Assim, utilizando os parâmetros descritos acima, o sistema localizou o total de 17 (dezessete) processos, dos quais foram excluídos 01 (um) processo que tramitou em segredo de justiça e 08 (oito) que foram extintos sem resolução de mérito, não sendo possível aproveitá-los na presente análise, restando 08 (oito) processos.

### **3 CONCEITUAÇÃO E HISTÓRICO DO DIREITO À SAÚDE NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO**

O direito à saúde passou a ter *status* constitucional a partir de 1988, quando promulgada a “Constituição Cidadã”. Antes desse momento, no histórico acidentado de constituições do Brasil, referido direito não foi tratado de forma relevante, sendo que, apenas na Carta de 1934 estabeleceu-se a competência concorrente da União e Estados para tratar da saúde e assistência, conforme previsto no art. 10, inciso II do referido diploma (DALLARI, 2009).

Além do estabelecimento de competências, a Constituição Federal de 1934 fixou que a legislação trabalhista deveria garantir a assistência médica e sanitária aos trabalhadores, bem como as gestantes, conforme art. 121, §1º, alínea "h". Ademais, reservou aos Entes Federados o dever de adotar medidas para reduzir a morbidade infantil e a higiene social, conforme art. 138, alíneas "f" e "g" (BRASIL, 1934).

Todavia, apesar dos primeiros avanços no tratamento à saúde, o Texto de 1934 vigorou por apenas três anos. Após esse período, entrou em vigor a Carta Polaca de 1937, que abordou a saúde apenas com relação à distribuição de competências, no art. 16, inciso XXVII e art. 19, alínea "c".

A relevância atribuída aos direitos sociais, em especial à saúde, pela Constituição Federal de 1988 é uma inovação no sistema jurídico brasileiro, vez que além das amplas garantias atribuídas, também garante a efetividade das disposições normativas, afastando a ideia de eficácia contida das normas (DALLARI, 2009).

Sabe-se que o Brasil enfrentou um período de ditadura militar, sob a égide da Constituição de 1967 e, posteriormente, da Emenda Constitucional nº 1 de 1969, que limitaram o rol de direitos e garantias conquistados até então e, não apresentaram nenhum direcionamento específico para o direito à saúde, razão pela qual, a Constituição de 1988 inovou no ordenamento jurídico brasileiro em relação a todos os direitos sociais como nenhuma anterior.

Sobre a efetividade das normas relativas ao direito à saúde, em contraposição aos demais direitos sociais previstos no art. 6º da Constituição Federal de 1988 afirma Dallari (2009, p. 3):

Com efeito, diferentemente dos demais direitos sociais ali afirmados, apenas o direito à saúde tem sua garantia claramente vinculada às políticas sociais e econômicas, as diretrizes do sistema expressamente formuladas, envolvendo a participação da comunidade, e suas atribuições enumeradas no próprio texto constitucional.

Entretanto, apesar de a efetivação das disposições à saúde estarem vinculadas a execução de determinadas políticas públicas, isso não implica que referidas normas possuam eficácia contida, pois "[...] sua imperatividade direta é reconhecida como imposição constitucional aos órgãos públicos, até porque as constituições cada vez mais lhes dão estrutura de normas de aplicação imediata" (SILVA, 1998, p. 14).

Diante do comando constitucional para efetivação do direito à saúde, em 19 de setembro de 1990 entrou em vigor a Lei nº 8.080, que instituiu o Sistema Único de Saúde – SUS (art. 4º), estabeleceu seus objetivos e amplitudes (art. 5º e art. 6º), bem como as atribuições e competências dos Entes (art. 15) (BRASIL, 1990).

Outrossim, destaque-se que, para compreender da melhor forma o direito social ora discutido, é preciso fixar o conceito de saúde. Nesse sentido, o preâmbulo da Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma: “A saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade” (OMS, 1946).

No ordenamento jurídico pátrio, a Constituição Federal de 1988 não apresenta um conceito exato de saúde, todavia dispõe em seu art. 196 sobre o direcionamento que deve ser adotado nas políticas públicas para sua promoção, veja-se:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Ademais, em estrita observância ao comando da *Lex Mater*, apesar de não apresentar um conceito, o texto dos arts. 2º e 3º da Lei nº 8.080 de 1990 claramente adota o conceito fixado pela OMS, ao afirmar que diz respeito à saúde todas as ações que garantem condições de bem-estar físico, mental e social (BRASIL, 1990).

Portanto, feitos esses esclarecimentos iniciais sobre o conceito e histórico do direito à saúde, passa-se a expor a incidência do princípio (ou teoria) da reserva do possível, como limitador a sua efetivação, que conflita com a máxima do mínimo existencial que norteia os direitos sociais no Texto Máximo de 1988.

### **3.1 O princípio da reserva do possível e o direito à saúde**

Consigne-se que o princípio (ou teoria) da reserva do possível foi inicialmente delineado na Alemanha, pelo Tribunal Constitucional Federal, ocasião em que, discutiu-se a restrição do quantitativo de vagas e acesso as universidades, face a previsão do art. 12, §1º da Lei Fundamental daquele país, que permite a livre escolha de seu lugar de formação (KELBERT, 2009).

A reserva do possível se refere as limitações orçamentárias do Estado (*lato sensu*), ou seja, é a barreira material para implementação dos direitos sociais previstos na Constituição. Entretanto, faz-se necessário destacar que tal princípio possui sua incidência limitada, vez que a efetivação dos objetivos fixados pela Constituição é fundamental, por força do princípio da Supremacia Constitucional, ou seja, o comando do Texto Máximo deve sempre se sobressair em relação a legislações ou criações jurisprudenciais (SCAFF, 2006).

Tal princípio foi importado da Alemanha para o ordenamento jurídico brasileiro, com a imposição de três limites para sua aplicação, quais sejam, fático, jurídico e de razoabilidade. Sobre estes, discorre Gleockner (2013, p. 237):

[...] O limite fático consiste na possibilidade financeira do Estado, ou seja, se o Estado possui recursos para prestar aquele direito. A limitação jurídica reside na capacidade de o Estado, mesmo possuindo meios financeiros, poder dispor dos recursos existentes. [...] Além disso, o pedido deve observar a razoabilidade. Ou seja, deve ser razoável que o indivíduo exija do Estado a prestação daquele direito social.

Todavia, destaque-se que a construção do princípio da reserva do possível no Brasil foi doutrinária e jurisprudencial, vez que, diferentemente do que ocorre na Lei Fundamental da Alemanha, a Constituição Federal de 1988 não apresenta previsão expressa para que o orçamento comporte os encargos a serem suportados pelo Estado, apenas subtraindo percentuais dos tributos para aplicação em direitos sociais básicos (KELBERT, 2009).

Evidentemente, a efetivação de direitos de segunda dimensão, como a saúde, exige prestações positivas do Estado, ou seja, "[...] aguarda-se que o Estado atue - implementando políticas públicas e/ou se abstendo de prejudicar a concretude dos direitos fundamentais sociais" (RABELO, 2013, p. 85).

Especificamente quanto ao direito à saúde, no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 45, de relatoria do Ministro Celso de Mello, o Supremo Tribunal Federal (STF) afirma que a reserva do possível "[...] ressalvada a ocorrência de justo motivo objetivamente aferível – não pode ser invocada, pelo Estado, com a finalidade de exonerar-se do cumprimento de suas obrigações constitucionais [...]" (BRASIL, 2004).

Sobre o julgado, explica Wang (2008) que a ADPF nº 45 apresentou um parâmetro inovador no ordenamento jurídico brasileiro, vez que deixou claro que a efetivação dos direitos de segunda geração, especificamente à saúde, deve observar as limitações orçamentárias do Estado, em que pese haja necessidade expressa de observância do mínimo existencial, conforme se extrai do julgado supracitado.

É mister destacar que o direito à saúde, assim como os demais direitos sociais básicos de segunda geração, não pode ser sonegado. Evidentemente, os recursos públicos são escassos, e não se pode exigir o pleno e ilimitado financiamento de todos os direitos sociais, especialmente considerando as limitações orçamentárias do Brasil (GLEOCKNER, 2013).

Diante disso, considerando que a reserva do possível não pode ser utilizada sempre como motivo de escusa para as prestações do direito à saúde, emerge o princípio da

proporcionalidade, na tentativa de resolver o conflito, segundo o qual "[...] o intérprete na “busca da justa medida de cada instituto jurídico”, com vistas à “ponderação entre os meios utilizados e os fins perseguidos [...]" (SOUZA; OLIVEIRA *apud* ARAUJO; NUNES JUNIOR, 2017, p. 95).

Desse modo, buscando o equilíbrio de tais demandas que a recente jurisprudência do STF e STJ criaram requisitos objetivos para a concessão de medicamentos, justamente para frear as alegações infundadas de escassez de recursos por parte do poder público e, ao mesmo tempo, adotar de maneira excepcional a tese da reserva do possível em casos em que realmente não vislumbrasse a possibilidade de seu cumprimento.

### **3.2 O princípio do mínimo existencial**

Da mesma forma que o princípio da reserva do possível, a teoria do mínimo existencial teve suas bases delineadas pela Corte Constitucional da Alemanha, que passou a ser citado em diversas decisões do Tribunal no século XX, sendo caracterizado por uma expansão do princípio da dignidade da pessoa humana, do direito à vida e a liberdade (WANG, 2009).

No Brasil, a garantia do mínimo existencial vem sendo gradualmente reforçada pela jurisprudência, em especial nas decisões do Supremo Tribunal Federal, destacando-se o Recurso Extraordinário nº 271.286-8/RS julgada no ano de 2000, onde se discutiu o fornecimento de medicamento para paciente com HIV, bem como a ADPF nº 45 que em seu núcleo trouxe a discussão entre mínimo existencial e a reserva do possível.

Entretanto, é mister destacar que os direitos sociais nem sempre podem ser atrelados ao mínimo existencial, já que este princípio é apenas um parâmetro para interpretação daqueles direitos à luz das premissas constitucionais, e cada direito social possui seu núcleo. Nesse sentido, ainda destacam Sarlet e Zockun (2019, p. 128):

[...] impende sublinhar que no que diz com a orientação adotada pelo STF, os direitos sociais e o mínimo existencial exigem sejam consideradas as peculiaridades do caso de cada pessoa, visto que se cuida de direitos que assumem uma dimensão individual e coletiva, que não se excluem reciprocamente, cabendo ao poder público assegurar, pena de violação da proibição de proteção insuficiente, pelo menos as prestações sociais que dizem respeito ao mínimo existencial.

Assim, denota-se que, embora não exista um conceito fixo do que seria o mínimo existencial, a doutrina e a jurisprudência tendem a classificar dessa forma todos os direitos fundamentais básicos da Constituição Federal de 1988, que estão em sua maior parcela

concentrados no art. 5º, destacando-se o direito à vida, liberdade e igualdade. Evidentemente que a efetivação de alguns destes direitos, em especial à vida e a dignidade, dependem da também da efetivação de direitos como à saúde.

Para Scaff *apud* Torres (2006, p. 34) o mínimo existencial possui duas vertentes, sendo "[...] ambas ligadas à liberdade: uma negativa, que impede o exercício do poder tributário por parte do Estado, em razão da situação econômica da pessoa; e uma positiva, que são os serviços públicos dirigidos diretamente à manutenção da liberdade da pessoa."

Nesse sentido, na linha de Scarlet e Zockun (2016, p. 124), pautados no entendimento do Tribunal Constitucional de Portugal:

[...] ao reconhecer tanto um direito negativo quanto um direito positivo a um mínimo de sobrevivência condigna, como algo que o Estado não apenas não pode subtrair ao indivíduo, mas também como algo que o Estado deve positivamente assegurar, mediante prestações de natureza material.

Explica ainda Wang (2009, p. 308-318) que o mínimo existencial não pode ser quantificado em virtude de diversas variáveis (fatores sociais, econômicos e etc.), bem como "não se limita a garantir a simples sobrevivência física, pois, isso significaria uma vida sem alternativas, o que não promoveria a dignidade humana". Portanto, para além de garantir o indispensável para a manutenção da vida (o que inclui a saúde), há de se possibilitar ao cidadão também outros direitos assegurados pela Constituição Federal, como acesso à cultura, moradia e lazer (art. 6º da Constituição Federal de 1988).

Portanto, percebe-se que o mínimo existencial se traduz em parâmetro basilar para interpretação de direitos sociais, em especial da saúde, garantindo que as disposições constitucionais relacionadas a este direito sejam efetivadas, permitindo que todos tenham acesso ao sistema público de saúde para manutenção de sua vida com dignidade, entretanto, diante da amplitude que esta interpretação reveste o direito à saúde, deve ser aplicada com cautela pelo julgador, que deverá considerar os efeitos práticos de sua decisão, conforme art. 20 do Decreto-Lei nº 4.657/1942 (LINDB).

## **6 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O presente estudo analisou dados obtidos de processos judiciais que tramitaram na Comarca (Justiça comum estadual) e na Subseção Judiciária (Justiça comum Federal) de Pau dos Ferros/RN, com a finalidade de verificar o conflito entre os princípios do mínimo



existencial e a reserva do possível nas demandas de saúde, bem como os impactos financeiros que referidas demandas causaram ao erário público.

Foram considerados os processos em que o Estado do Rio Grande do Norte esteve no polo passivo, uma vez que este é o principal demandado nas Ações de saúde, e excluídos aqueles em que não houve apreciação do mérito. Desta forma, foram analisadas as principais características processuais, em especial a representação processual do autor, se houve concessão de liminar, o valor da causa, se os medicamentos e tratamentos pleiteados deveriam estar sendo fornecidos pela rede pública, e a resolução do mérito da demanda (pela procedência ou improcedência).

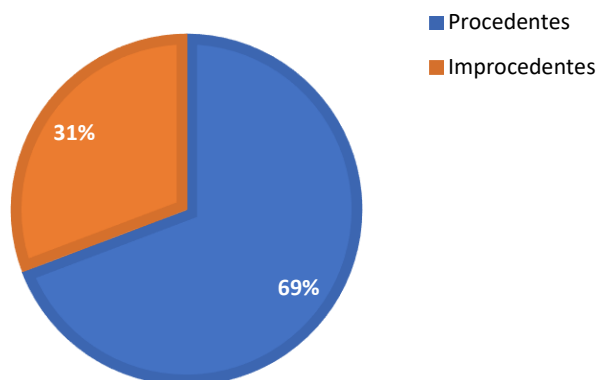
É mister destacar que os dados processuais analisados são públicos, conforme art. 189 do Código de Processo Civil (CPC), sendo que os dados particulares dos litigantes não foram utilizados em nenhum momento, em respeito à Lei Federal nº 13.709 de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).

Partindo para análise dos dados, nos 5 (cinco) processos filtrados da Justiça Estadual, apenas 1 (um) foi julgado improcedente, sendo que os efeitos da Sentença de 1º grau foram revertidos em sede de recurso. É mister destacar que 2 (dois) destes foram resolvidos no primeiro grau de jurisdição, enquanto outros 3 (três) foram decididos em fase recursal no Tribunal de Justiça. Outrossim, houve 1 (um) julgado parcialmente procedente e em outro houve Sentença homologando transação.

Na Justiça Federal, como já explicitado na metodologia deste trabalho, foram selecionados 8 (oito) processos para análise, dos quais 3 (três) foram julgados improcedentes, e 5 (cinco) procedentes. Destes, em 6 (seis) houve recurso e apenas 2 (dois) permaneceram com o resultado pela procedência.

Assim, ao final têm-se que a proporção de processos julgados procedentes é superior aos improcedentes, o que, preliminarmente, evidencia a tendência de deferimento das demandas relacionadas ao direito a saúde, conforme pode ser observado na Figura 1.

**Figura 1** – Processos julgados procedentes e improcedentes relacionados ao direito à saúde, somados da Justiça Federal e Estadual.

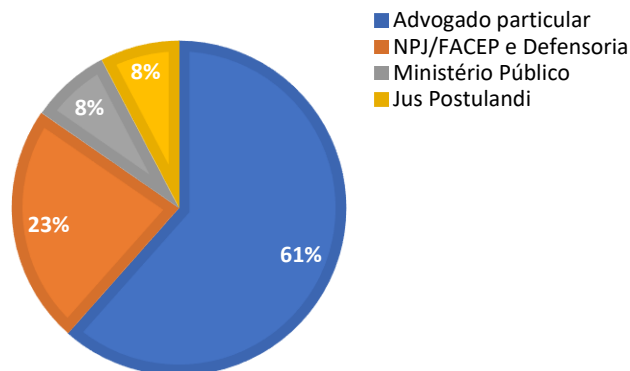


Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Ademais, ao somar o valor de todas as causas declarado no sistema PJE ou na petição inicial, chegou-se ao total de R\$ 76.388,48 (setenta e seis mil, trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos), o que dividido pelo total de demandas resulta no custo médio de R\$ 5.876,03 (cinco mil, oitocentos e setenta e seis reais e três centavos) por demanda para os cofres públicos, em especial à Fazenda Pública do Rio Grande do Norte.

Outrossim, em se tratando de representatividade processual, maior parte das demandas foram ajuizadas por advogados particulares, dos quais todos pleitearam os benefícios da Justiça Gratuita, sendo que outra parcela se valeu do acesso ao Judiciário através das instituições de atendimento e defesa aos direitos dos necessitados (Defensoria Pública, Ministério Público e o Núcleo de Prática Jurídica da Faculdade Evolução), ou se valeram do *Jus Postulandi*, conforme previsto na Lei nº 9.099/95 e Lei 10.259/01, respectivamente Lei dos Juizados Especiais e Lei dos Juizados Especiais Federais.

**Figura 2** – Representatividade processual nas demandas somadas da Justiça Estadual e Federal.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Assim, o que se percebe é que, do extrato de dados analisados, todos que acessaram o Judiciário para demandar questões relacionadas ao direito à saúde eram pessoas de poucos recursos financeiros, atendendo ao comando constitucional estampado no art. 5º, inciso LXXIV da Constituição Federal de 1988, uma vez que se valeram das instituições de assistência judiciária gratuita ou dos benefícios da justiça gratuita previstos nos arts. 98 e 99 do CPC.

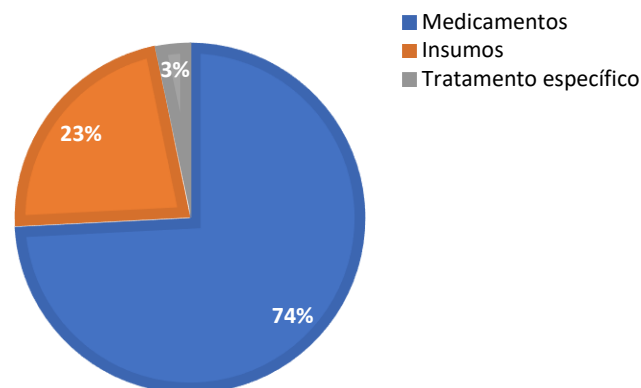
Destaque-se que a hipossuficiência financeira é um requisito essencial para o deferimento das demandas relacionadas ao direito à saúde, conforme já se manifestou o Superior Tribunal de Justiça - STJ no REsp 1.657.156/RJ de relatoria do Ministro Benedito Gonçalves, e o Supremo Tribunal Federal - STF no RE 566.471/RN de Relatoria do Ministro Marco Aurélio. Referidos julgados trata-se de precedentes importantíssimos relacionados as demandas de saúde, nos quais se fixaram requisitos mínimos para o pleito de medicamentos.

Aliás, referido requisito mostra-se tão importante que, no julgamento da Apelação Cível nº 70072957418 de relatoria do desembargador Newton Luís Medeiros Fabrício, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul entendeu que embora se reconheça a necessidade de utilização de fármacos, ainda subsiste a necessidade de comprovação de impossibilidade financeira de arcar com os custos do tratamento (PORTO ALEGRE, 2017).

Portanto, com base nos dados colhidos e nos precedentes expostos, denota-se que há uma priorização das pessoas mais necessitadas nas demandas que envolvem o direito constitucional à saúde, havendo uma tendência na preservação do mínimo existencial, mas ainda com atenção as limitações orçamentárias do Estado.

Ademais, em relação às demandas procedentes, os seguintes tratamentos foram deferidos: 1) fornecimento de 23 medicamentos; 2) fornecimento de 7 insumos e; 3) disponibilização de tratamento médico com especialidade específica. Assim, denota-se que o pleito por medicamentos é o principal nas demandas de saúde, justificando o motivo das principais decisões em relação à saúde nos tribunais superiores se relacionarem com requisitos para fornecimento de medicamentos, a exemplo do STJ - REsp 1.657.156/RJ e STF – RE 566.471/RN.

**Figura 3** – Tratamentos deferidos.



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Destes dados, interessante destacar que a maior proporção de medicamentos disponibilizados não estavam previstos na Relação Nacional de Medicamentos Essenciais – RENAME, onde são elencadas todas as substâncias disponibilizadas pelo sistema público de saúde.

**Figura 3** – Medicamentos disponibilizados no sistema público de saúde (lista RENAME).



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Portanto, percebe-se que a opção do Estado em não incluir referidos fármacos nas relações de medicamentos dispensados pelo sistema público, gera um custo alto para os cofres públicos, uma vez que referidas decisões devem ser cumpridas independentemente de haver previsão orçamentária, já que referido planejamento é de atribuição do Poder Executivo.

Entretanto, mesmo nos casos em que os medicamentos já estavam previstos na lista RENAME, o Estado do Rio Grande do Norte se escusou de fornecer, gerando um custo totalmente desnecessário, na medida que as decisões judiciais impõem um gasto imediato, que

muitas vezes poderia ser reduzido caso o ente público tivesse adquirido o medicamento administrativamente, se valendo do procedimento de licitação.

Partindo para a análise do mérito das Sentenças, inicialmente é necessário pontuar que todos os julgados, mesmo os que entenderam pela procedência ou improcedência, partiram da análise dos arts. 196 e 197 da Constituição Federal que tratam do conceito e abrangência do direito à saúde no Brasil. Na Justiça Federal considerou-se ainda a disposição do art. 2º, § 1º, da Lei nº 8.080/90, que na mesma linha, apresenta a saúde como direito fundamental do ser humano, e impõe ao Estado a necessidade de garanti-lo, em especial através de políticas públicas.

Na Justiça Estadual as decisões compartilham a mesma linha de fundamentação, considerando o direito à saúde como decorrência do direito à vida, incluído no rol de direitos sociais do art. 6º da Constituição, razão pela qual se confere especial proteção. Nesse sentido, no uso da ponderação, tende para a preservação do mínimo existencial, já que no caso concreto a preservação da vida tem um peso maior do que a preservação de recursos financeiros.

Ademais, considerou-se também a solidariedade entre os entes públicos para assegurar o acesso ao sistema público de saúde, exatamente como impõe a Constituição Federal, razão pela qual, em caso de violação do direito à saúde, no entendimento dos magistrados, "[...] a medida judicial cabível poderá ser proposta contra quaisquer dos entes da federação, não sendo o caso de litisconsórcio obrigatório", trecho da Sentença do processo de nº 0800649-72.2018.8.20.5108 do TJRN.

Aliás, a questão da solidariedade entre os entes públicos já foi resolvida definitivamente pelo STF no julgamento do RE 855178, de relatoria do Ministro Luiz Fux, que fixou a tese do Tema 793, no qual se considerou que, em decorrência da competência comum, os entes públicos são solidariamente responsáveis pelas prestações de saúde, podendo a autoridade judiciária direcionar o cumprimento da obrigação.

Em que pese o reconhecimento da solidariedade, os magistrados também consideraram que nenhum sistema de saúde consegue arcar com todos os tratamentos de forma ilimitada, sendo que, os prejudicados deverão procurar o Judiciário para que defina se este procedimento integra ou não o mínimo existencial. Nesse sentido, destaque-se o trecho da Sentença do processo de nº 0103237-92.2017.8.20.0108 do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte:

Primeiramente, é importante reconhecer que é impossível conceber na prática um sistema de saúde que abrace ilimitadamente todos os procedimentos para todos os indivíduos e, por isso, obviamente, algumas escolhas devem ser feitas pelo ente gestor. Quando um indivíduo sente-se prejudicado por essa escolha

administrativa e recorre ao Poder Judiciário, acaba sendo transferido ao juiz o questionamento acerca das prestações que obrigatoriamente devem ser suportadas pelo Estado. E não há como negar, por mais que se tente criar certezas nessa realidade nebulosa, é fato que caberá ao juiz a tarefa árdua de, no caso concreto, determinar se aquele procedimento ou aquela medicação requerida integra ou não o mínimo existencial em matéria de prestação de saúde.

Tendo em vista essa impossibilidade material de arcar com os custos de todos os tratamentos médicos, ante as limitações orçamentárias do Estado, segundo os dados da pesquisa, os magistrados entendem que para ser incluído no conceito de mínimo existencial, o procedimento deve estar relacionado à manutenção da vida ou da integridade física e psicológica da pessoa. Assim, diante deste entendimento, conclui-se que deve estar comprovada a imprescindibilidade e a real necessidade do uso dos fármacos, da realização da cirurgia ou do fornecimento de insumos. Nesse sentido, conforme Sentença do processo nº de 0800649-72.2018.8.20.5108 do TJRN, destaca-se que alguns tratamentos estão excluídos deste conceito:

Dessa forma, obviamente, estão excluídos os tratamentos estéticos ou outros de natureza semelhante. Também, o procedimento requerido não pode ser experimental, nem a medicação pode ser aquela que tenha congêneres mais acessíveis, mudando apenas o nome comercial. Ainda, o indivíduo tem de demonstrar não ter condições de custear a prestação, sem prejuízo do seu sustento e o de sua família.

Partindo para a análise das decisões proferidas pela Justiça Federal, segundo dados da pesquisa, os magistrados entendem que a saúde é um direito fundamental ligado diretamente à dignidade da pessoa humana. Ademais, a questão do mínimo existencial é discutida em torno da imprescindibilidade do tratamento de saúde para manutenção da vida, conforme entendimento extraído da Sentença do processo nº 0000415-77.2021.4.05.8404 da 12ª Vara Federal de Pau dos Ferros/RN:

[...] deve-se observar o mínimo existencial, que é identificável, basicamente, pela essencialidade do medicamento/serviço e indispensabilidade deste para manutenção da vida, bem como para garantir que esta seja exercida de forma digna, já que, nos termos da jurisprudência do STF, o direito à saúde/vida não é limitado a medidas protetoras do risco de morte, mas também da qualidade e dignidade de vida. O mínimo existencial, portanto, deve ser considerado, como faz a doutrina dominante, pela análise objetiva, de acordo com o bem jurídico a ser tutelado.

Por tais razões, o que se verifica nas decisões pesquisadas é o afastamento da Teoria da Reserva do Possível para dar prevalência ao Princípio do Mínimo Existencial, tanto que no

juízo do REsp. nº 784241 de relatoria da Ministra Eliana Calmon citado na Sentença 0000406-18.2021.4.05.8404 da 12ª Vara Federal de Pau dos Ferros/RN, ressalta-se que o STF vem afastando a aplicação da Teoria da Reserva do Possível para demandas de saúde, por se tratar de preservação da vida, não sendo possível postergar a proteção deste bem jurídico.

No tocante a este entendimento, Wang (2008, p. 546) tece críticas a tendência jurisprudencial não considerar as questões financeiras nas decisões relacionadas as prestações de saúde. Para ele "Se o resultado será sempre o mesmo, então a ponderação é desnecessária e não há que se valer dela para decidir. [...] Se os direitos sociais, para serem efetivados, precisam de recursos estatais, então a questão financeira está intrinsecamente ligada ao direito à saúde." O que se percebe nas decisões analisadas é exatamente isto, uma vez que pouco se considerou sobre o impacto financeiro que tais demandas trariam para o Estado do Rio Grande do Norte.

Nas sentenças improcedentes, a questão financeira não foi o principal argumento utilizado pelos magistrados para indeferir o pleito relacionado ao direito à saúde, mas sim, a questão da imprescindibilidade dos tratamentos, como a existência laudo circunstanciado e fundamentado ou a existência de alternativas terapêuticas já disponibilizadas pelo SUS. Evidentemente que tais requisitos limitam a concessão de tratamentos e, conseqüentemente, reduzem os impactos financeiros para o erário, todavia, chama atenção a questão financeira parecer uma preocupação secundária por parte dos magistrados.

Tal modelo de exclusão não parece se adequar com a técnica da ponderação, uma vez que, diante do conflito, deve-se sopesar os valores envolvidos, não devendo um ser declarado inválido em relação ao outro, uma vez que, não há um princípio maior que o outro, devendo sempre haver uma análise caso a caso, já que um mesmo modelo não pode ser aplicado a diversas situações, o que fugiria da essência de uma verdadeira ponderação (DANTAS; DANTAS, 2013).

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O direito à saúde revela-se como um dos mais importantes, uma vez que se encontra diretamente ligado ao direito à vida e a dignidade da pessoa humana, razão pela qual não pode ser postergado mesmo diante das evidentes limitações orçamentárias do Estado.

Apesar disso, os impactos financeiros para os cofres públicos devem ser considerados pelo julgador ao decidir pela prestação de determinado procedimento de saúde, com a finalidade de que não haja prejuízo para a coletividade em razão do atendimento de um interesse individual, respeitando estritamente os requisitos fixados pela jurisprudência dos Tribunais

Superiores, afinal a própria Constituição impõe aos entes públicos diversas responsabilidades fiscais e eventuais decisões podem resultar em desequilíbrio do Erário.

As demandas analisadas na Comarca e na Subseção Judiciária de Pau dos Ferros/RN, embora se tratem de um pequeno extrato dos processos relacionados a saúde que tramitam no Estado do Rio Grande do Norte, demonstram a evidente tendência de se priorizar o mínimo existencial em detrimento da reserva do possível.

Evidentemente os custos e a judicialização da saúde podem ser amplamente reduzidos com o melhor planejamento dos entes públicos para dispensação de tratamentos, incluindo a inclusão nas listagens oficiais daqueles com maiores evidências científicas de resultados positivos ou dos mais demandados, permitindo assim melhor planejamento orçamentário e direcionamento dos recursos públicos.

Todavia, ainda é necessário que a jurisprudência pátria e a doutrina jurídica determinem melhor o conceito de mínimo existencial, e quais direitos e suas respectivas prestações estão inclusas neste princípio, com a finalidade de melhor atender aos comandos constitucionais, em especial na efetivação do direito à saúde.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Senado, 1934. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm). Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942**. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Rio de Janeiro: Casa Civil, 1942. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del4657compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657compilado.htm). Acesso em: 01 nov. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990**. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 1990. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decretolei/del3689.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decretolei/del3689.htm). Acesso em: 20 mai. 2022.

BRASIL. **Lei Federal nº 13.105, de 16 de março de 2015**. Código de Processo Civil. Brasília: Casa Civil, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/13105.htm). Acesso em: 01 nov. 2022.



BRASIL. **Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Brasília: Casa Civil, 2018. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/113709.htm). Acesso em: 01 nov. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Pleno). **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 45.** Constituição Federal e Leis Federais 9.882/99 e 10.707/03. Autor: Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB. Réu: Presidente da República. Relator: Ministro Celso de Mello, 29 de abril de 2004. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2175381>. Acesso em 28 mai. 2022.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **RE855178 - Recurso Extraordinário (eletrônico).** Tema 793 - Responsabilidade solidária dos entes federados pelo dever de prestar assistência à saúde. Relator: Min. Luiz Fux, 26 nov. 2014. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4678356&numeroProcesso=855178&classeProcesso=RE&numeroTema=793>. Acesso em: 15 nov. 2022.

CARVALHO, E. C. *et al.* Judicialização da Saúde: Reserva do Possível e Mínimo Existencial. **Cogitare Enfermagem**, v. 26, 2021.

DALLARI, S. G. A construção do direito à saúde no Brasil. **Revista de direito sanitário**, v. 9, n. 3, p. 9-34, 2008.

DANTAS, R. L.; DANTAS, D. C. Teoria dos princípios e ponderação em Robert Alexy: posicionamentos na doutrina brasileira. 2013.

GLOECKNER, J. L. A reserva do possível como limite à efetividade do direito fundamental à saúde. **A&C-Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, v. 13, n. 51, p. 233-250, 2013.

KELBERT, F.O. **Reserva do Possível e a efetividade dos direitos sociais no direito brasileiro.** 1. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2011.

OMS, Organização Mundial da Saúde. [Constituição da OMS]. **Constituição da Organização Mundial da Saúde.** Estante Virtual do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos Suely Souza de Almeida. Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/oms2.html>. Acesso em: 25 mai. 2022.

PORTO ALEGRE. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (Primeira Câmara Cível). **Apelação Cível n. 0059856-89.2017.8.21.7000.** APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. DIREITO À SAÚDE. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. CERCEAMENTO DE DEFESA NÃO CONFIGURADO. NECESSIDADE DE TRATAMENTO COMPROVADA. HIPOSSUFICIÊNCIA FINANCEIRA NÃO COMPROVADA. [...] Apelante: Jose Luis Bozzetto. Apelado: Estado do Rio Grande do Sul. Relator: Des. Newton Luís Medeiros Fabrício, 7 de junho de 2017. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/tj-rs/911745561/inteiro-teor-911745579>. Acesso em: 01 nov. 2022.

RABELO, E. D. R. O. A fundamentalidade dos direitos sociais: conciliação do “mínimo existencial” com a “reserva do possível”. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, v. 1, n. 1, p. 82-92, 2013.

SARLET, I. W.; ZOCKUN, C. Z. Notas sobre o mínimo existencial e sua interpretação pelo STF no âmbito do controle judicial das políticas públicas com base nos direitos sociais. **Revista de Investigações Constitucionais**, v. 3, p. 115-141, 2019.

SCAFF, F. F. Reserva do possível, mínimo existencial e direitos humanos. **Revista Argumentum-Argumentum Journal of Law**, v. 6, p. 31-46, 2006.

SILVA, J. A. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. Editora Revista dos Tribunais, 1982.

SOUZA, O. de; OLIVEIRA, L. J. de. O custo dos direitos fundamentais: o direito à saúde em frente às teorias da reserva do possível e do mínimo existencial. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 18, n. 2, p. 77-110, 2018.

WANG, D. W. L. Escassez de recursos, custos dos direitos e reserva do possível na jurisprudência do STF. **Revista Direito GV**, v. 4, p. 539-568, 2008.

WANG, D. W. L. Reserva do possível, mínimo existencial e direito à saúde: algumas aproximações. **Revista de Direito Sanitário**, v. 10, n. 1, p. 308-318, 2009.

---

## *III SEÇÃO*

# *Pesquisas em Enfermagem*

---

# **O PAPEL DO ENFERMEIRO FRENTE A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA VIVENCIADA POR PACIENTES: UMA REVISÃO DE LITERATURA**

Andreza Gomes da Silva

Luã Carlos de Souza

Migna Jucy Marque da S.

Rosane Shirley Saraiva de Lima

Laura Maria de Moraes Fernandes

## **RESUMO**

A mulher, em seu ciclo de gestação e no momento do parto é tratada com atos e coagida a fazer procedimentos que prejudicam a sua integridade física, moral e que infringem o seu processo de fertilização, cientificamente conhecido como violência obstétrica. É um assunto que vem sendo bastante debatido no Brasil e no mundo na área da enfermagem, devido a isto, a presente pesquisa tem o objetivo de mostrar o papel do enfermeiro frente a violência obstétrica vivenciada por pacientes. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica, onde ela pode ser entendida a revisão de literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico, a análise foi feita baseando-se em relatos de pesquisadores estudiosos referente ao tema pesquisado. Durante o estudo, foi constatado que a mulher em seu período de gestação e momento do parto passam por momentos delicados, além do mais, são desrespeitadas e criticadas no momento de dor por aqueles que poderiam naquele momento passar confiança e esperança para ela e seu filho. Os relatos aqui registrados por parte dos pesquisadores nos dão conta das humilhações enfrentadas por elas no momento de dor. Foi visto também que, as leis e os programas de apoio existem, mas, não são colocadas em práticas. Conclui-se que há uma escassez na literatura sobre estudos que abordem de maneira direta e objetiva a problemática, sendo urgente a necessidade de que mais pesquisas sejam realizadas.

**Palavras-chaves:** Violência obstétrica. Parto Humanizado. Cuidados de Enfermagem

## **ABSTRACT**

The woman, in her pregnancy cycle and at the time of delivery, is treated with acts and coerced to perform procedures that harm her physical and moral integrity and that violate her fertilization process, scientifically known as obstetric violence. It is a subject that has been much debated in Brazil and in the world in the field of nursing, due to this, the present research aims to show the role of nurses in the face of obstetric violence experienced by patients. This is a bibliographical research, where it can be understood as a literature review on the main theories that guide scientific work, the analysis was based on reports from studious researchers regarding the researched topic. During the study, it was found that the woman in her period of pregnancy and delivery goes through delicate moments, moreover, they are disrespected and

criticized in the moment of pain by those who could, at that moment, give confidence and hope to her and her child . The reports recorded here by the researchers give us an account of the humiliations faced by them in the moment of pain. It was also seen that laws and support programs exist, but they are not put into practice. It is concluded that there is a shortage in the literature on studies that directly and objectively address the problem, with an urgent need for more research to be carried out.

**Keywords:** Obstetric violence. Humanized birth. Nursing care

## 1 INTRODUÇÃO

A enfermagem, em especial, o enfermeiro obstetra no momento do parto é de sua importância para o momento do nascimento, este, por sua vez, é um profissional qualificado capaz de conduzir o trabalho do parto de forma propícia, garantindo assim, uma assistência humanizada, estas qualidades fazem toda a diferença no momento ímpar da mulher. Em seus cuidados e sob sua proteção, o trabalho de parto pode deixar de ser apenas um processo doloroso e sofrido para se tornar um momento tranquilo e realizável de acordo com as necessidades de cada parturiente (LEAS & CIFUENTES, 2016).

Respeitar a mulher antes ou durante o parto os traz confiança, ou seja, faz com que ela volte a ser protagonista do ato de parir. Mas, para que isto aconteça, é indispensável a permanência do enfermeiro obstetra durante esse período. Para a mulher, a assistência desse profissional implica em um cuidar com responsabilidade, respeito e solidariedade, através da sua presença autêntica e constante que encoraja a gestante além de lhe proporcionar acolhimento e segurança, [...]. (VERSIANI et al, 2014).

A violência obstétrica é um tema que vem sendo bastante debatido nos dias atuais no tocando ao campo da enfermagem. O período de gestação e o momento do parto já não é mais considerado como sendo algo prazeroso para as mulheres, isso porque, a maioria delas já não tem o privilégio de se beneficiar com o parto.

“Nem todas as parturientes tem a oportunidade de se beneficiarem com o parto que imaginaram, assim como, nem todos os recém-nascidos são recebidos de forma segura e respeitosa no Brasil e no mundo”. (FEITOZA et al 2017, p.2). Pesquisas mostram que, no momento do parto, onde esse momento é considerado como sendo um dos mais importantes da vida da mulher brasileira, seu trabalho de parto e parto, 25% delas tem a infelicidade de sofrerem violência obstétrica.

“Configura-se como violência obstétrica qualquer conduta, ato ou omissão por profissional de saúde, que leva à apropriação indevida dos processos corporais e reprodutivos

das mulheres, e se expressa em tratamento desumano [...]”. (FEITOZA et al 2017, p.2). A gravidez é um momento ímpar de importantes reestruturações na vida da mulher e nos papéis que esta exerce. É nesse período que a mulher tem que passar da condição de só filha e começar a viver o momento mãe, reviver experiências antes vivida, além de ter de adequar seu relacionamento conjugal, sua situação socioeconômica e suas atividades profissionais. É nesse período também que serão vividas mudanças, biológicas, psicológicas, somáticas e sociais, mudanças estas que afetam de mais a vida de mulher que se tornará mãe, o que é experiência única e intensa.

A Violência Obstétrica (VO) é uma expressão que serve para se referir a diversos danos cometidos por profissionais da saúde na assistência perinatal, através da apropriação do corpo da mulher [...]. (BEZERRA, 2021, p. 58). Acredita-se que esse estudo servirá de referencial teórico para embasar outras pesquisas referentes ao tema, pois a violência obstétrica, problema que afeta tantas mulheres, resultado da falta de humanização na atuação dos profissionais que cada vez menos buscam escutar os anseios e desejos das gestantes no momento mais importante de sua vida, o parto humanizado muitas vezes só ocorre nos casos em que a família decide pagar, sendo a mesma submetida a essa situação para que venha a ter seus direitos respeitados, atuação que infelizmente a mesma dificilmente encontrará no Sistema Único de Saúde, (SUS), que cada vez menos prega o parto vaginal, e muito menos a humanização na realização que qualquer que seja, muito pelo contrário, cada vez mais índice de nascimentos por meio de cesárias desnecessárias vem aumentado. “Por humanização da assistência ao parto entende-se um processo que inclui desde a adequação da estrutura física e equipamentos dos hospitais, até uma mudança de postura/atitude dos profissionais de saúde e das gestantes. (BRASIL, 2001, p.38)

A humanização compreende pelo menos dois aspectos fundamentais. O primeiro diz respeito à convicção de que é dever das unidades de saúde receber com dignidade a mulher, seus familiares e o recém-nascido. Isto requer atitude ética e solidária por parte dos profissionais de saúde e a organização da instituição de modo a criar um ambiente acolhedor e a instituir rotinas hospitalares que rompam com o tradicional isolamento imposto à mulher. O outro se refere à adoção de medidas e procedimentos sabidamente benéficos para o acompanhamento do parto e do nascimento, tais como: Programa de Humanização no Pré-natal e Nascimento, evitando práticas intervencionistas desnecessárias, que embora tradicionalmente realizadas não beneficiam a mulher nem o recém-nascido, e que com frequência acarretam maiores riscos para ambos.

Diante disso, o trabalho propõe responder a seguinte questão: qual a atuação da enfermagem frente a diminuição da violência obstétrica? Partindo deste questionamento, buscaremos respondê-lo tomando como base afirmações dos autores supracitados que tiveram contato com pessoas que vivenciaram esse tipo de violência.

Dessa forma, o grande intuito dessa pesquisa é identificar através do literário o papel do enfermeiro frente a violência obstétrica vivenciada por pacientes é refletir a formação dos profissionais que atuam no campo da enfermagem.

## **2 METODOLOGIA**

O trabalho em questão trata-se de uma revisão bibliográfica qualitativa, podendo ser entendida a revisão de literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico, o levantamento bibliográfico pode ser realizado em livros, periódicos, artigo de jornais, sites da Internet entre outras fontes”. Nesse tipo de trabalho busca-se “[...] explicar um problema a contar referências teóricas publicadas em artigos, livros, dissertações e teses” (Cervo, Bervian & Silva, 2015. p25). A contar com as seguintes etapas: Seleção do tema e elaboração da pergunta de pesquisa; busca e escolha dos estudos nas bases de dados; categorização dos estudos; análise crítica dos artigos excluídos; interpretação e discussão dos resultados e apresentação dos estudos na estrutura.

Para a busca de trabalhos como fonte de pesquisa, foram empregados os descritores: Violência obstétrica; parto humanizado e cuidados de enfermagem; No Portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Banco de artigos Google acadêmico e Banco de Periódicos Scientific Electronic Library Online (SCIELO).

A análise das informações foi realizada por meio de leitura exploratória do material encontrado, em uma abordagem qualitativa. Dentre o montante foram utilizados 6. Os critérios de inclusão dos artigos foram os publicados nos últimos 5 anos, que abordem acerca da violência obstétrica e o papel da enfermagem frente a diminuição dessa pratica em revistas eletrônicas publicadas no período de 2017 a 2022. E exclusão como os artigos publicados fora do período estabelecido, textos incompletos e artigos não relacionado ao tema, resultou no total de 40.606 artigos.

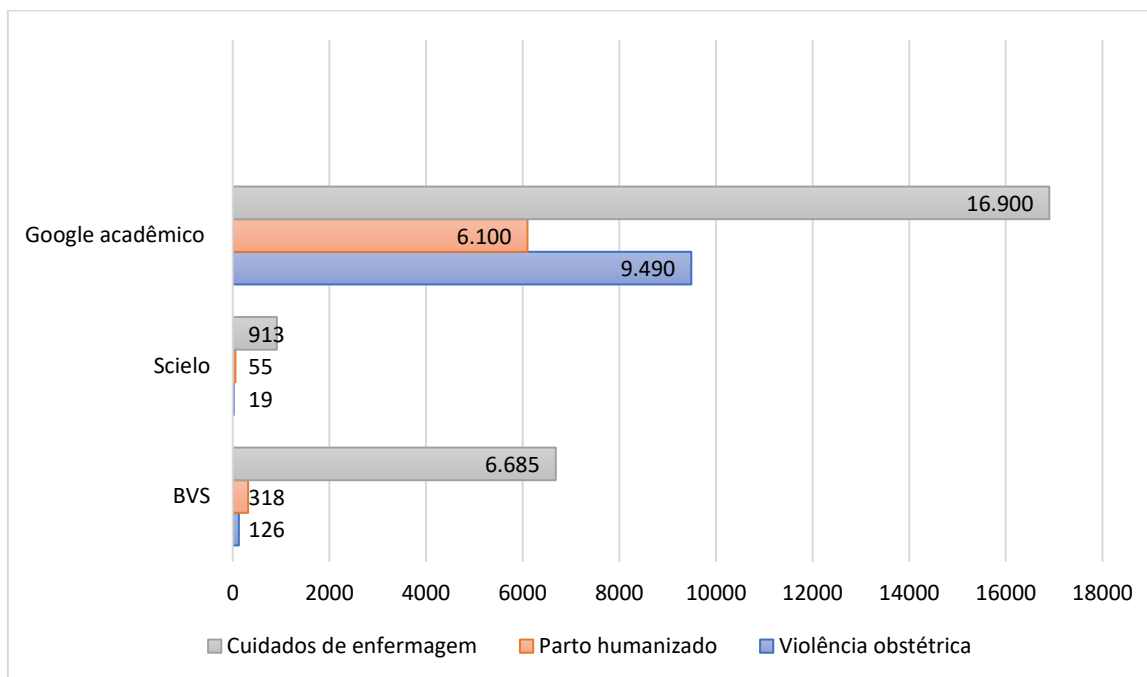
Descritores pesquisados no Google acadêmico resultou no número de artigos: Violência obstétrica: 9.490; Parto humanizado: 6.100 e Cuidados de enfermagem: 16.900

Descritores pesquisados na Biblioteca virtual em saúde (BVS) resultou no número de artigos: Violência obstétrica: 126; Parto humanizado: 318 e Cuidados de enfermagem: 6.685

Descritores pesquisados no Scielo resultou no número de artigos: Violência obstétrica: 19; Parto humanizado: 55 e Cuidados de enfermagem: 913

Para um melhor entendimento destas informações, o gráfico a seguir traz detalhado estas informações. O gráfico 1 traz o resultado das buscas dos artigos em sites de pesquisa, de acordo com os descritores

**Gráfico 1**



**Fonte:** Dados da pesquisa, 2022

A partir desta pesquisa pretende-se saber como ocorre a formação dos profissionais que atuam na área de enfermagem e saber quais seus posicionamentos sobre a violência obstétrica, se eles, realmente atendem à demanda de acordo com sua experiência e se as ferramentas proporcionadas pelos órgãos de saúde são suficientes para a quantidade de usuários.

Assim sendo, para a realização deste trabalho foi necessário a realização de uma pesquisa. Gil (2007, p.17), define a pesquisa como:

[...] procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa desenvolve-se por um processo constituído de várias fases, desde a formulação do problema até a apresentação e discussão dos resultados.

Com base nas afirmações acima citadas por Gil, entende-se que para se iniciar uma pesquisa é fundamental o surgimento de uma problemática, para as quais se quer encontrar



respostas. A pesquisa é de extrema importância, através dela temos a oportunidade de coletar dados e informações para responder as nossas indagações.

No que diz respeito ao conceito de pesquisa, Marinho (1980), afirma, que pesquisa é uma prática que tem por objetivo construir respostas para dúvidas e indagações, por meio do emprego de processos científicos. A pesquisa bibliográfica, de acordo como o pensamento de Prodanov e Freitas (2013, p. 54), coloca o pesquisador em contato direto com toda a produção escrita sobre a temática que está sendo estudada. Para os autores, “Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar”.

Em relação a natureza da pesquisa optamos por uma pesquisa de cunho qualitativo para obtermos dados e descrições detalhadas, no que diz respeito ao objeto de estudo com o intuito de compreender, investigar e analisar o tema proposto.

Segundo Minayo (2004, p.27), a pesquisa qualitativa: “[...] se preocupa em dar respostas a questões particulares, com um nível de realidade que não se pode quantificar. Portanto, a realidade é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante”. Nesta perspectiva, entendemos que o intuito desta pesquisa não é contabilizar a quantidade como resultados, mas compreender a opinião dos mesmos sobre o objeto de estudo.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como aporte para esta revisão foram utilizados 6 (seis) artigos, para um melhor entendimento, procurou-se fazer o estudo somente com estudiosos e pesquisadores brasileiros, porém pertencente a universidades distintas.

Os trabalhos selecionados para a pesquisa se caracterizam da seguinte forma: título do trabalho, autores/ano publicado/periódico, delineamento da pesquisa e objetivo (s).

<b>Título:</b>	A assistência do enfermeiro à parturiente no contexto hospitalar: um olhar sobre a violência obstétrica
<b>Autores/ano:</b>	Raphaela Correia do Nascimento e Ana Carolina Ferreira de Souza (2021)
<b>Delineamento:</b>	Descritivo

<b>Objetivo:</b>	Analisar a recorrência da violência obstétrica, elucidar a heterogeneidade deste tema, compreender o tratamento recebido pelas pacientes, e discorrer a visão da enfermagem frente à Violência obstétrica
<b>Título:</b>	A assistência do enfermeiro à parturiente no contexto hospitalar: um olhar sobre a violência obstétrica
<b>Autores/ano:</b>	Angélica de Cássia Bitencourt; Samanta Luzia de Oliveira e Giseli Mendes Rennó (2021)
<b>Delineamento:</b>	Descritivo
<b>Objetivo:</b>	Conhecer o significado de violência obstétrica para os profissionais que atuam na assistência ao trabalho de parto e parto.
<b>Título:</b>	Violência obstétrica: fatores desencadeantes e medidas preventivas de enfermagem.
<b>Autores/ano:</b>	Sousa, M.P.V.; Santos, L.S.A.; Caldas, G.R.F.; Batista, F.A.M.; Lopes da Silva, C.R., (2020)
<b>Delineamento:</b>	Revisão sistemática da literatura com metassíntese
<b>Objetivo:</b>	Caracterizar os fatores que ocasionam a violência obstétrica e a importância da enfermagem no desenvolvimento de medidas preventivas
<b>Título:</b>	Violência obstétrica: fatores desencadeantes e medidas preventivas de enfermagem.
<b>Autores/ano:</b>	Gabriela Lemos de Pinho Zanardo, Magaly Calderón Uribe, Ana Hertzog Ramos De Nadal e Luísa Fernanda Habigzang (2017)
<b>Delineamento:</b>	Revisão de pesquisas
<b>Objetivo:</b>	Realizar uma revisão narrativa de estudos sobre violência obstétrica.
<b>Título:</b>	Violência obstétrica: uma revisão da produção científica.
<b>Autores/ano:</b>	Sabrine Rodrigues Feitoza; Ana Kelve de Castro Damasceno; Francisca Alice Cunha Rodrigues; Regia Christina Moura Barbosa Castro; Aline Rodrigues Feitoza; Lorena Damasceno Alves Bezerra; Maria Luiza Soares de Amorim; Tatiane da Silva Coelho (2017)
<b>Delineamento:</b>	Revisão de pesquisas
<b>Objetivo:</b>	Realizar uma revisão narrativa de estudos sobre violência obstétrica.

<b>Título:</b>	Análise histórica da violência obstétrica no Brasil
<b>Autores/ano:</b>	Karine Rodrigues (2017)
<b>Delineamento:</b>	Tese de pesquisas
<b>Objetivo:</b>	Compreender a violência obstétrica como um problema estrutural e que se configura como uma questão de saúde pública

Após pesquisar os arquivos propícios para a pesquisa foi feita uma minuciosa análise dos conteúdos contidos nos artigos, na qual nos fez dividir este tópico em 2 (dois) subtópicos que serão descritos abaixo.

### **3.1 Violência obstétrica: o que dizem os profissionais a seu respeito**

O processo de nascimento passou por diversas mudanças ao longo dos anos, resultando na perda de autonomia e protagonismo da mulher no trabalho de parto. Na Idade Média, o parto era visto como sendo uma atividade feminina, quando as mulheres que davam à luz recebiam ajuda empírica somente das mulheres, a presença de homens, mesmo que fosse o pai era totalmente proibida por decreto religioso. Até o século passado, o atendimento à mulher e ao recém-nascido era realizado por parteiras experientes em local privado e familiar, cercado por pessoas conhecidas e de confiança. O processo de nascimento no século passado era visto como natural e considerado em sua totalidade, e sua incumbência era vinculada à figura feminina. [...]. (CEGANO & ALMEIDA, (2004, p.13)

Portanto, na década de quarenta, junto com a Segunda Guerra Mundial, aconteceu o aumento da institucionalização do parto. Em consequência deste aumento, a figura masculina começa a aparecer no nascimento; os avanços tecnológicos, científicos e na medicina ocasionaram a ampliação das intervenções e o uso de medicamentos, em decorrência disto, o parto passou a acontecer na horizontal, para alívio do profissional e a episiotomia surgiu como rotina.

O momento do parto é visto como sendo um momento crucial na vida das mulheres, pelo fato de permitir a passagem para um novo papel social, que é o de ser mãe. Aproximadamente em meados do século XIX, os partos eram feitos à domicílio sem muitas regalias, realizados por parteiras, que buscavam tornar esse momento aconchegante e alegre para as futuras mães.

A institucionalização do parto no século XX levou ao uso de tecnologias durante o cuidado, em situações classificadas como de alto risco para mãe e filho, assim houve uma redução nas taxas de mortalidade materna e neonatal. [...]. (SOUSA, M.P.V. et al 2021, p.1-2). Os autores nos deixam claro que o uso das tecnologias no momento do parto apenas reduz a taxa de mortalidade, porém trouxe consigo a falta de humanidade, o que hoje conhecemos como ‘violência obstétrica’ termo que tem sido bastante usado desde o reconhecimento do ato de violação à mulher, sendo propriamente definido como uma apropriação do corpo feminino e seu livre-arbítrio reprodutivo no decorrer do processo pré-parto, parto e pós-parto, por aqueles que trabalham na área da saúde, onde na maioria das vezes expõem as mulheres a comportamentos desumanizados, utilizando mecanismos dolorosos, bem como, drogas dispensáveis, substituindo o processo natural do nascimento em patológico e usando atitudes abusivas em relação ao estado psicológico das mulheres.

Bitencourt (et al 2021, p.3) em seu trabalho de pesquisa deixa claro nas falas de seus entrevistados, profissionais da saúde, o protagonismo da mulher quanto a violência obstétrica como práticas e condutas geram desconforto a elas quando não são respeitadas no momento do parto. “Na realidade é tudo aquilo que gera um desconforto para a paciente e aquilo que ela não quer [...]” (P2); “Quando o profissional de saúde coloca seus interesses ou o que acredita ser certo acima das queixas ou mesmo escolhas da gestante ou parturiente.” (P8); “[...] e até mesmo quando realizam procedimentos sem o consentimento da mãe.” (P15); “Violência para mim é tudo que você vai fazer que você não respeita a opinião dela e o corpo da parturiente [...]” (P20).

É possível perceber a partir da fala dos profissionais acima citados que a violência obstétrica acontece antes mesmo da mulher entrar na sala de parto, pois ela não tem voz ativa em suas escolhas, e ao entrar na sala, o profissional de saúde é quem diz o que ela tem que fazer, ignorando suas dores e o seu corpo.

Em outras falas, Bitencourt (et al 2021, p.3) também citam interferências desnecessárias.

*“Existem outras agressões, outras violências que é não respeitar a fisiologia e tentar, por exemplo, apressar o período expulsivo, como manobras tipo Kristeller, tipo excesso de medicação, não que essas manobras nunca possam ser utilizadas, mas elas seriam utilizadas em casos de extrema necessidade com risco de óbito pra mãe ou para o feto, não como prática corriqueira.” (P1)*

*“O desconforto é gerado por exames mais doloridos de toque, às vezes não tem o cuidado e a paciente fica descoberta ali e entra muita gente, tudo isso pode gerar um desconforto [...]” (P2)*

*“E por parte do médico também, colocar a ocitocina, o tal do “sorinho” sem a permissão dela, usar o fórceps, subir “em cima dela (paciente)” para empurrar [...]” (P11)*

*“Violência obstétrica é quando o médico não deixa o bebê nascer natural ele faz com que o bebê nasça de várias formas como o uso do fórceps, ocitocina, Kristeller que é proibido e até hoje acontece e muito.” (P16)*

As afirmações dos profissionais entrevistados por Bitencourt nos deixam claro que a mulher no momento do parto é vista como sendo uma “cobaia”, um objeto qualquer sem o direito de opinar pelo o que é propício a ela, que por não entender a medicina não sentem desconforto e dores.

Diante do que foi visto, é importante enfatizar que os profissionais com suas condutas individuais não são os únicos responsáveis pela violência obstétrica cometida e suas inabaláveis consequências. O Estado em si também pode ser responsabilizado por não assumir uma política de saúde eficiente, que garanta uma boa assistência e bom fluxo de atendimento no momento do trabalho de parto.

“A violência psicológica também faz parte dos fatores que ocasionam a violência obstétrica”. Sousa, M.P.V. (2021, p.4). Essa violência é vista como sendo cruel e uma das mais comuns no ambiente hospitalar, pois as parturientes são em sua maioria privadas de informações no tocante aos procedimentos exercidos, no ato do parto recebem comentários ofensivos, insultuosos, discriminatórios, humilhantes ou vexatórios.

Com o mesmo pensamento de Sousa, M.P.V (2021) Zanardo (et al, 2017) afirma em sua pesquisa que além das intervenções obstétricas desnecessárias, muitas mulheres relatam vivências de parto dolorosas, com ofensas, humilhação e expressão de preconceitos arraigados em relação à saúde e à sexualidade da mulher.

Essa realidade é cotidiana e cruel e revela uma grave violação dos direitos humanos e direitos das mulheres (Muniz & Barbosa, 2012). Com isso, é de suma importância reforçar o atual movimento pela humanização do parto e do nascimento, buscando comprovar o quanto a mulher é heroína nessa cena, empoderando quanto ao conhecimento em relação ao seu corpo, à gravidez, às transformações esperadas e possíveis, além do mais, que envolverá o processo do ato de nascer.

Desse modo, a mulheres se sentirão mais apropriadas, fortalecidas e apoiadas, estas, por sua vez, se sentirão mais determinadas para assumir suas posições, como também vontades e o domínio do seu corpo nesse momento, possibilitando um parto seguro da forma que planejaram e desejaram. Agindo assim, além de propagar as informações quanto aos seus direitos, reafirmando-os e auxiliando-as para que possam exigi-los, desde o pré-natal até o pós-parto, e, dessa forma, é possível distinguir os maus tratos e violações nesse processo, denunciando-os sem serem reprimidas ou duplamente violentadas. No Brasil, diferente de outros países, ainda não há uma Lei que legisle e puna, rigorosamente, os profissionais que praticam essas violências, que tanto prejudicam e traumatizam as pacientes”. [...]. (NASCIMENTO & SOUSA 2022, p.5)

Existem diversas ideologias e ideias por parte das entidades de Saúde a respeito do conceito de Violência obstétrica, sobretudo, quando o assunto é realizado no seu no cotidiano, como é o caso do Brasil. Aqui, este termo é comumente usados na área da Saúde, mais que não deixa de ser alvo de debates e críticas, uma vez que, existem órgãos que oferecem resistência a adotá-lo, a exemplo disso é o Despacho nº 9087621, expedido pelo Ministério da Saúde no dia 3 de maio de 2019, este, por sua vez, se manifestava a favor da abolição deste, sendo cabível argumentos de que não houve entendimento quando tal conceito foi definido, e ainda, que se trata de uma expressão imprópria, pois concebe ações praticadas com intenções, o que a torna inadequada, pois segundo o Despacho acima citado, os profissionais não têm em sua mente a pretensão de causar danos de forma proposital aos pacientes.

### **3.2 Violência Obstétrica: Como ela se apresenta**

No tocante a violência obstétrica, ela pode advir de diversas formas, o abuso físico, por exemplo, apodera-se de todos os atos bruscos existente, não havendo necessidade alguma sua realização no corpo da mulher, advindos de agressões, beliscos, uso de medicamentos que não são cabíveis ao quadro da paciente, além do mais, não considerando o tempo do parto natural, procedimentos iatrogênicos que não são eficazes para a saúde de parturiente e feto.

Outro problema grave que as mulheres enfrentam durante o parto é o abuso verbal, que pode ser considerado como qualquer injúria profanada à mulher, a partir de expressões constrangedoras, descrição ofensiva, palavras afrontosas, gritos, termos que as colocam sob pressão, dar informações que não são verdadeiras ou incompletas com o intuito de fazer com que aceitem intervenções iatrogênicas, fazem de tudo para impedir que a mulher demonstre suas sensações durante o processo de parto.

Nascimento e Sousa (2021, p. 7) trazem em seu trabalho de pesquisa relatos de mulher que conviveram com o abuso verbal no momento do parto.

*“Na hora de fazer não gritou!”;  
“Na hora de fazer foi bom, né?! Agora aguenta!”;  
“Quem entrou agora vai ter que sair!”;  
“Se você continuar gritando, não vou aí te ajudar!”;  
“Não grita, senão o bebê sobe!”;  
“Fica quieta, senão vai doer mais!”;  
“Gritar não adianta nada!”;  
“É boa pra fazer, mas na hora de botar pra fora, fica de frescura.”; “Deixa de ser fraca e faz força!”*

*“É melhor seu marido não assistir ao parto, senão ele ficará com nojo de você!”;*

*“É melhor fazermos cesariana, pois o parto normal esgarça a vagina e assim você pode preservar suas relações sexuais e dar mais prazer ao seu marido!”;*  
*“Olha, sua pelve é muito estreita, seu bebê não passaria aí...teremos de fazer cesariana!”;*  
*“Seu bebê não virou, está sentado, vai ter que ser cesárea.”*

Relatos como estes deixam claro o que a mulher é submetida a escutar dos profissionais no momento do parto. Com tantas grosserias, acredita-se que a violência obstétrica, evidentemente, não é algo praticada somente por uma única classe profissional. Qualquer indivíduo pertencente ao atendimento à mulher no decorrer do processo de gravidez, seja ele, parto ou puerpério, corre o risco de praticá-la, mesmo que não seja de má-fé, a enfermagem é um exemplo disso.

Alguns profissionais, mais especificamente os enfermeiros, devido ao seu tempo de experiência e sua formação mais antiga, tendem a ter maior resistência e facilidade em deduzir a violência obstétrica como algo completamente inconveniente e antiético, e que é capaz de ser evitado, devido os conceitos e procedimentos arcaicos que já não são mais cabíveis aos dias atuais, daí a relevância da educação continuada, em outras palavras, o profissional necessita estar em constantes atualizações na tentativa de ampliar seus conhecimentos.

Que o abuso existe, isso é fato, foi comprovado a partir dos relatos, isso porque, as mulheres não são orientadas quanto aos direitos que elas têm, as leis e os programas governamentais que as amparam estão ocultos e deixam os profissionais fazerem o que bem querem no período da gestação e no momento do parto. Sem esse conhecimento, resta a elas confiar nos trabalhos dos profissionais e esperar que aconteça mais uma violência obstétrica.

Segundo estudo da Fundação Perseu Abramo, de 2010, 1 a cada 4 mulheres alega ser vítima de violência obstétrica. A pesquisa mais recente foi publicada em 2012, pelo Nascer no Brasil, da Fiocruz (Fundação Oswaldo Cruz): 30% das mulheres atendidas em hospitais privados sofreram violência obstétrica, enquanto no SUS (Sistema Único de Saúde), a taxa é de 45%. Luana Irale, que sofreu com uma tentativa do médico que a atendeu durante o parto do filho, hoje com 5 anos, de furar sua bolsa com uma espécie de tesoura e ser grosseiro enquanto ela chorava de dor, é parte dessa estatística. “Senti como se a culpa fosse minha”, revela. Histórias como a dela levaram o Humanista a tentar entender como esse tipo de violência acontece e como preveni-la.

#### **4 CONCLUSÃO**

Diante do que foi visto em relação as afirmações dos pesquisadores e estudiosos no tocante aos trabalhos selecionados para a pesquisa, todos se preocupam em mostrar a violência

obstétrica sofrida pelas mulheres no momento do parto, relatos deixam claro que o abuso por parte dos profissionais é fato, e que, aquelas que sofrem, em sua maioria, não tem o conhecimento das leis e os programas governamentais que as amparam.

A Lei Federal nº 11.108/2005, também conhecida como a Lei da/o Acompanhante que determina que os serviços de saúde do SUS, da rede própria ou conveniada, que permite à gestante o direito a acompanhante durante todo o período de trabalho de parto, parto e pós-parto deixa a desejar. Assim sendo, pelo fato de que esta e outras leis juntamente com os programas governamentais que as amparam estarem ocultos é possível afirmar que a enfermagem frente a diminuição da violência obstétrica pouco tem feito, esta afirmação está baseada nos trabalhos constatados na pesquisa, onde os pesquisadores se preocupam em mostrar os preconceitos e abusos sofridos pelas mulheres a partir de relatos durante entrevistas.

Constatou-se também que os enfermeiros e médicos são os que mais executam a violência obstétrica, estes, por sua vez, ao invés de passar segurança e conforto para a parturiente, causam constrangimentos. No tocante ao Estado, também deixa a desejar quando se omite de sua responsabilidade, que é a de garantir um bom uso e atendimento para aqueles que fazem uso do SUS, deixando a violência obstétrica chegar a tal ponto de ser assunto primordial no Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde na Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz).

Tal situação como enfermeiro em formação, é importante buscar sempre atualizar-se aos métodos científicos, bem como uma atuação centrada na humanização, equidade e empatia, para que possa minimizar o sofrimento daquelas que sofrem violência obstétrica.

## REFERÊNCIAS

BEZERRA, Maria Gorette Andrade; CARDOSO, Maria Vera Lúcia Moreira Leitão. **Fatores culturais que interferem nas experiências das mulheres durante o trabalho de parto e partos.** Rev. Latino-am Enfermagem. v. 14, n. 3, p. 14. Disponível em:[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010411692006000300016](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010411692006000300016). Acesso em 15 out. 2022.

BITENCOURT, AC; Oliveira SL, Rennó GM. **Significado de violência obstétrica para os profissionais que atuam na assistência ao parto.** Enferm Foco. 2021;12(4):787-93.<DOI: <https://doi.org/10.21675/2357-707X.2021.v12.n4.4614>>. Acesso em 15 out.2022.

CERVO, A. L. BERVIAN, P. **A Metodologia científica.** São Paulo, SP: Prentice Hall, 2015.

FEITOZA, S. R.; D. A. K. de C.; R. F. A. C.; C., R. C. M. B.; A. R. F.; L. D. A. B; **Violência obstétrica: uma revisão da produção científica.** RETEP - Rev. Tendên.



Da Enferm. Profis.,2017; 9(2): 2196-2203. <<http://www.coren-ce.org.br/wp-content/uploads/2019/02/VIOL%C3%8ANCIA-OBST%C3%89TRICA-UMA-REVIS%C3%83O-DA-PRODU%C3%87%C3%83O-CIENT%C3%8DFICA>>. Acesso em 30 out. 2022.

LEAS, R. E.; CIFUENTES, D. J. **Parto Humanizado: contribuições do enfermeiro obstetra**. Rev. Ciência Cidadania, v.2, nº1, 2016.

MARINHO, Pedro. **A pesquisa em ciências humanas. Petrópolis: vozes, 1980**. Nascimento RC, Souza ACF. A assistência do enfermeiro à parturiente no contexto hospitalar: um olhar sobre a violência obstétrica. REVIS. 2022; 11(2): 149-62. Doi: <<https://doi.org/10.36239/revisa.v11.n2.p149a162>>. Acesso em 01 nov. 2022

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RODRIGUES, Karine. **Análise histórica da violência obstétrica no Brasil**. Fundação Oswaldo Cruz, 2022. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/tese-faz-analise-historica-da-violencia-obstetrica-no-brasil>>. Acesso em: 29 set. 2022.

SOUSA, M.P.V.; Santos, L.S.A.; Caldas, G.R.F.; Batista, F.A.M.; Lopes da Silva, C.R.; **Violência obstétrica: fatores desencadeantes e medidas preventivas de enfermagem**. DOI: <https://doi.org/10.36489/nursing.2021v24i279p6015-6024>. Acesso em 02 nov. 2022.

VERSIANI, C.C. et al. **Assistência ao parto no âmbito da enfermagem obstétrica: uma revisão integrativa**. Revista Norte Mineira de Enfermagem, v. 3 nº 1, p. 77-85, 2014.

ZANARDO, G. L. P., Calderón, M., Nadal, A. H. R., & Habigzang, L. F. (2017). **Violência obstétrica no Brasil: uma revisão narrativa**. BRAZIL: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i155043>. Acesso em: 04 nov. 2022.

# O CONSUMO DE ÁLCOOL PELOS ADOLESCENTES EM TEMPOS DE PANDEMIA DA COVID-19

Maria da Conceição Pinto Mesquita

Rosane Shirley Saraiva de Lima

Rafael Tavares Silveira Silva

Maria Juliete Maia Gomes Ribeiro

Laura Maria de Moraes Fernandes

## RESUMO

O Trabalho aqui apresentado tem como objetivo analisar artigos e estudos sobre o aumento do consumo de álcool e suas consequências por adolescentes durante a pandemia da COVID – 19, e suas consequências a saúde. Assim, a introdução deste trabalho contempla o surgimento do vírus, e as incertezas causadas pela falta de informação, por se tratar de um vírus novo e sem qualquer respaldo científico. Para efetivação da construção deste texto, a metodologia traz informações detalhadas, sendo esta de cunho bibliográfico, trazendo discussões de outros artigos e teses, elaborado por diversos autores. A busca foi realizada através do Portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), periódicos Scientific Electronic Library Online (SCIELO), bem como o banco de artigos do Google Acadêmico. No total, foram utilizados 22 artigos, tendo como critério de exclusão artigos de publicações antigas, e que não se encaixavam nesta temática. As apresentações destes dados de pesquisa foram apresentadas através de gráficos. As discussões e resultados mostraram que o consumo de álcool por adolescentes aumentou significativamente durante a pandemia, como forma encontrada pelos mesmos de lidar com o isolamento social decretado pelas autoridades. O uso de bebidas alcoólicas prejudica a saúde e bem-estar do sujeito, trazendo consequências físicas e emocionais. Os riscos da bebida associados ao vírus podem aumentar os riscos da doença. As considerações finais por sua vez, reforça a necessidade de informações como forma de prevenir e alertar a população sobre os riscos nocivos do consumo de álcool.

**Descritores:** Pandemia, COVID – 19, bebidas alcoólicas, adolescência.

## ABSTRACT

The work presented here discusses alcohol consumption by adolescents during the COVID-19 pandemic, and its health consequences. Thus, the introduction of this work contemplates the emergence of the virus, and the uncertainties caused by the lack of information, because it is a new virus and without any scientific support. In order to carry out the construction of this text, the methodology provides detailed information that allowed its elaboration, which is of a bibliographic nature, bringing discussions of other articles and theses, prepared by several authors. The search was performed through the Virtual Health Library Portal (BVS), Scientific

Electronic Library Online (SCIELO) journals, as well as the Google Scholar article bank. In total, 22 articles were used, having as exclusion criteria articles from old publications, which did not fit this theme. The presentations of these research data were presented through graphs. Discussions and results showed that alcohol consumption by adolescents increases significantly during the pandemic, as a way they found to deal with the social isolation decreed by the authorities. The use of alcoholic beverages harms the health and well-being of the subject, bringing physical and emotional consequences. The drinking risks associated with the virus can increase the risks of the disease. The final considerations, in turn, reinforce the need for information as a way to prevent and alert the population about the harmful risks of alcohol consumption.

**Descritores:** Pandemic, COVID-19, alcoholic beverages, adolescence.

## INTRODUÇÃO

O SARS-COV, popularmente conhecido como Coronavírus ou COVID – 19, surgiu como um vírus causador de infecções respiratórias, causando diversos efeitos físicos, tais como febre, tosse, cansaço, perda de olfato e paladar, dores no corpo todo, diarreia, dentre tantos outros. Apesar da OMS ter decretado pandemia, devido à alta proliferação do vírus, a maioria das pessoas contagiadas apresentaram sintomas leves (LANA et.al. 2020).

O primeiro caso de contágio pelo novo Coronavírus (Sars-Cov-2) incidiu na China, em 2019, em meados de dezembro. Posteriormente, houve uma ligeira dispersão da doença a nível global, considerada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como uma pandemia. Em 3 de abril de 2020, ao menos 206 países diagnosticavam casos de contaminações da doença, com um número de 976.249 casos ratificados e 50.489 óbitos (SCHMIDT, *et al*, 2020).

Desde o final do ano de 2019, a população mundial tem se ajustado a um novo hábito atribuído pelo novo vírus. A vinda desta enfermidade levou a Organização Mundial da Saúde a determinar pandemia, devido a sua propagação em escala mundial. Os indicadores de mortalidade e o contágio entre as comunidades levaram os cientistas a propor distanciamento social e uso de máscaras como opções para o controle da propagação de casos. De lá para cá, os casos notificados da doença, além das mortes, foram crescendo expressivamente (RUSSEL, *et al*, 2020).

Ainda em 2020, ao menos 206 (duzentos e seis) países já registravam casos, dentre eles o Brasil, que até então acumulava mais de 9000 (nove mil) casos e quase 400 (quatrocentas) mortes. Devido ao pouco conhecimento da doença nos primeiros meses, as adequações na convivência social tiveram de ser aceleradas estrategicamente, a fim de evitar novos desfechos

de vidas e tornar mínimo a disseminação. Logo em seguida, a procura por atendimento médico cresceu em demasia, sendo necessária medidas alternativas de controle das equipes de saúde, juntamente ao governo federal. Os diagnósticos apresentados eram apontados por um quadro clínico com: febre, insuficiência respiratória, fadiga, tosse seca, e em situações mais graves, sangramento pulmonar (SILVA, *et al*, 2020).

Todavia, fatores externos decorrentes dessa nova realidade imposta pelo vírus também se juntaram a essas estatísticas, como é o caso do aumento de consumo de álcool, alternativa apontada como uma ação de “refúgio” sob imposição de isolamento social. Enfrentar a nova realidade não é uma tarefa fácil, principalmente quando se faz necessário o distanciamento entre as pessoas que amamos. Dito isso, foram necessários estudos e análises a respeito do efeito do álcool na saúde mental e física durante a pandemia, já que essa substância desencadeia danos ao sistema nervoso, podendo ser potencializada durante o isolamento, associado a dias difíceis e tristezas recorrentes. A busca pelo uso dessa substância acontece devido ao seu efeito relaxante, o que equivocadamente, pode desencadear problemas físicos, mentais, afetivos, dependência, violência, além do risco de acidentes domésticos e de trânsito. Em adolescentes, esta situação é ainda mais preocupante, já que nesta fase, a vulnerabilidade se torna uma válvula de escape para o desenvolvimento da dependência química. Em vista disso consequências na saúde do jovem, referentes ao alcoolismo pode levar alguns anos para ser identificado, o que dificulta ainda mais o desprendimento da bebida. Com a chegada da pandemia, a vida social desses adolescentes foi comprometida, retirando destes a possibilidade de se relacionar com os amigos em encontro sociais. (GARCIA; SANCHEZ, 2020)

A adolescência é caracterizada por suas mudanças cognitivas, emocionais, biológicas, além de mudanças e comportamento e modo de pensar. Dadas estas características, os cuidados nesta fase devem ser redobrados, e o apoio e influência da família neste processo é fundamental (PECHANSKY *et.al*. 2004).

É pertinente destacar que o consumo excessivo de bebida alcoólica entre jovens e adolescentes é um problema estudado há anos, devido alto risco de exposição precoce, além da possibilidade de mortalidade e morbidade. Sabe-se que os fatores econômicos, familiares e sociais, também estão associados a frequência do consumo de álcool e outras drogas. E com o fechamento de bares, restaurantes e eventos, os consumos das bebidas passaram a ser em suas próprias casas, trazendo consequências nas vivências entre pessoas da própria família. As relações entre pais e adolescentes foram fortemente afetadas em alguns casos, piorando ainda mais o uso da substância (MALTA *et.al*. 2020).

Frente as informações supracitadas, busca-se compreender os motivos que levaram o

aumento do consumo de álcool em adolescentes, e as consequências decorrentes deste aumento, mais precisamente com faixa etária entre 15 e 18 anos. Assim sendo, este artigo se orientou através de um objetivo geral. Para tanto, o geral consistiu em analisar artigos e estudos sobre o aumento consumo de álcool e suas consequências por adolescentes durante a pandemia da COVID – 19.

## **METODOLOGIA**

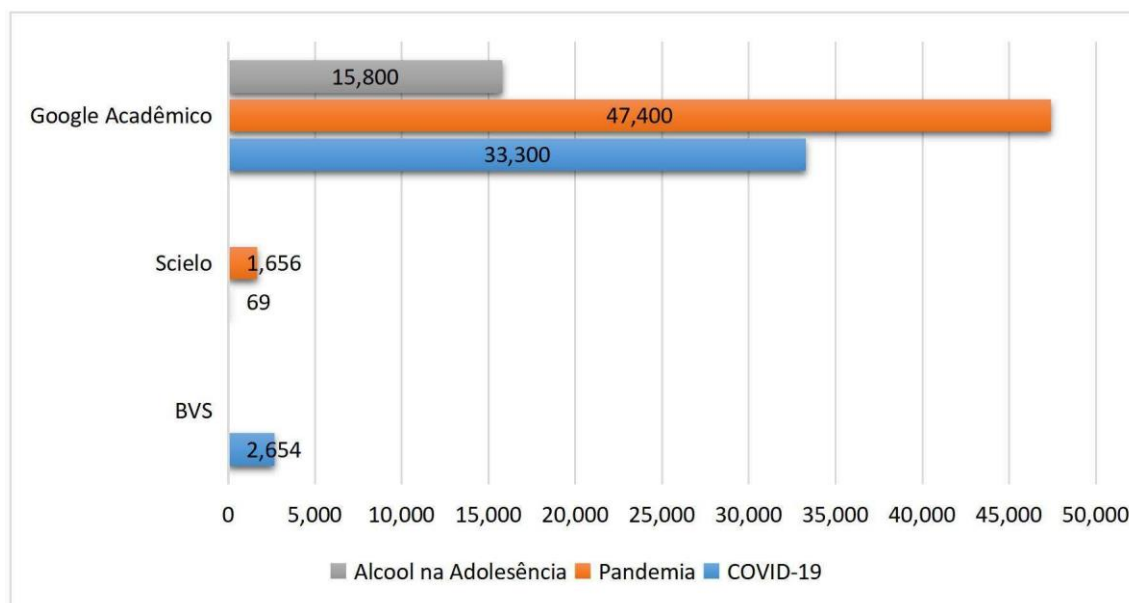
Para embasar o trabalho, se guiou através da pesquisa integrativa, que visa evidenciar a veracidade das informações através da contribuição textual de outros autores. (OLIVEIRA, 2011).

A busca foi realizada através do Portal da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), bem como o banco de periódicos Scientific Electronic Library Online (SCIELO), bem como o banco de artigos do Google Acadêmico.

A busca e seleção dos artigos foi realizada de forma independente, a fim de conferir maior rigor metodológico, sendo os desacordos decididos no devido instante da detecção, com o intuito de não afetar a continuidade metodológica. Foi feito a leitura de títulos, resumos e, posteriormente, artigos completos, para contemplar a questão norteadora do estudo.

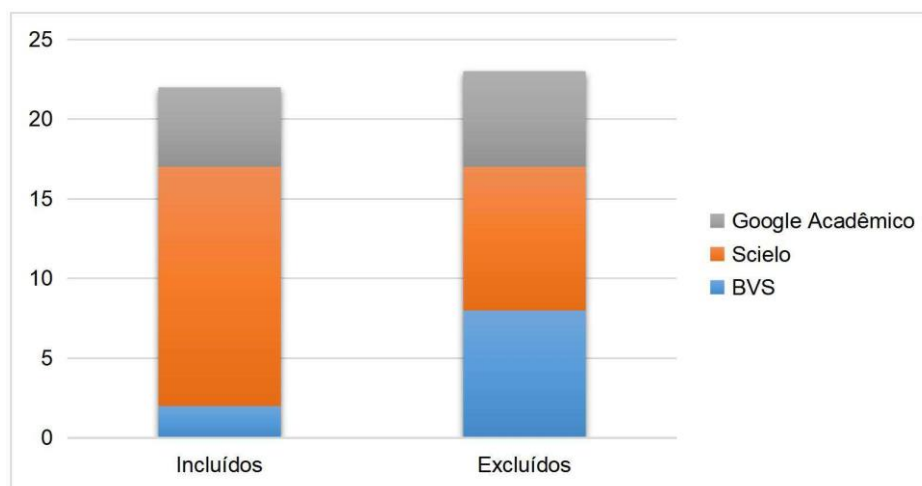
Para a organização e análise das pesquisas científicas, os artigos coletados com as palavras chaves "Covid-19, Pandemia, Adolescência, Álcool", foram encontrados em inúmeros artigos espalhados nos sites “BVS, Scielo e Google Acadêmico”. Para uma análise arranjada, os artigos coletados nos sites mencionados foram verificados de acordo com os critérios pré-definidos, conforme apresentado no gráfico 1:

**Gráfico 1:** Gráfico dos resultados das buscas dos artigos nos sites de pesquisa, de acordo com os descritores.



Os artigos coletados foram sistematizados, onde as informações mais importantes foram organizadas em 2 eixos principais para composição das análises como critérios de inclusão: I - artigos em português e II - textos de 2019 a 2022. Apesar de ser um número consideravelmente alto, foram selecionados textos para leitura, a fim de incluir na fundamentação teórica. No BVS, foram selecionados foram selecionados 10 textos para leitura, 25 no Scielo e 11 no Google Acadêmico. A seleção dos excluídos se deu por não apresentarem conteúdos relevantes a esse assunto. Segue abaixo a tabela com o número de textos utilizados e excluídos, somando todos os descritores pesquisados em cada plataforma.

**Gráfico 2:** Gráfico da quantidade dos artigos coletados focando nos critérios de exclusão e inclusão.



Os artigos selecionados foram organizados para melhor entendimento da aplicação do estudo. A apresentação dos resultados e a discussão final foram feitas de forma descritiva através da categorização, utilizando-se de uma linguagem formal e de fácil compreensão.

**Tabela 1 – Resultados da Pesquisa**

<b>Autor</b>	<b>Ano</b>	<b>Descrição</b>
Lana et.al	2020	A vigilância em saúde teve um papel fundamental na pandemia, auxiliando na prevenção e cuidados frente a doença. As informações espalhadas pelo esforço coletivo permitiram um melhor conhecimento sobre o novo vírus.
Scmhmidt et.al	2020	O novo coronavírus, além de trazer consequências para a saúde física do sujeito, acarretou também um sofrimento psicológico.
Russel et.al	2020	O distanciamento social foi uma das alternativas decretadas pela OMS para minimizar a proliferação do vírus.
Silva et.al	2020	Com o novo coronavírus, as relações dentro do núcleo familiar também foram pautas preocupantes durante a pandemia, intensificando alguns problemas e comprometendo a harmonia no convívio.
Garcia; Sanchez	2020	A busca pelo álcool durante a pandemia, como forma de “enfrentamento” adotado pelos adolescentes, trouxe consequências a sua saúde e bem-estar social, que vão desde o convívio e relações afetivas até afetações físicas e mentais.
Pechansky et.al	2004	As mudanças cognitivas, emocionais e biológicas durante a adolescência, são fatores de vulnerabilidade em se tratando do uso excessivo de bebidas.

Malta et.al	2020	O distanciamento social foi um dos fatores que levaram ao crescimento do consumo de bebidas alcoólicas pelos adolescentes.
Orellana et.al	2020	O excesso de mortes no Brasil, ocasionado pela falta de leitos e investimento em profissionais acarretou na aceleração de óbitos.
Wereck; Carvalho	2020	A crise sanitária no Brasil durante a pandemia é fruto da desigualdade social, falta de informações preventivas, saneamento básico, bem como a falta de políticas públicas.
Brito et.al	2020	O novo coronavírus foi considerado o maior desafio do século XXI, pois o início do vírus trouxe a falta de informações sobre a doença e medos, bem como a falta de medicamentos e/ou vacinas.
Aquino	2020	O uso de máscaras e o distanciamento social foram as primeiras medidas tomadas pelas autoridades para desacelerar o crescimento da pandemia.
Pereira et.al	2020	O isolamento social trouxe consequências a saúde mental da pessoa, tais como a ansiedade, depressão, medos e incertezas.
Bezerra et.al	2020	O impacto causado pelo isolamento acarretou no adoecimento da população, principalmente em jovens, já que nesta fase a necessidade de convívio social faz parte do seu desenvolvimento.
Pena	2021	O impacto do uso de bebidas alcoólicas na vida pessoal e social do sujeito foi um fator de risco durante a pandemia.
Rodrigues et.al	2021	O consumo de bebidas alcoólicas se mostrou relativamente maior em famílias de renda menor, já que a falta de capital não os permitiam outras alternativas de lazer.



Camarini	2020	O aumento nas vendas de bebidas alcoólicas durante a pandemia assustou autoridades e cientistas, sendo necessário a divulgação dos riscos à saúde.
Barboza; Cardoso	2016	O consumo precoce de álcool em adolescentes traz efeitos nocivos a sua saúde, prejudicando seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, sexual, bem como suas relações e atravessamentos pessoais.
Elicker et.al	2016	O uso excessivo de álcool, além de trazer riscos à saúde física e mental, pode causar transtornos à população, como por exemplo, acidentes de trânsito.
Moura	2020	O uso precoce pode trazer implicações no desenvolvimento psicossomático, escolar, além de pensamentos de iniciação sexual, violência, dependência emocional e tentativa de suicídio.
Souza et.al	2019	Pesquisas mostram que o risco de morbidade e mortalidade estão associadas as bebidas alcoólicas, levando a um alto número de mortes ao ano.
Brasil	2020	Algumas orientações e decretos foram necessários para conter a pandemia e o consumo de álcool. Além do isolamento, bares e restaurantes foram proibidos de funcionar, mantendo apenas serviços essenciais ao dia a dia.
Brasil	2020	Um dos fatores do aumento do consumo de bebidas alcoólicas foi o rápido compartilhamento de Fake News, alegando equivocadamente que o consumo dessa substância poderia matar o vírus.

Fonte: Dados produzidos pelo autor da pesquisa.

## DISCUSSÃO

O novo coronavírus trouxe o impacto global imensurável, transformando e modificando por completo a vida de toda população. Os países tiveram que se adaptar à nova realidade a fim de conter o avanço do vírus, que além de impactar a saúde em larga escala, também afetou a

economia. Os atendimentos e urgências no âmbito da saúde tiveram colapso em várias partes do mundo, já que a proliferação da doença e sua rápida transmissão não era comportada pelos leitos, que precisavam abarcar um número excessivo de doentes, em um curto espaço de tempo e de instalações limitadas (ORELLANA et.al 2020).

Considerada como o maior desafio do século XXI, a pandemia do novo coronavírus acarretou medo e insegurança aos países, devido a insuficiência de leitos e profissionais na área da saúde. No Brasil, esses desafios foram ainda maiores, já que a gritante desigualdade social e a precariedade da população frente a falta de saneamento, sem acesso ao sistema, e em alguns casos, a falta de informações preventivas, tornaram o país um dos mais afetados em escala global, batendo recordes de infectados e mortes pela doença, inclusive esses fatores contribuíram para o aumento do consumo de álcool por adolescentes. Logo, os impactos sociais no Brasil causados pelo coronavírus ocasionaram uma narrativa já prevista pelos estudiosos e profissionais na área da saúde, já que a falta de investimentos nesta área, bem como nas condições de vivência da população em geral, é um problema vindouro de várias gerações. Dadas essas considerações, os desafios frente a pandemia não são apenas sanitários. Há que se levar em consideração as questões éticas, familiares, econômicas, culturais, psicológicas, além das limitações pré-existentes de cada sujeito (WERECK; CARVALHO 2020).

Porém é importante lembrar que o início da pandemia também foi corroborado por incertezas e falta de informação, por se tratar de um vírus relativamente novo, que além de sua alta taxa de transmissão, também ganhava novas mutações ao passar do tempo. Neste sentido, é preciso levar em consideração os poucos estudos clínicos referentes a doença, e o tratamento limitado diante do caso. O que se sabia, portanto, e que seu tratamento se baseava através do controle do sistema por meio de suporte ventilatório, não havendo nenhum medicamento comprovadamente eficaz ao humano (BRITO et.al 2020).

Essa falta de informação foi um dispositivo que desencadeou a morte de centenas de milhares de pessoas mundo afora. Além do tratamento acima citado, a Organização Mundial da Saúde - OMS, incumbiu a população a necessidade de distanciamento social e uso de máscaras como forma de prevenir a doença e evitar seu alastramento. Além destas medidas, foi proibida aglomerações em estabelecimentos, e em casos mais severos, a circulação de pessoas sem necessidade, trazendo um impacto econômico a população, que já sofria devido desigualdade social. A sustentação efetiva dessas medidas depende da capacidade de investimento dos governos e das políticas sociais de apoio à população em situação de vulnerabilidade (AQUINO 2020).

O coronavírus também trouxe impactos negativos na rotina das pessoas. Devido a afetação econômica, o distanciamento social e a necessidade de prolongar o tempo em casa, as vivências dentro do próprio âmbito familiar tiveram graves consequências, tais como as relações interpessoais, o convívio diário, o aumento de violência doméstica, bem como o desenvolvimento da ansiedade, ocasionado pelas incertezas afloradas pelo vírus. Estas implicações também desencadearam outros problemas, destacando neste texto o aumento do consumo de álcool pelos adolescentes (SILVA et.al 2020).

Antes de entrar nestas especificidades do uso do álcool, é importante ressaltar de forma breve a ligação deste aumento com os impactos da saúde mental provenientes da pandemia. Devido ao estreitamento das relações familiares e os problemas instalados neste núcleo, associados ao medo da pandemia, fizeram com que muitos adolescentes buscassem o consumo de álcool como forma de minimizar o cansaço psicológico constante. Apesar da ansiedade não ser o foco de estudo desta temática, pesquisas mostraram sua relevância referente ao aumento da procura de bebidas alcoólicas (PEREIRA et.al 2020).

A vida social desses adolescentes também foi prejudicada, pois é nesta fase que os mesmos buscam as relações pessoais, além do convívio entre amigos. Esta condição despertou um sentimento de solidão e, que por sua vez foi preenchida, em muitos casos, pelo consumo de álcool (BEZERRA et.al 2020).

Estudos anteriores mostraram que o consumo de bebida alcoólicas por jovens é um problema frequente, devido à alta exposição precoce e o risco de morbidade e mortalidade. Um estudo realizado pela revista eletrônica *Acervo Saúde* 2021, os mostraram que significativos aumentos de álcool por parte de adolescentes trouxeram riscos à saúde, impactando na vida social e nos afazeres do dia a dia. Quanto a relação desse consumo ao vírus, a OMS destacou um maior risco de contrair a doença devido à queda das defesas do sistema imunológico (PENA et.al, 2021).

Vale ressaltar que o consumo de álcool foi ainda maior em famílias de classe baixa, por se restringirem apenas ao convívio residencial, sem possibilidade de sair e/ou mudar a rotina. A mescla de problemas, tais como a falta de renda suficiente, as limitações de lazer, bem como a falta de apoio social, levaram o aumento significativo dos casos (RODRIGUES et.al 2021).

Foi assustador o aumento nas vendas de bebidas alcoólicas durante a pandemia da COVID-19, alertando as autoridades de saúde e especialistas em todos os países. Devido aos riscos associados ao coronavírus, essa preocupação se tornou ainda maior. O consumo desordenado do álcool pode levar a graves doenças pulmonares, tais como a síndrome do desconforto respiratório, e em casos mais graves, a pneumonia. Para além, O efeito ocasionado

pela substância pode prejudicar a forma com que o sujeito lida com a doença, podendo piorar os casos significativamente. Além da relação negativa do álcool com vírus, isso também acarretou 30% da violência doméstica já mencionada anteriormente (CAMARINI, 2020).

No que tange ao uso precoce do álcool por adolescentes, é pertinente buscar entender de fato os efeitos e consequências desta problemática na vida desses sujeitos. Os conflitos vivenciado as nesta fase da vida, tais como as pressões sociais, relacionamentos familiares externos, sexualidade, tendem a deixar essas pessoas mais vulneráveis, possibilitando o abuso do álcool. Somado esses fatores, é possível que as relações interpessoais fiquem comprometidas (BARBOZA; CARDOSO 2016). É possível que esse uso em excesso aflore fatores de risco que tendem a se agravar ao longo do tempo. De modo mais preocupante, estudos mostram que o uso de álcool pode matar, como mostra as estatísticas de mortalidade mundo afora. As gamas de problemas desencadeados são inúmeros, que vão desde o aumento de mortes no trânsito, até o desenvolvimento de condicionamentos físicos nocivos à saúde (ELICKER et.al, 2015).

Infelizmente uso de bebidas alcoólicas tende a manifestar seus problemas gradativamente, quase que imperceptíveis por seus usuários. A sensação de relaxamento, as sensações de boas correlações sociais são crucialmente tentadoras em um período que abrange transições biológicas corporais e psicossociais. Esta mudança comportamental sobre o efeito das bebidas tem se iniciado cada vez mais cedo, em alguns casos de maneira exagerada. Salienta-se, porém, que independentemente da quantidade de álcool ingerida, deve ser sinal de alerta, pois se apresentam negativamente da mesma maneira. Além dos riscos à saúde, uso precoce traz implicações no desenvolvimento psicossomático, escolar, além de manifestar pensamentos de iniciação sexual, atos ligados a violência, dependência emocional e em casos específicos, tentativa de suicídio. A redução do autocontrole associados a esses quesitos comprometem de forma significativa a vida desses adolescentes. Por isso, é importante lembrar que este é um problema de saúde pública nacional e mundial e deve ser constantemente pautado pelas ações governamentais. Logo, considera-se assim uma droga de uso mundial, o álcool se tornou a mais utilizada. Estudos mostram que os maiores riscos de morbidade e mortalidade estão associados as bebidas alcoólicas, responsável por aproximadamente 3,3 milhões de óbitos por ano. Assim sendo, 6% das mortes espalhadas pelo mundo tem como álcool responsável principal (SOUZA et.al, 2019).

No período da pandemia, várias medidas foram se espalhando pelos países, de acordo com as informações que ia chegando sobre a doença. Com a implementação da quarentena, apenas serviços essenciais foram liberados durante a pandemia. Na maioria dos casos, o poder

jurídico exigiu o fechamento de bares, restaurantes, além do atos e locais de possíveis aglomeração. Devido a esse fator, o consumo de bebidas mudou dos locais públicos para dentro das residências. Com essa nova situação, a população, bem como os adolescentes passaram a transformar o seu núcleo familiar em um ambiente alternativo de consumo de bebidas alcoólicas. Esta mudança trouxe impactos negativos nas relações familiares e nas condições psicológicas da pessoa usuária. Em consequência disso, a OMS mostrou em uma pesquisa realizada no ano de 2020, que o uso de bebida inclui as fermentadas e/ou destiladas, e caseiras. As pesquisas mostraram que a produção informal cresceu significativamente, gerando um novo desafio para saúde e para as políticas públicas. A pesquisa também mostrou que o consumo dessas substâncias foi ainda maior entre os homens. (BRASIL, 2020)

Quanto as relações do uso de frente o vírus da COVID 19, algumas inverdades circularam nos meios de informação em todo planeta. Uma delas dizia sobre a proteção adquirida pelo consumo de álcool. Com essa falsa notícia, o consumo de álcool aumentou no início da pandemia, onde no Irã por exemplo, mais de 700 pessoas foram a óbito por consumir bebidas de origem desconhecida. Esta situação ocorreu em alguns outros países, trazendo conclusões de que o consumo do álcool não protege contra a doença. Além disso, durante a pandemia, o efeito do álcool na saúde mental tem se tornado ainda mais devastador, não só pelo medo imposto pelo vírus, mas também pelo isolamento social e a falta das relações humanas. O potencial efeito dessa droga aumentou a tolerância e a dependência durante a propagação do vírus. Como já citado anteriormente, a bebida tende a manifestar sua dependência a longo prazo. Entre os jovens, esse efeito pode ser ainda mais retardado, levando anos para serem identificados. Apesar do consumo de álcool não sei exclusivamente de adolescentes, cabe destacar que o uso dessas substâncias entre os pais também influencia no comportamento dos filhos, podendo interpretar tais atitudes como algo comum na rotina (GARCIA; SANCHEZ 2020).

Além dos agravos de saúde já citados, um grande fator de risco de ser dado afetado é a falta de sono. Alguns adolescentes e jovens que passaram a dormir menos de 7h00 por dia desenvolveram sintomas associados à saúde mental, além da diminuição das defesas do organismo. Imunológico passou a ser afetado consideravelmente, aumentando os riscos de adquirir outras doenças (CAMARINI, 2020).

As orientações quanto ao consumo de álcool durante a pandemia são fundamentais para que alguns riscos sejam evitados e que mais pessoas acabam por desenvolver dependência. O medo e a insegurança pela falta de informações podem gerar consequências graves a saúde pública. A segurança das pessoas é prioridade do governo, que tem por obrigação desenvolver

políticas públicas que orientem essa demanda esclareço os fatores de riscos provenientes do uso de álcool. Devido as informações errôneas e o número de mortalidade pelo consumo de álcool em pessoas com COVID, O mundo tomou medidas e divulgou informações necessárias para conter o avanço deste consumo (BRASIL, 2020).

Sob a vasta quantidade de informações negativas, algumas informações importantes foram publicadas afim de desmentir as Fake News. Dentre elas, destacam-se a importância de que o consumo de álcool não mata o vírus; seu efeito pode afetar o sistema imunológico; seu consumo pode aumentar os riscos e levar à morte; seus efeitos causam apenas bem-estar de curto prazo, podendo aumentar ansiedade e os casos de depressão, além de pensamentos suicidas (BRASIL, 2020).

Dadas todas essas considerações, e pensando em facilitar a compreensão da ideia de cada autor fundamentado neste texto, segue abaixo uma tabela, contendo informações breves e resumidas sobre o que diz cada texto selecionado. As apresentações dos artigos seguem na ordem apresentada no decorrer deste texto.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pandemia do novo coronavírus trouxe mudanças radicais no início de 2020, já que o efeito do vírus e suas consequências ainda eram desconhecidas pelas autoridades, cientistas, bem como toda a população.

Com a falta de medicamentos e vacinas para conter e lidar com o vírus, as autoridades sanitárias decidiram por isolar a sociedade através do distanciamento, impedindo o funcionamento de estabelecimentos não essenciais a população. Na ocasião, apenas serviços indispensáveis poderiam atender a demanda.

Com o isolamento, a falta de informações e o aumento do vírus em todo mundo, as pessoas começaram a adoecer mentalmente, devido ao medo de se contaminar com vírus, as incertezas ocasionadas pela falta de informação, além da solidão causada pelas distâncias e relações sociais.

Para lidar com as consequências do isolamento, várias pessoas buscaram o álcool como forma de enfrentamento da doença. Estudos mostraram que o consumo de bebidas alcoólicas aumentou significativamente ao longo da pandemia, por causar falsamente um estado de relaxamento, ajudando a minimizar os impactos negativos.

Todavia, sabe-se que o consumo de álcool é prejudicial quando em contato com o vírus, podendo desencadear uma série de riscos à saúde. Além disso, esse consumo, quando feito por

adolescentes, pode trazer consequências ainda maiores. Além do comprometimento do desenvolvimento cognitivo, uso excessivo de álcool pode prejudicar sua saúde mental e suas relações dentro e fora do núcleo familiar.

Como mostrado ao longo desse texto, o consumo de álcool pode acarretar a violência doméstica, dependência, Ansiedade ou depressão, podendo levar à morte. Neste sentido, esse significativo aumento da venda de bebidas assustou as autoridades, que precisaram tomar medidas ao longo da pandemia. Bares e restaurantes foram proibidos de realizar as vendas.

Portanto, os estudos mostraram que a pandemia, além do número de mortos, trouxe consequências negativas a saúde física e mental da pessoa. Onde o texto mostra a resposta ao objetivo pretendido.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, E. M. L. Medidas de distanciamento social no controle da pandemia de COVID-19: potenciais impactos e desafios no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, Salvador – BA, 2020. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/csc/a/4BHTCFF4bDqq4qT7WtPhvYr/?format=pdf&lang=pt> >

BARBOZA, A. A; CARDOSO, R. S. O uso precoce do álcool por adolescentes no Brasil e uma proposta de intervenção no espaço social comunitário, referenciado em Carl Rogers. In: *Revista Eletrônica de Extensão*, Florianópolis, v. 13, 2016.

Disponível em: < <file:///C:/Users/PC/Downloads/Dialnet-OUsoPrecoceDoAlcoolPorAdolescentesNoBrasilUmaProp-6179182.pdf> >

BEZERRA, C. B. et.al. **Impacto psicossocial do isolamento durante pandemia de covid-19 na população brasileira**: análise transversal preliminar. In: *Saúde Social*. São Paulo, 2020.

Disponível em: < <https://scielosp.org/article/sausoc/2020.v29n4/e200412/> >

BRASIL, Ministério da Saúde. Orientações sobre o uso do álcool durante a pandemia de covid -19. In: *Saúde mental e a pandemia de covid-19*. Escola de Saúde Pública, Ceará, 2020. Disponível em: <

<https://coronavirus.ceara.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Vol.-5-Uso-de-%C3%81lcool-durante-a-pandemia.pdf> >

BRASIL, Organização Pan-Americana de Saúde. Uso de álcool durante a pandemia de COVID-19 na América Latina e no Caribe. In: OMS, 2020. Disponível em: <

[https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52936/OPASNMHMHCOVID-19200042\\_por.pdf](https://iris.paho.org/bitstream/handle/10665.2/52936/OPASNMHMHCOVID-19200042_por.pdf) >

BRITO, S. B. P et.al. **Pandemia da COVID-19**: o maior desafio do século XXI COVID-19 pandemic: the biggest challenge for the 21st century. In: *Vigilância sanitária debate*. Instituto de Infectologia Emílio Ribas, São Paulo, SP, Brasil., 2020. Disponível em: <

<https://visaemdebate.incqs.fiocruz.br/index.php/visaemdebate/article/view/1531/1148>

>

CARMARINI, R. Bebida alcoólica na pandemia: a importância da divulgação científica. In: Departamento de Farmacologia, Instituto de Ciências Biomédicas, Universidade de São Paulo, 2020. Disponível em: < <https://ww3.icb.usp.br/ext/wp-content/uploads/2021/04/Bebida-alcoolica-na-pandemia-a-importancia-da-divulgacao-cientifica.pdf> >

ELICKER, E *et.al.* Relatório de OMS sobre a epidemia Global de Tabagismo, 2008: Pacote MPOWE [Internet]. Instituto Nacional de Câncer; Brasília, 2015. Disponível em: < [http://www.inca.gov.br/tabagismo/publicacoes/OMS\\_Relatorio.pdf](http://www.inca.gov.br/tabagismo/publicacoes/OMS_Relatorio.pdf) >

GARCIA, L. P; SANCHEZ, Z. M. **Consumo de álcool durante a pandemia da COVID-19:** uma reflexão necessária para o enfrentamento da situação. In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/csp/a/FbtYqzqTP35S8qhYxqhhrVc/?lang=pt> >.

LANA, R. M *et.al.* Emergência do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e o papel de uma vigilância nacional em saúde oportuna e efetiva. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, RJ, 2020. Disponível em: < <https://www.scielosp.org/pdf/csp/2020.v36n3/e00019620/pt> >

MALTA, D. C. *et.al.* Distanciamento social, sentimento de tristeza e estilos de vida da população brasileira durante a pandemia de COVID-19. In: Universidade Federal de Minas, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: < <https://www.scielo.br/> >

MOURA, F. C. Uso do álcool interferindo na saúde do adolescente: uma revisão integrativa. In: Revista Família, Ciclos de Vida e Saúde no Contexto Social, Minas Gerais, 2020. Disponível em: < <https://www.redalyc.org/journal/4979/497965721012/497965721012.pdf> >

OLIVEIRA, M, F. **Metodologia científica:** um manual para a realização de pesquisas em administração. In: Catalão: UFG, 2011. Disponível em: <[https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual\\_de\\_metodologia\\_cientifica\\_-\\_Prof\\_Maxwell.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf) >

ORELLANA, J. D. Y. Excesso de mortes durante a pandemia de COVID-19: subnotificação e desigualdades regionais no Brasil. In: Cad. Saúde Pública, Pelotas, Brasil, 2020. Disponível em: < <https://scielosp.org/article/csp/2021.v37n1/e00259120/> >

PECHANSKY; F. *et.al.* Uso de álcool entre adolescentes: conceitos, características epidemiológicas e fatores etiopatogênicos. Revista Brasileira Psiquiatria. São Paulo, 2004). Disponível em: < [scielo.br/j/rbp/a/V6Ptzt3W73RGSJ6k7jPMv4r/abstract/?lang=pt#:~:text=O%20uso%20de%20álcool%20por,comportamentais%20e%20emocionais%20do%20jovem](https://scielo.br/j/rbp/a/V6Ptzt3W73RGSJ6k7jPMv4r/abstract/?lang=pt#:~:text=O%20uso%20de%20álcool%20por,comportamentais%20e%20emocionais%20do%20jovem) >

PENA, B. C *et.al.* Impacto da pandemia do COVID-19 no consumo de bebidas alcoólicas entre estudantes de medicina. In: Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais (FCMMG), Belo Horizonte – MG, janeiro de 2021. Disponível em: < [file:///C:/Users/PC/Downloads/6510-Artigo-70781-2-10-20210311%20\(5\).pdf](file:///C:/Users/PC/Downloads/6510-Artigo-70781-2-10-20210311%20(5).pdf) >



PEREIRA, M. D. et.al. **A pandemia de COVID-19, o isolamento social, consequências na saúde mental e estratégias de enfrentamento**: uma revisão integrativa. In: Universidade Tiradentes – UNIT, Aracaju/SE, Brasil, 2020. Disponível em: < [file:///C:/Users/PC/Downloads/mara\\_1992,+4548-22028-1-PB.pdf](file:///C:/Users/PC/Downloads/mara_1992,+4548-22028-1-PB.pdf) >

RODRIGUES, R. V. et.al. **Impacto Da Pandemia De COVID-19 No Consumo De Bebidas Alcoólicas** – Uma Amostragem Na Cidade De Porto Velho – RO, Uma Capital No Sudoeste Da Amazônia Lega. In: Brazilian Journal of Development, Curitiba, 2021.

RUSSELL. T. *et al.* **Using a delay-adjusted case fatality ratio to estimate under- reporter.** (2020).

SILVA, I. M. et.al. **As relações familiares diante da COVID-19**: recursos, riscos e implicações para a prática da terapia de casal e família. In: Pensando Famílias, São Paulo, 2020. Disponível em: < [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2020000100003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2020000100003) >

SHIMIDT. B. *et al.* **Impacto na saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo Coronavírus (COVID-19)**. Revista Estudos de Psicologia, Campinas, 2020. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/L6j64vKkynZH9Gc4PtNWQng/?lang=pt> >

# ESTUDO SOBRE A PERDA AUDITIVA INDUZIDA POR RUÍDOS NA SAÚDE DO TRABALHADOR: UMA REVISÃO INTEGRATIVA

Eva Maria de Freitas Lima  
Rosane Shirley Saraiva de Lima  
Maria Juliete Maia Gomes Ribeiro  
Rafael Tavares Silveira Silva  
Migna Jucy Marques da Silva

## RESUMO

A PAIR caracteriza-se pela exposição contínua a ruídos intensos ou a exposição a ruídos intensos por breves períodos de tempo que podem danificar as células nervosas auditivas, resultando em um declínio neurossensorial progressivo ou súbito, respectivamente. Objetivo: Buscar reflexões atualizadas acerca da perda auditiva induzida por ruído (PAIR) que afeta a saúde do trabalhador. Metodologia: Trata-se de uma revisão integrativa onde, para sua operacionalização foram utilizadas seis etapas. O levantamento foi realizado nas bases de dados Scielo e BVS, no idioma português, com artigos de 2017 à 2021, por meio dos descritores: Perda auditiva; Saúde do trabalhador; Ruído. **Resultados e Discussões:** Dos 126 artigos encontrados para a composição deste trabalho, 43 foram encontrados na base de dados Scielo, e 83 foram encontrados na BVS. Após a seleção e após a exclusão dos 119 textos, entre artigos e manuais, foram analisados 4 conteúdos da base de dados SCIELO e 3 da base de dados da BVS, caracterizando 07 referências analisadas. Os ruídos são definidos como interferências ou barulhos desagradáveis que causam perturbação auditiva a quem os escuta, em grande parte das formas empregatícias os trabalhadores lidam diariamente com essa perturbação sonora em seu ambiente de trabalho, que ao ser prolongada pode causar a perda auditiva. **Conclusão:** Com base nos resultados da revisão, é importante por parte do empregador, avaliar os riscos que os trabalhadores estão expostos, e além de fornecer conhecimento aos seus colaboradores a partir de ações educativas, providenciar também os equipamentos de segurança adequados, a fim de amenizar os riscos dessa exposição constante.

**Palavras-chave:** Perda auditiva; Saúde do trabalhador; Ruído.

## 1 INTRODUÇÃO

A chave para abrir as portas da comunicação entre os seres humanos é a capacidade de ouvir. Por meio dessa capacidade, aprendemos a nos comunicar e a usá-la para interagir com o mundo exterior. A perda ou comprometimento da audição pode resultar em doenças graves

e frequentemente fatais para um indivíduo, prejudicando seriamente seu funcionamento físico, psicológico e social (CUNHA; CÔRTEZ; FERREIRA, 2019).

O ouvido humano é sensível a uma faixa de frequências de decibéis (dB). Frequências entre 20 Hz a 20.000 Hz (Hertz) são chamadas de áudio ou sônicas e acredita-se que estejam dentro do alcance da audição humana. A surdez é a perda da capacidade de ouvir sons que se encontram dentro destas frequências (GOMES, 2018).

Ao pesquisar as perdas auditivas de origem ocupacional, é importante ter em mente que existem outros agentes causais que não só têm o potencial de causar perdas auditivas sem exposição ao ruído, mas também interagem com o ruído para ampliar seus efeitos à audição. Outros exemplos incluem exposição a produtos químicos específicos, vibrações e uso de medicamentos específicos (BRASIL, 2006).

A Perda Auditiva Induzida por Ruídos (PAIR) é um problema de saúde que afeta frequentemente os adultos, mas também é resultado de exposições e hábitos que as pessoas desenvolvem ao longo da vida, desde a infância. Essa questão afeta negativamente a qualidade de vida das pessoas por afetar suas relações interpessoais, relacionamentos pessoais e vida profissional (RAMOS, 2016).

A PAIR caracteriza-se pela exposição contínua a ruídos intensos ou a exposição a ruídos intensos por breves períodos de tempo que podem danificar as células nervosas auditivas, resultando em um declínio neurosensorial progressivo ou súbito, respectivamente. A perda auditiva pode ser temporária ou permanente. Essas exposições podem ser relacionadas ao lazer ou ocupacionais (GOMES, 2018).

Um dos sintomas que os usuários do PAIR descrevem com mais frequência é o zumbido, que causa muito desconforto. Ele é descrito como sendo uma manifestação de funcionamento anormal no processamento de sinais auditivos que inclui componentes perceptivos e psicológicos (BRASIL 2006).

Embora o PAIR seja uma ameaça frequente à saúde do trabalhador, dependendo do tipo de trabalho que executa, as estimativas apontam sua prevalência em 25% da população trabalhadora exposta ao ruído. No entanto, pouco se sabe sobre a prevalência no Brasil, reforçando a importância, alertando as autoridades competentes e permitindo-lhes compreender o alcance dos esforços de prevenção e assistência (BRASIL, 2006).

O diagnóstico é feito por uma avaliação audiológica para confirmar a ocorrência de alterações no aparelho auditivo. O exame audiométrico permite determinar se existe déficit auditivo e sugere se esse déficit pode ser decorrente da exposição ao ruído. Essa avaliação deve ser realizada dentro das diretrizes estabelecidas pela portaria nº 19, Norma Reguladora (NR-7)

do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional. Utilizando cabine acústica, equipamento calibrado, intervalo acústico de quatorze horas e profissional habilitado para realizar o exame, médico ou fonoaudiólogo.

Mediante a isso, a questão é a persistência e o nível de ruído a que o trabalhador está exposto ao longo do dia, que aos poucos está causando problemas com o aparelho auditivo, principalmente no local de trabalho, pois é nele que passa a maior parte do dia. Além disso, há falta de conhecimento ou sensibilidade sobre comportamentos de risco relacionados aos altos níveis desses distúrbios no ambiente de trabalho, colocando em risco a saúde do indivíduo e dificultando sua existência socioeconômica e cultural. Como resultado, surge a seguinte questão norteadora: Quais fatores contribuem para a perda auditiva induzida por ruído (PAIR) que afeta a saúde do trabalhador?

É importante ressaltar a atuação do enfermeiro que exerce um papel fundamental no que se refere à segurança do trabalho e à saúde do trabalhador na compreensão sobre as ações de prevenção e de promoção da saúde nos locais de trabalho de modo a buscar a superação dos problemas relacionados à qualidade de vida dessa população, focando na persistência da adesão dos trabalhadores nas medidas preventivas.

A pesquisa justifica-se devido à importância da prevenção do PAIR no ambiente laboral, que se destaca como uma das ameaças mais comuns à saúde do trabalhador nas instituições brasileiras, bem como à importância do bem-estar físico e mental do trabalhador.

Assim, o presente estudo teve como objetivo buscar reflexões atualizadas acerca da perda auditiva induzida por ruído (PAIR) que afeta a saúde do trabalhador.

## **2 METODOLOGIA**

Esta pesquisa trata-se de uma revisão integrativa da literatura. Esse tipo de revisão é um método de pesquisa que possibilita a busca, avaliação crítica e síntese das evidências disponíveis sobre determinado tema, levando à implementação de possíveis intervenções de modo mais efetivo na assistência e com redução de custos. Além disso, possibilita a identificação de fragilidades que podem levar ao desenvolvimento de pesquisas futuras. De acordo com Souza; et al (2017), a revisão integrativa possui seis fases distintas:

- 1) identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa;
- 2) estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos/amostragem ou pesquisa de literatura;

- 3) definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados/ categorização dos estudos;
- 4) avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa;
- 5) interpretação dos resultados;
- 6) apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

Na pesquisa em questão, a pergunta norteadora foi: Quais fatores contribuem para a perda auditiva induzida por ruído (PAIR) que afeta a saúde do trabalhador?

Para realização desta pesquisa foi realizada a consulta de descritores pertencentes ao vocabulário estruturado e multilíngue Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Perda auditiva; Saúde do trabalhador; Ruído; utilizando como operador “and”.

No mês de outubro de 2022 foi realizada uma pesquisa na base de dados da SciELO (Scientific Electronic Library Online) e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS).

Como critérios de inclusão, foram utilizados artigos que respondem à questão norteadora, com texto completo e gratuitamente na íntegra, disponível em português e publicação dentro dos últimos cinco anos (2017 a 2021). Os critérios de exclusão foram artigos duplicados, resumos simples e expandidos, estudos de caso, e trabalhos que divergissem do tema em discussão.

De modo a atender aos critérios de inclusão e exclusão, a triagem dos trabalhos aconteceu a partir da leitura de títulos, resumos e quando necessária, a leitura dos textos na íntegra.

Para a coleta de dados, foi realizada a adaptação de um instrumento validado (URSI, 2005). Assim, os dados extraídos dos artigos foram desde nome completo dos autores, título e ano de publicação de cada periódico, até dados relativos ao estudo, como: objetivo, tipo de estudo, referencial teórico, aspectos metodológicos, resultados e recomendações.

Os dados foram analisados e os resultados foram categorizados de acordo com as semelhanças entre as abordagens realizadas nos artigos, permitindo a criação de três categorias distintas: notificação da PAIR, educação em saúde e riscos de perda auditiva.

### **3 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Diante disso, compreende-se que a partir do uso dos descritores estabelecidos para a atual pesquisa, foram encontrados 126 artigos, e após análises de critérios de inclusão foram pré-selecionados de 28 artigos. Essa nova amostra foi submetida à uma leitura dos artigos na

íntegra, que determinaram a exclusão 21 artigos, resultando em uma amostra final que inclui 07 artigos. Como apresentado no Quadro 1.

Quadro 1- Distribuição de artigos por base de dados.

BASE DE DADOS	Nº Após aplicação dos descritores	Nº Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão	Nº Amostra final
SCIELO	43	13	4
BVS	83	15	3
<b>TOTAL</b>	<b>126</b>	<b>28</b>	<b>7</b>

Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

Dos 126 artigos encontrados para a composição deste trabalho, 43 foram encontrados na base de dados Scielo, e 83 foram encontrados na BVS. Após a seleção e após a exclusão dos 119 textos, entre artigos e manuais, foram analisados 4 conteúdos da base de dados SCIELO e 3 da base de dados da BVS, caracterizando 07 referências analisadas.

Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão e da leitura dos artigos na íntegra, dos 28 artigos, 09 artigos foram excluídos por duplicidade, 12 têm como tema outros aspectos da perda auditiva, descontextualizando a indagação colocada na questão norteadora.

Na presente revisão integrativa, foram examinados sete artigos que atenderam aos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Em meio a leitura e estudo das publicações, as ideias puderam ser organizadas em 3 núcleos temáticos. Assim, 02 (28,5%) artigos abordam os fatores associados a notificação da PAIR, e 03 (42,8%) abordam as ações educativas realizadas como intervenção à essa população, e 02 discute sobre os riscos de perda auditiva relacionada ao ruído ocupacional. Conforme os quadros 2, 3 e 4:

Quadro 2: Artigo que aborda os fatores associados a notificação da PAIR

Título artigo	Autor	Ano de Publicação	Objetivo	Resultados	Conclusão
Fatores associados à notificação de perda	GUSMÃO, COSTA, FERRITE.	2021	Investigar fatores associados à notificação de perda auditiva induzida por ruído	Entre 2013 e 2015, 277 (5,0%) municípios notificaram Pair. A notificação foi	Fatores contextuais influenciam na notificação

auditiva induzida por ruído no Brasil, 2013-2015: estudo ecológico			(Pair), no Sistema de Informação de Agravos de Notificação no Brasil.	mais comum entre municípios com cobertura por ou que sediavam unidade de Cerest em seu território.	de Pair, notadamente a existência e qualificação dos Cerest.
Perda auditiva induzida por ruído no Brasil: descrição de 14 anos de notificação	HILLESHEIM <i>et al</i>	2022	descrever as notificações de perda auditiva induzida por ruído (PAIR) no Brasil, segundo aspectos sociodemográficos e laborais, no período de 2006 a 2019.	Foram analisadas as frequências absolutas e relativas de variáveis sociodemográficas e de características do trabalho. Resultados no período, foram notificados 7.819 casos de PAIR no Brasil. O ano de 2016 e o estado de São Paulo registraram o maior número de notificações, com 1.106 e 2.488 casos, respectivamente. Em todo o período, houve maior proporção	Conclusão foram notificados 7.819 casos de PAIR no Brasil no período analisado, número que pode ser considerado desproporcional, em relação à prevalência desse agravo. A subnotificação observada impacta a compreensão da magnitude do problema

				de casos em indivíduos com carteira assinada (55,0%), gênero masculino (88,2%), cor de pele branca (59,1%) e faixa etária de 50 a 59 (33,7%). O ruído contínuo foi predominante no ambiente de trabalho (41,1%) e 51,1% dos indivíduos faziam uso de medidas de proteção individual, enquanto para 12,6% a proteção foi coletiva.	e, consequentemente, o desenvolvimento e implementação de ações e programas de saúde pública, voltados para a saúde e segurança do trabalhador.
--	--	--	--	---	---

Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

Quadro 3: Artigos que artigos bordam as ações educativas realizadas como intervenção à essa população

<b>Título artigo</b>	<b>Autor</b>	<b>Ano de Publicação</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Resultados</b>	<b>Conclusão</b>
Intervenções educativas voltadas à prevenção de	GONÇALVES, FONTOURA.	2018	Analisar a produção científica sobre	A maioria dos estudos visava a mudança de atitude em	As intervenções educativas focadas



<p>perda auditiva no trabalho: uma revisão integrativa</p>			<p>intervenções educativas desenvolvidas para a prevenção auditiva de trabalhadores expostos ao ruído.</p>	<p>relação aos protetores auriculares. Os estudos internacionais basearam-se em teoria comportamental e pretendiam aumentar a intenção de uso e a utilização de protetores auriculares; apenas um deles visou a redução do nível de ruído no ambiente de trabalho. Dos estudos nacionais, 3 utilizaram abordagens comportamentais e 4 desenvolveram ações educativas, mas somente 1 referiu</p>	<p>apenas na utilização de protetores auriculares mostraram-se insuficientes, indicando a necessidade de ações educativas mais abrangentes e participativas, associadas a medidas de controle ambiental.</p>
--	--	--	--	---	--

				metodologia participativa.	
Atividade de grupo como estratégia de educação em saúde auditiva de trabalhadores de um serviço de manutenção hospitalar	RAMOS et.al	2017	Descrever uma intervenção de educação em saúde auditiva com trabalhadores de um serviço de manutenção hospitalar, por meio de atividades em grupo, fundamentadas na pedagogia problematizadora.	A prática educativa promoveu a interação entre os trabalhadores e moderadores, bem como o desejo comum de construir uma proposta para a promoção da saúde auditiva no ambiente da manutenção hospitalar, com fundamento na realidade vivenciada.	A intervenção contribuiu para a construção do conhecimento, a formação e o desenvolvimento da consciência crítica dos trabalhadores sobre a temática da saúde auditiva.
Avaliação de intervenção educativa voltada à preservação auditiva de trabalhadores de uma lavanderia hospitalar	FONTOURA et al.	2018	Avaliar a efetividade das ações educativas em saúde auditiva desenvolvidas em uma lavanderia hospitalar.	Os resultados encontrados na fase pré-intervenção demonstraram que os dois grupos apresentaram problemas no conhecimento relacionado à	Avaliação de intervenção educativa voltada à preservação auditiva de trabalhadores de uma lavanderia hospitalar

				<p>saúde auditiva no trabalho. Após a intervenção educativa, houve aumento significativo do conhecimento em relação à saúde auditiva no trabalho do GI com 77,77% das questões que apresentaram diferenças significantes entre os grupos. Houve melhora na média de pontuação com 35 (97,22%) questões apresentando pontuação maior que 4 (considerada resposta adequada). O gênero feminino</p>	
--	--	--	--	--	--

				apresentou conhecimentos inferiores ao masculino, porém, após as oficinas, essas diferenças não foram observadas no GI. A escolaridade não foi um fator relevante neste estudo.	
--	--	--	--	---	--

Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

Quadro 4- Artigos sobre os riscos de perda auditiva relacionada ao ruído ocupacional

Fatores de risco para perda auditiva em militares da Marinha: uma revisão	BERNARDO; NEVES.	2021	identificar os fatores de risco e descrever os danos à audição relacionados à exposição ao ruído em atividades militares navais.	47 estudos foram encontrados, sete atenderam aos critérios de inclusão. Os artigos selecionados evidenciaram que as atividades militares apresentam riscos para a saúde auditiva do pessoal militar naval. Os estudos confirmaram que os casos de perda auditiva aumentam	a vulnerabilidade desse grupo reforça a necessidade de inserção de programa de conservação auditiva nas organizações militares a fim de monitorar e desenvolver ações preventivas voltadas a essa
---	------------------	------	--	---	---

				com o tempo de serviço em atividade militar e pós-atividades operativas, tanto de combate quanto a bordo de navios. A prevalência de perda auditiva aumenta junto à idade e ao tempo de exposição dos indivíduos e se apresenta de acordo com o tipo de ruído. É mais frequente entre homens brancos e atinge predominantemente as altas frequências da audição, sendo de tipo sensório-neural.	categoria profissional.
Presenteísmo e fatores de saúde associados ao ruído ocupacional: estudo de associação em uma empresa do	TAVARES, MUNIZ, SILVA.	2020	identificar que fatores estão associados, incluindo aqueles relacionados à exposição ao ruído, à ocorrência	O estudo se caracteriza como exploratório, com abordagem quantitativa. No delineamento foi realizado um estudo de caso em uma empresa localizada no Vale do Paraíba,	Foi possível verificar que, a demanda física foi a que teve maior escore, bem como o fator zumbido pode ser considerado como variável

ramo de extrativismo mineral			de presenteísmo	com uma amostra de 23 trabalhadores da indústria da mineração. Os dados foram obtidos por meio da aplicação do protocolo Work Limitations Questionnaire de presenteísmo e de questionário de dados sociodemográficos.	que influencia o presenteísmo.
------------------------------	--	--	-----------------	---	--------------------------------

Fonte: Elaborada pelo autor (2022)

Os ruídos são definidos como interferências ou barulhos desagradáveis que causam perturbação auditiva a quem os escuta, em grande parte das formas empregatícias os trabalhadores lidam diariamente com essa perturbação sonora em seu ambiente de trabalho, que ao ser prolongada pode causar a perda auditiva (TAVARES; MUNIZ; SILVA, 2020).

Além disso Gonçalves e Fontoura (2018) destacam que além dos efeitos nocivos do ruído à audição, este também traz danos aos sistemas circulatório, endocrinológico, digestivo e neurológico, contribuindo significativamente para o aumento dos acidentes de trabalho. Quando existe a PAIR, o processo de comunicação como um todo é afetado, o que também diminui a qualidade de vida do trabalhador.

Apontamentos de um estudo realizado com 23 trabalhadores de uma empresa do ramo de extrativismo mineral, onde as principais fontes de ruído envolvem os processos de perfuração, detonação, remoção, britagem e expedição, encontrou 39,1% de queixa da presença do zumbido, que se explica pelo fato do zumbido ser um dos primeiros sintomas a aparecer quando há alteração no sistema auditivo. (TAVARES; MUNIZ. SILVA, 2020)

Bernado e Neves (2021) abordam que a perda auditiva relacionada a ruídos de trabalho é a doença ocupacional mais comum do sistema auditivo, em seu estudo realizado com profissionais das forças armadas brasileiras foi observado que havia uma diversificação de cargos desde fuzileiros a pilotos de aeronaves e foi constatado que a profissão de ser militar

tem um ambiente de trabalho incomum, que representa um riscos para a saúde e segurança auditiva dos trabalhadores, além disso foi observado que a perda auditiva após a entrada nas forças armadas foi um evento bastante presente no estudo. Diante disso, observa-se a necessidade de medidas protetivas para preservação da saúde auditiva dos profissionais militares e as outras classes trabalhadoras que lidem com ruídos ocupacionais em seu ambiente de trabalho trazendo dessa forma a importância da notificação como porta de entrada para melhores resoluções dessa problemática.

Entre 2013 e 2015, apenas alguns municípios no Brasil notificaram a PAIR no SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação). Os fatores que se associaram positivamente à condição de município notificante foram ser município ou ter cobertura do Cerest (Centro de Referência em Saúde do Trabalhador), estar próximo da capital do estado e possuir IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) elevado. Ter pelo menos um fonoaudiólogo na equipe foi um fator associado à notificação do Par entre os municípios abrangidos pelo Cerest. (GUSMÃO; MEIRA; FERRITE, 2021). A subnotificação no Brasil é um problema real e constante que causa prejuízo aos serviços de saúde em notificar dados exatos sobre determinada doença ou agravamento. As doenças relacionadas ao trabalho estão entre os casos mais presentes de subnotificação no país por falta de profissionais principalmente enfermeiros do trabalho capacitados para intervir nesses agravos a saúde do trabalhador.

Embora a subnotificação PAIR seja significativa, os dados disponíveis no Brasil que possibilitem a execução de estimativas são baixos, mas, sem dúvida, a PAIR é um problema fora de controle em termos de saúde do trabalhador. Em um estudo realizado por Hillesheim et al (2022) traz informações que no Brasil a subnotificação de PAIR embora seja um dado persistente, foram notificados 7.819 casos de PAIR no país no ano de 2016 e o estado de São Paulo registrou o maior número de notificações, com 1.106 e 2.488. O aumento da cobertura do Cerest, os treinamentos para notificação que abrangam todo o país, o aumento do investimento em vigilância em comunidades de baixa renda, a presença de fonoaudiólogo, enfermeiro do trabalho e medidas para reduzir a rotatividade nas equipes do Cerest podem contribuir para a redução dessa subnotificação PAIR no país. (GONÇALVES; FONTOURA, 2018; GUSMÃO; MEIRA; FERRITE, 2021;).

A educação em saúde como prática de conscientização da existência da PAIR como doença é de suma importância, o desenvolvimento de atividades educativas que envolva trabalhadores e patrões sobre os riscos e identificação da PAIR no ambiente de trabalho é a principal meta para a melhora da saúde da classe trabalhadora, desenvolver atividades subsidiadas

na educação em saúde proporciona aos interlocutores a construção de conhecimentos primordiais para prevenção de doenças como a PAIR ( FONTOURA *et al* 2018).

A conscientização crítica do trabalhador sobre os riscos em geral e os riscos decorrentes do ruído, por meio de programas de prevenção que incluem atividades educativas com metodologias ativas, é essencial para o avanço da saúde auditiva e da saúde geral. Por auxiliarem no processo educativo, as ações educativas devem ser planejadas criteriosamente com estratégias e dinâmicas que possibilitem o protagonismo dos trabalhadores. É necessário ainda que os trabalhadores estejam cientes dos riscos a que estão expostos para que sejam capazes de implementar medidas preventivas (RAMOS, *et.al*, 2017).

A literatura sobre o assunto ressalta a inadequação do uso de protetores auriculares como único método de proteção auditiva. A realização de ações educativas que vão além de uma abordagem comportamental e contribuam para a promoção da saúde e prevenção é igualmente importante, favorecendo a participação do empregado como agente de mudança, conhecedor de seu ramo de atuação e capaz de intervir para melhorar seu ambiente de trabalho. (GONÇALVES; FONTOURA, 2018).

Em consonância a isso, Ramos *et.al* (2017) evidencia a importância de atividades em que utilizam uma metodologia participativa que os processos de reflexão pessoal e interpessoal. Estas, estão alicerçadas na criação de um ambiente propício e libertador que comprometa e faça emergir a motivação para a aprendizagem. O protagonismo dos participantes, que são agentes ativos e atores de suas técnicas próprias histórias, está presente neste trabalho participativo. O uso dinâmico das estimula o comprometimento e a reflexão crítica durante o processo de conscientização, possibilitando ressignificar sentimentos, valores e saberes.

#### **4 CONCLUSÃO**

Desta forma observa-se que os artigos analisados para o estudo abordam assuntos como a definição e os riscos que os ruídos e barulhos no ambiente de trabalho apresentam a saúde do sistema auditivo e seus impactos na saúde dos trabalhadores, além disso também é evidenciado pelos artigos os casos de subnotificação de PAIR, e a importância das ações de educação em saúde dessa classe trabalhadora.

A subnotificação dos casos de PAIR é caracterizada como um dos principais problemas para a identificação dessa doença, impactando diretamente na realização de intervenções efetivas para a resolução dessa problemática.



A partir da exposição do trabalhador ao ruído, observa-se a necessidade de medidas protetivas para preservação da saúde auditiva dos profissionais, um trabalho de prevenção de PAIR pode ser iniciado a partir da ampliação de atividades embasadas na educação em saúde dessa população, para que assim, possa haver a identificação dos agravos à saúde auditiva dos trabalhadores melhorando diretamente o ambiente e a qualidade do trabalho desenvolvido por esses indivíduos.

Com base nos resultados da revisão, é importante por parte do empregador, avaliar os riscos que os trabalhadores estão expostos, além de fornecer conhecimento aos seus colaboradores a partir de ações educativas, providenciar também os equipamentos de segurança adequados, a fim de amenizar os riscos dessa exposição constante.

A temática apresenta uma certa limitação com relação às referências encontrados nas bases de dados, principalmente na escassez de estudos recentes, realizados nos últimos cinco anos. Os achados das publicações científicas podem ser considerados como referenciais fundamentais para a implementação de intervenções de redução de risco e atividades educativas para trabalhadores expostos ao risco, indicando assim, a necessidade de uma maior produção científica sobre o assunto.

## REFERENCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Perda auditiva induzida pelo ruído (PAIR) Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.

BERNARDO, Luciana Dias; NEVES, Eduardo Borba Fatores de risco para perda auditiva em militares da Marinha: uma revisão. Rev. bras. saúde ocup. 46. [Internet ] 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000029318> Acesso em 12 de nov de 2022

CAVALCANTI, Izadora Karla de Souza et al. Produção científica nacional sobre a perda auditiva em operadores de teleatendimento National scientific production about hearing loss in caller operators. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 8, p. 78200-78210, 2021.

DA CUNHA, Antônio Pinto; CÔRTEZ, Diego Alves; FERREIRA, Gilberto Reis. Perda auditiva induzida pelo ruído ocupacional. HUMANIDADES E TECNOLOGIA (FINOM), v. 16, n. 1, p. 507-521, 2019. Disponível em: [http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM\\_Humanidade\\_Tecnologia/article/view/685/495](http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/685/495) . Acesso em 26 de out de 2022.

FONTOURA et al. Avaliação de intervenção educativa voltada à preservação auditiva de trabalhadores de uma lavanderia hospitalar. **CoDAS**. [Internet], 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-1782/20182017080> Acesso em 26 de out de 2022.

GOMES, Filipa Isabel Abreu. Perspetiva global da perda de audição. 2018. Tese de Doutorado. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/42159/1/FilipaAGomes.pdf> . Acesso em 26 de out de 2022.

GONÇALVES, Cláudia Giglio de Oliveira; FONTOURA, Francisca Pinheiro. Intervenções educativas voltadas à prevenção de perda auditiva no trabalho: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 43, [ Internet], 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6369000032417> Acesso em 13 de nov de 2022.

GUSMÃO, Aline Cristina; MEIRA, Tatiane Costa; FERRITE, Silvia. Fatores associados à notificação de perda auditiva induzida por ruído no Brasil, 2013-2015: estudo ecológico. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 30, 2021.

HILLESHEIM *et al.* Perda auditiva induzida por ruído no Brasil: descrição de 14 anos de notificação. **Audiol., Commun. Res.** 27. [Internet], 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6431-2021-25851> Acesso em 13 de nov de 2022.

RAMOS, Flávia Elisa Antunes Lemes de Oliveira et al. Atividade de grupo como estratégia de educação em saúde auditiva de trabalhadores de um serviço de manutenção hospitalar. **Audiology-Communication Research**, v. 22, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6431-2016-1809> Acesso em 13 de nov de 2022.

RAMOS, Pablio Kaiky Sampaio. Promoção da saúde auditiva: uma intervenção para prevenção da perda auditiva induzida por ruído em escolares. Salvador, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/26505/1/2016%20PABLO%20KAIKY%20SAMP%20RAMOS.pdf>. Acesso em 26 de out de 2022.

SOUSA, Luís Manuel Mota de et al. A metodologia de revisão integrativa da literatura em enfermagem. Nº21 **Série 2-Novembro 2017**, v. 17, 2017. <http://www.sinaisvitais.pt/images/stories/Rie/RIE21.pdf#page=17>

TAVARES, Renata da Silva Cardoso Rocha; MUNIZ Junior, Jorge; SILVA, Luiz Felipe.. Presenteísmo e fatores de saúde associados ao ruído ocupacional: estudo de associação em uma empresa do ramo de extrativismo mineral. **Distúrb. comun ; 32(3): 414-424. [Internet], 2020. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/bvsmms/resource/pt/biblio-1397732** Acesso em 10 de Nov de 2022.

URSI, Elizabeth Silva. Prevenção de lesões de pele no perioperatório: revisão integrativa da literatura. [dissertação]. Ribeirão Preto: Universidade de São Paulo, Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto 2005

VERGARA, Erasmo Felipe et al. Avaliação da exposição de operadores de teleatendimento a ruído. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, [S.L.], v. 31, n. 114, p. 161-172, dez. 2006. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0303-76572006000200014>

# OS DESAFIOS DE ENFRENTAMENTO À COVID-19 NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA: REVISÃO INTEGRATIVA

Iara Wandérbia Santos Lima

Rafael Tavares Silveira Silva

Maria Juliete Maia Gomes Ribeiro

Juliana Leilany de Lima Dantas

Rosane Shirley Saraiva de Lima

## RESUMO

Diante desse cenário, os desafios enfrentados pelas Estratégia saúde da família durante a pandemia da COVID-19, nas condições de trabalho dos profissionais de saúde, teve um impacto significativo. O estudo tem como *objetivo* identificar na literatura, diante dos desafios e enfrentamento à Covid-19, na Atenção Primária à Saúde (APS). *Metodologia*: Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, utilizados as seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), *Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Literatura Latino- Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Índice Bibliográfico Español em Ciências de la Salud* (IBECS) e na biblioteca virtual *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), bibliográfica especializada na área de Enfermagem (BDEN-Enfermagem). *Resultados*: foram analisados 20 artigos. Ao analisar o resultado dos artigos, identificou-se que os assuntos abordados em geral eram: educação em saúde, equipamento de proteção individual (EPIs) insuficientes, identificação de pacientes com sintomas de COVID-19, cansaço físico e mental dos profissionais de saúde. *Discussão*: A pandemia da COVID-19 causou impacto nos sistemas de saúde de vários países, em virtude sobrecarregando em diferentes níveis de atenção *Conclusão*: A APS garantiu perspectivas nesse enfrentamento, priorizando as ações na construção dos pontos norteadores que sustentam a APS.

**Descritores:** Infecções por coronavírus, Pandemia, Atenção Primária à Saúde.

## INTRODUÇÃO

A covid-19 é uma doença viral altamente transmissível, causada pelo Sars-Cov-2, um vírus com o seu genoma de RNA simples, membro da família coronaviridae que recebeu esse nome devido a sua semelhança a uma coroa (RIOS et al, 2020).

Este vírus, que causa síndromes respiratórias graves agudas, foi identificado em dezembro de 2019, na cidade de *Wuhan, na China*. No início de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou o surto emergente, e rapidamente, ao final do mesmo mês, declarou a epidemia como uma emergência internacional de saúde pública (PHEIC). No Brasil,

foi identificado apenas em março de 2020, o que gerou o alerta sobre a importância da proteção e prevenção, como: o distanciamento social, uso de máscara e higienização das mãos com água e sabão ou álcool a 70% (MEDINA et al, 2020).

A transmissão em seres humanos ocorre através do contato direto com a pessoa infectada por meio da exposição por gotículas respiratórias, aerossóis, tosse e espirros. Diante do seu alto índice de transmissão e da ocorrência de óbitos, os sistemas de saúde mundiais foram drasticamente impactados, sobrecarregando os serviços e os profissionais de saúde, principalmente, os da Atenção Primária à Saúde (APS), que é o primeiro local em que o usuário busca por atendimento, em decorrência da crescente demanda pela quantidade de equipamentos e recursos humanos nos serviços de saúde (OLIVEIRA et al, 2021).

No ano de 2020, deram início a campanha de vacinação no Brasil e no Mundo, em seguida o Ministério da Saúde afirmou que no dia 18 de janeiro do mesmo ano foram entregues 6 milhões de doses de vacinas. Atualmente, em termos de vacinação, o Brasil ultrapassa os Estados Unidos na porcentagem de população vacinada com 1.º dose, segundo o site Our World in Data (nosso mundo em dados).

A APS tem o papel primordial, que é o conhecimento do território, que contribui para minimizar a disseminação da COVID-19 e outras epidemias. O vínculo entre usuário e profissional da equipe de saúde, a integralidade da assistência à saúde, monitoramento de pessoas e seus familiares (MEDEIROS,2020).

Com os desafios e enfrentamento da a atenção primária à saúde, diante desse cenário da pandemia, os atendimentos foram reorganizados e até mesmo suspensos por curto período. Para evitar aglomerações e tornar possível atender todas as necessidades dos usuários. Em casos de pacientes suspeitos por COVID-19, estes eram encaminhados para outras redes de atenção à saúde, como o Centro COVID-19, que supervisiona os pacientes com suspeitas e/ou confirmação da contaminação por coronavírus (BARBOSA, SILVA, 2020).

Diante disso, o presente estudo tem a seguinte questão norteadora: qual o papel da ESF no enfrentamento da COVID-19?

Faz-se necessário mediante a um problema de saúde pública, que se discutam estudos que abordem uma realidade específica, considerando as necessidades de arquitetar estratégias de reorganização das unidades básicas. Podendo interferir na redução de casos de COVID-19 e suas demandas de rotina. Que possam voltar a ser realizadas normalmente, garantindo a possibilidade de utilizar como instrumento de apoio no atendimento e assim assegurando uma assistência de qualidade (BRASIL, 2020).

Isso posto, o estudo visa debater a reorganização de políticas públicas e da assistência no período da pandemia da COVID-19, na busca de compreender as reais necessidades dos serviços e contribuir para que o trabalho em saúde seja realizado com qualidade aos seus usuários (BRASIL, 2019).

A pesquisa é importante, visto que, o estudo é crucial para a construção do artigo diante do contexto, que trará uma boa contribuição, assegurando o conhecimento científico do tema abordado e que contribuirá para um determinado local, sobretudo para a população. Sendo que o estudo de pesquisa precisará ser elencado para apoio institucional (GOMES, 2020).

Desde modo, espera-se que este estudo traga colaboração acadêmica e científica para o local de conhecimento (PEREIRA, 2018).

Portanto, o presente estudo objetiva identificar na revisão de literatura, diante dos desafios e enfrentamento à Covid-19, como foi essa reorganização, como se organizaram, o que prejudicou na assistência à saúde do acompanhamento aos usuários infectados por COVID-19 e os demais usuários e como os profissionais de saúde lideram com impacto do contexto atual (BARBOSA, SILVA, 2020).

## **METODOLOGIA**

Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, com método de pesquisa que propicia a associação de evidências científicas, cujo objetivo volta-se ao aperfeiçoamento desta, além da identificação de lacunas para futuras pesquisas, a partir da busca e síntese de inúmeras pesquisas acerca de uma determinada problemática que devem ser avaliadas criticamente (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). Dessa forma, foram utilizadas as seguintes etapas para a sua elaboração: o estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; categorização dos estudos; avaliação dos estudos incluídos; interpretação dos resultados; apresentação da revisão (SANTANA, PARIS, GABRIEL et al, 2021).

Utilizou-se a base de dados Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), foi realizado dois cruzamentos com o operador *booleano* “AND” para a associação dos descritores como estratégia de busca: “Infecções por coronavirus” AND “Atenção Primária”; Pandemia covid-19” AND “Atenção básica”.

Foi utilizado as seguintes bases de dados: *Literature Analysis and Retrieval System Online* (MEDLINE), Literatura Latino- Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), *Índice Bibliográfico Español em Ciências de la Salud* (IBECS) e na biblioteca

virtual *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), no período do mês de Setembro e Outubro de 2022 (NEUMANN, KALFELS, SCHMALZ, 2020).

Inicialmente, foram identificadas 163 referências primárias nas bases de dados/biblioteca virtual, respeitado o critério de inclusão: 1- artigos; 2- ano de publicação nos últimos 5 anos; 3- Idiomas português; 4- artigos de relevância com o tema. E critério de exclusão: 1- que não estiveram em coerência com o tema; 2- artigos incompletos e dissertações e teses.

**Tabela 01** - Número de artigos encontrados a partir da busca de artigos através da palavra chave "Infecções por coronavírus" AND "Atenção Primária"; Pandemia covid-19" AND "Atenção básica". No portal Regional da BVS Informação e conhecimento para a Saúde 2022.

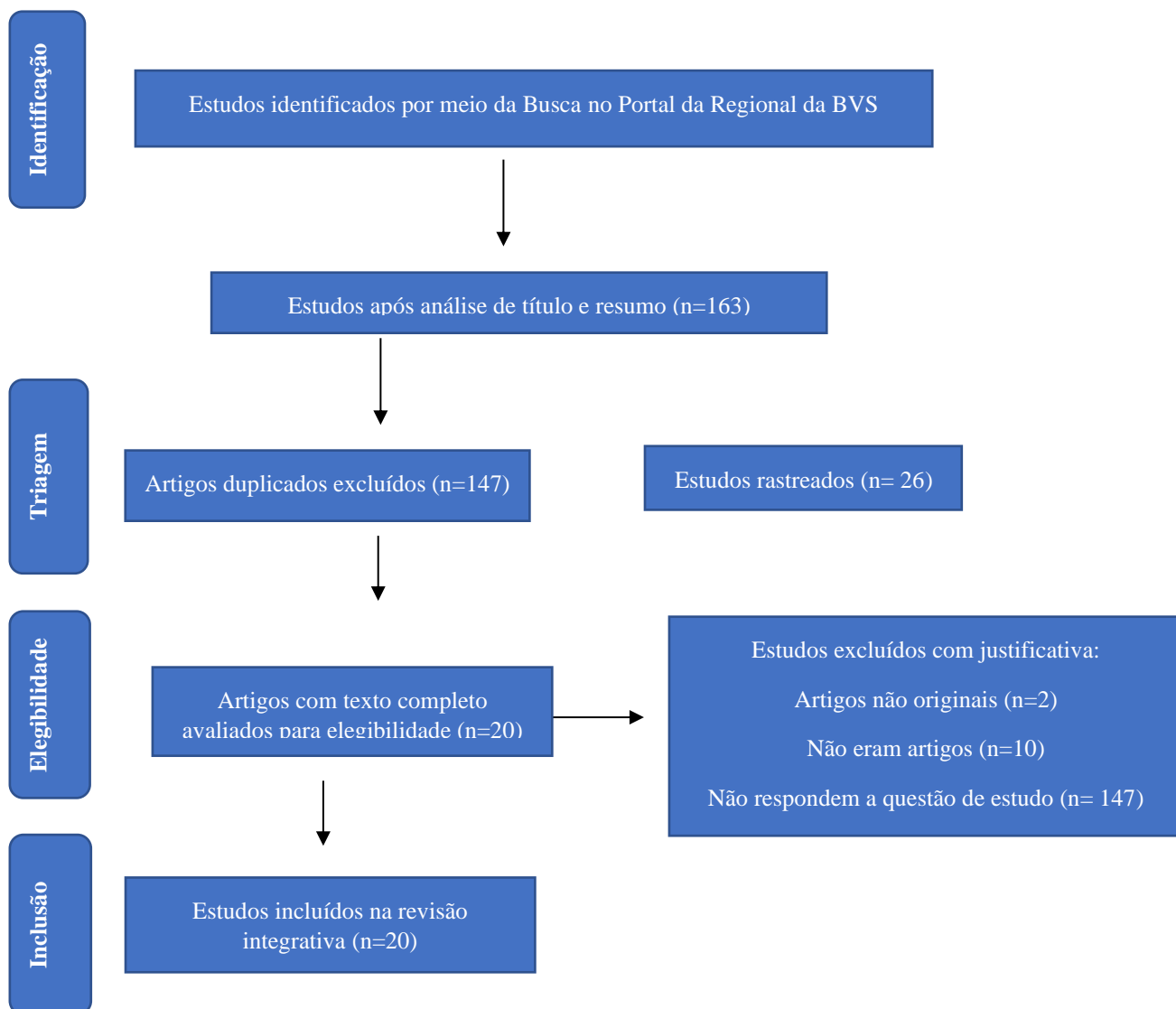
BASE/BANCO DE DADOS	CRUZAMENTO/ ANTES DO FILTRO	CRUZAMENTO/ APÓS FILTRO	TOTAL APÓS FILTRO
Scientific Electronic	10	12	08
IBECS	118	16	01
LILACS	190	106	125
BDEN-Enfermagem	36	15	23
MEDLINE	245	145	06

Fonte: Dados produzidos pelo autor da pesquisa.

**Primeiro, fez-se a leitura dos títulos e resumos, sendo selecionados 163 artigos científicos: 01 na IBECS, 125 na LILACS, 23 na BDEFN-Enfermagem, 06 na MEDLINE, 08 na SciELO. Foram lidos na íntegra para maior refinamento, resultando 20 em artigos para análise (HARZHEIM, et al, 2020).**

**Utilizou-se o instrumento *Preferred Reporting Items for Systematic Review and Meta-Analyses* – PRISMA (GALVÃO; PANSANI, 2015), para demonstrar o processo de composição final da amostra.**

**Figura 1 - Processo de Seleção dos artigos por meio do cruzamento com o operador booleano “AND” 2022.**



Fonte: Adaptado de Galvão e Pansani, 2015.

Os artigos selecionados foram classificados e organizados para melhor entendimento. Em seguida, foi realizada a síntese dos dados e a interpretação descritiva dos resultados para a análise e discussão crítica (DAUMAS, et al, 2020).

## RESULTADOS

Para a análise dos trabalhos, foram selecionados 20 artigos, categorizados e organizados em quadros. O próximo passo foi a leitura seletiva, onde foi identificado que os 20 artigos eram válidos para o estudo de revisão (FERMO, et al, 2021). A seguir apresentado no quadro abaixo.

**Quadro 1** - Relação dos estudos incluídos para a análise.

<b>Autores/Ano de publicação</b>	<b>Título</b>	<b>Base/Periódico</b>	<b>Método</b>	<b>País</b>
FARIAS, L. A. B. G; et al; Ano 2020.	O papel da atenção primária no combate ao Covid-19: impacto na saúde pública e perspectivas futuras.	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde LILACS	Breve análise descritivo (artigo)	BRASIL
HARZHEIM, E; et al; Ano 2020.	Ações federais para apoio e fortalecimento local no combate ao COVID-19: a Atenção Primária à Saúde (APS) no assento do condutor.	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde LILACS	Estudo descritivo qualitativo (artigo)	BRASIL
SALES, C. M. M; SILVA, A. I; MACIEL, E. L. N; Ano 2020.	Vigilância em saúde da COVID-19 no Brasil: investigação de contatos pela atenção primária em saúde como estratégia de proteção comunitária.	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde LILACS	Estudo descritivo qualitativo (Artigo)	BRASIL
TEXEIRA, M.G; et al. Ano 2020.	Reorganização da atenção primária à saúde para vigilância universal e contenção da COVID-19.	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde LILACS	Estudo descritivo qualitativo (artigo)	BRASIL
DIAS, E.G; RIBEIRO, D.R.S.V; Ano 2020.	Manejo do cuidado e a educação em saúde na atenção básica na pandemia do Coronavírus.	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde LILACS	Relato de experiência descritivo (artigo)	BRASIL
DAUMAS, R. P; et al. Ano 2020.	O papel da atenção primária na rede de atenção à saúde no Brasil: limites e possibilidades no enfrentamento da COVID-19.	<i>Scientific Electronic Library Online</i> (SciELO)	Estudo descritivo qualitativo (artigo)	BRASIL
SARTI, T. D; et al. Ano 2020.	Qual o papel da Atenção Primária à Saúde diante da pandemia provocada pela COVID-19?	<i>Scientific Electronic Library Online</i> (SciELO)	Artigo de opinião	BRASIL
FERMO, V.C; et al. Ano 2021.	A consulta de enfermagem no enfrentamento da COVID-19: vivências na atenção primária à saúde.	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde LILACS	Estudo qualitativo, descritivo, do tipo relato de experiência	BRASIL
NETO, F. R. G. X; et al. Ano 2020.	Coordenação do cuidado, vigilância e monitoramento de casos da Covid-19 na Atenção primária à Saúde.	BDENF-Enfermagem.	Estudo do tipo relato de experiência	BRASIL
RIOS, A. F. M; et al. Ano 2020.	Atenção primária à saúde frente a Covid-19 em um Centro de Saúde.	BDENF-Enfermagem	Estudo do tipo relato de experiência	BRASIL



CIRINO, F. M. S. B; et al. Ano 2021.	Desafios da atenção primária no contexto da COVID-19: a experiência de Diadema, SP.	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde LILACS	Estudo do tipo relato e experiência.	BRASIL
SAVASSI, L. C. M; et al. Ano 2020.	Recomendações para a Atenção Domiciliar em período de pandemia Por COVID-19: Recomendações conjuntas do GT Atenção Domiciliar SBMFC e da ABRASAD.	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde LILACS	Estudo descritivo e qualitativo.	BRASIL
NABUCO, G; OLIVEIRA, M.H.P.P; AFONSO, M.P.D; et al. Ano 2020.	O impacto da pandemia pela COVID-19 na saúde mental: qual é o papel da Atenção Primária à Saúde?	BDEFN-Enfermagem	Ensaio científico, contextualizado no cenário brasileiro atual.	BRASIL
SVIERDSOVSKI, S.M; et al. Ano 2020.	Covid-19: 10 passos para qualificar a gestão da Atenção Primária à Saúde no Paraná.	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde LILACS.	Estudo descritivo e qualitativo.	BRASIL
LOPES, Wellington Pereira, et al. Ano 2020.	Busca por modelos de organização do trabalho nos atendimentos primários de saúde do Brasil e de países internacionais no enfrentamento da Covid-19.	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde LILACS.	Estudo descritivo, do tipo relato de experiência	BRASIL
SOUSA, Daniel Josivan de; et al. Ano 2020.	Organização da Atenção Primária à Saúde no Paraná no enfrentamento da pandemia Covid-19.	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde LILACS	Estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência.	BRASIL
MORAIS, Rafael Silvério de; Ano 2020.	Atenção Primária à Saúde no combate da pandemia provocada pela COVID-19.	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde LILACS	Estudo descritivo e qualitativo.	BRASIL
FREITAS, P.S; CORADASSI, C.E. Ano 2020.	Estratégia no monitoramento de pacientes suspeitos de Covid-19 em um município do sul do Brasil	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde LILACS	Pesquisa exploratória, descritiva.	BRASIL
ALVES, M.T.G; Ano 2020.	Reflexões sobre o papel da Atenção Primária à Saúde na pandemia de COVID-19.	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde LILACS	Estudo de opinião e reflexões	BRASIL
FERNANDES, L; ORTEGA, F. Ano 2020.	A atenção Primária no Rio de Janeiro em Tempos de Covid-19.	<i>Scientific Electronic Library Online</i> (SciELO)	Estudo descritivo e qualitativo.	BRASIL

Fonte: Dados produzidos pelo autor da pesquisa (2022).

**Quadro 2** - Características dos estudos em relação ao seu desenho metodológico. (Continua)

<b>Autores/Ano de publicação</b>	<b>Objetivo (s)</b>	<b>Amostra</b>	<b>Intervenção Educativa</b>	<b>Resultados</b>
SOUSA, Daniel Josivan de; et al. Ano 2020.	Descrever as ações e atividades para a organização da atenção primária à saúde. Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência.	Elaboração e atualização do plano de contingência.	Organizou-se em oito ações que foram descritas em atividades nos três níveis de resposta.	Possibilitou pensar na realidade, que por sua vez embasou as ações prioritárias descritas. Corroborando a garantia dos atributos da APS e consequentemente o seu fortalecimento.
FERMO, V.C; et al. Ano 2021.	Descrever as experiências vividas. Estudo qualitativo, descritivo, do tipo relato de experiência.	Classificação com a presença de protocolos assistências dando suporte.	Foi realizado um portfólio com notas acerca das experiências pessoais vivenciadas durante o exercício da profissão no cuidado às pessoas com sintomas de COVID-19.	Para assegurar a transição do cuidado, e assim garantir a coordenação e continuidade da assistência aos usuários.
MORAIS, Rafael Silvério de; Ano 2020.	A atuação da Atenção Primária à Saúde no combate da pandemia provocada pela COVID-19.	Amostra final foi constituída de 09 trabalhos.	Foi elaborado um instrumento constituído por título, autores, tipo de estudo, base de dados, ano de publicação, país de origem e principais resultados	Protocolo de Manchester a metodologia “fast-track” como forma de ordenamento do cuidado e triagem.
FARIAS, L. A. B. G; et al; Ano 2020	Uma breve análise do papel da atenção primária na luta contra o Covid-19 em âmbito nacional	Vários estudos analisados com o tema abordado.	Como forma de triagem e de ordenamento do cuidado, o protocolo sugere a metodologia “fast-track”, derivada do protocolo Manchester.	Importante destacar que, dentre essas condições, é fundamental o provimento de EPI’s adequados e em quantidade necessária.
RIOS, A. F. M; et al. Ano 2020.	Relatar as estratégias De enfrentamento à COVID-19 de um Centro de Saúde da Atenção Primária à Saúde de um município do sul da Bahia.	O Centro de Saúde é composto por duas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), 13 microáreas e áreas da zona rural.	Organizar fluxo de atendimento no Centro de Saúde durante a pandemia; minimizar a transmissão do coronavírus na comunidade e entre os trabalhadores e profissionais de saúde	Ênfase na Educação Permanente garantiu uma equipe preparada para lidar com a pandemia e executar adequadamente os protocolos.

Fonte: Dados produzidos pelo autor da pesquisa (2022).

**Quadro 3-** Características dos estudos em relação à autoria, objetivos, população e resultados. (Conclusão)

<b>Autoria/Ano de publicação</b>	<b>Objetivo (s)</b>	<b>Amostra</b>	<b>Intervenção Educativa</b>	<b>Resultados</b>
----------------------------------	---------------------	----------------	------------------------------	-------------------

MORAIS, Rafael Silvério de; Ano 2020.	Identificar evidências literárias sobre a atuação da Atenção Primária à Saúde no combate da pandemia provocada pela COVID-19.	Amostra final foi constituída de 09 trabalhos. Banco de Dados de Enfermagem, Literatura Latino Americana e do Caribe em Ciências da Saúde, e <i>Scientific Electronic Library Online</i> .	Foi instituído do protocolo de Manchester a metodologia “fast-track” como forma de ordenar o cuidado e triagem, possibilitando fluxo objetivo e rápido dos Usuários nas UBS.	Os resultados obtidos, ficou evidente a atuação da APS no combate da pandemia da COVID-19, na criação de estratégias para diminuição dos casos, em seu papel primordial na manutenção de saúde dos indivíduos, mantendo atendimento de resolutividade nos casos leves.
---------------------------------------	---	--	--	--

Fonte: Dados produzidos pelo autor da pesquisa (2022).

Ao analisar o resultado dos artigos, identificou-se que os assuntos abordados em geral eram: educação em saúde, equipamento de proteção individual (EPIs) insuficientes, identificação de pacientes com sintomas de COVID-19, cansaço físico e mental dos profissionais de saúde (FARIAS, MORAIS, SOUSA, 2020).

Os estudos realizados, foram identificados informação pertinente que pode ser elencado e discutido. Segundo Rios, *et al*, (2020), deu ênfase na educação permanente na APS, garantindo uma equipe preparada para lidar com a pandemia. Executar adequadamente de acordo com os protocolos do Ministério da Saúde (MS), e que a educação em Saúde, proporcionou um controle da transmissão viral até o momento (FERMO, et al, 2021).

No tocante às metodologias utilizadas, observou-se as estratégias diversificadas. Alguns métodos foram de capacitação profissional, educação em saúde e formas de diálogos sobre como enfrentar o momento atual.

Que a prevenção dos profissionais de saúde é primordial para a execução de ações na APS, para manter o controle emocional diante do pânico causado pela pandemia da COVID-19. É notório que a enfermagem assume o papel principal na APS, sendo indispensável para o bom funcionamento da equipe (MORAIS, 2020).

No estudo de Fermo e Harzheim, (2021,2020), pode-se afirmar no que se refere às necessidades no atendimento aos usuários, foi possível identificar entre as situações mais comuns como: medo de contrair a doença, medo de transmiti-la para outras pessoas, principalmente quando residem com crianças, gestantes e portadores de doenças crônicas. Tristeza e ansiedade decorrentes do distanciamento social, fez com que as pessoas adoecessem mentalmente, necessitando de uma rede de apoio para conseguir vencer esse desafio.

Neste estudo do tipo controle Farias e Sousa, (2020), ressalta-se que as habilidades técnicas assistencial e científica desses profissionais, como sensibilidade de cuidar, gerenciar e influência na equipe multidisciplinar, houve uma tensão causada pela COVID-19.

A ESF precisou se reinventar no momento apropriando-se até mesmo de teleatendimento para continuar garantindo o acesso aos usuários de forma adequada (SOUSA, et al, 2020). A ferramenta *Whatsapp*, por já ser amplamente utilizada pelas pessoas, representa uma forma simples que engloba para uma comunicação efetiva da APS com a população, que foi possível estabelecer um ambiente de trabalho equilibrado, alcançando a ressignificação das relações e do processo de trabalho (FARIAS, 2020).

As etapas das consultas na APS, por serem limitadas como: anamnese, exame físico, avaliação de enfermagem, de acordo com a necessidade de cada paciente. Foi possível perceber a satisfação do paciente com o acompanhamento e processo saúde-doença na APS, obteve retornos positivos, inclusive por meio de mensagens e ligações de agradecimentos pelo cuidado recebido (SOUSA, et al. 2020). (SALES/SILVA/MACIEL, 2020).

Sarti, T. D; Lazarini, W. S; Fortenelle, L. F; *et al.* (2020), Relatou, que a epidemia impôs mudanças no arcabouço legal que rege a prática de telessaúde no país, levando o Conselho Federal de Medicina e Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), a reconhecer o uso de ferramentas de telemedicina por profissionais de saúde e médicos no intuito de orientar, direcionar e monitorar pessoas suspeitas ou positivas por COVID-19.

A partir disso, o Ministério da Saúde (MS), regulamentou o uso de telemedicina, principalmente para o contexto da epidemia de COVID-19, com fins de prestação de abordagem, para um suporte assistencial, consulta, monitoramento e diagnóstico em todo o sistema de saúde brasileiro.

Este, foi um passo fundamental para que o teleatendimento passasse a constar oficialmente do protocolo nacional de manejo clínico deste problema no contexto da APS, o que resultou, entre outras coisas, na adoção por estados e municípios de centrais de teleatendimento como componentes essenciais de primeiro contato das pessoas com a rede de atenção à saúde (RAS).

Todos os estudos avaliaram os conhecimentos do público-alvo antes e após a sua participação nas atividades educativas e encontraram mudanças relevantes. A capacidade do sistema de saúde para salvar vidas nesta pandemia da COVID-19 dependerá não apenas do número de profissionais de saúde, principalmente os da enfermagem, que é a categoria de maior número, mas também da organização da APS para garantir o acesso oportuno, cuidados e atendimento.

As soluções específicas para essa organização devem ser adaptadas a cada contexto, respeitando premissas gerais e a capacidade de resposta local, entendendo que pode ser feito com as estruturas já existentes, complementadas por novos aportes e iniciativas da gestão.

## **DISCUSSÃO**

A pandemia da COVID-19 causou impacto nos sistemas de saúde de vários países, em virtude da sobrecarga em diferentes níveis de atenção. A manutenção dos cuidados dos indivíduos impossibilitando temporariamente de comparecer a APS. Traz o cerne desta discussão, devido ao risco de exposição à COVID-19 ao permanecer em casa impedindo a população ao acesso aos serviços da APS (NABUCO, et al, 2020).

A atenção primária à saúde tem competência de reduzir a letalidade dos casos graves. Uma APS forte, organizada e com pessoas qualificadas, pode contribuir para diminuir a incidência da infecção na população adscrita, com menos impacto direto na morbimortalidade.

O MS disponibilizou a garantir os serviços de qualidade, na qual a APS e a vigilância Sanitária (VS), com seu trabalho de dados de pacientes e profissionais infectados, elaboração e implantação de protocolos como clínicos fluxos de trabalho (triagem de pacientes e profissionais suspeitos ou infectados, afastamento e retorno laboral de profissionais por COVID-19 positivos, entre outros); (NABUCO, et al, 2020).

Para os profissionais de saúde, a oportunidade de capacitação e divulgação de protocolos e uso adequado de EPIs. Desse modo, com o distanciamento social, o uso de máscaras e higienização das mãos com água e sabão ou álcool 70%, obteve uma diminuição na transmissão do vírus. (LOPES/COSTA, 2020).

Os profissionais de enfermagem principalmente sofreram com a realidade do uso de EPIs, pelo fato de não existir o hábito de usar, e com a realidade de uma pandemia, obtive o uso diariamente de acordo com os protocolos da MS até mesmo a escassez de EPIs e a reutilização dos mesmos (CIRINO, et al, 2021).

Tendo em vista, que é de extrema importância para esse tipo de discussão, saber a real situação da APS e dos profissionais de saúde (PEREIRA, et al, 2020). A atenção primária à Saúde, é a primeira porta de entrada dos serviços de saúde, caracterizando grupos de ações no individual e coletivo que abrange a promoção, proteção, prevenção de agravos, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos e manutenção da saúde.

Ao identificar as necessidades assistenciais dos pacientes com COVID-19 torna-se necessário que o papel direto da atenção primária à saúde (APS), na assistência aos casos

moderados e graves seja limitado. O demais atendimento presencial aos pacientes suspeitos de COVID-19 na APS, deve ser evitado diariamente porque, além de ter pouco impacto no curso da doença, diminui o risco de infecção para os profissionais de saúde e demais usuários (CIRINO, et al, 2021).

Por tanto, fez-se necessário a suspensão e até mesmo cancelamento de algumas atividades assistenciais na APS para prestar atendimento seguro, rápido e efetivo aos usuários que necessitam de atendimento periódico. As consultas de pré-natal, puericultura, consulta de enfermagem, de hipertensão e diabetes mellitus, coleta de citopatologia oncótica, atendimento médico, entre outros. A demanda passou a ser por agendamento, dia e hora marcada para não haver aglomeração nas Unidade Básica, priorizando as necessidades de cada paciente (SAVASSI, et al, 2020).

O estudo de revisão apontou evidências para apoiar o uso de máscaras por pessoas infectadas para proteger outras pessoas, e de que recomendações de saúde pública no uso de máscaras com essa finalidade poder ajudar a reduzir a transmissão do vírus COVID-19, incluindo higienização das mãos, isolamento de casos, ofereceu o maior grau de proteção contra vírus respiratórios grave (SAVASSI, et al, 2020).

A organização na APS sofreu mudanças bruscas durante a pandemia, para garantir as medidas de prevenção, e foi implementado o isolamento social e com isso o atendimento foi instituído pela Portaria nº 467. No presente estudo, a APS com suas ferramentas de trabalho foi utilizada para assegurar a trajetória e cuidado, assim garantir a coordenação e continuidade da assistência aos pacientes.

Assim, no Brasil, o Governo Federal, com a tentativa de impedir ou pelo menos de minimizar o colapso do sistema de saúde. Como já observado em outros municípios e estados, investiu milhões em melhorias no sistema de saúde, no entanto, não conseguiu garantir assistência global a todos os cidadãos (SOUSA; GALVÃO; PANSANI, 2020).

Ao ter o convívio com a existência e fragilidade da atenção governamental às populações mais pobres do Brasil, revelou-se necessidade de uma administração mais holística para profissionais e usuários. Esta discussão se faz em torno dos Determinantes Sociais da Saúde (DSS) que estão relacionados às características individuais e sociais dentre as quais a vida transcorre englobando fatores econômicos, culturais, sociais entre outros.

Sendo assim, esses determinantes sociais têm impacto na saúde e precisam ser levados em consideração para que seja possível diminuir as iniquidades que se tornam maiores em momentos de crise (SOUSA; SAVASSI, et al, 2020).

## CONCLUSÃO

A realização desta revisão integrativa da literatura, proporcionando a identificação das evidências literárias sobre a atuação da APS no contexto da pandemia provocada pela COVID-19.

Portanto, o resultado obtido ficou visível que a contribuição da APS no combate ao novo coronavírus é indispensável, visto que, os estudos ressaltados compactuam em diversos pontos sobre essa afirmativa. Na criação de estratégias para diminuição dos casos, a APS tem o seu papel primordial no monitoramento da saúde dos usuários, mantendo a solução de casos leves.

A APS garantiu perspectivas nesse enfrentamento, priorizando as ações na construção dos pontos norteadores que sustentam a APS. Desse modo, a APS que se quer construir socialmente é uma estratégia resolutiva, com capacidade de coordenar a Rede de Atenção à Saúde (RAS), com responsabilidades claras, sanitárias e econômicas da população adstrita. Ademais, revelam que as dificuldades são muitas, mas, sempre existiram, há muito a ser feito e o investimento precisa ser mais do que financeiro, demandando também investimento humano e tecnológico.

Nesse sentido, o estudo buscou contribuir para a reflexão, revisão e plano das ações de educação em saúde pelos profissionais da APS, evidenciando estratégias que podem ser aplicadas em seu cotidiano de trabalho, como alicerce de práticas educativas mais eficazes a fim de contribuir na adoção de medidas que minimizem os riscos de contaminação do coronavírus, principalmente, para atender a população com informações limitadas sobre o tema abordado.

Sem dúvidas, é um período que requer adaptação. Talvez seja a forma de anunciar uma mudança na relação com a saúde, tendo como cenário, uma proposta de ações em saúde alinhadas com as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), e com o olhar ativo aos determinantes e condicionantes de saúde, priorizando ações intersetoriais e interdisciplinares.

## REFERÊNCIAS

ALVES M.T.G. **Reflexões sobre o papel da Atenção Primária à Saúde na pandemia de COVID-19.** Rev Bras Med Fam Comunidade. 2020;15(42):2496 Disponível em: [https://doi.org/10.5712/rbmfc15\(42\)2496](https://doi.org/10.5712/rbmfc15(42)2496). Acesso em: 26/08/2022.

CIRINO, F. M. S. B; et al. **Desafios da atenção primária no contexto da COVID-19: a experiência de Diadema, SP.** Rev Bras Med Fam Comunidade. Rio de Janeiro, 2021 Jan-Dez;

16(43):2665. 2021. Disponível em: [https://doi.org/10.5712/rbmfc16\(43\)2665](https://doi.org/10.5712/rbmfc16(43)2665). Acesso em: 29/09/2022.

DAUMAS, R. P; et al. **O papel da atenção primária na rede de atenção à saúde no Brasil: limites e possibilidades no enfrentamento da COVID-19.** Cad. Saúde Pública; 36(6):e00104120. 2020. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1093/o-papel-da-atencao-primaria-na-rede-de-atencao-a-saude-no-brasil-limites-e-possibilidades-no-enfrentamento-da-covid-19>. Acesso em: 10/10/2022.

DIAS, E.G; RIBEIRO, D.R.S.V; **Manejo do cuidado e a educação em saúde na atenção básica na pandemia do Coronavírus.** J. nurs. health. 10(n.esp.):e 20104020. 2020. Disponível em: [https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/11/1129474/manejo-do-cuidado-e-educacao-emsau-de-na-atencao-basica-na-pan\\_wdqOB0o.pdf](https://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/11/1129474/manejo-do-cuidado-e-educacao-emsau-de-na-atencao-basica-na-pan_wdqOB0o.pdf). Acesso em: 01/10/2022.

FARIAS, L. A. B. G; et al; **O papel da atenção primária no combate ao Covid-19: impacto na saúde pública e perspectivas futuras.** Rev Bras Med Fam Comunidade. Rio de Janeiro, Jan-Dez; 15(42):2455. 2020. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2021/03/1097400/texto-do-artigo-13179-1-10-20200519.pdf>. Acesso em: 07/10/2022.

FERMO, V.C; et al. **A consulta de enfermagem no enfrentamento da COVID-19: vivências na atenção primária à saúde.** Rev. Eletr. Enferm. 23: 65893, 1-7. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ree.v23.65893>. Acesso em: 10/10/2022.

FERNANDES, L; ORTEGA, F. **A Atenção Primária no Rio de Janeiro em tempos de Covid-19.** *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 30(3), e300309, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/dR8cWVJsGKzFBpKvg8KNw8k/?lang=pt>. Acesso em: 03/08/2022.

FREITAS, P. S. CORADASSI, C. E. **Estratégia no monitoramento de pacientes suspeitos de Covid-19 em um município do sul do Brasil.** Rev. Saúde Pública. Paraná. 2020 Dez; 3(Supl 1):30-38. Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/387/130>. Acesso em: 30/09/2022.

GALVÃO, F.T; PANSANI, T.S.A. **Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: a recomendação PRISMA\*.** Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 24(2): abr-jun 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/TL99XM6YPx3Z4rxn5WmCNCF/?format=pdf&lang=pt> em: 02/10/2022.

HARZHEIM, E; et al; **Ações federais para apoio e fortalecimento local no combate ao COVID-19: a Atenção Primária à Saúde (APS) no assento do condutor.** *Ciência & Saúde Coletiva*, 25(6):2493-2497, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/csc/2020.v25suppl1/2493-2497/>. Acesso em: 01/10/2022.

LOPES, W. P; ICHIOKA, L; AMARAL, V. M; et al. **Busca por modelos de organização do trabalho nos atendimentos primários de saúde do Brasil e de países internacionais no**



**enfrentamento da Covid-19.** Rev. Saúde Públ. Paraná. 2020 Dez; 3(2):134-145. Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/414/183>. Acesso em: 09/09/2022.

MORAES, Rafael Silvério. **Atenção Primária à Saúde no combate da pandemia provocada pela COVID-19.** Rev. Saúde pública. Paraná. Dez; 3(2):158-168. 2020. Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/389/185>. Acesso em: 30/08/2022.

NABUCO, G; OLIVEIRA, M.H.P.P; AFONSO, M.P.D; et al. **O impacto da pandemia pela COVID-19 na saúde mental: qual é o papel da Atenção Primária à Saúde?** Rev Bras Med Fam Comunidade. 15(42):2532. 2020. Disponível em: [https://doi.org/10.5712/rbmfc15\(42\)2532](https://doi.org/10.5712/rbmfc15(42)2532). Acesso em: 03/10/2022.

NETO, F. R. G. X; et al. **Coordenação do cuidado, vigilância e monitoramento de casos da Covid-19 na Atenção primária à Saúde.** Enferm. Foco 2020; 11 (1) Especial: 239-245. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/348874454\\_Coordenacao\\_do\\_cuidado\\_vigilancia\\_e\\_monitoramento\\_de\\_casos\\_da\\_COVID-19\\_na\\_Atencao Primaria\\_a\\_Saude](https://www.researchgate.net/publication/348874454_Coordenacao_do_cuidado_vigilancia_e_monitoramento_de_casos_da_COVID-19_na_Atencao Primaria_a_Saude). Acesso em: 20/09/2022.

RIOS, A. F. M; et al. Ano 2020. **Atenção primária à saúde frente a Covid-19 em um Centro de Saúde.** Enferm. Foco; 11 (1) Especial: 246-251. 2020. Disponível em: <http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/view/3666/836>. Acesso em: 05/10/2022.

SALES, C. M. M; SILVA, A. I; MACIEL, E. L. N; **Vigilância em saúde da COVID-19 no Brasil: investigação de contatos pela atenção primária em saúde como estratégia de proteção comunitária.** *Epidemiol. Serv. Saude, Brasília, 29(4):2020373*, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/ress/2020.v29n4/2020373/>. Acesso em: 05/09/2022.

SAVASSI, L. C. M; et al. **Recomendações para a Atenção Domiciliar em SARTI, T. D; et al. Qual o papel da Atenção Primária à Saúde diante da pandemia provocada pela COVID-19?** *Epidemiol. Serv. Saude, Brasília, 29(2):e2020166*, 2020. Disponível em: [http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S167949742020000200043&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S167949742020000200043&lng=pt&nrm=iso&tlng=en). Acesso em: 17/09/2022.

SARTI, T .D; LAZARINI, W .S; FORTENELLE, L. F; et al. **Qual o papel da Atenção Primária à Saúde diante da pandemia provocada pela COVID-19?** *Epidemiol. Serv. Saude, Brasília, 29(2):e2020166*, 2020. Disponível em: [http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-49742020000200043&lng=pt&nrm=iso&tlng=en](http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742020000200043&lng=pt&nrm=iso&tlng=en). Acesso em: 28/09/2022.

SVIERDSOVSKI, S.M; et al. **Covid-19: 10 passos para qualificar a gestão da Atenção Primária à Saúde no Paraná.** Rev. Saúde Públ. Paraná. Dez; 3 (Supl 1):13-21. 2020. Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/442/154>. Acesso em: 05/08/2022.

SOUSA, D. J, et al. **Organização da Atenção Primária à Saúde no Paraná no enfrentamento da pandemia Covid-19.** Rev. Saúde Públ. Paraná. Dez; 3 (Supl 1):108-117. 2020. Disponível em: <http://revista.escoladesaude.pr.gov.br/index.php/rspp/article/view/439/160>. Acesso em: 19/09/2022.

TEXEIRA, M.G; et al. **Reorganização da atenção primária à saúde para vigilância universal e contenção da COVID-19.** *Epidemiol. Serv. Saude, Brasília*, 29(4):e2020494, 2020. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/ress/2020.v29n4/e2020494/>. Acesso em: 02/10/2022.

# DESAFIOS DA POPULAÇÃO TRANS NA ASSISTÊNCIA À SAÚDE: REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA

Liz Marine Souza Sampaio

Lígia Fernanda da Silva Andrade

Rafael Tavares Silveira Silva

Juliana Leilany de Lima Dantas

Luã Carlos de Souza

## RESUMO

Transgeneridade é uma palavra ampla que inclui várias afinidades de gênero e, principalmente, os indivíduos que não se reconhecem com o sexo biológico com o qual nasceram. Entretanto, esses novos saberes, até então, não mudaram a realidade dessa população que se denominam como transexuais ou travestis, que ainda enfrentam atos de discriminação e repúdio, ou, muitas vezes, podem sofrer atos de ataques, agressões ou, até mesmo, pode haver a morte dessas pessoas. O estudo tem por objetivo analisar produções científicas sobre a realidade enfrentada pela comunidade trans nos serviços de saúde, buscando descobrir se, de fato, há preconceito por serem diferentes dos padrões heteronormativos impostos pela sociedade, e se recebem o atendimento adequado na assistência à saúde. Trata-se de um estudo bibliográfico do tipo Revisão Integrativa da Literatura Científica. A pesquisa bibliográfica ocorreu no mês de agosto de 2022, para o levantamento dos artigos, utilizou-se as seguintes bases de dados: BVS, MEDLINE e BDENF. Com os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) na língua portuguesa: “Identidade de Gênero”, “Saúde Pública” e “Assistência à Saúde”. Após a seleção, foram estabelecidos para amostra 11 artigos. Nos resultados encontrados através trabalhos selecionados foi visto que, de fato pessoas trans enfrentam dificuldades ao buscar a assistência à saúde. Desse modo, nota-se que muitos indivíduos trans buscam procedimentos médicos de forma clandestina, por não conseguirem de forma segura, pondo em risco suas próprias vidas para se tornarem satisfeitos com o sexo com o qual se identificam.

**Palavras-Chave:** Identidade de Gênero; Saúde Pública; Assistência à Saúde.

## ABSTRACT

Transgender is a broad word that includes several gender affinities and, mainly, individuals who do not recognize themselves as the biological sex they were born with. However, this new knowledge, so far, has not changed the reality of this population that is called transsexuals or transvestites, who still face acts of discrimination and repudiation, or, many times, may suffer acts of attacks, aggressions or, even, may these people die. The study aims to analyze scientific productions on the reality faced by the trans community in health services, seeking to discover whether, in fact, there is prejudice for being different from the heteronormative standards imposed by society, and whether they receive adequate care in health care. This is a bibliographic study of the Integrative Review of Scientific Literature type. The bibliographic

research took place in August 2022, for the survey of articles, the following databases were used: BVS, MEDLINE and BDEF. With the Descriptors in Health Sciences (DeCS) in Portuguese: “Gender Identity”, “Public Health” and “Health Care”. After selection, 11 articles were established for the sample. In the results found through selected works, it was seen that, in fact, trans people face difficulties when seeking health care. In this way, it is noted that many trans individuals seek medical procedures clandestinely, because they cannot safely do so, putting their own lives at risk to become satisfied with the sex with which they identify.

**KEYWORDS:** Gender Identity; Public Health; Healthcare.

## 1 INTRODUÇÃO

Transgeneridade é uma palavra ampla que inclui várias afinidades de gênero e, principalmente, os indivíduos que não se reconhecem com o sexo biológico com o qual nasceram. Entretanto, esses novos saberes, até então, não mudaram a realidade dessa população que se denominam como transexuais ou travestis, que ainda enfrentam atos de discriminação e repúdio, ou, muitas vezes, podem sofrer atos de ataques, agressões ou, até mesmo, pode haver a morte dessas pessoas. Além disso tudo, elas também são afastadas da convivência saudável na comunidade onde vivem, das oportunidades de emprego e, principalmente, dos sistemas de saúde, tendo ocasionalmente seus direitos reprimidos como cidadãos(ãs) (RIGOLON et al, 2020).

Ser transsexual, por muito tempo, foi visto como uma alteração mental em conjunto com a afinidade de gênero. Foi só no ano de 2018, na 11ª edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), que foi demonstrada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), quando o “transtorno de identidade sexual” deixou de ser inserido na categoria de patologias. Discussões foram desenvolvidas acerca da identidade de gênero, o que leva a crer ser algo mais adiante do sexo biológico, ou órgãos genitais e, sim, instituído pela compreensão e manifestação na comunidade dos indivíduos (RIGOLON et al, 2020).

Acredita-se que o preconceito contra pessoas trans é um dos motivos que prejudicam os determinantes da saúde dessa população, como também, o desenvolvimento da aflição e de doenças relacionadas ao desprezo. Nessa perspectiva, o Sistema Único de Saúde (SUS), com seus preceitos de igualdade, totalidade e plenitude, levou em consideração a importância de elaborar um programa que abrace essas pessoas e as ampare em todos os níveis de hierarquia do SUS. Com isso, o Ministério da Saúde, através da Portaria 1.707/2008, determinou o processo transexualizador, que abrange um agrupamento de ações hospitalares e de ambulatório

para apoiar os indivíduos que almejam efetuar as intervenções da readequação sexual (OLIVEIRA; SPRUNG, 2022).

Este processo está inserido na composição da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PSNI LGBT), que tem como objetivo integrar essa comunidade de maneira que o sistema de saúde proporcione atendimento humanizado e gentil, como, por exemplo, através da utilização do nome social, que faz com que essas pessoas se sintam mais acolhidas e menos envergonhadas ao realizar um atendimento. Porém, mesmo com essa normativa do nome social, muitos profissionais não o utilizam, causando constrangimento ou vergonha na hora de ir até o atendimento (GOMES; NORO, 2021).

Diante disso, os cuidados da saúde para os transexuais iniciam-se na porta de entrada do SUS, através da atenção básica, na qual o reconhecimento das individualidades de cada pessoa trans é tratado de forma especializada, ou, pelo menos, deveria ser. Porém, mesmo consultas sendo ofertadas, além de exames especificados, medicamentos para tratamento hormonal, procedimentos cirúrgicos, como também serviços em caso de urgência, esse grupo não recorre aos serviços por conta dos fatores abordados (SILVA et al, 2022).

Dessa forma, é importante ter a conscientização, por parte dos profissionais de saúde, para uma assistência e acolhimento sem preconceitos ou transfobia para com a população trans, visto que a mesma ainda é marginalizada na assistência de saúde, fazendo com que, na maioria das vezes, não cheguem sequer a procurar ajuda por sentirem constrangimento ou sensação desconfortável (COHEN; DE TILIO, 2019).

O presente trabalho é importante para promover mais políticas públicas, não somente na atenção primária, mas também, na assistência à saúde no modo geral, além de capacitar e sensibilizar os profissionais para que haja uma melhor qualidade na assistência prestada a essa comunidade (RAMOS et al, 2020).

Realizar materiais de pesquisa e saber para a comunidade trans é essencial para que eles estejam cientes da importância desse assunto tão importante que é a assistência à saúde para eles, e mostrar sua relevância à sociedade (GUTIERRES; LORDELLO, 2020).

O surgimento pelo interesse nessa temática se deu através de experiências de estágio, quando foi possível notar a ausência total de atendimento à população transgênero. Diante disso, surgiu a curiosidade perante tal fato, que manifestou a necessidade de discernir sobre as condições de saúde deste público.

O presente estudo bibliográfico teve, como propósito, identificar quais os problemas, fragilidades e vulnerabilidades encontrados pela comunidade trans em relação à assistência à

saúde e se os mesmos se sentem invisíveis, e por decorrência disso, não buscam atendimento aos serviços.

Perante o que foi exposto, o estudo tem por objetivo analisar produções científicas sobre a realidade enfrentada pela comunidade trans nos serviços de saúde, buscando descobrir se, de fato, há preconceito por serem diferentes dos padrões heteronormativos impostos pela sociedade.

## 2 MÉTODO

Trata-se de um estudo bibliográfico do tipo Revisão Integrativa da Literatura Científica, com abordagem metodológica de levantamento de referências teóricas já analisadas e publicadas, possibilitando, assim, a inclusão de pesquisa experimental e quase experimental, permitindo uma melhor e mais ampla compreensão acerca do tema de interesse (SANTOS; MOROSINI, 2021).

A pesquisa bibliográfica ocorreu no mês de agosto de 2022, que, para o levantamento dos artigos, utilizou-se as seguintes bases de dados: Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF). Foram selecionados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) na língua portuguesa: “Identidade de Gênero”, “Saúde Pública” e “Assistência à Saúde”, por meio do cruzamento com o booleano “AND”.

A coleta ocorreu por meio da utilização de instrumentos de protocolo de busca para subsidiar a pesquisa dos artigos. Posteriormente, realizou-se a seleção destes por meio dos títulos e resumos lidos, finalizando com um instrumento que auxiliou na coleta de dados dos resultados obtidos nos artigos selecionados.

Dessa forma, após a seleção, foram encontrados 253 artigos e destes, 193 na base de dados da MEDLINE, 05 na BDENF e 52 na LILACS. Eles foram submetidos aos critérios de inclusão: publicações nos últimos 5 anos, estudos publicados em português, texto disponível na íntegra e gratuitos durante a coleta de dados, artigos científicos e artigos de revisão; já como critérios de exclusão, utilizamos: dissertações, editoriais, livros, trabalho de conclusão de curso, teses, textos incompletos e textos que não respondem à questão de pesquisa. Assim, resultou-se em uma amostra final de 47 artigos que tiveram títulos e resumos lidos na íntegra. Eles foram analisados descritivamente e, posteriormente, foram extraídos os principais resultados que respondiam à questão de pesquisa.

### 3 RESULTADOS

A pesquisa foi realizada nas bases de dados utilizando o cruzamento dos descritores. Muitos artigos não se encaixaram no tema proposto, dificultando, assim, um pouco a pesquisa.

Após a seleção, foram, então, estabelecidos os artigos selecionados. Eles estão descritos no Quadro 01, que apresenta os autores e os anos das pesquisas, além do título do artigo, o periódico que foi publicado e a base de dados eletrônica utilizada, resultando em 11 artigos para a amostra.

**Quadro 01** - artigos selecionados para a pesquisa.

AUTOR/ANO	TÍTULO DO ARTIGO	PERIÓDICO	BASE DE DADOS
SILVA et al, 2022.	Reflexões bioéticas sobre o acesso de transexuais à saúde pública	Revista Bioética	LILACS
RIGOLON et al, 2020.	“A saúde não discute corpos trans”: História oral de transexuais e travestis	Revista Brasileira de Enfermagem	MEDLINE
GOMES; NORO, 2021.	Competências para o cuidado em saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: desenvolvimento e validação de instrumento avaliativo	Saúde e Sociedade	LILACS
FERREIRA et al, 2019.	“Não tem essas pessoas especiais na minha área”: saúde e invisibilidade das populações LGBT na perspectiva de agentes comunitários de saúde	Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde	LILACS
MONTEIRO; BRIGEIRO, 2019.	Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões	Cadernos de Saúde Pública	MEDLINE
COSTA-VAL; GUERRA, 2019.	Corpos trans: um ensaio sobre normas, singularidades e acontecimento político	Saúde e Sociedade	LILACS
SILVA; FINKLE; MORETTI-PIRES, 2019.	Representações sociais de trabalhadores da atenção básica à saúde sobre pessoas LGBT	Trabalho, Educação e Saúde	LILACS
GOMES et al, 2018.	Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde	Ciência & Saúde Coletiva	LILACS
SEHNEM et al, 2017.	(Des)preparo técnico-científico para o cuidado às travestis: percepções de enfermeiras(os)	Revista de Enfermagem da UFMS	BDEFN
FERREIRA et al, 2017.	Caminhos e vivências de investigação acerca da saúde da população LGBT em uma capital do nordeste brasileiro	Tempus (Brasília)	LILACS
PONTES; SILVA; NAKAMURA, 2020.	“Crianças” e “Adolescentes” trans. A construção de categorias entre profissionais de saúde	Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)	LILACS

**Fonte:** produzido pela autora da pesquisa.

Os artigos selecionados trazem vivências da comunidade LGBT e, principalmente, as pessoas transexuais com relação à assistência à saúde, pela busca de direitos igualitários, a conquista do processo transexualizador oferecido pelo SUS, que foi uma batalha vencida, mas

que ainda enfrenta problemas por não abranger todo país, e sim, somente as maiores cidades do Brasil.

Há claramente preconceito vivido dentro dos sistemas, mesmo que seja de forma indireta pelos profissionais de saúde, a começar pelo não uso do nome social que, por lei, é estabelecido, causando constrangimento quando são chamados a uma consulta médica ou de enfermagem. A falta de busca aos sistemas de saúde por parte das pessoas trans tem influência nesse temor à estigmatização que faz com que os afastem (SILVA; FINKLE; MORETTI-PIRES, 2019).

Foi notado um despreparo por parte dos profissionais em que a maioria não sabia como lidar com pacientes trans, muitos não sabendo suas necessidades que vão desde testagens rápidas de HIV a exames laboratoriais mais complexos, tratamentos e orientações para IST, entrega de medicamentos para tratamento hormonal, entre outros. Esses medicamentos quase sempre não são encontrados nas atenções básicas de saúde, como relatado por pacientes trans (COSTA-VAL; GUERRA, 2019).

Visto esses problemas, muitos indivíduos trans buscam procedimentos médicos de forma clandestina, por não conseguirem-nos de forma segura, pondo em risco suas próprias vidas para se tornarem satisfeitos com o sexo com o qual se identificam (GOMES; NORO, 2021).

#### 4 DISCUSSÃO

Perante o exposto, as práticas de discriminação no âmbito da assistência à saúde provocam desigualdade e trazem consequências negativas para a saúde, principalmente para a comunidade LGBT, que não poderia ser diferente, mesmo com a criação da PNSI LGBT que resguarda os direitos de atendimento para essas pessoas, porém, não certificam esse grupo de continuarem a sofrer preconceito nos sistemas públicos de saúde, criando, assim, obstáculos e descontentamento na realização de consultas e procedimentos, privando-os de um direito universal, imposto por lei, que é o direito à saúde de forma digna (COHEN; DE TILIO, 2019).

De acordo com Pereira e Chazan (2019), um dos motivos que levam as pessoas transgênero a terem limitações à assistência à saúde, tem como evidência a falta de acesso aos serviços, dificuldades geográficas, já que muitos moradores trans vêm de comunidades pobres, onde a assistência à saúde muitas vezes não consegue alcançá-los, como também, pela falta de profissionais capacitados e oferecimento de serviços habilitados para as necessidades desejadas. Outro problema enfrentado é o medo de serem ofendidos na assistência à saúde, o que acarreta



ao não uso dele. A não utilização do nome social também é motivo de incômodo, muitas vezes, somente pela falta de atenção do profissional de saúde no prontuário ou cartão do SUS do paciente trans e muitos disfarçam quando são chamados por pronomes que não lhe cabem, o que leva, mais uma vez, ao afastamento e receio da procura ao atendimento.

Oliveira e Sprung, (2022) apontam que, mesmo que haja um reconhecimento de que foi feito progresso nas legislações constitucionais em relação à população transgênero, e que elas, de fato, contribuíram para que amenizassem e facilitassem que essas pessoas tenham mais acesso a assistências de saúde, este público, apesar disso, não deixa de sofrer preconceito e transfobia, claro que, nada comparado ao que essa comunidade enfrentou anos atrás. Suas histórias de vida e movimentos da comunidade LGBT tendem a influenciar e têm surtido efeito na assistência à saúde. Mesmo com tudo isso, não é praticável o desempenho eficaz dessas legislações, fazendo com que a comunidade trans seja uma das mais esquecidas na assistência à saúde pública.

Corroborando com isso, Oliveira e Romanini (2020) também afirmam que, ao procurarem e não encontrarem assistência adequada nos serviços públicos de saúde, as pessoas transgênero acabam por buscar serviços especializados particulares, em razão do problema em achar profissionais capacitados para atender a suas necessidades próprias. Por este motivo, se deu essa busca por serviços especializados. Muitos relatam não receberem conhecimentos adequados relativos ao uso da terapia hormonal, visto que a maioria só conseguiu acesso a essa forma de cuidado logo depois de ingressar no processo transexualizador.

Corroborando com os demais autores, Sehnem et al, (2017) refletem sobre a importância do conhecimento dos profissionais de saúde, principalmente os enfermeiros, sobre as questões voltadas para a comunidade LGBT, especialmente a população trans e suas políticas públicas. Essa incapacidade acarreta em atendimentos e consultas mal realizadas, deixando, assim, os clientes muitas vezes insatisfeitos. Uma primeira iniciativa para melhorar desses atendimentos seria uma melhor capacitação dos profissionais que recebem essas pessoas trans, sempre competentes para atuar em qualquer situação, independentemente de sexualidade ou gênero. Além disso, é necessário trazer mais essa comunidade para mais perto dos serviços de saúde, oferecendo mais campanhas e atividades em saúde, além de leis que assegurem mais ainda essas pessoas e ajudem a reduzir as circunstâncias de constrangimento ou transfobia enfrentados por esses indivíduos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A população transgênero, desde anos atrás, sofre com preconceito, repúdio e a não aceitação nas comunidades que vivem. Isso também ocorre de forma ainda que implícita na assistência à saúde e essas pessoas, que vai desde a falta de informação, até a carência de preparo técnico por parte dos profissionais. Devido esse estigma ainda presente em muitos serviços de saúde, pessoas trans se sentem deixadas de lado, não recebendo a assistência que realmente precisam, incomodadas desde o não uso do nome social em prontuários, a falta de informação precisa ser dada.

Também sofrem com a não assistência adequada no processo transexualizador, além da dificuldade de acesso a ele, visto que esse processo é realizado apenas nas grandes cidades do país. Muitos são negados a terem as medicações certas para reposição hormonal, isso também os afastam, fazendo com que os mesmos se auto-mediquem.

Isso leva essa população a buscar meios não seguros para realizarem procedimentos e, claro, pondo em risco sua saúde. Essa pesquisa revelou falhas nos cuidados às pessoas trans, seus problemas e invisibilidades para com a assistência à saúde, mostrando que, apesar dos pequenos avanços e conquistas reconhecidos por lei para essa comunidade, ainda existem problemas a serem resolvidos para que haja uma conduta mais precisa e adequada a esses indivíduos.

Portanto, é de extrema importância que esse tema seja mais aprofundado e discutido nas pesquisas, visto as dificuldades para se obter referências sobre o tema, como também a relevância da discussão sobre o tema na área da saúde e nas pesquisas científicas.

## REFERÊNCIAS

COSTA-VAL, Alexandre; GUERRA, Andréa. Corpos trans: um ensaio sobre normas, singularidades e acontecimento político. **Saúde soc.**, v. 28, n. 1, 2019. Disponível: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/RQZm47Qh5RLsrtCkcbTthTF/?lang=pt>. Acesso em: 18 de novembro 2022.

FERREIRA, Breno de Oliveira; et al. Caminhos e vivências de investigação acerca da saúde da população LGBT em uma capital do nordeste brasileiro. **Tempus – Actas de Saúde Coletiva**, v. 11, n. 1, p: 41, 49, 2017. Disponível em: <https://www.tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/1855>. Acesso em: 20 outubro de 2022.

FERREIRA, Breno de Oliveira; et al. “Não tem essas pessoas especiais na minha área”: saúde e invisibilidade das populações LGBT na perspectiva de agentes comunitários de saúde. **Revista Eletrônica De Comunicação, Informação & Inovação Em Saúde**, v. 13, n. 3,

2019. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1733>. Acesso em: 16 de outubro 2022.

GOMES, Romeu; et al. Gênero, direitos sexuais e suas implicações na saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 6, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/rWF4kWq4ShjdXGghXY7BFwt/?lang=pt>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

GOMES, Sávio Marcelino; NORO, Luiz Roberto Augusto. Competências para o cuidado em saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais: desenvolvimento e validação de instrumento avaliativo. **Saúde soc.**, v. 30, n. 4, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/JXTvf3qR3Pq655jSZBsZpmN/?lang=pt#>. Acesso em: 13 de outubro.

GUTIERRES, Stephanie Moreira; LORDELLO, Silvia Renata. Promoção da saúde com transexuais e travestis uma revisão sistemática de literatura. **Revista Psicologia Política**, v. 20, n. 47, 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7434311>. Acesso em: 18 de outubro de 2022.

KOHL-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília Costa. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. **Revista Panorâmica**, v. 33, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>. Acesso em: 23 outubro de 2022.

MONTEIRO, Simone; BRIGEIRO, Mauro. Experiências de acesso de mulheres trans/travestis aos serviços de saúde: avanços, limites e tensões. **Cad. Saúde Pública**, v. 35, n.4, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/7Smzr3QL4tfvwZvqyKtysgt/?lang=pt>. Acesso em: 17 de outubro de 2022.

OLIVEIRA, Itauane de; ROMANINI, Moises. (Re) escrevendo roteiros (in)visíveis: a trajetória de mulheres transgênero nas políticas públicas de saúde. **Saúde soc.**, v. 29, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2020.v29n1/e170961/pt/>. Acesso em: 19 de outubro de 2022.

OLIVEIRA, Julia Palmieri de; SPRUNG, Luiza Sviesk. Barreiras para o acesso à saúde pública da população trans no Brasil: uma revisão narrativa. **Femina**, v. 50, n.9, p: 560-567, 2022. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1397893>. Acesso em: 14 de outubro de 2022.

PONTES, Júlia Clara de; et al. “Crianças” e “Adolescentes” trans. A construção de categorias entre profissionais de saúde. **Sex., Salud Soc.**, v. 35, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sess/a/jRxb9mp35zpMkCTyZgsTcwj/?lang=pt>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

PEREIRA, Lourenço Barros de Carvalho; CHAZAN, Ana Cláudia Santos. O Acesso das Pessoas Transexuais e Travestis à Atenção Primária à Saúde: uma revisão integrativa. **Rev Bras de Med de Fam e Comunidade.**, v. 14, n. 41, 2019. Disponível: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1795>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

RAMOS, Lázaro Saluci; et al. A humanização da atenção básica a saúde brasileira no atendimento de travestis e transsexuais: uma revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 44, 2020. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/2770>. Acesso em: 20 de outubro de 2022.

RIGOLON, Mariana; et al. “A saúde não discute corpos trans”: História Oral de transexuais e travestis. **Rev. Bras. Enferm.**, v. 73, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/x58YbB45vmkKFqh8zyhCCLC/?lang=pt>. Acesso em: 14 de outubro de 2022.

RIBEIROCOHEN, Carla; TILIO, Rafael De. Revisão Sistemática da literatura sobre atendimentos em saúde pública sob a perspectiva de pessoas transgêneros, **Salud & Sociedad**, v. 10, n. 3, p:240-254, 2019. Disponível em: <https://docplayer.com.br/222070568-Revisao-sistemica-da-literatura-sobre-atendimentos-em-saude-publica-sob-a-perspectiva-de-pessoas-transgeneros.html>. Acesso em: 21 de novembro de 2022.

ROCON, Pablo Cardozo; et al. Desafios enfrentados por pessoas trans para acessar o processo transexualizador do Sistema Único de Saúde. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 23, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/KfsPfJt3kBvPky8CVcSy5wL/?format=html>. Acesso em: 21 de outubro de 2022.

SEHNEM, Graciela Dutra; et al. (Des) preparo técnico-científico para o cuidado às travestis: percepções de enfermeiras (os). **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 7, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reufsm/article/view/23649>. Acesso em: 05 de novembro de 2022.

SILVA, Ana Luísa Remor da; FINKLE, Mirelle; MORETTI-PIRES, Rodrigo Otávio. Representações sociais de trabalhadores da atenção básica à saúde sobre pessoas lgbt. **Trab. educ. saúde**, v. 17, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tes/a/fJ8zJth7rcy68BddtPwg75w/?lang=pt#>. Acesso em: 1 de outubro de 2022.

SILVA, Renato Canevari Dutra da; et al. Reflexões bioéticas sobre o acesso de transexuais à saúde pública. **Rev. Bioét.**, v. 30, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bioet/a/VVtRjLWt9RKbTQMhXs4Y5Zx/?lang=pt#>. Acesso em: 15 de outubro de 2022.

# CARACTERIZAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE DA CRIANÇA SURDA

Vanessa Nayara De Araújo

Lígia Fernanda da Silveira Andrade

Rosane Shirley Saraiva de Lima

Juliana Leilany de Lima Dantas

Rafael Tavares Silveira Silva

## RESUMO

Os princípios *Universalidade, Integralidade e Equidade*, que constam na Constituição Federal de 1988, guiam os serviços públicos no sentido de segurar o direito de todos a saúde, mediante objetivo implantado com o Sistema Único de Saúde (SUS). A pesquisa trata a respeito da assistência à pessoa com deficiência auditiva, em especial as crianças. Este estudo resultou da seguinte questão problema: A rede de cuidados à criança surda no município tem sido organizada em consonância ao que dispõe o Ministério da Saúde (MS) segundo a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva? Tendo como objetivo geral analisar a organização da rede de cuidados à criança surda em relação ao que dispõe o MS segundo a PNASA. O trabalho tem como método a pesquisa descritiva e exploratória com abordagem quantitativa realizada na cidade de Pau dos Ferros/RN, participaram do estudo 16 enfermeiros(as) e um representante da gestão, responderam um questionário que foi aplicado no mês de outubro de 2022. Tivemos como resultado que (75,00%) são mulheres; (50,00%) com idade entre 36 e 45 anos; e (56,25%) com tempo de ocupação maior que 10 anos, especializados(as) na área de atuação profissional. Todos nunca atenderam crianças surdas na UBS que trabalham, mas afirmaram que caso precisassem encaminhar crianças suspeitas de surdez indicariam principalmente o(a) fonoaudiólogo(a) e o médico da UBS, sendo o CER o principal serviço a encaminhar. Além disso, os organogramas mostram congruência entre as respostas dadas pelo indicado da gestão da saúde do município e a PNASA, o que não se repetiu diante das respostas dos (as) enfermeiros(as).

**Palavras-chave:** Rede de Atenção à Saúde; Criança; Surdez; Enfermagem.

## INTRODUÇÃO

Com a implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) garantiu-se que a saúde é um direito de todos. Os princípios *Universalidade, Integralidade e Equidade*, que constam na Constituição Federal (CF,1988), guiam os serviços públicos no sentido de garantir esse direito. A Universalidade garante a todos o acesso aos serviços de saúde; a Integralidade possibilita que

as pessoas sejam atendidas em todos os níveis de atenção à saúde, independentemente de sua complexidade; e a Equidade permite que as especificidades das necessidades das pessoas sejam atendidas (COELHO, 2020).

Diante do exposto, é pertinente pensar sobre como esses princípios são aplicados quando se trata do indivíduo criança, em específico o com deficiência auditiva. Uma vez que, conforme Coelho (2020), ela está incluída, ou deveria, nos programas de assistência ofertados pelo SUS.

Devemos ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) considera criança, o sujeito que tem até 12 anos de idade incompletos (BRASIL, 1990). Já o Ministério da Saúde segue o conceito da Organização Mundial da Saúde (OMS), ao apresentar que ainda é criança quem está na faixa etária de zero a 10 anos incompletos ou 120 meses (BRASIL, 2018). Em relação ao acesso à saúde, O ECA, observando sempre o princípio da equidade no acesso a ações para promoção, proteção e recuperação da saúde, apresenta garantia de acesso integral às linhas de cuidado voltadas à saúde da criança e do adolescente, promovidas pelo SUS. (BRASIL, 1990).

Desse modo, a assistência à pessoa com deficiência auditiva está amparada do ponto de vista legal. Entretanto, deve-se considerar que as necessidades de saúde desse grupo não se limitam as alterações físicas e orgânicas, mas englobam a falta de informação e de qualidade nos serviços, bem como a desigualdade na assistência e a ausência de preparação por parte dos profissionais de saúde (NOBREGA; MUNGUBA; PONTES, *et al.*, 2017).

A título de contextualização, Brasil (1994) aponta que a pessoa com deficiência auditiva é caracterizada como um indivíduo que possui perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala através do ouvido. Mediante isso, ao pensar sobre a surdez infantil, percebemos que ela é considerada um problema de saúde pública, devido a sua alta incidência e as múltiplas consequências que impedem o desenvolvimento das crianças.

Assim, a privação sensorial nos primeiros anos de vida tende a desencadear problemas na aquisição da fala e da linguagem e, conseqüentemente, no processo do desenvolvimento cognitivo, social e emocional do indivíduo (SILVA; GONÇALVES, 2013).

Torna-se oportuno citar que a questão da atenção à saúde do deficiente auditivo já havia sido objeto de políticas públicas, especialmente em 2004, (BRASIL, 2004). Na ocasião da instituição da Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva (PNASA). Em linhas gerais, essa política determinava, através da articulação dos entes federativos, a organização de uma linha de cuidados integrais que alcançasse todos os níveis de atenção (NEVES; FELIPE; NUNES, 2016).

A PNASA, por exemplo, previa que a assistência à saúde auditiva fosse organizada através de ações na Atenção Primária à Saúde (APS), de forma coletiva ou individual, visando a promoção, prevenção e identificação precoce da perda auditiva. Ademais, pontuava a necessidade de ações informativas, educativas e de orientação familiar, ações de média complexidade, através do diagnóstico, acompanhamento e terapia do paciente com deficiência auditiva, e ações de alta complexidade (ARAÚJO, 2019).

Pondera-se, portanto, acerca da importância da assistência de saúde a esses indivíduos na APS, reconhecidamente por ser a porta de entrada no sistema de saúde e por suas ações serem determinantes para uma detecção precoce de uma possível surdez, tendo em vista que a Estratégia de Saúde da Família (ESF) é o primeiro local que os pais buscam atendimento para os seus filhos (SILVA; GONÇALVES, 2013).

Além disso, temos a implantação da Rede de Atenção à Saúde (RAS) que, por sua vez, surgiu da necessidade de reorganizar os serviços de saúde e romper com a lógica fragmentada da assistência (MENDES, 2011). Nesse aspecto, a RAS propõe o objetivo de atender essa população de maneira mais eficaz e resolutiva. Isso, pode garantir a esta população a efetividade dos princípios que regem o SUS: universalidade, integralidade e equidade, ambos incorporados dentro da RAS. (VIANNA, *et al.*, 2020).

Vale ressaltar que a RAS é composta de redes temáticas dentre elas está a Rede de Cuidados a Pessoa com Deficiência (RCPD). A implantação da RCPD proporcionou melhor atenção na assistência à saúde das pessoas com deficiência auditiva e garantiu a efetividade do seu direito à saúde (SILVA *et al.*, 2021). Deste modo é fundamental que a RAS seja estruturada e organizada, pois isso possibilita organizar os fluxos de atendimentos (SILVA, 2011).

Partindo dessas premissas, este estudo resultou da seguinte questão problema: A rede de cuidados à criança surda no município tem sido organizada em consonância ao que dispõe o ministério da saúde segundo a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva?

A proposta desse estudo, no âmbito acadêmico, se torna oportuna por impulsionar um debate importante para a Enfermagem, já que são profissionais que atuam na APS, portanto é fundamental a compreensão acerca do funcionamento da assistência e seus desafios, no caso das crianças surdas (NEVES *et al.*, 2016).

Dessa maneira, a pesquisa ainda poderá contribuir para as discussões tanto no âmbito social quanto político, uma vez que poucas são as informações a respeito da temática, como também interesse desses na busca por atualizações de comportamentos e diretrizes voltadas para a comunidade surda. Esta, através da pesquisa desenvolvida, poderá ter maior visibilidade diante o cenário de pesquisa tanto acadêmica quanto sociopolítica (SILVA *et al.*, 2021).

O estudo também poderá trazer relevância para comunidade surda, por trazer visibilidade de suas necessidades dentro do setor da saúde, assim como também trazer representatividade para a classe que apesar das políticas públicas voltadas para esta população no âmbito da saúde, ainda é possível encontrar obstáculos na sua efetividade. (RUIZ, 2017).

Diante do que foi exposto, temos por objetivo geral analisar a organização da rede de cuidados à criança surda em relação ao que dispõe o Ministério da Saúde (MS) segundo a PNAS. Como objetivos específicos: descrever o fluxo de atendimento à saúde da criança surda segundo os profissionais de Enfermagem da APS municipal; identificar o fluxo de atendimento à saúde da criança surda segundo a Secretaria Municipal de Saúde (SMS); comparar o fluxograma de atendimento à saúde da criança surda a partir das falas dos Enfermeiros com o da SMS; e por fim, produzir o fluxograma da RAS da criança surda.

Sendo assim, duas questões especiais motivaram o tema em questão, a verificação de que ainda existe um olhar restrito sobre essa abordagem nos estudos acadêmicos e pesquisas científicas, e a inquietação de averiguar como as ações de atenção à saúde da criança surda têm sido implementadas e desenvolvidas no município após a implantação da RAS, a fim de verificar sua eficácia.

## **MÉTODO**

Trata-se de uma pesquisa descritiva e exploratória com abordagem quantitativa de coleta e análise dos dados.

As pesquisas descritivas têm como objeto apresentar as características de determinada população, ou de um grupo específico podendo-se utilizar para expor de forma detalhada o objeto de estudo. Quanto à pesquisa exploratória, pretende-se maior familiaridade com o problema investigado, o que o torna explícito e aprimora as ideias construídas ao longo do processo de investigação (GIL, 2002). Sob essa perspectiva, essa proposta de estudo serviu para entender a RAS da criança surda.

O cenário do estudo se deu em Pau dos Ferros, cidade localizada no interior do Rio Grande do Norte. Possui uma área de 260 km<sup>2</sup> e está 389 km distante da capital Natal. De acordo com os dados do último censo realizado em 2010, o município consta com a população de 27.745 pessoas, com estimativa para 2021 de 30.802 habitantes. A densidade demográfica, no mesmo ano, era 106,73 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2010).



A pesquisa foi realizada com enfermeiros (as) e gestores das Unidades Básicas de Saúde (UBS) da cidade de Pau dos Ferros/RN. A escolha desses locais como cenário decorreu do fato das crianças, possivelmente serem acompanhadas nesses espaços desde o pré-natal.

Na RAS do município, destacam-se 16 equipes de ESF distribuídas em 12 UBS existentes na zona urbana da cidade, sendo que três delas estão localizadas na zona rural. Participaram desse estudo 16 enfermeiros(as) atuantes na ESF e um gestor vinculado à APS, o qual foi indicado pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS) da referida cidade para responder ao questionário, totalizando um número amostral de 17 participantes.

Como critérios de inclusão, participaram da pesquisa aqueles que estavam no exercício da profissão no período da coleta de dados; tinham no mínimo seis meses de atuação; e atuam na APS. Já como critérios de exclusão não participariam da coleta de dados aqueles que estivessem em gozo de férias, licença médica ou licença prêmio, o que não foi o caso de nenhum dos 17 participantes.

Para a realização da coleta de dados foi solicitado ao gestor de saúde do município a carta de anuência que foi preenchida e assinada, autorizando que a pesquisa pudesse ser desenvolvida com os enfermeiros(as) das UBS.

O instrumento aplicado para coleta de dados foi dividido em duas etapas: a primeira delas correspondia a caracterização do perfil dos participantes, contendo questões como sexo; idade; cargo; tempo de ocupação; pós-graduação. A segunda correspondia a aplicação de um questionário que continha três questões abertas, as quais buscou identificar o fluxo de atendimento à saúde da criança surda; como os profissionais direcionam as ações de assistência caso identificassem uma possível surdez nas consultas de puericultura; e como ocorre a assistência à saúde da criança surda no município de Pau dos Ferros/RN.

Os enfermeiros responderam todas as questões. Já o participante indicado pela gestão, respondeu apenas à caracterização do perfil e a última questão: como ocorre a assistência à saúde da criança surda no município de Pau dos Ferros/RN.

No mês de outubro de 2022 foi realizado contato direto com os enfermeiros(as) e com o gestor (a), em seus respectivos locais de trabalho, convidados a participar desse estudo. Na oportunidade foi apresentado para eles o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para que pudesse ser assinado, por se tratar de uma pesquisa que envolve dados pessoais e de saúde, assim como também lhes foi apresentado o questionário. Alguns enfermeiros(as) responderam imediatamente ao convite. Outros receberam o questionário para que pudessem responde-lo ao longo do dia e devolveram ao fim do expediente para a pesquisadora.

Foi ressaltado aos participantes da pesquisa que em caso de desistência, as informações colhidas seriam destruídas, sem causar nenhum dano ou prejuízo ao participante, assim como também à pesquisa.

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Rio Grande do Norte (UERN), com Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) n° 60525022.5.0000.5294, em conformidade com as resoluções n° 466/2012 e n° 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que regulamentam as pesquisas com seres humanos.

Após a coleta de dados, eles foram tabulados no *software Excel for Windows 2019*. Após isso, foram analisados a partir da estatística descritiva verificando as frequências relativas e absolutas das variáveis, e por fim apresentados na forma de tabelas.

## RESULTADOS

A população participante da pesquisa é composta por um total de 16 enfermeiros ou enfermeiras atuantes nas UBS da RAS do município investigado. O (a) representante da gestão não foi incluído (a) na amostra, pois respondeu apenas a última questão do instrumento.

Desses(as) 16 (100,00%) participantes, 12 (75,00%) são mulheres; 8 (50,00%) com idade entre 36 e 45 anos; e 9 (56,25%) com tempo de ocupação maior que 10 anos, conforme aponta a Tabela 1.

**Tabela 1** – Perfil da população (N=16)

	GÊNERO		IDADE		TEMPO DE OCUPAÇÃO			
	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%	<i>n</i>	%		
Feminino	12	75,00	18 a 25	0	0,00	De 6 meses a 1 ano	2	12,5
Masculino	4	25,00	26 a 35	5	31,25	De 1 a 5 anos	2	12,5
			36 a 45	8	50,00	De 6 a 10 anos	3	18,75
			Acima de 46	3	18,75	Acima de 10 anos	9	56,25

Fonte: Dados produzidos pela autora do trabalho.

No que se refere a escolaridade dos(as) participantes, todos(as) além de ser enfermeiros(as), cumprindo os critérios de inclusão e exclusão, foi possível perceber que 15 (93,75%) possuem nível de pós-graduação, sendo aquelas da Área de Saúde Coletiva (12; 75%) a mais frequente.

**Tabela 2** – Pós-graduações

ESPECIALIZAÇÕES		
	<i>n</i>	<i>%</i>
Área de Saúde Coletiva: <i>Saúde coletiva; Saúde da família; PSF; ESF; Saúde pública;</i>	12	75,00
Área de Enfermagem: <i>Metodologia da assistência de enfermagem; Enfermagem em obstetrícia; Auditoria; Enfermagem em Urgência e emergência</i>	8	50,00
Área de trabalho: <i>Saúde do trabalhador; Enfermagem do trabalho; Gestão do trabalho</i>	3	18,75
Outras áreas: <i>Gestão da educação na saúde; Informática na saúde; Saúde mental</i>	3	18,75

Fonte: Dados produzidos pela autora do trabalho.

Foi possível identificar que todos (16; 100,00%) os enfermeiros e enfermeiras participantes da pesquisa nunca identificaram uma possível surdez em crianças durante as consultas de puericultura.

Quando perguntados sobre para onde encaminham as crianças com características suspeitas para surdez, caso identificassem, os (as) participantes afirmaram mais de uma opção, sendo a avaliação com o profissional da fonoaudiologia (9; 56,25%) e ao médico (a) da própria UBS (7; 43,75%) as respostas mais frequentes, conforme aponta a Tabela 3.

**Tabela 3** – Serviço de referência para encaminhamento da criança suspeita de surdez segundo enfermeiros e enfermeiras (N=16)

SERVIÇO DE REFERÊNCIA		
	<i>n</i>	<i>%</i>
Avaliação com fonoaudiólogo(a)	9	56,25
Médico(a) da UBS	7	43,75
Centro de Especialidade em Reabilitação (CER)	5	31,25
Avaliação com médico(a) pediatra	4	25,00
Avaliação com médico(a) otorrino	1	6,25

Fonte: Dados produzidos pela autora do trabalho.

No que se trata de como ocorre a assistência à saúde da criança surda no município investigado, o(a) participante indicado pela gestão apontou que deve acontecer inicialmente na UBS e em seguida, encaminhada para o atendimento especializado no Centro de Especialidades em Reabilitação (CER-IV). Tal fato não encontra reflexo nas respostas dos enfermeiros e enfermeiras, em sua maioria, visto que oito (50,00%) participantes afirmaram não saber como funciona essa assistência na RAS municipal. Apesar disso, a outra metade (8; 50,00%) citou serviços no município, como o CER (7; 43,75%), segundo aponta a Tabela 4.

**Tabela 4** – Assistência à criança surda no município investigado

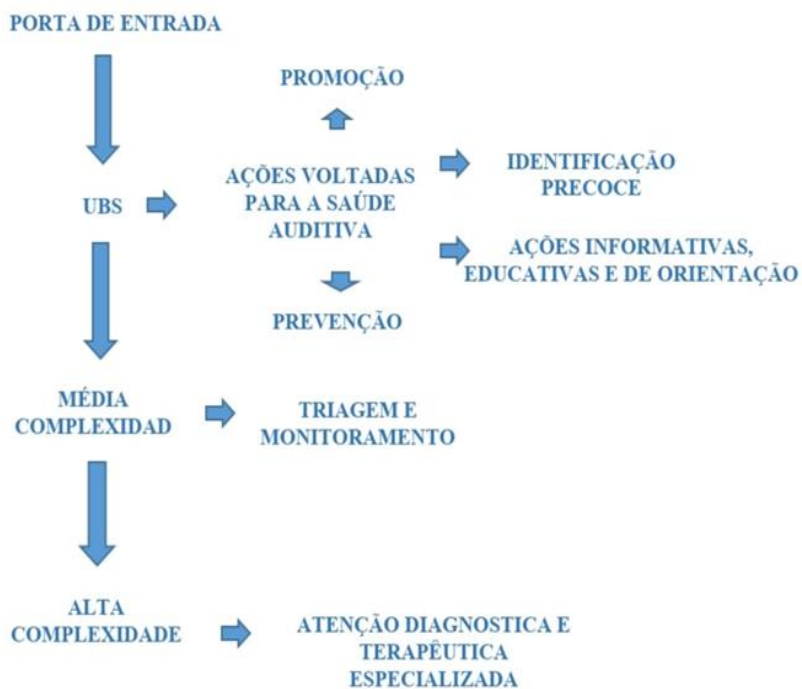
ASSISTÊNCIA À CRIANÇA SURDA		
	<i>n</i>	<i>%</i>
CER	7	43,75
Fonoaudiólogo	3	18,75
Núcleo Ampliado de Saúde da Família (NASF)	2	12,50
Equipe multiprofissional	2	12,50
CRIE	2	12,5
Médico(a) otorrino	1	6,25

Fonte: Dados produzidos pela autora do trabalho.

A partir das respostas dadas pelos enfermeiros(as) e o gestor(a) foi possível construir um organograma seguindo a lógica dos serviços ofertados. O primeiro (Imagem 1) de cor azul refere-se ao que a PNASA preconiza, que o atendimento deve ter início na APS e que os profissionais devem ser regulamente capacitados para intervir na promoção, prevenção e identificação precoce da perda auditiva, sejam eles médicos(as) ou enfermeiros(as).

**Imagem 01** – Organograma segundo a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva

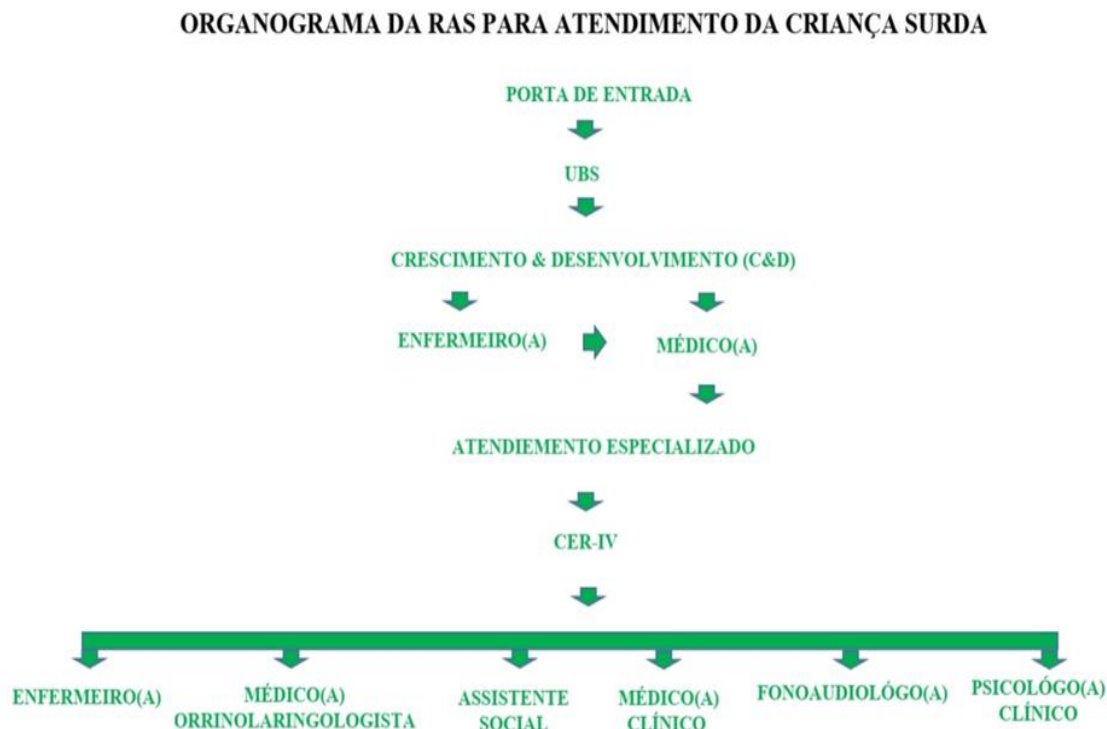
#### ORGANOGRAMA DA RAS PARA ATENDIMENTO DA CRIANÇA SURDA



Fonte: Produzida pela autora da pesquisa

O segundo (Imagem 2), representado pela cor verde, foi construído a partir da resposta do gestor(a), que diz que a porta de entrada para qualquer atendimento no município é realizada pela APS. Que em caso de detecção de surdez em criança, ela deverá ser referenciada pela UBS para o CER IV, para ser acompanhada pela equipe multiprofissional que compõem esse serviço.

**Imagem 02** - Organograma segundo o (a) gestor (a)



Fonte: Produzida pela autora da pesquisa

Já o terceiro (Imagem 3), representado pela cor vermelha, foi construído com base nas respostas corretas ou aproximadas, dadas pelos enfermeiros(as) que participaram da pesquisa. Após a análise dos dados, viu-se que (9; 56,25%) relataram que em caso de identificar uma possível surdez em criança, encaminhariam para o fonoaudiólogo; (7; 43,75%) relataram encaminhar para o médico da UBS; (5; 31,25%) para o CER IV; (4; 25%) para o médico pediatra; e (1; 6,25%) para o médico otorrinolaringologista, conforme aponta da Tabela 3. Ressaltando que os enfermeiros(as) citaram mais de uma opção de referência, mostrando divergências com o que a PNAS e o(a) gestor(a) recomendam.

**Imagem 03** - Organograma segundo os (as) enfermeiros(as)

**ORGANOGRAMA DA RAS PARA ATENDIMENTO DA CRIANÇA SURDA**



Fonte: Produzida pela autora da pesquisa

Na quarta (Imagem 04), representado pela cor rosa o organograma foi criado com a finalidade de esclarecer tanto para os profissionais de saúde como para a população como deve ser o fluxo de atendimento da saúde da criança surda no município de Pau dos Ferros/RN.

**Imagem 04** - Organograma segundo a Política Nacional de Atenção à Saúde Auditiva

**ORGANOGRAMA DA RAS PARA ATENDIMENTO DA CRIANÇA SURDA EM PAU DOS FERROS/RN**



Fonte: Produzida pela autora da pesquisa

## DISCUSSÃO

O perfil da população estudada perfaz um grupo em sua maioria de mulheres, na idade adulta, com experiência profissional além de formação profissional específica na área em que atuam. Na pesquisa “Perfil da Enfermagem no Brasil”, realizada pela FIOCRUZ e COFEN em 2017, foi possível identificar resultados semelhantes. Percebe-se que a maior parte da mão de obra da profissão é constituída pela população feminina (MACHADO, 2017).

No que se refere à capacitação profissional, o grupo dos participantes demonstram-se disponíveis ao estudo para além de suas graduações. Inclusive, a maior parte deles já cursaram especializações coerentes com a área em que estão atuando. Essa busca constante por um saber científico apresenta-se como instrumento para promover uma assistência de saúde à população de melhor qualidade (SANTOS, *et al.*, 2020).

Apesar de a maioria dos enfermeiros ter mais de 10 anos exercendo tal função no município onde ocorreu a pesquisa, nenhum deles atendeu crianças surdas. Tal fato é alarmante, pois o IBGE aponta que cinco por cento da população brasileira é surda (IBGE, 2010). Trazendo esse número como uma projeção para Pau dos Ferros, podemos supor que existem pessoas surdas na cidade e elas não foram atendidas pelos participantes da pesquisa na fase da infância ao longo de até 10 anos.

Por meio das consultas de Crescimento & Desenvolvimento (C&D) realizada pelo enfermeiro(a) e/ou médico(a) pediatra é possível identificar alguma complicação no desenvolvimento dessa criança. Durante as consultas o enfermeiro se utiliza dos marcos do desenvolvimento estabelecidos pelo Ministério da Saúde, que estão postos na caderneta de vacinação para acompanhar o crescimento dessa criança de acordo com a idade. O desenvolvimento da consulta requer ações contínuas e sistematizadas. São elas: histórico de enfermagem e exame físico, diagnóstico de enfermagem, prescrição de enfermagem ou plano de tratamento e avaliação da consulta (GAÍVA *et al.*, 2018).

O Ministério da Saúde recomenda sete consultas de rotina no primeiro ano de vida (primeira semana, primeiro mês, segundo mês, quarto mês, sexto mês, nono mês e décimo segundo mês), duas consultas no segundo ano de vida, aos 18 e aos 24 meses e consultas anuais a partir do segundo ano de vida, preferencialmente próximo do mês de aniversário. Crianças que apresentam alguma complicação em seu desenvolvimento devem ser avaliadas com mais frequência (BRASIL, 2012).

Percebe-se que, em se tratando de um caso que eventualmente viesse a surgir, a maioria dos profissionais entrevistados, estariam referenciando de forma inadequada para procedimentos de média e alta complexidade. Referência e contra-referência são conceitos fundamentais para esclarecer esse fluxo dos atendimentos. Na primeira, há o trânsito do nível menor para o de maior complexidade e na segunda, não se implica o retorno do sujeito, mas das informações necessárias a continuidade do cuidado. Assim sendo, ambos são entendidos como a articulação entre as unidades de saúde que são capazes de encaminhar ou receber os usuários do SUS garantindo a integralidade da assistência (OLIVEIRA; SILVA; SOUZA, 2021).

Por fim, é importante sinalizar que as respostas que foram suficientes para construir os organogramas mostram congruência apenas entre a PNASA e a fala do representante indicado pela gestão e destoa da fala dos enfermeiros(as). O que traz luz a uma possível supervalorização ao modelo biomédico centralizado em especialidade médicas e exames diagnósticos, tornando invisível a figura do médico(a) da ESF como a primeira referência após ao atendimento de enfermagem (OLIVEIRA; *et al.*, 2021).

## CONCLUSÃO

A pesquisa encontrou uma maioria de mulheres, com idades entre 26 e 45 anos, com tempo de formação maior que 10 anos, especializados(as) na própria área de atuação profissional. Mesmo possuindo formação científica para atender tal demanda, os profissionais informaram que nunca atenderam crianças surdas na UBS que trabalham, e que, em caso de atendimento, o procedimento a ser realizado seria o encaminhamento das crianças suspeitas de surdez a(o) fonoaudiólogo(a), e o médico da UBS, sendo o CER o principal serviço a encaminhar. Além disso, os organogramas mostram congruência entre as respostas dadas pelo indicado da gestão da saúde do município e a PNASA, o que não se repetiu diante das respostas dos (as) enfermeiros(as).

Dessa forma o estudo traz diversos questionamentos que foram levantados a partir das falas dos participantes: Existe crianças surdas no município? Se existe, porque essas crianças não estão buscando os serviços de saúde? Será que há uma falha na rede de APS que não estão conseguindo identificar essas crianças? Contudo não é possível afirmar que existe criança surdas no município, assim como também não é possível afirmar que os enfermeiros não estão aptos a atender.



Se torna oportuno ressaltar que a coleta de dados pode ter sofrido algumas limitações, que possivelmente tenham interferido nos resultados que foram obtidos. Por exemplo as questões não foram explicadas para os participantes, o que pode ter aberto outros sentidos na interpretação de cada um deles, assim como também o fluxo de atendimentos que os enfermeiros(as) se encontravam no dia escolhido para preenchimento do formulário das questões, pode ter contribuído para que as respostas fossem dadas de modo rápido. Todas essas possíveis limitações podem ter gerado vieses que não condizem com a realidade.

Entretanto, este trabalho produziu subsídios suficientes para se entender que cursos de qualificação profissional contínuos ou periódicos são necessários para qualificar o atendimento desses profissionais. Visto que as conversas que aconteceram durante a coleta de dados com os profissionais, que não foi objeto desse trabalho, ajudou a pesquisa entender o contexto desses enfermeiros e a perceber que há necessidade de qualificação dos profissionais de enfermagem nessa área.

Contudo não é possível ter conclusões concretas, no entanto questiona-se: Não existe crianças surdas em Pau dos Ferros? Desse modo, sugere-se que pesquisas mais amplas sejam realizadas com o intuito de caracterizar a população surda de forma geral para que se possa desenvolver ações de saúde voltadas a esse público e se de fato existe ou não criança surda no município.

Por fim, vale ressaltar que para a realização deste trabalho, a pesquisadora teve dificuldades para encontrar materiais bibliográficos atualizados, que pouco se tem trabalhos recentes que versam sobre esses elementos, em especial sobre a criança surda dentro do contexto da APS. Assim sugere-se que este estudo, possa vim instigar novas pesquisas acerca desta temática.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO. F. A. S. da. **Saúde auditiva na Atenção Básica**: revisão integrativa. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Saúde Pública) - Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília-DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 18 set. 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Criança:** orientações para implementação. Brasília: Ministério da Saúde, 2018

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento.** Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 2.073, de 28 de setembro de 2004.** Brasília, 2004. Disponível em: <  
[https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt2073\\_28\\_09\\_2004.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2004/prt2073_28_09_2004.html)> Acesso em: 09 nov. 2022.

COELHO, L. B. **A saúde é para todos?** Experiências de pessoas surdas no acesso à saúde. 2020. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Saúde e Processos Clínicos) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40084>. Acesso em: 20 set. 2022.

GAÍVA, M. A. M. *et al.* Avaliação do crescimento e desenvolvimento infantil na consulta de enfermagem. **Avances en Enfermería**, Bogotá, v. 36, n.1, 2018. Disponível em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/avenferm/article/view/62150>. Acesso em 15 nov. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010.** Rio de Janeiro, 2010.

Machado, Maria Helena (Coord.). **Perfil da enfermagem no Brasil:** relatório final: Brasil / coordenado por Maria Helena Machado. — Rio de Janeiro : NERHUS - DAPS - ENSP/Fiocruz, 2017. 748 p. : il. color. ; graf. ; tab. (Pesquisa Perfil da Enfermagem no Brasil - Brasil, v.01).

MENDES, E. V. **As redes de atenção à saúde.** Brasília, DF: Organização Pan-Americana de Saúde, 2011.

NEVES, D. B.; FELIPE, I. M. A.; NUNES, S. P. H. Atendimento aos surdos nos serviços de saúde: acessibilidade e obstáculos. **Infarma - Ciências Farmacêuticas**, v. 28, e.3, p. 157-165, 2016. Disponível em: <https://revistas.cff.org.br/?journal=infarma&page=article&op=view&path%5B%5D=1713>. Acesso em: 21 set. 2022.

NOBREGA, J. D.; MUNGUBA, M. C.; PONTES, R. J. S.. *et al.* Atenção à saúde e surdez: desafios para implantação da Rede de cuidados a pessoa com deficiência. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 30, n. 3, jul./set., 2017. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/RBPS/article/view/6176/pdf>. Acesso em: 20 set. 2022.

OLIVEIRA, C. C. R. B; SILVA, E. A. L; SOUZA, M. K. B. de. Referência e contrarreferência para a integralidade do cuidado na Rede de Atenção à Saúde. **Physis:**

**Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/physis/2021.v31n1/e310105/pt>. Acesso em: 14 nov. 2022.

RUIZ, L. D. **Desenvolvimento de material didático para formação integrada de profissionais das áreas de saúde e educação: orientação a famílias de crianças surdas em uma visão socioantropológica**. 2017. Dissertação (Mestrado em Diversidade e Inclusão) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SANTOS, T. S. dos *et al.* Qualificação profissional de enfermeiros da atenção primária à saúde e hospitalar: um estudo comparativo. **Revista Cuidarte**, [s.l.], vol. 11, n.2, 2020. Disponível em: [http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S221609732020000200100&script=sci\\_abstract&tln g=pt](http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S221609732020000200100&script=sci_abstract&tln g=pt). Acesso em: 12 nov. 2022.

SILVA, L. S. G. da; GONÇALVES, C. G. O. Processo de diagnóstico da surdez em crianças na percepção de familiares e gestores. **Academia Brasileira de Audiologia**, v. 18, n. 4, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/acr/a/sNkCpnpR3CzdPqBcbjr6gdS/?lang=Pt &format=pdf>. Acesso em 10 nov. 2022.

SILVA, A. A. da *et al.* **A atenção básica da saúde na vida da pessoa com surdez: reflexões sobre essa política pública**. Brazilian Journal of Development, v.7, n.3, p. 22440-22455, mar 2021.

SILVA, S. F. **Organização de redes regionalizadas e integradas de atenção à saúde: desafios do Sistema Único de Saúde (Brasil)**. Ciência & Saúde, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/Nr8zSpfMvdVMzZdb7DFXNSv/?lang=pt>. Acesso em 17 de Nov. de 2022.

VIANNA, N. G.; LIMA, M. C. M. P.; ANDRADE, M. da G. G. Itinerário terapêutico da criança surda na rede de atenção à saúde. **Revista Distúrbios da Comunicação**, v. 32, n. 1, p. 73-86, mar. 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/46072/31773>. Acesso em: 21 set. 2022.

# **O ENFERMEIRO FRENTE ÀS DIFICULDADES NA ADESÃO AO EXAME PAPANICOLAU NA APS: UMA REVISÃO INTEGRATIVA DE LITERATURA**

Maria Das Graças Vitória Nogueira

Migna Jucy Marques da Silva

Luã Carlos de Souza

Laura Maria de Moraes Fernandes

Lígia Fernanda da Silveira Andrade

## **RESUMO**

O CCU é um agravo de saúde pública, sendo considerando uma das principais causas de óbito, principalmente por mulheres jovens adultas, as quais muitas vezes vivem em um contexto em que sua própria saúde se mantém em segundo plano decorrente de outros encargos da vida cotidiana. O HPV é um dos de risco de acometimento. Na APS, as medidas de prevenção são de grande responsabilidade do profissional enfermeiro, com intuito de prevenir, por meio da educação em saúde, seja através de ações como também durante as consultas ginecológicas. O estudo objetiva identificar as dificuldades que influenciam a não adesão das mulheres ao exame Papanicolau na Atenção Primária à Saúde. Trata-se de um estudo bibliográfico do tipo Revisão Integrativa da Literatura Científica, realizada através Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nas bases de dados do Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE), Latino Americana do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF). No qual identificou-se variáveis situacionais resultantes na baixa demanda de realização do exame de Papanicolau. Desse modo, torna-se nítido os impedimentos que o Enfermeiro enfrenta em relação ao gerenciamento do controle de rastreamento do Câncer de Colo Uterino (CCU).

**DESCRITORES:** Atenção Primária à Saúde; Câncer do Colo Uterino; Prevenção.

## **INTRODUÇÃO**

O câncer do colo do útero (CCU) é um agravo de saúde pública, considerando que é uma das principais causas de óbito, principalmente por mulheres jovens adultas que, muitas vezes, vivem em um contexto em que sua própria saúde se mantém em segundo plano, decorrente de outros encargos da vida cotidiana. Evidenciou-se que tal patologia se torna mais incidente em países que possuem baixa e média renda, o que indica possíveis vulnerabilidades a fatores de risco, como o estilo de vida, situação econômica e acesso aos serviços de saúde

(LOPES; RIBEIRO, 2019).

Um dos fatores de risco, se não o principal para o desenvolvimento do CCU, é pela infecção através do Papilomavírus Humano (HPV). Outras causas que estão associadas são o mal hábito alimentar, o tabagismo, imunossupressão, multiparidade, o início precoce de atividade sexual, fazer uso de anticoncepcional oral por mais de cinco anos consecutivos, a prática de relações sem uso de proteção e ter múltiplos parceiros sexuais. Tais condições podem interferir no acometimento da infecção e evoluir para lesões precursoras ou até mesmo câncer (VIANA; SOUZA; MOYSÉS, 2019).

Visando os métodos de prevenção, utiliza-se o protocolo do Ministério da Saúde que segue a recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS), que orienta a realização do exame Papanicolau em mulheres com vida sexualmente ativa com 25 anos até os 64 anos de idade, com periodicidade inicial de exames anuais e após dois resultados satisfatórios negativos para malignidades, não sugestivas para câncer, torna-se necessário a repetição do exame somente após três anos. (MACIEL; LUZIA; FERREIRA, 2021).

Em vista disso, aponta-se que o Câncer do Colo Uterino é uma doença que pode ser controlada e evitada se houver rastreamento, vacinação efetiva contra o papilomavírus (HPV) e acompanhamento do tratamento adequado em casos de lesões precursoras, ou seja, quando há uma articulação apropriada dos serviços de saúde. Sendo assim, a Atenção Primária à Saúde (APS) torna-se um dos principais métodos de detecção da doença, por meio de consultas ginecológicas e realização do teste de Papanicolau (FERNANDES; ALMEIDA; PRADO, 2021).

Desse modo, ressalta-se a importância dos programas de prevenção de CCU na redução dos casos de acometimento e, por consequência disso, das altas taxas de mortalidade, dentre as medidas de prevenção, o exame citológico do colo do útero é uma das formas mais eficazes na detecção precoce de infecções por HPV (MENDES; FEITOZA; SILVA, 2019).

Na Atenção Primária à Saúde (APS), as atividades preventivas de rastreio do câncer do colo do útero em mulheres que fazem parte do público alvo, são de grande responsabilização do profissional enfermeiro, com intuito de prevenir, por meio da educação em saúde, seja através de ações como também durante as consultas ginecológicas. Além de buscar acolher não só a paciente acometida, mas também visando repassar conhecimentos, é necessário entender o contexto daquela mulher, suas especificidades, de modo a desenvolver um vínculo profissional de maneira que a faça se sentir confortável para continuidade do tratamento ou retorno em período adequado para realização dos exames (ROSS; LEAL; VIEGAS, 2017).

Devido a APS ofertar redes de atendimento em todas as categorias, a demanda é extensa, sendo possível evidenciar as dificuldades do acesso das usuárias aos serviços de saúde para a realização da coleta do exame citopatológico; esse é um dos motivos para o não cumprimento das metas de cobertura. Muitas mulheres têm dificuldade em agendar uma consulta com um profissional de saúde (MORAIS; PASSOS; SANTOS, 2017).

Diante do abordado, pressupõe-se que o (a) enfermeiro (a) se depara com algumas situações que acabam refletindo na adesão das mulheres ao exame Papanicolau. Isso dificulta o processo de rastreio e desfavorece a manutenção e acompanhamento das usuárias na assistência. Esse impasse torna-se relevante, também, em relação às zonas rurais, onde se tem um acesso restrito dos serviços de saúde, que acabam acarretando uma maior demanda de mulheres vulneráveis e grande índice de neoplasias de alto grau por falta de uma investigação precursora (ANJOS; ANDRADE; MARTINS, 2021). Desse modo, decorreu-se a seguinte questão norteadora: Quais as dificuldades que o enfermeiro da APS enfrenta na adesão ao exame Papanicolau?

Perante o exposto, visando que muitas ações podem ser feitas no âmbito da Atenção Básica com intuito de diminuir a morbidade e mortalidade por CCU, faz-se necessário a identificação dos impedimentos que interferem no controle do Câncer de Colo Uterino pelos profissionais e pesquisadores da área da saúde, pois isso possibilitará reconhecer as condições de saúde pública das mulheres visando uma melhoria no planejamento das ações, além de verificar possíveis falhas e sugerir aperfeiçoamento nas intervenções, na qualidade da assistência, nos métodos de prevenção, rastreamento e detecção precoce das lesões (GOMES et al, 2020).

Além disso, o reconhecimento dos obstáculos que levam ao declínio da adesão do Papanicolau é um dos primeiros passos para uma reorganização estratégica, objetivando suprir as necessidades da população feminina, de maneira que esclareça a real serventia do exame citopatológico, tendo em vista que a falta de conhecimento das mulheres sobre a efetividade do procedimento também é uma das causas que influenciam para a não busca ativa das medidas preventivas contra o CCU (IGLESIAS et al, 2019).

Diante do abordado, este estudo justifica-se com o interesse de identificar as dificuldades que o Enfermeiro enfrenta ao tentar articular o controle do câncer cervicouterino na APS em relação à não adesão das mulheres ao exame Papanicolau.

O interesse pela referida temática deu-se após a convivência com familiar acometida com câncer do colo uterino de alto grau. Tal experiência manifestou a necessidade de busca por mais conhecimento sobre a patologia, as formas de prevenção e tratamento, como também o

desejo de poder orientar outras mulheres sobre as devidas precauções contra o CCU.

Além disso, na vivência das práticas de estágio, foi possível observar uma baixa procura das mulheres para a realização do exame preventivo, o Papanicolau e, por meio disso, surgiu a intenção de pesquisar mais a fundo sobre as causas dessa demanda escassa. Por conseguinte, o estudo objetivou-se a identificar as dificuldades que influenciam a não adesão das mulheres ao exame Papanicolau na Atenção Primária à Saúde.

## **MÉTODOS**

Trata-se de um estudo bibliográfico do tipo Revisão Integrativa da Literatura científica, com abordagem metodológica de levantamento de referências teóricas já posteriormente analisadas e publicadas, possibilitando, assim, a inclusão de pesquisa experimental e quase experimental, permitindo uma melhor e mais ampla compreensão acerca do tema de interesse (AMARAL; SOUZA, 2021).

A pesquisa bibliográfica ocorreu no mês de agosto. Para o levantamento dos artigos, utilizou-se do diretório de pesquisa Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), nas bases de dados do Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica (MEDLINE), Latino Americana do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF). Foram selecionando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) na língua portuguesa: “Atenção Primária à Saúde”, “Câncer de Colo Uterino”, “Prevenção”, por meio do cruzamento com o booleano “AND”.

Dessa forma, após o cruzamento dos descritores, foram encontrados 620 artigos, destes, 170 na base de dados da MEDLINE, 41 na BDENF e 77 na LILACS. Os quais foram submetidos aos critérios de inclusão: publicações nos últimos 5 anos, estudos publicados em português, texto disponível na íntegra e gratuitos durante a coleta de dados, artigos científicos e artigos de revisão. Como critérios de exclusão: textos incompletos, no idioma inglês e textos que não respondem à questão de pesquisa. Assim, resultou-se em uma amostra final de 26 artigos que tiveram títulos e resumos lidos na íntegra. Destes, foram analisados descritivamente em que, posteriormente, se extraíram os principais resultados que respondiam à questão de pesquisa, totalizando uma amostra de 16 artigos.

## **RESULTADOS**

De início, o total amostral foi abundante após a realização do cruzamento dos descritores. Porém, com a colocação dos instrumentos do protocolo de busca anteriormente já citados, percebe-se uma baixa significativa na quantidade de artigos, pois, a maioria não se adequa à temática em questão.

Posteriormente à análise e leitura crítica foram, então, selecionados os artigos pertinentes para a amostra. Estão descritos no Quadro 01, apresentando o autor e ano da pesquisa, o título do artigo e objetivo.

**Quadro 1** – Apresentação dos Artigos Selecionados para o Estudo.

ORDEM	AUTORES	TÍTULO	OBJETIVO
01	ANJOS; ANDRADE; MARTINS (2021)	Atuação de profissionais de saúde e qualidade das ações no controle de câncer cervicouterino: um estudo transversal.	Avaliar o tempo de atuação de médicos e enfermeiros na Atenção Primária à Saúde (APS) e qualidade das ações desenvolvidas para controle do câncer cervicouterino (CC).
02	MACIEL; LUZIA; FERREIRA (2021)	Busca ativa para aumento da adesão ao exame papanicolau	Descrever a implantação da busca ativa de usuárias como estratégia para o aumento da adesão ao exame Papanicolaou.
03	HOLANDA; ARAUJO; NASCIMENTO (2021)	Uso do protocolo de saúde da mulher na prevenção do câncer de colo do útero	Analisar o uso do protocolo de saúde da mulher na prevenção do câncer de colo do útero por enfermeiros na Atenção Básica.
04	DIAS; CARVALHO; ALVES (2021)	Atuação do enfermeiro na prevenção do câncer do colo de útero em Unidades de Saúde	Investigar a atuação do Enfermeiro na prevenção do câncer do colo de útero nas Unidades de Saúde da Atenção Básica de município de Espinosa, Minas Gerais
05	SILVA; FREITAS; MULLER (2021)	Conhecimento e prática de mulheres atendidas na atenção primária à saúde sobre o exame papanicolau	Avaliar o conhecimento e a prática de mulheres atendidas em Unidades Básica de Saúde em relação ao exame Papanicolau
06	ERNANDES; ALMEIDA;	safios para prevenção e tratamento do câncer	Analisa-se a articulação entre Atenção Primária à Saúde (APS) e os diferentes
	PRADO (2021)	erino no interior do Nordeste	ntos de atenção para o controle do câncer do colo do útero (CCU).
07	GOMES; MOURA; BEZERRA (2020)	Resultados de saúde das mulheres atendidas nas consultas de enfermagem para a prevenção do câncer de colo do útero.	Analisar os resultados de saúde das mulheres atendidas nas consultas de enfermagem para a prevenção do câncer de colo do útero em uma unidade de saúde-escola.
08	MASCARENHAS; FARIAS; MORAIS (2020)	Conhecimentos e práticas de usuárias da Atenção Primária à Saúde sobre o controle do Câncer do Colo do Útero	Analisar a adequação dos conhecimentos e práticas das usuárias de uma unidade básica de saúde (UBS) de Juiz de Fora – MG



09	IGLESIAS; LARRUBIA; NETO (2019)	Conhecimento e adesão ao Papanicolau de mulheres de uma rede de Atenção Primária à Saúde	Analisar o conhecimento e a adesão ao Papanicolau de mulheres que frequentam Unidades Básicas de Saúde.
10	VIANA; SOUZA; MOYSÉS (2019)	Determinantes sociais da saúde e prevenção secundária do câncer do colo do útero no Estado do Amazonas, Brasil	Conhecer os determinantes sociais de saúde associados com a prevenção secundária do câncer do colo do útero no período de 2010 a 2014.
11	FERNANDES; GALVÃO; ASSIS (2019)	Acesso ao exame citopatológico do colo do útero na região de saúde: mulheres invisíveis e corpos vulneráveis	Este artigo avalia o acesso ao exame citológico do câncer do útero na Estratégia Saúde da Família (ESF), em municípios de uma região de saúde da Bahia.
12	ROMERO; SHIMOCOMAQUI; MEDEIROS	Intervenção na prevenção e controle de câncer de colo uterino e mama numa unidade básica de saúde do nordeste do Brasil	Melhorar a cobertura e a qualidade da atenção do programa de controle do câncer de colo de útero e de mama na área de abrangência da unidade básica de saúde São Miguel II, em Miguel Alves-PI.
13	ROSS; LEAL; VIEGAS (2017)	streamento do câncer de colo de útero e mama	Identificar as mulheres que realizaram o rastreamento do câncer de colo de útero e mama. Método: estudo quantitativo, transversal, exploratório, descritivo. A amostra foi composta de 211 mulheres, baseada na população de 465 mulheres de 20 a 59 anos.
14	RAFAEL; MOURA (2017)	Modelo de crenças em Saúde e o rastreio do câncer do colo uterino: avaliando vulnerabilidades	Avaliar os fatores de risco para a inadequação do rastreio do câncer do colo do útero a partir do Modelo de Crenças em Saúde.
15	CHICONELA; CHIDASSICUA (2017)	Conhecimentos e atitudes das mulheres em relação ao exame preventivo do câncer do colo uterino	Avaliar os conhecimentos e atitudes das mulheres em relação à importância do exame preventivo do câncer do colo uterino.
16	MORAIS; PASSOS; SANTOS (2017)	Percepção de mulheres sobre a atenção primária No âmbito da política do câncer de colo uterino no Estado de Sergipe	Avaliar a percepção das mulheres usuárias do serviço de saúde sobre a atenção básica quanto às ações de prevenção do câncer de colo do útero no Estado de Sergipe.

**Fonte:** Dados coletados pela autora

Como já demonstrado acima, poucos artigos da amostra inicial foram, de fato, utilizados no estudo. Os 16 artigos finais foram escolhidos por responderem à questão norteadora da pesquisa. Após a análise dos mesmos, nota-se que todos apresentam resultados relevantes e corroborativos com a discussão da temática abordada. Isto é apresentado no Quadro 02.

**Quadro 2 -** Amostra dos principais resultados dos artigos da pesquisa.

AUTOR	TÍTULO	PRINCIPAL RESULTADO
-------	--------	---------------------

NJOS; ANDRADE; MARTINS (2021)	Atuação de profissionais de saúde e qualidade das ações no controle de câncer cervicouterino: um estudo transversal	es de qualidade para o maior tempo de atuação.
MACIEL; LUZIA; FERREIRA (2021)	ativa para aumento da adesão ao exame papanicolau	a ou a ausência do recebimento dos laudos dos exames.
HOLANDA; ARAUJO; NASCIMENTO (2021)	Uso do protocolo de saúde da mulher na prevenção do câncer de colo do útero	dos realizam a avaliação do resultado do exame.
AS; CARVALHO; ALVES (2021)	Atuação do enfermeiro na prevenção do câncer do colo de útero em Unidades de Saúde	O exame ser realizado quase que exclusivamente com agendamento.
SILVA; FREITAS; MULLER (2021)	Conhecimento e prática de mulheres atendidas na atenção primária à saúde sobre o exame papanicolau	imento inadequado sobre o exame Papanicolau.
FERNANDES; ALMEIDA; PRADO (2021)	Desafios para prevenção e tratamento do câncer cervicouterino no interior do Nordeste	as desde o rastreamento até o tratamento do CCU.
GOMES; MOURA; BEZERRA (2020)	Resultados de saúde das mulheres atendidas nas consultas de enfermagem para a prevenção do câncer de colo do útero	estratégias de promoção da saúde voltadas à adesão ao rastreio.
MASCARENHAS; FARIAS; MORAIS (2020)	Conhecimentos e Práticas de Usuárias da Atenção Primária à Saúde sobre o Controle do Câncer do Colo do Útero	Conhecimento inteiramente adequado sobre o rastreamento dessas neoplasias.
SILVEIRA; LARRUBIA; NETO (2019)	Conhecimento e adesão ao Papanicolau de mulheres de uma rede de Atenção Primária à Saúde	A vergonha e a falta de tempo como motivos relevantes para não realizar o exame.
VIANA; SOUZA; MOYSÉS (2019)	Determinantes sociais da saúde e prevenção secundária do câncer do colo do útero no Estado do Amazonas, Brasil	A média de analfabetismo feminino na idade de 25 anos ou mais apresentou correlação com a baixa cobertura do exame.
FERNANDES; GALVÃO; ASSIS (2019)	Acesso ao exame citopatológico do colo do útero na região de saúde:	Residir em zona rural é uma barreira para o acesso ao exame Papanicolaou.
	populações invisíveis e corpos vulneráveis	
ROMERO; SHIMOCOMAQUI; MEDEIROS (2017)	Intervenção na prevenção e controle de câncer de colo uterino e mama numa unidade básica de saúde do nordeste do Brasil	Elevado intervalo de tempo (mais de 30 dias) para a obtenção dos resultados das colpocitologias.
REIS; VIEGAS (2017)	Impacto do câncer de colo de útero e mama	Características sociodemográficas.

EL; MOURA (2017)	Modelo de Crenças em Saúde e o rastreio do câncer do colo uterino: avaliando vulnerabilidades	A percepção das barreiras como um importante fator de risco para o rastreamento da doença.
CHICONELA; CHIDASSICUA (2017)	Conhecimentos e atitudes das mulheres em relação ao exame preventivo do câncer do colo uterino	Pouco conhecimento em relação à prevenção, desconhece a importância do exame e realiza-o devido a queixas ginecológicas.
ORAIS; PASSOS; SANTOS (2017)	Percepção de mulheres sobre a atenção primária no âmbito da política do câncer de colo uterino no Estado de Sergipe	Acesso e dificuldades para realização e entrega de resultados do exame Papanicolaou.

**Fonte:** produzido pela autora.

As informações contidas nos Quadro 01 e 02 mostram os principais objetivos e resultados encontrados nos artigos da amostra. Eles apontam as intercorrências a que muitas mulheres estão submetidas; como efeito disso, os profissionais deparam-se com tais situações que, conseqüentemente, comprometem o controle de rastreio do Câncer do Colo Uterino.

## DISCUSSÃO

A prevenção e controle do CCU, na APS, dependem, dentre outros fatores, da capacidade de profissionais realizarem regularmente exames de Papanicolaou. A capacitação do profissional enfermeiro contribui significativamente com a qualidade prestada na assistência, de maneira resolutiva e organizacional para a minimização de empecilhos, os quais podem afetar a disponibilidade de atendimento nos serviços. Além disso, indica-se que o tempo de atuação do profissional na unidade pode determinar uma melhor adesão das mulheres, isso por consequência da estabilização de vínculo prolongado (ANJOS et al, 2021).

Assim sendo, outro fator que favorece esse comparecimento é a forma de acolhimento e humanização no atendimento, de maneira que não haja julgamentos, tendo em vista que muitas mulheres já têm vergonha de realizar o procedimento, principalmente relacionando-se ao gênero profissional. Portanto, é essencial que as mesmas sejam bem recebidas, que tenham uma consulta completa e a oportunidade de esclarecer suas dúvidas, colaborando, assim, para um possível retorno e continuidade do cuidado (MACIEL et al, 2021).

Corroborando com Holanda et al (2021), afirmamos que um dos pontos em destaque no protocolo é a escuta qualificada, sendo imprescindível nos serviços, facilitando o atendimento e resolutividade dos problemas referidos pelas usuárias. Através de uma abordagem humanizada, o enfermeiro oferece uma consulta empática voltada não só para a prevenção como também para a promoção em saúde da mulher.

Ademais, alguns enfermeiros discorrem sobre o sentimento de descrédito relacionado à técnica da coleta, ou melhor, da possibilidade de contaminação cruzada entre as lâminas contendo o esfregaço coletado quando colocadas em um mesmo frasco com álcool, em decorrência de pouca quantidade de materiais fornecidos para a realização do procedimento (FERNANDES et al, 2021).

Contudo, apesar de algumas usuárias conseguirem acesso aos serviços para a realização do preventivo, em contrapartida, na maior parte das vezes, o laudo do exame não é apresentado por conta do longo período de demora de sua emissão. Desta forma, é fundamental uma redução desse intervalo de tempo, tendo em vista a necessidade de urgência na realização da investigação precoce do CCU (DIAS et al, 2021).

Silva et al, (2019) trazem à discussão que não basta simplesmente as mulheres realizarem o Papanicolau, de modo a observar que há uma falta de conhecimento apropriado sobre tal procedimento. A importância dessa informação faz com que a atribuição do exame não seja incorreta em detrimento da finalidade do mesmo, além de evitar a procura somente em situações em que há alguma queixa.

Faz-se indispensável, também, o aumento da investigação dos determinantes sociais que estão relacionados ao não comparecimento das mulheres nas consultas ginecológicas, buscando identificar quais as barreiras presentes em cada contexto, sejam elas geográficas, financeiras ou sociais que estejam influenciando de maneira desfavorável o rastreamento do CCU (GOMES et al, 2020).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Dentre os artigos utilizados na amostra, identificou-se que são multifacetadas e complexas as especificidades presentes no cotidiano do profissional enfermeiro da APS, no que diz respeito à responsabilidade do controle do rastreamento do CCU. Diante os resultados, nota-se que a demora ou, até mesmo, a inexistência de um retorno do resultado do exame citopatológico e o conhecimento ineficaz das mulheres sobre a finalidade do Papanicolau, são algumas das razões mais prevalentes em decorrência da baixa demanda do exame. Desse modo, torna-se essencial o papel do enfermeiro no aumento da adesão e promover a assistência qualificada e integral às mulheres.

Posto isso, deve-se ressaltar as orientações com a realização de educação em saúde, através de palestras e visitas domiciliares, fornecendo, assim, informações, e auxiliando no

acesso dessas usuárias aos serviços, executando intervenções que proporcionem melhorias, visto que são estratégias eficazes na busca ativa e aceitação dessa população.

Contudo, este estudo pode colaborar para a comunidade científica propiciando informações para que haja a possibilidade de realização de novos feitos ou, até mesmo, aperfeiçoamento das práticas preventivas já existentes, trazendo aprimoramentos que se adequam à realidade da população feminina, pois conhecer em quais contextos estão inseridas é o primeiro passo para definir estratégias eficazes para atender às reais necessidades das mesmas.

## REFERÊNCIAS

ANJOS, Eduarda Ferreira dos; et al. Atuação de profissionais de saúde e qualidade das ações no controle de câncer cervicouterino: um estudo transversal. *Rev. Esc. Anna Nery*. v. 26, n. 10, 2021. Disponível em:

[http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-81452022000100231](http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452022000100231). Acesso em 30 de agosto de 2022.

CHICONELA, Florencia Vicente; CHIDASSICUA, José Braz. Conhecimentos e atitudes das mulheres em relação ao exame preventivo do câncer do colo uterino. *Rev. Eletr. Enferm.*, v. 19, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/41334>. Acesso em: 23 de agosto de 2022.

DIAS, Ernandes Gonçalves, et al. Atuação do enfermeiro na prevenção do câncer do colo de útero em Unidades de Saúde. *J. Health Biol Sci*. n. 6, 2021. Disponível em: 10.12662/2317-3206.v.9,e.3472.p.1-6.2021. Acesso em 15 de setembro de 2022.

FERNANDES, Noêmia Fernanda Santos; et al. Acesso ao exame citológico do colo do útero em região de saúde: mulheres invisíveis e corpos imune. *Rev. Cad. Saúde Pública*. v. 35, n. 10, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/x4zfvP7xx75t9nhWpFPMzDH/?lang=pt>. Acesso em 30 de agosto de 2022.

FERNANDES, Noêmia Fernanda Santos; et al. Desafios para prevenção e tratamento do câncer cervicouterino no interior do Nordeste. *Rev. bras. estud. popular*. v. 38, n. 27, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/VQbssGG5M9tfMj7vpnLmDCL/?lang=pt>. Acesso em 30 de agosto de 2022.

GOMES, Maria luziene de Sousa. **Resultados de saúde das mulheres atendidas nas consultas de enfermagem para a prevenção do câncer de colo do útero**. f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) 2020. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1148344>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

HOLANDA, Joyce Carolyne Ribeiro de; et al. So do protocolo de saúde da mulher na prevenção do câncer de colo do útero. **Rev. baiana enferm.** v. 35, n. 10, 2021. Disponível em: [http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-86502021000100321](http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502021000100321). Acesso em: 30 de agosto de 2022.

IGLESIAS Gabriela Abasto; et al. Resultados de saúde das mulheres atendidas nas consultas de enfermagem para a prevenção do câncer de colo do útero. **Rev. ciênc. méd., (Campinas)**. v. 28, n. 10, 2019. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1047801>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

KOHL-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília Costa. O revisitar da metodologia do estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. **Revista Panorâmica**, v. 33, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>. Acesso em: 23 de setembro de 2022.

MACIEL, Nathanael de Souza; et al. Busca ativa para aumento da adesão ao exame papanicolaou. **Rev. enferm UFPE on line.** v. 15, n. 11, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5205/1981-8963.2021.24567>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

MASCARENHAS, Mikaela Santos; et al. Conhecimentos e Práticas de Usuárias da Atenção Primária à Saúde sobre o Controle do Câncer do Colo do Útero. **Revista Brasileira de Cancerologia**, v. 66, n.3, 2020. Disponível em: <https://rbc.inca.gov.br/index.php/revista/article/view/1030>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

MENDES, Carolinne Fernandes; FEITOZA, Claudinéia do Nascimento; SILVA, Claudia Peres da. EXAME DE PAPANICOLAU: uma busca ativa em relação as mulheres que não realizam o procedimento, assistidas na ESF Chapadinha. **Rev. Humanidades & tecnologia em revista (finom)**. v. 20, n. 27, 2020. Disponível em: [http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM\\_Humanidade\\_Tecnologia/article/view/1005/724](http://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1005/724). Acesso em: 10 de setembro de 2022.

MORAIS, André Luiz de Jesus; et al. Percepção de mulheres sobre a atenção primária no âmbito da política do câncer de colo uterino no estado de Sergipe. **Ciência, Cuidado E Saúde**, v. 16, n. 2, 2017. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/22920>. Acesso em: 21 de agosto de 2022.

RAFAEL, Ricardo de Mattos Russo; MOURA, Anna Tereza Miranda Soares de. Modelo de Crenças em Saúde e o rastreamento do câncer de colo uterino: avaliando vulnerabilidades. **Rev. enferm. UERJ**, v. 25, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-916224>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

ROMERO, Luis Sauchay; et al. Intervenção na prevenção e controle de câncer de colo

uterino e mama numa unidade básica de saúde do nordeste do Brasil. **Rev. bras. med. fam. comunidade**, v. 12, n. 39, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-877117>. Acesso em: 18 de agosto de 2022.

ROSS, José de Ribamar; LEAL, Sandra Maria Cezar; VIEGAS, Karin. Rastreamento do câncer de colo de útero e mama. **Rev. enferm. UFPE on line**, v. 11, n. 12, 2017. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1032361>. Acesso em 15 de setembro de 2022.

SILVA, Leticia Almeida; et al. Conhecimento e prática de mulheres atendidas na atenção primária a saúde sobre o exame Papanicolau. **R. pesq.: cuid. fundam.**, v. 13, 2021. Disponível em: <http://seer.unirio.br/cuidadofundamental/article/view/9845>. Acesso em: 30 de agosto de 2022.

SIQUEIRA, Viviane Aparecida; MORE, LopesJosé Mendes Ribeiro See. Fatores limitadores e facilitadores para o controle do câncer de colo de útero: uma revisão da literatura. **Ciênc. saúde coletiva**, v. 24, n. 9, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/wKH88LkHg3qq87tCLQtqvTp/abstract/?lang=pt>. Acesso em 10 de setembro de 2022.

VIANA, Juliana Nascimento; et al. Determinantes sociais da saúde e prevenção secundária do câncer do colo do útero no Estado do Amazonas, Brasil. **Medicina (Ribeirão Preto)**, v. 52, n. 2, 2019. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/69734>. Acesso em: 9 de agosto de 2022.

---

# *IV SEÇÃO*

*Pesquisas em Pedagogia*

---



# EDUCAÇÃO INFANTIL E ALFABETIZAÇÃO DENTRO DA LUDICIDADE

Lívina Paiva de Moraes Oliveira

Carlos Deodoro Inácio de Oliveira Negreiros

## RESUMO

Este trabalho emerge de uma observação realizada no Centro Municipal de Ensino Infantil Carmelita Ferreira de Lima, na cidade de Apodi-RN, onde observamos o funcionamento das práticas pedagógicas, especificamente no que tange aos métodos de alfabetização que partam de abordagens lúdicas. Neste sentido, a nossa pesquisa constitui-se como qualitativa porque nos interessa observar seus aspectos subjetivos sem nos valermos de dados quantitativos. Logo, realizamos uma observação das práticas profissionais. Nos utilizamos, portanto, de uma pesquisa bibliográfica e descritiva. O objetivo geral deste trabalho é: analisar e discutir a alfabetização infantil utilizando como ponto de partida a ludicidade. Quanto aos objetivos específicos, são: identificar os métodos de alfabetização e ludicidade desenvolvidos por professores de uma escola pública de ensino no município de Apodi-RN; discutir a importância do lúdico como ferramenta de desenvolvimento da alfabetização na educação infantil e suscitar reflexões educacionais das práticas pedagógicas do contexto de uma escola pública de ensino. Logo, buscamos ancorar o nosso trabalho em autores que previamente já abordaram a temática: Freire (2004); Almeida (2009); Luckesi (2014; 2002); Rau (2011); Bacelar (2009); Pimentel (2008) e Santos (2014). As observações nos permitiram observar que as práticas são, majoritariamente, orientadas pelo Livro Didático (LD), todavia, não se limitam a essa ferramenta didático pedagógica. Verificamos que as práticas lúdicas conseguem fazer parte da rotina das profissionais e dos alunos, uma vez que as atividades quase sempre são adaptadas a realidade da turma por meio de atividades dinâmicas, interativas e com intencionalidade educativa. Por fim, é possível evidenciar que as atividades de caráter lúdico são importantes no ensino por promovem o desenvolvimento de habilidades educacionais, cognitivas e sociais. Neste sentido, cabe ao professor (a) desenvolver atividades que possibilitem um contexto de ludicidade onde o educando tenha possibilidade de desenvolver-se de forma plena, contemplando as suas necessidades enquanto criança.

**Palavras-Chave:** Alfabetização. Ludicidade. Ensino. Aprendizagem.

## ABSTRACT

This work emerges from an observation carried out at the Centro Municipal de Ensino Infantil Carmelita Ferreira de Lima, in the city of Apodi-RN, where we observed the functioning of pedagogical practices, specifically with regard to literacy methods that depart from playful approaches. In this sense, our research is qualitative because we are interested in observing its subjective aspects without relying on quantitative data. Then, we carried out an observation of professional practices. Therefore, we used a bibliographical and descriptive research. The general objective of this work is: to analyze and discuss children's literacy using playfulness as a starting point. As for the specific objectives, they are: to identify the literacy and ludicity methods developed by teachers of a public teaching school in the city of Apodi-RN; discuss the importance of play as a tool for developing literacy in early childhood education and raise educational reflections on pedagogical practices in the context of a public school. Therefore,

we seek to anchor our work on authors who have previously addressed the theme: Freire (2004); Almeida (2009); Luckesi (2014; 2002); Rau (2011); Bacelar (2009); Pimentel (2008) and Santos (2014). The observations allowed us to observe that the practices are mostly guided by the Textbook, however, they are not limited to this pedagogical didactic tool. We verified that the ludic practices manage to be part of the routine of the professionals and the students, since the activities are almost always adapted to the reality of the class through dynamic, interactive activities with an educational intention. Finally, it is possible to show that playful activities are important in teaching because they promote the development of educational, cognitive and social skills. In this sense, it is up to the teacher to develop activities that allow a context of playfulness where the student has the possibility to develop fully, contemplating his needs as a child.

**Keywords:** Literacy. Playfulness. Teaching. Learning.

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem por objetivo analisar e discutir a alfabetização infantil utilizando como ponto de partida a ludicidade. É por entendermos a importância desta discussão que propomos a realização deste estudo na cidade de Apodi-RN, onde realizaremos um estudo de análise dos métodos de alfabetização e ludicidade de uma escola pública no município.

No que tange ao tema abordado, diversas metodologias de ensino, sobretudo na educação infantil, apontam para a necessidade de se usar como suporte a ludicidade, isto é, estratégias e dinâmicas de ensino que sejam capazes de tornar a aula mais atrativa e especial para o aluno. Neste sentido, torna-se cada vez mais premente a necessidade de se discutir e de refletir acerca da importância e inserção do lúdico como ferramenta de aprendizagem na educação infantil, tendo em vista que, neste mesmo contexto, ainda emergem discussões e crenças de senso comum acerca da ludicidade enquanto metodologia desprovida de valor educativo.

Neste mesmo sentido, deve-se tentar desarticular a ideia da ludicidade associada tão somente à ideia de jogos, brincadeiras ou brinquedos, tendo em vista que a ludicidade está também relacionada a “atitude” do docente, e a sua intencionalidade existente na prática educativa. Logo, corrobora-se com as palavras de Almeida (2009, p.1) ao afirmar que:

A ludicidade exige uma predisposição interna, o que não se adquire apenas com a aquisição de conceitos, de conhecimentos, embora estes sejam muito importantes. Uma fundamentação teórica consistente dá o suporte necessário ao professor para o entendimento dos porquês de seu trabalho. Trata-se de ir um pouco mais longe ou, talvez melhor dizendo, um pouco mais fundo. Trata-se de formar novas atitudes, daí a necessidade de que os professores estejam envolvidos com o processo de formação de seus educandos. Isso não é tão

fácil, pois implica romper com um modelo, com um padrão já instituído, já internalizado.

Seguindo esta perspectiva, entende-se que a ludicidade é uma ferramenta importante em qualquer fase da educação infantil. Trata-se, antes de mais nada, da aplicação de uma prática com vista a facilitar a aprendizagem da criança através de metodologias que lhes sejam atrativas. Faz-se necessário, portanto, que o professor esteja capacitado e embasado teoricamente, além de seguir uma prática estritamente articulada aos saberes teóricos e às necessidades dos educandos.

Não menos importante, o nosso tema também sugere que a criança se desenvolve a partir da prática lúdica. Partindo desse pressuposto, a alfabetização, tema também bastante discutido e problematizado, pode se utilizar da ludicidade para que seja melhor explorado por educadores e professores. É neste contexto que justificamos a relevância deste estudo, pois, além de contribuir para o horizonte teórico da temática em questão, ainda possibilita que professores e pais possam entender o funcionamento e a importância da alfabetização e desenvolvimento infantil inseridos no contexto da ludicidade.

Ademais, ainda possibilitamos, por meio deste estudo, uma observação dos métodos de alfabetização e ludicidade de uma escola pública do município de Apodi-RN, nos possibilitando enxergar os desafios e as possibilidades presentes no contexto educacional. Seguindo a perspectiva supracitada, este estudo busca responder a seguinte questão: como a ludicidade e a alfabetização tem sido desenvolvida no contexto educacional da educação infantil na cidade de Apodi-RN? Partindo das considerações já tecidas, o objetivo geral deste trabalho é: analisar e discutir a alfabetização infantil utilizando como ponto de partida a ludicidade. Quanto aos objetivos específicos, são: identificar os métodos de alfabetização e ludicidade desenvolvidos por professores de uma escola pública de ensino no município de Apodi-RN; discutir a importância do lúdico como ferramenta de desenvolvimento da alfabetização na educação infantil e suscitar reflexões educacionais das práticas pedagógicas do contexto de uma escola pública de ensino.

## **1.1 Conceito do lúdico: uma abordagem histórica**

É muito comum identificarmos que as atividades lúdicas são compreendidas, por vezes, como meras atividades recreativas no contexto escolar e, por isso, as crenças de que estas não possuem relação com atividades educativas, mas ao simples lazer da criança (CINTRA, *et al.*,

2022). No entanto, é irrefutável o fato de que a criança se desenvolve de maneira considerável quando o seu processo educativo está relacionado à ludicidade. Tal fato está cotidianamente relacionado ao seu melhor desempenho em diversos fatores, como a autonomia, a criatividade, a imaginação e outros aspectos. Isso pode ser evidenciado nos estudos de Bacelar (2009) e Santos (2014).

Para entender a ludicidade, podemos pensar a partir de Luckesi (2014) que compreende que este termo se refere sobretudo a um processo interno do sujeito que está envolvido. Neste sentido, entende-se que a ludicidade parte de um lugar muito individual do (a) aluno (a) e, portanto, aquilo que pode ser uma atividade lúdica para um, pode não ser para uma outra criança. Dessa forma, “Todas essas atividades, denominadas de lúdicas, poderão ser “não lúdicas” a depender dos sentimentos que se façam presentes em quem delas está participando, numa determinada circunstância” (LUCKESI, 2014, p. 14). Para tanto, entendemos que a ludicidade é um processo interno e acontece de maneira distinta para os indivíduos.

Experiências que podem gerar o estado lúdico para um não é o que pode gerar o estado lúdico para outro, à medida que ludicidade não pode ser medida de fora, mas só pode ser vivenciada e expressa por cada sujeito, a partir daquilo que lhe toca internamente, em determinada circunstância (LUCKESI, 2014, p.18).

Partindo desse pressuposto, entende-se que o lúdico trata-se de um recurso didático que, por sua vez, não se limita apenas a ideia de jogos e brincadeiras, mas que possui em sua essência a intencionalidade educativa, onde o professor poderá valer-se da atividade a fim de que diferentes habilidades sejam desenvolvidas, como habilidades motoras, cognitivas e intelectuais.

O estudo de Dallabona e Mendes (2004) apresenta importantes contribuições sobre o lúdico ao afirmar que essas atividades permitem que o sujeito desenvolva uma visão mais global e holística do seu mundo. Tal fato se dá a partir de descobertas, da criatividade, da expressão e da análise que a criança realiza ao participar de atividades lúdicas. Além disso, as autoras ainda reiteram que a educação lúdica contribui para a melhoria do ensino, “quer na qualificação ou formação crítica do educando, quer para redefinir valores e para melhorar o relacionamento das pessoas na sociedade” (DALLABONA; MENDES, 2004, p. 107). Portanto, se evidenciar que a prática da ludicidade promove melhorias não só ao aprendizado do aluno como também nas práticas profissionais e na comunidade de forma geral.

Neste sentido, é possível identificarmos que o lúdico possibilita o desenvolvimento de competências diversas que se estendem até a vida adulta do sujeito, dentre elas, Dallabona e

Mendes (2004) destacam o aumento da independência da criança, sensibilidade auditiva e visual, valorização da cultura, imaginação, habilidades motoras e outras. Logo, verificamos que o lúdico constitui-se como importante pois o seu uso auxilia e desenvolve o sujeito de forma integral.

## **1.2 O lúdico e sua importância na educação infantil**

Estudos contemporâneos apontam para a necessidade da introdução do lúdico na educação infantil como estratégia capaz de potencializar as habilidades e competências do sujeito aprendiz. Tal fato encontra-se sustentado no documento normativo, na Base Nacional Comum Curricular, doravante BNCC e, por conseguinte, nas práticas pedagógicas que são por ela orientadas.

De acordo com a BNCC, a brincadeira é um direito basilar na vida da criança. Assim, a BNCC afirma que dentre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento na educação infantil, a criança deve “brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos) ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade” segue afirmando “suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais” (BRASIL, 2018, p. 38). Neste sentido, o documento base da educação brasileira acredita que é durante a interação que a criança pode desenvolver as suas potencialidades, além de oportunizá-la a trazer o seu cotidiano para a brincadeira, permitindo, neste sentido, que o adulto enxergue possíveis conflitos e emoções presentes na vida da criança.

O lúdico tem um papel de grande importância no desenvolvimento das ações dentro do processo de ensino e aprendizagem. Os professores que fazem do brincar, em seus planejamentos, criam momento de criatividade, autonomia, experimentação a aprendizagem significativa. Friemann 2012) relata que, ao observar uma criança brincando pode-se registrar as características das brincadeiras permitindo, por sua vez, a observação e desenvolvimento das habilidades.

A possibilidade que o lúdico traz para a criança, isto é, a aprendizagem de forma prazerosa, facilita também o vínculo terapêutico que é fundamental para que qualquer processo tenha êxito. Surge no mundo da criança a imaginação, partindo da ação que ela/ele deseja realizar, de acordo com a sua realidade. Nessa mesma perspectiva, os jogos simbólicos trazem em si certas regras de comportamentos inerente a situações representadas.

Através do lúdico a criança obtém prazer em realizar com um esforço espontâneo para atingir o objetivo; além de mobilizar esquemas mentais como: estimular o pensamento do tempo e espaço. Dito isso, vê-se que o lúdico transforma várias dimensões da personalidade: afetiva, social, motora e cognitiva. O ensino utilizado por meio lúdico cria um ambiente gratificante e atraente, servindo como estímulo para o desenvolvimento integral da criança. Segundo Santos (2002, p.12) o lúdico facilita a aprendizagem e o desenvolvimento pessoal, social e cultural, além disso, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação expressão e construção de conhecimento.

Partindo do exposto, as atividades lúdicas auxiliam no processo de aprendizagem do aluno na educação infantil, o pleno desenvolvimento da criança que aprende de forma significativa tornando o ensino de qualidade.

## **2 O TRABALHO PEDAGÓGICO NA APRENDIZAGEM COM O LÚDICO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Nesse capítulo serão abordados os temas necessários para o desenvolvimento do trabalho, para tanto, foi utilizada uma revisão bibliográfica sobre o fazer pedagógico do lúdico na educação infantil e sala de aula, esse marco apresenta uma breve discussão teórica acerca do assunto em estudo.

### **2.1 O papel do professor frente à ludicidade.**

Existe, atualmente, uma necessidade de se pensar a prática pedagógica do professor/docente e a sua metodologia no que tange ao uso de tarefas e atividades lúdicas no âmbito escolar. O (a) professor (a) responsável por viabilizar esse processo deve mostrar-se preparado e apto a desenvolver atividades e tarefas que estejam ligadas a ludicidade, utilizando estratégias metodológicas lúdicas como instrumento de unificação responsável pelo desenvolvimento do sujeito que aprende (GONÇALVES; MOTA; VIEIRA, 2022).

Logo, partindo das considerações já exortadas neste estudo, é possível afirmar que a figura do professor (a) é, na escola, o agente de lida diretamente com a criança em seu processo de aprendizagem. Por isso, reafirmamos aqui a necessidade de atentarmos para um fazer pedagógico mais consciente, sobretudo mais reflexivo quanto à fase da educação infantil, pois acreditamos veementemente nas considerações de Freire (2004) ao afirmar que “não se pode

falar em educação, sem amor”. Isso posto, o amor não se limita ao sentimento de carinho, mas sim, e sobretudo, o sentimento de cooperação, respeito e compreensão das necessidades educacionais dos alunos. Portanto, o papel do professor se mostra importante porque este poderá auxiliar e facilitar o processo de ensino e aprendizagem, entretanto, este poderá também desenvolver prejuízos da vida educacional do aluno.

## **2.2 Intervenção do professor nas atividades com o lúdico em sala de aula, no processo de alfabetização.**

O processo de alfabetização de crianças no ambiente escolar foi, por muito tempo, marcado por aulas com pouca prática de atividades lúdicas e um ensino mais centrado em abordagens tradicionalistas. Todavia, com as transformações sociais, culturais e tecnológicas, é possível identificar uma ruptura em tais metodologias e práticas. Atualmente, a escola não só trabalha com outras perspectivas de ensino como o lúdico, como é orientada e amparada em documentos normativos, como a BNCC (BRASIL, 2018). Portanto, verifica-se que a escola de hoje trabalha com outras perspectivas e mudanças nos processos de ensino e aprendizagem.

Quanto a intervenção do professor, verifica-se que, além da necessidade de relacionar-se com o (a) aluno (a), este também se constitui como agente fundamental no processo de construção de educandos críticos e reflexivos. Neste sentido, deve-se ter consciência de que o processo de aprendizagem necessita de estímulos aplicados por um adulto, oferecendo uma base de respeito pelo brincar da criança.

O processo deve ser realizado com prazer, porque a estratégia lúdica vem se configurando como uma importante ferramenta para o desenvolvimento do processo de ensino infantil. A respeito disso, Kishimoto (1994, p. 56) cita que “o professor é o elemento que deve interpretar a concepção de mundo e as aspirações de vida da população escolar, bem como de seus condicionantes”. Dentro desse contexto, o professor é fundamental para o desenvolvimento infantil, exercendo um papel de mediador da aprendizagem, auxiliando as crianças a construírem o seu próprio conhecimento.

## **2.3 O uso do lúdico como ferramenta para melhorar as dificuldades de aprendizagem na Educação Infantil.**

Ao partirmos para uma reflexão acerca do lúdico como ferramenta de desenvolvimento da alfabetização, podemos mencionar o estudo de Gaspar (2020) que menciona o lúdico como

instrumento imprescindível na alfabetização. Assim também, Soares (2010) afirma que os jogos e ferramentas lúdicas possibilitam a investigação e problematização de diferentes práticas, além de ser capaz de identificar e fornecer informações sobre a criança, sobre suas emoções, as suas interações e seu desempenho em diferentes aspectos, seja ele físico-motor, linguístico ou moral (SOARES, 2010).

As Diretrizes Curriculares para a Educação Infantil (1999) acrescentam que:

A criança, centro de planejamento curricular, é sujeito histórico e de direitos que os desenvolve nas interações, relações e práticas cotidianas a ela disponibilizadas e por elas estabelecidas com adultos e crianças de diferentes idades nos grupos e contextos culturais nos quais se insere. Nessas condições ela faz amizades, brinca com água ou terra, faz-de-conta, deseja, aprende, observa, conversa, experimenta, questiona, constrói sentidos sobre o mundo e sua identidade pessoal e coletiva, produzindo cultura (BRASIL, 1999, p.06).

Dessa feita, é possível concordar que qualquer objeto, material, ou circunstância pode se tornar uma aprendizagem significativa a criança, desde que seja bem traçada e intencionada pelo (a) professor (a). A ludicidade auxilia no desenvolvimento da capacidade intelectual e sensorial do indivíduo, isso ocorre principalmente por ser no momento dos jogos e brincadeiras que as crianças desenvolvem raciocínio lógico e crítico, criatividade, e outras habilidades que o ajudarão no futuro em diversas situações do dia a dia. Sendo assim, as metodologias lúdicas são grandes aliadas no momento do ensino.

### **3 METODOLOGIA**

Nesta seção buscaremos melhor delinear os procedimentos metodológicos que norteiam esta pesquisa, bem como explicitar a instituição onde o trabalho foi desenvolvido, o instrumento de coleta de dados e os sujeitos envolvidos, de forma que o leitor possa situar-se do contexto geral onde a pesquisa foi realizada.

Frente ao exposto, as pretensões do presente trabalho são, de forma geral: analisar o desenvolvimento infantil e o processo de alfabetização partindo da prática lúdica e, de forma específica: identificar os métodos de alfabetização e ludicidade desenvolvidos por professores da rede pública de ensino no município de Apodi-RN; promover problematizações acerca de uma prática pedagógica mais articulada às necessidades da infância e estimular o uso de práticas lúdicas que exploram a criança em suas diferentes dimensões: físico, social, emocional e educacional.



### **3.1 Instituição da Pesquisa.**

A pesquisa foi desenvolvida no município de Apodi-RN, mais especificamente, no Centro Municipal de Educação Infantil Carmelita Ferreira de Lima. Consoante podemos identificar, a escola pertence à esfera municipal de ensino. A instituição de ensino constitui-se como creche modelo e possui uma estrutura de grande porte, visto que a sua estruturação física, bem como as atividades que são desenvolvidas, os materiais e instrumentos utilizados são visivelmente uma referência positiva e de destaque na escola.

Quanto ao espaço físico da escola, pode-se evidenciar a partir da observação que esta possui suporte que permite o conforto tanto no ensino quanto na aprendizagem, visto que a escola dispõe de brinquedos, salas de aulas climatizadas e um espaço considerável distribuído da seguinte maneira: direção, sala de professores, oito salas de aulas, seis banheiros infantis, quatro banheiros para funcionários, brinquedoteca, sala de leitura, cozinha e secretaria.

### **3.2 Instrumentos de coleta de dados.**

O instrumento de coleta de dados utilizado para o desenvolvimento desta pesquisa trata-se da observação (GIL, 2002) etapa característica na pesquisa qualitativa. As observações ocorrem durante o período de três dias na referida escola, CMEI Carmelita Ferreira de Lima, em Apodi-RN. As observações consideraram os seguintes aspectos: (i) a metodologia dos profissionais; (ii) o processo de alfabetização; (iii) a ocorrência de estratégias lúdicas e (iv) o suporte oferecido pela escola. Vale ressaltar que, em vista da impossibilidade e inviabilidade da observação de forma contínua, a observação se deu apenas de forma ocasional, isto é, durante os três dias reservados a esta atividade.

### **3.3 Sujeitos da pesquisa e procedimentos metodológicos**

De forma sumária, os sujeitos envolvidos na pesquisa são 22 alunos de uma turma de Pré-I do CMEI Carmelita Ferreira de Lima, em Apodi-RN. Bem como duas professoras responsáveis pela referida turma. Aqui, buscaremos não expor seus nomes e imagens a fim de que se possa preservar a identidade dos envolvidos. Portanto, as imagens presentes neste estudo foram editadas por meio de ferramenta mosaico.

A nossa pesquisa possui caráter bibliográfico e descritivo, onde nos propomos a analisar e descrever as metodologias desenvolvidas pelos professores de uma escola pública no município de Apodi-RN. Os aspectos que foram observados dizem respeito às práticas pedagógicas adotadas no que tange a alfabetização e a ludicidade. A nossa abordagem é de natureza qualitativa de pesquisa, pois nos interessa o caráter subjetivo da pesquisa, bem como as experiências que serão descritas e analisadas sob o prisma teórico. Logo, não trabalhamos com dados quantitativos.

Quanto a nossa fundamentação teórica, esta será constituída por diferentes pesquisas com a finalidade de se construir um novo trabalho, não descartando os já existentes acerca da temática. Por isso, sustentamos nosso trabalho em autores como: Almeida (2009) trazendo a Ludicidade como instrumento pedagógico; Luckesi (2014; 2002) considerando a ludicidade e a formação do educador, bem como as atividades lúdicas partindo de experiências; um estudo de Rau (2011) debruçando-se sobre a atitude pedagógica; Bacelar (2009) com a ludicidade e a educação infantil; Pimentel (2008) trazendo uma abordagem histórico-cultural e Santos (2014) discutindo a ludicidade na alfabetização: perspectivas e possibilidades de novas aprendizagens. Assim, partiremos dos estudos supracitados como suporte teórico da nossa pesquisa.

## **4 DISCUSSÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS**

Este capítulo busca trazer contribuições importantes sobre a discussão e análise do produto da pesquisa. Neste sentido, consideramos o perfil dos educandos e uma síntese das discussões observadas na sala. Nesta perspectiva, além das considerações tecidas a partir da observação, busca-se estabelecer respaldo teórico frente às bases já apresentadas, de maneira que se sustente firmemente este trabalho que, apesar de limitado ao contexto da escola, apresenta contribuições aos estudos da pedagogia e à própria escola.

### **4.1. Perfil dos educandos**

A turma observada para o desenvolvimento deste trabalho possui o total de 22 alunos, todavia, não houve participação integral desse número. A faixa etária dos alunos são, em média, alunos de 5 anos de idade. No que diz respeito ao comportamento da turma, acreditamos que, por ser uma característica comum da idade, constituem-se como uma turma agitada, interativa e extremamente curiosa quanto às novas descobertas. As professoras, por sua vez, conseguem

ter o controle, apesar do expressivo número de alunos. A turma não possui nenhum aluno (a) com necessidades educacionais especiais, contudo, são alunos que possuem ritmos distintos e, cabe às professoras conseguir traçar estratégias que deem conta de alcançar a todos.

#### **4.2. Síntese da discussão das observações em sala de aula**

Nesta seção, discorreremos sobre as nossas observações que foram realizadas no Centro Municipal de Ensino Infantil (CMEI) Carmelita Ferreira de Lima, em Apodi-RN. Consoante já mencionamos, as observações aconteceram numa turma de Pré-I, com alunos de faixa etária de cinco anos. As atividades foram observadas durante o período de três dias seguindo o funcionamento já previsto pelas professoras responsáveis pela turma. Vale reforçar ainda que a turma possui duas professoras, ambas efetivas e selecionadas mediante concurso público.

Num primeiro momento, buscamos identificar as metodologias que foram desenvolvidas pelas professoras e, conforme pôde-se observar, as professoras trabalham com maior ênfase no Livro Didático que é disponibilizado pela escola e, portanto, o principal instrumento didático pedagógico de ensino. Todavia, é interessante mencionarmos que as atividades interativas que são propostas pelo livro também são, usualmente, desenvolvidas pelas professoras. Além disso, é importante mencionarmos que as atividades sempre são sustentadas por outras abordagens que são trazidas pelas responsáveis.

No primeiro dia de aula observada, as professoras trabalharam com o livro uma tarefa acerca dos povos e muitas culturas. Para subsidiar e fomentar essa discussão, também foi trazido uma música que foi exposta e reproduzida em sala de aula com a interação dos alunos. A música, que trazia a mensagem “Normal é ser diferente” ressalta a importância de identificar e respeitar as diferenças, portanto, nos traz a mensagem de tolerância e aceitação daquilo que é diferente.

É importante mencionarmos ainda que as professoras possuíam uma regularidade em suas aulas que era constituído por momentos como a acolhida, onde as profissionais recebiam os alunos e cantavam músicas já conhecidas, e as felicitações para a criança aniversariante do dia (caso houvesse). Ademais, ainda houve o momento em que as profissionais identificavam, junto aos alunos (as) o dia, mês e ano. O momento de rotina foi finalizado com a contagem dos alunos, exercitando os conhecimentos matemáticos.

Em função dessa aula ter sido posterior a um feriado municipal, as professoras também distribuíram folhas aos alunos para que eles pudessem desenhar como havia sido o seu feriado. Posteriormente a esse momento, a turma pôde interagir, com a mediação das professoras,

apresentando as suas vivências. Identificamos que, neste momento, houve grande interação por parte das crianças, sobretudo no momento de contribuição da comunicação oral.

O segundo dia de aula observada também seguiu uma linearidade de rotina com as seguintes atividades: acolhida, felicitações ao aniversariante, identificação do dia, mês e ano e, por fim, a contagem dos alunos. Estas são atividades que são exercidas cotidianamente pelas professoras a fim de estabelecer um hábito que, além de permitir o exercício de conhecimentos matemáticos (como a contagem dos alunos) ainda permite que pensemos sobre o desenvolvimento da empatia, respeito e boas maneiras (como as felicitações e a acolhida).

O livro didático também foi utilizado neste dia para uma atividade de reconhecimento da letra ilustrada. As professoras tentam desenvolver o trabalho de uma letra por dia, sendo este dia reservado ao exercício da letra X. Foram distribuídas imagens impressas aos alunos de objetos que começavam com a inicial X e os alunos deveriam pintá-las e reconhecer a letra. Em seguida, as docentes também ensinaram individualmente aos alunos como poderiam fazer a letra X com os dedos e ainda desenharam a letra do chão com o auxílio de um giz e cada aluno (a) teve a oportunidade de andar equilibrando-se de acordo com o desenho traçado. Por fim, os docentes convidaram cada aluno a ir até o quadro para que pudessem desenhar a letra X. Vemos, conforme as atividades realizadas, que as docentes buscam, além de desenvolver os conhecimentos programados, desenvolver também habilidades como coordenação motora e de locomoção.

**Figura 1-** Atividade de coordenação motora<sup>4</sup>



Fonte: Da autora (2022)

---

<sup>4</sup> Utilizamos a ferramenta mosaico nos rostos dos participantes da pesquisa a fim de preservar a identidade dos envolvidos

Quanto à atividade que foi desenvolvida no livro didático, as crianças deveriam identificar no texto a letra X e identificar as formas de realizá-la. As professoras finalizaram solicitando uma atividade para casa.

No terceiro e último dia de observação se deu em uma sexta feira que usualmente é reservada a atividades recreativas e lúdicas. As professoras realizaram a contação de uma história, onde as crianças ouviram e participaram por meio de interação. Às sextas feiras também é aberta a oportunidade para que os alunos levem para a sala de aula os seus brinquedos, tendo em vista que é um dia recreativo. Vale ressaltar ainda que a própria sala de aula possui ferramentas lúdicas e pedagógicas de ensino, além de um espaço amplo e favorável ao desenvolvimento de atividades diversas.

**Figuras 2 e 3-** Salas de aula e pátio escolar



Fonte: Da autora (2022)

O processo de alfabetização se dá, majoritariamente, com o auxílio do livro didático, todavia, não se limita a ele, pois é amparado por outras atividades e práticas que são pensadas pelas professoras e juntas conseguem desenvolver práticas mais dinâmicas. O livro didático, neste sentido, é importante pois orienta tais práticas. As atividades lúdicas, de acordo com as observações realizadas, acontecem com frequência, apesar de recair com mais ênfase em um dia específico, isto é, às sextas.

Também buscamos atentar-se à própria dinâmica da escola, se esta possibilita (ou não) o trabalho de atividades lúdicas. Vimos, partindo desse pressuposto, que a escola oferta condições do desenvolvimento dessas atividades pois ela possui espaços próprios, recursos e instrumentos que viabilizam e incentivam tais metodologias, alguns exemplos são: aparelhos de som, DVD, figurinos de encenação, recursos para impressão de atividades, além da cooperação dos agentes profissionais e apoio às atividades de caráter lúdico.

**Figura 4- Aulas**



Fonte: Da autora (2022)

Partindo das considerações expostas neste capítulo, é possível identificarmos que as atividades de caráter lúdico são desenvolvidas pelas professoras seguindo um cronograma já estabelecido pela escola. Usualmente, às sextas-feiras são realizadas prioritariamente as atividades recreativas. No entanto, as professoras também conseguem desenvolver práticas e atividades lúdicas orientadas pelo livro didático. A escola, enquanto agente fundamental nesse processo, também é responsável pela dinâmica de ensino e aprendizagem. Visualizamos que a escola, de maneira geral, contribui para o uso e incentivo à ludicidade, pois dispõe de materiais necessários, suporte e posturas que vão de encontro aos pressupostos da ludicidade.

Reconhecer e trabalhar o desenvolvimento de brincadeiras e atividades voltadas ao lúdico é também reconhecer que esta é uma necessidade básica na vida da criança, bem como afirmam Dallabona e Mendes (2004, p. 108) ao considerarem que “para manter o equilíbrio com o mundo, a criança necessita brincar, jogar, criar e inventar. Estas atividades lúdicas tornam-se mais significativas à medida que se desenvolve, inventando, reinventando e construindo”. Neste sentido, é possível constatar que as crianças conseguem desenvolver brincando, uma vez que essas atividades promovem a vivência, convivência e ressignificação de sentidos na vida do educando.

Frente ao exposto, vemos que, oportunizar o desenvolvimento da educação infantil ciente da importância de atividades lúdicas é fundamental para que uma aprendizagem significativa ocorra. Além disso, possibilita que o professor seja concebido sob uma ótica mais humana, reflexiva e ciente das necessidades dos seus educandos. Isso posto, partilhamos da perspectiva de Paulo Freire (2004, p. 74) “Não nego a competência, por outro lado, de arrogantes, mas lamento neles a ausência de simplicidade que, não diminuindo em nada seu saber, os faria melhor. Gente mais gente.” Logo, de acordo com a pedagogia de Paulo Freire, é possível se pensar em uma pedagogia da amorosidade, isto é, que considera o sujeito como

agente de sua formação, o seu lugar no mundo, os seus saberes previamente construídos e a sua autonomia.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Mediante as considerações desenvolvidas neste estudo, acreditamos que conseguimos alcançar os nossos objetivos, visto que, ao longo do trabalho, analisamos a prática de alfabetização partindo da observação do contexto escolar e de metodologias que trazem a ludicidade em sua essência. Portanto, apesar das práticas profissionais observadas se mostrarem limitadas ao contexto de ensino e a um cronograma escolar, verificamos que as professoras conseguem trabalhar com metodologias que mostram-se eficazes, atrativas e significativas aos educandos.

Neste mesmo sentido, é importante mencionarmos ainda que este trabalho constitui-se como insuficiente para representar a realidade da educação infantil no Brasil e também na escola, pois o estudo foi realizado apenas em uma sala de aula específica, com duas professoras e alunos cuja subjetividades não podem representar todas as demais. Portanto, por acreditarmos que cada profissional, assim como cada aluno possui singularidades e identidades profissionais distintas, afirmamos que este trabalho apenas caracteriza a realidade estudada. Todavia, verifica-se que este trabalho é relevante porque nos importa, na condição de estudantes e futuros profissionais, poder investigar as práticas pedagógicas atuantes e, mais que isso, ler o mundo criticamente a fim de poder contribuir, ainda que de forma humilde, para a melhoria do cenário educacional.

Quanto a temática que abordamos neste estudo, foi possível verificar que o lúdico não só é importante como necessário ao desenvolvimento da criança na educação infantil, visto que a partir de brincadeiras, jogos e atividades, o educando poderá desenvolver melhor as suas habilidades de forma articulada às suas necessidades infantis. Neste sentido, destacamos que a escola e as posturas profissionais são também cruciais neste processo, pois a consciência que deve ser desenvolvida em nível geral é responsável por orientar e conduzir essas práticas ao uso da ludicidade, levando o aluno a uma aprendizagem mais significativa. O lúdico, neste sentido, se caracteriza como um potencializador na educação infantil.

## **6 REFERÊNCIAS**

ALMEIDA, A. **Ludicidade como instrumento pedagógico**. Disponível: <http://www.cdof.com.br/recrea22.htm>. Acesso em 10 de abr. 2022, v. 10, 2009.

BACELAR, V. L. E. **Ludicidade e educação infantil**. 2009.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. CNE/CEB. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília, 1999.

CINTRA, R. C. G. G.; JUNIOR, P. S.G.S; WENGRAT, D. C. A historicidade e as políticas públicas voltadas para uma Educação Infantil lúdica. **Brazilian Journal of Development**, v. 8, n. 1, p. 5652-659, 2022.

DALLABONA, S. G; MENDES, S. M. S. O lúdico na educação infantil: jogar, brincar, uma forma de educar. **Revista de divulgação técnico-científica do ICPG**, v. 1, n. 4, p. 107-112, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FRIEMANN, A. **O brincar na educação infantil; observação, adequação e inclusão**, 1ed. São Paulo; Moderna, 2012. p. 17, 47, 153.

GASPAR, V. S. O lúdico como instrumento de alfabetização. **Revista Artigos. Com**, v. 15, p. e2574-e2574, 2020.

GIL, A. C. **Como classificar as pesquisas**. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

GONÇALVES, T; MOTA, R. S.; VIEIRA, M. A. A importância da ludicidade na educação infantil. **Revista Latino-Americana de estudos científicos**. V. 03, N.13 Jan./Fev. 2022.

KISHIMOTO, T. M. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Livraria Peoneira. Editora, 1994. p. 49, 56.

LUCKESI, C. C. Ludicidade e atividades lúdicas: uma abordagem a partir da experiência interna. **Ludicidade: o que é mesmo isso**, p. 22-60, 2002.

LUCKESI, C. Ludicidade e formação do educador. **Revista entre ideias: educação, cultura e sociedade**, v. 3, n. 2, 2014.

PIMENTEL, A. A ludicidade na educação infantil: uma abordagem histórico-cultural. **Psicologia da educação**, n. 26, p. 109-133, 2008.

RAU, M. C. T. D. A ludicidade na educação: uma atitude pedagógica. Curitiba: **ibpex**, v. 20, 2011.

SANTOS, F. C. R. **A ludicidade na alfabetização: perspectivas e possibilidades de novas aprendizagens**. 2014.



SANTOS, S. M. P. **O lúdico na formação na formação da educação.** 5ed. Petrópolis; vozes, 2002.

SOARES, S. F. **A importância do lúdico nas práticas de letramento e alfabetização na Educação Infantil.** Curso de Educação- Pedagogia. Porto Alegre, 2010.

# DESAFIOS DA ATUAÇÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM TEMPOS DE PANDEMIA COVID-19: UM ESTUDO NA CIDADE DE APODI/RN

Anny Claoneide Pinto Pereira

Mary Carneiro de Paiva Oliveira

Carlos Deodoro Inácio de Oliveira Negreiros

José Raul de Sousa

## RESUMO

A educação infantil na pandemia é um tema que necessita de pesquisas para um avanço na qualidade desse ensino, uma das questões a serem analisadas é a atuação docente neste campo de atuação. Assim, este estudo trata-se de uma pesquisa sobre a Educação infantil, a qual analisou os desafios da atuação docente na Educação infantil durante a pandemia do Covid-19 em uma escola municipal de Apodi-RN. A referida pesquisa nasceu da motivação a partir do lugar epistemológico de quem o escreve, tendo em vista experiências vividas enquanto estagiária nesse contexto educacional, nessa mesma escola – campo empírico desta pesquisa. Diante dessa conjuntura, teve-se como problema de pesquisa: Quais os desafios da atuação docente na Educação Infantil durante a pandemia do COVID-19 em uma escola municipal de Apodi/RN? Após uma contextualização dos fatos sócio-históricos que atravessaram a pesquisa, abordamos os caminhos metodológicos que nortearam esse estudo. Para a feitura dele, foram utilizados os registros das observações do estágio curricular supervisionado na educação infantil e um questionário aberto aplicado a três professoras da escola que serviu como campo de estágio e dessa pesquisa também. Além disso, apropriou-se da pesquisa qualitativa para a análise desses dados. Como embasamento teórico, refletimos sobre o conceito do Ensino Remoto Emergencial (ERE), a atuação docente no âmbito da Educação Infantil e a formação do docente. Através deste estudo, apontou-se que os principais desafios vivenciados no período do isolamento social devido a pandemia do Covid-19 foram: ausência de formação docente; falta de recursos financeiros e uma relação frágil entre escola e/ou responsável pelas crianças. Nas considerações que finalizam esse trabalho, sugeriu-se que mais estudos fossem realizados no contexto da educação infantil e ERE, considerando esta uma tríade de desafios a atuação docente.

**Palavras-chave:** Ensino Remoto Emergencial. Atuação Docente. Formação.

**CHALLENGES OF TEACHING PERFORMANCE IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION IN TIMES OF THE COVID-19 PANDEMIC: A STUDY IN THE CITY OF APODI/RN**

## ABSTRACT

Early childhood education in the pandemic is a topic that needs research to advance the quality of this teaching, one of the issues to be analyzed is the teaching performance in this field. Thus, this study is a research on Early Childhood Education, which analyzed the challenges of teaching in Early Childhood Education during the Covid-19 pandemic in a municipal school at Apodi-RN. This research arises from the motivation from the epistemological place of who writes it, in view of experiences lived as a trainee in this educational context, in that same school - empirical field of this research. Given this situation, the research problem was: What are the challenges of teaching in Early Childhood Education during the COVID-19 pandemic in a municipal school in Apodi/RN? After contextualizing the socio-historical facts that influence the research, we approach the methodologies that guided this study. To make it, records of observations of the supervised curricular internship in early childhood education and an open questionnaire applied to three teachers from the school that served as the field of internship and this research were used. In addition, qualitative research was appropriated for the analysis of these data. As a theoretical basis, we reflect on the concept of Emergency Remote Teaching (ERT), the teaching role in the field of Early Childhood Education and teacher training. Through this study, it was pointed out that the main challenges experienced in the period of social isolation due to the Covid-19 pandemic were: lack of teacher training; little financial resources and a fragile relationship between the school and/or responsible for the children. In the considerations that finalize this work, it was suggested that more studies be carried out in the context of early childhood education and ERE, considering this a triad of challenges to teaching.

**Keywords:** Remote Emergency Teaching. Teaching Performance. Teacher Training.

## 1 INTRODUÇÃO

Educação infantil é a primeira etapa da educação básica, através dela, a criança tem seu primeiro contato com a vida escolar e o meio externo, esse primeiro contato e as mais variadas informações, torna essa faixa etária um desafio, a criança aprenderá a conviver em sociedade e desenvolver habilidades.

Nas últimas décadas, com aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho, acresce também a demanda de instituições para atender as crianças dessas mães trabalhadoras, esses lugares tinham como finalidade assistencialista, prioritário apenas para o cuidar da segurança, alimentação e higiene pessoal. Com a constituição de 1988, a garantia do ensino público gratuito para creches e pré-escolas, se consolidou passando a ser incluída na política educacional e deixando de ser apenas assistencialista tendo como ponto de partida concepções pedagógicas.

Em continuidade com a discussão, vem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA

- Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996) trouxeram grandes mudanças de conceitos sobre educação infantil trazendo um novo significado a criança entendendo-a como um ser social, histórico, pertencente a uma determinada classe social e cultural.

Buscando atender as normas do Ministério da Educação e minimizar os possíveis impactos na Rede Municipal de Ensino, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) de Apodi-RN, autorizou a realização das atividades não presenciais em todas as escolas de sua Rede, desde a educação infantil até os anos finais do ensino fundamental, estabelecendo que as escolas elaborassem seus planos para darem continuidade ao ano letivo que já tinha iniciado anteriormente, e que a partir de 18 de Maio de 2020 fosse implantado o ensino remoto.

Desse modo, os profissionais da educação buscaram soluções para os desafios que começaram a fazer parte desse contexto educacional pandêmico, alguns deles foram: Como educar? Como fluir o trabalho? Como encarar essa nova realidade? Várias perguntas sem respostas imediatas foram levantadas e que no decorrer desse período de pandemia algumas respostas foram aparecendo, e outros novos desafios também surgiram.

Diante desse dilema em que a educação se encontrava, a temática “Desafios da atuação docente na Educação Infantil em tempos de pandemia Covid-19: um estudo na cidade de Apodi/RN” abordada nesta pesquisa, surgiu durante o estágio curricular supervisionado na educação infantil no Centro Municipal de Educação Infantil Professora Carmelita Ferreira de Lima (CMEI)

Assim, a relação da pesquisadora com seu objeto de estudo, se deu também porque atuava há quase dois anos na pré-escola como estagiária do Instituto Euvaldo Lodi (IEL) Nessa escola – campo empírico desta pesquisa, onde foi possível estar presente na transição do ensino presencial para o remoto, nesse contexto foram percebidas inúmeras mudanças desafiadoras.

Pensando nisso, esse trabalho se justifica por trazer contribuições pedagógicas e históricas, a nível local e nacional, abordando as vivências da realidade educacional docente durante a pandemia do Covid-19, tecendo reflexões para a sociedade e a academia, possibilitando o registro por meio desse trabalho, o qual se configura em um estudo de caso com estruturas descritivas e exploratórias de abordagem qualitativa e não participante.

Para fortalecer esse estudo na busca de responder à questão norteadora “*Quais os desafios da atuação docente na Educação Infantil durante a pandemia do COVID-19 em uma escola municipal de Apodi/RN?*” E para responder a essa questão, teve-se como objetivo geral: analisar os desafios da atuação docente na Educação infantil durante a pandemia Covid-19

em uma escola municipal de Apodi-RN. Como forma de atingir o referido objetivo, foram delineados os objetivos específicos: verificar os desafios que surgiram na atuação docente na Educação Infantil durante o ensino remoto na pandemia da COVID-19; refletir sobre a atuação dos/as professores/as e as estratégias utilizadas para o desenvolvimento das aulas no contexto pandêmico; identificar subsídios fornecidos aos professores e professoras para o desenvolvimento das aulas no ensino remoto na educação infantil.

Desta forma, este trabalho se divide em seis seções, sendo esta, a primeira, que introduz o tema a motivação e os objetivos do presente estudo, uma segunda seção descrevendo os percursos metodológicos da pesquisa, uma terceira que traz discussões pertinentes sobre o mesmo tema através de pesquisas anteriores. Enquanto isso, a quarta seção traz os resultados e discutimos o que estes apresentam, posteriormente escrevemos nossas últimas considerações sobre o estudo, trazendo também algumas recomendações para futuras pesquisas. Por fim, trazemos uma lista com as referências dos textos utilizados, além de um Apêndice, contendo as perguntas do questionário aberto aplicado às três professoras do CMEI.

No tópico seguinte a este, veremos mais sobre a natureza desta pesquisa, no qual serão descritas questões de ordem metodológicas, como a natureza da pesquisa, contexto de partida, detalhamento da análise dos dados e outras questões inerentes à construção do corpus da pesquisa.

## **2 PERCURSO METODOLÓGICO**

Neste tópico apresentaremos o percurso metodológico que fizemos para analisar os dados e chegar aos resultados obtidos, abordando a natureza da pesquisa, os instrumentos de coleta de dados, e outras questões inerentes à metodologia de pesquisa.

### **2.1 Caminhos que nos levaram ao corpus e a análise**

Este estudo realizado no CMEI (Centro Municipal de Educação Infantil) na cidade de Apodi-RN classifica-se como um estudo de caso com estruturas descritivas e exploratórias de abordagem qualitativa. Segundo Yin (2001, p.32): “o estudo de caso é uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de um contexto da vida real, sendo que os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Desse modo, caracterizando a nossa pesquisa, corroboramos com Gil (2002, p.41), quando diz que as pesquisas exploratórias “têm o objetivo de proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses”, incluindo questionários com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado. Complementa ainda Gil (2002, p.42) “pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno”.

Nesse sentido, foram utilizados dois instrumentos para coleta de dados, o questionário aberto aplicado entre três professoras da educação infantil e os registros da observação construídos durante o estágio curricular supervisionado na educação infantil, tendo como base o argumento de Gil (2002, p.141) pois, “no estudo de caso utiliza-se sempre mais de uma técnica. Isso constitui um princípio básico que não pode ser descartado. Complementa ainda o autor que um trabalho de boa qualidade apresenta diversos procedimentos (GIL,2002).

Além disso, esta pesquisa escolhe os caminhos da abordagem qualitativa, tendo em vista que, para Minayo (2017. p.571, tradução nossa) as ciências humanas e sociais exigem uma metodologia de pesquisa de “caráter compreensivo, contextualizado, interpretativo, e dialético”, sendo assim, utilizar uma metodologia que não compreenda essas características seria em vão, pois não contemplaria a subjetividade, humanidade, contexto e historicidade do indivíduo por si só e no mundo.

Adicionado a esse fato, Richardson (1999, p.102, tradução nossa) diz que o estudo qualitativo contribui para uma análise humanizada dos fatos, considerando cada acontecimento como algo único, relevante e não trivial, sendo assim, ele traz que:

O objetivo fundamental da pesquisa qualitativa não reside na produção de opiniões representativas e objetivamente mensuráveis de um grupo; está no aprofundamento da compreensão de um fenômeno social por meio de entrevistas em profundidade e análises qualitativas da consciência articulada dos atores envolvidos no fenômeno.

Ou seja, a pesquisa qualitativa busca a compreensão de fenômenos sociais que considerem em suas análises uma visão macro dos acontecimentos, considerando que ações não acontecem em um vácuo, mas são permeadas por contextos e vivências anteriores, atravessadas por pessoas, cada um ao seu modo.

Notamos então que esta pesquisa se constitui como qualitativa tendo em vista a análise de um questionário e a observação dos fatos que foram discutidos, além de terem sido analisados, tendo em vista o caráter subjetivo das ciências humanas e sociais.

## **2.2 De onde partimos**

Este estudo nasce da inquietação de uma pedagoga em formação inicial que teve seu estágio atravessado por uma crise sanitária que se dá devido ao surgimento do vírus da Covid-19, que se espalhou pelo mundo inteiro causando uma pandemia. Devido a este ocorrido, inúmeras atividades passaram a acontecer de forma remota/online, como foi o caso das atividades educacionais. Sendo assim, neste tópico apresentamos mais sobre como se deu este estágio, abordando detalhes quanto o contexto social e espacial da ambientação da pesquisa.

### **2.2.1 Sobre o município que nos recebeu**

O presente estudo foi realizado na cidade de Apodi/RN, município que está localizado na mesorregião do Oeste potiguar, na Chapada do Apodi, no estado do Rio Grande do Norte. Limita-se com os municípios de Felipe Guerra, Governador Dix-Sept Rosado, Umarizal, Itaú, Severiano Melo, Caraúbas e com o Estado do Ceará (à leste). Compreende uma extensão territorial equivalente a 1.602,477 quilômetros quadrados, com uma população de 35.904 habitantes (IBGE,2020).

Considerado como um centro de média influência nos municípios vizinhos, o município de Apodi é do entorno da região de Mossoró, Rio Grande do Norte. Dentro de sua área de influência, a cidade atrai maior parte dos visitantes pelos esportes. A cidade é o 2º município mais populoso da pequena região de Mossoró, com 35,9 mil habitantes.

Dessa forma, a cultura Apodiense tem uma grande predominância da religião católica: as festividades tradicionais: São João Batista, realizada em 24 de junho, e a de Nossa Senhora da Conceição, celebrada no dia 08 de dezembro. Apodi apresenta, desse modo, particularidade de possuir dois padroeiros. A cidade além da religião católica, possui várias Igrejas evangélicas que também costumam realizar eventos gospel como cruzadas evangelísticas trazendo cantores renomados para atração, impacto jovens e congressos bíblicos, ainda conta também com o Centro Espírita Nova Vida.

A abordagem da cultura apodiense é importante para a análise das respostas das professoras, tendo em vista que este estudo se desenvolve considerando os acontecimentos como parte de um todo social, e não algo que se desenvolve em um vácuo.

### **2.2.2 Sobre CMEI**

Em continuidade com a caracterização do campo empírico da pesquisa, traz-se o Centro Municipal de Educação Infantil Professora Carmelita Ferreira de Lima é uma instituição pública, localizada na cidade de Apodi/RN, a escola oferece neste ano de 2022 o atendimento da primeira etapa da Educação Básica (Educação Infantil), nas modalidades de creche e pré-escola subsidiado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, funcionando nos turnos matutino e vespertino e atendendo crianças matriculadas em turmas de creche (2 e 3 anos de idade) e pré-escola (4 e 5 anos de idade).

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, atualizado em 2022, o Centro Municipal de Educação Infantil Professora Carmelita Ferreira de Lima (CMEI), tem como objetivo promover o desenvolvimento integral da criança de 2 (dois) a 6 (seis) anos nos aspectos: físico, cognitivo, afetivo e social, utilizando a educação como para uma formação cidadã, crítica e reflexiva, além de buscar uma parceria entre escola e família

Procurando informações a respeito de como o CMEI entende a atuação docente na escola da educação infantil, entendemos que o que se tem sobre isso são questões que ligam o professor ao planejamento, organização, apresentação de situações desafiadoras, que ensinam as crianças a lidarem com conflitos etc. Ou seja, o professor é colocado em um papel de mediador do conhecimento e uma aprendizagem natural.

O PPP do CMEI destaca também que busca o desenvolvimento das competências gerais da BNCC (2017), em especial a competência número um, que aborda a questão da aprendizagem contínua para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, considerando a economia, diversidade social e cultural, e é baseando-se na BNCC que há essa busca.

Ainda tomando como base a BNCC (2017), é perceptível que a creche busca a realização de um trabalho que desenvolve as competências durante os momentos que interage e brinca com as crianças, considerando que as brincadeiras e interações são fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem. De fato, Kishimoto (2010) afirma que a brincadeira saudável expõe a criança de forma positiva a novas vivências com objetos, pessoas, natureza e cultura.

Além disso, destacamos o caráter crítico educacional do CMEI, que busca o entrelaçamento dos componentes curriculares com as ações que possibilitam a construção e reconstrução de conhecimentos. Sobre as bases teóricas que norteiam o CMEI o PPP cita as propostas pedagógicas mais contemporâneas de aprendizagem, em especial as cognitivistas,



destacando a teoria construtivista de Jean Piaget, as teorias sócio interacionistas de Lev Vygotsky e a de Henri Wallon.

Em suma, notamos que o PPP do CMEI considera uma aprendizagem crítica e reflexiva, visando a formação cidadã e política de seu alunado, considerando como seres protagonistas de todas as áreas de suas próprias vidas. Além disso, é compreendido que a criança precisa de cuidados físicos, cognitivos e afetivos.

### **2.2.3 Documentação das experiências de professoras e estagiária da educação infantil para análise**

Durante o estágio curricular supervisionado na educação infantil, foram tecidas informações sobre o objeto de estudo deste trabalho, a atuação docente e registradas em relatório por escrito, que abordou os desafios das vivências das professoras no contexto pandêmico, onde foi classificado como observatório não participante, com intuito apenas de reter informações sem intervir nos dados, e para fortalecer esse estudo na busca de responder a questão norteadora “Quais os desafios da atuação docente na Educação Infantil durante a pandemia do COVID-19 em uma escola municipal de Apodi/RN?”.

Partindo-se das hipóteses de que os principais desafios foram a falta de acesso fácil de internet e equipamentos básicos de qualidade para utilizar na aula, pois não faziam parte da realidade da maioria dos alunos e docentes, o que implicaria na qualidade do processo de ensino e aprendizagem na atenção das crianças da educação infantil; as aulas nas telas *online* foram desafiadoras, acrescido a isso, a falta de acompanhamento dos responsáveis que sentiram dificuldades em manusear as tecnologias durante as aulas, o que dificultou a avaliação docente com relação ao desenvolvimento das habilidades e competências das crianças.

Nesse sentido, foi realizado um questionário aberto para fortalecer dados já coletados anteriormente e escritos no relatório de estágio, pois segundo Gil (2002, p.116) “a elaboração de questionário aberto consiste basicamente em traduzir os objetivos específicos da pesquisa em itens bem redigidos”. Complementa ainda o autor que não existe um padrão de elaboração, que vai ser com base em experiências dos pesquisadores e a partir delas poderão sugerir melhores regras a adotar para que os objetivos da pesquisa sejam contemplados (GIL,2002), assim, foram elaboradas oito questões abertas respondidas pelos sujeitos da pesquisa.

Desse modo, os sujeitos dessa pesquisa foram três professoras da pré-escola, duas delas atuam no turno matutino e a outra no vespertino, todas elas atuaram no ensino remoto

emergencial. A quantidade de sujeitos da pesquisa se justifica pela disponibilidade e aceitação em responder o questionário aberto aplicado, ressaltando ser um estudo de caso específico, a nível de pré-escola, em uma escola de educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Apodi/RN. Para preservar a identidade dos sujeitos, foram escolhidos os pseudônimos com os nomes de flores: *Amor-Perfeito*, *Botão-de-Ouro* e *Begônia*, por se tratar de profissionais do sexo feminino que atuam na docência com crianças em que o cuidar e o educar são pilares da educação infantil.

### **3 CONTEXTUALIZANDO O TEMA EM PESQUISAS ANTERIORES**

Nesta seção fazemos um apanhado de estudos que comungam com o tema abordado, contribuindo com conceitos abordados e relevantes para a pesquisa, além de servir como embasamento teórico ao se apropriar de estudos anteriores com a mesma temática e objetivos que visamos.

Sendo assim, iniciamos o referencial teórico abordado o contexto da pesquisa, em seguida fizemos a conceituação do termo “Ensino Remoto Emergencial (ERE)”, nos baseando em estudos que surgiram durante o período pandêmico. Além disso, abordamos a questão da educação infantil no contexto da pandemia no Brasil e finalizamos discutindo sobre a atuação docente na educação infantil.

Esta seção se faz importante para justificar o cunho acadêmico e relevante no âmbito dos estudos pedagógicos acerca da educação infantil no contexto da pandemia, algo que ainda precisa ser bastante discutido e documentado, servindo como base para a formação inicial e continuada de docentes, além da melhoria na qualidade do ensino infantil.

#### **3.1 A educação Infantil no Brasil: uma breve incursão histórica**

O percurso evolutivo da educação infantil no Brasil teve três marcos históricos importantes: Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - Lei n. 8.069 de 13 de julho de 1990) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996), que trouxeram a garantia do direito a aprendizagem na infância, que até então era tratada como um espaço de cuidado e higienização das crianças que eram deixadas nas creches e jardins de infância, enquanto as mães precisavam trabalhar.

Desse modo, mesmo com essas conquistas foram lentos os passos até chegar no

entendimento pedagógico que temos hoje, tendo em vista que antes não existia um consenso sobre a necessidade da atenção especial nos primeiros anos de vida. Sendo hoje considerada a “primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até cinco anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” como mostra o Art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996, p.17).

Em seu percurso histórico após os Referenciais Curriculares Nacionais – RCNEI (BRASIL, 1998) que deu as diretrizes de como funcionaria a educação infantil, trazendo a organização curricular, estrutura, o cuidar e o educar como pilares do processo de ensino e aprendizagem, buscando a garantia do desenvolvimento cognitivo das crianças de 0 a 5 anos; depois ganha a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2017), que apresenta seis direitos fundamentais a esse público: "conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se" (BRASIL, 2017, p.36), complementando que ainda que se precisa criar “estratégias e ações para que as crianças possam observar, investigar e explorar o ambiente, manejar objetos e brinquedos, criar suposições e verificar as informações para confirmar as perguntas e curiosidades” (Idem, 2017, p.36).

Portanto, a escola deve permitir que as crianças explorem o meio físico e o social que as rodeiam e construam conhecimentos a partir dessas vivências. (BRASIL, 2017, p.47). Essa realidade exploratória das atividades pedagógicas sugeridas para educação infantil nesse contexto pandêmico ficou por conta de cada responsável da criança realizar ou não dentro da disponibilidade de tempo de cada um respeitando cada contexto familiar.

Em continuidade a essa discussão, trazemos o subtópico seguinte, que trata da atuação e da formação docente na educação infantil.

### **3.2 A importância da atuação e da formação docente na educação infantil**

Escreva um parágrafo contextualizando esse tópico, não se inicia um subtópico logo citação, mesmo que seja indireta.

Segundo Arribas (2004), o educador da escola infantil é um dos mais importantes atores durante o longo processo de escolarização das crianças, já que dele depende a aprendizagem de seus alunos. Além de permanecer grande parte do tempo com seus alunos, o educador também é responsável por organizar as atividades, o espaço, motivar as crianças e, sobretudo, criar e oferecer situações educativas que façam com que cada um deles se

desenvolva visando um máximo aproveitamento das habilidades.

Para Angotti (2003), também é papel do professor estimular um ambiente que proporciona interação com as pessoas e o meio, no qual haverá oportunidade de descobertas, experiências, conhecimento de mundo e avanço cognitivo.

Montessori (2003) aborda ainda a fundamental relevância dos professores na sala de aula, sendo assim, é função do professor estabelecer um relacionamento positivo entre as crianças, baseado no respeito mútuo e na individualidade do ser, de modo a conquistar a confiança das crianças. É preciso que o professor tenha confiança no potencial infantil, e proporcione um ambiente preparado e adequado, com instrumentos e materiais pedagógicos específicos à etapa de desenvolvimento em que a criança se encontra, dessa forma o potencial da criança terá um caráter auto formativo, de independência e responsabilidade, ensinando a criança a tomar decisões e aprender de forma independente.

Diante da indiscutível importância da atuação do professor, destacamos também que se faz necessário ser um profissional aberto a novas aprendizagens, tecendo a relevância da formação continuada no contexto da educação infantil, tendo em vista que, segundo Freitas (2003) somos inacabados e sempre precisamos nos (re)construir. Isso implica em sempre estar revisitando conceitos e teorias que fundamentam nossa prática, buscando conhecimentos atualizados e que compreendam o desenvolvimento na infância.

Ainda sobre a questão da formação, Libâneo (2004) destaca que “a identidade profissional dos professores e o desenvolvimento de competências” precisam ser consideradas, pois o professor se reconfigura renovando teorias, construindo conhecimento científico, conceitos e, principalmente sua prática, para que assim esteja em constante (trans)formação, e isso irá refletir em sua sala de aula e na formação de seus alunos.

Fazenda (1995, p.40) destaca ainda que o professor, de forma geral, tem o papel de denunciar as ilusões sociais, mas isso não deve ser visto como algo que vem para acabar com a esperança, pelo contrário, o professor tem a função de ensinar a ser cidadão político e pensante, que luta pelos seus direitos. Além disso, Fazenda (1995) destaca o peculiar papel de “salvador” que muitos associam à figura do professor, no entanto a autora destaca que, na verdade, os professores também são atravessados pelos desafios sociais, mas atuam na luta pela melhoria de vida e por um ensino de qualidade para seus alunos. Fazenda (1995) sugere ainda exista uma constante reelaboração da identidade do professor enquanto sujeito, definindo assim estratégias de ação que mudam, mesmo que aos poucos, a realidade vigente. É importante destacar também que o professor da educação infantil não representa apenas alguém que passa conhecimento, não é um simples profissional que cruza com o aluno, pelo contrário, é

estabelecido um vínculo, isso implica em uma prática afetiva, respeitosa e que demanda atenção. É na educação infantil que se inicia a construção da autonomia e do desenvolvimento das estruturas cognitivas, sociais e afetivas dos alunos, sendo assim, cabe ao professor estar atento a isso, desenvolvendo atividades escolares planejadas e executadas com responsabilidade

e visando uma maior desenvoltura dessas habilidades (ARRIBAS, 2004).

Também é papel do professor conhecer as subjetividades de seus alunos, além de levar essas subjetividades em consideração no momento de ensinar e avaliar. Freitas (2003) destaca que, além de conhecer as especificidades das crianças, o professor deve entender que a assimilação dos conteúdos é dependente dessas diferenças.

Ainda no contexto da educação infantil e o papel do professor, Freitas (2003) destaca a importância de conhecer a realidade de cada aluno, isso deve ser considerado no momento do planejamento e na feitura do currículo, de forma que venha a contribuir na construção do conhecimento, procurando relacionar o novo conhecimento com o que o aluno já sabe, valorizando as ideias e valores que as crianças já carregam. Está então, na responsabilidade do professor a formação de sujeitos ativos e conscientes, sendo assim, Freitas (2003) afirma ainda que educar exige comprometimento com as ações educativas, tendo em mente o cunho humano, que sente e pensa.

O próximo subtópico aborda a questão de como se deu a pandemia do COVID-19, contexto desta pesquisa, abordando alguns fatos relevantes considerados neste trabalho, abordando também alguns aspectos que a educação passou durante a pandemia.

### **3.3 Contexto da pandemia do covid-19 e a educação**

No final de dezembro de 2019, a Organização Mundial de Saúde (OMS) recebeu alertas vindos da cidade de Wuhan, na China, sobre casos de pneumonia de causa desconhecida. Tratava-se da COVID-19, que segundo o Ministério da Saúde (BRASIL, 2020) é uma doença causada pelo Coronavírus SARS-CoV-2, a qual apresentava quadros clínicos que variam de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. Ainda segundo o Ministério da Saúde, o novo Coronavírus é um vírus respiratório disseminado principalmente pelo contato com pessoas infectadas através de gotículas de saliva, espirro, tosse, catarro ou através de objetos ou superfícies contaminadas. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia, o que significava dizer que a doença atingiu

escala global. A rápida disseminação da doença levou vários países a adotarem medidas restritivas como, por exemplo, o isolamento social, para tentar frear o avanço do vírus.

No site do Ministério da Saúde na página Painel Coronavírus é possível visualizar gráficos com a evolução da COVID-19 no Brasil. Um desses gráficos é o de casos por data de notificação, no qual é possível identificar que a primeira notificação no Brasil aconteceu no final do mês de fevereiro e devido ao crescente número de casos no país, estados, municípios e o Distrito Federal (DF) iniciaram inúmeras medidas de prevenção e combate ao Covid-19. Dentre as ações adotadas, foram o fechamento de empresas, escolas, shoppings etc., corroborando com as recomendações da OMS.

No Rio Grande do Norte (RN), uma das primeiras medidas tomada, em vista do cenário pandêmico, foi a suspensão das aulas em todas as redes de ensino em todos os níveis de educação a partir do dia 18 de março de 2020, seguindo o artigo 2º do Decreto nº 29.524, de 17 de março de 2020. Assim, foi gerado um cenário de dúvidas e incertezas quanto ao retorno das atividades escolares, gerando a necessidade de buscar alternativas que pudessem dar continuidade ao ano letivo. No tocante à educação, em 5 de abril, através do Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte, foi publicada a Instrução Normativa nº01/2020 – CEE/SEEC/RN, em que o governo do estado:

Dispõe sobre regime excepcional e transitório, de atividades escolares não presenciais nas instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, atendendo às decisões de isolamento social definidas pelo Governo do Estado com o fim de evitar e combater o avanço da pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19). (RIO GRANDE DO NORTE, 2020, p.22)

Nesta Instrução Normativa, o Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Norte, resolve, no Art. 2º, que as instituições de ensino poderiam realizar atividades pedagógicas não presenciais, por intermédio de tecnologias diversas na reorganização dos calendários e das atividades escolares. Este mesmo artigo ressalta que os meios utilizados deveriam “alcançar todos os estudantes e atingir os objetivos do ensino-aprendizagem, durante o período de suspensão das atividades escolares presenciais” (RIO GRANDE DO NORTE, 2020). O inciso primeiro deste artigo dizia que este recurso de continuidade pedagógica com atividades não presenciais não se caracterizava como ensino a distância.

Assim, com a suspensão das aulas presenciais devido à pandemia, os alunos, professores e outros profissionais da escola passaram a não poder compartilhar do mesmo espaço físico, como a própria escola, salas de aulas ou quadras. A rotina de ir à escola, manter

relações sociais, profissionais e educativas com todos que compõem o corpo escolar foram interrompidas inesperadamente e, a partir de então, todos passaram a compartilhar a vivência inédita do Ensino Remoto Emergencial (ERE).

Nesse contexto, a atuação do docente consiste em uma prática social concreta, dinâmica, multidimensional, interativa, sempre inédita e imprevisível, no qual o professor deve desenvolver-se diante das limitações. Utilizando-se dos meios e de ferramentas que envolva toda equipe colaboradora do ensino, constituindo reflexões sobre o ensino remoto diante da pandemia global. Assim, segundo Sacristán (1991, p. 74),

A competência docente não é tanto uma técnica composta por uma série de destrezas baseadas em conhecimentos concretos ou na experiência, nem uma simples descoberta pessoal. O professor não é um técnico nem um improvisador, mas sim um profissional que pode utilizar o seu conhecimento e a sua experiência para se desenvolver em contextos pedagógicos práticos preexistentes.

Diante dessa perspectiva, salientamos que a todo momento a inovação e o aprendizado se fizeram presente em todo processo, alunos e professores desenvolveram o conhecimento juntos, e nunca se tinha vivenciado algo parecido com o cenário descrito neste trabalho.

Assim, os professores tiveram de se adaptar a um novo formato de ensino para o qual não estavam preparados, onde no lugar da lousa estavam os celulares e computadores, e no lugar da escola estava sua própria casa. Pensar na educação neste novo formato não foi fácil, os professores tiveram de planejar suas aulas para serem desenvolvidas longe das salas de aula e longe dos seus materiais habitualmente utilizados. Paulo Freire já dizia: “ensinar inexiste sem aprender e vice-versa e foi aprendendo socialmente que, historicamente, homens e mulheres descobriram que era possível ensinar.” (FREIRE, 1997, pp. 23-24), pois, embora o aprender seja livre e para todos, a união e o embasamento em autores faz com que o progresso seja maior e mais proveitoso.

O Conselho Nacional de Educação (CNE) enfatiza a necessidade de levar “em consideração o atendimento dos objetivos de aprendizagem e o desenvolvimento das competências e habilidades a serem alcançadas pelos estudantes em circunstâncias excepcionais provocadas pela pandemia” (BRASIL, 2020, p. 23).

Nesse formato foi fundamental o domínio e a postura dos professores diante das adversidades vigentes, buscando maneiras da promoção dos saberes, o desdobramento das atividades atípicas do ensino remoto e suas novas tecnologias citadas por Silva (2020, p. 270) apontando a importância das ferramentas tecnológicas na vida de todos.

[...] o contato com o computador, com o aparelho de videoconferência, data show e outras ferramentas tecnológicas avançadas de auxílio é imprescindível, e isso faz parte do cotidiano de educandos e educadores, não se restringindo somente na escola, mas ao lar, casa de colegas, lan-houses e muitos outros locais em que haja acessibilidade a estas ferramentas; contudo, existe a necessidade de análise e avaliação de qual ferramenta é necessária e apropriada.

Dessa forma, facilitar o desenvolver, a inovação e absorção do conhecimento no campo das tecnologias torna-se algo mais fluido, uma vez que na maioria dos casos alunos e responsáveis já possuíam um contato direto com a internet e seus recursos, dessa forma o professor foi o mediador, pois os próprios alunos foram capazes de atuar de forma ativa.

Vimos então que conhecer o momento sócio-histórico deste estudo é de extrema importância para contextualização da pesquisa, além de indispensável no momento da análise dos dados. Assim, para afunilar ainda mais essa contextualização, abordaremos no próximo subtópico a questão do Ensino Remoto Emergencial (ERE).

### **3.4 O Ensino Remoto Emergencial e suas especificidades**

É importante iniciar entendendo o conceito de Ensino Remoto Emergencial que, ao contrário do que se pensa, em muito se difere da Educação a Distância (EAD). Joye *et al* (2020) explica que as diferenças iniciam no próprio surgimento histórico, visto que a ERE surgiu com a pandemia, enquanto a EAD, por sua vez, surgiu em nosso país em 1930.

A distinção de planejamentos também foi algo discutido. No ERE não é possível um planejamento coletivo e, mesmo quando ocorre, é em nível micro, isto é, de forma mais individual, com as possibilidades de detectar as reais necessidades do aprendiz e do processo de aprendizagem de forma mais reduzida. Já a EAD, possui um amplo planejamento que envolve diversos setores e etapas, como a capacitação dos profissionais, participação de *design* educacional, adaptação das aulas (geralmente adequadas e selecionadas pelo aluno). Além desses aspectos, outros pontos de contraste entre uma e outra realidade educacional, reside em questões concernentes ao conteúdo educacional, foco, avaliação, perfil do aluno, papel do professor, interação e até a formação docente. (JOYE ET AL, 2020).

Além disso, o modelo de ensino remoto é uma modalidade que se caracteriza, inicialmente, como uma medida temporária, sendo motivada pelo distanciamento geográfico



entre professores e alunos, modelo este que já foi adotado por instituições e escolas em todo o mundo. O seu caráter emergencial, por sua vez, está ligado ao fato de não estar previsto, ou seja, não houve um preparo ou aviso prévio para esse momento. Assim, a imprevisibilidade resultou no engavetamento do planejamento pedagógico presencial para dar a vez a um planejamento remoto (BEHAR, 2020).

Alves (2020) reafirma que grande parte do corpo docente não estava preparado para assumir as atividades escolares durante a pandemia. Isso se deve, segundo a autora, às limitações no uso da tecnologia ou ao nível de letramento digital, que não condizia com as demandas que o cenário requeria. Através disso, percebe-se o despreparo não só dos professores, mas dos alunos e demais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem no contexto pandêmico.

Diante disso, o ensino remoto suscitou inúmeras reflexões, discussões e estudos, como por exemplo, desigualdade social em nosso país. Diariamente alunos e até professores deixaram de realizar suas tarefas porque não possuíam ferramentas e instrumentos para tanto. A ausência de equipamentos eletrônicos e recursos como bons celulares, computadores, acesso à internet etc., afetaram diretamente a qualidade do ensino, o resultado foi um enorme prejuízo e atraso educacional daqueles que não tiveram acesso às ferramentas para assistir aula no ensino remoto. Alves (2020) reforça que diante do atual contexto socioeconômico, a educação é para muitos indivíduos uma preocupação que está em segundo plano, pois inicialmente é preciso sobreviver.

Rocha *et al* (2021) afirma que para muitos aprendizes o modelo educacional à distância não está relacionado às tecnologias digitais, uma vez que apenas possuíam este acesso em suas escolas, como nos momentos de aulas de informática ou laboratoriais. Todavia, em função do novo cenário, algumas tarefas foram limitadas a atividades impressas e aos livros didáticos. Nessas situações, foi possível identificar que a escola seria o caminho mais viável para mediar a interação entre o aluno e as tecnologias digitais, constituindo-se como uma ponte de acesso ao letramento digital.

Diante disso, pode-se pensar em outra perspectiva posta por Alves (2020 p. 356) que diz: “a relação que é estabelecida nesses ambientes para promover a educação remota é bastante diferente e muitas vezes desprezível.” ou seja, ao pensarmos em crianças e adolescentes como seres nativos digitais, isto é, nascidos na era digital e, por isso, mais familiarizados e com maior aptidão e habilidade para utilizá-las. Desse modo, mesmo facilitando muitas atividades do cotidiano, as ferramentas tecnológicas nos trouxeram a comunicação, a interação e a educação.

Embora, tenha ficado visível que as condições de uso integral e dependente desses meios

para a educação ainda não são uma tarefa simples. Em primeiro lugar, pelas condições de acesso, visto que nem todos as dispõem, por outro lado, pela ausência de aptidão e/ou planejamento dos envolvidos e, não menos importante, essas são algumas das novas dificuldades que envolvem o processo de ensino e aprendizagem.

## **4 O QUE HÁ POR TRÁS DAS FALAS, EXPERIÊNCIAS E OBSERVAÇÕES**

Nesta seção apresentamos os dois instrumentos de coleta de dados, iniciando pela tessitura de informações que foram observadas no momento do estágio curricular supervisionado na Educação Infantil e registradas, seguida da análise das respostas do questionário aberto aplicado a três professoras, que atuam até o momento da publicação desta pesquisa na Educação Infantil no CMEI em Apodi/RN.

### **4.1 Reflexões a partir do ponto de vista da estagiária**

Neste subtópico falamos sobre como se deu um dos instrumentos de coleta de dados, a observação. Aqui descrevemos as atividades realizadas e o que pudemos extrair disso para o nosso estudo, de forma que venha a contribuir com as pesquisas no âmbito da educação infantil.

Desse modo, as atividades vivenciadas no período do estágio oferecido pela Faculdade Evolução do Alto Oeste Potiguar-FACEP, na escola campo empírico dessa pesquisa.

Assim, o estágio teve início no dia 02 de março e término dia 28 de abril de 2020. As atividades eram realizadas pela parte da manhã das 07h00min às 11h00min no horário que aconteciam as aulas da turma antes da pandemia, ou seja, modelo presencial e posteriormente, com o aumento dos casos de Covid na cidade, passou a acontecer de forma remota.

Foi desenvolvido nesse curto espaço de tempo inúmeras práticas que visavam contribuir e despertar a criatividade, curiosidade, raciocínio lógico, o estímulo a novas descobertas, entre outros objetivos encontrados nas normas da BNCC (BRASIL, 2017) e que são de direito da criança. Nos próximos parágrafos falamos mais sobre como se deu o planejamento e a execução das atividades escolares no período pandêmico.

Sobre o planejamento, as professoras sempre buscavam seguir o PPP da escola à risca, às sextas-feiras por volta das 15h00min, sempre no turno inverso, era feito o plano de aula através de uma reunião online com o corpo docente da escola, os professores de cada turma decidiam quem iria gravar as aulas, tendo em vista que esta foi a alternativa encontrada para o ensino no momento da pandemia, os vídeos gravados eram compartilhados com os pais ou

responsáveis dos alunos em um grupo no aplicativo *WhatsApp*. Os professores gravavam as aulas em suas casas, utilizando materiais tecnológicos próprios, tendo em vista que o município não disponibilizou recursos para aquisição dos materiais que se faziam necessários naquele momento.

É importante destacar o empenho dos professores no momento das gravações, que além de utilizarem conhecimentos didáticos, metodológicos e saberes específicos da disciplina, dedicavam um tempo considerável na edição dos vídeos, utilizando aplicativos próprios para esse fim. As atividades, bem como as aulas, eram planejadas semanalmente, sendo compartilhadas através do grupo com os pais e/ou responsáveis.

Além de utilizarem como recurso comunicativo o grupo no aplicativo *WhatsApp*, os professores também faziam chamadas de vídeo online através do aplicativo *Google Meet*, estas reuniões aconteciam no turno matutino. Além de servir como um veículo para exposição de materiais didáticos (vídeos) e envio das atividades. O grupo no *WhatsApp* também funcionava como uma espécie de fórum, no qual era compartilhado dúvidas de natureza educativa, relacionada ao contexto da sala de aula.

Existiram algumas barreiras que encontramos como, por exemplo, alguns alunos que não tinham acesso à internet e/ou a um *SmartPhone*<sup>5</sup>, o que nos primeiros dias dificultou a execução das atividades já que eram enviadas via *WhatsApp*, ao perceber essa dificuldade a escola foi comunicada e para esses alunos eram feitas atividades impressas e um funcionário da escola se locomovia até a residência do aluno para deixar e, um tempo depois, passava novamente para recolher a atividade.

Outra dificuldade enfrentada foi a carência de letramento digital, tendo em vista que os pais e/ou responsáveis dos alunos não conseguiam lidar com os recursos utilizados para comunicação, em especial o *Google Meet*. Os principais problemas eram ligar a câmera e o microfone, além de entrar e sair da chamada.

Notamos então que a maior dificuldade observada foram as limitações tecnológicas e falta de recursos, que apesar das tentativas da gestão escolar de contornar esses desafios, a dificuldade continuava para os alunos.

A realização da experiência com a turma pré II A foi muito proveitosa e extremamente esclarecedora, muitos conhecimentos foram adquiridos e tivemos a oportunidade de vivenciar algo muito bom com as crianças, desenvolvemos atividades e conhecemos melhor como funciona o dia a dia delas com suas famílias. Apesar das circunstâncias, conseguimos repassar, mesmo de forma remota, os ensinamentos e momentos de produção do conhecimento. Durante todas as aulas sentimos o quanto esses momentos são importantes para os nossos alunos.

No próximo subtópico falaremos mais um pouco sobre essas dificuldades, dessa vez do ponto de vista de três professoras que responderam o questionário.

## 4.2 Análise das respostas das professoras do CMEI

Neste sub tópico trazemos a análise de algumas respostas do questionário aplicado a três professoras do CMEI – campo empírico desta pesquisa, que vivenciaram o contexto do ensino remoto emergencial durante a pandemia. O questionário possuiu, em sua totalidade, oito perguntas e encontra-se disponível no apêndice deste documento, no entanto, tendo em vista a brevidade desta pesquisa, traremos aqui três perguntas que conversam bem com o tema do estudo desta pesquisa.

O critério utilizado na escolha das perguntas foi, principalmente, às questões desafiadoras que o período pandêmico trouxe, além de questões como a realidade da escola, para que pudéssemos conhecer o ponto de vista das professoras sobre isso. Enfatizamos que por uma questão de ética com as professoras envolvidas, utilizamos codinomes para nos referirmos a elas.

Sobre as professoras que participaram da nossa pesquisa, temos Amor-Perfeito, professora da educação infantil há sete anos, estando no CMEI há um ano e sete meses, a mesma possui mestrado em educação, tem trinta anos e reside no município de Apodi. Já Botão-de-Ouro possui licenciatura em geografia, atuando na educação há vinte anos, estando no CMEI há cinco, Botão-de-Ouro está com 43 anos e também reside em Apodi. Por fim, temos a professora Begônia, pedagoga e mestra em educação, atuante na educação há cinco anos e cinco meses, estando no CMEI há um ano e cinco meses, a professora possui 35 anos, e como as demais, reside em Apodi.

Dividimos as perguntas e respostas em dois quadros, o primeiro aborda a realidade da escola e o segundo os desafios na educação no período pandêmico. Após cada quadro trazemos uma análise das respostas.

O quadro um traz o questionamento seis, que aborda uma indagação a respeito da realidade da escola e uma possível solução para os desafios vigentes.

### QUADRO 1 – Realidade da Escola do Campo

PROFESSORA	PERGUNTA	RESPOSTA
------------	----------	----------

Amor-Perfeito	<b>(Pergunta 6)</b> Observando a sua realidade vivenciada, a da escola e da comunidade, que políticas públicas seriam necessárias para se ter uma educação de qualidade que pudessem viabilizar o ensino caso acontecesse de voltarmos ao modelo remoto hoje?	O ensino remoto precisa de uma política pública que garanta o acesso à internet para as famílias. Formação continuada para os professores sobre as ferramentas online, aplicativos, edição e produção de vídeo.
Botão-de-Ouro	<b>(Pergunta 6)</b> [...].	Difícil responder essa questão, porque o ensino remoto não depende só de qualificação profissional ou de recurso financeiro para as escolas. O ensino remoto na Educação Infantil exigiu muito mais do que o trabalho pedagógico das unidades de ensino, mas também uma prática didática que as famílias não tinham. Essa exigência prevaleceu sobre as mulheres mães que passaram a ter uma responsabilidade de mediar o processo da vida escolar dos seus filhos em casa. Sendo que um percentual significativo dessas mulheres/mães têm um nível de escolaridade muito baixo, não conseguindo fazer uma intervenção adequada no desenvolvimento escolar da criança. Outro percentual não tem como acompanhar e mediar, porque tem uma jornada de trabalho intensa fora de casa, além dos compromissos como esposa, mulher, dona do lar.
Begônia	<b>(Pergunta 6)</b> [...].	Seria necessário políticas públicas voltadas para a formação de professores e também é de suma importância o fornecimento de equipamentos tecnológicos para os profissionais da educação e alunos. Observou-se nesse período que muitos docentes tiveram que custear os recursos necessários para realizar o ensino remoto, como celular, computadores, internet, highlights. filhos em casa. Sendo que um percentual significativo dessas mulheres/mães têm um nível de escolaridade muito baixo, não conseguindo fazer uma intervenção adequada no desenvolvimento escolar da criança. Outro percentual não tem como acompanhar e mediar, porque tem uma jornada de trabalho intensa fora de casa, além dos compromissos como esposa, mulher, dona do lar.

FONTE: Elaborado pelas autoras.

Notamos que as respostas seguem uma mesma linha de raciocínio, podemos traçar pelo menos três palavras-chaves que contemplam bem o que as professoras trazem em suas falas: formação, investimento financeiro e apoio familiar.

Tendo em vista que uma educação remota exige **equipamentos de qualidade, uma formação voltada para a modalidade de ensino remota e o apoio da família**, que no final precisava a todo momento fazer esse movimento entre ensino e aprendizagem com a escola.

Sobre essas reflexões, lembramos também de um estudo feito por Pereira *et.al.* (2019), que enfatiza a importância da coletividade no fazer pedagógico, principalmente no que se refere à educação infantil. Este coletivo abrange os familiares e o apoio de toda a gestão escolar. Além disso, é necessário que os docentes sejam amparados para que recebam, além do apoio, uma formação voltada para o ensino remoto, e não precisem financiar os equipamentos de trabalho, tendo em vista que este papel é do governo, e não dos professores. É preciso não esquecer que os familiares também fizeram o papel de tutores educacionais, tendo em vista que eles faziam a intermediação entre professores e alunos, sendo assim, é necessário um olhar especial para este fato, lembrando que os familiares precisam entender o conteúdo e as atividades, para que assim dêem as orientações cabíveis aos filhos.

No quadro a seguir, damos continuidade a essa linha de raciocínio, trazendo perguntas e respostas que abordam os desafios de forma geral e analisando as respostas que as professoras trazem em comum ou respostas divergentes.

**QUADRO 2 – Desafios da Educação de Qualidade em tempos de Pandemia**

PROFESSORA	PERGUNTA	RESPOSTA
Amor- Perfeito	<i>(Pergunta 1)</i> Dentre os desafios que surgiram durante esse período pandêmico qual/quais você sentia maior dificuldades?	Nessa nova forma de ensino foi difícil a ansiedade de lidar com as ferramentas para preparar o material das aulas, porque nunca tinha produzido vídeos e editados em formato que pudesse ser compartilhado pelo WhatsApp. Outro desafio seria a seleção do conteúdo porque eu lidava com muitos questionamentos: Quanto tempo devo gravar o vídeo? Será que os alunos já aprenderam os conteúdos que já gravei? Será que as famílias estão visualizando os vídeos? O que posso fazer para os vídeos são mais interativos? Por fim, destaco que o tempo de trabalho para produzir um pequeno vídeo era muitas vezes maior que o tempo escolar, além da assistência estendida para a família tirar suas dúvidas sobre a atividade. O nosso turno de trabalho passava das 4 horas e muitas vezes com ligações das famílias durante a noite. Outro desafio era fazer a família compreender o espaço tempo dedicado à escola e a nossa própria vida pessoal.

Botão-de -Ouro	<b>(Pergunta 1)</b> [...].	Durante o período de aulas remotas, os maiores desafios consistiram na falta de recursos tecnológicos como computador, celular, como também falta de acesso à internet de algumas famílias. Outro fator que também impactou diretamente o ensino e aprendizagem foi o fato de alguns pais trabalharem durante o dia, o que não permitia o acompanhamento das aulas síncronas com as crianças.
Begônia	<b>(Pergunta 1 [...])</b>	As dificuldades foram várias e diversas. Mas sem dúvidas, a mais difícil foi a de atender às exigências devolutivas das atividades das crianças. A organização dos relatórios, com fotos de Cada atividade devolvida pelas famílias das crianças, consumia bastante o nosso tempo que poderia ter sido útil para o tempo de leitura, pesquisa e planejamento para o trabalho com aulas remotas. Outra grande dificuldade foi a de desenvolver uma avaliação justa e coerente com a realidade da criança. do trabalho burocrático em relação aos registros das
Amor- Perfeito	<b>(Pergunta 2)</b> Houve desistências de alunos? Quais estratégias foram utilizadas para o desenvolvimento das aulas durante a pandemia do covid-19?	Sim. A família não encaminha as atividades, mesmo estando no grupo de <i>WhatsApp</i> . A cada duas semanas, as crianças que não enviavam as tarefas recebiam uma mensagem da professora tarefa e dando a opção da entrega de apostila para as crianças realizarem, caso fosse dificuldade com internet. Mesmo com a mensagem ora respondida que iria voltar a participar, ora não respondida e nem atendimento às ligações. Eu como professora e a escola buscamos todas as possibilidades para que a criança fosse atendida ou online pelo grupo de <i>WhatsApp</i> ou com atividades impressas. continuidade ao processo de desenvolvimento das aprendizagens.  As aulas foram desenvolvidas de forma assíncrona, através de Videoaulas gravadas pelo professor, vídeos da <i>web</i> e síncronas por meio de aulas online utilizando a plataforma Google meet, envio de atividades pelo <i>WhatsApp</i> , criação de grupos de <i>WhatsApp</i> para interação com os pais. no privado solicitando a
Begônia	<b>(Pergunta 2)</b> [...]	A participação mais ativa das crianças não ultrapassou 60%. Não diria que houve desistência dos outros 40%, mas que muitas famílias, de fato, não tinham como acompanhar as atividades não presenciais das crianças e enviar esses registros no tempo solicitado pelas professoras.  Entre as estratégias, a mais utilizada era aulas gravadas e editadas pelas professoras, bem como vídeos baixados pelo Youtube. Também foi disponibilizado uma apostilha com atividades para serem utilizadas durante o ano letivo. Outra

		estratégia foram as videoconferências por meio da ferramenta Google Meet. Essas aconteciam geralmente como culminância de uma sequência didática ou em uma data específica, devido à baixa frequência
--	--	---

FONTE: Elaborado pelas autoras.

Sobre a pergunta de número um, tanto *Amor-Perfeito* quanto *Begônia* trouxeram em suas falas que o tempo para as atividades foi um desafio que atravessaram. As atividades remotas demandavam, além da atividade costumeira do educador, a questão da gravação e edição de vídeos, além da questão do horário limite de trabalho, pois como *Amor-Perfeito* traz em sua resposta, os pais entravam em contato em horários fora do tempo previsto para essa atividade. *Botão-de-Ouro*: toca em um outro ponto muito importante, a falta de recursos tecnológicos, tanto para a equipe escolar, quanto para os alunos que precisam participar das aulas.

Em 2020, a Folha de São Paulo publicou a matéria “Pandemia amplia abismo entre escolas públicas e privadas no Brasil”, um dos trechos da matéria diz: “Na educação, estamos constatando a enorme disparidade entre os serviços das instituições públicas e privadas e as condições de estudos de jovens de diferentes classes sociais” (THOMPSON, 2020, p. 1). Ressaltando o abismo socioeconômico existente no Brasil, em relação ao acesso a serviços de educação, saúde e distribuição de renda, evidenciando principalmente que as escolas públicas não têm recursos suficientes para oferecer equipamentos que possibilitem uma educação remota digna, enquanto os alunos de escola pública têm um acesso mais facilitado, por estarem em uma melhor condição econômica.

Para Belonni (2006) as tecnologias contribuem para o processo do ensino-aprendizagem desde que haja uma boa mediação pedagógica orientando com eficiência por parte dos docentes. Não é objetivo do estudo tratar os professores como bode expiatório e culpá-los por algum possível fracasso da educação na ERE, no entanto concordamos com Belonni (2006) e com as respostas das professoras no que tange a formação voltada para esse momento da educação na pandemia. Não estávamos preparados para o que aconteceu e não tínhamos como prever o que estava por vir, no entanto, é preciso salientar que a pandemia escancarou a necessidade de um letramento digital e de uma formação voltada para ERE e Educação a Distância, para que possamos nos apropriar das tecnologias, utilizando elas para oferecer a



melhor educação possível.

A pergunta número dois aborda a questão da evasão escolar estratégias de ensino. Sobre isso, *Amor-Perfeito* diz que sim, houve desistências, e enfatiza que a entrega das atividades foi um grande desafio, apesar de sempre cobrar as entregas e tentar solucionar possíveis problemas que estivessem dificultando a feitura das atividades.

Ainda sobre a pergunta de número dois, *Botão-de-Ouro* não responde de forma clara se houve ou não evasão escolar, mas enfatiza que uma estratégia utilizada por ela e pela escola, foi a entrega presencial das atividades para alunos que não tinham acesso ao grupo no aplicativo *WhatsApp*. Enquanto isso, *Begônia* relatou que não considerou uma evasão, mas sim uma baixa frequência dos alunos devido à falta de recursos digitais por parte da família.

Tanto *Botão-de-Ouro* quanto *Begônia* relataram que utilizaram recursos digitais para ensinar o conteúdo aos alunos, seja de forma síncrona ou assíncrona<sup>6</sup>, sempre considerando o recurso mais acessível para o aluno e o responsável. Para Bersch (2022, p.141. ) “Toda a ação, especialmente a docente, deve ser planejada com cuidado e afeto, pois ela vai impactar seus alunos, alguns mais, outros menos, mas vai impactar.” Sendo assim, planejar a aula pensando sobre as individualidades e necessidades dos alunos vai impactar de forma positiva no ensino e, conseqüentemente, os resultados posteriores serão positivos.

Apesar do número reduzido de perguntas, tivemos uma variedade de respostas interessantes que conversam com as observações feitas no subtópico anterior a este. Notamos que há na fala das professoras um grande interesse na aprendizagem dos alunos, além do desdobramento da escola frente ao momento sócio-histórico, tendo em vista as condições socioeconômicas do alunado.

Houve três pontos de grande relevância na fala das professoras. O primeiro, se trata da questão de a **formação docente** não contemplar um momento como esse, que necessitou de aulas no formato da ERE. O segundo ponto destacado foi a **falta de recursos** para internet e aparelhos digitais, tanto para as famílias quanto para as professoras – que tiveram de usar seus recursos próprios. Por fim, o terceiro ponto que destacamos na fala das professoras foi a **relação entre o corpo docente, a escola e o responsável**, demonstrando a importância desses três grupos na educação infantil.

No tópico seguinte, traremos nossas considerações finais sobre esta pesquisa, tanto quanto aos trabalhos citados quanto sobre análise dos dados, além de sugestões para pesquisas futuras a respeito da educação infantil na ERE.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar os desafios da atuação docente na Educação infantil durante a pandemia Covid-19 em uma escola municipal de Apodi-RN, Para isso delimitamos como objetivos específicos verificar os desafios que surgiram na atuação docente na Educação Infantil durante o ensino remoto na pandemia da COVID-19; refletir sobre a atuação dos/as professores/as e as estratégias utilizadas para o desenvolvimento das aulas no contexto pandêmico; identificar subsídios fornecidos aos professores e professoras para o desenvolvimento das aulas no ensino remoto na educação infantil.

No decorrer da leitura deste estudo vimos que os objetivos, tanto geral, quanto específicos, foram contemplados com sucesso, tendo em vista que foram identificadas as questões inerentes à atuação docente na educação infantil no momento do isolamento social em razão da pandemia do Covid-19, respondendo assim à questão “Quais os desafios da atuação docente na Educação Infantil durante a pandemia do COVID-19 em uma escola municipal de Apodi/RN?”, que norteou todo esse percurso da pesquisa.

Desta forma, destacamos que os desafios da atuação docente na Educação infantil durante a pandemia Covid-19 em uma escola municipal de Apodi-RN tiveram como tríade de resultados: a formação docente; a falta de recursos financeiros por parte das famílias e estas não terem acesso às ferramentas tecnológicas necessárias ao ensino remoto emergencial; e uma relação frágil entre escola e/ou responsável do alunado.

Sendo assim, sugerimos que mais estudos sejam feitos tomando como base esses pontos, abordando questões inerentes ao letramento digital, além de ações incentivadoras de financiamento, políticas públicas e movimentos que tornem a educação infantil um espaço de colaboração entre escola e família.

## REFERÊNCIAS

ALVES, C. **Navio negroiro**. [S.l.]: **Virtual Books**, 2000. Disponível em: <http://www.terra.com.br/virtualbooks/freebook/port/Lport2/navionegroiro.htm>. Acesso em: 20 de nov. de 2022

ALVES, L. Educação Remota: Entre a ilusão e a realidade. **Interfaces Científicas**. V. 08, n. 03. p- 348-365. 2020.

ANGOTTI, M. O trabalho docente na pré-escola: revisitando teorias, descortinando práticas. 2 ed.

ARRIBAS, T. L. Educação infantil: desenvolvimento, currículo e organização escolar. 5a ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

BELLONI, M. L. Educação à distância . 4 ed. São Paulo: Autores Associados, 2006.

BEHAR, Patricia Alejandra. O Ensino Remoto Emergencial e a Educação a Distância. Rio Grande do Sul: UFRGS, 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/coronavirus/base/artigo-o-ensino-remoto-emergencial-e-a-educacao-a-distancia/>. Acesso em 20 de nov. de 2022.

BERSCH, Ângela A. S.; RIBEIRO, C. B.; FINOQUETO, L. C. . A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO REMOTO EMERGENCIAL: MUDANÇAS E CONSTÂNCIAS DAS PRÁTICAS CORPORAIS NO PLANEJAMENTO DOCENTE . Revista Didática Sistêmica, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 139–153, 2022. DOI: 10.14295/rds.v23i2.13638. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/redsis/article/view/13638>. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2017.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394. Brasília, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 08 de outubro de 2020.

BRASIL. Decreto n. 366/2021, de 7 de maio de 2022. DISPÕE SOBRE MEDIDAS DE ISOLAMENTO SOCIAL RÍGIDO, DE CARÁTER EXCEPCIONAL E TEMPORÁRIO, DESTINADAS AO ENFRENTAMENTO DA PANDEMIA DO NOVO CORONAVÍRUS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE APODI, EM RAZÃO DA INCONTROLÁVEL SITUAÇÃO CAUSADA PELA COVID-19 EM TODO O TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE APODI - RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
Lex: Coletânea de Legislação e Jurisprudência. Palácio Francisco Pinto, em Apodi, 06 de maio de 2021. v. 43, p. 1-10, maio. 2021. Legislação municipal.

BRAYNER, A. R. A.; MEDEIROS, C. B. Incorporação do tempo em SGBD orientado a objetos. In: Simpósio Brasileiro de Banco de Dados, 9, 1994, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 1994.

CASTRO, Eder Alonso; DE QUEIROZ, Eliziane Rodrigues. Educação a distância e ensino remoto: distinções necessárias. **Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 2, n. 3, p. 3-17, 2020.

FAZENDA, I. C. A. A pesquisa em educação e as transformações do conhecimento. Campinas: Papirus, 1995.

FREITAS, L. C. de. Ciclos, Seriação e Avaliação: confronto de lógicas. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2003

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

JACKSON, M. L. Chemical composition of soil. In: BEAR, F. E. (Ed). **Chemistry of the soil**. 2. ed. New York: Reinhold, 1964.

JOYE, C. B.; MOREIRA, M.M.S.; ROCHA, S. D. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos

de COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p.1-29, 2020.

KOOGAN, A.; HOUAISS, A. (Ed.). **Enciclopédia e dicionário digital 98**. Direção geral de André Koogan Breikmam. São Paulo: Delta: Estadão, 1998. 5 CD-ROM.

KISHIMOTO, T. M. Encontros e desencontros na formação dos profissionais de educação na infantil. In: MACHADO, Maria Lucia (Org.) Encontros e Desencontros na Educação Infantil. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2004. LIBÂNEO, J. C. Pedagogia e pedagogos, para quê? 12 ed. São Paulo: Editora Cortez, 2010. MONTESSORI, M. Pedagogia científica. São Paulo: Livraria e Editora Flamboyant, 2003.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MUCCIOLI, C. *et al.* A ética, a pesquisa e a publicação científica. **Arq. Bras. Oftalmol.**, São Paulo, v. 69, n. 6, p. 787-795. dez. 2006. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S000427492006000600001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000427492006000600001&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 09 ago. 2018.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

MINAYO, M.C.de S. Origen de los argumentos científicos que fundamentan la investigación cualitativa Salud Colectiva. 2017;13(4):561-575. Disponível em:

<http://revistas.unla.edu.ar/saludcolectiva/article/view/942/1252>. Acesso em 21 de nov. 2022.

PEREIRA, A. S. et al. Didática geral. Porto Alegre: UAB / NTE / UFSM. 2019. Recuperado de:

[https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19110/Curso\\_Lic-Ed-Esp\\_Did%C3%a1tica-Geral.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/19110/Curso_Lic-Ed-Esp_Did%C3%a1tica-Geral.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em 10 dez. 2022.

RICHARDSON, Brian. **Printing, writers and readers in Renaissance Italy**. Cambridge University Press, 1999.

ROCHA, V.D.; BALDISSERA, L.G.; ROSA FILHO, J.A. Recursos Digitais para Ensino-Aprendizagem de Inglês como Língua Estrangeira em Aulas Remotas **Revista X**. v. 16, n. 3, p. 687-702, 2021

RUSSO, M. Ética e integridade na ciência: da responsabilidade do cientista à responsabilidade coletiva. **Estudo. Av.**, São Paulo, v. 8, n. 80, p. 189-198, abr. 2014.

SILVA, A. P. S.; ROSSETI-FERREIRA, M. C. Desafios atuais da educação infantil e da qualificação de seus profissionais: onde o discurso e a prática se encontram?, Caxambu, MG, 2000. Anais da 23ª reunião da Anped. Disponível em:

<http://23reuniaio.anped.org.br/textos/0707t.PDF>. Acesso em: 20 de nov. de 2022.

THOMPSON, M. Pandemia amplia abismo entre escolas públicas e privadas no Brasil. Folha de S. Paulo, ano 100, n. 33.295, maio. 2020. Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2020/05/pandemia-amplia-abismo-entre-escolas-publicas-e-privadas-no-brasil.shtml>. Acesso em: 10 de dez. 2022.

**DIAGNÓSTICO TARDIO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA):  
IMPACTOS NA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NO MUNICÍPIO DE FELIPE  
GUERRA/RN**

Iraci Galdina Soares Neta

Mary Carneiro de Paiva Oliveira

Joao Filho de Queiros

Carlos Deodoro Inacio de Oliveira Negreiros

**RESUMO**

A alfabetização e o letramento não se tratam de um processo simples, pelo contrário, é complexo e requer dos profissionais docentes práticas didáticas diversas, e quando este cenário relaciona-se a alunos com deficiências, o contexto é ainda mais desafiador. Considerando este cenário, a pesquisa enfatiza sobre a importância do diagnóstico do autismo precoce, visando uma educação direcionada aos sujeitos com esta condição, de forma que seja possível refletir em atividades que melhorem sua condição, sobretudo, de fala e de socialização. Neste sentido, o estudo tem por objetivo analisar os impactos do diagnóstico tardio do Transtorno do Espectro Autista na alfabetização e letramento no município de Felipe Guerra/RN. Com relação ao problema de pesquisa do estudo, busca-se responder: quais são os impactos do diagnóstico tardio do Transtorno do Espectro Autista na alfabetização e letramento no município de Felipe Guerra/RN? Para o alcance a este objetivo, desenvolveu-se uma pesquisa exploratória, visto que se aplicou um questionário com doze (12) questões abertas e fechadas que se voltaram a duas (02) docentes que atuam na Escola Municipal Júlio Cavalcante nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O estudo também desenvolve uma revisão de literatura sobre o assunto para fundamentar as informações que são demandadas pelas docentes questionadas e entre as obras que foram escolhidos encontram-se aquelas desenvolvidas por autores como Moraes e Albuquerque (2007), Barreto (2021) e Ferreira (2021). Com relação aos resultados alcançados, evidencia-se que as professoras não se sentem preparadas para atuar com os alunos autistas, visto que acreditam que sua formação continuada não é suficiente para o desenvolvimento deles. Ainda fica evidenciado que o auxílio da escola em que trabalham não se apresenta de forma extensa aos professores, visto que faltam recursos para sua atuação e desenvolvimento dos alunos. Também fica esclarecido que a escola vem tentando mudar este cenário, já que recentemente efetuou contratação de duas profissionais para auxiliar em sala de aula. Demonstra-se ainda, que os pais não ajudam na alfabetização e letramento das crianças autistas, considerando que não buscam diagnósticos precoces, levando os discentes ao impacto negativo com relação ao seu processo de aprendizagem. Conclui-se ser necessário outras pesquisas sobre o assunto, concentrando mais visão de profissionais da educação acerca da condição do autismo na educação.

**Palavras-chave:** Autismo. Diagnóstico. Educação. Impactos.

**DELAYED DIAGNOSIS OF AUTISM SPECTRUM DISORDER (ASD): IMPACTS  
ON LITERACY AND LITERACY IN THE MUNICIPALITY OF FELIPE  
GUERRA/RN**

**ABSTRACT**

Literacy and literacy are not a simple process, on the contrary, it is complex and requires different teaching practices from teaching professionals, and when this scenario is related to students with shortcomings, the context is even more challenging. Considering this scenario, the research emphasizes the importance of diagnosing early autism, aiming at an education aimed at individuals with this condition, so that it is possible to reflect on activities that improve their condition, above all, of speech and socialization. In this sense, the study aims to analyze the impacts of the late diagnosis of Autistic Spectrum Disorder on literacy and literacy in the municipality of Felipe Guerra/RN. Regarding the research problem of the study, we seek to answer: what are the impacts of the late diagnosis of Autism Spectrum Disorder on literacy and literacy in the municipality of Felipe Guerra/RN? In order to reach this objective, an exploratory research was developed, since a questionnaire with twelve (12) open and closed questions was applied to two (02) teachers who work at the Municipal School Júlio Cavalcante in the early years of Teaching Fundamental. The study also develops a literature review on the subject to substantiate the information that is demanded by the teachers questioned and among the works that were chosen are those developed by authors such as Moraes and Albuquerque (2007), Barreto (2021) and Ferreira (2021). Regarding the results achieved, it is evident that the teachers do not feel prepared to work with autistic students, since they believe that their continuing education is not enough for their development. It is still evident that the assistance provided by the school where they work is not presented extensively to teachers, since there is a lack of resources for their performance and the development of students. It is also clear that the school has been trying to change this scenario, as it recently hired two professionals to help in the classroom. It is also demonstrated that parents do not help with the literacy of autistic children, considering that they do not seek early diagnoses, leading students to a negative impact in relation to their learning process. It is concluded that further research on the subject is necessary, focusing more on the vision of education professionals about the condition of autism in education.

**Keywords:** Autism. Diagnosis. Education. Impacts.

## **1 INTRODUÇÃO**

As docentes que atuam com alfabetização e letramento têm enfrentado alguns desafios nos últimos anos, visto que as crianças com deficiências tem se inserido cada vez mais em sala de aula regular, o que fomenta a necessidade de adaptar suas aulas ao atendimento a todos os sujeitos. Entre as crianças com deficiências encontram-se os autistas.

A condição do autismo, em uma das suas percepções apresenta-se sob uma ótica do

nascimento do ser humano, ou seja, trata-se de uma condição adquirida ainda na gestação. Acerca das características que o circundam estão as alterações na comunicação e falta de vontade na interação (NASCIMENTO, 2020).

É relevante salientar que durante muito tempo os indivíduos com espectro do autismo de sempre terem ficado à margem da sociedade, culminando em isolamento social e pouco desenvolvimento de aspectos cognitivos e motores. Cabe enfatizar que além dos sujeitos com tal condição, os seus familiares também se sentiam isolados, sobretudo, os pais, que não podiam socializar sem levar seus filhos, sendo que nos mais diversos ambientes, estes não eram devidamente aceitos.

Entretanto, depois de diversas lutas e várias pesquisas sobre o Transtorno de Espectro Autista (TEA), o reconhecimento de que desde crianças, os autistas não apenas podiam se desenvolver como era necessário nos mais diversos aspectos, assim, os pais desses indivíduos passaram a lutar cada vez mais pelos direitos sociais, culminando em sua chegada a sala de aula, no contexto educacional.

Compreendendo este cenário, cabe destacar a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que discorre em seu art. 27 acerca do da pessoa com deficiência ter o acesso ao aprendizado, visando o alcance de habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais e no art. 28 aponta-se sobre a relevância quanto a oferta de profissionais de apoio escolar (BRASIL, 2015).

Desse modo, Pinto *et al.*, (2016) dizem que não são todos os pais que conseguem aceitar de imediato a condição de seus filhos, e por mais que enxerguem que essa condição não é igual da maioria, estes tendem a evitar buscar um profissional que possa emitir o diagnóstico, já que os professores não são capacitados para tal, sendo seu papel apenas direcionar a um profissional que ajude a identificar o motivo de algumas limitações no aprendizado.

Neste contexto, é que se deve falar sobre o diagnóstico tardio, enaltecendo que este apenas dificulta ainda mais a atuação dos docentes no processo de ensino e aprendizagem, impossibilitando o desenvolvimento dos sujeitos autistas.

Dessa forma, o estudo buscou responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais são os impactos do diagnóstico tardio do Transtorno do Espectro Autista na alfabetização e letramento no município de Felipe Guerra/RN?

A referida pesquisa se justificou primeiramente, devido à relação pessoal com esse tema, devido a pesquisadora se identificar com ele, e que no período de estágio curricular supervisionado foi possível perceber que diversas famílias ainda negam a condição de autista de seus filhos, gerando na criança, posteriormente adolescente e adultos diversas dificuldades com relação ao seu desenvolvimento educacional.



Mediante este cenário, é relevante destacar que esta pesquisa é importante para o viés social porque salienta a importância do cenário educacional para sujeitos com autismo, visando seu desenvolvimento em aspectos diversos. Assim como é importante para o campo acadêmico, visto que são necessários mais estudos na literatura acerca desta temática e, por fim, relevante para o campo científico, porque permite o estudo, considerando informações apresentadas pelos profissionais, sobre o comportamento humano com autismo em suas manifestações sociais e de desenvolvimento.

Além disso, o *Center for Disease Control and Prevention*<sup>3</sup> destaca que conforme estatísticas dos últimos anos, o autismo apresenta-se com maior veemência, atingindo uma a cada sessenta e oito crianças nascidas. É importante destacar que quanto mais casos surgem, mais identifica-se a necessidade de entender sobre as características acerca do TEA, de como os pais devem direcionar os casos e como os profissionais, sobretudo, como os docentes devem conduzir a relevância do diagnóstico (ALMEIDA; NEVES, 2020).

Nesse sentido, a pesquisa teve por objetivo geral: analisar os impactos do diagnóstico tardio do Transtorno do Espectro Autista na alfabetização e letramento no município de Felipe Guerra/RN. Com relação aos objetivos específicos, estes visaram: identificar os impactos que o diagnóstico tardio traz para a alfabetização e letramento; refletir acerca dos impactos na alfabetização devido o diagnóstico tardio em TEA e; descrever como o diagnóstico precoce do autismo maximiza as chances de desenvolvimento do indivíduo, de forma específica na alfabetização e letramento.

Com relação a estrutura do trabalho, cabe salientar que posteriormente a introdução são apresentadas como deu-se o desenvolvimento da pesquisa, por meio da metodologia, seguido por referencial teórico, destacando fala de autores que abordam sobre o mesmo assunto. Logo após, são apresentados os resultados e discussão, além de análise da fala das professoras quando na resposta as doze perguntas que a elas foram direcionadas. Por fim, apresenta-se as considerações finais, destacando se o objetivo geral e a questão norteadora do estudo foram atendidos.

Portanto, as informações de forma geral que se apresentam na introdução são relevantes para o entendimento da pesquisa que se desenvolve posteriormente. Logo em sequência, identificamos como transcorreu o estudo, por meio de informações relevantes quanto ao percurso metodológico da pesquisa.

## **2 METODOLOGIA DE PESQUISA**

A metodologia destaca informações relacionadas a como o autor do estudo decidiu direcionar sua pesquisa, considerando o tipo, a abordagem e o local escolhido para buscar informações sobre o cenário, qual sua estrutura física e quais profissionais atuam no local. Assim como discorre sobre qual instrumento foi utilizado para esta coleta de dados e como esses dados foram analisados.

## **2.1 Traços da pesquisa**

A pesquisa foi desenvolvida sob um aspecto descritivo, visto que “têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (OLIVEIRA, 2011, p.22).

Desse modo apresenta-se com uma abordagem qualitativa, sendo compreendida como “pesquisa qualitativa porque o estudo proporciona uma melhor visão e compreensão do contexto do problema, enquanto a pesquisa quantitativa procura quantificar os dados e aplica alguma forma da análise estatística” (MALHOTRA, 2001, p.155).

Para tanto, os traços apresentados são fundamentais para entender qual direcionamento a pesquisa tomou, considerando se o estudo foi desenvolvido por meio de narrativas ou dados numéricos.

## **2.2 Informações gerais sobre o local da pesquisa**

Considerando que o local pesquisado situa-se no distrito de Felipe Guerra, Rio Grande do Norte, é importante enfatizar sobre como ocorreu o desenvolvimento deste, sendo que este cenário garante o entendimento de algumas medidas adotadas pelos profissionais da localidade.

O atual distrito de Felipe Guerra era denominado como o ex-povoado de Pedra de Abelha. O município recebeu o nome de "Felipe Guerra" numa homenagem a Felipe Neri de Brito Guerra, filho do município de Campo Grande, líder da região, deputado às Constituintes de 1891, 1892 e 1895, juiz de Direito, desembargador e secretário de Educação. De acordo com o censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) no ano 2010, sua população é de 5.734 habitantes. Área territorial de 268 km<sup>2</sup>. Da população total, 73,90% são alfabetizados (PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA, 2022).

Como fator primordial a economia e o desenvolvimento do município, a exploração turística é uma realidade vigente na cidade de Felipe Guerra, tendo em conta as suas mais

diversas belezas naturais e arquitetônicas. Enquadrado no contexto turístico do Polo Serrano no interior do RN, a cidade de Felipe Guerra ainda apresenta um déficit no que se refere a exploração sustentável do turismo local (PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA, 2022).

Inserida nesse contexto, o campo empírico dessa pesquisa foi a Escola Municipal Júlio Cavalcante, sendo que esta atende alunos do Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano, assim como também a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA) de 1º e 2º períodos. Atualmente a escola tem 450 alunos matriculados. Em seus recursos humanos, apresentando a atuação de 16 professores e outros 16 profissionais que atuam em cenários de administração, técnicas e serviços gerais.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico (PPP), este afirma que existe acessibilidade no cenário educacional. Neste sentido, a infraestrutura compreende 08 salas de aula, sendo 01 sala de recursos multifuncionais, 01 sala de multimídia, 01 biblioteca e banheiros adaptados para alunos com deficiências ou mesmo mobilidade reduzida.

Considerando as informações que aqui se apresentam, posteriormente fala-se sobre o instrumento escolhido para a coleta de dados, visando o atendimento aos objetivos do estudo.

### **2.3 Instrumento de coleta de dados**

Para o alcance de coleta de dados, foi aplicado em questionário com questões abertas e fechadas aos docentes que atuam em uma escola de ensino fundamental do município de Felipe Guerra/RN. Optou-se as perguntas abertas por se relacionarem ao propósito deste trabalho e porque “permitem ao informante responder livremente, usando linguagem própria, e emitir opiniões. Apresenta-se a pergunta e deixa-se um espaço em branco para que a pessoa escreva sua resposta sem qualquer restrição” (SILVA *et al.*, 2012, p.71).

Já as fechadas, foram usadas por se adequarem a alguns questionamentos mais restritos, tendo em vista que “embora restrinja a liberdade das respostas, facilita o trabalho do pesquisador e também a tabulação, pois as respostas são objetivas” (SILVA *et al.*, 2012, p.72).

Evidencia-se que o processo de coleta de dados é fundamental para o desenvolvimento dos resultados do estudo, sobretudo, quando buscando-se informações novas sobre um determinado contexto.

### **2.4 Direcionamento de resultados**

A análise dos dados aconteceu por meio da apresentação de gráficos, assim como também por meio da análise das informações que foram apresentadas pelos professores questionados. Ou seja, trata-se de uma análise por categoria temática (respostas organizadas em quadros), bem como a interpretação de alguns dados em gráficos.

Visando fundamentar estas informações coletadas, desenvolve-se uma revisão de literatura, conforme é apresentado posteriormente, apontando informações do que de fato é o TEA, e destacando informações de alfabetização e letramento para alunos com deficiências.

### **3 O TEA E A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO**

A sessão aborda sobre estudos que discorrem sobre o TEA, assim como também como acontece a alfabetização e letramento de pessoas com deficiências diversas, apontando, sobretudo, os desafios enfrentados pelos docentes.

#### **3.1 Transtorno do Espectro Autista (TEA)**

Nos últimos anos a escola tem mudado o seu contexto de inclusão, pois sabe-se que até pouco tempo atrás, os sujeitos com deficiência eram inseridos nas salas de aula sem suporte devido, apenas ficando no espaço, sem desenvolvimento necessário.

Dessa forma, com o passar dos anos, foram sendo apresentadas novas maneiras de atuar junto a essas crianças, por meio de inserção de cuidadores em sala de aula, adaptação das atividades, a fim de que estes participem das aulas de forma integral e não fiquem apenas frequentando o espaço, conforme é abordado por meio da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que enfatiza a importância da socialização, sobretudo, nos espaços recreativos e do acompanhamento de profissionais que auxiliem neste processo.

Com relação as crianças com autismo, esse cenário de inserção junto as atividades que são desenvolvidas pelos demais indivíduos em sala de aula, apresenta-se ainda com maior dificuldade, sendo que se trata de sujeitos com características de isolamento, por não gostarem de convívio social, precisando para tanto, se sentirem confortáveis.

Neste sentido, Russo (2019, p. 04) discorre que “o Transtorno do Espectro do Autismo é um transtorno do neurodesenvolvimento que afeta as pessoas de diferentes formas na área da socialização, comunicação e comportamento”, ou seja, é preciso devido incentivo, estudo dirigido, estudo de caso, aula expositiva, a fim de que essas crianças consigam se desenvolver

junto aos colegas de sala e junto aos seus docentes.

Entendendo esse contexto, percebe-se a importância de haver, desde os primeiros dias de aula, a apresentação do diagnóstico da criança junto a escola, visando que tanto os professores quanto os gestores do espaço, consigam preparar materiais que exercitam a conquista dos alunos e conseqüentemente seu desenvolvimento, cognitivo, motor e físico.

Desse modo, compreende-se que o acesso ao diagnóstico permite facilitar essa aproximação junto as crianças autistas, sendo este cenário devidamente relevante para o desenvolvimento de habilidades sociais, mas também de comunicação nos padrões de comportamento, que desvinculem a situações de violência ou mesmo compulsões e obsessões. É neste sentido que a Lei Berenice Piana (Lei 12.764/12) em 2012 surge, a fim de garantir “[...] o acesso a um diagnóstico precoce, tratamento, terapias e medicamento pelo Sistema Único de Saúde (SUS); à educação e à proteção social; ao trabalho e aos serviços que propiciem a igualdade de oportunidades” (FERNANDES, 2020, p. 1) a todos os sujeitos independente de sua condição.

Sobre o diagnóstico, vale salientar que é realizado por profissionais como os neurologistas, os psicólogos ou psiquiatras que se apresentem com especialidade no assunto. Coimbra (2022) aponta sobre o diagnóstico acontecer por meio de avaliação de comportamentos e o próprio desenvolvimento dos indivíduos, o que leva a um diagnóstico e posterior tratamento.

Diante o diagnóstico é identificado os níveis de autismo de cada indivíduo, a fim de que o tratamento seja direcionado a esta condição. Oliveira (2016) discorre que entre os níveis encontram-se o 1 (menor necessidade de acompanhamento), 2 (precisa de apoio em sua rotina diária) e 3 (precisa de auxílio diário, pois é considerado autismo severo).

Mediante ao exposto anteriormente, fica evidente a importância do diagnóstico, tornando-se relevante fazer com que os pais, que se negam a aceitar a condição da criança autista, busquem um profissional responsável para conseguir um diagnóstico, que permita entender suas possibilidades e assim os professores possam atuar com qualidade, evitando que o aluno fique apenas no espaço escolar, mas que participe de atividades que o farão se comunicar melhor e aceitar a socialização.

Por fim, fica evidente que o diagnóstico de uma criança com condição de TEA é fundamental para que sua educação, sobretudo, alcance os níveis necessários para assegurar sua autonomia e capacidade de comunicação com a sociedade, seja ela próximo ou longe do seu cenário de família. Posteriormente, é possível identificar como o diagnóstico se torna relevante, principalmente para a alfabetização e letramento dos sujeitos.

Mas para garantir os direitos das pessoas autistas, ainda é relevante enfatizar sobre a Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020, que é recente e conhecida como Lei Romeu Mion, visto que se torna fundamental para garantir a atenção integral nos mais diversos contextos ao sujeito com autismo, sejam elas: saúde, educação e assistência social (BRASIL, 2020).

### **3.2 Alfabetização e Letramento: um enfoque nas crianças autistas**

Alfabetização e letramento trata-se de um processo complexo, visto que os professores precisam desenvolver práticas de ensino diversas, visando sempre o atendimento aos mais variados públicos não deixando de lados as crianças que são deficientes.

Dessa forma, cabe esclarecer que alfabetizar-se se trata da capacidade do sujeito quanto ao alcance tanto da leitura quanto da escrita de maneira clara, ou seja, que seja entendida pelos demais ao seu entorno, permitindo ampla comunicação. Essa atividade de desenvolvimento dos sujeitos ocorre nos anos iniciais do Ensino Fundamental e precisa ser amplamente direcionada considerando as necessidades de cada criança (SILVA, 2020).

No que tange ao letramento, compreende-se que se trata do processo de alcançar um “conjunto de práticas que denotam a capacidade de uso de diferentes tipos de material escrito” (MORAIS; ALBUQUERQUE, 2007, p.07).

Conforme aponta Barreto (2021), esse processo, com qualidade, só acontece junto aos alunos a partir do momento em que existem multiprofissionais que auxiliem. Neste sentido, identifica-se a importância da Sala de Recursos Multifuncionais na escola, visando o alcance de estratégias que permita essa alfabetização e letramento.

Importante considerar que o desenvolvimento dos alunos com TEA só acontecerá por meio da identificação acerca das “características do autismo que variam na maneira como se manifestam e no grau de severidade, estando dificilmente presente da mesma maneira em mais de uma pessoa” (GUEDES; TADA, 2015, p. 303).

Queiroz (2021) aborda sobre a alfabetização e o letramento serem coisas distintas, mas às habilidades cognitivas se estreitam, por meio de práticas de ensino e aprendizagem independentes. Cabe esclarecer que o desenvolvimento cognitivo das crianças permitem o “estímulo e interesse por brinquedos ensinando-lhe a brincar de forma adequada e sempre explicando o que está fazendo e o que vai fazer. Estimular jogos que use a imaginação da criança, explicando que ela pode ganhar ou perder o jogo” (BARRETO, 2021, p.04).

Santana e Silva (2018) apontam sobre o desenvolvimento cognitivo das pessoas com autismo melhorar a linguagem dos indivíduos, assim como também uma coordenação motora

e, sobretudo, aspectos afetivo emocional.

Compreendendo este contexto enfatizado pelos autores acerca da importância da alfabetização e letramento das crianças autistas, é relevante identificar o que as professoras identificam acerca deste cenário.

#### **4 ANÁLISE ACERCA DOS IMPACTOS DO DIAGNÓSTICO TARDIO EM TEA PARA A ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: PERCEPÇÕES DOCENTES**

A pesquisa foi desenvolvida junto a duas profissionais da educação, sendo uma pedagoga e a outra mestra em educação, uma delas atuando com dois (02) anos e outra dezenove (19) anos nos serviços da escola pesquisada. Já na educação especificamente, uma das docentes discorre sobre atuar há cinco (05) anos e a outra dezenove (19). Com relação ao local de moradia, ambas se situam no município de Felipe Guerra e ambas estão entre a faixa etária de 30 a 40 anos idade.

Considerando que foi aplicado um questionário, a apresentação das informações alcançadas são realizadas primeiramente por meio de gráficos, sendo que estes apontam sobre áreas de estímulo ao desenvolvimento do aluno autista, dificuldades na educação dos alunos com autismo, contribuições da escola para o desenvolvimento do aluno autista e a como se desenvolve a comunicação entre o aluno e o professor e ainda entre os discentes.

Em um segundo momento aborda-se sobre a percepção dos docentes sobre a relevância do diagnóstico autista, onde eles apontam sobre sua capacidade para lidar com os autistas.

##### **4.1 Desenvolvendo os autistas: escola e professores em defesa da educação**

O tópico apresenta sobre como as docentes identificam o desenvolvimento dos alunos na escola em que atuam. Por meio das informações que apresentam no questionário aplicado, foi possível desenvolver alguns gráficos, visando quantificar determinadas respostas e em outros momentos escolhe-se informações de autores que em suas pesquisas também abordaram sobre o assunto para fundamentar os dados coletados.

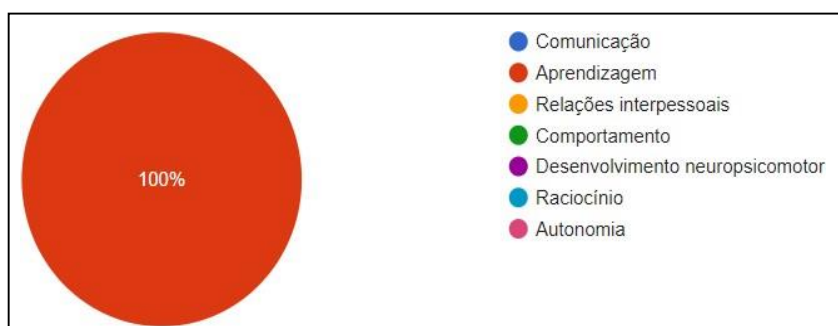
Primeiramente, visando caracterizar as crianças autistas que são atendidas pelas professoras na escola pesquisada, foi questionado a elas quais eram as áreas da educação que identificam que existe estímulo para o desenvolvimento do aluno autista atendido por elas.

Santos e Chaves (2016) apontam que entender o perfil dos alunos permite que sejam

direcionadas mais atividades específicas para os sujeitos, em busca do seu melhor aproveitamento com relação ao seu desenvolvimento em sala de aula, efetivando tarefas não de forma isolada, mas, sobretudo, junto aos demais alunos que se inserem em sala de aula.

Desse modo, o Gráfico 1 aponta as respostas das professoras que seguem de análise e reflexões.

**Gráfico 1** - Áreas da educação que permitem estímulo ao desenvolvimento do aluno autista



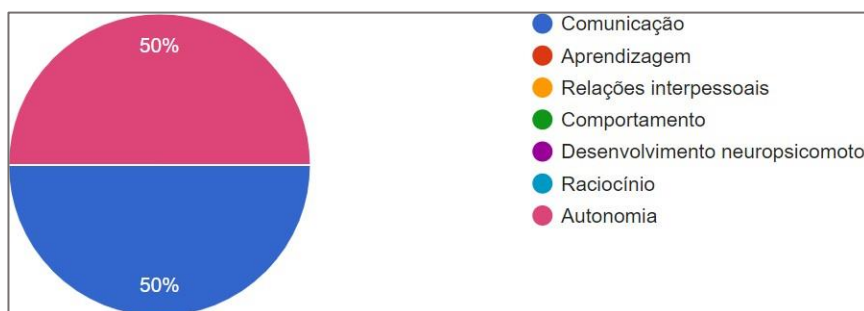
Fonte: dados da pesquisa (2022)

Interpretando os dados presentes no Gráfico 1, foi possível perceber que 100% dos profissionais da educação afirmaram que a educação permite que os alunos autistas se desenvolvam com relação a aprendizagem quando são acompanhadas pelos docentes em sala de aula regular junto aos demais alunos.

Fazer uma reflexão por que as professoras consideram a aprendizagem, pode trazer alguma citação sobre isso.

Posteriormente, as professoras foram questionadas sobre em que área as crianças autistas encontram maior dificuldade na rotina escolar. O Gráfico 2 aborda sobre o assunto.

**Gráfico 2** - Área de dificuldade na educação dos alunos com autismo



Fonte: dados da pesquisa (2022)

Conforme os dados apresentados no Gráfico 2, a comunicação e a autonomia são



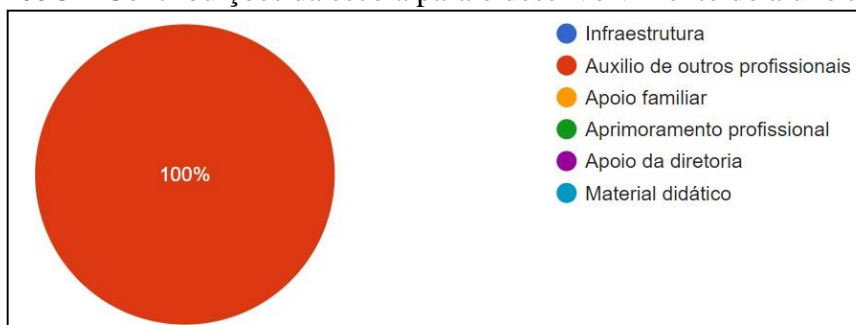
dificuldades encontradas para desenvolvimento quando seus alunos são autistas. Compreende-se que a partir do momento em que estes indivíduos se tratam de pessoas que gostam do isolamento e quando não desenvolvidas em relação as suas habilidades acabam se tornando sujeitos sem autonomia, com dependência de outros. Sobre estas dificuldades, cabe apontar:

o autismo cientificamente conhecido como Transtorno do Espectro Autista- TEA é uma síndrome que provoca em crianças dificuldades na comunicação verbal e não verbal, dificuldades na interação social e padrão de comportamento restritivo e repetitivo” (FERREIRA, 2021, p.07).

Conforme aponta Ferreira (2021), as dificuldades dos autistas relacionam-se, sobretudo, ao cenário da fala, sendo que alguns sujeitos se apresentam verbais e outros não verbais, assim como também estes se manifestam com comportamento repetitivo, o que torna a atuação dos problemas com diversos dilemas.

E, entendendo que existem diversos aspectos que precisam ser refletidos para que estas crianças se desenvolvam, as professoras foram questionadas sobre os fatores que considera que a escola contribui para o desenvolvimento do seu trabalho com aluno autista. O Gráfico 3 aborda essas respostas.

**Gráfico 3** – Contribuições da escola para o desenvolvimento do aluno autista



Fonte: dados da pesquisa (2022)

De acordo com as professoras, a contribuição da escola no auxílio ao trabalho docente no que tange a busca pelo desenvolvimento de seus alunos com autismo relaciona-se à atuação de outros profissionais, ou seja, disponibilização de ajudantes, visto que existem atividades que precisam da ajuda de outros indivíduos, sobretudo, quando se tem uma sala de aula com muitos alunos.

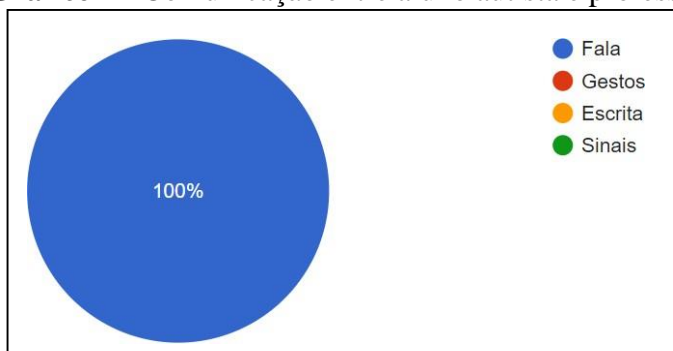
Xavier (2022) enfatiza sobre a importância de a escola garantir que seus professores tenham acesso a recursos materiais, o apoio profissional e infraestrutura institucional para que os alunos com deficiências possam ser desenvolvidos com qualidade, o que claramente não

acontece com a escola pesquisada, visto que as professoras abordadas citam apenas o auxílio de outros profissionais.

Assim, compreende-se que as professoras fazem utilização de seus próprios recursos para buscar desenvolver os alunos que se encontram em sala de aula com elas. Fica evidente que a escola deveria efetivar compra de materiais a mais para que auxiliasse os professores a uma atuação mais inclusiva assim como também maior capacitação aos docentes, a fim de que eles aprendam novas maneiras de atuar, sem que necessariamente precisem utilizar de seus próprios recursos como última possibilidade existente para conseguir desenvolver o aprendizado junto aos alunos com deficiências.

Neste sentido, estas foram questionadas sobre que meios de comunicação utilizam para se comunicar com seus alunos autistas. A resposta de apresenta por meio do Gráfico 4.

**Gráfico 4 - Comunicação entre aluno autista e professor**



Fonte: dados da pesquisa (2022)

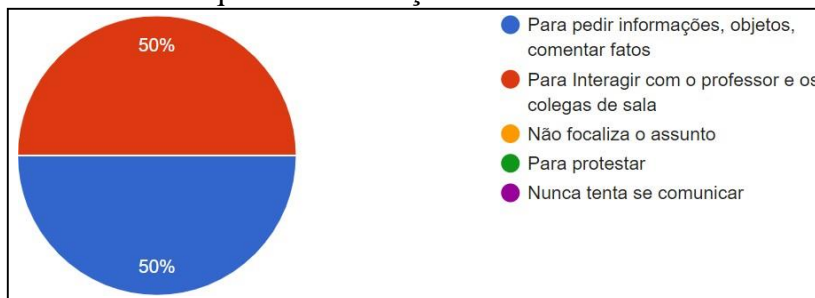
Como é possível observar, foram oferecidas quatro opções as professoras, sendo que estas apontaram que utilizam apenas a fala para se comunicar com seus alunos, ou seja, se trata de sujeitos verbais, visto que existem sujeitos com autismo que são não-verbais. Neste sentido, cabe salientar que,

a comunicação, tanto verbal como não verbal, é deficiente e desviada dos padrões habituais. A linguagem pode apresentar desvios semânticos e pragmáticos. Muitas pessoas com autismo (estima-se que cerca de 50%) não desenvolvem a linguagem durante toda a vida” (XAVIER, 2022, p.15).

Sendo necessária uma abordagem mais incisiva das docentes, o que não precisa ocorreu com as professoras pesquisados, visto que seus alunos se comunicam por meio da linguagem verbal. Considerando as informações que se apresentam sobre a comunicação dos alunos, foi questionado as profissionais em que circunstâncias estes alunos autistas se comunicam.

Respostas apresentadas por meio do Gráfico 5.

**Gráfico 5** - Circunstâncias em que a comunicação acontece



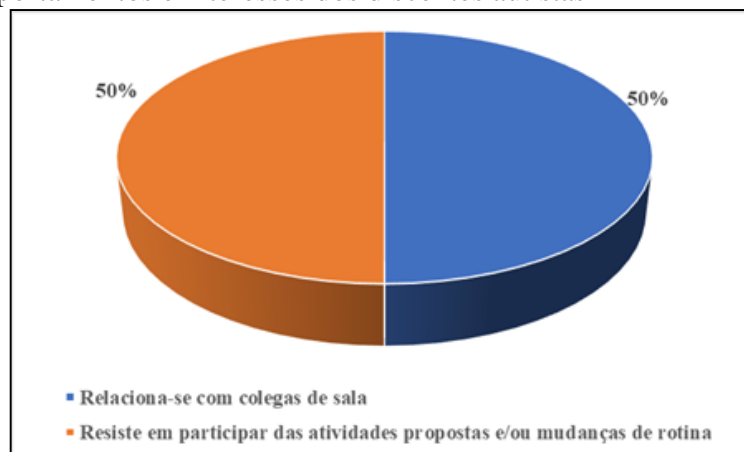
Fonte: dados da pesquisa (2022)

Atentando-se aos dados do Gráfico 5, percebe-se que 50% das profissionais apontam sobre a comunicação apresentar-se quando os alunos autistas precisam se comunicar com os professores e seus colegas de sala, ao passo que os demais 50% falam sobre a necessidade de eles pedirem informações e ainda pedir objetos ou mesmo comentar sobre fatos.

Estas informações apenas enaltecem o fato de que os discentes autistas acompanhados pelas docentes investigadas são desenvolvidos, pois conseguem se comunicar claramente em busca de interação em sala de aula. Martins; Banhato e Oliveira (2019) destacam que a interação social é sempre um problema para os autistas, sendo em larga escala ou não, o que pode considerar ser menor no caso dos discentes das professoras questionadas, visto que elas afirmam, sobretudo, que eles buscam comentar fatos.

Considerando a informação de que existe interação dos alunos autistas e os demais que se inserem em sala de aula, as docentes foram questionadas sobre seus comportamentos e interesses de maior frequência. Por meio do Gráfico 6 é possível identificar as respostas.

**Gráfico 6** - Comportamentos e interesses dos discentes autistas



Fonte: dados da pesquisa (2022)

Observando o Gráfico 6, é possível ver que 50% das profissionais afirmam sobre o comportamento dos alunos relacionam-se por meio da busca em estar com seus colegas, e outros 50% das docentes falam sobre resistirem a participação das atividades de sala de aula.

Quando se fala, por exemplo, nas situações que se voltam a alfabetização e letramento, Nascimento (2022) afirma sobre nas atividades que envolvem escrita e leitura, os autistas, quase sempre precisam da utilização de recursos adaptados, visando seu aprendizado, devido sua resistência as atividades que são apresentadas a eles.

Considerando estas informações que destacam sobre o comportamento dos sujeitos autistas em sala de aula, ou seja, no contexto educacional, passa-se a sentir a necessidade de identificar a relevância do diagnóstico acerca do autismo, como abordaremos posteriormente.

#### 4.2 Percepção dos docentes sobre a relevância do diagnóstico autista

O tópico em questão aponta sobre como os professores identificam a docência com e sem o diagnóstico das crianças com autismo, a fim de enriquecer a literatura com novas informações sobre um cenário amplamente discutido. Para identificar qual professor apresenta a afirmativa acerca da pergunta que se apresenta, chama-se estas de Professora I e Professora II, destacando suas falas por meio de um quadro. A Professora I trata-se daquela que atua na escola há dois (02) anos e a Professora II é aquela que atua há dezenove (19) anos.

Neste sentido, o primeiro questionamento para as professoras selecionadas para o estudo, relacionou-se a sua concepção acerca do que é autismo. As respostas se apresentam por meio do Quadro 1.

**Quadro 1 - O que é o autismo?**

PROFESSORA I	PROFESSORA II
O autismo é uma condição dos sujeitos que, pode ou não, interferir, dependendo de seu nível, na fala, no desenvolvimento das relações sociais dele, dentre outros aspectos. Mas, de modo particular, eu acredito que o autismo ainda é alvo de muitos preconceitos, por assim dizer. Crianças com autismo devem sim ter todo um acompanhamento especial, mas não devem ser limitadas. Obviamente que elas, como qualquer sujeito comum, tendem a ter o seu tempo e seus próprios limites, no entanto, não quer dizer que ela não possa se desenvolver, de acordo com a sua condição. Isso, com o devido acompanhamento.	O autismo, atualmente chamado de Transtorno do Espectro Autista (TEA), é uma condição caracterizada por comprometimento na comunicação e interação social, associado a padrões de comportamentos restritivos e repetitivos

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Como é possível identificar, ambas as professoras compreendem exatamente do que se trata o autismo, já que elas enfatizam sobre as oportunidades que se apresentam junto a estes indivíduos. Estas oportunidades, conforme elas, relacionam-se a limites de comunicação e socialização. Ainda as docentes destacam que se trata de oportunidades que podem ser desenvolvidas, e que é necessário apenas o acompanhamento necessário para tanto.

Importante lembrar que autismo, por muito tempo, se apresentou como uma condição de incapacidade, mas na verdade se trata:

de uma série de condições caracterizadas por algum grau de comprometimento no comportamento social, na comunicação e na linguagem, e por uma gama estreita de interesses e atividades que são únicas para o indivíduo e realizadas de forma repetitiva” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2022, p.01).

Ou seja, não se trata de uma limitação, mas na verdade uma necessidade de desenvolvimento educacional específico, mais direcionado. Isto porque os graus de comportamento social de uma pessoa autista são diversos, sendo assim os docentes precisam pensar em didáticas distintas para atender as necessidades dos sujeitos, incluindo-os em sala de aula.

Considerando estas informações, as professoras foram questionadas sobre em quais aspectos o desenvolvimento de um aluno com autismo é comprometido quando não existe diagnóstico precoce sobre sua condição.

## **Quadro 2 - Comprometimento do sujeito autista sem o diagnóstico**

<b>PROFESSORA I</b>	<b>PROFESSORA II</b>
A interação dele com seu meio social, a resposta aos estímulos, a autonomia, a fala também, dentre outros.	Em todos os sentidos, principalmente quando o professor alerta a família sobre comportamentos atípicos e a família não aceita, ignorando algo já visível, desse modo tornando cada vez mais tardio esse diagnóstico tão necessário.

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Dessa forma, fica evidente que não é que o desenvolvimento da criança com diagnóstico tardio não ocorra, mas passa a acontecer de forma mais lenta, prejudicando a interação social dos indivíduos, assim como também estímulos que permitam que a criança se torne um sujeito autônomo, sobretudo, quando já na fase adulta.

É importante destacar que quase sempre este problema está relacionado aos fatos de os pais das crianças não aceitarem a possibilidade do diagnóstico, levando a busca por um profissional de forma atrasada.

Sobre o diagnóstico tardio ou a ausência do diagnóstico é importante destacar que “compromete, conseqüentemente, as intervenções necessárias ao desenvolvimento dos aspectos afetados pelo transtorno do espectro autista, que visam à qualidade de vida da pessoa portadora do autismo leve” (SILVA; XAVIER, 2021, p.09), ou seja, deve-se evitar este cenário, a fim de alcançar qualidade de vida aos sujeitos com este diagnóstico.

Posteriormente, as docentes foram questionadas sobre o diagnóstico tardio de TEA impactar a alfabetização e o letramento e de que forma. O Quadro 3 aponta essas respostas.

**Quadro 3 - Diagnóstico tardio TEA e alfabetização e o letramento**

<b>PROFESSORA I</b>	<b>PROFESSORA II</b>
Eu, como educadora, aprendi a enxergar as crianças com um sujeito que traz suas demandas e suas individualidades para sala de aula. Apesar de a gente ter que lidar com uma turma com vários alunos, cada um apresenta suas particularidades e necessidades diferenciadas. As crianças com autismo não são diferentes. Deve-se trabalhar com cada uma delas, exatamente onde elas apresentam uma maior necessidade que, algumas vezes, requer o auxílio de outros profissionais, estes que trabalham diretamente e em conjunto com a escola para um melhor desenvolvimento do aluno. Se o diagnóstico não chega, esse suporte também não. Se ele tarda, nos impede que desenvolvamos um trabalho mais eficaz.	Impacta porque os alunos não são acompanhados na forma que permitia o seu desenvolvimento.

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Analisando as respostas dadas pelas professoras, torna-se perceptível que é preciso entender as particularidades de cada aluno para que passem a existir estratégias de desenvolvimento junto a estes, o que não ocorre quando o autismo não é diagnosticado.

Dessa forma, compreende-se que as particularidades das crianças com autismo são diferentes, assim como as demais crianças, já que “suas particularidades podem variar, afetando

o processo de aprendizagem. Logo, as necessidades de aprendizagem devem sofrer adequações da prática pedagógica para a criança” (SILVA, 2020, p.14), assim como ocorre com qualquer outra criança.

Neste sentido, em continuidade, foi pedido que identificassem os impactos do diagnóstico tardio do autismo podem causar no desenvolvimento da alfabetização e letramento das crianças. O Quadro 4 destaca sobre o cenário.

**Quadro 4 - Impactos do diagnóstico tardio do autismo (alfabetização e letramento)**

PROFESSORA I	PROFESSORA II
<p>Sabemos que quanto mais cedo uma condição é detectada, mais rapidamente a intervenção pode começar e melhor será o resultado. Por isso, quem recebe um diagnóstico tardio de autismo pode ter a vida impactada por anos. O desenvolvimento é bastante afetado assim como a convivência social na escola e família. Voltado ao ponto da alfabetização e letramento sua aprendizagem estará totalmente comprometida pois dependendo da faixa etária que for diagnosticado se torna cada vez mais complexo e delicado esse processo de introdução na leitura e escrita, principalmente se o mesmo não tem um acompanhamento de equipe multiprofissional fora da escola.</p>	<p>O diagnóstico tardio pode garantir o não desenvolvimento de uma criança, o que afeta consideravelmente quando este encontra-se em fase adulta, sobretudo, envolto a sua interação social, visto falta de coerente alfabetização e letramento.</p>

Fonte: dados da pesquisa (2022)

Compreende-se que para uma devida comunicação entre os sujeitos faz-se necessário o pleno desenvolvimento, principalmente com relação a sua alfabetização.

Evidencia-se que a falta de diagnóstico precoce sobre o autismo inviabiliza este cenário, o que leva ao entendimento sobre como o diagnóstico tardio compromete o desenvolvimento de um sujeito que quando passa por interferência negativa ao que tange a sua construção intelectual, tende a aumentar as chances de coerente interação social, por exemplo.

Conforme destaca as profissionais um dos maiores problemas sentidos pelos alunos autistas com diagnóstico tardio relaciona-se ao atraso no processo de leitura e escrita. Dessa forma, compreende-se que “o avanço social e cognitivo desses indivíduos, somados aos

diagnósticos tardios, limitam o melhor desenvolvimento dos autistas, interferindo no processo de alfabetização e letramento destes” (MENEZES, 2021, p.22).

Assim, as professoras foram indagadas se sentem capacitadas para trabalhar com alunos autistas. O Quadro 5 apresenta as respostas de ambas as profissionais.

**Quadro 5 - Capacidade para lidar com autistas**

PROFESSORA I	PROFESSORA II
Para ser sincera, não totalmente. Porque acredito que, apesar da experiência, é necessário que haja tanto o auxílio de outros profissionais, como também mais estudos na área, da minha parte.	Apesar de todos os anos de experiência em sala de aula ainda não me sinto preparada pois é um trabalho que exige muita formação profissional sobre o assunto, metodologias diferenciadas e sem contar que cada aluno deveria ser acompanhado por um profissional extra do professor da sala regular e ainda não percebo essa sensibilidade por parte de muitos. Atualmente a educação inclusiva tem sido um grande desafio para os profissionais da educação devido os alunos autistas que são matriculados na escola e os docentes não recebem nenhum tipo de formação ou ajuda voltada para oferecer um trabalho de qualidade.

Fonte: dados da pesquisa (2022)

De acordo com as professoras, elas não se sentem preparadas integralmente para lidar com os alunos autistas, visto que já possuem ampla vivência, mas compreendem que as mudanças com relação ao acompanhamento no desenvolvimento das crianças autistas deviam acontecer também por meio da atuação de multiprofissionais, o que não acontece na escola em que atuam. Também destacam sobre precisarem se dedicar mais a formação continuada, o que não vem ocorrendo.

Assim, cabe destacar que “a formação continuada do professor tem na atualidade relevância para a sua atuação na escola inclusiva e especificamente na sala de aula, lugar por excelência para o ensino-aprendizagem” (SAMPAIO, 2018, p.02). Para além deste cenário, vale frisar sobre a importância de melhor apoio da escola, apresentando, principalmente, auxílio de outros profissionais na busca por este desenvolvimento, nota-se a ausência de políticas públicas mais efetivas e voltadas para o atendimento das crianças autistas na escola.

Em se tratando da falta de apoio velada que se apresenta sobre a motivação ao desenvolvimento dos alunos autistas, as professoras foram questionadas sobre o incentivo quanto aos pais na busca por profissionais que tem atribuição ao diagnóstico de um possível autismo. O Quadro 6 apresenta as respostas.

**Quadro 6 - Incentivo da escola sobre o diagnóstico do autismo**



<b>PROFESSORA I</b>	<b>PROFESSORA II</b>
Incentiva sim, haja vista que esse público tem crescido bastante nos últimos anos, e a equipe escolar está sempre lá, buscando auxiliar a família.	Esse ano de 2022 foi um ano onde a escola recebeu muitos alunos autistas na sua maioria sem um diagnóstico, nós como professores fazemos a parte de chamar a mãe ou o responsável e conversar sobre a situação, mas os pais em sua maioria não aceitam ou ignoram, dificultando mais ainda a situação. E para nós que já temos uma turma numerosa fica cada vez mais difícil conciliar o trabalho com esses alunos. Esse ano a escola está recebendo o apoio de dois profissionais especializados que revezam o horário para trabalhar com alguns desses alunos (os que já foram diagnosticados) na sala de recursos multifuncionais.

Fonte: dados da pesquisa (2022)

De acordo com as profissionais indagadas a escola incentiva o diagnóstico da criança junto a seus familiares, sobretudo, os pais, mas não se trata de um cenário fácil. Apontam sobre a escola, cada dia mais, receber alunos autistas, o que fomenta a atuação mais incisiva da escola com relação a este diagnóstico, porém, a maioria dos pais demora na aceitação da condição e consequentemente na busca por um profissional que diagnostique.

Diante deste contexto, as professoras apontam que recentemente a escola fez a aquisição de dois profissionais para cuidar deste contexto junto aos professores de sala de aula comum, que se dividem na atuação em dois turnos, junto as salas de recursos multifuncionais, o que é importante, mas não substitui a atuação que deve acontecer na sala com os demais alunos.

Silva e Xavier (2021) relatam sobre os pais serem os primeiros a identificar os sintomas, mas não aceitam precocemente, buscando profissionais que auxiliem no desenvolvimento, o que vem a ser um problema quando se inicia a idade escolar.

Dessa forma, fica evidente que a falta de diagnóstico precoce do Transtorno do Espectro Autista na alfabetização e letramento no município de Felipe Guerra/RN é um cenário que impacta no desenvolvimento necessário dos alunos com esta condição, visto que não são trabalhados com recursos direcionados, assim como também passam a não ter o contato com os profissionais da sala de recursos multimídias, fundamentais para o desenvolvimento físico, cognitivo e intelectual destes sujeitos, dentro e fora de sala de aula comum.

Compreendendo as informações que se apresentam ao longo do texto, pode-se dizer

que a pesquisa atende as suas propostas iniciais, o que vem a ser abordado no tópico seguinte, ou seja, na considerações finais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente as informações que se apresentam ao longo do estudo, pode-se destacar que o objetivo geral da pesquisa foi atendido, visto que buscava analisar os impactos do diagnóstico tardio do Transtorno do Espectro Autista na alfabetização e letramento no município de Felipe Guerra/RN, evidenciando que o problema “Quais são os impactos do diagnóstico tardio do Transtorno do Espectro Autista na alfabetização e letramento?”, que norteou essa pesquisa foi respondido. Relacionando, sobretudo, a uma educação não direcionada a sua necessidade, permitindo problemas de socialização, principalmente quando na fase adulta.

Com relação aos objetivos específicos, identifica-se que também foram atendidos, visto que o primeiro buscava identificar os impactos que o diagnóstico tardio traz para a alfabetização e letramento e estes se relacionam a pouca comunicação com os demais sujeitos de sala de aula, assim como também falta de interação social com os demais indivíduos a seu entorno.

O segundo objetivo específico também foi atendido, pois se propôs a refletir acerca dos impactos na alfabetização devido o diagnóstico tardio em TEA, e apresenta-se, sobretudo, a pouca possibilidade que os profissionais terão para desenvolver os sujeitos, visto que quanto mais jovens maiores são as possibilidades para tanto.

Também o terceiro objetivo específico foi atendido, pois buscou descrever como o diagnóstico precoce do autismo maximiza as chances de desenvolvimento do indivíduo, de forma específica na alfabetização e letramento e evidencia-se a aceitação na realização das atividades que são propostas pelos seus professores, assim como também o desenvolvimento da comunicação verbal junto aos docentes e também aos seus colegas de turma.

Com relação aos impactos sentidos pelo diagnóstico tardio com relação ao autismo, fica evidente que atrapalha consideravelmente o processo de alfabetização e letramento, sendo necessário que os docentes remontem suas propostas de atividades para alcançar qualidade no aprendizado das crianças com deficiência.

Conclui-se, portanto que esta pesquisa foi relevante porque permite contribuir para a compreensão da importância de os pais aceitarem desde cedo acerca das diferenças que se apresentam junto as crianças autistas quando comparando seu comportamento com as demais a seu entorno, o que fomenta a necessidade de busca de profissionais que possam apresentar

um diagnóstico sobre este contexto. É evidente que este laudo garante aos profissionais, sobretudo, da educação, estudar em como devem atuar junto a estes discentes, visando sempre seu desenvolvimento intelectual e autônomo, sobretudo, para quando na fase adulta consigam ter uma qualidade de vida na vivência com os demais a seu entorno, nos mais diversos cenários, tal como o contexto de empregabilidade.

Identifica-se que o estudo sobre este assunto não se encerra com esta pesquisa, sendo relevante a ampliação dos sujeitos pesquisados sobre a importância do diagnóstico de autismo precoce, sobretudo, voltando-se ao contexto de educação.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. L.; NEVES, A. S. A popularização diagnóstica do autismo: uma falsa epidemia? **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 40, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/WY8Zj3BbWsqJCz6GvqGFbCR/?format=html>. Acesso em: 10 abril. 2022.

BARRETO, M. F. Alfabetização e letramento de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). **Revista Amor Mundi**, v. 2, n. 4, p. 45-56, 2021. Disponível em: <http://18.229.242.68/index.php/amormundi/article/view/98>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 12 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.977, de 8 de janeiro de 2020**. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTA), e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2020/lei/L13977.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13977.htm). Acesso em: 15 jan. 2023.

COIMBRA, C. **Quais são os sinais do autismo e como é feito o diagnóstico?** Hospital Le Forte, 2022. Disponível em: <https://leforte.com.br/blog/quais-sao-os-sinais-do-autismo-e-como-e-feito-o-diagnostico/#:~:text=Apesar%20de%20ainda%20n%C3%A3o%20existir,sobre%20o%20hist%C3%B3rico%20do%20indiv%C3%ADduo>. Acesso em: 05 dez. 2022.

FERREIRA, A. A. **o papel da família no processo de aprendizagem de crianças autistas**. 30f (Bacharel em Psicologia), Ariquemes, 2021. Disponível em: [https://repositorio.faema.edu.br/bitstream/123456789/2960/1/TCC-%20ANDRESSA%20ALVES%20FERREIRA%20assinado\\_assinado.pdf](https://repositorio.faema.edu.br/bitstream/123456789/2960/1/TCC-%20ANDRESSA%20ALVES%20FERREIRA%20assinado_assinado.pdf). Acesso em: 06 dez. 2022.

FERNANDES, F. R. Fundação José Luiz Egydio Setubal (org.). O que é o autismo? marcos históricos. 2020. **Autismo e Realidade**. Disponível em: <https://autismoerealidade.org.br/o-que-e-o-autismo/>. Acesso em: 10 maio 2022.

GUEDES, N. P. S.; TADA, I. N. C. A Produção Científica Brasileira sobre Autismo na Psicologia e na Educação. **Revista Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v.31, n.3, p. 303-309, jul.-set. 2015.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARTINS, C.B.F.; BANHATO, E.F.C.; OLIVEIRA, M.L.C. Contribuições das teorias psicológicas e neuropsicológicas na compreensão do desenvolvimento cognitivo em crianças com Transtorno do Espectro Autista: uma Revisão Integrativa. **Cadernos de psicologia – CESJF** - v.1, n.1, p.25-49, jun. 2019.

MENEZES, T. B. A. **O processo de alfabetização e letramento de crianças autistas: um estudo do tipo “estado do conhecimento”**. 52f (Curso de Pedagogia), 2021. Disponível em:

[https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3559/1/MONOGRAFIA\\_ProcessoAlfabetiza%C3%A7%C3%A3oLetramento.pdf](https://www.monografias.ufop.br/bitstream/35400000/3559/1/MONOGRAFIA_ProcessoAlfabetiza%C3%A7%C3%A3oLetramento.pdf). Acesso em: 12 dez. 2022.

MORAIS, A. G.; ALBUQUERQUE, E. B. **Alfabetização e letramento**. Construir Notícias. Recife, PE, v. 07, n. 37, p. 5-29, nov/dez 2007.

NASCIMENTO, M. V. J. **Percepções de familiares sobre o cuidado de crianças autistas em Centros de Atenção Psicossocial infantojuvenis**. 2020. Tese de Doutorado. Disponível em:[https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/46195/marcos\\_vinicius\\_jordao\\_nascimento\\_ensp\\_mest\\_2020.pdf;jsessionid=E48819A41A140753FCB82AA052DBA4B8?sequence=2](https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/46195/marcos_vinicius_jordao_nascimento_ensp_mest_2020.pdf;jsessionid=E48819A41A140753FCB82AA052DBA4B8?sequence=2). Acesso em: 02 nov. 2022.

NASCIMENTO, K. C. S. **Autismo na educação básica e os processos de inclusão escolar**. 41f (Licenciatura em Pedagogia), Cajazeiras – PB, 2022.

Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/27358>. Acesso em: 01 dez. 2022.

OLIVEIRA, M. F. **Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração**. Universidade Federal de Goiás. Catalão–GO, 2011. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual\\_de\\_metodologia\\_cientifica\\_-\\_Prof\\_Maxwell.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/567/o/Manual_de_metodologia_cientifica_-_Prof_Maxwell.pdf). Acesso em: 01 out. 2022.

OLIVEIRA, M. L. S. **Formação docente e inclusão de alunos com transtorno do espectro autista: algumas reflexões**. 54F (licenciatura em Pedagogia), João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1971>. Acesso em: 10 dez. 2022.

OLIVEIRA, N. F. B.; SILVA, D. A importância da alfabetização e do letramento. **Faculdade Sant'Ana em Revista**, v. 3, n. 2, p. 190-203, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.pgsskroton.com/bitstream/123456789/32547/1/TCC+-+CAMILA+BONATTO+DA+SILVA.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE-OMS. **Transtorno do espectro autista**. 2022. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista#:~:text=O%20transtorno%20do%20espectro%20autista,e%20realizadas%20de%20forma%20repetitiva>. Acesso em: 06 dez. 2022.

PINTO, R. N. M *et al.* Autismo infantil: impacto do diagnóstico e repercussões nas relações familiares. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 37, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rgenf/a/Qp39NxcyXWj6N6DfdWWDDrR/?lang=pt>. Acesso em: 12 abril. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA. **História de Felipe Guerra**. 2022. Disponível em: <https://www.felipeguerra.rn.gov.br/historia-de-felipe-guerra>. Acesso em: 12 set. 2022.

QUEIROZ, R. L. O. **Alfabetização de criança com TEA: Um relato de experiência**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/44553/1/MONOGRAFIA%20alfabetiza%C3%A7%C3%A3o%20TEA%202021.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2022.

RIBEIRO, J. L. P. Revisão De Investigação e Evidência Científica. **Psicologia, Saúde & Doenças**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 671-682, 2014.

RUSSO, F. **Manual sobre o transtorno de espectro do autismo: TEA**. São Paulo: NeuroConecta, 2019. 29p.

SAMPAIO, L. M. T. Formação do professor na educação inclusiva e Tea. **In: V Congresso nacional de educação**. Olinda: Realize. 2018. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO\\_EV117\\_MD1\\_SA10\\_ID90\\_15092018132151.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2018/TRABALHO_EV117_MD1_SA10_ID90_15092018132151.pdf). Acesso em: 02 dez. 2022.

SANTANA, A. N.; SILVA, J. B. Desenvolvimento cognitivo da autoconsciência em indivíduos com autismo: contribuições para a compreensão do cotidiano educacional. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 4, p. 3242-3251, 2019. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/1468>. Acesso em: 10 dez. 2022.

SANTOS, T. P.; CHAVES, V. E. J. Autismo e educação: os desdobramentos da inclusão escolar. **Revista Internacional de apoyo a la inclusión, logopedia, sociedad y multiculturalidad**, v. 3, n. 1, p. 12-24, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5746/574660901009/html/>. Acesso em: 05 dez. 2022.

SILVA, D. L.; XAVIER, M. B. C. **Os impactos do diagnóstico em casos leves de Transtorno do Espectro Autista: uma abordagem psicopedagógica**. 17F (Curso da Pós-graduação Lato Sensu em Psicopedagogia), Salvador, 2021. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/4747/1/TCCDANIELASILVA%20e%20MICHELEXAVIER.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2022.

SILVA, A. V. **Transtorno do espectro autista: os desafios da inclusão na educação.** 22f (Graduado em Pedagogia), 2020. Disponível em:  
[https://repositorio.pgskroton.com/bitstream/123456789/31799/1/AMANDA\\_VALENTIN\\_DA\\_SILVA.pdf](https://repositorio.pgskroton.com/bitstream/123456789/31799/1/AMANDA_VALENTIN_DA_SILVA.pdf). Acesso em: 10 dez. 2022.

SILVA, L. V *et al.* Metodologia de pesquisa em administração uma abordagem prática. **Editora UNISINOS**, 2012. Disponível em:  
<http://biblioteca.asav.org.br/vinculos/000045/000045b4.pdf>. Acesso em: 05 out. 2022.

XAVIER, J. N. S. **Autismo, pais e a escola: um estudo de caso.** 78f (Licenciado em Ciências Biológicas), João Pessoa, 2022. Disponível em:  
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/23429/1/JNSX12072022.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

# CONTEXTOS LITERÁRIOS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA

Lucia Ferreira de Queiroz

Júlia Lidiane Lima de Amorim

José Raul de Souza

Taysa Kelly da Silva

## RESUMO

O presente estudo, realizado no gênero artigo, tem como título “Contextos literários nos anos iniciais do ensino fundamental: uma abordagem metodológica”. Parte da seguinte problemática: De que forma os contextos literários são abordados, numa perspectiva metodológica, nos anos iniciais do Ensino Fundamental? Essa problematização possibilitou constituir os objetivos da pesquisa em que consistem, de modo geral, analisar a abordagem metodológica dos contextos literários nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como contextualizar tais situações a fim de identificar as abordagens metodológicas destes nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A cientificidade do trabalho deu-se pelo delineamento metodológico que se configura como uma pesquisa de campo, pautada no método dialético, caracterizando-se por uma análise interpretativa. A pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa de caráter descritivo. O trabalho está fundamentado em autores como Martins (2008), Machado (2010), ressaltam os contextos literários, Brasil (1996), Ferreira e Teberosky (1999), discursam sobre o Ensino Fundamental, Barbosa (1994), Abramovich (1994), abordam a leitura e a mediação pedagógica, entre outros teóricos que falam sobre as contribuições da literatura nessa modalidade. Ressalta-se, assim, a importância do uso dos contextos literários durante o processo de alfabetização das crianças. Em síntese, considera-se que a leitura literária, com uma diversidade de enredos, é de fundamental importância para o processo de ensino-aprendizagem das crianças, de modo que nenhuma leitura é capaz de medir as contribuições que a aquela proporciona na fase inicial do Ensino Fundamental.

**Palavras-chave:** Leitura literária. Metodologia. Alfabetização. Anos Iniciais.

## ABSTRACT

### LITERARY CONTEXTS IN THE EARLY YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL: A METHODOLOGICAL APPROACH

The present study, carried out in the article genre, is entitled "Literary contexts in the early years of elementary school: a methodological approach", starts from the following problem: How are literary contexts approached, from a methodological perspective, in the early years of Education Fundamental? This problematization made it possible to establish the research objectives that consist of, in general, analyzing the methodological approach of literary contexts in the early

years of Elementary School, as well as contextualizing such contexts in order to identify the methodological approaches of these in the initial years of Elementary School. The scientificity of the work was given by the methodological design that is configured as a field research, based on the dialectical method, characterized by an interpretive analysis. The research presents a qualitative approach of descriptive character. The work is based on authors such as Martins (2008), Machado (2010), highlight the literary contexts, Brazil (1996), Ferreiro and Teberosky (1999), discuss Elementary Education, Barbosa (1994), Abramovich (1994), approach reading and pedagogical mediation, among other theorists who talk about the contributions of literature in this modality. Thus, the importance of using literary contexts during the children's literacy process is highlighted. In summary, it is considered that literary reading, with a diversity of plots, is of fundamental importance for the teaching-learning process of children, so that no reading is able to measure the contributions that it provides in the initial phase of the Elementary School.

**Keywords:** Literary reading. Methodology. Literacy. Initial. Years.

## 5 INTRODUÇÃO

A literatura é um possível caminho para os educandos desenvolver a imaginação, emoção e sentimentos de forma prazerosa e significativa. Mediante o contato com os livros, as crianças buscam novos horizontes e realizam uma reflexão crítica e construtiva do conhecimento. Assim, surge então o interesse de ser trabalhado os contextos literários nos anos iniciais do ensino fundamental como subsídio metodológico para o ensino da literatura, partindo do pressuposto de que se deve buscar práticas pedagógicas que favoreçam as múltiplas linguagens sociocomunicativas do aluno, levando em consideração a construção do conhecimento, oferecendo um atendimento apropriado ao perfil do aluno contemporâneo.

A prática da leitura, além de ser um aperfeiçoamento pessoal, é caracterizada por representar a estabilização do sujeito, de sua história como produtor de linguagem e de sua diferenciação como intérprete do mundo que o cerca. Segundo Freire (2003), o processo de leitura não se esgota apenas na decodificação da palavra escrita, mas, que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo. Ou seja, a leitura é uma abertura para o mundo, na percepção de proporcionar descobertas ao leitor através de seus pensamentos. Por esse motivo, a escola é caracterizada como local apropriado para estimular os alunos quanto à necessidade ao hábito da leitura através de suas práticas.

Diante disto, o referente trabalho tem como título “Contextos Literários nos anos Iniciais do Ensino Fundamental: uma abordagem metodológica”. O empenho por abordar essa temática surge do interesse próprio da pesquisadora que após o Estágio Supervisionado no Ensino Fundamental, vivenciado no 7º período do curso de Pedagogia, no qual, observou que o ensino



de literatura nas séries iniciais mostrou-se limitado e, quando trabalhado com as crianças, não despertava interesse nelas pela forma como era abordado.

No entanto, por conta de práticas tradicionais ainda existentes nas escolas, ocorre o desestímulo à leitura e, com ele, este processo de compreensão da realidade se torna mais lento. Em vista disso, a escola necessita deixar de trabalhar a leitura de forma mecânica e desestimulante. Segundo Sorrenti (1995), a leitura precisa ser vista com os olhos do prazer, respondendo as indagações e as necessidades de cada um. Diante disso, não basta a escola alfabetizar, é preciso transformar a criança em um bom leitor.

Nesse contexto, levantamos o seguinte questionamento: De que forma os contextos literários são abordados, numa perspectiva metodológica, nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

A partir desse questionamento, o presente estudo apresenta como objetivo geral analisar a abordagem metodológica dos contextos literários nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para tanto, traçamos como objetivos específicos: contextualizar os contextos literários nos anos iniciais do Ensino Fundamental numa perspectiva metodológica; identificar e analisar as abordagens metodológicas dos contextos literários nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Outrossim, a importância desse trabalho está no fato de instituir subsídios para contribuir com pesquisas de descrição da literatura, exclusivamente a transmissão dessa prática na sala de aula nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contribuindo no processo de ensino da criança nas séries iniciais do Ensino Fundamental, com a finalidade de planejar a importância de uma educação de qualidade, voltada para as práticas de leituras e a formação de crianças leitoras.

Partindo desse pressuposto, a procura de aprofundamento e enriquecimento para esse estudo, se fez preciso analisar estudos de artigos e projetos acadêmicos de autores como Edgar Morin (2003), Freire (1996), Karl Marx (2004), Triviños (1987), Gil (2008). O trabalho está embasado também em Lakatos Marconi (1996), Freire (2003), Sorrenti (1995), entre outros pensadores, os quais, seus trabalhos condizem com a temática em questão.

Desse modo, o presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de campo, de natureza descritiva, com delineamento qualitativo que se entende também como uma pesquisa explicativa, pautada no método dialético, utilizado como procedimento para a análise dos estudos o método interpretativo, visando assim, analisar, interpretar e explicar de que forma as práticas de literatura contribuem no processo de ensino nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Assim sendo, o trabalho foi dividido da seguinte maneira: o primeiro capítulo trata da parte introdutória com o intuito de contextualizar o trabalho, apresentar e delimitar o tema, assim como discorrer sobre a estrutura da pesquisa. O segundo capítulo pontua teoricamente os contextos literários e concepções pedagógicas, abordamos também as concepções e objetivos do Ensino Fundamental, expomos também a literatura e a mediação pedagógica. O terceiro capítulo apresenta o percurso metodológico da pesquisa, em que serão elencadas a caracterização e a abordagem da pesquisa, a definição de métodos e as técnicas de pesquisa. No quarto e último capítulo será apresentada a análise que constitui esse estudo tratando dos contextos literários nos anos iniciais do Ensino Fundamental, discorrendo, assim, sobre as abordagens metodológicas e as contribuições da literatura para a alfabetização.

Em síntese, apresentamos nossas considerações finais que não tem como presunção o fechamento das discussões propostas, mas assinalar o trajeto da pesquisa, os métodos adotados e aferir se esses foram eficientes para a determinação da questão de pesquisa e se atendeu aos objetivos almejados.

## **6 REFERENCIAL TEÓRICO**

Esse capítulo está subdividido em subtópicos nos quais serão tratados a fundamentação teórica que, tem como objetivo expor análises de artigos e projetos acadêmicos de autores que, apresentam as mesmas concepções sobre como os contextos literários são abordados numa perspectiva metodológica nos anos iniciais do ensino fundamental. Seguido por subtópicos que tratam dos contextos literários e concepções pedagógicas, objetivos e definições do ensino fundamental, e por fim conta também a literatura e a mediação pedagógica.

### **2.1 CONTEXTOS LITERÁRIOS E CONCEPÇÕES PEDAGÓGICAS**

O texto literário também está incluso nesta compreensão, pois trata-se de um saber indispensável à formação intelectual e humana, principalmente nos primeiros níveis da escolarização. O texto literário estimula a imaginação e a criatividade, desde que feito com a adequada metodologia e mediação.

Sabe-se que a fase que corresponde aos anos iniciais do Ensino Fundamental é de grande importância para o desenvolvimento cognitivo, afetivo, social e emocional das crianças. Diante disso, o estudo em questão tem como temática “Contextos literários nos anos iniciais do ensino fundamental: uma abordagem metodológica”, tendo como objetivo analisar a abordagem metodológica dos contextos literários nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Em vista disso, a procura de enriquecimento e aprofundamento para essa pesquisa, fez-se necessário analisar estudos de artigos e projetos acadêmicos de autores, bem como também teóricos que apresentam a mesma concepção, sobre como se dá a abordagem metodológica de contextos literários nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Iniciamos com o trabalho de Andressa Dias Koehler, intitulado “Literatura e imaginação em espaços/tempos escolares: o ensino e a aprendizagem de literatura em questão” (2008). Tem por finalidade analisar em que medida as aulas de literatura potencializam expectativas associadas a experiências literárias, questionando os sentidos que têm sido atribuídos à literatura por parte da escola e dos alunos.

De acordo com Koehler (2008, p.43), “São as diferentes vozes, as oscilações internas das personagens, os diferentes espaços, tempos e linguagens que conferem à literatura sua possibilidade de levar o leitor ao nível da imaginação e se envolver no universo ficcional”. Ou seja, a leitura literária contribui para o processo de desenvolvimento criativo, colaborando com o desenvolvimento linguístico, bem como estimular o gosto pela escrita e leitura, auxiliando na compreensão de interpretação de textos.

Seguindo essa temática, a dissertação de Eliane Dias Martins, intitulada “Leitura literária e formação de professores: um estudo sobre parceria entre Universidade e Escola Básica”, investiga concepções de leitura, linguagem, língua e leitor, implícitos a determinadas práticas de leitura literária que influenciam o trabalho na escola. A autora faz críticas à formação dos professores que trabalham com a literatura, traçando um paralelo: de um lado, a Universidade não se preocupa com o ensino de literatura no nível básico de ensino; e de outro, questiona a falta de empenho do professor, que por vezes não reconhece a importância da literatura na educação. Nesse sentido, Martins (2008) destaca que:

Na escola, a preocupação são as práticas inadequadas de leitura literária que, ao contrário do que se espera, não despertam o gosto pela imaginação, pelo lúdico que a leitura literária pode proporcionar. Práticas estas que priorizam os estudos histórico-biográficos, presas a rígidas categorizações de estilos que utilizam o texto como pretexto ao ensino gramatical, que desconsideram gostos e identidades, que se baseiam em fragmentos descolados do contexto, enfim, que não proporcionam o encontro polêmico com as polifônicas vozes que circundam a obra literária (Martins, 2008, p. 19).

Com esse pensamento, mostra-se que o docente precisa de técnicas de leituras que chamem a atenção dos educandos, despertando o interesse deles em ouvir, entender e compreender o que está sendo lido. Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, entendemos

que a leitura literária deverá possibilitar a formação do sujeito por meio da ludicidade e criatividade.

Seguindo essa linha de pensamento, o artigo intitulado “As práticas de leitura literária”, de Machado (2010), a pesquisa traz um panorama do ensino da literatura no Brasil, destaca práticas pedagógicas com a leitura literária na escola e apresenta programas e políticas públicas de incentivo à leitura, nas esferas nacional e estadual. A partir da fundamentação teórica de Bakhtin, Benjamin e da Estética da Recepção, são propostas alternativas para ressignificar as práticas de leitura literária na escola. Em consonância com os pressupostos teóricos utilizados no trabalho, a autora destaca que:

(...) trabalhar com a literatura na escola é muito mais do que transmitir conteúdos, usar um texto como pretexto, é explorar inúmeras possibilidades de compreender a realidade, de narrar ou tecer e fiar enquanto se ouve, e produzir conhecimento através da arte da linguagem, dialógica por natureza. A experiência com leitura literária só tem valor se levar o outro em consideração, pois o outro é um elemento intrínseco indispensável na interação leitor-autor-obra (Machado, 2010, p. 42).

Dessa forma, entendemos que tal leitura vai além da relação leitor-autor-obra, mas que sofre intervenções do contexto em que se insere, assim como a questão da materialidade. É importante compreender a linguagem como o agir no mundo da criança, e o modo em que ela expressará sua criatividade e liberdade, e poderá criar sentidos e construir autonomia e criticidade.

Assim Resende (1993, p. 14), afirma que: “A leitura é um ato de abertura para o mundo”. Ou seja, a leitura é uma abertura para o mundo, no sentido de promover descobertas ao leitor através de seus pensamentos atribuídos aquilo que o cerca. Por esse motivo, é imprescindível que a escola trabalhe, desde as séries iniciais, práticas de leitura.

Diante do referido, nota-se que as ideias aqui citadas embasam como se dar a abordagem metodológica dos contextos literários nos anos iniciais do Ensino Fundamental, considerando que, a literatura contribui no desenvolvimento da educação estética e concentração da criança, bem como, em outros diversos aspectos, como os cognitivos e linguísticos.

## **2.2 O ENSINO FUNDAMENTAL: DEFINIÇÕES E OBJETIVOS**

O Ensino Fundamental é a continuidade da Educação Infantil, e tem como finalidade atender aos interesses e necessidades das crianças que são peculiares nesta faixa etária, visando desenvolver ao máximo suas capacidades e potencialidades, para isso, oferece um vasto leque

de atividades e possibilidades que irão contribuir de forma significativa para o desenvolvimento dos estudantes.

Nesse contexto a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional Lei nº 9.394/1996 (2017), certifica que;

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão. (BRASIL, 2017, p.23)

Dessa forma, nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, a ação pedagógica deve ter como foco a alfabetização, a fim de garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética, como também da leitura. Objetivando o desenvolvimento integral da criança, regida pela BNCC (2017), está pautada em componentes curriculares, os quais, visam alcançar objetivos de aprendizagem descritos em cada componente. Assim sendo, como aponta o parecer CNE/CEB nº 11/2010<sup>29</sup>,

“os conteúdos dos diversos componentes curriculares [...], ao descortinarem às crianças o conhecimento do mundo por meio de novos olhares, lhes oferecem oportunidades de exercitar a leitura e a escrita de um modo mais significativo” (BRASIL, 2010).

Entende-se também que se trata de um período de aquisição do código, do sistema alfabético da língua escrita e de que, esse processo não está associado ao uso cotidiano da língua escrita, sendo basilar o contato das crianças com textos da língua cuja aprendizagem está em foco.

Na concepção trazida por Ferreiro e Teberosky em 1989, o processo de alfabetização é indispensável como constituinte da leitura e da escrita na expectativa do uso social da língua. Isso significa dizer que o sujeito que lê e que escreve, segundo o sistema adquirido na escola, deve não somente decodificar combinações alfabéticas, como também compreender o significado daquilo que lê, bem como ser escritor e leitor de gêneros cotidianos. Essa lógica pode ser observada a partir do que dizem Ferreiro e Teberosky:

É bem difícil imaginar que uma criança de 4 ou 5 anos, que cresce num ambiente urbano no qual vai reencontrar, necessariamente, textos escritos em qualquer lugar (em seus brinquedos, nos cartazes publicitários ou nas placas informativas, na sua roupa, na TV, etc.) não faça nenhuma ideia a respeito da natureza desse objeto cultural até ter seis anos e uma professora à sua frente. (FERREIRO; TEBEROSKY, 1999, p.29)

A afirmativa trazida pelas autoras traz a reflexão acerca da criança que entra na escola e que, supostamente, não traria conhecimentos anteriores àquele momento, o que para Ferreiro e Teberosky (1999) seria impossível, tendo em vista a sociedade letrada em que vive.

Dessa forma, por se tratar de uma pesquisa realizada com turmas em processo de alfabetização, é importante conhecermos o que se considera alfabetização conforme, o Manual do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa:

Está alfabetizado significa ser capaz de interagir por meio de textos escritos em diferentes situações. Significa ler e produzir textos para atender a diferentes propósitos. A criança alfabetizada compreende o sistema alfabético de escrita, sendo capaz de ler e escrever, com autonomia, textos de circulação social que tratem de temáticas familiares ao aprendiz. (MANUAL DO PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA, 2012, p.17)

Com isso, os Parâmetros Curriculares Nacionais, publicados em 1997, constituem um referencial para a educação no Ensino Fundamental em todo o país e apresentam-se, como uma proposta curricular que norteia os professores sobre os conteúdos de cada área específica e a articulação das diversas disciplinas com temas transversais. Independentemente da prática pedagógica adotada pelo professor, essa proposta aponta uma reflexão sobre a seleção dos conteúdos a serem trabalhados. Na seção de Língua Portuguesa dos PCN's, encontramos a perspectiva do documento acerca da linguagem, especificamente sobre a leitura e a escrita:

A importância e o valor dos usos da linguagem são determinados historicamente segundo as demandas sociais de cada momento. Atualmente exigem-se níveis de leitura e de escrita diferentes e muito superiores aos que satisfizeram as demandas sociais até bem pouco tempo atrás — e tudo indica que essa exigência tende a ser crescente. Para a escola, como espaço institucional de acesso ao conhecimento, a necessidade de atender a essa demanda, implica uma revisão substantiva das práticas de ensino que tratam a língua como algo sem vida e os textos como conjunto de regras a serem aprendidas, bem como a constituição de práticas que possibilitem ao aluno aprender linguagem a partir da diversidade de textos que circulam socialmente (BRASIL, 1997, p. 25).

Em virtude dos aspectos citados, percebe-se que o Ensino Fundamental é a etapa em que o educando passa pelo processo de aquisição da escrita e da leitura, buscando o desenvolvimento desse aprendizado até os oito anos de idade. Assim sendo, vê-se que os contextos literários são um recurso pedagógico de grande importância para o desenvolvimento integral do educando.

### **2.3 A LEITURA E A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA**

A literatura enriquece a ação pedagógica, favorece também a relação entre professores e alunos, isso porque possibilita a troca de conhecimentos. Segundo Barbosa (1994):

O professor deixa de ser um mero transmissor de conteúdos e técnicas e assume o papel de orientador, de facilitador da aprendizagem. Por isto, ele necessita, de um lado, aprofundar-se nos conteúdos referentes às questões de leitura e, de outro, ter um bom conhecimento das crianças que lhes são confiadas, uma atitude positiva e atenta frente aos alunos, uma sensibilidade pelos interesses e possibilidades de cada um. Tem também de conhecer a realidade social do país e as questões do acesso aos bens culturais produzidos no passado e no presente. (BARBOSA, 1994, p.137-138).

Diante desse entendimento, temos a compreensão que, as ligações entre professor e aluno necessitam ser positivas, nas quais ambos troquem experiências de suas práticas de leituras. O professor faz a escolha, indicando os livros apropriados, busca fazer com que o educando perceba, que através da leitura é capaz de desenvolver seu posicionamento e reflexão. Dessa forma, o educador e aluno percorrem um propósito com o objetivo de uma única finalidade, a reflexão, visto que só se aprende de verdade quando se reflete a situação vivenciada. De acordo com Abramovich (1994):

Ao ler uma história a criança também desenvolve todo um potencial crítico. A partir daí ela pode pensar, duvidar, se perguntar, questionar... Pode se sentir inquietada, cutucada, querendo saber mais e melhor ou percebendo que se pode mudar de opinião... E isso não sendo feito uma vez ao ano..., mas fazendo parte da rotina escolar, sendo sistematizado, sempre presente – o que não significa trabalhar em cima dum esquema rígido e apenas repetitivo. (ABRAMOVICH, 1994, p.143).

Com base na autora, mostra-se a importância da prática de leitura nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em particular da literatura, como um instrumento auxiliador no processo de formação e desenvolvimento dos educandos, possibilitando-lhes fazer novas descobertas, adquirindo uma aprendizagem que lhes possibilitem pensar, questionar, duvidar, perguntar, permitindo uma compreensão melhor da realidade, a qual os educandos estão inseridos.

De acordo com essas colocações, podemos proferir o quanto o agir pedagógico pode aprimorar a prática de leitura de textos literários, no momento em que o professor incentiva seus alunos, transformando o aprendizado mais dinâmico. Isso acontece quando é utilizada uma metodologia capaz de causar vivências lúdicas. Esta escolha metodológica faz com que professores:

[...] provoquem situações em que a criança possa utilizar seu corpo por inteiro e descobrir o prazer da leitura através de experimentações e vivências lúdicas e criativas, uma vez que o exercício dessas atividades se caracteriza como elemento

propulsor no processo educativo, levando em conta o desenvolvimento integral da criança e suas maneiras peculiares de sentir, ver e perceber o mundo. (BRANDÃO, 2009, p.120).

Por esse motivo muitos estudos abordam a importância da literatura e sua interferência no desenvolvimento da criança, principalmente o cognitivo. Segundo Brandão (2009), “uma vez que diante do imaginário desse gênero literário, a criança abre as cortinas do mundo, significando e ressignificando sua forma de ser e estar no mundo”. Desse modo, a leitura de livros literários deve ser considerada como primordial na rotina da criança, principalmente pelo educador responsável pela formação de novos leitores.

## **7 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este capítulo tem por finalidade apresentar o percurso metodológico da pesquisa ao tratar da caracterização desta, método de abordagem e as técnicas que consistem na construção da amostra, levantamento e análise de dados. Com isto, procuramos descrever de que forma a pesquisa intitulada “Contextos literários nos anos iniciais do Ensino Fundamental: uma abordagem metodológica”, foi estruturada cientificamente, e que passos foram seguidos para responder à questão – problema e alcançar os objetivos propostos.

O presente artigo consiste em uma pesquisa com abordagem qualitativa de caráter descritivo, com o objetivo de analisar, descrever e explicar como a literatura é aplicada numa perspectiva de envolver os educandos no mundo da leitura nas séries iniciais do Ensino fundamental contribuindo no processo de aprendizagem dos mesmos. Constitui-se como uma pesquisa de campo, pautada no método dialético, caracterizando-se também como uma pesquisa de análise interpretativa.

A pesquisa é definida num sentido amplo como um conjunto de ações que objetiva a descoberta de novos conhecimentos. Já a pesquisa científica distingue-se da pesquisa comum. Segundo Lakatos e Marconi (2007, p. 157), a pesquisa pode ser considerada “um procedimento formal com método de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para se conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais.” Ou seja, significa muito mais do que apenas buscar a verdade, mas descobrir respostas para perguntas ou soluções para os problemas levantados mediante a aplicação de métodos científicos.

Diante disso, o presente estudo tem como finalidade analisar de que forma os contextos literários são abordados, numa perspectiva metodológica, nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Assim sendo, a investigação segue os critérios da pesquisa básica com base em



análise de campo, a fim de coletar informações dos estudos já feitos por diferentes autores sobre o assunto em questão.

### **3.1 Tipo da pesquisa- campo**

O estudo em tela caracteriza-se como uma pesquisa de campo, que tem como objetivo observar de que forma os contextos literários são abordados, numa perspectiva metodológica nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Diante disso, com o objetivo de melhor compreender o fenômeno investigado, buscamos aproximar esse estudo a uma pesquisa participante, pois além da utilização do questionário, realizamos ainda observações, com a finalidade de gerar conhecimentos e explicações sobre a realidade investigada.

Severino (2007) relata que a pesquisa participante requer que pesquisador e pesquisando compartilhem das diferentes situações vivenciadas pelos diferentes atores envolvidos na investigação. Fato que corrobora para um melhor entendimento do universo pesquisado. Assim, a pesquisa participante é “aquela em que o pesquisador, para realizar a observação dos fenômenos, compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando de forma sistemática e permanente, [...] das suas atividades.” (SEVERINO, 2007, p. 120).

### **3.2 Abordagem da pesquisa**

Adota-se para esta pesquisa, uma abordagem qualitativa de caráter descritivo e interpretativo, tendo em vista que, será analisado de que forma os contextos literários são abordados, numa perspectiva metodológica, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com o propósito de identificar e explicar as potencialidades daqueles, nessa modalidade. Segundo Minayo (1994):

A pesquisa qualitativa corresponde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1994, p. 21-22)

Deste modo, esse tipo de pesquisa propicia ao pesquisador, estar em contato real com o fenômeno estudado, proporcionando informações fundamentais sobre o mesmo, e seu objeto de estudo.

### **3.3 Método da pesquisa**

Por caracteriza-se como uma pesquisa traçada no método dialético, Gil (2008), ressalta que:

[...] a dialética fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, uma vez que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas e culturais. (Gil, 2008, p.14)

Esse método tem como objetivo, que o pesquisador tenha uma visão e percepção ampla do fenômeno estudado, permitindo-lhe que ele interprete seu objeto de estudo em todos os seus aspectos, suas relações e conexões, sem tratar o conhecimento como algo rígido.

### **3.4 Instrumento da pesquisa- observação e questionário**

O instrumento para a consolidação dos resultados foi a observação, na qual, analisamos de que forma os contextos literários são abordados, numa perspectiva metodológica, nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Neste contexto, a observação teve o objetivo de verificar o que se deseja conhecer, bem como pontuar e contextualizar assuntos específicos ao estudo de maneira sistematizada. Vale destacar que, a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utilizar os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade (LAKATOS; MARCONI, 1996, p. 15).

O questionário também foi um instrumento escolhido para recolher alguns dados importantes após ser aplicado a professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Segundo Gil (1999, p. 128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, etc.”. Ainda de acordo com esse autor, “construir um questionário consiste basicamente em traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas. As respostas irão proporcionar dados ao pesquisador para descrever características da população pesquisada”.

### **3.5 Análise de Descritiva- Interpretativa**

É aplicado também o perfil descritivo, que de acordo com Triviños (1987, p. 100), na pesquisa descritiva o pesquisador se limita a “descrever com exatidão os fatos e fenômenos de

determinada realidade”, dessa forma, esse tipo de estudo é usado quando o pesquisador procura conhecer a realidade estudada, suas características e seus problemas.

No que diz respeito à análise interpretativa, Gil (2008) ainda afirma que tem o objetivo de procurar a significação da pesquisa frente ao objeto de estudo. Nessa perspectiva, o estudo sobre como os contextos literários são abordados, numa perspectiva metodológica nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como para os objetivos supracitados nesse trabalho.

## **6 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesse tópico será apresentada a análise dos resultados, usando-se como procedimento o método interpretativo, objetivando-se analisar, interpretar e explicar de que forma os contextos literários são abordados, numa perspectiva metodológica, nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Para a realização desse trabalho, com posse em seus objetivos, caracterizou-se pela pesquisa de campo, de modo a serem analisados os recortes teóricos sobre os contextos literários e a abordagem metodológica nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

### **6.1 As abordagens metodológicas dos contextos literários nos anos iniciais do Ensino Fundamental:**

Com a intenção de melhor compreender o fenômeno investigado, buscamos integrar este estudo a uma pesquisa de campo, pois além de utilizar-se do questionário semiestruturado com perguntas abertas e fechadas, realizamos também a observação das aulas, com o intuito de adquirir conhecimentos e explicações acerca da realidade analisada.

Como técnica de análise foi realizada a coleta dos dados através de observações das aulas, e como instrumento empregamos o questionário composto por 8 (oito) perguntas com o propósito de reunir informações sobre de que forma os contextos literários são abordados, numa perspectiva metodológica nos anos iniciais do Ensino Fundamental. O âmbito da pesquisa se concentrou em 2 professores/as das séries iniciais do Ensino Fundamental, sendo 1 (um) professor que atua na sala de 1º ano e 1 (uma) professora que atua na sala de multisseriado 2º e 3º ano. Ambos efetivos da rede Municipal de ensino de São Miguel/RN, localizado no estado do Rio Grande do Norte/RN.

Ainda no tocante ao dito questionário, foi elaborado utilizando a ferramenta *Word*, aplicado de forma presencial, pois os professores já estão atuando presencialmente, com base

no seguimento pela pesquisadora a pesquisa foi desenvolvida em 5 (cinco) etapas específicas, sendo elas:

- 1) contato da pesquisadora com a Diretora da instituição para a entrega do encaminhamento de apresentação do acadêmico;
- 2) observação na sala de aula do 1º ano;
- 3) observação na sala de aula do 2º e 3º ano;
- 4) aplicação dos questionários para ambos os professores;
- 5) entrega dos questionários respondidos pelos participantes da pesquisa, para a pesquisadora, para que fosse realizada a análise das respostas obtidas.

Na primeira pergunta foi questionado aos participantes: Você conta, ou ler histórias para seus alunos?

Ambos os professores responderam que sim, a leitura faz parte da rotina da sala de aula. As respostas dos docentes mostram a relevância da prática de leitura.

Na segunda pergunta foi questionado: Quantas vezes na semana você conta, ou lê para as crianças?

Os dois professores responderam que leem diariamente. De acordo com as respostas dos professores, a leitura é essencial para o processo de alfabetização dos educandos. Segundo Sampaio (1992) [...] “ao contrário de uma prática espontaneísta, a professora tem um papel fundamental enquanto mediadora no avanço de seu aluno”, pois ela é alguém que provoca, instiga, informa, compartilha conhecimento. É de suma importância a efetivação de uma boa prática de leitura na sala de aula.

Na terceira pergunta foi questionado: Quais as metodologias utilizadas para contar as histórias?

O professor 1 respondeu: livros, objetos, também relatos orais e histórias que são repassadas de geração para geração.

A professora 2 respondeu: livros e outros, vídeos, livros de literatura infantil e do programa MAIS PAIC, PRO ALE. Diante do exposto, verificou-se que os professores trabalham com uma variedade de histórias, dentre eles destacam-se os contextos literários como ferramenta metodológica.

De acordo com OLIVEIRA (2008) Eis por que um livro de literatura para crianças em fase inicial de escolarização (Ensino fundamental I) necessita ser visualmente atraente, com boas ilustrações e bem coloridas, pois, pelo fato de a criança pequena (pré-leitor) ser um iniciante no conhecimento do código linguístico, a leitura de textos passa a ser para ela um

desafio. Se for extensa e sem espaço para um descanso, pode causar desinteresse e frustração, o que pode ser evitado. Daí a importância das ilustrações nos livros de Literatura Infantil.

Na quarta pergunta foi questionado: Você utiliza diferentes gêneros textuais? Se sim, quais você utiliza?

O professor 1 respondeu: sim, contos, fábulas, histórias em quadrinhos, receitas, entre outro.

A professora 2 respondeu: sim, contos, fábulas, lendas, cartas, bilhetes, convites, jornais e notícias. Em suas respostas, os docentes mostram a variedade de leituras aplicadas na sala de aula.

No que tange o Manual Do Pacto Nacional Pela Alfabetização Na Idade Certa (2012), estar alfabetizado significa ser capaz de interagir por meio de textos escritos em diferentes situações. Significa ler e produzir textos para atender a diferentes propósitos. A criança alfabetizada compreende o sistema alfabético de escrita, sendo capaz de ler e escrever, com autonomia, textos de circulação social que tratem de temáticas familiares ao aprendiz.

Na quinta pergunta foi questionado: A literatura que você utiliza na sala de aula tem contribuído para o processo de aquisição da leitura dos seus discentes? Se sim, de que forma isso acontece?

O professor 1 respondeu: Sim, os alunos ao passo que ouvem a contação da história criam gosto pela leitura e conseqüentemente se interessam por novas histórias, adquirindo o hábito de leitura e da oralidade.

A professora 2 respondeu: Sim, quando ao realizar as atividades, eles através da leitura fluente, da oralidade, da escrita, da ilustração demonstram a compreensão do que foi desenvolvido ao longo da aula. Conforme as respostas dos professores, nota-se que a literatura contribui positivamente no processo de desenvolvimento da leitura, escrita e oralidade dos educandos, pois ao ser aplicada obtém-se os resultados almejados.

Na sexta pergunta foi questionado: A escola que você trabalha tem uma Biblioteca, ou cantinho de leitura com livros de literatura infantil?

O professor 1 respondeu: Sim.

A professora 2 respondeu: Sim, tanto tem a sala de leitura na escola, quanto na sala de aula tem o próprio cantinho de leitura.

A escola seria o único lugar em que as crianças poderiam, no contexto atual, ter acesso a leitura de textos literários. Esses resultados corroboram com o entendimento Souza (2010) segundo a autora, há que se refletir sobre a forma como essa instituição tem tratado a relação da literatura com os alunos. Por isso, falar em literatura implica, antes de tudo, indagar em que

medida a escola tem transformado seus alfabetizados em leitores ou, ainda, em que medida tem contribuído para formação de um público leitor. No entanto, a sala de leitura é de suma importância para despertar o interesse pela leitura nos educandos.

Na sétima pergunta foi questionado: Quantas vezes na semana você leva seus alunos para visitar a Biblioteca da escola?

O professor 1 respondeu: Mais de uma vez por semana.

A professora 2 respondeu: Mais de uma vez por semana, pois na Biblioteca é também onde fica a sala de vídeos, na qual, eles assistem variados temas desenvolvidos de acordo com o planejamento, bem como: datas comemorativas, historinhas, músicas.

Observa-se, portanto, que os professores desenvolvem atividades diferentes na sala de leitura, trabalhando a literatura, bem como outros temas destacados no decorrer de suas práticas.

Na oitava pergunta foi questionado: A escola tem algum projeto de incentivo à leitura que esteja funcionando na prática?

O professor 1 respondeu: Sim.

A professora 2 respondeu: Sim, o Projeto da maleta viajante, livros de literatura infantil, livros do PRO ALE e diversidade de gêneros textuais.

De acordo com Oliveira (2008) a educação contemporânea vê o educando como sujeito da própria educação; um ser em formação, que carrega consigo experiências culturais, em nível pessoal, familiar e social. Essa bagagem deverá estar relacionada com os conteúdos educacionais, em uma relação dialógica entre professor/alunos. Desta forma, a educação provoca mudanças na formação do professor, onde indispensavelmente necessita ser portador de uma bagagem teórica capaz de responder não só aos conteúdos planejados, mas de elaborar estratégias de aprendizagem com seus alunos que ultrapassem uma metodologia pronta e acabada.

Para mostrar os aspectos apresentados durante o período de análise das turmas, foram elaborados alguns pontos relacionados aos contextos literários nos anos iniciais do Ensino Fundamental, numa perspectiva metodológica. Considerando que, a observação aleatória é demasiada empírica pode gerar questões duvidosas sobre a investigação, Lüdke e André (p. 25, 1986) alertam sobre a importância de sistematizá-la, de planejá-la: “planejar a observação significa determinar com antecedência ‘o que’ e ‘como’ observar.” De acordo com as concepções das autoras, o presente estudo terá o pesquisador como participante, descrito pela revelação dos objetivos da pesquisa e o objeto de estudo exposto.

O primeiro ponto observado foi: Identificar as atividades, a metodologia do(a) professor(a) e a rotina sugerida. De acordo com a observação feita na turma do primeiro ano,

obteve-se os seguintes resultados: o professor inicia a aula com a acolhida inicial, na qual, tem a chamada, calendário e a leitura do dia, seguindo com a discussão da história apresentada.

A metodologia utilizada segue as orientações do programa PRO ALE do primeiro ano do Ensino Fundamental, também são utilizadas atividades extras tanto impressas como pelo livro didático dos alunos. Já na turma do segundo e terceiro ano, a professora segue uma rotina de acordo com o planejamento, onde tem a acolhida, oração, música, calendário, chamada, caderno de frequência. Como a turma é multisseriado a professora faz a distribuição das atividades por níveis de aprendizagens, seguindo a rotina, a primeira atividade é trabalhada a oralidade, textos escritos, a segunda atividade é impressa.

O segundo ponto averiguado foi: se as atividades de leituras são propostas às crianças. Conforme a observação em ambas as turmas, os professores sugerem atividades de leituras, através dos livros do programa PRO ALE, MAIS PAIC, bem como também a maleta viajante, na qual, um aluno a leva para casa na terça-feira e devolve para a escola na quinta-feira apresentando a suas experiências do livro que leu.

O terceiro ponto analisado foi: como as crianças recebem as propostas de leituras e como participam dessas atividades. Na turma do primeiro ano percebeu-se que as crianças aceitam com facilidade as atividades de leituras propostas e demonstram interesse quando participam das discussões acerca dos temas apresentados. Na turma do segundo e terceiro ano, notou-se que as crianças apresentam desinteresses na atenção de atividades de leituras, bem como também da família, desta forma, a professora busca desenvolver atividades que desperte o interesse e atenção, aplicando vários métodos, que são eles, histórias através da ludicidade, vídeos, contos, fábulas e a literatura infantil.

O quarto ponto observado foi: a maneira que as atividades propostas em sala de aula contribuem para a aprendizagem das crianças. De acordo com a observação de ambas as turmas, constatou-se que as atividades de leituras contribuem de forma efetiva no processo de alfabetização das crianças, haja vista se tratarem de propostas totalmente voltadas para a aprendizagem inicial propostas pela Base Nacional Comum Curricular.

O quinto ponto investigado foi: a frequência da contação de histórias ou leituras para as crianças. Percebeu-se que nas duas turmas, a leitura acontece de forma diária, pois é um dos componentes da rotina escolar. Um outro ponto observado foi: as metodologias utilizadas para contar as histórias. Em ambas as turmas, notou-se que a metodologia são os livros de literatura infantil, rodas de conversas, cantinho de leituras, além disso, histórias baseadas nas temáticas trabalhadas.

O sexto ponto analisado foi: a abordagem de diferentes gêneros textuais na contação de histórias e nas leituras propostas. A partir da observação nas turmas, percebeu-se que, existe, sim uma diversidade de gêneros textuais, os quais destacam-se cartas, bilhetes, convites e receitas.

O sétimo ponto investigado foi: as evidências de aprendizagem percebidas nas atividades de leituras desenvolvidas pelas crianças. De acordo com a observação na turma do primeiro ano, nota-se que as evidências de aprendizagens desenvolvidas pelos educandos, são através do estudo do sistema ortográfico (silabas, vogais, consoantes, palavras) bem como também a partir da leitura de imagens e emissões de opiniões. Através da observação na turma do segundo e terceiro ano, identifica-se que as evidencias de aprendizagem é quando os educandos conseguem ler e interpretar o que leram de maneira correta.

E por último, mas não menos importante ponto a ser observado foi: a escola, sala de leitura, materiais didáticos apropriados para a leitura, livros de literatura infantil, a existência de projetos de leitura. Ao observar a escola, percebe-se que a mesma dispõe de materiais didáticos apropriados para desenvolver a leitura, os quais, destacam-se a sala de leitura com uma diversidade de materiais, dentre eles livros, jogos para alfabetização, sala de vídeos, bem como também o projeto da maleta viajante.

## **6.2 Uma análise e reflexões sobre a prática**

Com esta análise evidencia-se que, os contextos literários carregam consigo uma gama imensa de contribuições para o processo de alfabetização dos educandos e, podem ser utilizados nos anos iniciais do Ensino Fundamental como um estímulo no decorrer desse processo. Para tanto, deve-se levar em consideração alguns fatores supracitados e buscar aplicar essa prática utilizando-se variados recursos para desenvolver a habilidade da leitura e escrita, bem como também despertar nos educandos o hábito e o prazer pela leitura.

## **7 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste tópico serão pautadas algumas conclusões que foram obtidas com a realização da pesquisa em questão. Nessa situação, o presente trabalho intitulado “Contextos Literários nos anos iniciais do Ensino Fundamental: uma abordagem metodológica”, objetivou analisar a abordagem metodológica dos contextos literários nos anos iniciais do Ensino Fundamental, bem como contextualizar as práticas literárias nos anos iniciais do ensino fundamental numa



perspectiva de metodologia, a fim de identificar as metodologias utilizadas no tocante ao contexto literário nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com o intuito de analisar como se constituem essas abordagens nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Com isto, levantou-se o seguinte questionamento: De que forma os contextos literários são abordados, numa perspectiva metodológica, nos anos iniciais do Ensino Fundamental?

Para a efetuação dessa pesquisa e em busca de desenvolvimento e aprofundamento do assunto em questão fez-se necessário analisar estudos de artigos acadêmicos de autores, pensadores e teóricos que apresentam a mesma concepção sobre os contextos literários nas series iniciais do Ensino Fundamental, bem como as contribuições dessa metodologia para o processo de alfabetização das crianças.

Dessa forma, o referido estudo constitui-se como uma pesquisa de natureza descritiva, com delineamento qualitativo caracterizando-se também como uma pesquisa explicativa, elencada no método dialético, onde o instrumento de pesquisa usado para a realização desse trabalho foi o questionário, em que utilizou-se como procedimento para análise dos estudos, o método interpretativo, objetivou-se assim, analisar, interpretar e explicar de que de que forma os contextos literários são abordados, numa perspectiva metodológica, nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Notou-se a importância dos contextos literários nos anos iniciais do Ensino Fundamental, uma vez que, os mesmos possuem uma quantidade imensa de contribuições para a criança, bem como, o desenvolvimento linguístico, o gosto pela leitura e escrita, como também auxilia na compreensão e interpretação de textos. Dessa forma, o docente poderá utiliza-lo de diferentes maneiras, adequando esse recurso didático a sua pratica pedagógica. Assim sendo, esse estudo poderá ser usado por pedagogos, professores, diretores e outros interessados no tema em questão, sendo desta maneira de significância para o meio acadêmico e social.

A realização dessa pesquisa proporcionou conhecer a fundo os contextos literários nas séries iniciais do Ensino Fundamental, bem como as suas contribuições no processo de alfabetização das crianças. Além disso, possibilitou conhecer de perto como é aplicada essa prática na sala de aula. Cabe agora, conhecermos como trabalhar a literatura, na qual, desperte nos educandos o interesse e o hábito pela leitura nas series iniciais do Ensino Fundamental.

## **REFERÊNCIAS**

ABRAMOVICH, Fammy, **Literatura Infantil**: Gostosura e Bobices. São Paulo: Scipione, 1994.

- BARBOSA, José Juvêncio. **Alfabetização e Leitura**. São Paulo: Cortez, 1994.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação? Educações**: aprender com o índio. In: coletânea de textos didáticos e análise social. Curso de Pedagogia em Serviço -Paraíba UEPB, 2009.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa** – Manual. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <[http://pacto.mec.gov.br/imagens/pdf/pacto\\_livreto.pdf](http://pacto.mec.gov.br/imagens/pdf/pacto_livreto.pdf)> Acesso em: 29 ago. 2013
- FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. Porto Alegre: Atlas, 2008.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GÓMEZ, Á. I. P. **Educação na era digital**: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015.
- KOEHLER, Andressa Dias. **Literatura e imaginação em espaços/tempo escolares: o ensino e a aprendizagem da literatura em questão**. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia do trabalho científico** /4 edição-São Paulo. Revista e Ampliada. Atlas, 1992.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. Pesquisa. In: LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnica de pesquisa**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1996. p. 15-123.
- LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MARTINS, Eliane Dias. **Leitura literária e formação de professores: um estudo sobre parceria entre universidade e escola básica**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2008.
- MARX, K. Crítica da filosofia do direito de Hegel. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MASETTO, M. Inovação na Educação Superior. **Revista Interface**, Botucatu, v. 8, n. 14, p. 197-2020, 2004
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 23ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MOREIRA, Rachel Curto Machado. **Experiências literárias: diálogos com uma escola da rede municipal de Vila Velha** / Rachel Curto Machado Moreira. – 2010.
- MORIN, E. **A cabeça bem-feita**: repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- NAPOLITANO, M. **Como usar o cinema na sala de aula**. 5.ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- OLIVEIRA, Maria Alexandre. **A Literatura para Crianças e Jovens no Brasil de Ontem e de Hoje**: caminhos de ensino. São Paulo: Paulinas, 2008.
- OLIVEIRA, Maria Alexandre. **A Literatura para Crianças e Jovens no Brasil de Ontem e de Hoje**: caminhos de ensino. São Paulo: Paulinas, 2008.

RESENDE, Vânia Maria. **Literatura infantil e juvenil. Vivências de leitura e expressão criadora.** São Paulo: Saraiva 1993.

RESENDE, Vânia Maria. **Literatura infantil e juvenil.** Vivências de leitura e expressão criadora. São Paulo: Saraiva 1993.

SAMPAIO, Rosa Maria Whitaker Ferreira. Freinet: **Evolução Histórica e atualidades.** 2 Ed. São Paulo: Scipione, 1992.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** Campinas: Ed. Autores associados, 2001.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SORRENTI, Neusa, **A hora e a vez da literatura:** Revista presença pedagógica. Belo Horizonte: Ed. Dimensão, 1995.

SOUZA, Ana A. Arguelho de. **Literatura Infantil na Escola:** a leitura em sala de aula. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

# AS LIÇÕES DO CONTO DE FADAS PETER PAN: REFLEXÕES E PROPOSTAS PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Mayara Lima Orestes

Julia Lidiane Lima de Amorim

José Raul de Sousa

## RESUMO

O presente artigo trata das lições do conto de fadas Peter Pan com o intuito de refletir sobre o desenvolvimento da criança na Educação Infantil a partir da seguinte questão-problema: de que forma as lições do conto de fadas Peter Pan podem contribuir para o processo de desenvolvimento da criança na Educação Infantil? Essa problematização possibilitou estabelecer os objetivos da pesquisa que busca analisar de que forma as lições do conto de fadas Peter Pan podem contribuir para o processo de desenvolvimento da criança na Educação Infantil, de modo a identificar as lições presentes no conto e refletir sobre os impactos delas no processo de desenvolvimento da criança, além de apresentar reflexões e propostas de como trabalhar o conto de fadas Peter Pan na Educação Infantil. A princípio, esta pesquisa qualifica-se como bibliográfica de caráter explicativa e interpretativa, pautada no método descritivo e analítico de abordagem qualitativa. Fundamenta-se em autores como Vygotsky (1991), Barrie (2012/2018), Bettelheim (2002), Coelho (2000/2003), Diana Corso e Mário Corso (2006), Amarilha (2003) e Brasil (2018) entre outros. Este trabalho resulta na análise do desenvolvimento da criança em seu processo de aprendizagem refletido em lições do conto de Peter Pan de modo a contribuir com a educação integral dos sujeitos, refletindo sobre o sentido da existência, o porquê crescer, não crescer, os valores morais, materiais e existenciais, espelhando-se na maturidade através da compreensão dos significados de instrumentos da fala e da memória, do valor da família e da busca pela liberdade.

**Palavras-chave:** Liberdade. Sentimentos. Desenvolvimento. Educação Infantil.

## THE LESSONS FROM THE FAIRY TALE PETER PAN: reflections and proposals for Early Childhood Education

### ABSTRACT

This article deals with the lessons of the fairy tale Peter Pan in order to reflect on the development of children in Early Childhood Education from the following problem question: how can the lessons of the fairy tale Peter Pan contribute to the process of child development in Early Childhood Education? This problematization made it possible to establish the objectives of the research that seeks to analyze how the lessons of the fairy tale Peter Pan can contribute to the process of child development in Early Childhood Education, in order to identify the lessons, present in the tale and reflect on their impacts. in the child development process, in addition to presenting reflections and proposals on how to work the Peter Pan fairy

tale in Early Childhood Education. At first, this research qualifies as a bibliographic explanatory and interpretative character, based on the descriptive and analytical method of a qualitative approach. It is based on authors such as Vygotsky (1991), Barrie (2012/2018), Bettelheim (2002), Coelho (2000/2003), Diana Corso and Mário Corso (2006), Amarilha (2003) and Brasil (2018) among others. This work results in the analysis of the child's development in its learning process reflected in lessons from Peter Pan's tale in order to contribute to the integral education of the subjects, reflecting on the meaning of existence, why grow, not grow, moral values, material and existential, mirroring in maturity through the understanding of the meanings of speech and memory instruments, the value of the family and the search for freedom.

**Keywords:** Freedom; Feelings; Development; Child education.

## 1 INTRODUÇÃO

A primeira infância é um marco no desenvolvimento da criança, é lá que ela se redescobre, brinca de aprender, aprendendo, lida com seus conflitos e busca atribuir significados a sua vida em evolução. Antes mesmo de obter o contato com a leitura direta, ela se encontra nos contos de fadas através da contação, assimilando as experiências cotidianas e suas vivências com a estória e os personagens presentes. Sendo assim, considerada uma fase tão decisiva para sua formação e desenvolvimento na sociedade, destacando a inocência, as fantasias, os desejos e seus magníficos sonhos e descobertas.

O presente artigo se delimita em segmentos, tais como as lições dos contos de fadas Peter Pan e como elas podem contribuir para o processo de desenvolvimento da criança. Tendo em vista as exigências sociais e compreendendo que precisamos crescer e amadurecer, mesmo carregando a infância e os sentimentos que ela traz consigo por toda a vida.

Logo, justifica-se pelo interesse próprio de ir a fundo ao tema, compreendendo todo o impacto que essa história causa no desenvolvimento pessoal e infantil, enfatizando que as pessoas crescidas esquecem de alcançar seus sonhos, pois se afastam da imaginação. É reviver e permitir a aproximação da infância, uma maneira de escapar uma vez ou outra do mundo adulto. É retroceder no tempo e buscar nas memórias, o quanto é bom ser criança e o quanto devemos ensinar as nossas a aproveitar esta fase. Aliás, um dia ela irá se deparar com um dilema que é crescer.

Proporcionando a contribuição na área das manifestações científicas para o desenvolvimento da criança, do comportamento humano, dos sentimentos aflorados, mergulhados em um vasto mundo de descobertas e de transformações diárias em cada fase fundamental pueril. Retomados ao tempo, espaço a época e os anos que eles se encontram,

motivando não só as crianças mais os adultos que ainda são como Peter, para cientificamente relatar e se encontra na sua história.

Traçando uma ponte de novos aportes, objetivando um conhecimento profissional e pessoal. Adentrando ao valioso meio de transmissão e valores humanos, impactante. Partindo da pluralidade deste conto, validando a importância da criança em nos representar excepcionalmente no desenvolvimento das novas gerações, contribuindo positivamente para o amadurecimento infantil.

Aprendendo cada vez mais com Peter a ofertar melhorias para a comunidade infantil, atribuindo ainda mais lições, reflexões e esclarecimentos, por meio da narrativa, tendo em vista que crescer faz parte do processo, provocando mudanças comportamentais através dos sentimentos enquanto acadêmico(a), leitor(a), criança, professor(a), e fantasiador(a).

Nesse contexto, levantamos o seguinte questionamento: De que forma as lições do conto de fadas Peter Pan podem contribuir para o processo de desenvolvimento da criança na educação infantil?

A partir desse questionamento, o presente artigo objetivou analisar de que forma as lições do conto de fadas Peter Pan podem contribuir para o processo de desenvolvimento da criança na educação infantil, assim como identificar as lições presentes no conto de Peter e Refletir sobre os impactos das lições do conto no processo de desenvolvimento da criança na educação infantil. Bem como apresentar propostas e reflexões de como trabalhar o conto de fadas Peter Pan na Educação Infantil.

Dito isto, é perceptível o quão é instigante contar e compreender essa história, dando importância a realidade e as estratégias que o tema por si vem manifestar, qualificando o significado ao conto de Peter, enriquecendo o entendimento como lição para se carregar por toda vida. Proporcionando contribuições e relevâncias para o contexto educacional infantil e permitindo que os docentes através do seu material utilizem diversas formas para conciliar a sua prática pedagógica e desenvolver métodos importantes para auxiliar na educação infantil e no processo de amadurecimento das crianças por meio do conto de fadas de Peter Pan.

Diante do exposto, este artigo referenciou excepcionalmente grandes nomes para fomentar este estudo, com base na análise de artigos e projetos acadêmicos. Este trabalho foi embasado em autores como Barrie (2012/2018), Bettelheim (2002), Mário Corso e Diana Corso (2006), Coelho (2000/2003), Amarilha (2003), Vygotsky (1991), entre outros responsáveis para a temática em construção.

A partir disso, explora-se nesse estudo uma pesquisa bibliográfica de caráter explicativo e interpretativo, com a abordagem qualitativa, instruída como um estudo pautado no método

descritivo e analítico, cujo corpus é a obra literária de Peter Pan, identificando as lições presentes, refletindo sobre os impactos das lições no conto em estudo no processo de desenvolvimento da criança na Educação Infantil e apresentando propostas e reflexões de como trabalhar o conto de fadas Peter Pan na Educação Infantil.

Sendo assim, este trabalho se divide da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda a parte introdutória, apresentando o tema e sua contextualização juntamente com a delimitação, justificativa, bem como discorre também sobre os objetivos e sua revisão de trabalho na área e na literatura, enfatizando a referenciação teórica sua metodologia, destacando estruturalmente as partes do artigo.

O segundo capítulo encarrega-se teoricamente de explicar para os leitores objetivamente o que são os contos de fadas, qual a sua importância na formação da criança, quais as lições que o menino Peter demonstra em seu conto e como elas podem auxiliar no processo de formação da criança na educação Infantil e na sua formação.

O terceiro capítulo recorre ao percurso metodológico da pesquisa onde serão elencadas a caracterização do corpus, ao tipo de pesquisa, a sua classificação por natureza, abordagem e ao seu procedimento constituído em um estudo bibliográfico.

No penúltimo capítulo serão apresentadas as análises feitas a partir da obra de Peter Pan, relacionadas aos objetivos descritos e a referenciação bibliográfica utilizada, alcançando resultados e definindo grandes aprendizados em relação ao estudo e a formação da criança na Educação Infantil.

Por fim, as considerações finais que não têm pretensão em dar-se por encerrada a pauta levantada neste estudo, porém, empenha-se em direcionar a busca constante de grandes resultados, atendendo as contribuições da formação do ser em construção e visando à qualidade de vida social das crianças, enquanto vivem socialmente.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Os contos de fadas são realidades de um livro, uma literatura atraente, fazem parte de uma história assim como a de Peter, passada de gerações, atribuindo características ao tempo e suas relações com o futuro, redescobrimos ensinamentos e encantando seus leitores ou até mesmo ouvintes com suas magníficas ideias. Nesse mundo de imaginação podemos fugir da realidade, nos libertar e apreciar as narrativas da infância.

Segundo Coelho (2003), os contos de fadas têm origens celtas, eles estão ligados a realização interior do indivíduo por meio do amor. A primeira coletânea de contos infantis foi

publicada no século XVII, mais conhecido como “o século de Perrault e as fadas”, onde ali desenvolvia as narrativas popularmente folclóricas. Charles Perrault foi o grande iniciador da literatura infantil marcado pela imaginação, literaturas fantasiosas, romances preciosos e verdadeiros contos de fadas para adultos.

Os contos de fadas trazem à tona conflitos profundos originados impulsivamente através das emoções, a realidade concreta, presente em ações e personagens oriundos de uma imaginação mais que detalhada da vida humana. Este artigo tenta mostrar o sentimento da infância por meio do conto de Peter Pan, retratando as lições que se pode colher a partir do processo de desenvolvimento infantil. A ingenuidade da infância nostálgica, desprendida de sentimentos aflorados, remanescente na vida adulta, o desejo de crescer ou até mesmo de uma criança despótica, simbolizada pelas condições de viver a imaginação, que possibilita a formação moral e sua construção de identidade, atribuídos a modernidade da educação. De acordo com Bettelheim (2002):

Hoje, como no passado, a tarefa mais importante e também mais difícil na criação de uma criança é ajudá-la a encontrar significado na vida. Muitas experiências são necessárias para se chegar a isso. A criança, à medida que se desenvolve, deve aprender passo a passo a se entender melhor; com isto, torna-se mais capaz de entender os outros, e eventualmente pode-se relacionar com eles de forma mutuamente satisfatória e significativa. (BETTELHEIM, 2002, p. 3 e 4)

Segundo Vygotsky (1991), “[...] os processos de desenvolvimento da criança são independentes do aprendizado”. Como também formular respostas, alcançar habilidades experimentais e intelectuais é sua própria estrutura de comportamento, ela quem desenvolve novas mudanças em sua vida, por meio de adaptações e atitudes que corresponde ao seu processo de formação. (VYGOTSKY, 1991, p. 53)

A criança tem uma natureza singular caracterizada por sentir e pensar sobre o mundo do seu jeito, revelando desde muito cedo suas relações com meio, através das contradições e brincadeiras, manifestando seus desejos e anseios e construindo ideias e hipóteses a partir das interações com as pessoas e suas ressignificações com o ambiente em que vive. (BRASIL, 1998)

Por essa estima os contos de fadas são experiências mais que necessárias, verdadeiramente compensatória, que restaura o espetáculo da vida real, permitindo a construção de valores, mesmo sabendo que fantasiar seja irreal, porém não é prejudicial à criança, pois ela transcende aquilo que a história passa, afirmando Bettelheim (2002):



Nestas condições favoráveis, o conto de fadas sutilmente oferece sugestões para lidar construtivamente com estas experiências internas. A estória de fadas comunica à criança uma compreensão intuitiva e subconsciente de sua própria natureza e do que o futuro pode lhe reservar se ela desenvolver seus potenciais positivos. Ela sente com os contos de fadas que ser um ser humano neste nosso mundo significa ter de aceitar desafios difíceis, mas também encontrar aventuras maravilhosas. (BETTELHEIM, 2002, p.167)

Perante isso, o contexto cultural e a concepção de vida, atualmente determina uma bula de obrigações desde criança, amarrada a uma tradição enraizada para desempenhar e satisfazer o melhor para o nosso futuro incerto. Atribuímos uma responsabilidade e uma tenção na vida em formação, ocasionada a uma pressão e experimentação do peso nos ombros ao passar por cada fase pueril. Causando uma formação acelerada das noções do que se é a vida e o fardo para se vivê-la, Coelho em sua obra argumenta que a criança é vista como um “adulto em miniatura”, pois carrega raízes de um tradicionalismo responsável, herdada por deveres e atribuições relacionadas ao “crescer” e si tornar alguém. (COELHO, 2000)

De acordo com Margaret Mead na primeira parte do livro de *Literatura Infantil teoria, analise, didática*: Chegamos ao ponto em que temos que educar as pessoas naquilo que ninguém sabia ontem, e prepará-las para aquilo que ninguém sabe ainda, mas que alguns terão que saber amanhã. (COELHO, 2000, p. 13)

Esses impactos retrata a dicotomia dos contos de fadas, os personagens, aos traumas, a vida adulta, revela a criança uma linguagem simbólica do bem e do mal o que é certo e errado, feio e bonito, além da sua formação e amadurecimento em relação ao mundo e a si mesmo. De acordo com o livro *Literatura infantil*, na segunda parte do texto por Eduardo Prado Coelho “a linguagem é, por si, uma relação com o mundo com o inconsciente e a história”. Um dialeto, que permite a criança novos espaços, abre-se portas para identificação dela com o mundo, de alcançar novos voos, e entender que não é preciso crescer fisicamente, mas em evolução de pensamentos e de potencialidades e de total plenitude do seu desenvolver criticamente. (COELHO, 2000, p. 63)

Essas ideias fantasiosas destacam-se na maioria das histórias narradas pelo “*era uma vez*”, porem essa se destaca por “*Todas as crianças, menos uma, crescem*”. (BARRIE, 2018, p.21), contada do livro de Peter e Wendy, onde todos os personagens são cheios de detalhes e caracterizados originalmente por pessoas que passaram na vida do autor. Dentre elas Peter, o menino quase adolescente, fascinante, inocente e ao mesmo tempo esperto, que desprendido de seus sentimentos, frequenta a família da Sra. Darling uma mãe perfeita e adorável.

Essa esplêndida narrativa criada pelo autor James Matthew Barrie é uma obra literária, originada por uma fatalidade ocorrida com seu irmão chamado David, isso mexeu e marcou o

autor, desencadeando o personagem que nunca chegou a crescer. No decorrer de sua vida e formação, em um jantar de fim de ano, Barrie reencontra os três filhos do casal Sylvia e Arthur, que por ventura surgem como o primeiro esboço da história cujo o nome narrado foi *The Boy Castaways of Black Lake Island* (Os meninos náufragos da Ilha do Lago Negro), considerado o mais antigo rascunho de Peter Pan, marcado por imagens dos meninos, piratas, ilhas e outras características que darão forma ao conto. (BARRIE, 2012)

Essa construção histórica de Barrie foi idealizada a partir de suas aventuras vivenciadas em Londres, direcionadas e conhecidas como a terra do nunca. Traçada em uma perspectiva infantil, Peter é um caso inteiramente inovador e presente ainda nos tempos atuais, o seu enredo mediante as aventuras inspiradoras e a seus preciosos personagens, um clássico, em espetáculo de vida real, que desperta o melhor da criança, ou até mesmo de um adulto. Vivendo em meio aos pássaros e os demais mundos da terra do nunca, aquele “pequeno homem” voou ainda novinho para nunca mais voltar pra casa e nem se quer envelhecer. “Uma viagem com Peter Pan pelas páginas, pelo tempo”, traz à tona que cada capítulo daquela narrativa é uma lição de pequenos ensinamentos colhidos e apresentados por nós ainda criança. (BARRIE, 2012, p. 6)

Neste sentido, os autores Diana Corso e Mário Corso, na obra *Fadas no divã* (2006), afirmam que:

Peter Pan não se recusa a crescer apenas porque ser criança é bom, na verdade, ele se nega a realizar esses papéis todos. É como um bebê que aprende a dizer não e prazerosamente descobre que tem poder para pôr um limite no assédio e nas demandas de que é objeto, dizendo “não” a tudo que se lhe for solicitado. Por isso, a Terra do Nunca pode ser também o refúgio dos que não querem ser médicos, advogados, modelos, corredores de Fórmula 1, artistas ou jogadores de futebol famosos, dos que se recusam a empreender a corrida pela realização dos sonhos dos pais. (Corso, Diana. Corso, Mário, 2006, p. 297)

Quem disse que seria fácil crescer? Enquanto criança, temos muitas confusões em pensamentos, choques de realidade, é entusiasmante “crescer” e se tornar um adulto para assumir ou possuir entes que quando pequenos não temos porte daquilo ou até mesmo o aval, porem ao chegar a esta fase retrocedemos ao tempo e queremos não ter crescido para poder retornar aquela infância e não carregar fatos que quando grande precisamos assumir.

Quando as pessoas são apresentadas, o costume é que uma pergunte à outra qual é a idade dela. Por isso Wendy, que sempre gostava de fazer tudo da maneira correta, perguntou a Peter quantos anos ele tinha. Ele não gostou muito de ouvir essa pergunta; foi como chegar à escola e saber que a prova vai ser sobre gramática, sendo que você estudou história. – Não sei – respondeu Peter, sem jeito. – Mas eu sou bem novinho. Na verdade, ele não tinha ideia. Só suspeitava. Mas disse, num impulso: – Wendy, eu fugi de casa no dia em que nasci. [...] – Foi porque eu escutei meu pai e minha mãe

falando sobre o que eu ia ser quando virasse adulto – explicou Peter baixinho. Ele ficou bastante agitado. – Não quero nunca ser adulto! – disse, com raiva. – Quero sempre ser criança e me divertir. Por isso, fugi para o Kensington Gardens<sup>19</sup> e vivi muito tempo com as fadas. (BARRIE, 2012, p. 37)

Para o autor, Peter Pan nasceu de uma tragédia ligada a não poder viver, pois a morte interrompeu o seu irmão daquilo, na história ele é descrente de amor e não sabe se quer o significado da família pois havia fugido de casa muito novo e só ele importa, como um ser absoluto, despótico, além da falta de desejo e de memória. Sua masculinidade é afetada, pois todos os personagens homens da história apresentam suas fragilidades.

Em *Fadas no divã*, os autores Corso (2006), afirma que esta história ela está vinculada ao personagem Peter e o autor em si nas suas experiências e vivências, o caos acontece pelo simples fato de assimilar o menino com a sua dificuldade em crescer, englobando e referenciando este personagem, sendo que o crescimento ao qual a história vem trazer não é físico, e sim de maturidade e desenvolvimento, mais precisamente responsabilidades e sentimentos.

[...] Com a modernidade, o crescimento passou a ser compreendido como uma maturação psicológica, cujos indicadores são meramente subjetivos, já que o corpo e a idade não necessariamente definem a etapa da vida em que se está. Quando muito, a sociedade exige uma performance (como assumir publicamente um relacionamento amoroso ou trabalhar), mas não diz quando alguém está pronto, e sabemos vagamente o que principia e o que encerra determinada etapa. A ausência de critérios objetivos é tão grande que uma pessoa pode até ter filhos, trabalhar muito, ganhar bem e ainda ser considerada infantil por sua família ou amigos, assim como alguém pode se passar por adolescente, só porque é namorado, embora já tenha mais de 40; por outro lado, é possível que um indivíduo seja visto como um adulto sem jamais ter sequer beijado ou sem nunca ter trabalhado. Enfim, nenhuma pauta garante que alguém ocupe um lugar social de adulto que seja inquestionável. (Corso, Diana. Corso, Mário, 2006, p. 295)

Desta forma, a verdade é o marco da compreensão e do equilíbrio mental na vida adulta, ela é limitada a sua dita maturidade e condicionada a nostálgica infância embarcada em épocas de transição organizadas entre a infância, adolescência e a tão famosa idade adulta. Sendo assim, compreendida como uma evolução e desejo da criança em relação ao seu engrandecimento as exigências sociais. A autora Amarilha (2003) destaca:

[...] Quantas vezes experimentamos grandes emoções, vivenciamos grandes eventos nas páginas de um livro; no entanto, assim que fechamos, aqueles eventos adormecem e nos recolocamos no ritmo de nossas vidas. Essa norma de temporalidade ficcional nos permite vivenciarmos quase que, contemporaneamente, outras realidades, sem perturbarmos nosso cotidiano, pois são eventos regidos por normas específicas do tempo e no espaço. (AMARILHA, 2003, p. 30)

No livro de Amarilha *Estão Mortas as Fadas?* (2003), deixa uma reflexão, “Se o que buscamos é uma educação de qualidade, é bom lembrar que não existe aprendizado sem memória e, conforme sugerem os dados, as crianças conservam o que lhes é significativo – e tudo isso a literatura oferece.” (AMARILHA, 2003, p. 92)

Para isso a BNCC (2018, p.37) pontua na etapa da educação infantil que “As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil (DCNEI, Resolução CNE/CEB nº 5/2009)<sup>27</sup>, em seu Artigo 4º, definem a criança como”:

sujeito histórico e de direitos, que, nas interações, relações e práticas cotidianas que vivencia, constrói sua identidade pessoal e coletiva, brinca, imagina, fantasia, deseja, aprende, observa, experimenta, narra, questiona e constrói sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura. (BRASIL, 2009)

Considerando isso, quantos Peter Pan não encontramos na vida em realidade, quantas escolas não labuta com pessoas despóticas, birrentas, medrosas, inseguras e descrentes de sentimentos, que retrocedem, mesmo vivendo socialmente. Tendo em vista isso, é preciso desempenhar um papel ativo, onde se possa explorar a vivencia e os desafios, testando-as, envolvendo-as e detalhando o existente daquilo que ela desconhece, explorando os campos pertinentes exigidos na BNCC (2018): “assegurando-lhes os direitos de conviver, brincar, participar, explorar, expressar-se e conhecer-se”. (BRASIL, 2018, p. 40)

Assim sendo, os contos de fadas de Peter Pan é um instrumento pedagógico rico em muitos aspectos, desde o lidar com o desenvolvimento da criança, até o seu processo de formação, ele desperta grandes euforias e sentimentos, revelações e muitas assimilações ao se trabalhar na educação infantil, desde o teórico ao lúdico, estimulando elementos importantes na vida integral do educando.

### **3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este capítulo tem como propósito apresentar os procedimentos metodológicos do estudo científico em pauta, com o intuito de uma pesquisa descritiva e analítica, a partir de uma abordagem qualitativa, buscando identificar as lições presentes no conto de fadas de Peter Pan, refletindo sobre os impactos desses ensinamentos no processo de desenvolvimento da criança na Educação Infantil e apresentar reflexões e propostas de como trabalhar o conto de fadas na Educação Infantil. Constitui-se como uma pesquisa bibliográfica de caráter explicativa e interpretativa.

### 3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Sendo a pesquisa pautada no princípio do desenvolvimento humano em contexto social, justifica-se a abordagem qualitativa, haja vista que, este estudo não irá quantificá-lo e sim, descrever e compreender uma realidade frente ao objetivo de análise por meio das lições do conto de fadas de Peter Pan, impactadas na Educação Infantil, contribuindo no processo de desenvolvimento da criança, trazendo propostas e reflexões a partir disso. Segundo Minayo (2001):

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2001, p. 21-22)

Em vista disso, o presente estudo busca descrever detalhadamente as essências desta história e o que podemos tirar de lições dela para propiciar ao pesquisador socialmente e aos demais públicos educacionais uma aprendizagem real.

Adota-se para esta pesquisa um método descritivo e analítico, pois exige informações e ao mesmo tempo análise delas a partir da realidade investigada, proporcionando novas visões já conhecidas. O autor Gil (2002) ressalta, “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações variáveis.” (GIL, 2002, p. 42)

Isto quer dizer, que a pesquisa analítica vem para ampliar o corpus da pesquisa descritiva, caracterizada e conhecida como exploratória, segundo Gil (2002):

[...] pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

De acordo com Fonseca (2002), a pesquisa está aliada a resultados, objetivos, aspectos dos fatos, hipóteses, possibilitando uma aproximação e um entendimento da realidade a investigar, como um processo permanentemente inacabado. Para desenvolver esta pesquisa é indispensável utilizar-se do método da pesquisa bibliográfica de caráter explicativa e interpretativa. O autor define a mesma, como:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meio escritos e eletrônicos, como livros, artigos, científicos, página de web site. Qualquer trabalho científico inicia-se com a pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já estudou sobre o assunto. (FONSECA, 2002, p. 31)

Perante o exposto, este trabalho servirá de grande suporte para compreender o que o conto de Peter Pan tem a nos dizer, visto que já é bastante conhecido, porem inexplorado, proporcionando explicações e significados diante a realidade educacional e o desenvolvimento da criança na educação Infantil.

#### **4 RESULTADOS E CONCLUSÃO**

O presente estudo caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica sintonizada contemporaneamente, destinada à importância dos contos de fadas e como eles podem afetar no processo de desenvolvimento e formação da criança a partir das lições de Peter Pan, denominando uma leitura prazerosa, cheia de realidade e vivências existenciais utilizadas no mundo imaginário da Terra do Nunca. Uma verdadeira viagem de conhecimentos inacabados mais que postos a constante conhecimento diária e experiências adquiridas em apenas uma leitura, ou melhor, uma longa noite de voos altos para entender melhor todo este corpus.

##### **4.1 AS LIÇÕES DO CONTO DE FADAS PETER PAN**

O conto de fadas Peter Pan traz lições enraizadas até os dias de hoje, pois nela obtém-se de uma realidade muitas vezes despercebidas pelos seus leitores, a começar da origem do menino Peter, que tragicamente não pode crescer devido a fatalidade ocorrida e descrita pelo autor na obra.

O menino que nunca chegou a crescer... (BARRIE, 2012, p.6), remete solidão, morte, viver preso em uma “sombra”, indagações de qual sentido da vida? Para o autor foi-se, e é uma inspiração poder contar a história de um ser humano que passou pela sua vida e trouxe um misto de sentimentos a ela, assim como, corriqueiramente é a nossa vida passageiramente incerta, desde cedo aprendemos os valores morais, matérias, existências. De acordo com Vygotsky a criança expande seus entendimentos ao se deparar simbolicamente com crenças sociais, conhecimentos culturais, enraizados hereditariamente ou até mesmo conceitos científicos da realidade. Passando a entender que nada na vida é eterno e precisamos aprender a lidar com as mais diversas situações, sejam elas quais forem.

Vygotsky (1991), em *Formação Social da Mente*, diz que as raízes do desenvolvimento são habilidades da criança em controlar e direcionar seus próprios comportamentos, habilidades, tornando possível ampliação de novas formas de atribuir interações através dos signos. Surgidas durante a infância a fala e os instrumentos, são fundamentais para a cultura e o comportamento das potencialidades do desenvolvimento individual, assim como reafirma que a criança tem a capacidade de fazer tudo aquilo que ela consegue compreender. (VYGOTSKY, 1991, p. 67)

Bettelheim (2002, p. 3), pontua que não podemos esperar pra viver cada momento, precisamos necessariamente do sentido a nossa existência, porque se não, de que valera buscar significados em nossas vidas. Por isso que muitos perdem o desejo de viver, ou de até mesmo tentar se encontrar, porque o significado dela foi-se pra bem longe e escapou do seu próprio controle. A idade não define a sua maturidade, nem tão pouco quem você é, mais a vida sim, ela lhe dá o sentido pra realização e o seu desenvolvimento, para que a cada idade que possamos completar sejamos capazes de buscar o quanto somos habilitados a nos desenvolver socialmente e mentalmente.

Dessa forma, devemos ser capazes de entender profundamente a nossa auto existência e acreditar que possamos atribuir significados à nossa vida satisfatoriamente consigo mesmo. Atribuindo sentidos aos quais nos enriqueça positivamente, para que possamos desenvolver-se radicalmente, superando futuramente as adversidades encontradas. Dando sentido a isso, Bettelheim (2002, p. 5) diz que a vida é desconcertante para a criança, pois ela precisa se entender no mundo, deve aprender a lidar com a complexidade. Porém para ser bem sucedidas ela precisa de ajuda, de recursos, para que atribua sentidos a esse turbilhão de emoções que a criança carrega consigo. Necessitando de experiência, de ordem para se dirigir e retomar ao controle ideal da nossa vida sem freio, onde a educação seja a base para todas as suas vantagens, morais, sociais e comportamentais, através da ética, atribuindo significados e a busca constante pelo certo.

Essa ajuda está associada a pessoas aliadas na sociedade, pela qual se insere, ou seja, os familiares, os parentes mais próximos, e todo grau parentesco daqueles que os cercam. Uma das grandes lições que a obra vem trazer é a família, conhecida na história como a família perfeita da senhora Darling, atribuída a uma “mãe perfeita”, a qual só existe em ficção. Porém, para Peter essa figura perfeita já não existe, simplesmente por não ter a figura mãe e nem sentir o amor dela. Sendo assim, caracterizado como, desprovido de sentimentos da família perfeita, descrita na obra de Barrie (2012, p.8), quando Wendy fala sobre as mães e Peter logo a diz que ela está errada, pois ele revelou que assim como ela, achava que todas as mães fossem iguais e

iriam deixar as janelas sempre abertas para que os seus filhos voltassem não importasse o dia ou o luar e quando ele voou para casa, a janela estava fechada e já tinha outro menino ocupando a cama dele, por isso, essa magoa e frustração que ele carrega, entranhada, acarretando a nunca mais voltar para casa e nem se quer tem sentimentos e significados pela mãe o significado de uma família.

Uma característica de um problema existencial, atribuir sentimentos, principalmente quando não somos criados, abandonados por nossa família biológica e aprendemos a sentir algo por aquela que nos deu abrigo, nos abraçou, como para Peter que agora tinha como família sua sombra, os meninos perdidos, o mundo da Terra do Nunca que é o seu refúgio, as fadas e Wendy. Decorrente de vários fatores, desde frustrações até o bem estar social. Bem como referência os RCNEIS (1998, p 21) ao falar sobre a criança como ser humano e sujeito social e histórico, compõe-se a uma organização familiar a qual está inserida socialmente atribuída a uma cultura marcada pelo meio pelo qual se desenvolve, seja ela biologicamente ou não.

Os autores Mário Corso e Diana Corso (2006), cita em *Fadas no Divã*, que as histórias de crianças que saem, fogem de suas casas ou ate mesmo são expulsas, se esbarram com perigos inimagináveis, que antecipam a crueldade que existe no mundo, onde mais lá na frente teriam que se deparar, traumatizando-as e vivendo inevitavelmente. E assim como Peter muitos acham a incrível Terra do Nunca, como liberdade para se viver e para criar a sua própria história de vida.

A Terra do Nunca nada mais é do que a liberdade, é ser livre das amarras do mundo adulto, mais uma lição posta a este conto maravilhoso escondido em pequenos potes de palavras oriundas de significados potentes e descobertas realistas da vida atualmente. Se prestarmos bem atenção iremos perceber que os adultos presentes na ilha “ameaçam” as crianças e aí á o conflito entre ambas. É a junção de liberdade, mas a dificuldade em crescer, retrocedendo a vida adulta. O medo de se tornar alguém falho, onde é preciso fugir das responsabilidades e buscar nas crianças a calma e a tranquilidade da ilha.

Adentrando a mais um dilema que é crescer ou não crescer, Vygotsky (1991), afirma que à medida em que a criança vai obtendo experiência, mas ela aumenta também o seu nível de compreensão. Dessa forma, os autores Corso (2006), afirma que mais do que a valorização da infância é a capacidade do adulto em fazer da criança um mini adulto, ou seja, vendo nela o caminho para mimar e lhe dar tudo aquilo que não teve quando era uma, atribuindo esse papel a ver naquela criança tudo aquilo que um dia ele não foi.

Peter Pan é um personagem diferente, incomum, ao mesmo tempo real, se olharmos bem, quem hoje não se identificaria com este personagem, alguém que tem medo de crescer,



por deixar uma vida “boa” de aventuras para assumir uma responsabilidade. Pan é uma criança rebelde, brincalhona e especial, apresenta características do processo de desenvolvimento como todas as outras crianças, porem retrocede quando o assunto é crescer e se tornar um adulto, assumir cargos e ter uma profissão, estar com a família e ter de fazer as tarefas impostas e muitas outras atribuições que vivendo socialmente somos submetidos.

Pan não tinha preocupações com o tempo, nem se quer se preocupava que dia seria amanhã ou como seria o seu futuro, porque ele não tinha desejos e nem se quer memória para isso, mesmo ele não sendo mais uma criança e nem aparentando ser, para ele ainda sim continuava com atitudes e manias de menino despótico e solitário de sentimentos, as quais fizeram ver que todos seguiram em frente assim como todos os outros personagens que seguiram e cresceram.

A última vez que Peter viu Wendy ela ainda era uma criança e por ele ela ainda não teria crescido. Porem ela seguiu sua vida mesmo achando que estaria sendo infiel a Peter por estar estudando e por se destacar na escola. Por muito tempo Peter ficou sem vir visitá-la, e quando voltaram a se encontrar ela já era uma mulher, casada até, e assim como diz no texto isso não é algo triste e desestimulante não, porque ao contrario de Peter, Wendy queira crescer ela tinha cede de conhecer o mundo e de viver, ela tinha tanta cede ao pote que acabou se desenvolvendo mais rápido do que todas as outras meninas da sua época. Popularmente como conhecemos virando moça no tempo de cada uma. (BARRIE, 2012, p. 133)

Portando, não se pode abandonar a infância e nem se quer perder a identidade que ela carrega, não se fecha as cortinas ao passar para a fase adulta, pelo contrario emigramos para novas aventuras, uma terra habitada por experiências, amadurecimentos. Da mesma forma, como os desejos da infância de tornar-se independente e ter a própria formação de uma vida digna, como a dos pais, todos nós, um dia, também retrocedemos aos tempos e memórias, as imagens e fotografias guardadas para registrar diversas momentos marcantes. Bem como pausamos um pouco para lembrar e respirar o ar de quando criança, voltar às origens que um dia fomos como Peter, a diferença é que crescemos e amadurecemos, mas jamais deixaremos nosso lado infantil de lado, porque levamos conosco a inocência de uma criança e os instrumentos do desenvolvimento delas também a partir da fala e da memória.

#### **4.2 PROPOSTA E REFLEXÕES: COMO TRABALHAR O CONTO DE FADAS PETER PAN NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Se começarmos por “era uma vez”, abre-se um leque de imaginações, ainda mais quando se tem o desejo de iniciar uma história, um dos grandes tesouros da educação infantil é desenvolver a formação continuada da criança através dos seus estímulos com o meio, e porque não a interação de um personagem com a mesma, pra sermos sinceros existem muitos Peter guardados em cada um de nós, porem uns apresentam mais significações e desejos.

Por essa estima, a criança enquanto sujeito histórico de uma sociedade da informação, onde a educação é uma virtude de desenvolvimento, deve-se privilegiar narrações que busquem a identidade, a interação dela com o que se diz da narrativa, como pratica é promover os princípios étnicos, políticos e estéticos numa só fala, a partir de um estudo de um personagem ou até mesmo de uma leitura coletiva, encarnada em uma peça teatral, um jogo de identificação para saber quantos Peter existem em uma só ilha.

É refletir e ao mesmo tempo almejar nas lições que é os contos de fadas juntamente com todo seu contexto, porque a vida é um ensino, de constante evolução e o futuro são as nossas crianças, por isso garantir que elas cumpram um pensamento formado, de que crescer faz parte do processo, porem enquanto criança aproveitar as suas fases e aprender através dos jogos, das brincadeiras, do esporte, o meio social, a família, nas rodas de amigos, com os adultos a função de atribuir significações e sentimentos a cada momento perpassado. É possibilitar a criança uma gama de sentimentos, imaginações, sensações e até mesmo crescimento, construindo novos aportes, novas fontes de compreensão e amadurecimento, pois como vimos ao longo desse artigo, a idade não define a maturação do ser, ou seja, o seu nível, e sim as experiências e cognição que vai garantir maturidade e desenvolvimento o suficiente para se viver.

Portanto, a proposta é interação, é da sentindo ao ensino ao incluir o conto de fadas Peter Pan na educação infantil, ao se trabalhar a leitura, atribuir voz a este conto, possibilitando não só as crianças mais os adultos, em vez enquanto desperta a criança que tem dentro de si, é resgatar sentimentos, é dá sentido à vida frustrada que muitos carregam passado despercebido, é propiciar momentos coletivos com um dia de encenação para que entendam que teatro é arte, é interdisciplinaridade, é lúdico, é inclusão, é a realidade de um mundo por traz de cada Ilha do Nunca, auxiliando os conflitos existenciais da criança, facilitando a compreensão dos valores morais, étnicos, sociais, materiais, pertinentes, dando suporte nas dificuldades que a criança lida inevitavelmente, aparando-a no processo de desenvolvimento e amadurecimento na fase pueril.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Neste tópico serão apresentadas algumas conclusões obtidas com a pesquisa com a finalidade de expor o assunto principal desse trabalho para que se obtenha a compreensão acerca do tema; “As lições do conto de fadas Peter Pan: reflexões e proposta para a educação infantil”, bem como discorrer sobre os valores, a realidade, as lições, o desenvolvimento e o amadurecimento de todo esse corpus, para torna-se uma referencia na sociedade, não só escolar, mas todo o público em formação.

Em outras palavras, faz-se necessário retomar o seguinte questionamento: De que forma as lições do conto de fadas Peter Pan podem contribuir para o processo de desenvolvimento da criança na educação infantil?

Certamente, esta pesquisa tem caráter inovador, enriquecedor, buscou como objetivos analisar de que forma as lições do conto de fadas Peter Pan podem contribuir para o processo de desenvolvimento da criança na educação infantil, bem como identificar as lições presentes no conto de Peter Pan e refletir sobre os impactos das lições do conto no processo de desenvolvimento da criança na educação infantil, como também apresentar propostas e reflexões de como trabalhar o conto de fadas Peter Pan na Educação Infantil

Tendo em vista que, a infância é algo significante, ela carrega consigo as nostálgicas doses de memórias, redescobrimo no tempo e na idade a maturidade e compreensão a partir dos conflitos que encontra na sua vida em evolução. Diante disso, ir afundo neste tema é atribuir lições e grandes ensinamentos postos, não só para os leitores e amantes da obra, mais toda a formação social de cada indivíduo, impactando no comportamento, na percepção de mundo e ate mesmo no crescer socialmente, mentalmente e cognitivamente.

Além disso, esta pesquisa descritiva e analítica, com abordagem qualitativa, procurou analisar a gama de conhecimento que o conto de Peter Pan traz à tona, refletindo sobre os impactos do mesmo, constituindo-se com uma pesquisa bibliográfica. Efetivamente desenvolvedora de bons frutos almejados e vivencializados a partir das narrações realistas dos pequenos ensinamentos por traz das modestas palavras de fortes emoções.

Para chegar até aqui não foi uma tarefa fácil, pois aquela garota que ama os contos de fadas é a mesma que por muito tempo se via como o personagem ao ver que a vida não é magicamente o que se descreve nas estórias, mas que é grata por toda essa pesquisa para cunho pessoal e social, permitindo que crescamos maduramente e que ao final de toda essa experiência tudo valerá a pena. Porque as lições a gente carrega por toda vida, sejam elas coletoras do bem ou do mal, fazemos nossas escolhas e precisamos entender as consequências futuras dela.

Ao longo dessa pesquisa, as experiências vivenciadas eram respostas, ou até mesmo exemplos relacionados a este tema, a análise da obra fez se descrever não só o personagem, mas

colocar pra fora alguém que vivia em uma ilha do Nunca, assim como Peter. Descrever todas as características e reviver todo aquele pensamento é revitalizante, complexo, pois se colocar na vida do outro requer tempo, espaço e muito estudo além do aprendizado em relação a isto. Este artigo foi um propósito de vida, até pra relatar o que estava vivenciando periodicamente, parece até um choque de realidade, uma visão ou comparação momentânea, até mesmo um pressentimento futuro de uma resposta que ainda irei colher, de bons resultados e ótimas aprendizagens.

Por fim, a realização desta pesquisa representou grandes preceitos de vidas, uma viagem ao mundo das crianças e todo seu desenvolvimento, uma temporada em seus sentimentos, anseios e aflições, possibilitando grandes experiências e conhecendo a fundo todo esse processo. Agora ele se destina aos pedagogos, professores, todo o corpo escolar, aos pais, adultos e leitores do mundo que é os contos de fadas principalmente quando for retratar Peter Pan, para que saibamos como se inteirar deste grande trabalho que é lidar com as literaturas infanto-juvenis, e como elas estão sendo abordados em sala de aula ou na vida da criança, utilizadas como instrumento pedagógico.

## REFERÊNCIAS

- AMARILHA, M. **Estão mortas as fadas?** 5ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.
- BARRIE, J. M. **Peter Pan**: Edição definitiva comentada e ilustrada. 1ª ed. Zahar, 2012.
- BARRIE, J. M. **Peter Pan & Wendy**. 1ª ed. São Paulo: Mojo, 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.
- BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica. Brasília, MEC, SEB, 2010.
- BETTELHEIM, Bruno. **A psicanálise dos contos de fadas**. 16ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CORSO, Diana Lichtenstein.; CORSO, Mário. **Fadas no divã**: psicanálise nas histórias infantis. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- COELHO, N. N. **O Conto de fadas**: símbolos mitos arquétipos. São Paulo: DCL, 2003
- COELHO, N. N. **Literatura Infantil**: teoria análise didática. 1ª ed. São Paulo: Moderna, 2000.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. UECE, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

# A IMPLANTAÇÃO DA BNCC NA EDUCAÇÃO INFANTIL E OS PRINCIPAIS DESAFIOS DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Wisla Janak Gomes dos Santos

Francisco Clébio de Figueiredo

Hortência Morais de Medeiros

Júlia Lidiane de Lima Amorim

## RESUMO

A Base Nacional Comum Curricular é um documento normativo que define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. Neste sentido, este trabalho tem como objetivo identificar os desafios dos coordenadores pedagógicos frente a implantação da BNCC na Educação Infantil, segundo a concepção de dois coordenadores pedagógicos desta etapa de ensino da Escola Municipal Francisco Targino da Costa na cidade de Apodi/RN. A pesquisa realizada, foi de natureza qualitativa, do tipo descritiva e método indutivo, tendo como instrumento de coleta de dados um questionário. Para fundamentar as discussões realizadas nesse trabalho, citamos os autores: Vasconcelos (2011), Freitas (2018), Santos (2017), Haje (2017), Brasil (2017) entre outros. Diante das discussões teóricas, ficaram evidentes que o desenvolvimento das competências e os parâmetros da BNCC são essenciais para assegurarem os direitos de aprendizagem de todos os estudantes da Educação Básica, inclusive para os da Educação Infantil. Como conclusão, acreditamos que é relevante a implementação da BNCC, visto que, na Educação Infantil, a criança tem o direito de expressar como sujeito criativo, dialógico e sensível, suas emoções, necessidades, dúvidas, sentimentos, descobertas, questionamentos e opiniões por meio de diferentes linguagens, sendo que esses direitos estão assegurados pela BNCC.

**Palavras-chave:** BNCC. Educação Infantil. Direitos de aprendizagens. Coordenação.

## THE IMPLEMENTATION OF THE BNCC IN EARLY CHILDHOOD EDUCATION AND THE MAIN CHALLENGES OF PEDAGOGICAL COORDINATION

### ABSTRACT

The National Common Curricular Base is a normative document that defines the set of essential learning that all students must develop throughout the stages and modalities of Basic Education. In this sense, this work aims to identify the challenges of the pedagogical coordinators facing the implementation of the BNCC in Early Childhood Education, according to the conception of two pedagogical coordinators of this stage of teaching at the Municipal School Francisco Targino da Costa in the city of Apodi/RN. The research carried out was of a qualitative nature, of the descriptive type and inductive method, using a questionnaire as a data collection instrument. To support the discussions carried out in this work, we cite the authors: Vasconcelos (2011), Freitas (2018), Santos (2017), Haje (2017), Brasil (2017) among others. In view of the theoretical discussions, it became evident that the development of competences and the parameters of the BNCC are essential to ensure the learning rights of all Basic Education

students, including those of Kindergarten. In conclusion, we believe that the implementation of the BNCC is relevant, since, in Early Childhood Education, the child has the right to express as a creative, dialogical and sensitive subject, their emotions, needs, doubts, feelings, discoveries, questions and opinions through of different languages, and these rights are guaranteed by the BNCC.

**Keywords:** BNCC. Child education. Learning rights. Coordination.

## 8 INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 (BRASIL, 1996), citada na Constituição Federal da República, nos aponta elementos que são retomados na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017) como o ideal de uma educação básica comum a todos os brasileiros, sem distinção de interesses sociais, econômicos, culturais e/ou independentemente da localização geográfica, aspectos étnico-raciais, religiosos, linguísticos e outros. De acordo com a Constituição Brasileira (BRASIL, 1988), a todos devem ser garantido o direito à educação gratuita e de alta qualidade. Nesse sentido, a BNCC (BRASIL, 2017) reforça a partir de um currículo comum as aprendizagens essenciais a que os alunos precisam para a sua formação educacional, pontualmente, no nível do Ensino Básico.

Segundo o Ministério da Educação, a BNCC "[...] é um documento normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizados essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica" (BRASIL, 2017, p. 7). A BNCC vislumbra uma formação humana e integral do estudante, busca por meio das diferentes inserções sociais, culturais e linguísticas assegurar o direito que estes têm de aprenderem e desenvolverem no pleno exercício da cidadania. Portanto, este documento faz parte de um diálogo que fortalece e une as políticas educacionais nos níveis federal, estadual e municipal e promove a qualidade da educação diante de um currículo comum para todos.

Considerando a importância da BNCC, o primeiro passo para sua implementação é o estudo do documento com precisão para assim desenvolver um trabalho consistente em conjunto com os professores e demais agentes educacionais. Além disso, é importante que o gestor escolar e a equipe pedagógica da escola desenvolvam uma relação de trabalho coletivo com os profissionais das secretarias de educação para que eles os auxiliem durante o processo de implementação da BNCC nas escolas.

Com isso, nas escolas, a figura do coordenador pedagógico é essencial para orientar nas tarefas de estudo, planejamento e organização do trabalho docente junto as orientações do documento normativo. Após, o estudo aprofundado do documento, a equipe pedagógica auxilia todos os professores a como realizar as aprendizagens dos estudantes a partir das competências

na sala de aula com o intuito de aproximar cada vez mais os objetivos da BNCC no processo de ensino e aprendizagens das crianças.

Desse modo, o coordenador pedagógico além de manter um diálogo permanente com os professores através do trabalho integral sobre a Base, colabora na promoção da gestão democrática principalmente na participação e organização de momentos de formação continuada para os docentes com o objetivo de sistematizar uma cultura contínua de estudos entre os professores. De modo geral, a coordenação pedagógica das escolas é responsável pelo monitoramento e a materialização do planejamento escolar em sala de aula como também sugerir um acompanhamento formativo para todos aqueles que fomentam os saberes educacionais (VENAS, 2012).

Como questão de pesquisa temos: Quais os desafios da coordenação pedagógica frente a implementação da BNCC na Educação Infantil? E temos como objetivo identificar os desafios dos coordenadores pedagógicos frente a implantação da BNCC na educação infantil conforme a concepção de coordenadores pedagógicos da Educação Infantil da Escola Municipal Francisco Targino da Costa na cidade de Apodi/RN. Enfatizamos que esta pesquisa propõe uma reflexão significativa para todos aqueles que atuam na educação básica, principalmente, os professores da educação infantil e o trabalho pedagógico realizados pelos coordenadores escolares.

O interesse por pesquisar esta temática, se deu pela necessidade de entender as principais dificuldades enfrentadas pela coordenação pedagógica na implementação da BNCC, visto que muito mais do que apenas definir quais conteúdos devem ser abordados em cada etapa de aprendizagem das crianças, os profissionais da educação carregam desafios de como desenvolver as habilidades sociais, emocionais, os valores e as atitudes adequadas para o exercício pleno da cidadania de cada estudante.

A pesquisa se fundamentou em teóricos como Almeida e Placco (2011), RCNEI (1998), Vasconcelos (2011), Moreno (2017) e Brasil (2017) entre outros. Eles contribuíram teoricamente nos desdobramentos dos resultados coletados dessa pesquisa em que pudemos reconhecer já o início de um trabalho de implantação da BNCC nas escolas. Dessa forma, o trabalho foi desenvolvido através de uma pesquisa qualitativa e descritiva. Os dados foram coletados através da aplicação de um formulário no *Google Forms* com perguntas abertas e fechadas, destinado aos coordenadores pedagógicos da escola e, posteriormente, os dados foram analisados e discutidos com base na teoria em estudo.

Assim, este artigo está organizado da seguinte forma: por esta introdução, a qual contextualizamos toda a pesquisa, as seções de procedimento metodológico, as abordagens do



referencial teórico, apreciação dos resultados e discussões, considerações finais e as referências consultadas para este conforme apresentamos a seguir.

## **2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **2.1 Classificação da pesquisa**

A pesquisa pode ser definida como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é encontrar respostas para a temática em foco por meio de procedimentos científicos. Com isso, o desenvolvimento do referido trabalho possibilitou um melhor embasamento científico e teórico sobre o tema em questão. Quanto aos procedimentos técnicos Gil (2008) afirma que a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

A pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas. Esse tipo de pesquisa trará subsídios para o conhecimento sobre o que foi pesquisado, como e sob que enfoque e/ou perspectivas foi tratado o assunto apresentado na literatura científica. Para tanto, é de suma importância que o pesquisador realize um planejamento sistemático do processo de pesquisa, compreendendo desde a definição temática, passando pela construção lógica do trabalho até a decisão da sua forma de comunicação e divulgação. (BOCCATO, 2006, p. 266)

Dessa forma, esta pesquisa de caráter bibliográfico se enquadra na natureza qualitativa onde as informações são organizadas de maneira que atendam aos objetivos desse estudo, obtendo uma investigação significativa e, ao mesmo tempo, podemos levantar dados que justifiquem nossa proposta de pesquisa. Segundo Minayo (1995, p. 21-22),

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Dentro da classificação da pesquisa, destacam-se, ainda, os níveis de manifestação do estudo que podem ser identificados com base nos objetivos específicos propostos. Quanto a isso, a pesquisa pode ser dividida em três tipos: exploratória, descritiva e explicativa. A tipologia adotada para este estudo é a descritiva que conforme Silva & Menezes (2005, p. 21) é compreendida como:

A pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento.

Para tanto, essa pesquisa realizada na Escola Municipal Francisco Targino da Costa, localizada no Distrito de Soledade, zona rural do município de Apodi/RN. A referida escola fundada em 1984, recebeu este nome porque queriam fazer uma homenagem ao patriarca da família Targino em Soledade. Naquela época a escola ofertava o ensino de 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> série, possuindo no total aproximadamente 90 alunos e apenas 3 professoras.

Atualmente, a escola atende a 417 alunos que estão distribuídos entre a Educação Infantil (creche, Pré-I e Pré-II) e o Ensino Fundamental de 1<sup>o</sup> ao 5<sup>o</sup> ano, funcionando no turno matutino e vespertino com as turmas do 6<sup>o</sup> ao 9<sup>o</sup> ano do Ensino Fundamental. A escola é uma das maiores do município, onde atende além de estudantes da própria comunidade, atende também de outras comunidades circunvizinhas e assentamentos agrários próximos.

Assim, com esta estrutura e organização educacional da escola conseguimos produzir este trabalho com foco das dificuldades quanto a implementação da BNCC na Educação Infantil por parte dos coordenadores.

## **2.2 Instrumento de coleta de dados, universo e amostra**

Para coleta estruturada dos dados foi desenvolvido um questionário semiestruturado. Segundo Roesch (2006), o questionário é uma das principais técnicas utilizadas como coleta de dados, podendo ser composto por perguntas abertas ou fechadas. De acordo com Vergara (2016, p. 86), “o questionário caracteriza-se por uma série de questões apresentadas ao respondente, por escrito, de forma impressa ou digital”. Um dos pontos positivos acerca do questionário em comparação aos outros instrumentos de pesquisa, é que o pesquisador não estará presente, fazendo com que o sujeito se sinta mais livre para respondê-lo.

Dessa forma, optou-se por utilizar um questionário com perguntas abertas e fechadas, através da aplicação “*Google Forms*”, pois garante uma organização de dados mais efetiva. Essa ferramenta proporciona o acesso em qualquer hora e lugar, além da coleta de dados e a análise dos resultados se tornarem mais rápido, já que as respostas aparecem logo em seguida que são respondidas.

Assim, para a efetivação da coleta dos dados, o questionário foi respondido pelos coordenadores pedagógicos do campo de pesquisa que visando uma organização dos resultados obtidos, estes foram identificados como C1 e C2.

## **2.3 Tratamento dos dados**

Os dados coletados por meio do questionário aplicado de 05 (cinco) perguntas abertas com os seus respectivos resultados foram apresentadas na seção de análise e discussões por meio de tabelas devidamente organizadas e com os possíveis desdobramentos teóricos construídos a partir do levantamento bibliográfico.

## **3 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **3.1 Educação Infantil: primeira etapa da educação básica**

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (BRASIL, 2010) a educação infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até os cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social. Desse modo, ela contribui na preparação da criança para a entrada no Ensino Fundamental, entendendo que as crianças necessitam envolver-se com as diferentes formas de comunicação e linguagens, com o lúdico, as brincadeiras e as culturas infantis para enriquecer suas experiências.

Segundo Vergés & Sana (2009):

A educação Infantil é considerada a primeira etapa da educação básica, tem a finalidade de desenvolver a criança até os seis anos de idade, ou seja, desenvolver na criança uma imagem positiva de si, reconhecendo o seu próprio corpo, brincando, expressando suas emoções e seus sentimentos, socializando-se com os colegas e os professores (VERGÉS e SANA, 2009, p.1).

Na Educação Infantil, a criança começa a se descobrir para o mundo, sendo esta fase uma das mais importantes do contexto educacional e, portanto, o professor precisa dar o melhor de seu conhecimento, preparando planos de aulas dinâmicos e interativos em que garantam um ensino e aprendizado com significado para a vida.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB N°. 9.394/96 afirma em seu texto que Educação Infantil é o primeiro estágio da educação que antecede a pré-escola, Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo esta fase de extrema importância para o desenvolvimento social e cognitivo do cidadão e da cidadã, pois esta etapa constitui de maneira geral um fator para as primeiras transformações educacionais em que desde cedo a criança aprende sobre ética e moral, aprende a conviver em sociedade e contribuir com esta.

Nesse contexto, a LDB N° 9.394/1996 afirma a necessidade imediata de uma maior formação do profissional da Educação Infantil pois, os/as professores/as e a equipe administrativa da escola devem buscar a garantia de que as crianças desenvolvam suas capacidades cognitivas e tenham uma aprendizagem significativa, uma vez que esta etapa é a base para o desenvolvimento da criança como ser humano em toda a sua integralidade.

A esse respeito, Didonet (1991) destaca que “A criança é um todo orgânico, físico e psicológico. A educação infantil coloca como seu objetivo-síntese o desenvolvimento integral da criança compreendendo com isso, os aspectos físicos, cognitivos e afetivos de sua personalidade” (DIDONET, 1991, p. 93). Ou seja, a criança deve ser vista como sujeitos essenciais em uma sociedade e, por esse motivo, a Educação Infantil propõe o necessário para que tenham acesso a todos os recursos possíveis ao seu desenvolvimento como cidadão ou cidadã. Assim,

A Educação infantil tem o papel importante de compreender, reconhecer o jeito particular das crianças serem e estarem no mundo, respeitando as suas individualidades e diferenças. As crianças possuem uma natureza singular, que as caracteriza como seres que sentem e pensam o mundo de um jeito muito próprio, nas interações que estabelecem desde cedo com as pessoas que lhe são próximas e com o meio que as circundam, as crianças revelam seu esforço para compreender o mundo em que vivem, as relações contraditórias que presenciam, e por meio de brincadeiras, explicitam as condições de vida a questão submetidas e seus anseios e desejos (RCNEI, 1998, p. 21).

Portanto, mediante ao que foi apresentado pelos teóricos e, por nossa reflexão, a Educação Infantil é primordial para a formação do ser humano, uma vez que é nesta fase que a criança está mais propensa a aprender e se desenvolver em sua integralidade.

### **3.2 Implementação da BNCC na Educação Infantil**

A BNCC tem como objetivo definir os conhecimentos que considera essenciais para que os estudantes tenham consigam se desenvolverem cognitivamente desde a entrada na creche até o ensino médio. Com a BNCC os discentes de diferentes regiões do país têm os mesmos direitos de aprendizagem (TRICHES; ARANDA, 2016) e esperamos que eles possam a partir das competências e habilidades adquiridas em sala fomentarem seus conhecimentos dentro e fora da escola. Nesse sentido,

[...] A BNCC é um documento plural, contemporâneo, e estabelece claramente o conjunto de aprendizagem essencial e indispensável a todos os alunos, crianças, jovens e adultos, são intitulados. Com ele, sistemas escolares e instituições de ensino públicas e privadas passaram a possuem uma referência nacional obrigatória para a

elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas. (BRASIL, 2017b, p. 5).

Além da proposta já definida pela BNCC, as escolas e os sistemas de ensino (públicos ou privados) constroem seus próprios currículos de acordo com os contextos históricos, características dos estudantes, diagnósticos produzidos pelos professores em sala de aula, as vivências e experiências que os estudantes, professores, equipe gestora e pedagógicas trazem para o chão real da escola e observando esses aspectos possibilitam um currículo mais flexível e possível para o atendimento dos nossos alunos.

Concordamos com Freitas (2018) quando afirma que a BNCC orienta um ensino baseado em competências e habilidades por conseguir desenvolver um conhecimento integral, ou seja, o estudante precisa ser considerado em sua multidimensionalidade. Logo, ao compor uma política educacional vinculada às classificações censitárias em escala nacional, os estados e municípios devem implementarem suas recomendações, pois os alunos serão avaliados conforme as diretrizes das provas externas. Desta forma, percebemos o quanto os estados e municípios podem manterem as orientações da BNCC em seus currículos locais e assim não terem nenhuma penalidade quanto às avaliações nacionais.

A BNCC em todo seu processo de construção e aprovação gerou muitas discussões, debates e críticas. Existem aprovações e reprovações quanto à proposta do documento normativo, porém devemos considerar que a nível nacional a BNCC ainda é um grande desafio para os professores sistematizarem seu plano de trabalho pedagógico conforme as orientações e as diretrizes para uma educação de qualidade e igualitária. Lembramos a todos que a BNCC passou por três versões: a primeira em setembro de 2015 com doze milhões de contribuições, a segunda em maio de 2016 com a participação de professores, gestores, especialistas de área de conhecimentos e entidades educacionais e, a terceira e última versão, em abril de 2017 aprovada pelo Conselho Nacional de Educação – CNE por 20 (vinte) votos a favor e 03 (três) contra.

Diante disso, na construção da BNCC alguns estudiosos entenderam que foi insuficiente a participação da sociedade civil na elaboração da proposta da BNCC e, com isso, durante um seminário na Comissão de Educação, o coordenador do Fórum Nacional de Educação, Heleno Araújo Filho fez um apontamento a esse respeito. Na oportunidade deste fórum e na presença de representantes de 50 (cinquenta) entidades da sociedade civil, frisou que não tinha sido convidado a participar dos três seminários de preparação da BNCC. Ele lembra que uma

conferência realizada em 2014 pelo Fórum foi desconsiderada teve a participação de cerca de 4 milhões de pessoas (FREITAS, 2018).

Após as contribuições recebidas pela consulta pública da primeira versão da BNCC, foram feitos alguns ajustes e a inserção de conteúdos de interesse da União. Nessa fase, a elaboração da Base foi impactada por questões internas, plenárias, atrasos, além do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff, que também resultou na troca de comando no Ministério da Educação. A BNCC é parte importante da construção do currículo escolar da educação básica brasileira, se apresenta como um campo de profundas disputas entre projetos de sociedade e educação e está no centro da discussão sobre questões atuais de Desenvolvimento e Inclusão Social.

Sobre as questões de alfabetização, na BNCC, é orientada que aconteça até o final do segundo ano do Ensino Fundamental. No entanto, essa orientação vai exigir uma reorganização escolas, mas também nas creches. Depois 2010, quando o Ensino Fundamental passou de oito para nove anos, o antigo pré-escolar tornou-se o primeiro ano do Ensino Fundamental. Conforme Moreno (2017b), os especialistas em Educação Infantil ressaltam que essa medida pode prejudicar o desenvolvimento e o amadurecimento das crianças, bem como alterar os objetivos da Educação Infantil.

Nesse sentido, em entrevista exclusiva ao G1, Maria Helena Guimarães de Castro (Secretária Executiva do MEC) justificou a antecipação da alfabetização citando que isso já acontece em escolas particulares ou mesmo em escolas públicas e que é uma questão de equidade e de tendência mundial, indicando que precisamos fazer isso acontecer em todas as demais escolas. Já Maria Gorethi dos Santos (Presidenta da União Nacional dos Municípios) e César Callegari (Diretor do Conselho Nacional de Educação) reforçam a necessidade de um trabalho pedagógico que esteja alinhado aos objetivos da BNCC e não apresente fragmentação de aprendizagens e de conteúdo.

A BNCC deve, segundo a ANPAE (2015, p. 3), refletir "as DCNs da educação básica e ter como norte a construção de uma educação capaz de influenciar os rumos políticos e econômicos do país, criar conhecimentos e criar rumos para o nosso futuro comum". Esse pensamento reforça os papéis das redes municipais, estaduais e federais que precisam construir seus currículos de acordo com o documento normativo – BNCC – a base para o desenvolvimento curricular para todas as regiões do país, respeitando as diferenças, a cultural como também os aspectos sociais e econômicos.

Em uma análise geral, a BNCC faz parte das Políticas Públicas de Educação a nível nacional e a partir dela pretende investir numa educação que amenize as desigualdades do país,

investa na formação continuada dos docentes, equipe gestora e pedagógica, mas também potencialize as aprendizagens significativas de nossos estudantes por meio de uma formação humanística, solidária, acolhedora e atenda as necessidades essenciais de nossas crianças no interior da sala de aula. Por fim, é relevante entendermos que a BNCC é indispensável para as políticas públicas de educação, principalmente, por ser o mais recente documento de política curricular do Brasil.

### **3.3 Coordenação pedagógica: atuação na educação infantil**

Segundo Almeida e Placco (2006), uma escola se caracteriza como tal apenas porque nela se concentram professores e alunos. Esses professores formam um grupo que está constantemente planejando, redesenhando suas práticas pedagógicas e tomando decisões sobre e como ensinar os estudantes sem deixar de considerar a individualidade de cada um. Para isso, a presença do coordenador pedagógico é indispensável no acompanhamento das atividades docentes, mas é um profissional que contribui com o processo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido, a coordenação pedagógica levanta questões com os professores para conduzi-los as reflexões sobre sua prática pedagógica em sala de aula como também no melhoramento de suas ações diárias junto aos estudantes e seus familiares. Haje (2017) Destaca que o coordenador pedagógico é aquele que participa da elaboração e/ou adaptação da proposta pedagógica da escola, podendo assim até ressignificar a prática educativa escolar e a prática pedagógica dos professores.

Ja na perspectiva de Vasconcelos (2011), o coordenador pedagógico está sempre atento às necessidades dos professores, acolhe-os, ouve-os, subsidia, interage, questiona, provoca e problematiza questões relacionadas com as práticas de sala de aula. No entanto, nem sempre foi assim. Por muitos anos o papel do coordenador pedagógico foi visto como aquele que tinha o objetivo de “observar”, verificando pura e simplesmente se o professor estava cumprindo sua obrigação.

Essa prática citada no parágrafo anterior, já não existe mais. O coordenador pedagógico hoje atua além do acompanhamento das atividades dos professores, colabora na gestão escolar, monitora todo o trabalho realizado com os estudantes e com as famílias e organiza projetos para o melhoramento da educação nas escolas. O surgimento da Supervisão Pedagógica está presente nos cursos de Pedagogia – área da educação – e conforme as abordagens trabalhadas no período

de formação acadêmica a coordenação pedagógica era representada pela figura de um adulto que tinha a função de supervisionar as atividades que incluíam crianças.

Na antiguidade, essa função caracterizada como fiscalizadora ocorreu “através do cuidado e observação de adultos em relação a crianças e jovens em comunidades” (VENAS, 2012, p.1). Já na Grécia, o pedagogo era o profissional responsável pela função de supervisão, era ele quem levava as crianças ao lugar reservado para o aprendizado. No entanto, com o passar do tempo o pedagogo tornou-se o educador, mediador de saberes e aprendizagens para ensinar as crianças.

Diante disso, o coordenador pedagógico em seu trabalho consiste em manter a harmonia entre a comunidade escolar, como alunos, professores, direção escolar e pais. Por isso, de acordo com Moreno (2017) é importante que ele se reconheça como um educador e articulador das ações educativas coletivas da escola. No entanto, verifica a conexão entre teoria e prática, avaliando também a conexão entre o currículo e a prática diária dos professores na sala de aula como também dar suporte para que o caminho do professor traga os resultados esperados os quais estejam condizentes com o objetivo final da escola.

De acordo com Placco (2004), o trabalho do coordenador pedagógico se baseia no planejamento das atividades pedagógicas realizadas pelos professores da escola antes de sua concretização na sala de aula ou mesmo no seu acompanhamento e orientação do dia a dia. Nessa perspectiva, o coordenador pedagógico é quem prevê, articula, media e avalia as ações pedagógicas da escola com e para o professor.

Dessa forma, podemos concluir que é necessário formações continuadas para o coordenador pedagógico para que ele se sinta fortalecido, seguro e apto a desempenhar sua função em seu trabalho de forma eficiente e comprometida. Logo, essas formações podem ser ofertadas pelas Secretarias de Educação, Instituições de ensino superior e/ou grupos de estudos para trocas de experiências profissionais.

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Nesta seção apresentamos os resultados obtidos através da análise dos dados coletados por meio do questionário aplicado aos coordenadores da Escola Municipal Francisco Targino da Costa. A seguir, descrevemos as compreensões quanto a concepção da implantação da BNCC na Educação Infantil e os principais desafios da coordenação pedagógica. Os participantes da pesquisa estão codificados da seguinte forma: Coordenador 1 (C1) e



Coordenador 2 (C2) e os resultados são apresentados em quadros para uma melhor identificação dos dados obtidos.

**Quadro 1:** Mediante a sua atuação profissional como coordenador da escola, você considera a implantação da BNCC importante no processo de ensino e aprendizagem da criança?

Justifique sua resposta.

SUJEITOS	RESPOSTAS
C1	Minha rotina como coordenadora da escola exige muitas demandas, principalmente quanto ao planejamento das atividades semanais junto aos professores. A implantação da BNCC em minha opinião é muito importante, visto que todas as crianças independentes do setor público ou privado precisa ter uma educação de qualidade e igualitária.
C2	A implantação da BNCC é importante e necessária, apesar de acreditar que ela não é totalmente aplicada na escola em que atuo.

Fonte: Dados da pesquisa

Como percebemos nesta primeira questão, os coordenadores da Escola Municipal Francisco Targino da Costa consideram a implantação da BNCC de extrema importância para o processo de ensino e aprendizagem das crianças. Nesse sentido, considerando os estudos utilizados no referencial teórico, podemos concluir que a BNCC traz uma grande inovação ao estabelecer 10 competências gerais para nortear as áreas de conhecimento e seus componentes curriculares. Segundo o documento, o desenvolvimento dessas competências é essencial para assegurar os direitos de aprendizagem de todos os estudantes da Educação Básica. Sendo assim, se torna mais que importante a implantação da BNCC.

**Quadro 2:** Durante o processo de ensino-aprendizagem, na qualidade de coordenador (a), de que forma tem sido a sua prática? Descreva como você faz no dia a dia na escola, elencando como se utiliza a BNCC como parâmetros.

SUJEITOS	RESPOSTAS
C1	Nos buscamos organizar atividades voltadas a garantir melhor aproveitamento dos alunos aos conteúdos passados. Quanto a BNCC, nos buscamos ao máximo utilizar seus parâmetros no planejamento anual.
C2	A implantação da BNCC é importante e necessária, e seus parâmetros são utilizados visando garantir que todas as escolas (pelo menos as do município) tenham a mesma base de aprendizado.

Fonte: Dados da pesquisa

Neste segundo questionamento, os coordenadores pedagógicos reforçam a utilização da BNCC como parâmetro no planejamento e nos trabalhos da coordenação da escola. Como apontamos na nossa discussão teórica, o papel do gestor escolar é entender que não é apenas uma leitura aprofundada e atenta da BNCC que vai ajudá-lo a medir os desdobramentos e

impactos em cada disciplina e série. E sim, saber que haverá uma adaptação geral, com desafios tanto para a instituição quanto para os alunos. Por isso, a necessidade de um trabalho integral, sistematizado e que possibilite um aprofundamento nas dimensões pedagógicas, humanas e educacionais.

**Quadro 3:** A infraestrutura da escola possibilita a implantação da BNCC, oferecendo um espaço adequado, bem como a disponibilização de materiais didáticos-pedagógicos para a realização da implantação?

SUJEITOS	RESPOSTAS
C1	Sim.
C2	Sim.

**Fonte:** Dados da pesquisa

De acordo com as respostas colhidas, os coordenadores afirmam que a escola oferece um espaço adequado, bem como a disponibilização de materiais didáticos-pedagógicos para a realização da implantação das diretrizes educacional da BNCC na educação das crianças da Educação Infantil. De acordo com Vasconcelos (2011) isso foge da realidade das escolas públicas, visto que segundo o autor o projeto da BNCC é válido, mas têm de se ter suporte e boas condições de trabalho, sendo que a realidade das escolas é diferente do que está no papel. Com isso, que as políticas públicas voltadas para as melhorias das escolas devem contribuir no alcance dos objetivos do documento normativo.

**Quadro 4:** Com base em suas experiências, quais são os principais desafios da implantação da BNCC na Educação Infantil?

SUJEITOS	RESPOSTAS
C1	O principal desafio foi adequar o PPP da escola.
C2	A implantação da BNCC é importante, mas é complicado definir o material didático, pois vai além do livro, envolve garantir a criança uma vivência educacional adequada.

**Fonte:** Dados da pesquisa

De acordo com os coordenadores, os principais desafios para a implantação da BNCC é a adequação do Projeto Político Pedagógico as perspectivas do documento normativo em que orienta uma educação baseada na equidade, na valorização dos conhecimentos dos nossos estudantes, num currículo que represente a caracterização identitária, histórica e social das

escolas. Outro desafio apresentado foi a definição do material didático. Esse desafio é bastante considerado, pois configura toda a prática de ensino didático do professor em sala de aula e compreendemos a necessidade superá-lo o quanto antes. Conforme Freitas (2018) os principais desafios são realmente elaborar um novo currículo, adequar o Projeto Político Pedagógico, integrar características regionais no currículo, a formação continuada, definir o material didático e monitorar a implementação da BNCC.

**Quadro 5:** Olhando para sua vivência e experiência na educação infantil, que contribuições trazem a implantação da BNCC?

SUJEITOS	RESPOSTAS
C1	A formação dos professores, permitindo melhor capacitação para tornar as crianças ativas em seu ambiente de aprendizado.
C2	Permite que todas as crianças independentemente de onde estudem tenham uma educação de qualidade.

**Fonte:** Dados da pesquisa

Esta última questão, através das respostas das coordenadoras, percebemos a relevância da BNCC na elaboração de um trabalho colaborativo junto aos professores, mas também destacam a permanência de formação continuada para os profissionais da educação e, com isso, oferecer um ensino mais eficaz, de qualidade para as crianças. Ainda as respostas dos coordenadores colaboram com Santos (2017) que afirmam que a BNCC estabelece seis direitos de aprendizagem para a fase da Educação Infantil. Eles têm a função de garantir as condições necessárias para que as crianças tenham um papel ativo em seus ambientes de aprendizagem, solucionando os desafios vivenciados e construindo significados sobre si próprias e sobre o mundo.

Essa reflexão descrita a partir desses questionamentos aplicados as coordenadoras escolares trazem uma amostra dos dados sobre a temática em estudo e, possivelmente, um conhecimento real da prática profissional desses educadores e o quanto elas estão tentando reorganizar de forma objetiva e colaborativa a aplicação das diretrizes da BNCC no trabalho didático de sala de aula dos professores. Assim, os dados coletados representam a necessidade de estudarmos cada dia mais as orientações da BNCC e como ela garante aos estudantes seus direitos de aprendizagens e desenvolvimentos assegurados como também visa uma formação integral da criança em seus aspectos pedagógicos, físicos, sociais e emocionais.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a realização deste trabalho observamos que os objetivos propostos foram alcançados, analisamos os principais desafios da implantação da BNCC segundo a concepção dos coordenadores da Educação Infantil. Com isso, acreditamos que as abordagens teóricas e metodológicas sobre a temática em foco com certeza podem contribuir numa reflexão significativa, produtiva e intelectual para os profissionais da educação.

Dessa forma, por meio de um questionário aplicado a dois (02) coordenadores da educação infantil, descrevemos por meio de uma reflexão suas respostas e conseguimos apontarmos algumas análises conforme os dados coletados. Mediante os relatos, ficou evidente o quanto é importante a implementação da BNCC, visto que ela afirma que na Educação Infantil a criança tem o direito de expressar como sujeito criativo, dialógico e sensível, demonstrar suas emoções, necessidades, dúvidas, sentimentos, descobertas, hipóteses, questionamentos e opiniões, por meio das mais diversas formas de linguagens.

Vale ressaltar que essa pesquisa faz uma reflexão sobre a implementação da BNCC levando em consideração os desafios específicos da coordenação pedagógica, e pode servir de apoio para os trabalhos acadêmicos futuros, principalmente os que estejam relacionados a educação na pandemia da COVID-19, em que houve uma grande dificuldade de implantação dos parâmetros de ensino, aprendizagens, formação humana, acompanhamento e sistematização dos saberes de sala de aula frente ao ensino remoto.

Com isso, defendemos a elaboração e desenvolvimento de novas pesquisas nessa área, pois como sabemos, este trabalho por si só, não é autossuficiente para responder todas as questões voltadas para a implantação da BNCC na educação Infantil. Portanto, esperamos que este estudo, a partir das discussões realizadas, compreendamos que a figura do coordenador pedagógico é extremamente relevante para o cotidiano escolar, sobretudo no contexto de implantação da BNCC, visto que ele deve entender os direitos de aprendizagem e apontar formas para efetivação desses direitos, considerando que a qualidade da educação não se faz apenas por via da igualdade, mas sim com promoção de equidade.

## **REFERÊNCIAS**

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO (ANPAE). **Comentários iniciais para a discussão do Documento preliminar da Base Nacional Comum Curricular BNCC**. Goiânia/GO: 2015.

ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. S. (Org.). **O coordenador pedagógico e as questões da contemporaneidade**. São Paulo: Loyola, 2006.

ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. S. (Org.). **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. 6. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

ALMEIDA, L. R.; PLACCO, V. M. N. S. (Org.). **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

BOCCATO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo** 2006 set-dez; 18(3) 265-74.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. [recurso eletrônico]. Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoconstituicao/anexo/cf.pdf>. Acesso em: 17 out. 2022.

BRASIL. **LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_ldbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf). Acesso em: 25 set. 2022.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Ministério da Educação (MEC), Brasília, 2017. Disponível em <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documento/BNCCAPRESENTACAO.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2022.

DIDONET, V. **Educação Infantil**. Brasília/DF: Ed. Humanidades, 1991.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Dia D da BNCC: 12 razões para não ser coadjuvante**. 2018. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2018/03/05/dia-d-da-bncc-12-razoes-para-naoser-coadjuvante/>. Acesso em: 26 abr. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HAJE, Lara. **Fórum Nacional de Educação considera Base Nacional Curricular Comum ilegítima**. Câmara dos Deputados: Brasília, 2017.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MORENO, Ana Carolina. Base Nacional Curricular não apaga com 'mágica' as desigualdades na educação, dizem especialistas. **Globo Comunicação e Participações S.A, G1**: 2017.

MORENO, Ana Carolina. Alfabetização antecipada é criticada por impacto no ensino infantil. **Globo Comunicação e Participações S.A, G1**: 2017.

SANTOS, João Vitor. Base Nacional Comum Curricular – BNCC: documento determina currículo comum em todo o país para Educação Infantil e Ensinos Fundamental e Médio. **Revista do Instituto Humanitas da Unisinos**: OHU on-line, ano XVII, n. 516, dez. 2017.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 16ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VASCONCELLOS, C. S. **Coordenação do trabalho pedagógico**: do projeto político pedagógico ao cotidiano da sala de aula. São Paulo: Libertad, 2007.

VENAS, R. F. A transformação da coordenação pedagógica ao longo das décadas de 1980 e 1990. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE, 6., 2012, São Cristóvão. **Anais eletrônicos** [...]. São Cristóvão, SE: EDUCON, set. 2012.

VERGÉS, M.; SANA, M. **Limites e Indisciplina na educação infantil**. 2 ed. São Paulo: Alínea, 2009.

# **O PAPEL DO EDUCADOR NO ATO DE CUIDAR E EDUCAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Francisco Clébio de Figueiredo

Julia Lidiane Lima de Amorim

Mary Carneiro de Paiva Oliveira

Taysa Kelly da Silva

## **RESUMO**

O presente artigo intitulado O papel do educador no ato de cuidar e educar na educação infantil tem como objetivo investigar os problemas e os desafios enfrentados pelos educadores entre o cuidar e o educar na educação infantil como também compreender este binômio como parte integrante dessa etapa de ensino, visto que o cuidar e o educar são essências e indissociáveis para o desenvolvimento da aprendizagem da criança. Para um melhor estudo do tema nos respaldamos no Referencial Curricular da Educação Infantil (1998), nas Diretrizes Curriculares da Educação Infantil (2009), em Campos (1994) e Nascimento (2006). Através desses teóricos, esclarecemos aos educadores a necessidade de se trabalhar o cuidar e o educar de forma integrada na educação infantil, pois ao mesmo tempo em que as crianças precisam de cuidados, elas também necessitam de oportunidades que favoreçam o desenvolvimento de suas aprendizagens e este período da infância a criança se descobre, brinca, explora e aprende sobre o meio em que ela está inserida. Portanto, os resultados dessa pesquisa são necessários para que as Instituições de Educação Infantil percebam que esta fase de ensino é de inteira importância para o desenvolvimento das crianças e os educadores entendam que a criança é um ser social e histórico e, com isso, as práticas escolares do cuidar e do educar são inseparáveis no desenvolvimento físico, emocional, cognitivo, afetivo e social da criança.

**Palavras-chave:** Educação Infantil. Práticas Escolares. Cuidar. Educar.

## **THE ROLE OF THE EDUCATOR IN THE ACT OF CARE AND EDUCATION IN CHILDHOOD EDUCATION**

### **ABSTRACT**

This article entitled The role of the educator in the act of caring and educating in early childhood education aims to investigate the problems and challenges faced by educators between caring and educating in early childhood education, as well as understanding this binomial as an integral part of this stage of development. teaching, since caring and educating are essential and inseparable for the development of the child's learning. For a better study of the subject, we supported ourselves in the Curricular Reference for Early Childhood Education (1998), in the Curricular Guidelines for Early Childhood Education (2009), in Campos (1994) and Nascimento (2006). Through these theorists, we clarify to educators the need to work on caring and educating in an integrated way in early childhood education, because at the same time that

children need care, they also need opportunities that favor the development of their learning and this period of childhood the child discovers himself, plays, explores and learns about the environment in which he is inserted. Therefore, the results of this research are necessary for Early Childhood Education Institutions to realize that this teaching phase is of utmost importance for the development of children and for educators to understand that the child is a social and historical being and, with that, the practices care and education are inseparable in the child's physical, emotional, cognitive, affective and social development.

**Keywords:** Early Childhood Education. School Practices. To care. To educate.

## INTRODUÇÃO

A temática dessa pesquisa tem como objetivo investigar os problemas e os desafios enfrentados pelos educadores entre o binômio de cuidar e o educar na educação infantil e surgiu a partir da experiência e das atividades desenvolvidas no Estágio Supervisionado Docência na Educação Básica do curso de Pedagogia e, especificamente, na Educação Infantil. O estágio dessa fase é uma atividade curricular obrigatório que visa à implementação do desempenho profissional do aluno-docente por meio da experiência das práticas educativas em campo.

Além das atividades de observação, participação e regência em sala de aula, presenciemos atitudes educacionais em que envolvia o binômio entre cuidar e educar e, por isso, nos motivou a pesquisar sobre a temática e escrever esse artigo. No estágio, permitiu desenvolver as atividades de pesquisa e de extensão o que possibilitou a criação e a proposição de novas experiências. É uma oportunidade de articular teoria e prática, é ainda uma ação pedagógica de atuação das práxis docente, de encaminhamentos metodológico e, portanto, transformadora da realidade.

Com isso, nessa atividade curricular a inserção do aluno do curso de pedagogia na escola, primeiro *locus* de sua atuação como professor, criou condições para uma inter-relação mais efetiva entre teoria e prática em seu processo formativo de licenciado como também estimulou a reflexão sobre o contexto escolar e sua dinâmica de funcionalidade. Ademais, na Educação Infantil o ato de cuidar e educar apresentam uma grande relevância na vida profissional do pedagogo para um cumprimento de atitudes educacionais que vão além da carga horária vivenciada pelo estagiário.

Diante disso, a Educação Infantil durante muito tempo foi concebida de maneira equivocada, pois apresentava uma concepção de assistencialismo, focada apenas no cuidar. Assim, as primeiras creches e programas pré-escolares surgiram para combater a pobreza e, com o objetivo de atender às crianças de baixa renda, tentar amenizar as supostas necessidades



de carências das mesmas e de suas famílias. Por isso, nos questionamos: Por que ainda há tantos problemas e desafios no âmbito da educação infantil durante o processo de ensino-aprendizagem das crianças?

Com esse questionamento, observamos que historicamente os serviços de creches e pré-escola se ergueram separadamente. As creches surgiram com a incumbência do cuidado das crianças até 3 (três) anos de idade para que as mães pudessem trabalhar fora e ajudar no sustento de suas famílias, já os sistemas de pré-escola eram voltados à educação daquelas crianças maiores de 4 (quarto) a 5 (cinco) anos que precisavam desenvolver suas habilidades educacionais. Logo, a ideia de creche e pré-escola foi mantida por um bom tempo, mas começaram a surgir indagações sobre a relação de cuidar e educar como processos inseparáveis e que precisavam ser pensados juntos no decorrer dessa fase da criança.

Por isso, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, essa concepção de educação infantil passou a ser repensada e modificada, surgindo uma nova visão de educação que evidencia o cuidar e o educar como parte integrante e fundamental no trabalho com as crianças durante seus primeiros anos de vida escolar. As novas leis/diretrizes e orientações que favoreceram a educação infantil visam o direito de todas as crianças sem restrição de classe social, cor ou sexo.

Já como afirma a Resolução Nº 5, de 17 de dezembro de 2009 que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, em seu artigo 5º, (BRASIL, 2009, p. 01) destaca: “A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, deverá ser oferecida em creche e pré-escolas, as quais devem proporcionar espaços educacionais que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade”. Essa resolução amplia com mais intensidade o caráter do cuidar e educar em que impregnados a ação pedagógica de consciência estabelecem uma visão integrada do desenvolvimento da criança em sua diversidade, realidade e peculiares à infância.

Para tanto, é uma pesquisa bibliográfica, caráter qualitativo e procurou apontar algumas possibilidades para o educador, tendo em vista, o estado de observação e vigilância para que não transforme as ações pedagógicas em rotinas mecanizadas ou guiadas por regras. O trabalho em foco justifica-se por considerar um estudo atual e pertinente para a área da educação infantil e, compreender a criança em sua universalidade, amplia sua interação social e seu desempenho humano, cognitivo, afetivo e emocional.

Portanto, a partir dos resultados identificados nessa pesquisa, o binômio educar e cuidar são de competência da Educação Infantil, primeira etapa da educação básica e, nessa etapa, a criança se encontra em constante aprendizagem, convive e participa das relações de troca de conhecimentos com o meio em que ela está inserida. Nesse sentido, as Instituições de Educação

Infantil têm a função de integrar os atos de cuidar e educar na prática educativa, visando o desenvolvimento absoluto das crianças nos aspectos da psicomotricidade e desenvoltura das suas funções comportamentais.

## **METODOLOGIA**

O estudo apresentado caracteriza-se por uma pesquisa bibliográfica em que reúne informações e dados que serviram de base para a construção da investigação proposta a partir do tema: O papel do educador no ato de cuidar e educar na educação infantil. Após a escolha da temática, a pesquisa bibliográfica colaborou na identificação das respostas da pergunta problematizadora formulada para esta pesquisa. Esta pesquisa apresenta um caráter qualitativo e consiste em abordar os caminhos para a compreensão da relevância sobre o ato de cuidar e educar na educação infantil.

Metodologicamente, Gil (2000), afirma que a pesquisa bibliográfica fornece instrumento analítico para qualquer outro tipo de pesquisa e o pesquisador vale-se de opiniões já formuladas por diversos autores a respeito da temática. O estudo bibliográfico parte de material já elaborado como livros, revistas e artigos. Optamos pelo método dedutivo que define o conjunto de etapas ordenadamente dispostas, destinadas a realizar e antecipar uma atividade.

Assim, nessa pesquisa procuramos compreender o ato do cuidar e educar como parte integrante do processo educativo da educação infantil, visto que esse binômio é indissociável e é essencial para o desenvolvimento integral da aprendizagem da criança em todas as áreas pedagógica, psicológica, cognitiva dessa etapa tão importante da educação básica que é a educação infantil.

## **DESENVOLVIMENTO**

A Educação Infantil tem como desafio incorporar de maneira integrada as funções do cuidar e educar de modo que as crianças se desenvolvam e potencializem suas aprendizagens. No entanto, a integração do cuidar e do educar tem causado grandes divergências, visto que o ato de educar na educação infantil ainda é um grande obstáculo a ser enfrentado pelos educadores. Nesse sentido, o desenvolvimento teórico dessa pesquisa é formado por duas sessões e, respectivamente, subdivididas em pequenos tópicos para facilitar o entendimento da temática em estudo e estruturar de forma dinâmica todo o trabalho.

## O ATO DE EDUCAR

O ato de educar em seu sentido é aprender a conviver e, atualmente se faz necessário, pois a humanidade está perdendo o amor pelo próximo, o interesse de fazer o outro se sentir bem com pequenas ações de bondade e gentilezas. Nesse tópico, apresentamos como as Instituições de Educação Infantil podem oferecer situações significativas de aprendizagem às crianças, uma vez que esta etapa da educação básica tem como objetivo não apenas cuidar, mas educar as crianças em seu processo educacional.

O educador que visa uma educação de qualidade e uma aprendizagem significativa é importante que vivencie na prática os quatro pilares da educação do futuro de Jaques Delors, onde o aprender a ser contribua positivamente na vida de seus semelhantes; o aprender a conviver aceite as diferenças, sendo solidário e receptivo; o aprender a aprender compreenda, descubra, construa e reconstrua conhecimentos; o aprender a fazer desenvolva adequadamente as competências e habilidades de forma generosa e prazerosa para todos os envolvidos no âmbito escolar e fora dele. Esses pilares são essenciais à vida educacional das crianças e entendemos que promovem aprendizagens e conhecimentos necessários para a formação e desenvolvimento do indivíduo.

Em se tratando da educação infantil, consideramos o termo educar como um ato de valorização da criança em que a educação contribuindo para o desenvolvimento e crescimento dela estar compreendendo assim suas singularidades e correspondendo as suas necessidades. Partindo dessa realidade das crianças, a educação infantil está intimamente ligada e relacionada ao ato de educar.

Como saída para a indissociação entre o cuidar e o educar, surge a ideia de educação socializadora que proporciona às crianças o desenvolvimento de situações significativas de aprendizagens, na qual o educador, ao mesmo tempo em que cuida da criança, deve educá-la. Nessa perspectiva, o RECNEI (1998, p. 23) enfatiza:

Educar significa, portanto, propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possam contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural (RCNEI, 1998, p. 23).

Com essa citação, reforça o quanto a educação tem como propósito o desenvolvimento formativo dos sujeitos participantes da educação infantil e, o ato de educar como um contíguo

de aprendizagens globalizadas permitem as crianças alagarem suas potencialidades nos diversos sentidos e atingirem a sociedade em que estão inseridas. Dessa maneira, ao conhecer a realidade do educando fica mais fácil para o educador conduzir os saberes de acordo com sua vivência social e, assim, desenvolver as competências e as habilidades conforme os objetos de conhecimentos.

Segundo Freire (1996, p.77), “toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um, que ensinando, aprende, outro, que aprendendo ensina”. Com essa passagem, percebemos que o papel do professor, na condição de mediador do conhecimento, dispõe para os alunos as vivências de um ensino baseado nas interações comunicativas, na prática da investigação, provocando-os por meio de questionamentos, desafiando-os e auxiliando-os na aquisição do conhecimento, já que a aprendizagem consiste numa de saberes.

Assim, educar significa proporcionar às crianças a oportunidade de desenvolver suas capacidades e habilidades e, através delas, no espaço da educação infantil concretize por meio do educador a emancipação do conhecimento, ou seja, a criança necessita de brincar, descobrir, aprender, e explorar o mundo a sua volta, o que caracteriza uma “aprendizagem significativa” defendida por Ausubel (1968).

## **O ATO DE CUIDAR**

Nesse tópico, intitulado o ato de cuidar, inicialmente, as Instituições de Educação Infantil para exercer o seu papel de apoio no desenvolvimento integral da criança precisam contar com uma equipe de profissionais qualificados permanentemente, com capacidade de planejar, executar e avaliar coletivamente as ações, tendo como base para este trabalho uma concepção filosófica clara do cuidar.

Para o ato de cuidar, além de inseri-lo na esfera da Instituição de educação infantil, compreendê-lo como parte integrante do processo educativo exige conhecimentos, habilidades e instrumentos que didatizem o fazer pedagógico. Ou seja, cuidar de uma criança em um contexto educativo demanda a integração de vários campos de conhecimentos e, entre eles, a cooperação de profissionais de diferentes áreas.

[...] O cuidado está pautado na necessidade do outro. Isso significa que quem cuida não pode estar voltado para si mesmo, mas deve estar receptivo, aberto, atento e sensível para perceber aquilo de que o outro precisa. Para cuidar, é necessário um conhecimento daquele que necessita de cuidados, o que exige proximidade, tempo, entrega. (KRAMER, 2005, p. 82).

Com isso, no contexto escolar é preciso entender o significado do cuidar nas interrelações humanas. A base do cuidado humano é ajudar o outro a se desenvolver como um ser que pensa, age, sente e se relaciona consigo e com os demais sujeitos. Cuidar significa desenvolver capacidades e potencialidades.

O desenvolvimento integral da criança como já propõe nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN - 9394/96, depende tanto dos cuidados relacionais que envolvem a dimensão afetiva como os cuidados com os aspectos biológicos do corpo, a qualidade da alimentação, os cuidados com a saúde e quanto à forma como esses cuidados são oferecidos. No entanto, muitas atitudes e procedimentos de cuidado são influenciadas por crenças e valores em torno da saúde, da educação e do desenvolvimento infantil, por isso é papel dos espaços educacionais estar trabalhando e conscientizando os atos de cuidar com a equipe pedagógica e com a própria comunidade escolar.

Campos (1994, p. 35), enfatiza o quanto “as atividades ligadas à proteção e ao apoio necessárias ao cotidiano de qualquer criança: alimentar, lavar, trocar, proteger, consolar, enfim “cuidar”, todas fazem parte integrante do que chamamos de cuidar. A citação destaca que a prática do cuidar envolve o educar e esta ligação precisa ser sentida pelas crianças no seu cotidiano escolar e nos diferentes espaços não-educacionais da vida das crianças. Nesse sentido, enfatizamos a importância do valor educativo do cuidado conforme evidencia o RCNEI (1998),

Para cuidar é preciso antes de tudo estar comprometido com o outro, com sua singularidade, ser solidário com suas necessidades, confiando em suas capacidades. Disso depende a construção de um vínculo entre quem cuida e quem é cuidado. (RCNEI,1998. p. 25).

Portanto, a participação dos envolvidos no ato de cuidar exige responsabilidade, habilidade, práticas pedagógicas para conduzir e instruir todas as crianças no processo educacional. O caminho percorrido por uma criança na fase da Educação Infantil se desenvolve com autonomia, constrói seu espaço social de convivência e de interrelação com o outro como, também, a sua permanência no ciclo educativo que virão posteriormente. Para isso, se faz necessário a responsabilidade por parte de quem está educando.

## **O PAPEL DO EDUCADOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A educação infantil é uma das etapas mais importantes na vida de uma criança, afinal é nela em que as primeiras manifestações de pensamentos, linguagem, criatividade, reações,

imaginação, ideias e relações sociais são construídas. Nessa ótica, o papel do professor é fundamental no desenvolvimento das atividades na educação infantil, visto que ele é o mediador entre a criança e o conhecimento. Com isso, é necessário que esse profissional esteja em constante formação e seu trabalho se mantenha integrado com os demais profissionais da escola.

Em vista disso, o trabalho na educação infantil envolve uma série de atividades: estudos, dedicação, cooperação, cumplicidade e, principalmente, amor entre todos os envolvidos nesse processo. Os professores que trabalham com crianças necessitam de cuidados para que suas práticas pedagógicas não se transformem em ações mecanizadas ou até mesmo guiadas por normas, o que impossibilita desenvolver em sua totalidade a identidade e a autonomia da criança.

Ser professor da Educação Infantil não consiste em uma tarefa fácil, pelo contrário, exige amor, dedicação, compromisso, responsabilidade e habilidades, pois educar não é somente a transmissão conteudista, mas sim um conhecimento significativo. Por isso, o educador integra os processos de educar e cuidar no desenvolvimento integral da criança, considerando os aspectos físicos, intelectuais, afetivos e sociais. Neste sentido, Kraemer (1999), esclarece,

A dinâmica do trabalho do professor é sustentada principalmente pelas relações que estão estabelecidas com as crianças e entre elas. Para que se construa um ambiente de confiança, cooperação e autonomia, as formas de agir dos professores precisam estar pautadas por firmeza, segurança e uma relação afetiva forte com as crianças. (KRAMER, 1999, p.85)

Quando nos referimos à tarefa de educar crianças, é imprescindível que o educador idealize situações significativas de aprendizagem, entre elas, o desenvolvimento cognitivo, psicomotor e socio afetivo das crianças. Com o desenvolvimento desses fatores, essenciais para as vidas das crianças, despertam a corresponsabilidade da educação entre a família, a escola e os professores. Conforme frisa Vitória (2002):

É fato que o processo educativo é realizado de várias formas: na família, na rua, nos grupos sociais, e também na escola [...]. Educar, nessa primeira etapa da educação básica, não pode ser confundido com cuidar, ainda que as crianças necessitem de cuidados elementares. Por isso cuidar e educar são conceitos que devem estar associados ao tratamento dispensado a criança, já que além de receber cuidados básicos, a criança precisa desenvolver sua identidade pessoal e social (VITÓRIA, 2002, p.18).

Na perspectiva da citação, a educação infantil não se desenvolve unicamente no âmbito escolar, mas em todos os ambientes em que a criança se relaciona, ou seja, adquire experiências

de aprendizagens e, por isso, a família, a escola e os grupos sociais participam da construção do seu conhecimento. A educação infantil é a base para o desenvolvimento integral da criança. É nela que a criança tem a oportunidade de desenvolver suas habilidades e competências para a vida em sociedade, ou seja, é um sujeito social e histórico, pertence a uma família e de uma determinada cultura.

Portanto, é necessário que o professor da educação infantil esteja em constante formação sobre o desenvolvimento das crianças e a forma como elas veem e sentem o mundo, criando dessa forma oportunidades para que as mesmas se desenvolvam integralmente.

### **A IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO DO PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

Durante o período de estruturação, organização, planejamento e aprovação dos documentos que regem a Educação Infantil, a formação do professor vem desde a segunda década do século XIX. Com o passar dos anos, mais precisamente na década de 80, inicia uma relevante reflexão em torno do atendimento em creches para crianças e, com isso, surge uma preocupação em conceber profissionais para ocupar os cargos de educadores nessa área de ensino.

A partir disso, a formação de professores no Brasil para os primeiros anos da educação básica começa a ser realizada nos cursos de formação de nível médio, antigo curso normal que com a segunda Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/96), Lei 5.692/71 passa a ser chamado magistério - e no nível superior o curso de pedagogia. As primeiras iniciativas de formação de professores de criança podem ser observadas nos pareceres de Rui Barbosa, em 1882.

Com estas mudanças, a formação do educador começa a ser baseada na superação da dicotomia educação/assistência, pois o objetivo principal da educação infantil é integrar as ações de cuidar e educar. No entanto, as pesquisas mostram que muitos dos profissionais da Educação Infantil ainda não têm formação adequada para a atuação nessa área de ensino e, em decorrência disso, recebem remuneração baixa e trabalham em condições bastante precárias.

No contexto atual, a formação continuada de professores tem sido tema recorrente nas discussões, reflexões e aprofundamento dos mesmos, os quais conhecem a importância do processo educativo. Nesse sentido, a formação continuada de professores da educação infantil se insere como campo investigativo amplo, por ser uma realidade de grandes especificidades e de uma sólida formação teórico-prática.

Com isso, os debates sobre a profissionalização dos professores de Educação Infantil se

intensificaram devido às iniciativas de reestruturação curricular das escolas normais e dos cursos de pedagogia, acentuando-se com a aprovação da terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº 9394/96, (art. 62), afirmando que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal. (BRASIL, 2014, p. 36)

Em sequência as informações da citação, destacamos que ao educar o professor capacitado para esta ação, necessita de uma proposta curricular institucional para as orientações do andamento das atividades de ensino. Dentro dessa proposta, evidencie as transformações ocorridas na formação do profissional da educação infantil, considere como uma das prioridades das políticas públicas e das lutas para uma educação de qualidade no Brasil.

Assim, é fundamental ofertarmos ações na qualificação de profissionais que atendem as crianças em suas necessidades educacionais. Para tanto, as melhorias para a formação dos docentes não aconteçam somente nos cursos de graduação, mas também em cursos de aperfeiçoamento, os quais possam fortalecer as experiências dos educadores e suas práticas de mediação do conhecimento.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Indiscutivelmente, o cuidar e o educar têm papéis fundamentais na educação infantil. Por meio deles a criança desenvolve sua autonomia e identidade como também constrói os vínculos necessários para uma boa aprendizagem. Desse modo, as práticas do cuidar e do educar são indispensáveis no cotidiano da formação educacional da criança e, nas especificidades dos aspectos psicológicos, afetivos e sociais. Nesse sentido, para que o processo educativo na educação infantil seja de qualidade a criança passa por cuidados essenciais que compreende o seu desenvolvimento integral como pessoa.

Para isso, o educador necessita de uma contínua formação, o que permite uma prática educativa baseada no sucesso promissor e em metodologias adequadas as necessidades de aprendizagens dos sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. O educador, nesse sentido, amplia suas estratégias metodológicas no cotidiano escolar e efetiva um ensino produtivo, eficaz e proficiente na vida dos estudantes.

Assim, diante dos aspectos teóricos e das reflexões apresentadas no corpo desse estudo,



merece duas observações importantíssimas: a primeira em formar profissionais que tenham um perfil para educação infantil, desenvolva um trabalho inovador e se apresente como um mediador da aprendizagem. A segunda, levar em consideração durante o processo educacional da criança sua história, realidade de vida, suas potencialidades e seu ser social.

## REFERÊNCIAS

AUSUBEL, D.P. (1968). **Educational psychology: a cognitive view**. New York, Holt, Rinehart and Winston.

BRASIL. Lei nº. 9394, de 23 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. 10. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. **Referencial Curricular Para a Educação Infantil**. v. 1, Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. CNE / CEB. **Resolução Nº 05**, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares para Educação Infantil.

CAMPOS, M. M. Educar e Cuidar: questões sobre o perfil do profissional da educação infantil. In MEC\ESF\COED. **Por uma formação do profissional de educação infantil**. Brasília.1994.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo; Paz e Terra. 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2000.

KRAMER, S. **Com a pré-escola nas mãos**. São Paulo: Abdr,1999.

KRAMER, S. **Profissionais de Educação Infantil: gestão e formação**. São Paulo: Ática, 2005.

NASCIMENTO, A. M. A infância na escola e na vida: uma relação fundamental. *in: ensino fundamental de nove anos – Orientações para a Inclusão da Criança de seis anos de idade*. Secretaria da Educação Básica. Departamento de Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: FNDE/Estação Gráfica, 2006. p. 25-32.

VITÓRIA, M. I. C. (2002). Educar e Cuidar: Práticas complementares essenciais à educação infantil. In: **Revista do Professor**. Jan/ março: Porto Alegre.

---

# *V SEÇÃO*

*Pesquisas em Psicologia*

---

# ALGORITMOS PARA O SUJEITO: A FORMAÇÃO DE SUBJETIVIDADES COM AS MÍDIAS SOCIAIS

Pedro Henrique da Silva  
Iana Catarina de Araújo Viana  
Marília Maria de Jesus Queiroz  
Jéssica Luana Fernandes de Queiroz

**Resumo:** A subjetividade trata-se de um sistema de aspectos psíquicos que tornam cada sujeito um ser singular, tendo em vista que ela se estrutura através da dialética interpessoal-intrapessoal, isto é, pela interação que a pessoa estabelece com os espaços que ocupa, com indivíduos presentes neles, recebendo, ainda, atravessamentos dos determinantes sócio-históricos desses meios. Entendendo a relevância dessa estrutura e do fato das mídias sociais serem uma produção social fortemente presente em nosso cotidiano, que tem sido utilizada como instrumento de controle da classe trabalhadora por capitalistas, sob o manto do neoliberalismo, este estudo foi produzido pelo objetivo de investigar como as mídias sociais têm impactado na subjetividade das pessoas. Para a obtenção de dados que alcançassem tal meta, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com jovens entre 18 e 23 anos, residentes no Alto Oeste Potiguar, utilizando recortes de *posts* do Instagram, baseados em 10 eixos temáticos mais buscados no Facebook. O estudo também foi fundamentado na abordagem da Psicologia Histórico-Cultural. Os resultados apontaram que afetos, pensamentos e volições expressadas pelos entrevistados, os quais constituem a tríplice natureza social da consciência humana, variaram entre os participantes do estudo. E, ainda, suas reações tiveram notória influência de vivências adquiridas fora das mídias sociais. Com tais dados, foi possível concluir que, apesar de tais tecnologias estarem tão presentes no cotidiano, não apresentam influência absoluta em nossas subjetividades, uma vez que condições de meios sociais externos ao mundo digital permanecem determinantes em nossa subjetivação, desempenhando efeito mediativo nas reações que temos naquilo que visualizamos nessas plataformas.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Humano; Tecnologias Digitais; Política.

## Introdução

Considerando que a subjetividade é uma categoria essencial para o desenvolvimento do psiquismo humano, a qual perpassa pela dialética sujeito-meio social, como podemos nos basear por Molon (2015), é necessário discutir os efeitos das mídias sociais sobre a construção humana, já que essas ferramentas, assim como Goldberg e Akimoto (2021) entendem, são uma produção social, que vem permeando nossa existência em diversas esferas, sob a égide do modo de produção capitalista. Por essa razão, o tema *A formação de subjetividades com as mídias sociais* foi escolhido para esta pesquisa.

Tal temática trouxe uma problemática pertinente: como o acesso às mídias sociais têm mediado a construção de subjetividades? Com este estudo, por meio da perspectiva da

Psicologia Histórico-Cultural, tive a pretensão de encontrar indicadores que pudessem responder a esse questionamento.

Vivemos sob o modo de produção capitalista, em meio ao modelo neoliberal, sistema que produz ideologias para manter a classe trabalhadora no posto de explorada, precarizada, espoliada dos Direitos Humanos, enquanto os capitalistas mantêm seu expansivo acúmulo de capital (Andrade, 2019; Costa & Mendes, 2020; Harvey, 2005; Safatle, Silva & Dunker, 2021). Sob essa aura, as mídias sociais são apresentadas como tecnologia nova e conveniente para a execução do projeto em prol do capitalismo. Esse ponto é percebido não somente pela questão do consumismo, mas, também por seus efeitos políticos, manejados por conteúdos que têm ampliado o que Aissa (2020) denomina “polarização de opiniões”, por exemplo. Apesar disso, ainda existe a possibilidade desse recurso servir como instrumento de resistência ao modo de produção capitalista, como é possível ver nos trabalhos de Jones Manoel<sup>5</sup>, no YouTube.

Assim, este estudo se justificou pela necessidade urgente de produções científicas que contribuam para a compreensão de como o acesso às mídias sociais tem mediado a subjetivação de seus usuários e quais efeitos políticos podem causar.

De maneira geral, tive a intenção de investigar como as mídias sociais têm impactado na subjetividade das pessoas. E mais especificamente, pretendi: a) identificar quais afetos costumam ser mais expressados no uso de mídias sociais; b) observar os pensamentos que surgem ao ter contato com esses conteúdos; c) levantar as volições que podem surgir através do acesso às mídias sociais.

## **Referencial Teórico**

Neste espaço, apresentarei aspectos teóricos sobre a temática proposta. Para garantir uma sequência de discussão confortável para a apreensão das informações, dividirei o assunto em três seções abordando o processo de subjetividade, o neoliberalismo como forma de gestão das pessoas e o avanço das mídias sociais na sociedade capitalista, respectivamente.

### ***Não se nasce, torna-se: a construção da subjetividade***

---

<sup>5</sup> Em seu canal, apresenta conteúdos políticos pela perspectiva marxista-leninista, podendo ser acessados pelo link: <https://www.youtube.com/c/JonesManoel/videos>.

A frase que inicia o título desta subseção é inspirada na famosa afirmação de Simone de Beauvoir<sup>6</sup>, por ela sintetizar o que podemos entender por subjetividade pela Psicologia Histórico-Cultural. A construção do sujeito é um processo contínuo, integral, atravessado por necessidades, contextos históricos nos quais cada indivíduo se insere, produção cultural, sentidos e atividade humana (Gonçalves, 2007; González Rey, 2016). Assim, a subjetividade, é um dos sistemas que expressam o desenvolvimento do ser humano, como ele apreende, se coloca e age na sociedade e na realidade em que está inserido (González Rey, 2016).

Tal operação se desenvolve por meio da interação da pessoa com outros indivíduos, nos espaços que ela ocupa, em determinada cultura e em contextos históricos, políticos e econômicos específicos. Vigotski (1978/2007)<sup>7</sup> afirma que a formação da consciência humana está envolvida em uma dialética interpessoal-intrapessoal, pois através das experiências que o sujeito adquire no meio social, com outros humanos (interpessoal), os elementos captados dessa atividade exterior são reformulados internamente, em estruturas que transformarão a psique desse indivíduo (intrapessoal), o que seria, para o autor, o processo de *internalização*.

Molon (2015) ainda pondera que a dialética interpessoal-intrapessoal não é passiva. Na internalização, a pessoa converte o que foi vivido de maneira ativa, sendo atravessada por estruturas mentais construídas de vivências anteriores, assim como aquilo que é internalizado também dependerá das necessidades sentidas por cada indivíduo. Nesse sentido, o sujeito transforma a si mesmo e, pela sua atividade nos espaços em que se insere, também influencia a realidade ao seu redor, demonstrando o caráter interativo da subjetivação (Molon, 2015).

Além do aspecto de interatividade, Molon (2015) também pondera que a construção da subjetividade possui teor semiótico, o que significa que há interligação com o contato social e apreensão de signos, isto é, códigos socialmente elaborados (Vigotski, 1934/2009), que são adquiridos pela e nas interações do sujeito com outros indivíduos.

Conforme Vigotski (1978/2007) identificou, o signo age como um estímulo auxiliar, sendo posto entre o sujeito e o meio em que está. Ele fica em uma ordem simbólica, sobre a qual Molon (2015) afirma ser uma produção do imaginário social e, portanto, antes do signo estar internalizado em um sujeito, ele esteve na esfera interpessoal. Seu efeito é direcionado à pessoa, proporcionando o controle mediativo do comportamento, entretanto, não se trata de um

---

<sup>6</sup> A frase é “(...) ninguém nasce gênio: torna-se gênio (...)”, que se encontra na página 172 do seu famoso livro, *O segundo sexo: fatos e mitos*, versão eletrônica da editora Difusão Europeia do Livro.

<sup>7</sup> No Brasil, o nome deste estudioso apresenta várias formas de escrita (Vigotski, Vygotsky, Vigotsky, etc.). Para garantir que os leitores reconheçam o autor em diferentes obras, adotarei Vigotski como padrão.

controle unidirecional ou inibitório; a mediação semiótica direciona e redireciona as ações humanas, podendo seguir diversas veredas, a depender dos sentidos que são estruturados a partir de significações produzidas da apreensão de signos (Vigotski, 1978/2007). Com isso, agirá sobre a realidade concreta, de forma mediata, ao mesmo tempo que se estrutura como indivíduo (Aguiar, 2007; González Rey, 2016; Molon, 2015; Vigotski, 1934/2009, 1978/2007).

A questão dos sentidos é pertinente para a discussão sobre subjetividade. A partir de Bock, Gonçalves e Furtado (2007), entendemos estes elementos como a síntese entre o subjetivo e o objetivo. Eles provocam configurações nas experiências das pessoas e em suas atividades diante de fenômenos com os quais estabelecem contato. Molon (2015) caracteriza sentido como produto do significado, que está envolvido nos signos, porém é mais amplo do que significados, uma vez que pode ser modificado, a princípio, por dois fatores: (1) o contexto em que está envolvido e (2) o sujeito que o atribui, em sua singularidade. Logo, situações diferentes podem provocar a produção de sentidos diferentes para um mesmo signo, assim como diferentes pessoas, mesmo que estejam vivenciando o mesmo contexto, podem atribuir sentidos distintos.

Através de Luria (1979/2021) compreendemos que o comportamento humano difere do apresentado nos demais animais por ter desenvolvido traços sociais, sendo as raízes da atividade humana nas condições histórico-sociais, que são estruturadas a partir do domínio do trabalho. Outro elemento essencial para o desenvolvimento humano é a linguagem, descrita por Vigotski (1934/2009) e Luria como função psíquica que eleva o comportamento humano a outro patamar, pois, através da criação de um sistema de signos proporcionado por ela, o ser humano é capaz de interferir na realidade em que se encontra premeditadamente, modificando conforme seus interesses e, concomitantemente, alterando a si mesmo.

Vigotski (1934/2009; 1978/2007) reivindica a relevância de considerar a concatenação das várias funções psicológicas para conhecermos a formação do intelecto humano. Tendo isso em mente, no que tange aos aspectos internos do sujeito, a subjetivação depende da interligação de diversos processos psíquicos, como afeto, pensamento, percepção, vontade (volição); e essas funções precisam ser consideradas quando analisamos a subjetividade. Assim, não podemos considerar a função cognição sem a interferência das emoções, por exemplo.

A inter-relação das funções psíquicas superiores, em meio à mediação semiótica, forma um sistema dinâmico que estrutura nossa consciência ao mesmo passo em que ela também o influencia (Luria, 2017; Vigotski, 2004, 1978/2007). Luria (2017) a conceitua como a habilidade de reter e avaliar informações, responder a elas através de pensamentos e ações, utilizando, inclusive, conteúdos do passado que foram memorizados, sendo, então, responsável

por apreendermos e nos colocarmos no mundo como sujeitos. Embora ela esteja em dialética com diversas funções psicológicas, Molon (2015) defende que a consciência possui uma *tríplice natureza social*, formada pelo sentimento (afeto), pensamento e vontade. Nesse sentido, sinteticamente, essa tríade, histórica e socialmente formada, alicerça a atividade consciente do ser humano através das interações sociais.

Vale ressaltar que a subjetivação não se instaura unicamente nas relações face a face. Molon (2015) apresenta a *intersubjetividade anônima*, a qual se expressa por interações indiretas, sem a necessidade de dois ou mais indivíduos se interagirem fisicamente. É o caso das mídias sociais, que não envolvem contato físico, mas expressam elementos histórico-culturais e garantem a transmissão de signos, acionam afetos, desejos, que irão influenciar o psiquismo das pessoas que entram em contato com seus conteúdos, que são produção humana.

O conceito de ideologia também é relevante para entendermos a subjetividade, pois ela se materializa em nossas relações cotidianas, afetando nossa consciência e atividade. Coelho-Lima (2016, 2018) afirma que ideologia não remete a discursos que distorcem a realidade, carregando falsa consciência com o objetivo de controlar parte de uma população, como tem sido amplamente considerado, no ocidente. Na verdade, esse fenômeno está envolvido em relações com tensionamentos de poder e, em meio a isso, ideias se convertem em ideologias a partir de circunstâncias em que surgem conflitos em uma sociedade e elas adquirem a função de mediar, resolver esses contextos conflituosos. Como Coelho-Lima (2016, 2018) bem descreve, produções da esfera espiritual humana em geral, como ideias místicas, pontos de vista, conhecimentos científicos comprovados, podem assumir funções ideológicas, mas elas não apresentam, em sua origem, aspecto ideológico; se configuram como tais quando recebem a função social de mediação de conflitos sociais e passam a interferir na práxis dos sujeitos. Nesse sentido, existe mediação do comportamento de sujeitos envolvidos nos conflitos sociais.

Retomando sobre a relevância do trabalho, sua relação com a humanidade promoveu a transformação dos grupos humanos por meio do desenvolvimento de novas tecnologias necessárias para os processos produtivos. Uma delas, relevante para este trabalho, são as mídias, por serem uma forma de expressão da linguagem. Elas são veículos de transmissão de informações através de elementos audiovisuais que disseminam signos carregados de valores, ideais e representações de um determinado tempo, sob certo modo de produção, que passarão pela dialética interpessoal-intrapessoal. Portanto, não podemos desconsiderar que essas tecnologias se envolvem no processo de linguagem, tão crucial para a subjetivação do sujeito.

***É preciso conhecer o chão em que pisamos: o neoliberalismo e a gestão das pessoas***

A Psicologia Histórico-Cultural nos ensina que precisamos conhecer as condições histórico-sociais nas quais cada sujeito se encontra para compreendermos seu psiquismo, afinal, nos desenvolvemos na concretude da vida, não em idealismos, como podemos aprender com Vigotski (1978/2007). Então, nesta subseção, farei uma discussão sobre o atual modelo político-econômico que organiza nossa atividade.

Atualmente, no Brasil, o capitalismo se reproduz na forma do neoliberalismo. Safatle, Silva e Dunker (2021) o caracterizam como um modelo político-econômico que ganha força expressiva a partir de 1970, havendo auxílio do Estado para sua manutenção, sendo uma de suas características a mercantilização de tudo o que puder alcançar, inclusive as relações humanas, além do forte alinhamento com a lógica do empreendedorismo. Isso atinge políticas públicas e também a própria existência humana através da promoção de ideologias individualistas, como valorização da competitividade, consumismo e visões corporativistas em contextos que seriam inimagináveis, como a saúde mental. Tais estudiosos também mencionam o poder despolitizante do neoliberalismo que, ancorado em certos moralismos, psicologismos e patologização, tolhe dos trabalhadores a capacidade de se revoltarem contra o aumento da precarização da vida. Afinal, nesse modelo, somos responsáveis, inclusive, por estarmos na miséria, mesmo que seja socialmente estruturada. A propósito, Harvey (2005) explica que se trata de um sistema instaurado em Estados capitalistas para assegurar que o projeto da ordem burguesa, de expansão desenfreada de mais-valor, permaneça em seu curso, ao passo que também articula o sufocamento dos direitos conquistados pela classe trabalhadora, através de suas lutas ao longo da história. E, para que esse projeto avance, é necessário gerir os trabalhadores de modo que eles não se rebelem e permaneçam silenciados diante de medidas que tornem suas vidas mais precárias. Daí, como instrumento de controle, é construído um sistema de ideias que faz com que aqueles que transgridem a lógica neoliberal sejam marcados como os que não têm desejo por crescer profissional e pessoalmente, que lhe faltam motivação na vida, extremistas, entre outros estigmas.

Uma das dimensões determinantes do neoliberalismo é a desregulamentação do mercado e a fragmentação da seguridade social. Andrade (2019) aponta que o Estado possui papel importante nesse processo, na medida em que se re-estrutura para favorecer o alcance dos interesses de grandes capitalistas, através de privatizações, desregulamentações de legislações, por exemplo. Seguindo atitudes como essas, o poder estatal também assumiria uma postura de empreendedor, seduzido pela lógica de um mercado agressivo e predatório, modelando serviços, que, a princípio, seriam de sua responsabilidade, como a educação, para enquadrar trabalhadores ao regime neoliberal, afundado em alta flexibilização, empreendedorismo,



fragilização de vínculos trabalhistas, mercantilização, cortes de direitos, etc. Como Andrade bem revela, não se trata de um Estado mínimo, como tanto se afirma, mas, sim, consideravelmente atuante em prol dos interesses da elite capitalista, cumprindo suas metas de privatizações, desmanches de leis e serviços voltados aos direitos dos trabalhadores, entre outras demandas.

O neoliberalismo também dá grande valor ao direito à liberdade, sendo parte de sua essência, desde que esteja numa concepção que atenda aos interesses das classes que realmente se beneficiam dele. Safatle et al. (2021) afirmam que certas concepções, como a de Hayek, condicionam a liberdade do indivíduo ao individualismo e às regulamentações do mercado. Assim, os sujeitos são considerados livres, mas num contexto de grande concorrência com outras pessoas, devendo constantemente estar à frente, investindo em si mesmos para estarem sempre superando novos horizontes, acumulando mais e mais recursos; não só materiais, mas, também, humanos, como conhecimento. Os mesmos estudiosos também indicam que a liberdade neoliberal rejeita modelos sociais realmente coletivizados, sob a alegação de que a coletividade, por lançar coerções em prol de certo bem comum, supostamente, traria riscos ao direito dos indivíduos de serem livres, abrindo até portas para “regimes totalitários”.

Nesse sentido, conforme Safatle et al. (2021) comentam, tal noção de ser livre preconiza o modelo de indivíduo que aja para satisfazer suas vontades a qualquer custo, como se estivesse investindo em uma empresa, em um capital a ser gerido (Andrade, 2019), negando uma ética que se preocupe com o bem comum, ao imaginar que seu desenvolvimento depende unicamente de suas competências individuais. No entanto, esse modo chega a se contradizer, pois, como vimos na seção anterior, nos desenvolvemos enquanto sujeitos através de nossas relações com outras pessoas, em determinadas condições histórico-culturais, pela internalização dessas experiências.

Mas para que o proletariado fique conformado com essa ordem econômica, Safatle et al. (2021) comentam que a ideologia neoliberal é disseminada a ele por diversos campos de comunicação, sejam institucionais, midiáticos, nas artes, nas conversas informais, afetando as formas de relacionamento interpessoal. Esses pontos se alinham à denúncia de Marx (1867/2011) de que, para manter a acumulação de capital, a burguesia tem buscado variados recursos, mesmo que tenham mergulhado trabalhadoras e trabalhadores em condições precárias de vida.

Sobre esse fenômeno, Althusser (1970) entende que, no capitalismo, o Estado possui o papel de manter a ordem vigente e garantir os meios utilizados pela burguesia para que ela permaneça explorando a classe trabalhadora e, assim, assegurando a realização de seu projeto

de expandir capital. Marx e Engels (1848/1998) ponderam que a burguesia, para além do poder econômico, adquiriu poder político, o que lhe garantiu mediar a organização da sociedade desde quando saiu vitoriosa nas revoluções contra antigos regimes, ou seja, ela dispõe de domínio sobre o Estado, além de possuir maior controle sobre a produção tecnológica e contar com a ação de representantes de seus interesses, como Marx e Engels (1932/2007) mencionam. Althusser (1970) entra em acordo com estes autores ao afirmar que a classe que detém o poder estatal também terá mais força sobre os aparelhos ideológicos de Estado.

Com o que expus aqui, é nítido que o neoliberalismo não se estrutura somente como um modelo de economia, mas, na verdade, se trata de um projeto político-econômico (Andrade, 2019; Safatle et al., 2021). Isso significa que ele age como uma atualização do modo de produção capitalista, sufocando a classe trabalhadora em condições que precarizam ainda mais a reprodução de suas vidas, como tática de expansão de capital. No entanto, para que os beneficiários desse modelo devastador passem ilesos, torna-se necessário o uso de ideologias e tecnologias que garantam a gestão da grande massa de proletariados que sofre pelos tentáculos desse projeto (Safatle et al., 2021), afetando a subjetivação desses sujeitos. Nesse ponto, surge uma questão sobre as mídias sociais que faz sentido ligá-la com a problemática neoliberal, pois podemos compreendê-la como mais uma expressão da manutenção do poder capitalista.

### ***Um novo mundo a um click: as mídias sociais e sua influência na subjetivação***

No século XXI, vemos a eclosão das mídias sociais<sup>8</sup>, ferramentas que revolucionaram a forma de comunicação entre as pessoas ao proporcionarem, de forma virtual, interação com outros indivíduos, por ligação de voz ou de vídeo, ou por mensagens de textos, mesmo que estejam a quilômetros distantes de nós, de forma instantânea, bem como favoreceu o envio e acesso rápido de documentos e informações em geral.

O uso dessa tecnologia tem se ampliado intensamente. Dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2021) indicam que, em 2019, 82,7% das residências brasileiras tinham acesso à internet, sendo as principais formas de uso ligadas a trocas de mensagens de texto ou de voz, além de consumo de conteúdos audiovisuais, ou seja, materiais que são acessados por mídias sociais, dentre outros tipos de plataformas. Pela gama

---

<sup>8</sup> Apesar de também encontrarmos o uso do termo redes sociais, utilizo apenas o conceito mídias sociais, pois, como Aissa (2020) afirma, há diferenças entre os dois, uma vez que o primeiro também se refere a relações sociais que acontecem independentemente do uso da internet.

de possibilidades que a internet proporciona, entendemos que a comunicação entre as pessoas, mesmo distantes umas das outras, foi otimizada, permitindo re-encontros virtuais, além de obtermos novas fontes de entretenimento, mais recursos para trabalho. Entretanto, apesar de seus benefícios, sua inserção na sociedade também trouxe algumas questões. Antunes e Maia (2018) denunciam que tal tecnologia tem sido utilizada como recurso para perpetuar a acumulação de capital, almejada pela burguesia. Isso acontece através da aplicação de algoritmos que promovem o consumismo e, conseqüentemente, afetam o comportamento de seus usuários de acordo com os conteúdos que recebem dessas mídias, os quais são baseados em suas atividades nessas plataformas.

Antunes e Maia (2018) nos remetem à teoria da *indústria cultural*, desenvolvida por Adorno e Horkheimer (1944/2014), segundo os quais, na sociedade capitalista, a arte e demais formas de entretenimento sofrem esvaziamento de seus conteúdos tornando-se mercadorias, pois elas seriam mergulhadas em uma padronização de produção massiva, por mais que recebessem diversificação de alguns detalhes, cuja real função é gerar lucro. De acordo com os filósofos, outra utilidade da indústria cultural é domesticar a classe trabalhadora, uma vez que grande parte de suas produções transmitem a ela os ideais e interesses burgueses, além de que tais produtos culturais servem de extensão das relações trabalhistas, agindo como ópio ao proletariado para que, depois de se entreter, esteja disposto a enfrentar mais uma jornada de trabalho. Nesse sentido, as mídias têm função de garantir à burguesia, na posição de classe dominante, a transmissão de seus valores aos trabalhadores, classe dominada, distanciando o proletariado de suas necessidades mais concretas e da compreensão e resistência da relação exploração-opressão em que está mergulhada.

Concordando com Antunes e Maia (2018), é notório que as mídias sociais se revelam como mais um produto dessa indústria cultural pelo fato de recebermos grande volume de conteúdo através de suas plataformas, geridas por empresas do ramo digital, e, em meio a esse consumo de *posts*, *streams*, músicas, somos expostos a propagandas e publicações que beneficiam organizações de todo o planeta, além de nos despertar certos afetos, reforçando ou imputando vontades e ideologias.

O que expus nos parágrafos anteriores remete ao conceito de alienação, o qual Marx e Engels (1932/2007) entendem como um estado de estranhamento do sujeito acerca de si mesmo em relação aos objetos e relacionamentos em que se envolve, como se sua própria identidade fosse dissolvida e a pessoa não conseguisse se identificar em sua atividade. Isso parte de condições sociais em que é negada a concreta autonomia para os indivíduos agirem na

sociedade, conforme suas reais necessidades, vinda de uma espécie de controle social gerido por outros.

Para entendermos o uso político das mídias sociais, é relevante conhecermos algumas estruturas, como o *Big Data*. Machado (2018) o define como um sistema de captação e processamento de gigantesco volume de dados produzidos por todos os usuários da internet, a todo instante. Informações advindas de conteúdos digitais passam por essa engenharia e sua aplicação. Segundo o autor, é possível gerar valor a empresas, ciências, governos e outros grupos humanos. Considerando o uso das mídias sociais, podemos percebê-las como fontes interessantes para a mediação da sociedade capitalista.

Outro instrumento decisivo no funcionamento das mídias sociais são os algoritmos. Ramos (2017) os definem como mecanismos de mediação da comunicação, uma vez que essa forma de programação direciona o fluxo de informações que circulam nas plataformas digitais. Com base na mesma autora, tal processo acontece numa espécie de dialética entre a atividade do algoritmo e dos usuários: humanos, ao fornecerem seus dados, modelam os algoritmos, os quais direcionam conteúdos a essas pessoas de acordo com uma espécie de tradução do que eles fazem com as informações fornecidas. Nessa atividade, conta Ramos, o algoritmo se torna capaz de modelar nossas percepções e ações, uma vez que, embora nós, usuários, modelemos sua programação, esses robôs receberam a capacidade de estabelecer enquadramentos de sentidos, através do direcionamento de conteúdos. Dessa maneira, algoritmos conferem certa influência sobre os usuários.

Goldberg e Akimoto (2021) entram em acordo com Ramos (2017) sobre o controle que os algoritmos podem exercer em nossas atividades e aprofundam na denúncia de que esses instrumentos vendem a entrega de previsões de ações. Isso significa que, através das análises de nossos dados, os algoritmos são capazes de entregar resultados que indicam quais atitudes e escolhas usuários de mídias sociais e de outras plataformas digitais podem assumir. Porém, mais do que proporcionar essas previsões, Goldberg e Akimoto também apontam que comportamentos e decisões dos internautas podem ser controlados através dessas programações, já que tal questão está inserida em duas dimensões: a *temporalidade*, a qual proporciona uma lógica temporal mirando o futuro, desde que ele permita que as atividades dos internautas sejam previsíveis e até determináveis; e a *espacialidade*, que se relaciona com a anterior, uma vez que estrutura *designs* de sites, aplicativos, etc. que limitam as ações dos usuários a, por exemplo, curtidas, vídeos com tempo extremamente curtos, garantindo que eles exerçam comportamentos esperados por quem determinou a programação dessas plataformas.

Com esse domínio, é possível obter resultados desejáveis, os quais podem favorecer empresas ou grupos políticos (Aissa, 2020; Antunes & Maia, 2018; Goldberg & Akimoto, 2021).

Apesar desses pontos sobre os algoritmos, é preciso ter em mente que, não necessariamente, eles terão efeitos absolutos sobre nossa atividade. Ramos (2017) aponta que certas aplicações podem acarretar em consequências que desviam para dimensões diferentes do que foi esperado por aqueles que lançaram a aplicação, como foi o caso da *hashtag* #homensrisque<sup>9</sup>.

Aissa (2020) traz pontos similares ao que eu trouxe sobre mídias sociais até aqui, denunciando que a elite aprendeu que, controlando o que o público visualiza, é possível mediar seus comportamentos de acordo com seus interesses político-econômicos. Portanto, as mídias sociais passaram a ser utilizadas pela classe dominante e grupos que a apoiam como mais um instrumento de acumulação de lucro e de manutenção da ordem burguesa, se valendo da manipulação do conteúdo oferecido aos seus usuários por meio da promoção de anúncios e uso de algoritmos que os direcionam a informações com a pretensão de lhes afetarem e, conseqüentemente, mediar suas atitudes conforme é almejado pelos grupos que dominam o mundo digital.

Tal questão é ratificada pelo documentário *O dilema das redes* ao denunciar que as empresas das maiores mídias sociais desenvolveram ferramentas específicas para manter seus usuários acessando-as por mais tempo para coletarem seus dados e, através do processamento dessas informações, direcionarem conteúdos mais certos a respeito de suas preferências, com o objetivo de aumentar lucros de entidades empresariais, a princípio (Rhodes & Orłowski, 2020). A obra ainda revela que, com o tempo, os mesmos instrumentos também assumiram a utilidade de manipular o comportamento dos internautas em relação a questões políticas, favorecendo grupos políticos que utilizaram essa tecnologia.

Tal caso comprova que o avanço tecnológico não surge de modo neutro, como em uma “evolução natural da sociedade”. Pelo contrário, ele reflete os interesses de determinados sujeitos, dentro de um modo de produção, no caso, aqueles que dominam ou contribuem com a reprodução do capital. Lane (1984) pontua que o pressuposto de neutralidade, pregado na sociedade ocidental, é uma falácia, pois as ações humanas são atravessadas por interesses políticos, individuais, de acordo com o cenário histórico-cultural vivido, mesmo que os sujeitos não os intencionem e, portanto, essa contribuição se aplica veemente à questão do controle social pela internet.

---

<sup>9</sup> Para saber mais sobre este caso, ver em Ramos (2017).

Todavia, apesar da instrumentalização que a classe capitalista tem feito com as mídias sociais, precisamos ter em mente que a história da humanidade tem sido atravessada pelas lutas de classe, como bem pontuam Marx e Engels (1848/1998). Essa tecnologia também está ao acesso dos trabalhadores e podemos reconhecer seu uso como instrumento de resistência e organização política do proletariado através de trabalhos como os de Jones Manoel, Sabrina Fernandes<sup>10</sup> e Senhorita Bira<sup>11</sup>. Logo, a comunicação de agentes como os citados podem contribuir para uma subjetivação contra-hegemônica.

E, como o neoliberalismo é uma forma específica do capitalismo, as relações sociais foram reorganizadas com sua implantação e, conseqüentemente, modos específicos de subjetividades surgem. Afinal, como Vigotski (1934/2009, 1978/2007) e Luria (1979/2021) entendem, as relações de trabalho reconfiguram o desenvolvimento humano. Uma vez que a linguagem também tem papel crucial na construção do sujeito, é necessário compreendermos as formas materiais de como a comunicação é estruturada. Sob o atual modelo político-econômico, as mídias sociais se apresentam como uma das formas de linguagem mais expressivas e potentes.

## **Método**

Para a obtenção de dados deste estudo, elaborei uma pesquisa qualitativa, por se tratar de um método de descrição do objeto de estudo, pelo qual serão feitas interpretações e conclusões a seu respeito (Creswell, 2007). Teve objetivos de caráter exploratório, uma vez que tem potencial de trazer descobertas ou aprimoramentos de ideias sobre a temática e natureza aplicada, por surgir do desejo de produzir um material que tenha eficiência para abrir caminhos para reflexões acerca do uso de mídias sociais e de seu poder de mediar a subjetivação das pessoas (Gil, 1987/2002).

Foram entrevistados 7 jovens residentes em cidades do Alto Oeste Potiguar, com idades entre 18 e 23 anos. A escolha desta faixa etária deveu-se por tais pessoas estarem em um grupo que, geralmente, é atravessado pelo dilema de inserção no mundo de trabalho e/ou entrada na faculdade, em determinados recortes sociais, conforme Sposito, Souza e Arantes e Silva (2018) observaram, o que pode se caracterizar como um período de salto no desenvolvimento psíquico

---

<sup>10</sup> Apresenta temáticas marxistas e ecossocialistas através de seu canal no YouTube nomeado Tese Onze, acessado pelo link: <https://www.youtube.com/c/TeseOnze/videos>.

<sup>11</sup> Possui um canal no YouTube intitulado O Algoritmo da Imagem, tratando de questões da semiótica. É acessado pelo link: <https://www.youtube.com/c/oalgoritmodaimagem>.

desses sujeitos. Ademais, o IBGE (2021) levantou que, em 2019, o grupo de pessoas por idade que mais acessou a internet, no Brasil, foi o de 20 a 24 anos, se aproximando dos 93%. Portanto, envolve pessoas adequadas para este estudo.

Para a coleta de dados apliquei entrevistas semiestruturadas individuais, definida por Minayo (2007) como uma combinação de perguntas fechadas e abertas, na qual entrevistado e entrevistador, eu acrescentaria, têm liberdade para discorrer e explorar o tema sem ficarem presos ao roteiro de perguntas. Os diálogos ocorreram tanto de modo presencial, quanto por videochamada, pelo Google Meet; esse ponto dependeu da disponibilidade dos entrevistados. Os diálogos foram gravados, a fim de armazenar dados para análises posteriores sem haver o risco de quebrar a fluidez nas entrevistas.

Para garantir o sigilo dos participantes, foi solicitado que cada um escolhesse um pseudônimo de sua própria escolha, que foram utilizados para citá-los neste trabalho. Não foi estabelecido padrão para os nomes, cada pessoa escolheu livremente. Eles também assinaram duas vias do Termo de Consentimento Livre e Informado e do Termo de Autorização de Gravação de Voz, para que ficassem informados e certificados de como ocorreria o processo de coleta de dados, suas implicações e a garantia de seus sigilos. Uma cópia de cada documento ficou com cada participante, enquanto que a segunda, ficou comigo, o pesquisador responsável.

Para encontrar pessoas que pudessem participar do estudo, divulguei chamadas para tal atividade pelas minhas mídias sociais, além de ter obtido apoio de outras pessoas nessa busca, que se interessaram em me ajudar. Antes da aplicação das entrevistas, fiz contato prévio com os participantes, no intuito de criar vínculo e confiabilidade em relação à efetuação do procedimento, bem como alinhamento do espaço e data para efetuar-lo.

A forma deste método de coleta foi lúdica. Mais especificamente, utilizei recortes de publicações do Instagram, envolvendo determinadas temáticas, que foram exibidos aos participantes, como disparadores para o diálogo. A escolha desta plataforma tem a ver com uma percepção empírica por ser fortemente utilizada por jovens e garantir espaços para interação entre usuários, de forma pública, em geral. A ideia é baseada no instrumento “Qual o papel social?”, utilizado por Minchoni (2010) em sua dissertação, o qual envolveu a apresentação de fotografias relacionadas ao seu tema de pesquisa, com lançamento de questionamentos ligados às imagens e ao objeto de investigação.

As perguntas foram fundamentadas nos elementos da tríplice natureza social da consciência, que foi explicada no subtópico *Não se nasce, torna-se: a construção da subjetividade*, no referencial teórico do artigo. Portanto, foram questionamentos que auxiliaram a captar das pessoas entrevistadas aspectos ligados aos afetos, pensamentos e volições

(vontades) que surgiram ao se depararem com os conteúdos dos recortes de *posts*. Também foram questionados se os assuntos se aproximavam ou se afastavam de suas vivências, como também se acreditavam que outras experiências vividas influenciaram suas reações diante dos recortes ou não.

Os temas escolhidos têm como base um levantamento do Facebook, citado por Aissa (2020), os quais formaram 10 eixos para as perguntas. Segundo o que é apresentado pela autora, são as 10 temáticas que mais foram buscadas neste mesmo site em 2018. A escolha desses eixos se justifica por terem vindo de uma produção científica e de uma plataforma similar ao Instagram, tendo em vista que não encontrei produções acadêmicas que levantassem os assuntos mais buscados nessa mídia social. Na Tabela 1, a(o) leitora(or) poderá visualizar os temas de cada eixo, bem como a descrição de seus respectivos recortes de *posts*.

Tabela 1 - Apresentação dos eixos temáticos utilizados nas entrevistas

Eixo	Temática	Descrição do recorte de <i>post</i>
1	Economia	Imagem de um gráfico de linha apontando uma queda de 99,9%, em um dia, para a valorização de uma das maiores criptomoedas do mundo.
2	Segurança	Vídeo de homem, em um programa de <i>podcast</i> , argumentando a favor do armamento de "cidadãos de bem", como o próprio chama.
3	Corrupção	Quatro telas de uma provável página de direita com suposta <i>fake news</i> indicando uma suposta desvantagem de Lula às eleições presidenciais, sugerindo que as pesquisas oficiais não são confiáveis.
4	Educação	Tela anunciando o MECPlace, uma ferramenta de soluções digitais para alavancar a qualidade da educação brasileira.
5	Desemprego	Vídeo de um telejornal apresentado por Monalisa Perrone, anunciando queda no desemprego. Na tela, há a legenda: "Monalisa Perrone triste com a queda do desemprego...".
6	Temas de Gênero	Nove telas apresentando o posicionamento de Simone de Beauvoir sobre a construção do ser mulher na sociedade patriarcal.



7	Judiciário	Três telas anunciando a estabilização de um sistema digital utilizado para gerenciar processos judiciais.
8	Direitos Humanos	<i>Post</i> em imagem informando que o grupo Talibã decretou que as mulheres afegãs cubram seus rostos completamente em espaços públicos, além de restringir suas saídas de casa.
9	Saúde	Imagem anunciando o retorno às vacinações contra COVID-19 e influenza nas escolas públicas do Distrito Federal.
10	Habitação	10 telas apresentando o exterior e interior de uma casa à venda, no valor de 200 mil reais.

Fonte: Autor (2022).

Os dados obtidos foram analisados através da análise do discurso. Com base em Caregnato e Mutti (2006), essa técnica busca interpretar o discurso ao identificar os sentidos ligados a ele e seus efeitos, considerando produções sócio-históricas e ideológicas que atravessam as narrativas.

## Resultados e Discussão

A princípio, foram coletados dados sociodemográficos dos sete entrevistados, para compreender sobre a partir de quais lugares sociais eles estavam se expressando. A Tabela 2 exhibe as respostas, referenciando cada participante pelos pseudônimos escolhidos.

Tabela 2 - Dados sociodemográficos dos participantes das entrevistas

Participante	Idade (anos)	Gênero	Orientação sexual	Raça/etnia	Ocupação
Maria	18	mulher cis	heterossexual	branca	universitária, trabalhadora formal
Mariana	20	mulher cis	bissexual	negra	universitária, trabalhadora informal
Maria II	21	mulher cis	não especificada	parda	universitária
Senhor Lua	21	homem cis	heterossexual	branca	universitário, trabalhador formal

José	21	homem cis	homossexual	branca	universitário, trabalhador informal
Bruno	22	homem cis	heterossexual	branca	universitário, trabalhador formal
Pessoa E	23	mulher cis	bissexual	parda	universitária, trabalhadora formal

Fonte: Autor (2022)

Também foram levantadas as principais formas de uso das mídias sociais pelos participantes, sendo elas ligadas à busca de entretenimento, informações e questões ligadas ao trabalho. Porém, de modo mais específico, o que esses sujeitos consomem em seus perfis varia entre eles.

A respeito dos afetos sentidos pelas pessoas entrevistadas, ao visualizarem as publicações apresentadas nos diálogos, observei variações expressivas entre esses sujeitos. Um exemplo disso foram as respostas de Maria e de Pessoa E, sobre os afetos que sentiram no eixo sobre Economia. Enquanto a primeira afirmou ter sentido “alívio”, a segunda alegou ter sentido “surpresa” e “tristeza”.

Também identifiquei variações entre as respostas sobre os pensamentos elaborados por cada participante. Bruno, por exemplo, visualizando o post do eixo de Temas de Gênero, declarou não ter pensado em nada de específico, enquanto o Senhor Lua pensou no quanto é bom ter pessoas discutindo sobre tal temática. Vale ponderar que os dois exemplos envolvem duas pessoas do gênero cis masculino, heterossexuais, brancos, com trabalho formal, os quais, ainda com tais aspectos em comum, apresentaram divergências nos sentidos de seus pensamentos.

As volições sentidas também se diferenciaram entre os entrevistados. Para tornar tal descoberta mais nítida, trago as declarações de Mariana e de José, no eixo sobre Corrupção: a primeira sentiu vontade de levar mais conhecimentos a outras pessoas; o segundo desejou pular para outro post. E, assim, foram percebidas recorrentes variedade nas respostas, em cada conversa.

A diversidade de reações pode ser explicada justamente por se tratar de pessoas com vivências singulares, ocupando espaços distintos, em certos momentos de suas histórias, atravessados por suas sexualidades, aspectos de raça, classe, religiosidade, entre tantos outros

condicionantes que determinaram a maneira como cada um reagiu aos *posts* exibidos. Isso reforça como são válidas as ideias de Molon (2015) e de Vigotski (1978/2007), no que se referem que o desenvolvimento do psiquismo humano é atravessado pela dialética intersíquico-intrapsíquico, se construindo na espacialidade, sob aspectos histórico-culturais que estruturam os meios sociais em que nos encontramos, o que condiciona nossas experiências e formas de apreensão do mundo, tornando-se únicas, singulares. Provavelmente, cada entrevistado, em determinados momentos de suas vidas, ocupou espaços, se relacionaram com sujeitos carregados de crenças, valores, etc. que não se repetiram com outras pessoas, contribuindo para que elaborassem reações distintas em suas entrevistas.

Outro aspecto notado nas entrevistas foi que os participantes tenderam a reagir de modo mais engajado aos recortes daqueles eixos que mais atravessam suas realidades concretas de vida. Maria II, por exemplo, no eixo de Temas de Gênero, sentiu raiva, pensou que o que o post traz é verdade e que, apesar de terem surgido mudanças, não mudou tanto, em certos pontos, no que se refere ao conteúdo do *post* apresentado, e sentiu vontade de compartilhar partes específicas da publicação. Depois de descrever suas reações, sinalizou que a temática se aproxima de suas vivências, pela condição de mulher, e reconheceu como verdade as informações trazidas pela publicação. Ainda sobre esse ponto, notei que algumas pessoas focaram suas interações nos elementos dos recortes que se associavam a sua realidade concreta, ainda que não fizesse parte da centralidade do conteúdo, como foi o caso da reação de Maria ao *post* do eixo sobre Judiciário, no qual sentiu felicidade por considerar uma conquista da parte tecnológica, uma vez que a entrevistada possui formação em Redes de Computadores e sua irmã também ter curso na área.

Em contrapartida, quando o conteúdo se afastava das vivências dos participantes, foi comum captar reações ligadas à indiferença. Inclusive, Bruno (22 anos, universitário e trabalhador formal) afirmou o seguinte, quando visualizou o recorte do eixo de Direitos Humanos, que está presente em seus estudos, na faculdade: “nesse assunto, como faz parte, talvez, despertaria um sentimento . . . , mas nos outros, que não fazem tanta parte, então, seria totalmente indiferente”. A partir disso, podemos perceber que o engajamento a determinado conteúdo de mídia social e a forma dele irá depender, também, se a temática pode ser associada a algum aspecto do que o usuário já vive ou viveu materialmente.

Ferreira e Marino Filho (2019) trazem uma discussão sobre o motivo e o engajamento à atividade de estudo, que pode auxiliar a compreender os fenômenos descritos anteriormente. Segundo eles, o motivo se associa a necessidades, uma vez que utilizamos meios para satisfazermos as necessidades que sentimos, sendo o objeto que necessitamos, o motivo para

nossa atividade. Porém, os autores afirmam que aquilo que consideramos necessário também é socialmente produzido, através dos contextos e circunstâncias em que somos inseridos em nossas vidas. Dessa forma, a partir de nossas vivências, hierarquizamos o que nos desperta interesse, controlando nossa motivação para as necessidades que produzimos (Ferreira & Marino Filho, 2019).

Inclusive, um ponto que foi identificado em todas as entrevistas é que a maneira como cada entrevistado agiu, diante dos *posts* teve expressiva influência de elementos que foram internalizados por eles em experiências vividas em outros meios histórico-culturais, como relações familiares, religiosidade, escola, faculdade, trabalho, experiências com amigos, relacionamentos amorosos, condições de gênero, raça e classe, conforme surgiu nos discursos desses sujeitos. A propósito, quando questionados se acreditavam que vivências que tiveram fora das mídias sociais influenciaram suas reações, as sete pessoas que participaram da pesquisa afirmaram que sim. A respeito desse ponto, o Senhor Lua (21 anos) declara o seguinte: “O que eu sou hoje é o conjunto de tudo o que vivi, tudo o que eu já experienciei. Basicamente, tudo o que eu falei aqui é com base nas experiências, no convívio que tive durante minha vida.” Com isso, compreendo que, apesar da alta capacidade de mediação sobre o comportamento humano que tecnologias digitais têm exercido sobre humanos, nos inserindo em um contexto que não foi visto em outros momentos da nossa história, como Guareschi (2021) sugere, o processo de subjetivação continua se estruturando por outras experiências adquiridas nos diversos espaços que ocupamos, sendo as mídias sociais, mais um condicionante, com suas especificidades, logicamente, para a construção do psiquismo e atividade do ser humano. Além disso, nas entrevistas, foi perceptível que os participantes se mostraram ativos em suas reações, sem depender somente do que as publicações apresentavam. Logo, o que trago aqui demonstra que a dialética interpessoal-intrapessoal e a ideia de totalidade no desenvolvimento humano, desenvolvidos por Vigotski (Molon, 2015; Vigotski, 1978/2007) continuam válidas.

É relevante trazer à discussão o que foi identificado nas entrevistas a respeito do neoliberalismo, considerando o que foi discorrido no referencial teórico. Bem, os efeitos desse modelo político-econômico apareceram timidamente nos diálogos, podendo ser notado com facilidade no pensamento de Bruno, no eixo de Economia, de “ser uma oportunidade de obter lucro”. Curiosamente, seguindo outros caminhos, outras participantes, como Pessoa E e Maria II pensaram nas pessoas que tiveram prejuízos com a queda daquela criptomoeda. Também foi possível perceber o impacto da política neoliberal na seguinte fala de José, no eixo Habitação, quando foi questionado se sua condição de trabalhador impactou em suas reações à publicação:

A gente tá num sistema em que ele não permite a gente conseguir essas coisas, ter essas conquistas. Então, querendo ou não, é: o sistema impõe à gente isso e a gente acaba acatando, porque a gente tá inserido nele, não tem como fugir. (José, 21 anos, universitário e trabalhador informal)

Os fragmentos apresentados neste ponto se alinham ao que Costa e Mendes (2020) defendem sobre a influência do neoliberalismo na subjetivação da população brasileira, na medida em que tal modelo tem lançado a população em uma lógica de empreendedorismo que ultrapassa os muros da empresa, sem falar na devoção ao individualismo, que cega a vista de uma coletividade concreta. E, quando trabalhadores não são enquadrados subjetivamente nesses moldes, a alta precarização das condições de vida, provocadas pelo sufocamento das políticas que garantem os direitos do povo, como Andrade (2019) e Harvey (2005) denunciam, limita suas vidas, sendo impedidos de acessarem, de forma digna, até os recursos essenciais à sobrevivência, como a habitação. Desse modo, a subjetivação dessa classe está envolvida, até certo ponto, pela conformação à precarização da vida (Costa & Mendes, 2020). Todavia, uma hipótese para esse aspecto não ter ficado tão nítido nas entrevistas pode estar associada ao ponto das perguntas não terem sido direcionadas especificamente aos fatores estruturantes do neoliberalismo, como individualismo, empreendedorismo, competitividade, etc.

Algo que também precisa ser ponderado é que todas as pessoas que participaram da coleta de dados estão cursando alguma faculdade, um espaço que amplia o desenvolvimento do pensamento crítico. Assim, existe a possibilidade de serem encontrados resultados diferentes caso um estudo como este seja realizado com pessoas de grupos sociais inseridos em condições nas quais a criticidade não é tão desenvolvida como na academia.

## **Conclusões**

Enquanto humanos, nos constituímos pelas relações que estabelecemos com outros sujeitos, nos inúmeros espaços que ocupamos ao longo de nossas existências. Entrelaçado a isso, nosso desenvolvimento é atravessado pelos contextos histórico-culturais em que vivemos, incluindo modo de produção, produções científicas e tecnológicas, entre outros elementos. É envoltos por todos esses e outros determinantes que nós estruturamos nossa subjetividade, nos tornando singulares entre os demais de nossa espécie, em nossos modos de refletir e agir sobre a realidade.

O que este estudo apontou é que, apesar das mídias sociais estarem fortemente presentes em nossos cotidianos, havendo real risco delas serem utilizadas como instrumento de controle da classe trabalhadora, sob o véu do neoliberalismo, tais tecnologias não impõem influência absoluta em nossos processos de subjetivação, uma vez que condições de outros meios sociais, externos ao mundo digital, permanecem determinantes em nossa subjetividade também, desempenhando efeito mediador nas reações que temos naquilo que visualizamos nessas plataformas.

É válido reforçar que o fato de todas as pessoas que participaram da pesquisa ocuparem o espaço acadêmico, que, por si, já contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico, pode ter agido como uma variante limitante. Então, seria interessante o desenvolvimento de investigações com sujeitos presentes em recortes sociais distantes das universidades, a fim de identificar se os resultados seriam similares ou diferentes.

No mais, esta pesquisa também respalda que continuamos com certa autonomia na internalização das experiências que vivemos e em nossas atividades, em meio à dialética intersíquico-intrapsíquico. E, pensando na questão da ofensiva do capitalismo sobre a classe trabalhadora, instrumentalizando mídias sociais para mantê-la dominada, há vista para o horizonte de que não estamos, ao todo, à mercê das ideologias de capitalistas e seus representantes. Permanecemos capazes de reagir a tais ofensivas, utilizando as plataformas digitais, inclusive, como recurso que auxilie na superação deste modo de produção, tão precarizante, ainda que precisemos nos organizar mais para edificarmos uma estrutura de sociedade que satisfaça as reais necessidades humanas.

Essa discussão também poderia ter se ampliado mais, como discorrer sobre a organização do sistema interfuncional, no entanto, devido ao limite de páginas exigido para este artigo, o debate precisou ser limitado.

## Referências

- Adorno, T. W., & Horkheimer, M. (2014). A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In T. W. Adorno & M. Horkheimer (Orgs.), *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos* (pp. 99-138, G. A. Almeida, Trad.). Zahar. (Texto original publicado em 1944). <https://docero.com.br/doc/n1exs1>
- Aguiar, W. M. J. (2007). Consciência e atividade: categorias fundamentais da Psicologia Sócio-histórica. In A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves & O. Furtado (Orgs.), *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia* (pp. 37-52). Cortez. <https://bit.ly/36OH3Ne>

- Aissa, A. P. C. T. (2020). *Polarização de opiniões nas mídias sociais: um estudo a partir da análise comportamental da cultura* (Dissertação de mestrado, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru). <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/192587>
- Althusser, L. (1970). *Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado* (J. J. M. Ramos, Trad.). Presença. <https://docero.com.br/doc/ss0s5ex>
- Andrade, D. P. (2019). O que é o neoliberalismo? A renovação do debate nas Ciências Sociais. *Sociedade e Estado*, 34(1), 211-239. <https://doi.org/10.1590/s0102-6992-201934010009>
- Antunes, D. C., & Maia, A. F. (2018). Big Data, exploração ubíqua e propaganda dirigida: novas facetas da indústria cultural. *Psicologia USP*, 29(2), 189-199. <https://doi.org/10.1590/0103-656420170156>
- Bock, A. M. B., Gonçalves, M. G. M., & Furtado, O. (Orgs.). (2007). *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia*. Cortez. <https://bit.ly/36OH3Ne>
- Caregnato, R. C. A., & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 15(4), 679-684. <https://doi.org/10.1590/S0104-07072006000400017>
- Coelho-Lima, F. (2016). *Ideologia e significado do trabalho: o caso dos trabalhadores por conta própria* (Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal). <https://bit.ly/35xNTGb>
- Coelho-Lima, F. (2018). Ideologia em Lukács: contribuições para a Psicologia. In I. F. Oliveira, I. L. Paiva, A. L. F. Costa, J. P. Costa & L. I. C. Santos (Orgs.), *Marx hoje: pesquisa e transformação social* (Cap. 7, pp. 153-182). São Paulo: Expressão Popular. <https://bit.ly/3u3CBTN>
- Costa, P. H. A., & Mendes, K. T. (2020). *Subjetividades no Brasil da cólera: formação e conjuntura*. CRV.
- Creswell, J. W. (2007). *Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto* (L. O. Rocha, Trad.). Artmed. <https://bit.ly/3NIpsae>
- Ferreira, A. C. F., & Marino, A., Filho. (2019). A formação do interesse pela atividade de estudo: Ensino Fundamental. *Educere et Educare*, 14(31), 1-25. <https://doi.org/10.17648/educare.v13i31.20795>
- Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas. (Texto original publicado em 1987). <https://www.dropbox.com/s/c7jhbv4kpbq5a4em/Gil.pdf?dl=0>
- Goldberg, L., & Akimoto, C. (2021). *O sujeito na Era Digital: ensaios sobre Psicanálise, pandemia e história*. Edições 70.
- Gonçalves, M. G. M. (2007). A Psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como noção básica. In A. M. B. Bock, M. G. M. Gonçalves & O. Furtado (Orgs.), *Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia* (pp. 37-52). Cortez. <https://bit.ly/36OH3Ne>

- González Rey, F. L. (2016). A emergência do sujeito e a subjetividade: sua implicação para a psicologia social. In F. L. González Rey (Org.), *O social na Psicologia e a Psicologia Social: a emergência do sujeito* (pp. 135-194, V. L. M. Joscelyne, Trad.). Vozes. <https://bit.ly/3LD9uwl>
- Guareschi, P. (2018). Psicologia e pós-verdade: a emergência da subjetividade digital. *PSI UNISC*, 2(2), 19-34. <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v2i2.12242>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2019*. Autor. [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101794_informativo.pdf)
- Harvey, D. (2005). *Breve historia del neoliberalismo*. <https://bit.ly/3J1dIvV>
- Lane, S. (1984). A Psicologia Social e uma nova concepção de homem para a Psicologia. In S. T. M. Lane & W. Codo (Orgs.), *Psicologia Social: o homem em movimento* (pp. 10-19). Brasiliense. <https://bit.ly/3J6qo4K>
- Luria, A. R. (2017). O cérebro humano e a atividade consciente. In J. Cipolla-Neto, L. S. Menna-Barreto, M. T. F. Rocco & M. K. Oliveira (Orgs.), *Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem* (16a ed., pp. 191-224, M. P. Villalobos, Trad.). Ícone.
- Luria, A. R. (2021). *A atividade consciente do homem e suas raízes histórico-sociais* (P. bezerra, Trad.). (Texto original publicado em 1979). <https://bit.ly/3LBnTJn>
- Machado, F. N. R. (2018). *Big Data: o futuro dos dados e aplicações*. Érica/Saraiva. <https://bit.ly/3J4CKum>
- Marx, K. (2011). *O Capital: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital* (R. Enderle, Trad.). Boitempo. (Texto original publicado em 1867). <https://drive.google.com/open?id=0B24K3c2g-4LAOEt6S1NBd2IFYU0>
- Marx, K., & Engels, F. (1998). *Manifesto Comunista* (A. Pina, Trad.). Boitempo. (Texto original publicado em 1848). <https://bit.ly/3J3rUof>
- Marx, K., & Engels, F. (2007). *A ideologia Alemã* (R. Enderle, N. Schneider & L. C. Martorano, Trads.). Boitempo. (Texto original publicado em 1932). <https://docero.com.br/doc/n8xse55>
- Minayo, M. C. S. (2007). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Vozes. <https://bit.ly/377s7cP>
- Minchoni, T. (2010). *A constituição da identidade em crianças vítimas de abuso sexual* (Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal). <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/17456>
- Molon, S. I. (2015). *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Vozes.
- Ramos, D. O. (2017). A influência do algoritmo. *Communicare*, 17, 70-85. <https://bit.ly/3w0A8e0>



- Rhodes, L. (Produtora). Orłowski, J. (Diretor). (2020). *O dilema das redes* [Documentário]. Netflix. <https://www.netflix.com/br/title/81254224>
- Safatle, V., Silva, N., Jr., & Dunker, C. (Orgs.). (2021). *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico*. Autêntica.
- Sposito, M. P., Souza, R., & Arantes e Silva, F. (2018). A pesquisa sobre jovens no Brasil: traçando novos desafios a partir de dados quantitativos. *Educação e Pesquisa*, 44, 1-24. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201712170308>
- Vigotski, L. S. (2007). *A formação social da mente* (J. Cipolla Neto, L. S. M. Barreto & S. C. Afeche, Trans.). Martins Fontes. (Texto original publicado em 1978)
- Vigotski, L. S. (2004). O problema da consciência. In *Teoria e método em Psicologia* (3a ed., pp. 171-190, C. Berliner, Trad.). Martins Fontes. <https://bit.ly/3DBQAmB>
- Vigotski, L. S. (2009). *A construção do pensamento e da linguagem* (P. Bezerra, Trad.). WMF Martins Fontes. (Texto original publicado em 1934)

# “EU SEI QUE A GENTE SE ACOSTUMA, MAS NÃO DEVEIA”: UMA PESQUISA DOCUMENTAL ACERCA DA MORTE, SUAS NUANCES E CICATRIZES EM UM CENÁRIO PANDÊMICO.

Emanuela Beserra Oliveira

Hudson Walker Carneiro Simão

Marília Maria de Jesus Queiroz

Iana Catarina de Araújo Viana

**Resumo:** Há um tempo, seria inimaginável forçar uma desaceleração da sociedade. O mundo não deveria parar, mas no ano de 2020, ele parou. Na segunda década do século XXI, tivemos o desastre de vivenciar uma das maiores pandemias já existentes. Diante do cenário atual, devido a quantidade de mortes pela COVID-19 e as medidas protetivas contra o seu avanço, é inegável que houveram grandes mudanças nas relações sociais e no modo como percebemos o mundo, as pessoas e a vida. O objetivo do presente artigo é discutir como a morte e o luto estão sendo experienciados durante a pandemia e quais são os impactos dessa experiência a longo prazo. Por meio de uma pesquisa exploratória, com delineamento de pesquisa documental nas *lives* produzidas por profissionais de psicologia durante o ano de 2020, foi sumarizadas concepções a respeito da terminalidade, rituais fúnebres, um luto coletivo não cuidado e os resquícios da pandemia à longo prazo.

**Palavras-chave:** luto coletivo; luto; pandemia; rituais fúnebres; psicologia.

## Introdução

Há um tempo, seria inimaginável forçar uma desaceleração da sociedade. O fato de pensar nisso, é considerado uma utopia, visto que, se fosse real, o mundo viveria um caos. Como diz Krenak (2020, p. 4): “O mundo não pode parar. E o mundo parou”. Na segunda década do século XXI, tivemos o desastre de vivenciar uma das maiores pandemias já existentes, a COVID-19 causada pela cepa SARS-CoV-2, que ceifou mais de 5 milhões de vidas no mundo inteiro, escalando rapidamente de um alerta mundial à uma pandemia em apenas três meses (OMS, 2020).<sup>12</sup>

A pandemia é descrita pela Organização Mundial de Saúde (OMS, 2020) como uma doença disseminada mundialmente. Geralmente, esse termo é utilizado por gripes que são

---

<sup>12</sup> A Organização Mundial da Saúde (OMS) tomou consciência de uma nova cepa em 31 de dezembro de 2019 e chamou de SARS-CoV-2 em 11 de fevereiro de 2020. Em 30 de janeiro ela foi decretada como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, alertando todos os países do globo sobre o surto e alta taxa de transmissão, e logo depois, em 11 de março, teve a nomeação oficial de pandemia.

disseminadas em dois, ou mais continentes e que a transmissão é sustentada entre as pessoas. Ela foi a principal responsável pela paralisação global. Tivemos que nos adaptar a diversas mudanças, dentre elas o fechamento de universidades e escolas, que acaba implicando no ensino remoto; cancelamento dos serviços “não essenciais”; *home office*, confinamento, distanciamento social e, vivenciar sensações jamais sentidas antes com tanta intensidade. Tivemos que nos reinventar diariamente e aprender a conviver com a imprevisibilidade do futuro e o luto pelos nossos familiares, amigos, conhecidos, por quem não conhecemos e por coisas imateriais que perdemos.

A última vez que o mundo respondeu a uma epidemia com os padrões da COVID-19, no qual não tinha vacinação foi com a H1N1 no ano de 2009, mas a pandemia da COVID assusta devido a letalidade da doença após o contágio, assim como afirma a OMS (2020). Quanto à letalidade, a COVID-19 compara-se apenas à gripe espanhola (1918 à 1920) que contaminou cerca de 100 milhões de pessoas no mundo inteiro, levando à óbito cerca de 50 milhões de pessoas (Giamattey, 2020).

Diante do cenário atual, a quantidade de mortes pela pandemia e as medidas protetivas contra o seu avanço, é inegável que houve grandes mudanças nas relações sociais e no modo como percebemos o mundo, as pessoas e a vida. De acordo com Crepaldi et al. (2020) o processo de terminalidade e morte sofreu muitos impactos, e devido o isolamento social para evitar a proliferação da doença, a falta dos rituais de despedidas pode ter abalado a dimensão emocional de algumas pessoas.

Em todas as culturas, o processo de morte é vivenciado de alguma forma e o ritual fúnebre tem seu valor simbólico (Giamattey, 2020), uma vez que, por meio deste, podemos expressar toda uma dor e sofrimento, resultadas de uma despedida definitiva. O luto, quando não vivenciado de forma coerente, abre espaços para problemáticas acerca da forma de seu enfrentamento. Garcia e Faria (2020) chamam atenção para o luto complicado que é vivenciado de forma mais intensa que o habitual, podendo implicar em consequências mais graves para o sujeito.

Refletindo sobre o que estamos vivenciando no atual contexto, e embasado nas palavras de Crepaldi et al. (2020), Garcia e Faria (2020) e Giamattey (2020), surgiram os seguintes questionamentos: como a morte e o luto estão sendo experienciados durante a pandemia e quais são os impactos dessa experiência a longo prazo? O presente estudo tem como fundamentação discutir tais questões.

Por esse motivo, o objetivo geral deste estudo é compreender como o processo de luto acontece diante um cenário pandêmico. De forma mais específica, busca-se entender quais

foram as principais transformações que ocorreram nesse processo devido a COVID-19 e quais foram suas implicações no sujeito, refletindo sobre as consequências do luto se experienciado por um período extenso, de forma incoerente e coletiva.

### *Vida, morte e luto no cenário pandêmico*

A pandemia da COVID-19 foi decretada por Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS, em uma quarta-feira, dia 11 de março de 2020 (Ministério da saúde, 2020). Logo, a notícia se espalhou rapidamente pelo mundo, por todas as mídias sociais. Tão rapidamente também se espalhou a doença, vitimizando uma grande quantidade de pessoas em todos os continentes (OMS, 2020).

De acordo com a OMS (2020), a COVID-19 é uma doença infecciosa causada por um coronavírus que foi descoberto no ano de 2019. Ao contrário do que muitos pensam, o coronavírus (CoV) não é perigoso. No mundo inteiro, existem muitas variantes do CoV que são responsáveis por resfriados leves a gripes mais graves, como a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS) e a Síndrome Respiratória do Oriente Médio (MERS), ambas com alta taxas de mortalidade. Entretanto, a periculosidade está na elevada infectividade da cepa SARS-CoV-2, que sem o conhecimento da variante e o apoio de uma vacina eficaz, aumentou os casos de infecção de forma exponencial no mundo inteiro, em 2020 (OMS, 2020; Malta et al. 2020).

Ainda segundo informações da OMS (2020), algumas pessoas infectadas por essa variante, apresentam dificuldades respiratórias de leve à moderada e conseguem se recuperar sem um tratamento específico para casos graves. Porém, há uma parcela de pessoas, em especial, idosos e pessoas que possuem comorbidades de saúde (doenças respiratórias crônicas, câncer, diabetes, doenças cardiovasculares, dentre outros) que têm maior probabilidade de desenvolver a forma mais letal da doença, chegando a óbito rapidamente. A transmissão do vírus se dá pelo ar, devido a gotículas de saliva advindas da tosse ou espirro e pelo contato com outras pessoas (beijo, abraços, apertos de mãos) ou com superfícies e objetos contaminados (OMS, 2020).

Depois do seu início centralizado na China, a COVID-19 conseguiu ultrapassar as fronteiras e chegar a outros países. O Brasil registrou seu primeiro caso no dia 26 de fevereiro de 2020, e, em novembro do mesmo ano, o país ultrapassou 160 mil mortos (OMS, 2020). No total, quase 30 milhões foram infectados pelo vírus no país (Conselho Nacional de Secretarias Estaduais de Saúde, 2020), e como Marina Colasanti (1937) já dizia:

A gente se acostuma a abrir o jornal e a ler sobre a guerra. E, aceitando a guerra, aceita os mortos e que haja números para os mortos. E, aceitando os números, aceita não acreditar nas negociações de paz. E, não acreditando nas negociações de paz, aceita ler todo dia da guerra, dos números, da longa duração ... A gente se acostuma para não se ralar na aspereza, para preservar a pele. Se acostuma para evitar feridas, sangramentos, para esquivar-se de faca e baioneta, para poupar o peito. A gente se acostuma para poupar a vida. Que aos poucos se gasta, e que, gasta de tanto acostumar, se perde de si mesma.

A crônica “Eu sei, mas não devia” publicada a primeira vez pela autora Marina Colasanti no Jornal do Brasil, em 1972, é um texto atemporal que, de forma singular, nos faz refletir sobre tudo, inclusive a passagem da vida e como a banalizamos por estarmos sempre ocupados demais, ou cansados demais para observar as coisas ao nosso redor. A autora convida o leitor a refletir sobre como vivemos no automático devido à aceleração forçada pela sociedade do consumo na contemporaneidade.

A morte é um fenômeno natural e representa o término do ciclo da vida. Seja no campo pessoal, ou profissional, a morte é uma temática que se fará presente em algum momento na vida de todas as pessoas. Esse evento, por vezes muito temido, é associado a sentimentos negativos, o que alimenta o caráter evitativo do assunto, implicando em uma má gestão dos sentimentos atribuídos a esse processo.

Entender o fenômeno da morte e suas implicações na vida do sujeito são algumas das principais linhas de investigação da Tanatologia, ramo que estuda a morte e seus fenômenos, principalmente ao que diz respeito aos seus aspectos psicológicos e sociais (Borges, 2015).

Mas, se o processo é tão comum e acontece com todos, sem distinção de classe, cor, gênero, espécie ou idade, por que ainda há um receio de falar sobre? A resposta para essa pergunta não é simples, assim como não é simples falar de subjetividade humana. Os sentidos atribuídos à morte sofreram mudanças ao longo dos tempos. Morrer não é um fato meramente biológico, mas é um processo socialmente construído (Faraj, Cúnico, Quintana, & Beck, 2013), atravessado pela cultura e vivido de forma diferente por cada sujeito.

Na antiguidade, as pessoas costumavam vivenciar a morte e o nascimento de forma mais próxima. O enfermo já tinha ciência do que estava por vir, então ele se preparava para se arrepender de seus feitos ruins durante a vida, perdoava as mágoas acumuladas e as pessoas se reuniam em seu quarto para esperar o momento de sua morte. A religiosidade tinha um papel muito importante nesse processo, uma vez que o líder religioso era convocado para auxiliar na

travessia da vida para a morte; e assim sucedeu-se até a modernidade. Mas, com o decorrer da história, esse processo de morte passou de um ritual aceitável e natural para inaceitável e repulsivo na cultura ocidental (Faraj, et al., 2013).

Na contemporaneidade, os atos solenes de encher o quarto dos enfermos de companhia, difundidos pelos antepassados, cessou. A morte tem um caráter muito mais evitativo do que receptivo e a religião disputa espaço com a ciência, apesar dos rituais fúnebres de cunho religioso, ainda serem muito praticados. Segundo Silva (2006), essa mudança do ritual fúnebre é característico do processo civilizatório. No século XXI, não falar sobre esse processo retiraria o caráter especial do processo de morte: quanto mais rápido for o ritual fúnebre, mais rápido a vida voltaria ao normal e mais rápido o luto seria enfrentado.

Segundo Faraj e seus colaboradores (2013), a evitação de falar sobre a morte tem implicações na forma em que os sujeitos lidam com a perda de pessoas próximas e com a possibilidade de acontecer com elas mesmas. Em seu estudo, eles puderam evidenciar que a concepção sobre a morte pode variar de acordo com a fase do desenvolvimento humano: na infância, a criança não consegue conceber a morte como um adulto, por que ela ainda não possui maturidade cognitiva e emocional suficiente para compreender a existência de um fim para a vida. Na adolescência é percebido que há um distanciamento entre o fenômeno da morte e a chance de acontecer naquela fase do desenvolvimento. O fenômeno é uma utopia dentro dos alcances da adolescência; é algo mais distante da realidade em que vivem. Na fase adulta, há uma conformidade maior do processo da morte, pois ela representa algo concreto, possível de acontecer nessa fase da vida.

Como podemos perceber, à medida que o tempo passa, as pessoas vão amadurecendo cognitivamente, há uma tendência maior à aceitação da existência da morte, mesmo que o assunto não seja bem-vindo.

Inclusive, na última fase da vida, a velhice, dependendo da satisfação atribuída à vida, a morte pode ser aceita, naturalizada e percebida como descanso eterno, ou repudiada e tida como punição. Essas concepções, em parte, são derivadas do desenvolvimento cognitivo, mas em suma, são construídas devido a percepção subjetiva das pessoas sobre diversos aspectos das suas vidas. Quando crescemos e evoluímos, percebemos que nossa onipotência não é tão concreta quanto imaginávamos e nossos desejos, apesar de fortes, não possuem a força suficiente para tornar possível o impossível (Kubler-Ross, 1996).

Apesar de tanta evolução, o sentido da morte deixou de ser concebido com tanta naturalidade, o que impacta diretamente em sua experiência de forma pessoal e profissional.

Elizabeth Kubler-Ross (1996), em seus estudos sobre a morte e o morrer discorre que o ser humano sempre evitou falar sobre a morte e, provavelmente, sempre evitará. Ela afirma que

Do ponto de vista psiquiátrico, isso é bastante compreensivo e talvez se explique melhor pela noção básica de que, em nosso inconsciente, a morte nunca é possível quando se trata de nós mesmos. É inconcebível para o inconsciente imaginar um fim real para nossa vida na terra e, se a vida tiver um fim, este será sempre atribuído a uma intervenção maligna fora de nosso alcance ... a morte em si está ligada a uma ação má, a um acontecimento medonho, a algo que em si clama por recompensa ou castigo (p. 14).

O fato é que o ser humano é o único animal existente que tem consciência que existirá um fim (Giamattey, 2020), além disso, somos recheados de emoções. No entanto, a dor, a angústia e o sofrimento (assim como outros sentimentos negativos) são, geralmente, evitados. A vida é um bem precioso para a maioria das pessoas, por isso buscamos o seu prolongamento, cuidando da saúde, zelando pelo bem-estar para desfrutar da condição de estar vivo (Lima, Paranhos, & Werlang 2009).

### ***Tanatologia: o estudo da morte, vida e luto***

O luto é importante, mas quando não vivenciado de forma correta, pode ameaçar a integridade emocional de uma pessoa, acentuando o sofrimento e, em alguns casos, aquisição de um transtorno mental (Garcia & Faria, 2020; Giamattey, 2020). É fato que essa mudança brusca e repentina nos rituais fúnebres, devido a pandemia, trouxe muitos impactos no processo de luto e seu enfrentamento.

De acordo com Lima, et al. (2009), as pessoas buscam conforto de alguma forma. Há aqueles que se apoiam na ciência, buscando uma explicação racional do fenômeno para seu enfrentamento, assim como existem aqueles que se apoiam na religiosidade. De uma forma ou de outra, o sujeito busca uma resposta ou um conforto e muitas vezes o profissional da saúde não está preparado para atuar frente a esse impasse.

De forma genérica, o luto é um processo importante para o ser humano e também é natural, pois pode acontecer mediante a perda da vida, de um bem imaterial ou material (Conselho Federal de Psicologia [CFP], 2019a). Esse processo possui diversos significados e

sua vivência vai depender inteiramente do contexto e cultura em que um indivíduo está situado, e quais tradições regem a comunidade em que ele vive (CFP, 2019a). Podemos considerá-lo como um estado emocional natural, que caracteriza uma mudança de paradigma quanto ao rompimento de um vínculo afetivo (Garcia & Faria, 2020). Acontece durante um período de tempo em que há o enfrentamento da dor da perda e outros sentimentos como tristeza (sentimento mais presente), vazio, saudade intensa, desespero, medo, insônia, choque, estado de negação dificuldade na concentração, presença em excesso ou falta de apetite, desinteresse pelas coisas cotidianas, choro frequente e solidão (Garcia & Faria, 2020; Giamattey, 2020).

Frequentemente, associamos o luto à morte de alguém próximo, pois a morte é o rompimento mais definitivo de um laço afetivo construído com alguém e que podemos viver. Mas, o processo de luto também acontece por outras razões, como pela perda do animal de estimação, uma separação, diagnósticos de doenças, ou até mesmo quando a pessoa perde um emprego, entre outros casos (Giamattey, 2020). O que podemos observar é que esse estado emocional está presente quando se é perdido algo, ou até mesmo no processo de terminação ou mudanças de ciclos, nos quais passamos por um momento de experimentação de sentimentos intensos, podendo provocar instabilidade emocional, cognitiva e orgânica de quem passa pelo processo.

Vale lembrar que cada sujeito experiencia o luto de uma forma única e os sentimentos envolvidos nesse processo, o tempo de duração e a forma de enfrentamento variam de pessoa a pessoa, de forma transversal ao contexto, cultura, religião, dentre outros (CFP, 2019a). Não experienciar esse processo ou enfrentá-lo de forma errada pode gerar problemas intensos ao indivíduo. Portanto, a seguir, será apresentado os estágios mais comuns da vivência do luto e o que podemos esperar em cada fase, em um processo de enfrentamento percebido como saudável.

Nas gerações passadas, as várias e recorrentes epidemias dizimaram muitas vidas. Desde então, muita coisa evoluiu, principalmente a medicina e seus tratamentos de saúde. Os vários dos problemas que afetavam crianças, jovens, adultos e idosos foram dominados. Apesar disso, aumentam os casos de distúrbios psicossomáticos, com problemas de comportamento e ajustamento (Kubler-Ross, 1996). O corpo fala, mas a mente grita, não afetando somente nosso corpo físico, mas nossos progressos durante a vida. Comumente, a psique se arma de mecanismos de defesa para evitar lidar com situações complicadas e que causam angústia, dor e sofrimento, como o luto, por exemplo.

### ***Fases do luto***



Esse fenômeno, tão complexo e singular, possui muitas nuances. Segundo Kubler-Ross<sup>13</sup> (1996), os estágios que dividem o luto, são cinco, nomeados de: negação e/ou isolamento, raiva, barganha, depressão e aceitação; nessa ordem de progressão, pelos quais passam os pacientes terminais ou familiares que sofrem com o processo da perda<sup>14</sup>.

O primeiro estágio, nomeado de negação e isolamento, acontece no momento da comunicação da notícia sobre a morte iminente (no caso de pacientes terminais) ou a morte concretizada. Em suma, o noticiado reage de forma negacionista. Por vezes, essa negação é fruto de uma comunicação inesperada, principalmente se for por alguém desconhecido ou que não prepare o paciente e familiares para receber o impacto de tal notícia. Esse mecanismo de defesa, por vezes é vivenciado temporariamente, sendo logo trocada por uma aceitação parcial. Ela funciona como um “para-choque depois da notícia inesperada e chocante” (Kubler-Ross, 1996, p. 52).

Falar sobre a morte não é algo fácil de se fazer, mas qualquer comunicação acerca do tema, principalmente com pacientes terminais e familiares enlutados, deve acontecer apenas quando essa pessoa estiver confortável e preparada para falar sobre (e não quando o médico se sentir confortável e preparado). Não se deve forçar a comunicação, muito menos tentar romper a negação para que a pessoa caia em si e veja pelo que está passando. À medida que o quadro avança, a negação vai passando, abrindo espaço para o isolamento. O isolamento acontece bem depois, encarando os elementos acerca da morte, sem perder as esperanças. É quando há a recuperação do estado inicial de choque (Kubler-Ross, 1996).

A raiva, segundo estágio do processamento de luto, acontece quando não se pode manter firme a negação. Esse estágio é, também, bastante difícil de lidar, principalmente porque a raiva pode ser projetada no ambiente e nas pessoas ao redor, muitas vezes sem razão aparente. O fato é que a resposta hostil à raiva do enlutado, não acrescenta em nada a superação desse estágio, apenas piora e alimenta o comportamento hostil do enlutado. Durante essa fase, o ideal é lidar com a pessoa de forma respeitosa e compreensiva, assim, a superação desse estágio pode acontecer de forma mais rápida e a raiva abrirá espaço para a barganha (Kubler-Ross, 1996).

---

<sup>13</sup> Elizabeth Kubler-Ross foi uma grande médica psiquiatra do século XX e seus estudos ainda são bastante revividos nos tempos atuais. Sua sensibilidade permite que seus escritos sejam atemporais, permitindo absorver sua genialidade a respeito dos cuidados paliativos e temas como o luto. Em seu livro “Sobre a Morte e o Morrer” publicado originalmente em 1969, Kubler-Ross disserta sobre vida, morte e transição e conta como o luto pode ser vivenciado e quais são suas fases. Todo conhecimento reunido através de anos cuidando de pacientes em estados finais da vida.

<sup>14</sup> Chimamanda em seu livro “notas sobre o luto” de 2021, comenta como foi passar pelo luto de um ente muito querido, seu pai. Em diversas passagens, podemos analisar como as fases do luto se manifestam também na pessoa que sofre com a perda.

O terceiro estágio, a barganha, é um estágio menos conhecido. Em casos de doentes terminais, acontece logo depois da raiva ou da negação, quando “negociamos” os termos da morte, como um filho que reage mal à um “não” dito pelos pais, agindo com raiva e indiferença, mas logo começa a barganhar ações para ganhar um “sim”. Em enlutados, a barganha se materializa em promessas de que não farão as coisas, como comumente fazem (Kubler-Ross, 1996).

O quarto estágio é a depressão. A respeito desse estágio, é importante que não compreendamos a depressão como o desenvolvimento de um quadro patológico e sim como uma reação de tristeza, normalmente esperada, após a morte de alguém querido. Nessa fase, o enlutado sofre com a devastação dos sentimentos de tristeza e falta que se fazem ainda mais presentes (Grigoletto Netto, 2015; Kubler-Ross, 1996).

O quinto e último estágio é a aceitação. O enlutado passa a lidar com a realidade dos fatos, aceitando que as coisas mudaram e que seu ente querido já não faz parte daquela realidade. A aceitação não significa que tudo está bem, mas possibilita que o enlutado encare sua nova realidade de forma racional e passe por um processo de ressignificação e reintegração, estabelecendo novas relações e mecanismos para viver sem aquela pessoa que faleceu (Grigoletto Netto, 2015; Kubler-Ross, 1996).

Giamatthey (2020), aponta que o estudo sobre essa temática tem ocupado cada vez mais espaço na comunidade científica internacional, desde meados do século XVII, embora o Brasil tenha se preocupado em compreender melhor esse processo a partir dos anos de 1980. Mesmo que de forma tardia, a Psicologia como campo de atuação tem contribuído significativamente. Em uma situação de desastre, em que há a perda de algo que causa um sofrimento excessivo, há também o processo de luto (CFP, 2019a).

Em todas as culturas, independentemente da religião, há rituais sobre a passagem da vida para a morte, ou, de cuidado com os corpos e despedida dos entes queridos ou conhecidos que morreram. Há registros sobre práticas de rituais fúnebres através dos tempos, inclusive na pré-história, assim como conta Souza e Souza (2019).

Os rituais fúnebres variam de acordo com a tradição e costumes de cada sociedade, e muito tem haver com religiosidade. No Brasil, devido à forte presença do catolicismo, é muito comum que a passagem da morte seja vivenciada em família, com a presença de vizinhos e conhecidos.

O velório é um tradicional encontro que sucede às horas após o falecimento e antecede o momento de despedida, característico do enterro ou cremação. Nesse encontro, há a presença do falecido e em alguns casos, uma missa característica da religião. Nesse evento, a família

recebe todo o apoio e condolências dos que se fazem presente, e ambos ficam imersos em um *setting* de profundo pesar e tristeza.

Após o velório, quando há um corpo presente, os familiares e os convidados se dirigem ao cemitério para o “adeus final”. O falecido é enterrado e as pessoas seguem para suas casas, e a rotina, aos poucos, volta ao normal (Souza & Souza, 2019; Silva, 2006).

Em casos de cremação, o “adeus final” pode acontecer de várias formas, quando o falecido não deixa suas vontades por escrito, cabe à família decidir como irá acontecer. Algumas pessoas colocam os restos mortais em uma urna e guardem em um mausoléu, outras, as jogam ao vento, em algum lugar que tenha um significado especial.

O fato é que, deve acontecer um ritual para que aconteça essa despedida final. Mas, com a pandemia, foi impossível realizar esse ritual como de costume. Como o *modus operandi* do vírus no corpo humano ainda era desconhecido pela comunidade científica no início de 2020, o ritual fúnebre do corpo presente não era aconselhado pela OMS.

Em circunstâncias normais, é possível que o indivíduo passe pela experimentação do luto e não consiga elaborá-lo de forma coerente. Sendo ele vivenciado de forma saudável ou não, o processo de luto causa uma demanda psicológica. De forma geral, o ser humano tem dificuldade de lidar com perdas, principalmente, de pessoas significativas. No entanto, devido ao impacto que a pandemia causou nesse processo, é possível que mais pessoas não consigam formular o luto coerentemente, pois o cenário em si, configura um meio mais propício para que surja a modalidade do “luto complicado” (Leal, Silva, Sardinha & Lemos, 2019).

O luto, quando não vivenciado de forma coerente, abre espaços para problemáticas acerca da forma de enfrentamento. Garcia e Faria (2020) chamam atenção para o luto complicado que é vivenciado de forma mais intensa que o habitual, podendo implicar em transtorno depressivo caracterizado pela tristeza profunda ou em outros sintomas, a variar da subjetividade de quem experimenta. Nesse intuito, Lima (2020) defende que é importante buscar estratégias para vivenciar o luto da forma mais sensível possível, mesmo que os rituais tradicionais e simbólicos não sejam possíveis, pois a falta de experimentação da morte, à medida que ela é apagada da vida comum, acarreta na banalização do processo de morte e do morrer (Bianco & Costa-Moura, 2020).

Através da mídia, todos os dias durante o primeiro ano da pandemia, recebemos notícias sobre a quantidade de mortos pela COVID-19. Enquanto os números aumentavam alarmantemente, existiam aqueles que defendiam a atividade econômica e discursavam: “alguns vão morrer, e é inevitável”. Quando paramos para pensar quem são esses “alguns”, lembramos das pessoas pertencentes ao grupo de risco, pessoas que estão na linha de frente, cuidando dos

doentes, e lembramos daquelas pessoas que estão em situação de vulnerabilidade e precisam garantir o mínimo para a sobrevivência da família, mas não possuem as mesmas condições da classe média, para continuar em casa e trabalhar em *home-office*. Aceitar que “alguns vão morrer” para a continuação das atividades econômicas, é banalizar a vida. Se existem pessoas que são descartáveis, quem não é descartável? (Krenak, 2020).

A importância da atuação da psicologia frente a este cenário, frisa quão necessário é dispor de conhecimentos referente ao tema abordado, da problemática do contexto e as suas possíveis implicações. Ao psicólogo cabe auxiliar os enlutados a lidarem com as suas perdas, com o intuito de cuidar dos problemas que são ocasionados pela má elaboração do luto e entendimento do que ocasionou o luto complicado (Leal et al., 2019).

No contexto de uma pandemia mundial declarada pela OMS, em que as consequências de um vírus desconhecido eram comunicadas todos os dias, através da quantificação dos números de mortos pelo mundo, por meio da mídia e redes sociais, o medo, a angústia e a desesperança foram alimentadas na maioria das pessoas. Um contexto em que até os médicos e os profissionais de saúde, supostos donos do saber sobre saúde e doença estavam desesperados por terem sido surpreendidos por algo desconhecido, a temática sobre morte e luto foi trazida à tona, apesar de ser evitada por tanto tempo (Gutierrez, 2021).

Inegavelmente, a experiência de ter vivido os anos de 2020 e 2021 foi traumática pela intensidade da presença da morte em todos os aspectos e a forma que o sujeito reage à essa situação e internaliza psiquicamente esse processo, é muito singular. Faz sentido mencionar Gutierrez (2021) quando a autora fala que a morte é “um estranho invisível que vem escancarar nossa condição humana, uma condição que não nos dá a garantia suposta de completude, de onipotência enquanto espécie. Um estranho invisível que carrega consigo um excesso, excesso daquilo que não podemos representar, excesso daquilo que nos escapa”. Os efeitos da pandemia vão reverberar por muitos e muitos anos.

Mas, na atualidade, a forma que a morte foi vivenciada em meio a pandemia merece uma atenção especial.

### **Percurso metodológico**

A metodologia para a construção desse estudo, trata-se de uma pesquisa exploratória, com delineamento de pesquisa documental para levantamento de dados empíricos. A Pesquisa documental lida com um material que ainda não recebeu uma análise crítica por parte da

comunidade científica (Gil, 2002), ou seja, de acordo com os objetivos deste estudo, a pesquisa exploratória foi realizada com o conteúdo entregue nas *lives* publicadas nas bases de dados *YouTube*, utilizando como descritores: “Morte e luto na pandemia”, “Morte, luto e a covid-19” e “Processo do luto e a pandemia”. Foram aplicados os seguintes filtros para agilizar o acesso aos conteúdos: vídeos, com mais de 20 minutos e ordenados por data de envio. Além disso, a pesquisa exploratória tem como foco possibilitar uma maior familiaridade com o tema, visto que a pandemia é uma problemática atual e, apesar dos avanços no conhecimento sobre esse fenômeno, não há muito conhecimento sistematizado a respeito do luto e suas consequências.

O critério para escolha do material de análise são, *lives*, no formato de roda de conversa, produzidas ou mediadas por profissionais ou instituições de psicologia no Brasil, que estejam em língua portuguesa, considerando tempo mínimo de 30 minutos e máximo de 1 hora, em um período de tempo entre março de 2020 à dezembro de 2020, pois foi durante esse período que esses profissionais, buscaram os meios digitais, principalmente a plataforma mencionada, para promover seus conteúdos e discutir temas importantes. Como o presente estudo está configurado dentro do campo de saber da Psicologia e pretendemos discutir aspectos da morte e do luto na pandemia, qualquer material que não esteja vinculado à esse campo de saber, que não abordem o tema de morte e luto, que estejam inaudíveis ou indisponíveis de forma gratuita na plataforma, serão excluídos da análise.

O material usado para construção do presente estudo será analisado pela ótica da abordagem qualitativa e como a maioria desses materiais ainda não recebeu qualquer tratamento analítico, faz-se necessário uma análise mais cuidadosa acerca do objetivo observado em cada um, por isso será necessária a análise de conteúdo. Segundo Gil (2002), a análise de conteúdo é uma técnica muito utilizada na análise da pesquisa documental, e busca a descrição do conteúdo apresentado em cada material a ser utilizado, permitindo a explicação lógica do fenômeno a ser estudado.

## **Resultados e discussões**

Ao todo, foram encontrados 216 vídeos sobre aspectos da morte e do luto na pandemia no ano de 2020. Com a aplicação dos parâmetros de inclusão e exclusão, possibilitou mapear 10 vídeos para essa análise, que estão listados na tabela 1.

Tabela 1:

**Lives categorizadas por datas e psicólogos participantes**

TÍTULO DAS LIVES	PSICÓLOGAS (OS) PARTICIPANTES	MÊS E ANO
Perdas e Luto em meio a pandemia do covid-19 Maria Júlia Kovács	Maria Júlia Kovács	abril, 2020
Morte e Luto no contexto de Pandemia	Samantha Mucci (CRP 06/62095), Thais Fonseca Ares (CRP 06/134471), Gabriella Costa Pessoa (CRP 06/112796) e Luciana Geocze (CRP 06/68690)	maio, 2020
Ciclo de Lives do CCS - Manejo da ansiedade, morte e luto no contexto do Coronavírus	Jeane Saskya Campos Tavares (CRP 03/002458)	maio, 2020
Live Morte, Luto e Sono, em tempos de Pandemia	Silvia Gonçalves Conway (CRP 06/62536) e Gabriela Casellato Brown Ferreira Santos (CRP 06/48701)	junho, 2020
Luto e Morte em Contexto da COVID-19	Tássio de Oliveira Soares (CRP 23/660) e Cláudia Aline de Brito Oliveira (CRP 21/01393)	junho, 2020
Estratégias para lidar com o luto na covid-19	Denise de Lima Oliveira Vilas Boas (CRP 11/04498) e Eugênia Marques de Oliveira Melo (CRP 11/5841)	junho, 2020
O luto durante a Pandemia - Live com Erika Pallottino	Erika Rafaella da Costa Neto Pallottino (CRP 05/30024)	julho, 2020
PEBMED Live: O luto na pandemia de Covid-19	Erika Rafaella da Costa Neto Pallottino (CRP 05/30024)	julho, 2020
Os Processos do Luto e a Vida Pós Pandemia	Jussara Barbosa da Silva Abreu (CRP 05/59850) e Samira de Almeida Oliveira (CRP 09/9677)	julho, 2020
Perdas, morte e luto, com Maria Júlia Novas	Maria Júlia Kovács	novembro, 2020

Fonte: Elaboração da autora

Ao cruzar o discurso dos psicólogos participantes das *lives*, foi possível mapear e organizar três tópicos centrais para a discussão, que estão organizados a seguir como: discussão sobre rituais fúnebres e as mudanças seguidas com a pandemia, impactos futuros do luto mal formulado e os resquícios da pandemia.

### *Rituais fúnebres e as mudanças seguidas com a pandemia.*

A pandemia fomentou uma experiência diferente, complexa e, por vezes, assustadora em nossa vida (Herédia & Kovács, 2020). Houve uma transformação em como sentimos o luto e estruturamos as formas de enfrentamento (Oliveira & Soares, 2020). De fato, é uma tragédia que não se tem nada escrito sobre; é uma situação que nos possibilita escrever enquanto estamos vivendo os acontecimentos (Kovács & Santos, 2020).

De acordo com Casellato e Conway (2020), o luto é uma reação multidimensional de ordem afetiva. Durante esse processo, há uma metamorfose no nosso sistema cognitivo, afetivo, físico, espiritual, social, etc; que implica em uma série de reações esperadas em um processo de ruptura. Casellato e Conway (2020), Pallottino e Sacramento (2020) e Melo e Vilas Boas (2020) entram em concordância com o CFP (2019a), ao conceituarem o luto como um processo normal e esperado, que significa enfrentar uma situação que se rompeu e que envolve vínculos significativos para o sujeito. As autoras complementam Giamattey (2020), ao pontuarem que podemos entender que o luto não é vivenciado só na morte. Existem outras situações de ordem subjetiva, ambígua e intangível que regulam nosso funcionamento psíquico, e quando rompidas, resultam em respostas emocionais a esse evento (Casellato & Conway, 2020).

Segundo Oliveira e Soares (2020), a forma que encaramos a morte, se relaciona com a forma que encaramos a vida, mas, como Casellato e Conway (2020) assinalam, a cultura contribui significativamente para essa concepção. O luto possui formas singulares de manifestações (Herédia & Kovács, 2020). No decurso da pandemia, algumas manifestações do luto têm sido avassaladoras porque as pessoas não estão conseguindo elaborar esse processo de forma saudável, devido à ausência dos rituais fúnebres e a ausência do contato físico (Pallottino & Sacramento, 2020; Andrade & Pallottino, 2020). Nesse cenário, o medo fica mais evidente, pois há o medo de perder uma pessoa próxima, ou o medo de se contaminar com o vírus (Herédia & Kovács, 2020).

Pallottino e Sacramento (2020) informa que o ritual fúnebre é um organizador emocional, importante por nos permitir expressar a dor, o sofrimento e a última homenagem ao falecido. A ausência desse ritual causa sofrimento à família, pois não há a possibilidade de despedida, impactando o processamento de elaboração do luto (Ares, Geocze, Mucci & Pessoa, 2020; Abreu e Almeida, 2020).

A prova de que houve, de fato, uma mudança nesse processo é a restrição ou a falta do contato físico. É uma nova possibilidade, que muito se assemelha com o processo de luto por morte súbita, uma vez que existe uma morte rápida, solitária, em que a família não acompanha

o processo de adoecimento. Desde o momento do diagnóstico da COVID-19, a família é retirada da convivência do paciente, não podendo experienciar o progresso da doença, até chegar ao óbito. Não vivenciar o processo de adoecimento, também causa sofrimento a família, que possui menos tempo para compreender e assimilar o acontecimento e de aceitar a concretude da morte, e isso é potencialmente traumático (Ares et al., 2020).

A mente humana é capaz de lidar com qualquer realidade ruim. A morte, mesmo que de forma súbita ou violenta, cruel e dolorosa, oferece concretude. A partir desse dado, há como seguir com a vida sem muitos danos, dentro das possibilidades do luto. A morte na pandemia é uma morte ambígua. Assim como Casellato e Conway (2020) e Kovács e Santos (2020) descrevem, há a presença de um caixão lacrado, há ausência de ritual e da impossibilidade da despedida. É um contexto que coloca a mente na posição de perda de controle, e nossa normalidade é uma questão significativa. É uma situação inacabada que não fecha uma gestalt. Esse fato, gera expectativas fantasiosas sobre os aspectos que envolvem aquela morte, fomentando o sofrimento (Casellato & Conway, 2020). Esse aspecto muito se assemelha com as pontuações de Lima, et al. (2009), pois as pessoas buscam conforto de alguma forma, seja ela qual for.

O contexto proporcionou um ambiente de elaboração de estratégias criativas para o enfrentamento do luto. O isolamento foi um hábito que transformou profundamente a forma que encaramos os rituais de despedida (Herédia & Kovács, 2020; Abreu e Almeida, 2020). A rede de apoio pode auxiliar fortemente nesse momento, mas para isso, ela precisa se reorganizar para prestar apoio ao enlutado durante e após o ritual de despedida, dentro das possibilidades que a pandemia delimita (Andrade & Pallottino, 2020). Retirar o ritual é uma necessidade social para garantir a não contaminação pela COVID-19, mas retirar o contato afetivo não é uma opção (Pallottino & Sacramento, 2020). O enlutado não pode estar sozinho, mesmo que esteja isolado socialmente (Andrade & Pallottino, 2020). Casellato e Conway (2020) informam que é importante existir uma rede que o apoie, mesmo que distante fisicamente.

Consequentemente, a tecnologia se tornou uma grande aliada na pandemia (Melo & Vilas Boas, 2020). O meio virtual está sendo muito utilizado para convivência, compartilhamento, e até mesmo como meio para despedida. As vídeo chamadas se tornaram ferramentas importantes, não só para o trabalho na modalidade *homeoffice*, ou para a educação com o ensino à distância, mas para expressar afetividade, mesmo que não haja contato físico (Ares et al., 2020; Casellato & Conway, 2020). Mesmo que de forma mínima, algumas funerárias ou crematórios utilizam esses recursos para proporcionar um momento de despedida



para a família (Casellato & Conway, 2020; Oliveira & Soares, 2020; Ares et al., 2020; Melo & Vilas Boas, 2020).

O fato é que, Ares et al. (2020), Casellato e Conway (2020) e Pallottino e Sacramento (2020), tecem um mesmo argumento que está bem descrito na fala de Kovács e Santos (2020): é importante reconhecer que há formas de enfrentamento; o desafio é lidar com sentimentos como o medo, a raiva e o desânimo. É importante validar esses sentimentos e entender que todos temos os nossos tempos (Andrade & Pallottino, 2020). Não reconhecer isso, possibilita que surjam demandas psicológicas futuras, como a depressão, a ansiedade, o esgotamento, dentre outras; assim como Garcia e Faria, (2020) e Giamattey (2020) já pontuaram em seus estudos.

De acordo com Casellato e Conway (2020), qualquer recurso que está a serviço de concretizar a morte ou de formar símbolos que possibilitem viver o luto de forma sensível, são válidos. É importante salientar que essas possibilidades não existem como uma forma de substituir os rituais tradicionais, e sim para possibilitar que a família viva a despedida da forma mais sensível possível (Ares et al., 2020).

No luto, há um sentimento muito comum que é a culpa (Ares et al., 2020; Abreu e Almeida, 2020). Na pandemia, há uma culpa por quebrar o isolamento social e fraquejar nos cuidados para a proliferação do vírus; há a culpa por contaminar uma pessoa com a covid; há a culpa por não poder fazer o funeral que o ente querido merece; há muitas culpas (Melo & Vilas Boas, 2020). Não vivenciar os rituais da forma que se espera, é um facilitador para o aparecimento dessa culpa (Ares et al., 2020).

Deste modo percebemos que há impactos nas pessoas devido às repercussões do luto. Além disso, há uma coletividade de pessoas vivenciando um processo de luto, que não está sendo cuidado. Por isso, esse aspecto central necessita ser debatido mais a fundo.

### ***Impactos futuros do luto mal formulado: existe um luto coletivo não cuidado;***

Estamos vivendo um luto global por diversos fatores, inclusive, por perder um mundo que estávamos habituados a viver. A vida que temos hoje, não é a mesma que tínhamos há algum tempo (Ares et al., 2020). A perda dessa normalidade é um processo de luto coletivo (Oliveira & Soares (2020).

O luto coletivo não diz respeito, somente, a um sentimento mútuo de perder pessoas próximas, significativas e importantes; mas também, é sobre como perdemos a organização de

vida que tínhamos. A nossa normalidade, é uma situação significativa. Estamos enfrentando o luto por essa perda da normalidade, pelas pessoas que vamos perdendo durante esse processo e pelas coisas que deixamos de viver (Ares et al., 2020; Herédia & Kovács, 2020; Oliveira & Soares, 2020).

A morte sempre fez parte da nossa história. Entretanto, a COVID-19 proporcionou uma aproximação maior com esse fenômeno, devido a quantidade de pessoas que morreram em decorrência da contaminação (Herédia & Kovács, 2020).

De acordo com Ares et al. (2020), o processo do luto pode ser encarado de duas formas: modelo Kubler-Ross, sobre as fases do luto; e modelo dual, em que o enlutado transita a todo momento, entre perda e reparação. Pallottino e Sacramento (2020) afirma que o luto é dinâmico e flexível, o que permite a oscilação entre perda e restauração e Ares, et al. (2020) afirmam que o tempo das pessoas funcionam de ordem subjetiva e não como o tempo padrão, então costumamos oscilar por diversos motivos. Por isso, talvez o modelo Kubler-Ross não seja ideal para compreender as fases do luto, apesar de ele trazer compreensões importantes.

Estamos todos enlutados, de um jeito ou de outro (Herédia & Kovács, 2020). Entretanto, como Pallottino e Sacramento (2020) afirma, nem todo luto precisa de apoio psicológico. Como dito, é um processo natural e comum de se acontecer. O apoio Psicológico é necessário quando há uma má elaboração do luto e quando o enlutado apresenta dificuldades em seguir com o percurso natural do luto (Pallottino & Sacramento, 2020).

De acordo com Ares et al. (2020), esse processo é como um quebra cabeça que, aos poucos, conseguimos concluir. É importante ouvir primeiro, entender todos os aspectos que circulam esse luto, e evitar medicar. Se, junto ao luto, a pessoa desenvolveu outros sintomas (nesses casos), é importante investigar a necessidade de medicação (Ares, et al., 2020).

É importante observar que o luto foi vivido de forma mais intensa e mais prolongada, devido à pandemia. Embora Casellato e Conway (2020) indiquem que esse aspecto facilita a vivência do luto de forma mais doentia, Oliveira e Soares (2020) discursam que, nem sempre isso vai acontecer. Muitas pessoas vão conseguir formular ele de forma saudável, mesmo com as transformações nos rituais fúnebres.

Além do mais, não podemos esquecer que estamos lidando com um luto coletivo não cuidado (Ares et al., 2020; Herédia & Kovács, 2020; Oliveira e Soares, 2020; Melo e Vilas Boas, 2020; Neiva e Pallotino (2020). Por ter caráter coletivo, Ares et al. (2020) e Neiva e Pallotino (2020) postulam que, possivelmente, será uma demanda de saúde pública. O cenário que vivemos proporciona meios para que surjam outros problemas futuramente (Ares et al., 2020).

O luto possui formas singulares de manifestações. Quando se tem dificuldades de seguir com a vida, ou de aceitar a realidade, é hora de buscar ajuda para ressignificar essa perda (Ares et al., 2020). O luto complicado é o luto que desviou do seu curso natural e entrou em um percurso grave de adoecimento (Pallottino & Sacramento, 2020). Por esse motivo, para evitar o surgimento de lutos complicados, se faz necessário criar estratégias para a elaboração desses sentimentos, como usar a tecnologia a nosso favor, conversar com pessoas da nossa rede de apoio (mesmo que, virtualmente), filtrar as informações que chegam até nós, uma vez que estamos sendo bombardeados por diversas notícias constantemente e tomar cuidado com o otimismo exacerbado (Herédia & Kovács, 2020).

Esse otimismo exacerbado é característico de uma sociedade que valoriza a produtividade ininterrupta. Quase nunca esse otimismo é benéfico ao sujeito. É importante entender que temos limites como humanos, e que está tudo bem sentir medo, sentir cansaço, sentir esgotamento e não ser produtivo a toda hora. Validar esses sentimentos e entender que temos o nosso próprio tempo, parafraseando Renato Russo (1986), é essencial para que não surjam demandas psicológicas futuras, como a depressão, a ansiedade, o esgotamento, dentre outras (Herédia & Kovács, 2020; Andrade & Pallottino, 2020). Comentar sobre esses aspectos é imprescindível para compreender possíveis heranças da pandemia a longo prazo.

### ***Resquícios da pandemia: questões sobre suicídio, estresse pós-traumático, ansiedade, entre outros adoecimentos.***

A perda de controle sobre os aspectos da vida (o isolamento, falta de conhecimentos aprofundados sobre a doença, falta de vacina, etc.), coloca nosso sistema fisiológico em estado de defesa, também conhecido como enfrentamento ou fuga, mas com excesso de enfrentamento, para se ajustar à uma realidade não conhecida. Comparado à uma bola de neve, o nosso cérebro se permite fantasiar; a fantasia caminha ao redor de inúmeras possibilidades, muitas vezes ameaçadoras, que gera uma situação de medo e ansiedade, que nos coloca em uma posição de enfrentamento, o que resulta em mais sofrimento (Casellato & Conway, 2020; Andrade & Pallottino, 2020).

A mente humana não é condicionada a viver com indefinição. A parte racional do nosso cérebro precisa de um dado concreto, mesmo que mínimo para sair do estado de ameaça. Repercussões do luto e a pandemia propiciou um dano nessa funcionalidade, resultando em respostas fisiológicas como fadiga, estresse e insônia. Sintomas que se tornaram muito comuns na sociedade, de modo geral (Casellato & Conway, 2020; Andrade & Pallottino, 2020,).

O luto tem uma resposta sistêmica e multidimensional (Andrade & Pallottino, 2020). Nesse contexto, o profissional de saúde precisa ocupar um espaço que transmita segurança. Para isso, precisamos ser claros nas informações que repassamos, ser afetuoso e só falar daquilo que se tem propriedade (Ares et al., 2020). Além disso, devido a possibilidade do contágio, a perda da normalidade e a mídia estar repassando notícias assiduamente, o medo e a ansiedade se tornaram sentimentos frequentes. Por tanto, a psicóloga precisa estar muito atenta e tomar cuidado ao diagnosticar os pacientes nesse período pandêmico, pois os sentimentos que estamos enfrentando podem, facilmente, serem confundidos com distúrbios (Centro de Ciências da Saúde [CCS] & Tavares, 2020). Como o cenário mundial está em curso e se transformando ao mesmo tempo, Oliveira e Soares (2020), questionam sobre o que podemos considerar normal ou anormal e rascunha uma hipótese de que estamos caminhando para uma crise de saúde comunitária.

Lidar com novas ferramentas para trabalho, além de estar em um momento de crise, com várias demandas de luto, sem preparo técnico, teórico e emocional para tal situação, é um potente estressor para o trabalho dos profissionais de saúde, o que implica em sintomas de fadiga por compaixão, muito confundida com *burnout* (Andrade & Pallottino, 2020).

As respostas somáticas à pandemia são diversas e variam entre sintomas, como o medo, angústia, a culpa, a fadiga, a insônia, até problemas mais graves como estresse pós-traumático, ansiedade, o luto complicado e o luto coletivo (Abreu e Almeida, 2020; Ares et al., 2020; Herédia & Kovács, 2020; Kovács e Santos, 2020; Melo & Vilas Boas, 2020). Embora tenhamos cautela ao diagnosticar tais sintomas nesse momento, como CCS e Tavares (2020) e Oliveira e Soares (2020) pontuaram, é importante considerar seus impactos a longo tempo. Casellato e Conway (2020) alertam para possíveis agravamentos nas questões que circulam o suicídio, estresse pós-traumático e o transtorno de ansiedade generalizada (TAG), essa última, sendo citada por Neiva e Pallotino (2020).

CCS e Tavares (2020) instiga um olhar mais profundo sobre a importância de se fazer uma leitura histórica, social e política de tudo o que está acontecendo, pois o adoecimento psíquico da população, está diretamente relacionada às condições sociais que se encontram. Dessa forma, existem pessoas que vão reagir de forma esperada diante o enfrentamento do luto, mas existem muitas pessoas que não conseguirão elaborar bem essa fase e serão afetadas negativamente pelo luto complicado (Andrade & Pallottino, 2020; Pallottino & Sacramento, 2020).

## Conclusão

No presente estudo, foram sintetizados conhecimentos a respeito da terminalidade, processos de despedida, luto no contexto da pandemia de COVID-19 e seus efeitos. Em resumo, buscou-se conhecer como a morte e o luto estão sendo experienciados e suas consequências a longo prazo.

Concluiu-se que são muitos os aspectos que circulam o fenômeno do luto. A individualidade humana é o ponto crucial que possibilita as diversas vivências. Entretanto, a pandemia nos trouxe uma demanda que pode ser considerada uma problemática de saúde pública: um luto coletivo não cuidado.

Possivelmente, haverá muitos problemas futuros que serão frutos da pandemia, mas que ainda não tomamos conhecimento, embora o luto coletivo seja uma das demandas desse novo mundo pós COVID-19. Além disso, problemas como estresse pós-traumático, ansiedade e suicídio, sofreram impactos com a pandemia, podendo haver mais pessoas com sintomas relacionadas à essas demandas de saúde mental, principalmente, em pessoas em condição de vulnerabilidade social.

O isolamento social foi a medida mais importante para conter a proliferação do vírus, antes de surgir a vacinação, embora tenha sido o determinante para diversas mudanças no contexto mundial. O mundo que éramos acostumados a viver ontem, não é o mesmo de hoje. Retirar o sujeito da sua normalidade desencadeou diversas transformações que impactou, significativamente, a forma que as pessoas se organizam: educação, trabalho, vínculos, relações, interações, processos básicos de sobrevivência, saúde mental, saúde física, alimentação, tecnologia, valores, dentre uma imensidão de coisas, inclusive os rituais fúnebres, o luto e suas formas de enfrentamento.

Os rituais fúnebres precisaram ser readaptados para que as pessoas continuassem a vivenciar o luto de forma saudável. Foram muitas estratégias criativas utilizadas, com o auxílio da tecnologia, que possibilitaram que as despedidas continuassem, dentro das possibilidades do isolamento social.

É possível que em um mundo pós COVID-19, onde o isolamento social não seja mais uma realidade, continuemos a utilizar alguns aprendizados que adquirimos na pandemia: utilizar a tecnologia a nosso favor. A distância se tornou algo relativo, uma vez que, conseguimos encurtá-la através das vídeo chamadas. Durante esse contexto, foi possível estudar, trabalhar em casa e estar próximo das pessoas que estão distantes fisicamente.

A pandemia deixou poucos pontos positivos e inumeráveis pontos negativos. Além de resquícios no campo subjetivo, individual, de cada pessoa que sobreviveu a esse desastre, há marcas profundas que perdurarão na sociedade por muitos anos.

## Referências

- Abreu, J. & Almeida, S. (2020, julho 3). *Os Processos do Luto e a Vida Pós Pandemia* [live]. Youtube. [https://www.youtube.com/watch?v=8mxqacyn860&ab\\_channel=JussaraAbreu](https://www.youtube.com/watch?v=8mxqacyn860&ab_channel=JussaraAbreu)
- Andrade, A. C. N. & Pallottino, E. R. C. N. (2020, julho 16). *PEBMED Live: O luto na pandemia de Covid-19* [live]. Youtube. [https://www.youtube.com/watch?v=vIkl19p\\_sOg](https://www.youtube.com/watch?v=vIkl19p_sOg)
- Ares, T. F., Geocze, L., Mucci, S. & Pessoa, G. C. (2020, maio 15). *Morte e Luto no contexto de Pandemia* [live]. Youtube. [https://www.youtube.com/watch?v=w9caGz91cU&ab\\_channel=TelessaudeUnifesp](https://www.youtube.com/watch?v=w9caGz91cU&ab_channel=TelessaudeUnifesp)
- Borges, T. R. (2015). *Tanatologia: o estudo da morte e do morrer*. Campo Grande: Portal Educação.
- Casellato, G. & Conway, S. G. (2020, junho 25). *Live Morte, Luto e Sono, em tempos de Pandemia* [live]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=IisvrSsL-Ck>
- Centro de Ciências da Saúde & Tavares, J. S. C. (2020, maio 27). *Ciclo de Lives do CCS - Manejo da ansiedade, morte e luto no contexto do Coronavírus* [live]. Youtube. [https://www.youtube.com/watch?v=Wsp6Vdz\\_eww](https://www.youtube.com/watch?v=Wsp6Vdz_eww)
- Colasanti, M. (1996). *Eu sei, mas não devia*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Conselho Federal de Psicologia. (2019). *Referências Técnicas Para Atuação de Psicólogas(os) nos Serviços de Saúde do SUS*. Brasília. <https://site.cfp.org.br/publicacao/referencias-tecnicas-para-atuacao-de-psicologas-os-nos-servicos-hospitalares-do-sus/>
- Conselho Nacional de Secretarias Estaduais de Saúde (2020). *Painel CONASS COVID-19. Brasil*. <https://www.conass.org.br/painelconasscovid19/>.
- Crepaldi, M. A., Schmidt, B, Noal, D. S., Bolze, S. D. A., & Gabarra, L. M. (2020). Terminalidade, morte e luto na pandemia de COVID-19: demandas psicológicas emergentes e implicações práticas. *Estudos de Psicologia* (Campinas), 37 (e200090). doi: <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200090>.
- Faraj, S. P., Cúnico, S. D., Quintana, A. M. & Beck, C. L. C. (2013). Produção científica na área da psicologia referente à temática da morte. *Psicologia em Revista*, 19 (3). doi: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2013v19n3p441>

- Garcia, I. P., & Faria, H. M. C. (2020). A vivência do luto no contexto de desastres e emergências. *Cadernos de psicologia*, 2 (4). <https://seer.uniacademia.edu.br/index.php/cadernospsicologia/article/view/2838>
- Giamattey, M. E. P. (2020). *Processo de luto diante da ausência de ritual fúnebre na pandemia da COVID-19: análise documental de jornalismo online*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina) Centro de Ciências da Saúde, Programa de Pós-Graduação em Saúde Mental e Atenção Psicossocial, Florianópolis. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/21950>.
- Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas.
- Grigoletto Netto, J. V. (2015). *As fases do luto de acordo com Elisabeth Kübler-Ross*. IX EPCC – Encontro Internacional de Produção Científica UniCesumar. 1(9). 4-8.
- Gutierrez, L. P. V. (2021). Interrogações sobre a técnica psicanalítica em tempos de pandemia: rituais possíveis no trabalho de luto. *Lacuna: uma revista de psicanálise*, São Paulo, 11, 11. <https://revistalacuna.com/2021/07/07/n-11-11/>
- Herédia, L. & Kovács, M. J. (2020, novembro 2). *Perdas, morte e luto, com Maria Júlia Kovács* [live]. youtube. [https://www.youtube.com/watch?v=me9jaFwAWv8&ab\\_channel=CVVOficial](https://www.youtube.com/watch?v=me9jaFwAWv8&ab_channel=CVVOficial)
- Kovács, M. J. & Santos, B. J. S. (2020, abril 21). *Perdas e Luto em meio a pandemia do covid-19* Maria Júlia Kovács [live]. Youtube. [https://www.youtube.com/watch?v=LqUs26E9jfA&t=33s&ab\\_channel=BenevidesSilva](https://www.youtube.com/watch?v=LqUs26E9jfA&t=33s&ab_channel=BenevidesSilva)
- Krenak, A. (2020). *O amanhã não está à venda*. Companhia das letras: São Paulo.
- Kübler-Ross, E. (1996). *Sobre a Morte e o Morrer: o que os doentes têm para ensinar a médicos, enfermeiras, religiosos e aos seus próprios parentes*. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes.
- Leal, L., Silva, S., Sardinha, L., & Lemos, V. (2019). A importância da psicoterapia no processo do luto. *Diálogos Interdisciplinares*, 8. <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/view/633>
- Lima, G., Paranhos, M., & Werlang, B. (2009). Contribuições da Tanatologia no processo de morrer. *Revista de Psicologia da IMED*, 1(2), 220-230. doi: <https://doi.org/10.18256/2175-5027/psico-imed.v1n2p220-230>
- Lima, R. C. (2020). Distanciamento e isolamento sociais pela COVID-19 no Brasil: impactos na saúde mental. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 30(2). doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312020300214>.
- Lo Bianco, A. C., Costa-Moura, F. (2020). COVID -19: Luto, Morte e a Sustentação do Laço Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40. doi: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003244103>.

- Malta, D. C. et al. (2020). A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29(4). doi: <https://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742020000400026>.
- Melo, E. M. O. & Vilas Boas, D. L. O. (2020, junho 8). *Estratégias para lidar com o luto na covid-19* [live]. Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=RJcaOZKLyNM>
- Ministério da Saúde. (2020). *Organização Mundial de Saúde declara pandemia do novo Coronavírus*. Universidade Aberta do Sistema Único de Saúde [Una-SUS]. <https://www.unasus.gov.br/noticia/organizacao-mundial-de-saude-declara-pandemia-de-coronavirus>
- Oliveira, C. A. B. & Soares, T. O. (2020, junho 5). *Luto e Morte em Contexto da COVID-19* [live]. Youtube. [https://www.youtube.com/watch?v=dMT5dVDICU0&ab\\_channel=CONSELHOREGIONALDEPSICOLOGIA23aREGI%C3%83O](https://www.youtube.com/watch?v=dMT5dVDICU0&ab_channel=CONSELHOREGIONALDEPSICOLOGIA23aREGI%C3%83O)
- Organização Mundial da Saúde (2020). *WHO COVID-19 Dashboard*. Genebra. <https://covid19.who.int/>.
- Pallottino, E. R. C. N. & Sacramento, I. P. (2020, julho 24). *O luto durante a Pandemia - Live com Erika Pallottino* [live]. Youtube. [https://www.youtube.com/watch?v=dLNMNf\\_y-40](https://www.youtube.com/watch?v=dLNMNf_y-40)
- Russo, R. (1986). *Tempo Perdido*. [música]. Spotify. <https://open.spotify.com/track/7MnT7msJZg3XBAS0OTfGrB?si=14e2f0c22e684f8d>
- Silva, G. S. N. (2006). *A construção do "ser médico" e a morte: significados e implicações para a humanização do cuidado*. (Tese de doutorado). Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5137/tde-19042007-133348/publico/georgiasndasilva.pdf>.
- Souza, C. P. & Souza, A. M. (2019). Rituais Fúnebres no Processo do Luto: Significados e Funções. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 35. <https://doi.org/10.1590/0102.3772e35412>.



Madson Forte Dantas Belo

Maria Luciana Abrante

Iana Fernandes Caldas

Hudson Walker Carneiro Simão

Janélyca Dias da Silva

**Resumo:** Os trabalhadores da saúde lidam diariamente com a morte, angústia e medo dos pacientes, assim como estão sempre rodeados de situações que demandam decisões difíceis, que podem posteriormente afetar o seu bem-estar físico e mental. No contexto da pandemia de Covid-19, os profissionais vivenciaram e ainda vivenciam o estresse e o medo que a doença tem ocasionado, apontando para uma grande preocupação na questão da saúde mental dessa categoria no atual momento e no pós-pandemia. Diante disso, o estudo teve como objetivo geral analisar a situação da saúde mental dos trabalhadores da área da saúde da atenção básica de uma Unidade Básica de Saúde de um município do interior do Rio Grande do Norte em tempos de pandemia da Covid-19. O presente estudo foi realizado a partir de uma pesquisa de campo, de caráter descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa, efetuado com oito profissionais da Unidade Básica de Saúde de uma cidade do interior do Rio Grande do Norte. Para a coleta e análise dos dados, foi desenvolvida uma entrevista individual semiestruturada e técnica de análise de discurso. Os resultados foram discutidos em três categorias, compostas pelas questões com mesmo objetivo, foram elas: identificação dos participantes; rotina de trabalho e principais sentimentos envolvidos; fatores influenciadores do sofrimento mental e principais demandas. Verificou-se que a saúde dos trabalhadores sofre impactos consideráveis com o cenário da pandemia, que causa medo, insegurança, ansiedade, entre outras reações. Este estudo poderá fundamentar o desenvolvimento de proposta de ação, resultando na qualidade de vida dos profissionais.

**Palavras-chave:** Pandemias; Profissionais de saúde; Saúde do trabalhador.

## Introdução

A pandemia do novo coronavírus tem afetado a sociedade em diferentes dimensões, com repercussões na esfera da saúde mental e impactos na vida individual e coletiva da população geral e de grupos específicos (Lima, 2020). A doença foi denominada de Covid-19, causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, o qual pode desenvolver sintomas de síndrome gripal e complicações pulmonares (Ministério da Saúde, 2021a).

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), o primeiro caso de Covid-19 foi notificado na China, em dezembro de 2019. A doença se disseminou rapidamente para outros países, situação que a caracterizou como pandemia uma Emergência de Saúde Pública de

Importância Internacional no início do ano de 2020 (Organização Mundial da Saúde [OMS] & Organização Pan-Americana da Saúde [OPAS], 2020). No Brasil, o primeiro caso registrado foi em 25 de fevereiro de 2020. Atualmente o país tem estabilizado a situação, o qual tem avançado na vacinação da população, reduzindo fortemente as notificações da doença (Ministério da Saúde, 2021b).

Diante do contexto de aumento crescente do número de casos no início da pandemia, foram necessárias medidas de prevenção e promoção em saúde, assim, as principais medidas adotadas por alguns países foram o isolamento e distanciamento social, com a finalidade de reduzir a propagação do vírus (Schmidt et al., 2020). Contudo, os profissionais da saúde permaneceram em suas atividades, por serem essenciais no enfrentamento da doença, assim, estiveram desde o início impossibilitados de ficarem em isolamento social. Essa situação classifica os trabalhadores como um grupo de risco, assim como os demais profissionais dos serviços considerados essenciais para a manutenção da vida (Barroso et al., 2020).

Nesse cenário, os trabalhadores da saúde lidam diariamente com a morte, angústia e medo dos pacientes, assim como estão sempre rodeados de situações que demandam decisões difíceis, as quais podem posteriormente afetar o seu bem-estar físico e mental. Assim, no contexto da pandemia de Covid-19, os profissionais vivenciaram e ainda vivenciam o estresse e o medo que a doença tem ocasionado, apontando para uma grande preocupação na questão da saúde mental dessa categoria no atual momento e no pós-pandemia (Prado et al., 2020).

Conforme a atualização 2020 da Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho no Brasil da Revista Brasileira de Saúde Ocupacional, as doenças e os agravos à saúde relacionados ao trabalho (Dart) “são danos à integridade física ou mental do indivíduo em consequência ao exercício profissional ou às condições adversas em que o trabalho foi realizado”, (Silva-Junior et al., 2022, p. 2). Para os autores, essas demandas podem ser agravadas ou desencadeadas por processos multifatoriais envolvendo as condições de trabalho.

Mediante ao exposto, é preocupante a situação da saúde física e mental dos profissionais, visto que são submetidos a péssimas condições de trabalho, podendo levar ao adoecimento psíquico. Um estudo desenvolvido em cidades da China identificou sintomas de alto nível de insônia, estresse, ansiedade e depressão (Schmidt et al., 2020). Tal condição levou o país a realizar estratégias de intervenção. Nessa perspectiva, no Brasil, o país solicitou psicólogos para a assistência à população geral e profissionais da saúde (Jackson Fiho et al., 2020).

Conforme a OMS, “saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo é capaz de usar suas próprias habilidades, recuperar-se do estresse rotineiro, ser produtivo e contribuir

com a sua comunidade” (Ministério da Saúde, 2017c, p. 1). Ademais, a OMS destaca que uma a cada cinco trabalhadores podem apresentar sofrimento mental, o qual vai impactar diretamente em seu ambiente de trabalho, como baixo desempenho e produtividade, e faltas. Uma das principais causas de estresse e adoecimento relacionados ao trabalho são as situações de competições vivenciadas pelos colaboradores (Ministério da Saúde, 2017c).

Com base nas pesquisas desenvolvidas ao longo da pandemia, é notável a situação crítica que rodeia os trabalhadores da saúde, os quais enfrentam diariamente a necessidade de equipamentos e capacitações para uma melhor prestação dos serviços de saúde e proteção pessoal, como também enfrentam fatores como intensas cargas de trabalho e falta de protocolos específicos. Essas são situações que podem desencadear sintomas de adoecimento psíquico ou agravar demandas já vivenciadas pelo sujeito (Saidel et al., 2020).

Mediante ao exposto, sobre um contexto adoecedor que a categoria dos trabalhadores da área da saúde enfrentam na pandemia da Covid-19, é essencial uma atenção voltada para a saúde destes, tendo em vista que estão na linha de frente ao combate a essa doença que muito afeta a saúde e bem-estar da população em geral. Assim, a pesquisa partiu do seguinte questionamento: qual a situação da saúde mental dos trabalhadores da área da saúde em tempos de pandemia da Covid-19?

Nesse contexto, o presente trabalho pretende contribuir com dados científicos acerca da temática em questão, proporcionando subsídios para a realização de ações psicológicas que possam oferecer atenção e acolhimento aos trabalhadores da saúde. Diante disso, o estudo apresentará a realidade desses sujeitos e suas necessidades, com informações que também contribuirão para a formação acadêmica de estudantes da área da saúde e da psicologia.

Ademais, a pesquisa partiu de um interesse pessoal, em aprofundar os estudos na área da saúde mental, logo, tendo em vista a demanda atual frente à pandemia, o assunto me instigou a voltar o olhar para a saúde dos trabalhadores que lutam diariamente pela vida e bem-estar das pessoas que de cuidados necessitam. Assim, o desenvolvimento de tal pesquisa soma significativamente na minha formação e futura atuação enquanto psicólogo.

Nessa perspectiva, cabe ressaltar que os psicólogos são essenciais nas equipes de saúde em prol da promoção e prevenção das implicações psicológicas, o qual é o profissional qualificado para oferecer o suporte e orientação frente ao adoecimento psíquico apresentado pelo sujeito, sendo capaz de orientar sobre como este poderá estar manejando suas questões (Schmidt et al., 2020).

Diante do exposto, o estudo teve como objetivo geral analisar a situação da saúde mental dos trabalhadores da área da saúde da atenção básica de uma Unidade Básica de Saúde de um

município do interior do Rio Grande do Norte em tempos de pandemia da Covid-19. Com os seguintes objetivos específicos: analisar o que afeta a saúde mental dos trabalhadores da saúde durante a pandemia da Covid-19; verificar os principais sentimentos dos profissionais frente ao cenário da pandemia da Covid-19; e identificar as principais demandas de sofrimento mental entre os trabalhadores da saúde.

O presente artigo está organizado em cinco tópicos, este primeiro corresponde à introdução, com a apresentação da problemática, pergunta de pesquisa, relevância e objetivos do estudo. O segundo tópico descreve sobre os procedimentos metodológicos da pesquisa, como o tipo, local, amostra, instrumentos utilizados na coleta de dados e métodos de análise. O terceiro apresenta o referencial teórico, com a discussão dos principais conceitos em torno da temática. O quarto tópico apresenta os resultados e discussão dos dados obtidos na coleta. Por fim, o artigo traz as conclusões e considerações finais do estudo.

## **Método**

### Tipo de pesquisa

O presente estudo trata-se de uma pesquisa de campo, de caráter descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa. Conforme Gil (2008), o estudo de campo, busca investigar uma realidade específica, a partir de observações com foco no fenômeno ou público que representa a amostra, desse modo, essa modalidade envolve a coleta e registro das informações, por meio de instrumentos viáveis para aquele cenário, um deles o uso de entrevistas.

Com relação à pesquisa de caráter descritiva, pretende descrever as características do fenômeno, com base nos dados registrados dos fatos. Quanto à exploratória, tem por finalidade proporcionar uma maior familiarização do(a) pesquisador(a) com o problema estudado, permitindo uma visão mais ampla do fenômeno investigado (Gerhardt & Silveira, 2009).

Por fim, a pesquisa qualitativa, a qual é uma abordagem que trabalha com a descrição do fenômeno, permitindo o aprofundamento do estudo com as informações coletadas, assim, não se preocupando com a quantificação dos dados. Nesse sentido, esse tipo de pesquisa se preocupa com os “aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (Gerhardt & Silveira, 2009, p. 32).

## Local do Estudo

O estudo foi realizado em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) de uma cidade de pequeno porte localizada no interior do Rio Grande do Norte (RN), um município com aproximadamente 13 mil habitantes, tendo uma distante próxima de 321 km a oeste da capital do estado, Natal (IBGE, 2017).

A referida unidade de saúde é um estabelecimento do tipo centro de saúde e unidade básica, com horário de funcionamento nos turnos matutino e vespertino. A UBS conta com as seguintes especialidades: clínico geral, saúde da família, laboratório de prótese dentária, ginecologista, próteses, órteses, pré-natal/parto e nascimento, cadeiras de rodas e materiais especiais, e tratamento da tuberculose.

No tocante a estrutura física da UBS, é composta pelos seguintes cômodos: recepção, sala de vacina, enfermagem, e de curativos; dois consultórios, sendo do médico, e dentista; sala dos agentes comunitários de saúde (ACS) e do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF), expurgo, cozinha, quatro banheiros, despensa, e sala de esterilização. Com relação aos profissionais que compõem a equipe de saúde, a UBS conta com: uma diretora; uma recepcionista; um médico, um dentista e um auxiliar de bucal, dois enfermeiros, e um técnico de enfermagem; um profissional de serviços gerais; e cinco ACS.

## População e amostra

A população do estudo foram os profissionais de saúde da UBS. Sendo a amostra os que responderam aos seguintes critérios de inclusão: atuar na UBS há mais de um ano, apresentar disponibilidade para responder à entrevista, e aceitar participar da pesquisa. Desse modo, participaram da pesquisa 8 (oito) profissionais, os quais estão atuando ativamente na UBS e se enquadraram nos critérios.

## Coleta de dados

Para a realização da coleta de dados, foi inicialmente solicitada a Carta de Anuência (Anexo A) à secretaria de saúde do município, a qual autoriza a efetivação da pesquisa na UBS. Em seguida foi realizada uma visita à referida UBS, para uma apresentação formal do pesquisador e do estudo a ser desenvolvido, assim como a solicitação dos profissionais para participarem. Após esse momento foi agendado um dia e horário para a realização das entrevistas.

Desse modo, foi desenvolvida uma entrevista individual semiestruturada para a coleta de dados. Conforme Fraser e Gondim (2004, p. 140) essa técnica é um importante método nas

pesquisas qualitativas, a qual “[...] ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos”. Ademais, tem-se um conjunto de perguntas pré-estabelecidas com base no objeto de estudo, assim, é um tipo de entrevista “muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados” (Boni & Quaresma, 2005, p. 75).

A entrevista foi constituída por doze perguntas abertas, divididas em duas partes. A primeira formada por sete questões referentes à identificação dos participantes, com os pontos: idade; gênero; estado civil; profissão; cargo exercido na UBS; e tempo que trabalha na UBS. A segunda parte foi composta por cinco questões direcionadas a saber sobre a saúde mental dos profissionais.

As entrevistas foram realizadas na própria UBS, em uma sala reservada, onde garantiu a privacidade dos profissionais. O pesquisador foi o responsável por realizar as perguntas e transcrever as respostas, conforme o ritmo de cada participante, como também esclareceu as dúvidas em relação aos questionamentos, sem interferir nas respostas.

Por fim, cabe ressaltar que o pesquisador seguiu todos os cuidados recomendados em relação à prevenção ao vírus da doença Covid-19, seguindo as normativas dos órgãos de saúde, para garantir ao máximo possível o bem-estar dos participantes. Assim, foram utilizados equipamentos pessoais, máscaras, álcool, e um metro e meio de distância.

#### Análise dos dados

Com relação à análise dos dados, teve a técnica análise de discurso. Conforme Moreira et al. (2007, p. 35) essa técnica tem como objetivo principal “realizar uma reflexão sobre as condições de produção e apreensão do significado de determinado fenômeno”. Desse modo, após a coleta foi realizada a análise com a interpretação e apresentação dos dados obtidos, e as discussões com a literatura científica.

Neste seguimento, para a apresentação dos resultados foram desenvolvidas três categorias a partir da entrevista utilizada, as quais foram discutidas no tópico *Resultados e discussão*. Essas foram compostas pelas questões que se apresentam com o mesmo objetivo, para agrupar e estruturar as informações coletadas. Foram elas: identificação dos participantes; rotina de trabalho e principais sentimentos envolvidos; fatores influenciadores do sofrimento mental e principais demandas.

Ademais, considerando o direito dos participantes com relação ao sigilo dos dados pessoais, os profissionais da saúde que participaram do estudo respondendo a entrevistas, estão

identificados no decorrer dos resultados e discussão, com um código identificador de confidencialidade, composto pela letra PS (Profissional da Saúde) e um número (numeração de 1 a 8), quantidade que corresponde ao total de participantes.

### **Aspectos éticos**

Para a realização da pesquisa foi utilizado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que esclarece sobre o estudo desenvolvido e sua finalidade, assim como, os direitos dos participantes, assegurando o total sigilo e anonimato dos entrevistados. Desse modo, para a apresentação dos resultados e discussão, foi utilizada a sigla PS, representando os participantes, a fim de que se possa preservar a integridade dos mesmos.

Portanto, a pesquisa teve por procedência acatar aspectos éticos descritos na Resolução nº 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), sobre os estudos desenvolvidos com seres humanos, assegurando os seus direitos como de confidencialidade e sigilo, ser de livre escolha a participação, e respeito às limitações desses (Resolução n. 466, 2012).

### **Referencial Teórico**

#### **Pandemia da Covid-19 e atuação da equipe de saúde**

Atualmente os sistemas de saúde do mundo todo enfrentam um grande desafio nos serviços de prevenção, promoção e tratamento da doença Covid-19, uma doença altamente infecciosa causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), o qual é o vírus da doença. Surgiu na China, com o primeiro e rapidamente se disseminou por vários outros países, levando a Organização Mundial de Saúde (OMS) a considerar uma demanda de pandemia e emergência de saúde pública de importância internacional (Campos et al., 2020; Gleriano et al., 2020).

O SARS-CoV-2 foi identificado como o novo coronavírus, o agente etiológico da Covid-19. A doença recebeu o referido nome pela OMS (Dias et al., 2020). Segundo o Ministério da Saúde os coronavírus fazem parte de “uma grande família de vírus comuns em muitas espécies diferentes de animais, incluindo camelos, gado, gatos e morcegos. Raramente, os coronavírus que infectam animais podem infectar pessoas, como exemplo do MERS-CoV e SARS-CoV” (Ministério da Saúde, 2021a, p. 1).

No tocante aos sintomas da doença, pode apresentar variações, com sintomas leves como tosse e febre a queixas mais graves como síndromes respiratórias que demandam a hospitalização do sujeito. Assim, esses são presentes conforme a classificação do caso, os quais

são: caso assintomático, quando o paciente não apresenta sintomas; caso leve, sintomas não específicos; caso moderado, pode incluir sintomas leves e persistentes; caso grave, caracterizado como a Síndrome Respiratória Aguda Grave, o qual apresenta, sintomas graves da doença; caso crítico, considerado o mais grave, pois o paciente necessita de intervenções com a internação na unidade de terapia intensiva para auxílio do respirador artificial (Ministério da Saúde, 2021d).

Nesse cenário, o processo de hospitalização tem se destacado na assistência aos casos mais graves da doença, sendo que 5% a 10% dos pacientes internados são encaminhados para a terapia intensiva (Nascimento et al., 2020). Essa demanda tem exigido cada vez mais a ampliação da estrutura dos hospitais, os quais devem oferecer medidas seguras de acolhimento ao sujeito e os equipamentos necessários para a assistência que o caso requer (Oliveira et al., 2020).

Essa emergência de saúde exigiu a ampliação dos serviços e ações diretas de assistência a pessoas infectadas pelo vírus, e conseqüentemente causou também a exposição dos profissionais das equipes de saúde ao vírus da doença. Nesse cenário, os sistemas de saúde, assim como da assistência social buscam elaborar projetos e estratégias para o enfrentamento da Covid-19, tornando a doença uma demanda que requer medidas de diferentes áreas e políticas públicas (Duarte et al., 2020).

No Brasil, o sistema único de saúde (SUS) é a principal política pública que trabalha no enfrentamento da doença, com ações direcionadas à prevenção e assistência aos casos, a partir da atuação de uma equipe de profissionais especializados e capacitados, pela coordenação da gestão e com universidades que contribuem com produções científicas sobre a doença (Gleriano et al., 2020).

Nessa perspectiva, cabe ressaltar sobre a atenção básica ou Atenção primária à saúde (APS), a qual é considerada a porta de entrada para os demais serviços da rede de assistência à saúde, assim, promovendo o acolhimento inicial ao sujeito com Covid-19. A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) apresenta art. 2º, a conceituação da atenção básica como um conjunto de “ações de saúde individuais, familiares e coletivas que envolvem promoção, prevenção, proteção, diagnóstico, tratamento, reabilitação, redução de danos, cuidados paliativos e vigilância em saúde, desenvolvida por meio de práticas de cuidado integrado e gestão qualificada, realizada com equipe multiprofissional [...]” (Portaria n. 2.436, 2017, p. 1).

Nesse sentido, a APS é considerada um importante pilar frente à emergência da Covid-19, a qual para garantir uma assistência segura é necessário, o planejamento de ações com a



organização dos serviços e ampliação das estruturas da Unidade Básica de Saúde (UBS) (Sarti et al., 2020). Sobre essa discussão, Medina et al. (2020) destacam o seguinte:

A qualidade do atendimento na APS e a continuidade do cuidado aos pacientes com COVID-19 só podem ser asseguradas com recursos adequados que garantam a segurança do paciente e resolubilidade do problema. Na avaliação da gravidade dos casos e de sua evolução, a medição do nível de saturação de oxigênio no sangue é importante, sendo necessário disponibilizar oxímetro para as equipes, para uso na triagem, atendimento presencial e em domicílio, no acompanhamento de casos suspeitos e confirmados. Quanto à continuidade do cuidado ao paciente, é mister que serviços de APS estejam integrados à rede de emergência, hospitalar e de transporte sanitário, associada à regulação de leitos com definição de fluxos e canais de comunicação abertos e ágeis, para a garantia de cuidado oportuno, conforme a gravidade. (Medina et al., 2020, p. 2).

Portanto, as unidades de assistência à saúde buscam oferecer equipes multiprofissionais para atuarem visando um objetivo comum, o enfrentamento da doença, por meio de ações multidisciplinares e interdisciplinares diante as funções específicas no combate ao vírus, desse modo, cabe ressaltar que esses trabalhadores devem ser orientados e capacitados para proporcionar um acolhimento eficaz frente à demanda da Covid-19 como também, de segurança no trabalho, visto que a doença põe em risco a saúde dessa categoria em seu ambiente laboral, os quais são particularmente susceptíveis a infecção (Guimarães et al., 2020). Sobre esse ponto, de atuação em equipe, os autores destacam o seguinte:

A multiprofissionalidade diz respeito ao trabalho conjunto de várias categorias que culmina na articulação das ações e cooperação mútua com foco em um objetivo comum. A eficiência e eficácia da assistência à saúde demandam uma modalidade de trabalho em equipe com a conexão das diferentes ações e distintos profissionais. (Guimarães et al., 2020, p. 9).

Nesse contexto, são os profissionais da área da saúde que estão na linha de frente ao enfrentamento da Covid-19, atuando conforme as recomendações dos órgãos de saúde, em ações preventivas, buscando detectar precocemente os casos de infecção e promover assistência aos casos confirmados, nesse sentido, “as medidas de prevenção e controle de infecções devem ser aplicadas nos serviços de saúde pelos profissionais para evitar ou reduzir ao máximo a

transmissão de microrganismos durante a realização de qualquer assistência à saúde” (Guimarães et al., 2020, p. 12).

Portanto, é possível pontuar que esse contexto pandêmico retrata o quanto os profissionais da saúde são essenciais na luta contra doenças como da Covid-19. Nessa perspectiva, é preciso um olhar reflexivo em relação à formação dessa categoria, assim como da educação permanente para capacitar esse trabalhador para as demandas atuais, visto que o cenário atual revelou a fragilidade na qualificação e vinculação necessária para a atuação.

### **Saúde mental dos profissionais da saúde em tempos de pandemia da Covid-19**

Como mencionado anteriormente, a saúde mental pode ser entendida como um estado de saúde e bem-estar que o sujeito vivencia em suas diferentes dimensões da vida, com a capacidade de usar suas habilidades e enfrentar as situações adversas, recuperando-se do estresse rotineiro (Ministério da Saúde, 2017c).

Conforme Camelo e Angerami (2008), considerando o ambiente de trabalho, os autores destacam que estressores ocupacionais estão frequentemente relacionados a dinâmica do trabalho, podendo ser citadas a de carga exaustiva de atividades, a falta de capacitação e orientação para as demandas, as relações conflituosas com os supervisores e entre a equipe, a falta de controle sobre a tarefa, entre outros.

Considerando essa situação, os riscos vivenciados no próprio ambiente de trabalho, podem ocasionar estresse ocupacional e riscos psicossociais. Sobre tais riscos, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) destaca que consiste na interação entre o trabalho, satisfação e condições da organização, como também consiste nas capacidades do profissional, suas habilidades e capacidades, e sua situação fora do cenário do trabalho (Camelo & Angerami, 2008).

No tocante aos serviços realizados por trabalhadores da área da saúde, podem ser encontrados no ambiente de trabalho, alguns fatores causadores de estresse e reações desagradáveis diante das diversas situações que vivenciam na rotina desgastante com atividades excessivas e prolongando a carga horária de trabalho, contribuindo negativamente para o sofrimento mental (Humerez et al., 2020).

Desse modo, as equipes encontram situações desafiadoras e provocadoras de incertezas e insegurança diante das dificuldades no trabalho (Humerez et al., 2020). Atualmente, os profissionais estão vivenciando situações incertas e de risco em tempos pandêmicos da Covid-19, enfrentando a sobrecarga de trabalho, falta de equipamentos e de apoio necessário dos órgãos públicos, e de capacitações. Tais condições podem afetar diretamente a saúde dos

trabalhadores na assistência à população, aumentando a exposição à doença e ao sofrimento mental decorrente de queixas advindas do atual cenário (Barroso et al., 2020).

Após a OMS classificar a doença da Covid-19 uma pandemia no início do ano de 2020, o Brasil registrou rapidamente o aumento crescente de casos, se caracterizando como um cenário de medo e incertezas para a população e trabalhadores de diferentes áreas, entre elas o campo da saúde, o qual se apresentou como um ambiente de risco para os profissionais da área (Souza et al., 2021).

Diante desse contexto de alta disseminação da doença e de mortalidade ocasionada pela mesma, os trabalhadores da saúde tornaram-se essenciais na promoção e prevenção em saúde, situação que colocou esses em contato direto com as pessoas infectadas, de modo a vivenciarem a angústia e medo do paciente com Covid-19, condição que também apresentou altos índices de sofrimento psíquico nos profissionais, com demandas como ansiedade, medo, depressão, angústia, entre outras (Prado et al., 2020).

O estudo de Prado et al. (2020) apresentou dados de uma pesquisa desenvolvida com os profissionais da saúde, com resultados em relação à presença de demandas de ordem mental, os quais identificaram índices de estresse em 59% dos participantes, depressão com 12,7% a 50,4%, ansiedade de 20,1% a 44,6%.

Portanto, diante da discussão desenvolvida até o momento, é visível o quanto a pandemia da Covid-19 pode impactar na saúde mental dos profissionais da área da saúde, sendo as principais implicações a ansiedade, depressão e estresse, condições que afetam a rotina diária no ambiente de trabalho e na vida pessoal (Bezerra et al., 2020).

Ademais, cabe ressaltar, que os profissionais da saúde no Brasil, já vivenciavam, mesmo antes da pandemia, vários desafios relacionados ao trabalho que influenciavam na saúde mental. Assim, com o cenário de pandemia, essas questões podem ter sido intensificadas, agravando demandas já existentes entre a equipe e desencadeando outras queixas, situação que exige o planejamento de ações estratégicas de cuidado à saúde mental do trabalhador da saúde (Saidel et al., 2020).

Mediante tais questões em torno da saúde mental da categoria e os riscos que esta corre diariamente em sua prática, se torna necessário o desenvolvimento de estratégias e intervenções psicológicas, com a finalidade de reduzir os danos provocados, de modo a promover ações em saúde mental do trabalhador durante e pós-pandemia, situação em que exigirá de todos, adaptações às transformações ocorridas e as perdas vivenciadas (Prado et al., 2020).

## Resultados e Discussão

### Identificação dos participantes

A identificação do perfil dos profissionais da saúde é composta com os dados constantes na Tabela 1, que envolvem idade, gênero e estado civil, e na Tabela 2, com a profissão, cargo que exerce na UBS, o tempo que trabalha na UBS, e a carga horária semanal na UBS.

**Tabela 1:**

*Perfil sociodemográfico dos participantes da pesquisa*

Identificação	Idade	Gênero	Estado civil
PS1	42 anos	Feminino	Solteira
PS2	29 anos	Feminino	Solteira
PS3	52 anos	Feminino	Solteira
PS4	42 anos	Feminino	Solteira
PS5	31 anos	Feminino	Solteira
PS6	52 anos	Feminino	Solteira
PS7	47 anos	Feminino	Viúva
PS8	27 anos	Masculino	Solteiro

Fonte: elaboração própria do pesquisador com os dados da pesquisa de campo (2022).

**Tabela 2:**

*Perfil profissional dos participantes da pesquisa*

Identificação	Profissão	Cargo na UBS	Tempo que trabalha na UBS	Carga horária semanal
PS1	Agente de saúde	Agente de saúde	17 anos	40 horas
PS2	Recepcionista	Recepcionista	4 anos	40 horas
PS3	Contadora	Agente de saúde	2 anos e 8 meses	40 horas
PS4	Técnica de enfermagem	Agente de saúde	14 anos	40 horas
PS5	Enfermeira	Enfermeira	2 anos	40 horas
PS6	Agente de saúde	Agente de saúde	12 anos	40 horas

PS7	Funcionária pública	Diretora da UBS	10 anos	40 horas
PS8	Dentista	Dentista	2 anos	40 horas

Fonte: elaboração própria do pesquisador com os dados da pesquisa de campo (2022).

O estudo verificou a predominância de profissionais da saúde do gênero feminino, com um total de sete participantes, sendo somente um do gênero masculino. Com idade entre 27 e 52 anos, tendo uma média de 40 anos. No que se refere ao estado civil, a maioria (sete) são solteiros, e apenas uma se apresentou como viúva.

Conforme os estudos, os trabalhos da área da saúde, principalmente da enfermagem, eram desde os primórdios, ocupados principalmente por mulheres. Isso em decorrência do cuidado ser atribuído à mulher nas divisões de funções, e ao homem serviços como de engenharia. Desse modo, era papel da mulher promover a assistência, e tal cenário predomina nos dias atuais, reafirmado pela feminização em serviços como da área da saúde (Bublitz et al., 2015; Rodrigues et al., 2015).

Com relação à profissão dos participantes do estudo, observou-se variação nos resultados, como descritos no Tabela 2, apresentando as seguintes profissões: recepcionista, contadora, técnica de enfermagem, enfermeira, funcionária pública, dentista, e agente de saúde. No tocante ao cargo exercido na UBS, foram identificadas atuações nas áreas de: recepção, enfermagem, dentista, agentes de saúde, e direção da UBS.

Sobre o tempo de atuação dos profissionais na UBS, verificou-se uma média de 8 anos, estando entre 2 a 17 anos. Sendo destes, quatro com tempo de trabalho acima de 10 anos, e os demais abaixo de 4 anos. Por fim, a carga horária, predominou entre todos os profissionais, às 40 horas semanais.

### **Rotina de trabalho e principais sentimentos envolvidos**

A segunda categoria foi composta pelas questões da entrevista que englobam os questionamentos sobre a rotina de trabalho e os principais sentimentos envolvidos em seu ambiente de trabalho frente ao cenário da pandemia da Covid-19. Dessa forma, foi inicialmente questionado sobre a rotina de trabalho na UBS, verificando uma rotina sobrecarregada, cansativa e estressante, mas ao mesmo tempo gratificante, por estarem atuando em uma área que tem o foco na saúde e bem-estar da população. Como descrito nas falas de PS4 “É muito gratificante ser profissional de saúde, mas, um pouco cansativo” e de PS5:

Uma vida bastante corrida, estressante e, ao mesmo tempo, gratificante. Como falei acima trabalho 40 horas semanais, com atendimentos de pré-natal, Acompanhamento de consulta de crescimento e desenvolvimento infantil (CD), planejamento familiar, vacinação dentre outras demandas na unidade, são cinco dias de atendimento onde cada profissional tem seu próprio cronograma sendo adaptado a cada demanda, por exemplo, toda demanda de pré-natal e atendimento de CD é compartilhado com enfermeiro e dentista. Temos o dia de visita domiciliar juntamente com o médico para aquelas pessoas que não podem ir à unidade. (PS5).

Conforme Camelo e Angerami (2008), a sobrecarga de atividades realizadas pelo trabalhador reduz a sua inserção em outras áreas da vida, como em cenários de lazer e entre família, reduzindo o sujeito ao ambiente de trabalho e desgaste emocional, causando problemas de saúde e mal-estar. Ademais, essa condição também pode desencadear conflitos entre a equipe, provocando sensações de frustração, insatisfação e estresse.

Nesse sentido, os trabalhadores da saúde também vivenciam a lógica do capitalismo e o desgaste inerente ao trabalho, assim, Bernardo et al. (2011) pontua ser importante voltar a atenção para a rotina de trabalho na área da saúde, pois reduz o espaço para discussões e relacionamento afetivo entre a equipe, sendo essencial discutir sobre a formação e prática dos trabalhadores, para evitar o desgaste ocupacional e desencadeamento de demandas como a síndrome de burnout.

Nesse segmento, buscou-se identificar os principais sentimentos vivenciados pelos profissionais frente ao trabalho no cenário da pandemia da Covid-19. Constou sentimentos descritos como desagradáveis e negativos, com predominância de medo, angústia, insegurança e estresse. Tais dados podem ser confirmados nos relatos dos profissionais, como de PS3 e PS5.

“Sentimento de tristeza, angústia onde perdemos pessoas do nosso convívio e não podemos fazer nada.” (PS3), e “Meu principal sentimento foi o medo, ele tomou conta de mim e, ao mesmo tempo, eu teria que ser forte para dar suporte a outras pessoas por eu ser linha de frente.” (PS5). Assim como observado no estudo tais colocações dos participantes, os autores Moreira et al. (2020), também constataram em seus estudos, resultados sobre os sentimentos semelhantes ao da presente pesquisa, como o medo, insegurança, estresse, ansiedade e outros como sentimentos de desamparo, insônia, depressão e tentativas de suicídio.

Foi citado ainda por PS1 e PS6, a ansiedade diante daquele contexto incerto e de riscos a si e aos seus familiares. Conforme Rocha et al. (2020) a ansiedade é uma emoção do ser

humano, uma resposta de adaptação que se manifesta como um desconforto mediante a algo desconhecido, essencial para o dia a dia do sujeito. Contudo, quando essa ansiedade se apresenta de forma frequente, prejudicando as atividades diárias e causando mal-estar, passa a ser considerada patológica.

Os sentimentos vivenciados pelos profissionais da saúde são decorrentes das situações que eles enfrentam diariamente, apresentando também o quanto são vulneráveis e fragilizados pelas condições impostas. Como consequência dessa situação, também está a síndrome de burnout, que diz respeito ao esgotamento emocional e físico do trabalhador, decorrente do desgaste ocupacional. Ademais, tais demandas, podem ainda interferir negativamente nas atividades que estes profissionais desempenham em seu ambiente de trabalho (Faria & Figueredo, 2017).

### **Fatores influenciadores do sofrimento mental e principais demandas**

A última categoria foi formada por três perguntas referentes aos possíveis influenciadores de sofrimento mental e as principais demandas identificadas pelos profissionais. Desse modo, mediante os dados constatados e apresentados na segunda categoria, verificou-se que ser trabalhador da área da saúde, é um fator que tem contribuído para o sofrimento mental dos profissionais da saúde no cenário de pandemia, em que todos os participantes do estudo pontuaram sua área de trabalho como um potencial causador de sentimentos desagradáveis vivenciados mediante os riscos de atuarem na linha de frente na prevenção de saúde e enfrentamento da doença, como também a sobrecarga de trabalho, afeta negativamente sua saúde física e mental.

Sobre esse ponto, cabe ressaltar as falas de alguns participantes, como “Sim, por sermos linha de frente sofremos mais com o aumento de trabalho de todos os profissionais.” (PS1), “Sim, mexe muito com o nosso psicológico.” (PS2), “Sim, extremamente. Pois, a linha de frente da recepção ao médico, sofreu junto toda essa pandemia. Muitos colegas adoeceram devido ao estresse, sobrecarga de trabalho que duplicou nesse período, não foi fácil.” (PS5), e “Sim, por causa das perdas dos pacientes que eu monitorava e da carga de trabalho.” (PS6).

Humerez et al. (2020) destacam que os trabalhadores da saúde estão vulneráveis a vivenciar incertezas e preocupações em sua atuação, caracterizando essa área como cenário que tem apresentado cada vez mais queixas de saúde mental, o qual intensifica ou desencadeia sentimentos desagradáveis e sintomas de ansiedade, e depressão.

Nesse sentido, foram relatados pelos participantes, alguns fatores do ambiente de trabalho que os profissionais identificam como influenciadores de sofrimento mental. Foram

citados a carga de trabalho exaustiva, a falta de comunicação entre a equipe do serviço, a cobrança dos supervisores e a falta de apoio dos órgãos públicos.

Os referidos resultados podem ser observados nas falas dos profissionais: “Sim, a falta de comunicação entre os profissionais, apoio e segurança a nós profissionais por parte dos órgãos públicos. “(PS1), “Sim, como já havia citado sobrecarga de trabalho e algumas vezes a falta de comunicação entre equipe.” (PS5), e “Sim, 2 anos de trabalho que é muito estressante, as cobranças excessivas dos superiores, a falta de recompensa pelo o bom trabalho feito, a desunião dos profissionais.” (PS8).

Assim como identificado alguns fatores que contribuem para o sofrimento mental dos profissionais, o estudo de Silva et al. (2021), também constatou dados semelhantes aos dados encontrados no presente estudo, como a carga horária de trabalho, falta de equipamentos e infraestrutura necessária para a realização dos serviços, e o medo de contrair a doença e de transmitir para familiares e amigos, são alguns dos principais influenciadores no aumento de ansiedade e sentimentos desagradáveis nos períodos epidêmicos.

Diante disso, Dantas (2021) alerta para a necessidade de cuidados voltados para a saúde mental dos trabalhadores da saúde, pois ao reconhecer tais fatores, é possível pensar que quanto mais presentes e frequentes esses influenciadores persistirem no ambiente de trabalho, mais demandas poderão ser desencadeadas referentes ao desgaste emocional, a reduzida realização no trabalho, e da falta de investimentos nas necessidades que os serviços necessitam.

Por fim, buscou-se identificar se existem demandas de sofrimento mental que são decorrentes do trabalho no campo da saúde, destacando há quanto tempo são vivenciadas. Desse modo, identificou-se a presença somente na fala de dois participantes (PS1 e PS6), com as seguintes falas: “Sim, esgotamento físico, ansiedade, sentimento de impotência, raiva, medo, tristeza, e angústia.” (PS1) e “Sim, estresse, angústia, ansiedade, há uns 5 anos falta de memória.” (PS6).

Os demais trabalhadores da saúde participantes do estudo relataram que não apresentam demandas. Entre estes, PS5 relatou: “Não considero que seja sofrimento mental, mas considero ser extremamente cansativo o trabalho de uma enfermeira em uma UBS e isso ficou pior pós-pandemia. A sobrecarga de trabalho muitas vezes me deixou desmotivada de minha profissão.”.

Estudos realizados na China, identificaram que a categoria de profissionais da área da saúde apresentaram queixas decorrentes da pandemia da Covid-19, como estresse pós-traumático. Constataram relatos de sintomas depressivos, de ansiedade e distúrbios do sono (Saidel et al., 2020). Ainda conforme os autores, tais demandas são influenciadas pela carga de trabalho excessiva e risco vivenciados no ambiente de trabalho, tornando os trabalhadores



vulneráveis à exaustão física e psíquica, por esses fatores serem considerados agravantes de sofrimento mental (Saidel et al., 2020).

Nesse sentido, ser trabalhador da área da saúde e atuar na linha de frente no combate à pandemia da Covid-19, é um fator de risco para sofrimento mental, sendo prevalentes relatos de sintomas principalmente ansiosos e de estresse entre as equipes de saúde, estando com maior risco os profissionais da enfermagem (Silva et al., 2021). Portanto, mediante tais dados, surge a necessidade de ações que objetivem o cuidado à saúde desses profissionais, como também o fornecimento de acolhimento e tratamento adequado às demandas apresentadas.

Diante dessa perspectiva, cabe ser pontuado sobre a importância da psicologia ao campo da saúde do trabalhador, para a compreensão do sujeito como um ser biopsicossocial, que considera a subjetividade do trabalhador e as suas vivências de sofrimento no trabalho e as demandas decorrentes de suas atividades e relações do ambiente de trabalho (Bouyer, 2010).

## **Conclusões**

Este estudo possibilitou conhecer e refletir sobre o estado atual de saúde dos profissionais da área da saúde em tempos de pandemia, destacando os possíveis fatores aos quais os trabalhadores podem estar expostos no ambiente de trabalho, e os principais sentimentos envolvidos nessa situação, bem como as demandas de sofrimento mental. Desse modo, o presente trabalho, por meio da efetivação da pesquisa, conseguiu responder ao questionamento da problemática e alcançar os objetivos propostos.

Portanto, apresentou resultados relevantes e discutidos com base científica sobre a temática, verificando que a saúde dos trabalhadores sofre impactos consideráveis com o cenário da pandemia, que causa medo, insegurança, ansiedade, entre outras reações que podem estar sendo vivenciadas pelas equipes. Nessa perspectiva, cabe ressaltar a relevância de ações interventivas direcionadas a esse público, que estão com a saúde vulnerável diante cenários pandêmicos.

Nesse sentido, a partir das discussões desenvolvidas neste trabalho, espera-se que essas possam ser ampliadas, visando obter dados que possam dar continuidade aos pontos que podem ser incluídos na temática, bem como possa ser convertida em proposta de ação que busque atender as necessidades dos trabalhadores da saúde, voltando o olhar sobre a saúde mental dessa categoria e na busca de melhores condições de trabalho, resultando em um bem-estar no trabalho e na vida pessoal, e conseqüentemente na qualidade de vida desses profissionais.

Ademais, para essa construção, foram encontradas ainda limitações, no que se refere a realização da coleta de dados, pois a mesma ocorreu por meio de uma pesquisa de campo, sendo necessário o contato direto com os participantes, assim como todos os cuidados éticos e de segurança, visto que mesmo com as vacinas e redução dos casos, ainda são registrados casos de Covid-19, sendo a prevenção é o melhor caminho. Contudo, é possível destacar que esse momento permitiu ainda aos profissionais um espaço de fala sobre suas queixas diante daquele cenário e das condições impostas, momento em que relataram como se sentiam. Portanto, também foi um espaço de acolhimento e escuta significativa para os participantes do presente estudo, que apresentaram a necessidade de fala e de assistência.

## Referências

- Bezerra, G. D., Sena, A. S. R., Braga, S. T., Santos, M. E. N., Correia, L. F. R., Freitas Clementino, K. M., Carneiro, Y. V. A, & Pinheiro, W. R. (2020). O impacto da pandemia por COVID-19 na saúde mental dos profissionais de saúde: revisão integrativa. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, 93(1), 1-20. <https://doi.org/10.31011/reaid-2020-v.93-n.0-art.758>
- Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, 1(3), 68-80. <https://doi.org/10.5007/%25x>
- Bouyer, G. C. (2010). Contribuição da Psicodinâmica do Trabalho para o debate: "o mundo contemporâneo do trabalho e a saúde mental do trabalhador". *Revista brasileira de saúde ocupacional*, 35(122), 249-259. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572010000200007>
- Bernardo, M. H., Seligmann-Silva, E., Maeno, M., & Kato, M. (2011). Ainda sobre a saúde mental do trabalhador. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 36(123), 8-11. <https://doi.org/10.1590/S0303-76572011000100002>
- Bublitz, S., Guido, L. A., Kirchhof, R. S., Neves, E. T., & Lopes, L. F. D. (2015). Perfil sociodemográfico e acadêmico de discentes de enfermagem de quatro instituições brasileiras. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 36(1), 77-83. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2015.01.48836>
- Barroso, B. I. L., Souza, M. B. C. A., Bregalda, M. M., Lancman, S., & Costa, V. B. B. (2020). Saúde do trabalhador em tempos de COVID-19: reflexões sobre saúde, segurança e terapia ocupacional. *Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional*, 28 (3), 1093-1102. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF2091>
- Camelo, S. H. H., & Angerami, E. L. S. (2008). Riscos psicossociais no trabalho que podem levar ao estresse: uma análise da literatura. *Ciência, Cuidado e Saúde*, 7(2), 234-240. <https://doi.org/10.4025/ciencuidsaude.v7i2.5010>

- Campos, M. R., Schramm, J. M. A., Emmerick, I. C. M., Rodrigues, J. M., Avelar, F. G., & Pimentel, T. G. (2020). Carga de doença da COVID-19 e de suas complicações agudas e crônicas: reflexões sobre a mensuração (DALY) e perspectivas no Sistema Único de Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(1), 1-14. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00148920>
- Duarte, M. M. S., Haslett, M. I. C., Freitas, L. J. A., Gomes, N. T. N., Silva, D. C. C., Percio, J., Wada, M. Y., Fantinato, F. F. S. T., Almeida, W. A. F., Silva, D. A., Gava, C., França, G. V. A., Macário, E. M., Baêta, K. F., Malta, J. M. A. S., & Alves, A. J. S. (2020). Descrição dos casos hospitalizados pela COVID-19 em profissionais de saúde nas primeiras nove semanas da pandemia, Brasil, 2020. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29(5), 1-8. <https://doi.org/10.1590/S1679-49742020000500011>
- Dias, V. M. C. H., Carneiro, M., Vidal, C. F. L., Corradi, M. D. F. D. B., Brandão, D., Cunha, C. A., Chebal, A., Oliveira, P. R. D., Michelin, L., Rocha, J. I. L., Waib, L. F., Carrilho, C. M., Lobo, S. M. A., Oliveira, M. C., Nunes, R. R. Diego, L. A. S., Santos, A. S., Muglia, V., Souza Jr, A. S., ... & Moura Neto, J. A. (2020). Orientações sobre diagnóstico, tratamento e isolamento de pacientes com COVID-19. *J Infect Control*, 9(2), 56-75. [http://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/05/Journal\\_Infection\\_Control.pdf](http://www.abennacional.org.br/site/wp-content/uploads/2020/05/Journal_Infection_Control.pdf)
- Dantas, E. S. O. (2021). Saúde mental dos profissionais de saúde no Brasil no contexto da pandemia por Covid-19. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, 25(1), 1-9. <https://doi.org/10.1590/Interface.200203>
- Fraser, M. T. D., & Gondim, S. M. G. (2004). Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. *Paidéia (Ribeirão Preto)*, 14(28), 139-152. <https://doi.org/10.1590/S0103-863X2004000200004>
- Faria, S. D., & Figueiredo, J. S. (2017). Aspectos emocionais do luto e da morte em profissionais da equipe de saúde no contexto hospitalar. *Psicologia Hospitalar*, 15(1), 44-66. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-74092017000100005#:~:text=Outro%20sentimento%20vivenciado%20pelos%20profissionais,exposi%C3%A7%C3%A3o%20cr%C3%B4nica%20aos%20estressores%20psicossociais](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-74092017000100005#:~:text=Outro%20sentimento%20vivenciado%20pelos%20profissionais,exposi%C3%A7%C3%A3o%20cr%C3%B4nica%20aos%20estressores%20psicossociais)
- Gleriano, J. S., Fabro, G. C. R., Tomaz, W. B., Goulart, B. F., & Chaves, L. D. P. (2020). Reflexões sobre a gestão do Sistema Único de Saúde para a coordenação no enfrentamento da COVID-19. *Escola Anna Nery*, 24(spe), 1-8. <https://doi.org/10.1590/2177-9465-EAN-2020-0188>
- Guimarães, A. S. M., Cunha, T. G. S., Santos, T. A., & Freire, L. B. V. (2020). Atuação da equipe multiprofissional em saúde, no cenário da pandemia por Covid 19. *Health Residencies Journal-HRJ*, 1(2), 1-22. <https://escsresidencias.emnuvens.com.br/hrj/article/view/37/21>
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Editora da UFRGS. <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.). Atlas.

- Humerez, D. C., Ohl, R. I. B., & Silva, M. C. N. (2020). Saúde mental dos profissionais de enfermagem do Brasil no contexto da pandemia covid-19: ação do conselho federal de enfermagem. *Cogitare Enfermagem*, 25(1), 1-10. <http://dx.doi.org/10.5380/ce.v25i0.74115>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2017). *Patu - Rio Grande do Norte*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/patu/panorama>
- Jackson Fiho, J. M. J., Assunção, A. Á., Algranti, E., Garcia, E. G., Saito, C. A., & Maeno, M. (2020). A saúde do trabalhador e o enfrentamento da COVID-19. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 45. <https://doi.org/10.1590/2317-6369ED0000120>
- Lima, R. C. (2020). Distanciamento e isolamento sociais pela Covid-19 no Brasil: impactos na saúde mental. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 30(2), 1-10. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300214>
- Ministério da Saúde. (2021a). *Coronavírus (COVID-19): sobre a doença*. <https://coronavirus.saude.gov.br/sobre-a-doenca#o-que-e-covid>
- Ministério da Saúde. (2021b). *Painel Coronavírus*. <https://covid.saude.gov.br/>
- Ministério da Saúde. (2021c). “Saúde mental no trabalho” é um tema do Dia Mundial da Saúde Mental 2017, comemorado em 10 de outubro. Biblioteca Virtual em Saúde. <https://bvsm.saude.gov.br/saude-mental-no-trabalho-e-tema-do-dia-mundial-da-saude-mental-2017-comemorado-em-10-de-outubro/>
- Ministério da Saúde (2021d). *Covid-19 – Perguntas e Respostas*. <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/perguntas-e-respostas>
- Moreira, S. N. T., Galvão, L. L. L. F., Melo, C. O. M., Azevedo, G. D. Fundamentos da abordagem qualitativa para a pesquisa em saúde sexual e reprodutiva. *Revista Colombiana de Obstetricia y Ginecología*, 58(1), 27-37, 2007. <http://www.scielo.org.co/pdf/rcog/v58n1/v58n1a05.pdf>
- Moreira, W. C., Sousa, K. H. J. F., Sousa, A. R., Silva Santana, T., Zeitoune, R. C. G., & Sousa, M. P. S. (2020). Intervenções em saúde mental em tempos de COVID-19: *Scoping review*, 1(1), 1-21. <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.1007>
- Medina, M. G., Giovanella, L., Bousquat, A., Mendonça, M. H. M., & Aquino, R. (2020). Atenção primária à saúde em tempos de COVID-19: o que fazer?. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(8), 1-5. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00149720>
- Nascimento, J. H. P., Gomes, B. F. O., Carmo Júnior, P. R., Petriz, J. L. F., Rizk, S. I., Costa, I. B. S. S., Lacerda, M. V. G., Bacal, F., Hajjar, L. A., & Oliveira, G. M. M. (2020). COVID-19 e estado de hipercoagulabilidade: uma nova perspectiva terapêutica. *Arquivos Brasileiros de Cardiologia*, 114(5), 829-833. <https://doi.org/10.36660/abc.20200308>
- Organização Mundial da Saúde – OMS & Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS. (2020). *Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus)*. OMS, OPAS.

[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:COVID-19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:COVID-19&Itemid=875)

- Oliveira, W. K., Duarte, E., França, G. V. A., & Garcia, L. P. (2020). Como o Brasil pode deter a COVID-19. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 29(2), 1-8. <https://www.scielosp.org/article/ress/2020.v29n2/e2020044/pt/>
- Portaria n. 2.436, de setembro de 2017. Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Ministério da Saúde. [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436\\_22\\_09\\_2017.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt2436_22_09_2017.html)
- Prado, A. D., Peixoto, B. C., Silva, A. M. B., & Scalia, L. A. M. (2020). A saúde mental dos profissionais de saúde frente à pandemia do COVID-19: uma revisão integrativa. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, 1(46), 1-9. <https://doi.org/10.25248/reas.e4128.2020>
- Resolução n. 466, de 12 de dezembro de 2012. Ministério da Saúde & Conselho Nacional de Saúde. (2013). Dispõe sobre diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. [https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466\\_12\\_12\\_2012.html](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html)
- Rodrigues, A. S., Oliveira, G. R. S. A., Oliveira, J. F., Souza, M., Neri, P. N. P., & Araújo, A. J. S. (2015). Estudantes de curso técnico de enfermagem sob a perspectiva de gênero. *Revista de enfermagem UFPE*, 9(5), 8361-67. <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v9i5a10600p8361-8367-2015>
- Rocha, M. E., Freire, K. P., Reis, W. P. D., Vieira, L. T. Q., & Sousa, L. M. (2020). Fatores que ocasionam o índice de transtornos depressivos e de ansiedade em profissionais de enfermagem: uma revisão bibliográfica. *Brazilian Journal of Development*, 6(2), 9288-9305. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n2-296>
- Souza, N. V. D. O., Carvalho, E. C., Soares, S. S. S., Varella, T. C. M. Y., Pereira, S. R. M., & Andrade, K. B. S. (2021). Trabalho de enfermagem na pandemia da covid-19 e repercussões para a saúde mental dos trabalhadores. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, 42(1), 1-6. <https://doi.org/10.1590/1983-1447.2021.20200225>
- Saidel, M., Esperidião, E., Loyola, C. M. D., Rodrigues, J., Oliveira, R. M. P., Almeida, A. B. (2020). Medidas Protetivas Em Saúde Mental: Recomendações Aos Serviços De Saúde Em Tempos De Pandemia. *Enfermagem Em Saúde Mental E Covid-19, Brasília/DF*, 4(2), 17-23. <https://doi.org/10.51234/aben.20.e04.c02>
- Schmidt, B., Crepaldi, M. A., Bolze, S. D. A., Neiva-Silva, L., & Demenech, L. M. (2020). Saúde mental e intervenções psicológicas diante da pandemia do novo coronavírus (COVID-19). *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 37(1), 1-13. <https://doi.org/10.1590/1982-0275202037e200063>
- Sarti, T. D., Lazarini, W. S., Fontenelle, L. F., & Almeida, A. P. S. C. (2020). Qual o papel da Atenção Primária à Saúde diante da pandemia provocada pela COVID-19?. *Epidemiol. Serv. Saude*, 29(2), 1-5. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742020000200024>

- Silva, D. F. O., Cobucci, R. N., Soares-Rachetti, V. P., Lima, S. C. V. C., & Andrade, F. B. (2021). Prevalência de ansiedade em profissionais da saúde em tempos de COVID-19: revisão sistemática com metanálise. *Ciência & Saúde Coletiva*, 26(2), 693-710. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021262.38732020>
- Silva-Junior, J. S., Bandini, M., Baêta, K. F., & Dias, E. C. (2022). Atualização 2020 da Lista de Doenças Relacionadas ao Trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 47(1), 1-10. <https://doi.org/10.1590/2317-6369/34220PT2022v47e11>

# AUTISMO E INCLUSÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA

Anny Cristina de Oliveira Feitosa

Cássio Clayton Martins Andrade

Iana Fernandes Caldas

Maria Luciana Abrante

Jefferson Alves Macêdo

**Resumo:** O autismo é um termo amplo utilizado de forma geral para identificar as crianças que apresentam transtorno do desenvolvimento cerebral, comumente conhecido como Transtorno de Espectro Autista (TEA). Pessoas com esse transtorno podem vivenciar prejuízos significativos como na comunicação e nas relações sociais. Nesse sentido, a pesquisa partiu dos questionamentos: como ocorre a inclusão da criança com TEA na educação infantil em escolas públicas? A inclusão tem proporcionado o ensino de qualidade à criança com TEA? Teve como objetivo geral analisar o ensino da criança com TEA na educação infantil em escolas públicas. Ocorreu por meio de uma revisão sistemática da literatura, de caráter descritivo, exploratório e qualitativa. Foram utilizados artigos científicos, publicados no período de 2018 a 2020, nas bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS-Psi), e Google Acadêmico. Para a análise dos dados, foi utilizada análise de conteúdo, com leituras cuidadosas e análise de seis artigos, apresentados em categorias: identificação dos artigos selecionados; desafios e possibilidades de inclusão de crianças com TEA na educação infantil em escolas públicas; e práticas pedagógicas e recursos disponíveis na educação infantil de escolas públicas para crianças com TEA. Identificou-se vários desafios e possibilidades no tocante à inclusão da criança com TEA no ambiente escolar e na promoção do ensino e aprendizagem de qualidade, observou-se principalmente a falta de profissionais especializados atuando frente às demandas, que conseqüentemente dificultam o planejamento da dinâmica pedagógica. Por fim, o trabalho poderá nortear novas pesquisas envolvendo a temática.

**Palavras-chave:** TEA. Ambiente escolar. Inclusão. Práticas pedagógicas inclusivas.

## Introdução

O autismo é um termo amplo utilizado de forma geral para identificar as crianças que apresentam transtorno do desenvolvimento cerebral, comumente conhecido como Transtorno de Espectro Autista (TEA). Pessoas que são diagnosticadas com esse transtorno podem vivenciar prejuízos significativos como na linguagem e comunicação, e nas relações sociais, que podem afetar em algumas áreas de suas vidas como familiar, escolar, social, dentre outras, algumas manifestações são percebidas, geralmente, antes dos três anos de idade, quando a criança apresenta alguns desconcertos que acarretam em prejuízos que variam em menor e

maior grau vistos através da maneira de se comunicar, comportamentos repetitivos, poucas demonstrações de dor e afeto, frieza emocional, falta de contato visual, etc (Zanon et al., 2014).

Atualmente, a maior reflexão trazida dos familiares de pessoas com TEA está muito além do diagnóstico que é realizado através de um psicólogo, médico neuropediatra ou por um psiquiatra com especialidade em autismo, o qual pode também levar algum tempo para um diagnóstico preciso. Os familiares se preocupam com a forma como essas crianças serão inseridas nas escolas, no ambiente social, a forma de aceitação, que por vezes é vista com estranheza por alguns, a preparação dos profissionais para lidar com a criança acometida pelo transtorno, as formas de intervenção e como perceber também outras reações muito características que só são identificáveis através da vivência (Alves et al., 2010).

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, a criança que apresentar necessidades especiais tem direito à educação, como garantido no capítulo IV, III – “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. (Lei Federal n. 8.069, 13 julho 1990). Nesse contexto, a inclusão para estudantes com deficiências inseridos nas salas de aula do ensino regular promove um espaço rico de interação e socialização com a diversidade, ambiente este que favorece para o processo de aprendizagem e desenvolvimentos da criança. Desse modo, escolas que promovem uma sala de aula com os recursos necessários para todos os alunos considera aquele ambiente escolar como o meio sociocultural e essencial na construção dos sujeitos (Mattos & Nuernberg, 2011).

Diante de tais considerações, a inclusão em tempos atuais contribui para o desenvolvimento da criança com TEA, como também para os demais estudantes da turma, por oferecer interações em um ambiente diverso e com singularidades (Weizenmann et al., 2020). Mediante a isso, os estudos apontam para a relevância dos professores apoiarem a inclusão escolar, contribuindo com ações inclusivas, pois é o profissional que está diariamente envolvido no processo de desenvolvimento da criança com TEA, o qual tem a escola como o seu segundo lar, tornando assim, os educadores como os agentes mais eficazes nessa prática inclusiva (Lemos et al., 2016).

Nesse cenário, é importante que essa temática possa estar sendo debatida atualmente, a qual por muitos anos era algo estigmatizada. Diante dessa problemática, a pesquisa partiu dos seguintes questionamentos: como ocorre a inclusão da criança com TEA na educação infantil em escolas públicas? A inclusão tem proporcionado o ensino de qualidade à criança com TEA?

Diante do que fora apresentado, é de extrema importância refletir sobre o número crescente de crianças que são diagnosticadas com espectro autista (Zanon et al., 2014), uma vez



que são crianças que necessitam de serem conduzidas para a adaptação em diferentes espaços, de forma que possam ser tratadas normalmente pelos seus professores e familiares, não vitimando, mas tentando entender o seu modo de ser, se adequando ao seu mundo, sua forma de enxergar a vida, já que o autista pode apresentar algumas variações de inteligência e capacidade intelectual que se sobressai das crianças que não possuem esta condição (Soares, 2018).

Desta maneira, este trabalho busca promover maior elucidação sobre a criança com TEA, e as mais diversas maneiras de inclusão que essas pessoas precisam receber pelas próprias famílias e posteriormente nas escolas em que serão inseridas, atravessando estigmas e preconceito, a fim de reconhecer a necessidade de terem todos os seus direitos estudantis garantidos.

Além disso, este estudo contribuirá oferecendo meios através da psicologia, na busca por subsídios que possam gerar uma participação concreta de profissionais em ações voltadas para a inclusão escolar da criança com TEA, para que a pessoa autista possa ter uma cidadania democrática, sendo assegurados seus direitos. Ademais, a escolha do tema partiu de um interesse pessoal, em aprofundar os estudos acerca da temática e contribuir para o desenvolvimento de um material de cunho científico que possa instigar os estudantes, profissionais, famílias e sociedade em geral, a uma reflexão sobre a realidade e a olharmos para a diversidade com um posicionamento inclusivo, considerando as pessoas como seres subjetivos e de direitos.

Diante o exposto, percebe-se a problemática em torno dessa questão de inclusão escolar da criança com TEA. Sendo a escola um espaço de interação, socialização e para conhecimentos compartilhados, sem distinção das características das crianças, assim, devendo contribuir para o processo de inclusão do sujeito em sociedade e para uma educação igualitária e de qualidade. Desse modo, o trabalho tem como objetivo geral analisar o ensino da criança com TEA na educação infantil em escolas públicas, contando com os seguintes objetivos específicos: discutir a sobre a prática de ensino na educação infantil para crianças com TEA, e analisar como ocorre a inclusão escolar de crianças com TEA.

## **Método**

O presente estudo trata-se de uma revisão sistemática da literatura com a finalidade de responder aos questionamentos e objetivos deste trabalho. Segundo Gil (2008), esse tipo de pesquisa é realizado a partir da utilização de materiais já desenvolvidos, como livros e artigos

de cunho científico. Sua principal vantagem consiste no fato de proporcionar ao pesquisador o acesso a uma gama de fenômenos sobre a temática investigada.

Foi realizada ainda uma pesquisa de caráter descritivo e exploratório, para proporcionar ao investigador uma maior aproximação do assunto e melhor desenvolvimento dos resultados encontrados com a descrição das características. Sobre a pesquisa exploratória, Gil (2008, p. 27) destaca que são desenvolvidas com “o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”, com a finalidade de elucidar, desenvolver e modificar ideias e conceitos.

Quanto à pesquisa descritiva, Gil (2008) aborda como aquela que “têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis” (p. 28). Ademais, considerando os objetivos do estudo, este foi desenvolvido com métodos da abordagem de pesquisa qualitativa, por desenvolver a compreensão do fenômeno. Para Gerhardt e Silveira (2009, p. 31) tal abordagem “não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”.

Como mencionado, foram utilizados materiais científicos para o desenvolvimento da pesquisa nesse sentido, a busca dos artigos foi realizada nas seguintes bases de dados: *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (BVS-Psi). Também foram desenvolvidas buscas no Google Acadêmico, um mecanismo virtual de pesquisa de literatura acadêmica.

Desse modo, para a coleta de dados, foram utilizados os seguintes descritores: “autismo e inclusão”, “autismo e professor”, “autismo e escola”, e “educação inclusiva”. A busca foi determinada com os critérios de inclusão: ano de publicação dos artigos, do período de 2018 a 2022; estarem disponíveis gratuitamente e na íntegra; serem da língua portuguesa; e descreva o TEA na escola pública.

Assim, materiais teóricos com até 5 (cinco) anos de publicação, sendo eles artigos científicos. Nesse sentido, quanto aos critérios de exclusão foram: materiais diversos com mais de 5 anos de publicação; e materiais que não eram de caráter científico, como artigos sem nome da revista e sem referências; e trabalhos não publicados nas bases de dados confiáveis como o SciELO e o Google acadêmico.

Como forma de organizar o material encontrado e apresentação desses, foi desenvolvido pela pesquisadora, um roteiro de seleção dos textos, a ser preenchido com cada artigo selecionado. Tal roteiro foi para a identificação do material, sendo composto pelos seguintes

pontos: autores; ano; tipo de pesquisa; objetivos; local; participantes; procedimentos seguidos; principais resultados; e considerações finais acerca do assunto.

Com relação à análise dos dados, ocorreu por meio da técnica de análise de conteúdo. Conforme Caregnato e Mutti (2006), esse método de análise visa a obter resultados que possam inferir a partir do trabalho com o conteúdo, desse modo, busca por meio da interpretação, a compreensão, assim como dá sentido ao fenômeno estudado.

Desse modo, a partir da seleção dos artigos, foram realizadas leituras cuidadosas, e posteriormente o preenchimento dos roteiros, que possibilitaram uma visão mais ampla das ideias centrais apresentadas pelos autores, foram selecionados e analisados 6 dos 40 artigos encontrados.

A apresentação dos dados ocorreu de acordo com os critérios que correspondem aos objetivos deste estudo. Assim, os achados foram agrupados em categorias, sistematizados em temas centrais, com tópicos que englobam a discussão desenvolvida. Foram elas: identificação dos artigos selecionados; desafios e possibilidades de inclusão de crianças com TEA na educação infantil em escolas públicas; e práticas pedagógicas e recursos disponíveis na educação infantil de escolas públicas para crianças com TEA.

Por fim, a pesquisa buscou acatar os aspectos éticos, logo, por se tratar de uma revisão sistemática, a autora seguiu a ética profissional ao descrever os dados encontrados e discutir conforme os materiais abordam, de forma a não distorcer as ideias dos autores e não ofender suas pesquisas e resultados.

## **Referencial Teórico**

### **O transtorno do espectro autista (TEA) e suas características**

O termo autismo foi descrito inicialmente em 1943, por Leo Kanner, um psiquiatra pioneiro nos estudos dessa temática, utilizando o termo para caracterizar as crianças com prejuízos na comunicação, linguagem, comportamento e relações sociais (Lemos et al., 2016). Após Kanner, outros estudiosos apontaram diferentes hipóteses teóricas acerca das características do autismo e suas consequências à vida do sujeito (Ponce & Abrão, 2019).

Conforme Andrade e tal. (2021, p. 268) a origem epistemológica da palavra autismo deriva do “grego ‘autos’, que significa ‘próprio ou de si mesmo’, portanto, pode ser compreendido como um distúrbio neurológico apresentado ainda na fase da infância e que causa um retardo no desenvolvimento da aprendizagem e da interação social da criança”. Contudo,

não existe uma causa para o autismo, porém a evidências de predisposição genética, fatores ambientais e infecções na gestação.

Somente a partir da década de 1980, o autismo passou a ser considerado um Transtorno Invasivo do Desenvolvimento (TID) ou Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) (Lemos et al., 2016). Em 2014, o autismo ganha nova expressão “Transtorno do Espectro Autista” (TEA), designada pela Associação Americana de Psiquiatria (APA) na última edição do Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM-V) (APA, 2014).

Autismo é um termo geral utilizado para descrever um grupo de transtornos do desenvolvimento do cérebro, hoje conhecidos como Transtornos do Espectro do Autismo (TEA). Pessoas com esse diagnóstico comumente têm prejuízos, que podem variar em menor ou maior grau, em duas áreas: comunicação social e comportamentos repetitivos e restritos. Esses prejuízos podem resultar em dificuldades em diversos contextos da vida como familiar, escolar, social, dentre outros. Cerca de 1% das crianças recebem o diagnóstico de TEA e suas principais manifestações ocorrem geralmente antes dos primeiros três anos de idade. (Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, 2016, p. 11).

Nesse contexto, o autismo é considerado uma síndrome que envolve sintomas que se manifestam desde a infância, limitando o desenvolvimento das atividades diárias assim, apresenta desde cedo desvios no desenvolvimento da criança, tendo como características diagnósticas essenciais conforme o DSM-V “prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social (Critério A) e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (Critério B)” (APA, 2014).

Desse modo, conforme Gaia (2014, p. 292), entre as principais características do autismo infantil estão: “dificuldade de comunicação; de se relacionar socialmente; pouco ou nenhum contato visual; irregularidade de habilidades motoras; excesso de raiva, demonstrado sem causa; e dificuldade de aprendizado com tradicionais métodos de ensino”. Os autores complementam ainda, destacando que esses distúrbios podem afetar também as relações familiares e escolares da criança.

Segundo Gaia (2014), o autismo se desenvolve geralmente nos dois primeiros anos de vida da criança, sendo mais comum em meninos. Couto et al. (2018) apontam que em alguns casos, os sinais são identificados precocemente, ainda nos meses de vida. Os autores destacam os seguintes sinais: a falta de contato visual; atraso na fala; e maior interesse por objetos.

Contudo, cabe ressaltar que o diagnóstico é realizado somente a partir dos dois ou três anos, pois será avaliada a evolução e persistência dos sinais característicos do TEA.

Dessa forma, com relação ao diagnóstico, Bernardo et al. (2015) abordam que embora o DSM-V descreva os critérios que devem ser considerados na avaliação diagnóstica do autismo, em termos práticos, o diagnóstico é uma questão bem mais complexa. Assim, deve ser realizado por profissionais capacitados e especializados, de diferentes áreas da saúde para avaliar todas as dimensões que o autismo envolve na vida do sujeito. Ademais, quanto mais cedo ocorrer, maiores são as possibilidades de encaminhamentos e de acompanhamentos, que favorecerão para o melhor desenvolvimento, a partir da identificação das necessidades da criança.

No tocante ao acompanhamento, Varela e Machado (2017) pontuam que por o autismo apresentar prejuízo em diversas áreas do desenvolvimento da criança, deve ser desenvolvido por uma equipe multidisciplinar, com a finalidade de oferecer a assistências as diferentes necessidades, e proporcionar o desenvolvimento de habilidade e a redução dos danos. Nesse sentido, a intervenção precoce em diagnósticos de autismo, é um dos principais fatores que contribuem para o quadro clínico e desempenho da criança com ganhos significativos.

Diante, desse quadro, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) aborda que os estudantes com TEA, fazem parte do PAEE. Nesse sentido, as políticas de educação especial objetivam garantir a estas crianças, o acesso ao ensino regular, com condições de permanência e desenvolvimento na escola comum (Wuoa, 2019).

### **Autismo e educação no ensino infantil**

O modelo de ensino para crianças com necessidades educacionais específicas tem buscado nas últimas décadas, mudanças que promovam a educação inclusiva, com ações que incluam os alunos que antes eram separados dos alunos “típicos”, um ensino que segregava os sujeitos considerados deficientes e incapazes. Assim, foi somente após a década de 1990, com a Declaração de Salamanca, que os alunos com necessidades educacionais específicas ganharam seu espaço nas escolas regulares (Siqueira & Toledo, 2020).

Contudo, cabe ressaltar que a educação inclusiva não se trata apenas de um espaço físico de uma escola, mas é considerar aquele sujeito em sua singularidade e diversidade, respeitando os valores culturais que este apresenta e possibilitar mecanismos de aprendizagem, nesse sentido, a escola é um ambiente para que a inclusão de fato seja efetiva (Siqueira & Toledo, 2020).

A educação inclusiva aponta para a transformação de uma sociedade inclusiva e é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino comum. Ao falar sobre inclusão escolar, atribuímos um claro desafio à escola: um grande empenho e esforço para que haja a real reestruturação que a tornará apta a ser inclusiva, afinal. (Andrade et al., 2021, p. 266).

Um marco significativo para a educação desse público foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 4024/61, a qual garante o direito à educação para pessoas com deficiência no ensino regular. Contudo, a lei não possibilitou a adaptação do sistema educacional para a inclusão ser efetiva, assim, ainda permanecendo as escolas especiais como a estratégia principal dos pais para assegurar o ensino ao seu filho, em um espaço em que ele seja acolhido pelos demais (Ministério da Educação, 2008).

Nessa perspectiva, em 2008 surgiu a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), a qual garante e assegura a inclusão escolar de alunos com transtornos globais do desenvolvimento e deficiências, e orienta o sistema educacional sobre o processo de ensino regular, bem como a continuidade nos demais níveis (Siqueira & Toledo, 2020).

Desse modo, as crianças com TEA integram o Público Alvo da Educação Especial (PAEE), e as práticas educacionais voltadas para estes na rede regular de ensino têm apresentado poucos efeitos na aprendizagem, sendo essa inclusão ainda um desafio para os profissionais da educação (Aporta & Lacerda, 2018).

Diante o exposto, cabe ressaltar uma questão que está diretamente ligada a essa temática, trata-se do bullying, o qual favorece para a violência no ambiente escolar e exclusão do aluno com necessidades educacionais especiais. Conforme Botelho e Souza (2007) o Bullying pode ser compreendido como todas as formas de atitudes agressivas, que se configuram com intenção e repetição consistente e perturbadora, acontecem sem motivos evidentes, sendo praticado por um ou mais alunos contra outro(s), dentro de uma relação de afirmação de poder interpessoal, podendo acontecer através da agressão física, verbal ou psicológica, com brincadeiras, trotes, apelidos pejorativos, gozações e/ou agressões. Desse modo, é caracterizado pelo desequilíbrio de poder entre as partes, pela repetição dos atos e pela intencionalidade das agressões.

Segundo o *Relatório de Pesquisa: Bullying escolar no Brasil*, desenvolvido em 2010, em 25 escolas das cinco regiões geográficas do País, com uma amostra de 5.168 alunos. Apresentou dados preocupantes em relação ao índice de alunos que sofreram bullying ou que

presenciaram a prática. O estudo identificou que 10% da amostra pesquisada declararam que foram vítimas de práticas que se caracterizam como bullying, e 20% presenciavam frequentemente atos de violência na escola (Centro de Empreendedorismo Social e Administração e, Terceiro Setor [CEATS] & Fundação Instituto de Administração [FIA], 2010).

Trazendo dados mais recentes, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgou esse ano os dados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE) 2019. Verificou-se que 23% dos estudantes que participaram da pesquisa afirmaram ter sido vítimas de bullying no próprio contexto escolar, sendo a aparência do corpo e do rosto, e cor ou raça os motivos das agressões. Além disso, também se identificou a ocorrência de bullying através das redes sociais, em que 13,25% declararam que já haviam se sentido ameaçado, humilhado e ofendido de forma virtual (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE], 2021).

Como consequência dessa violência, Lopes Neto (2005) destaca que os alvos, os autores e as testemunhas enfrentam consequências que podem ser físicas e emocionais de curto a longo prazo, as quais podem desencadear várias dificuldades, nos aspectos sociais, acadêmicas, emocionais e legais. Segundo Botelho e Souza (2007) os alvos do bullying podem apresentar estresse, baixa autoestima, medo, podendo desencadear doenças psicossomáticas. Alguns alunos passam a recusar-se a ir à escola, baixo desempenho escolar, podendo até desenvolver o quadro de depressão e ansiedade.

### **Inclusão de crianças com autismo na educação infantil**

Diante do exposto, a inclusão escolar é fundamental para a construção do sujeito em sociedade, sendo uma prática que envolve o processo de aprendizagem e o respeito à singularidade do estudante, oferecendo meios de garantir e assegurar o seu desenvolvimento integral. Portanto, para proporcionar essa inclusão, são necessárias ações articuladas como, um ambiente aberto a ouvir o sujeito, com oportunidades de compartilhamento e intervenção, estas embasadas no compromisso ético e nos valores humanos (Lemos et al., 2016).

Nessa perspectiva, Weizenmann et al. (2020) destacam que a inclusão está diretamente relacionada à promoção e garantia dos direitos humanos. Desse modo, “o ato de incluir um aluno com deficiência em uma escola regular não pode ser visto como um mero ato obrigatório, mas sim como uma prática apoiada em um paradigma educacional voltado à defesa da diversidade e dos direitos humanos”, assim, caracterizando-se como um processo social de ações de diferentes agentes envolvidos (Weizenmann et al., 2020, p. 2).

Portanto, conforme Santos (2008), a escola tem papel fundamental na investigação diagnóstica da criança com sinais e sintomas de TEA, pois, é o lugar onde ela tem mais interação social separada de seus familiares, a qual irá apresentar um nível maior de dificuldade em se adaptar a normas sociais, sendo algo novo e desafiador. Muitas crianças que são acometidas pelo transtorno conseguem acompanhar uma classe de escola regular, mas muitas outras não conseguem se desvincular dos seus familiares para frequentar e acompanhar uma sala de aula, uma classe sem o apoio do profissional auxiliar.

Assim, os profissionais da educação são orientados com relação à atenção às pessoas com TEA na garantia do ensino em escolas comuns, conforme as diretrizes da Lei Federal n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, entre as diretrizes, cabe ressaltar:

I - a intersectorialidade no desenvolvimento das ações e das políticas e no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista; II - a participação da comunidade na formulação de políticas públicas voltadas para as pessoas com transtorno do espectro autista e o controle social da sua implantação, acompanhamento e avaliação; III - a atenção integral às necessidades de saúde da pessoa com transtorno do espectro autista, objetivando o diagnóstico precoce, o atendimento multiprofissional e o acesso a medicamentos e nutrientes [...]; VII - o incentivo à formação e à capacitação de profissionais especializados no atendimento à pessoa com transtorno do espectro autista, bem como a pais e responsáveis (Lei n. 12.764, 2012, p. 1).

Ademais, os autores que discutem tal temática destacam que para essa prática da inclusão garantir o que as políticas buscam oferecer, exige ainda um longo processo de estrutura, tornando a inclusão um assunto que merece visibilidade e requer muito comprometimento e investimento, especialmente dos órgãos governamentais (Lemos et al., 2016).

## **Resultados e Discussão**

### **Identificação dos artigos selecionados**

A primeira categoria apresenta a Tabela de identificação geral dos artigos selecionados, composta pelos seguintes pontos: número (nº) de apresentação do artigo na tabela, para utilizar ao longo da discussão; título; autores; ano de publicação; objetivos dos artigos; e métodos utilizados pelos autores.



Tabela 1

*Identificação dos artigos selecionados*

Nº	Título	Autores	Ano	Objetivos	Método
1	A inclusão de crianças com transtorno do espectro do autismo: desafios entre o ideal e a realidade	Mayelee Bonfim Couto; Santana Bocadige Costa; e Camila Carrari Dornelas.	2018	Busca discutir os elementos envolvidos na inclusão de alunos com TEA em escolas de ensino regular, e realizar um paralelo com a prática.	Caráter qualitativo, com observação do espaço escolar e entrevistas com a equipe da escola.
2	Atitudes e práticas pedagógicas de inclusão para o aluno com autismo	Karla Tomaz Faria; Maria Cristina Trigueiro Veloz Teixeira; Luiz Renato Rodrigues Carreiro; Victor Amoroso; e Cristiane Silvestre de Paula.	2018	Verificar os conhecimentos de professores da educação básica de uma rede pública, sobre TEA, atitudes e práticas pedagógicas junto a alunos com o transtorno.	Estudo transversal descritivo, realizado com 217 professores da educação básica de uma rede pública.
3	A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades	Jessyca Brennand de Paula; e Mônica Ferreira Peixoto.	2019	Proporcionar reflexão acerca das concepções históricas que têm influenciado o processo de inclusão de crianças com TEA e os desafios enfrentados pela escola, e as possibilidades para o desenvolvimento destes alunos.	Revisão bibliográfica.
4	A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na educação infantil	Ana Julia Moraes Octavio; Ana Luísa Alves Evaristo; Bianca Marques de Carvalho; e Renata Andrea Fernandes Fantacini.	2019	Compreender a importância do aluno com TEA na Educação Infantil, reconhecendo os aspectos pedagógicos, e as possibilidades e desafios no processo de inclusão.	Pesquisa bibliográfica.
5	Inclusão e Autismo: relato de caso sobre o trabalho com uma criança na educação infantil	Maira Cristina Souza Teixeira; e Danielle Ribeiro Ganda.	2019	Fazer o relato de caso de inserção de um aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Infantil.	Relato de caso de um aluno diagnosticado com autismo.
6	Escolarização de alunos com TEA: práticas	Luiza Pinheiro Leão Vicari; e Mônica Maria Farid Rahme.	2020	Analisar as práticas educativas no ensino escolar de dois alunos	Abordagem qualitativa, com observação

educativas em  
uma rede pública  
de ensino

com TEA em uma escola  
pública.

sistemática em  
duas salas de  
aula, e  
entrevistas.

---

Fonte: Elaboração da pesquisadora com os dados dos artigos selecionados (2022)

A busca inicial nas bases de dados resultou em um total de 40 artigos. Após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 6 estudos para compor os resultados do presente trabalho. Desse modo, os artigos incluídos como amostra desta pesquisa, foram apresentados na Tabela com numeração de identificação de 1 a 6, servindo como indicativos de referência para apresentação e discussão dos resultados encontrados.

Os textos de número (nº) 1, 2, 3, e 4 englobam a segunda categoria, abordando a temática dos desafios e possibilidades de inclusão de crianças com TEA na educação infantil. Verificou-se o período de publicação em 2018 e 2019. Os referidos artigos, discutem sobre a educação básica para crianças com TEA, verificando os desafios e possibilidades envolvidos.

Ademais, os artigos 2 e 3 também abordam sobre as possíveis práticas e recursos disponíveis. Desse modo, esses também apresentam dados que correspondem à terceira categoria, assim foram selecionados para a referida categoria, pois aprofundam a discussão sobre as práticas pedagógicas para o ensino de crianças com TEA.

Ademais, os textos, 5 e 6 também estão inseridos na terceira categoria, os quais abordam principalmente sobre as práticas pedagógicas e os recursos necessários e disponíveis para promover a inclusão e a aprendizagem das crianças com TEA. Tais textos foram publicados em 2019 e 2020.

Portanto, após a presente estrutura de apresentação dos materiais selecionados, buscou-se desenvolver a análise e discussão do conteúdo nas categorias abaixo. Dessa forma, a segunda e terceira categoria apresentam os dados da pesquisa bibliográfica, destacando os principais resultados encontrados pelos autores, bem como a discussão da análise, se referenciando também em outros autores que possibilitam discutir os achados da pesquisa.

### **Desafios e possibilidades de inclusão de crianças com TEA na educação infantil em escolas públicas**

Nesta segunda categoria, será abordado sobre os principais desafios e possibilidades de inclusão de crianças com TEA no ensino infantil em escolas públicas, considerando que práticas inclusivas podem reduzir os prejuízos relacionados à aprendizagem dos estudantes com TEA.

Desse modo, com a finalidade de analisar como ocorre o processo de inclusão e os elementos envolvidos no processo de ensino.

Inicialmente, mediante o objetivo geral e os específicos, é relevante ressaltar sobre o que a literatura aborda em relação ao ensino regular nas escolas públicas e privadas, para crianças com necessidades educacionais específicas. Conforme o estudo de Couto et al. (2018) na escola privada a inclusão parece ser bem mais vista, em decorrência do contexto e realidade da instituição. Contudo, ao analisar o ensino em escolas do ensino privado e público, observaram que cada professor realiza a sua prática em sala de aula de forma particular para o processo de desenvolvimento de seus alunos com TEA.

Nesse contexto, os textos selecionados, destacam alguns desafios encontrados no processo de inclusão e prática pedagógica da criança com TEA, como aborda os autores do artigo 1, que identificaram em sua pesquisa os seguintes desafios: alto número de alunos por turma; pouco tempo para a preparação das aulas diferenciadas; e necessidade de especialização dos educadores. Desse modo, as principais dificuldades estão relacionadas à falta de suporte necessário para a inclusão da criança com TEA (Couto et al., 2018).

Nesse sentido, os autores identificaram que ainda existe uma falha no suporte aos professores, tanto da escola pública como da privada. Entretanto, no ensino público, as dificuldades relacionadas à inclusão efetiva e apoio aos educadores, ficam mais explícitas. Nesse cenário, esses profissionais vivenciam um desafio diário, na busca pela inclusão na medida em que alcançam diante suas possibilidades (Couto et al., 2018).

O texto 2, também apresenta resultados semelhantes referentes aos desafios no processo de ensino e aprendizagem para crianças com TEA, como o despreparo por parte dos educadores para a realização de acomodações curriculares, pouca interação dos estudantes, e a baixa participação do aluno com TEA nas ações e atividades escolares (Faria et al., 2018).

Desse modo, os autores do referido artigo também considera em seu estudo o despreparo das equipes de professores e demais profissionais da educação como o principal fator que tem contribuído para o fracasso no processo de ensino e de inclusão, resultando em práticas pedagógicas sem fundamentação científica (Faria et al., 2018).

Considerando esse desafio, o artigo 4, de Octavio et al. (2019) também pontuam a falta de capacitação, como um dos principais desafios para a inclusão escolar da criança com TEA na educação infantil de escolas públicas, pois profissionais não capacitados apresentam maiores dificuldades em desenvolver as práticas pedagógicas com esse público, e para ocorrer o processo de inclusão efetivo é essencial que políticas voltadas para capacitar os educadores

serem desenvolvidas, considerando a singularidade de cada sujeito no processo de aprendizagem e desenvolvimento escolar.

Desse modo, os estudos destacam serem grandes os desafios encontrados no processo de ensino e aprendizagem do aluno com TEA, como também diversas possibilidades, a partir da realização de práticas pedagógicas inclusivas, utilizando recursos que favorecem a educação de qualidade a todos os estudantes, independente das limitações encontradas ao longo do percurso (Paula & Peixoto, 2019; Faria et al. 2018)

Neste seguimento, Faria et al. (2018) pontuam que as possibilidades da inclusão e ensino do aluno com TEA, demanda maior envolvimento da escola, em estimular as habilidades dos alunos, trabalhando suas dificuldades, como também se torna essencial as acomodações curriculares que possibilitem as adaptações no processo de aprendizagem, reduzindo significativamente os impactos negativos, visto que sem essa ação relacionada aos currículos, se tornam mínimas as possibilidades de aprendizagem do aluno com TEA.

Tais resultados relacionados aos desafios encontrados no processo de inclusão escolar da criança com TEA na educação infantil, reflete as necessidades de formação qualificada e apoio técnico às demandas encontradas no ambiente educacional, e na utilização de práticas pouco inclusivas, utilizando métodos do formato tradicional de ensino, voltadas a avaliação a partir do modelo formal de atividades para alunos típicos, desconsiderando a diversidade vivenciada no cenário escolar (Cabral & Marin, 2017; Souza et al., 2021).

Nesse contexto, os estudos abordam que a inclusão, na prática, não acontece como deveria ocorrer, como está na teoria, pois somente o direito de matrícula da criança com necessidades educacionais específicas no ensino regular, não significa que a inclusão esteja ocorrendo. Ao contrário, em sua maioria, o que é observado é a integração por meio de um modelo de segregação (Andrade et al., 2021; Couto et al., 2018).

Ademais, Alves Neta et al. (2019) destacam que as dificuldades dos estudantes com TEA no ensino regular é constante, sendo necessário ações diárias de inclusão, assim, é essencial permitir ao referido público o acolhimento pela escola e educadores a partir de projetos e ações capazes de oferecer um ambiente escolar que realiza a inclusão e proporciona o desenvolvimento da criança no processo de ensino e aprendizagem.

### **Práticas pedagógicas e recursos disponíveis na educação infantil de escolas públicas para crianças com TEA**

A terceira categoria apresenta as práticas pedagógicas desenvolvidas com os alunos com TEA no ensino infantil público, e os recursos disponíveis para tais práticas. Foram incluídos

para a análise, textos que apresentam dados que respondem aos objetivos do estudo, como os textos 2, 3, 5, e 6, apresentados na tabela.

Os estudos de Faria et al. (2018), artigo 2, obteve resultados significativos sobre a temática a partir de uma pesquisa com professores da educação básica de uma rede pública. Os autores identificaram o baixo uso de práticas pedagógicas e educacionais essenciais para a inclusão, aprendizagem e funcionamento adaptativo do estudante com TEA.

Observaram discrepâncias entre ser favorável às práticas educativas e a utilização delas, como preparar o currículo adaptado, inserir o aluno com TEA nos pequenos grupos de atividades, usar recursos visuais adaptativos, e diminuir distratores do ambiente (Faria et al., 2018). Ainda para esses autores, tais fatores são importantes para o desenvolvimento da autoconfiança, habilidade de comunicação, e para comportamentos adequados diante o ambiente e necessidades do autismo.

Contudo, os autores, também identificaram resultados favoráveis, com relação a atitudes dos professores para a utilização de materiais e recursos que avaliam periodicamente as habilidades dos alunos, e a partir disso, planejar novas atividades, e estimular as alternativas verbais e não-verbais dos estudantes (Faria et al., 2018). Nesse sentido, tais dados constatados pelos autores do texto 2, implicam na necessidade de aproximação entre os saberes sobre a educação para crianças com TEA no cenário escolar e sua real efetivação, a qual possa possibilitar resultados significativos para o desenvolvimento do sujeito.

Neste seguimento, conforme Paula e Peixoto (2019), o professor necessita buscar conhecimento, que possa subsidiar sua prática na educação, com metodologias que podem auxiliar a incluir o aluno. Dessa forma, o professor se caracteriza como um mediador nesse processo de inclusão escolar e aprendizagem, visando proporcionar ao estudante o desenvolvimento de autonomia e redução de suas dificuldades.

Nesse contexto, diante das necessidades da criança com TEA, pode ser necessário um professor auxiliar em sala, em que a necessidade é descrita no laudo médico, elaborado pelo médico que realiza o diagnóstico, com o apoio de uma equipe multiprofissional, informando que a criança necessita de auxílio, contudo, esse laudo não deve definir as capacidades do sujeito (Santiago et al., 2017).

Esse professor poderá auxiliar a criança partindo da interação com os companheiros de classe, procurando fazer sempre significativas adaptações de material, ou seja, ele não vai ser o professor exclusivo desse aluno, mas ser um auxiliar que poderá trazer muitos benefícios diante da maneira pela qual ele se vê no meio dos demais, se atentando para todos os detalhes

e comportamentos, visto que cada criança enfrenta a sua forma, assim, garantido que o aluno possa ser ativo em suas atividades em classe (Santiago et al., 2017).

Conforme o texto 5, o professor e o profissional de apoio precisam conhecer as dificuldades e habilidades dos alunos, para buscarem práticas inclusivas nas ações escolares. Assim, devem utilizar variados recursos, como livros, computadores, jogos pedagógicos, músicas, entre outros, que estarão facilitando a aprendizagem (Teixeira & Ganda, 2019). Ainda sobre os recursos, Paula e Peixoto (2019) destacam a sala de recursos multifuncionais, que fazem uso também da tecnologia para promover o acesso às atividades e inclusão.

Para isso, é essencial a visão interdisciplinar dos profissionais e serviços, pois é necessário investigar o processo de aprendizagem dos alunos e suas dificuldades, para refletir sobre a flexibilidade do currículo na formação das ações, desse modo, a educação especial atua como suporte às atividades de sala de aula regular e nas relações estabelecidas no ambiente escolar (Cabral & Marin, 2017).

Ademais, Teixeira e Ganda (2019) observaram em seu estudo a importância de práticas diferenciadas no currículo escolar, as quais permitem ao aluno maior engajamento nas atividades, mais autonomia e socialização. Portanto, alternativas lúdicas, criativas e adaptadas facilitam a aprendizagem dos estudantes com TEA. Para Pinho (2019) as atividades que trabalham com o lúdico são caracterizadas como um recurso que facilita o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, sendo necessário para crianças com TEA.

Por fim, o artigo 6, observou uma baixa frequência de ações educativas inclusivas, e a importância dessas no desenvolvimento do estudante. Identificou ainda que os educadores percebem a inclusão como essencial, mas se sentem inseguros em relação às suas estratégias pedagógicas, e a ausência de apoio dos órgãos responsáveis por ações que promovam a inclusão. Diante disso, resultam poucas atividades que incluam as especificidades do aluno com TEA (Vicari & Rahme, 2020).

No Brasil existem políticas que objetivam promover condições de acesso à educação com recursos pedagógicos necessários para a promoção da inclusão. Assim, viabilizando métodos que apoiam os educadores, bem como políticas que incentivam a formação continuada desses profissionais, para atenderem as necessidades das crianças com demandas especiais na área da educação, além de programas para buscar a participação da família e comunidades junto às ações da escola (Cabral & Marin, 2017).

Portanto, é possível oferecer uma educação com qualidade, desde que ações estaduais, institucionais e pedagógicas sejam desenvolvidas, considerando as especificidades de cada aluno, assim, as suas limitações e potencialidades no ambiente educacional, de modo que a

escola possa se adaptar e oferecer um ensino com equidade e qualidade às crianças com necessidades educacionais específicas (Barberini, 2016).

## **Conclusões**

O estudo verificou dados significativos mediante a revisão sistemática de literatura, de estudos que buscaram discutir sobre a prática de inclusão de crianças com TEA na educação infantil de escolas da rede pública de ensino. Diante das discussões realizadas, identificou-se vários desafios e possibilidades no tocante à inclusão da criança com TEA no ambiente escolar e na promoção de um processo de ensino e aprendizagem de qualidade.

Observou-se principalmente a falta de profissionais especializados atuando frente às demandas, que conseqüentemente dificultam o planejamento da dinâmica pedagógica desenvolvida. Ademais, os recursos necessários também é uma questão que necessita ser discutida, de modo que possa oferecer a todos os alunos, considerando a diversidade encontrada em sala, um ensino com equidade e qualidade.

Desse modo, é possível destacar que ainda existem inúmeras barreiras a serem traçadas e vencidas, para que a inclusão de fato possa ocorrer no espaço escolar. Sendo possível promover essa inclusão, a partir de ações que foquem nos desafios e demandas que ainda precisam ser colocadas em prática, assim por meio de ações governamentais e da comunidade escolar, visando a inclusão do estudante com TEA, assim como para outras necessidades especiais. Portanto, o presente trabalho respondeu aos questionamentos realizados inicialmente sobre a educação e a qualidade do ensino para alunos com TEA.

Contudo, cabe ainda ressaltar um dado importante, com relação ao perfil socioeconômico das crianças com TEA e suas famílias, a literatura pouco aborda esse ponto, os estudos sobre o perfil da população com transtorno do espectro autista são escassos, principalmente na região nordeste. Essa carência aponta para a relevância de pesquisas que possam apresentar esses dados.

Ademais, foi um desafio à realização do referido trabalho, desenvolvido diante as dificuldades encontradas ao longo da pesquisa, como o tempo, as limitações pessoais e os anseios de não conseguir concluir o estudo. Mas apesar de tudo, foi possível efetuar uma pesquisa com coerência e a discussão de dados relevantes em diferentes cenários, como na educação, na saúde e na sociedade em geral. Por fim, o presente trabalho alcançou os objetivos e desenvolveu discussões fundamentadas, com dados científicos, que poderão nortear novas

pesquisas envolvendo a temática e aprofundamento em outros campos que também discutem o assunto.

## Referências

- Associação Americana de Psiquiatria. (2014). *DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais*. (5a ed.). APA. Artmed. <http://www.niip.com.br/wp-content/uploads/2018/06/Manual-Diagnostico-e-Estatistico-de-Transtornos-Mentais-DSM-5-1-pdf.pdf>
- Alves, M. M. C., Lisboa, D. O., & Lisboa, D. O. (2010). Autismo e inclusão escolar. *IV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade*. Laranjeiras-SE, ISSN 1982-3657. [http://educonse.com.br/2010/eixo\\_11/e11-25a.pdf](http://educonse.com.br/2010/eixo_11/e11-25a.pdf)
- Aporta, A. P., & Lacerda, C. B. F. (2018). Estudo de caso sobre atividades desenvolvidas para um aluno com Autismo no Ensino Fundamental I. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 24(1), 45-58. <https://www.scielo.br/j/rbee/a/D7Fwj7yXGJvCPJkwPkYGWRz/abstract/?lang=pt>
- Andrade, F. A., Rebouças, A. O., & Oliveira, R. T. (2021). A inclusão de alunos com tea no ensino comum: relatos de experiências de AEE numa escola pública. *Momento-Diálogos em Educação*, 30(02), 261-279. <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9556>
- Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. (2016). *Cartilha - Transtorno do Espectro do Autismo*. 18ª Legislatura. <https://proinclusao.ufc.br/wp-content/uploads/2017/11/cartilha-do-autismo-leis-de-pernambuco.pdf>
- Bernardo, E. P., Fernandes, F. C., Perez, G. A., Gama, M. D., Toledo, R. P., & Coelho, G. G. (2015). Autismo: uma revisão sobre de produções teóricas que abordam a atuação de profissionais e da família. *Revista Científica Unilago*, 1(1), 1-13. <http://www.unilago.edu.br/revista/edicaoatual/Sumario/2015/downloads/4.pdf>
- Barberini, K. Y. (2016). A escolarização do autista no ensino regular e as práticas pedagógicas. *Cadernos de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, 16(1), 46-55. [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-03072016000100006](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-03072016000100006)
- Botelho, R. G., & Souza, J. M. C. (2007). Bullying e educação física na escola: características, casos, conseqüências e estratégias de intervenção. *Revista de Educação Física/Journal of Physical Education*, 76(139), 58-70. <https://revistadeeducacaofisica.emnuvens.com.br/revista/article/view/506/555>
- Cabral, C. S., & Marin, A. H. (2017). Inclusão escolar de crianças com transtorno do espectro autista: uma revisão sistemática da literatura. *Educação em revista*, 1(33), 1-30. <https://doi.org/10.1590/0102-4698142079>
- Centro de Empreendedorismo Social e Administração e, Terceiro Setor & Fundação Instituto de Administração. (2010). *Relatório de Pesquisa: Bullying escolar no Brasil - relatório*



*final.* São Paulo.  
<http://www.conhecer.org.br/download/agente1/LEITURA%20ANEXA%201.pdf>

- Couto, M. B., Costa, T. S. B., & Dornelas, C. C. (2018). A inclusão de crianças com transtorno do espectro do autismo: desafios entre o ideal e a realidade. *Unitoledo*, 1(1), 1-19. <https://servicos.unitoledo.br/repositorio/handle/7574/1891>
- Caregnato, R. C. A., & Mutti, R. (2006). Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 15(4), 679-684. <https://www.scielo.br/pdf/tce/v15n4/v15n4a17.pdf>
- Faria, K. T., Teixeira, M. C. T. V., Carreiro, L. R. R., Amoroso, V., & de Paula, C. S. (2018). Atitudes e práticas pedagógicas de inclusão para o aluno com autismo. *Revista Educação Especial*, 31(61), 339-352. <https://doi.org/10.5902/1984686X28701>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.). Atlas.
- Gerhardt, T. E., Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. Editora da UFRGS.
- Gaia, C. (2014). Autismo Infantil: proposições para minimizar impactos do transtorno enfrentado pelos pais. *Margens*, 8(10), 319-330. <https://periodicos.ufpa.br/index.php/revistamargens/article/view/2741>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). *Pesquisa nacional de saúde do escolar: 2019*. Rio de Janeiro. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf>
- Lopes Neto, A. A. (2005). Bullying: comportamento agressivo entre estudantes. *Jornal de pediatria*, 81(5), 164-172. <https://www.scielo.br/j/jped/a/gvDCjhggsGZCjttLZBZYtVq/?format=pdf&lang=pt>
- Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. (1990, 13 julho). Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm)
- Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012. (2012, 27 dezembro). Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm)
- Lemos, E. L. M. D., Salomão, N. M. R., Aquino, F. S. B., & Agripino-Ramos, C. S. (2016). Concepções de pais e professores sobre a inclusão de crianças autistas. *Fractal: Revista de Psicologia*, 28(3), 351-361. <https://www.scielo.br/j/fractal/a/qc5nWBRr7JCCmHTNb3XQShv/abstract/?lang=pt>
- Ministério da Educação. (2008). *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducespecial.pdf>

- Mattos, L. K., & Nuernberg, A. H. (2011). Reflexões sobre a inclusão escolar de uma criança com diagnósticos de autismo na Educação Infantil. *Revista Educação Especial*, 1(1), 129-141. <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/1989>
- Octavio, A. J. M., Evaristo, A. L. A., Carvalho, B. M., & Fantacini, R. A. F. (2019). A inclusão do aluno com transtorno do espectro autista na educação infantil. *Research, Society and Development*, 8(1), 1-15. <https://doi.org/10.33448/rsd-v8i1.635>
- Pinho, M. C. (2018). *Contribuições do uso de atividades lúdicas em sala de aula, para o desenvolvimento e aprendizagem de uma criança com Transtorno do Espectro Autista (TEA): uma intervenção no contexto escolar* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pelotas). <http://www.repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/4379>
- Paula, J. B., & Peixoto, M. F. (2019). A inclusão do aluno com autismo na educação infantil: desafios e possibilidades. *Cadernos da Pedagogia*, 13(26), 31-45. <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1289>
- Ponce, J. O., & Abrão, J. L. F. (2019). Autismo e inclusão no ensino regular: o olhar dos professores sobre esse processo. *Estilos da Clínica*, 24(2), 342-357. <https://www.revistas.usp.br/estic/article/view/155742>
- Santiago, M. C., Santos, M. P., & Melo, S. C. (2017). Inclusão em educação: processos de avaliação em questão. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, 25(96), 632-651. <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/3bwwy6JgWW4Cpb7NvCpvrS/?lang=pt&format=pdf>
- Soares, J. M. M. (2018). *A inteligência no transtorno do espectro autista. Pós-Graduação em Psicologia* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/30042/1/Disserta%20a%20Jeane.pdf>
- Santos, A. M. T. (2008). *Autismo: desafio na alfabetização e no convívio escolar*. CRDA.
- Siqueira Wendi, W. G., & Toledo, C. (2020). Percepção dos pais de crianças com TEA sobre o processo de inclusão em escolas regulares. *Revista Científica UNIFAGOC-Multidisciplinar*, 5(1), 50-63. <https://revista.unifagoc.edu.br/index.php/multidisciplinar/article/view/590>
- Souza, E. A., Benfica, M., de Fúcio Borges, L. H., & Mendes, A. A. (2021). Desafios e possibilidades da inserção de alunos com espectro autista na escola durante a pandemia. *Anais da Noite Acadêmica do Centro Universitário UNIFACIG*, 1(1), 1-15. <http://www.pensaracademico.facig.edu.br/index.php/noiteacademica/article/view/2681>
- Teixeira, M. C. S., & Ganda, D. R. (2019). Inclusão E Autismo: relato de caso sobre o trabalho com uma criança na educação infantil. *Psicologia e Saúde em debate*, 5(2), 125-135. <https://doi.org/10.22289/2446-922X.V5N2A9>
- Vicari, L. P. L., & Rahme, M. M. F. (2020). Escolarização de alunos com TEA: práticas educativas em uma rede pública de ensino. *Revista Educação Especial*, 33(1), 1-23. <https://doi.org/10.5902/1984686X43296>

- Varela, B., & Machado, P. G. B. (2017). Uma breve introdução sobre autismo. *Educação e Humanidades*, 1(11), 25-39. [https://www.researchgate.net/profile/Pedro-Basso-Machado/publication/312841529\\_Uma\\_breve\\_introducao\\_sobre\\_o\\_autismo/links/58888819aca272b7b4541527/Uma-breve-introducao-sobre-o-autismo.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Pedro-Basso-Machado/publication/312841529_Uma_breve_introducao_sobre_o_autismo/links/58888819aca272b7b4541527/Uma-breve-introducao-sobre-o-autismo.pdf)
- Wuo, A. S. (2019). Educação de pessoas com transtorno do espectro do autismo: estado do conhecimento em teses e dissertações nas regiões Sul e Sudeste do Brasil (2008-2016). *Saúde e Sociedade*, 28(3), 210-223. <https://www.scielo.org/article/sausoc/2019.v28n3/210-223/pt/>
- Weizenmann, L. S., Pezzi, F. A. S., & Zanon, R. B. (2020). Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. *Psicologia Escolar e Educacional*, 24(1), 1-8. <https://www.scielo.br/j/pee/a/NwnK5kF4zM9m9XRynr53nwF/?lang=pt&format=pdf>
- Zanon, R. B., Backes, B., & Bosa, C. A. (2014). Identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 30(1), 25-33. <https://www.scielo.br/j/ptp/a/9VsxVL3jPDRyZPNmTywqF5F/?lang=pt&format=pdf>

# DESLIGAMENTO HUMANIZADO: UMA ANÁLISE SOBRE OS IMPACTOS PARA A EMPRESA E COLABORADOR GERADOS PELA SUA AUSÊNCIA

Daianny Fernandes Oseas Feitosa

Maria Luciana Abrante

Cássio Clayton Martins Andrade

Jéssica Luana Fernandes de Queiroz

Janélyca Dias da Silva

**Resumo:** Este estudo aborda a temática do desligamento humanizado, uma metodologia que torna esse momento empático e ético, oferecendo todo o suporte necessário que o colaborador necessita. Utiliza-se da ferramenta outplacement, para auxiliar os desligados a alcançarem sua recolocação no mercado de trabalho. Este trabalho teve por objetivo investigar os impactos gerados pelo processo de desligamento em que não está estruturado sobre a base da metodologia do desligamento humanizado. A abordagem utilizada na pesquisa foi exploratória, com caráter qualitativo, desenvolvida na empresa Brisanet, de segmento no ramo de telecomunicações, localizada na região semiárida do Ceará, tendo como população pesquisada a equipe que compõe a área de Recursos Humanos (RH) da empresa. Os dados foram coletados através de entrevistas semiestruturadas e analisados na perspectiva de análise de conteúdo defendida por Bardin. Diante dos resultados da pesquisa e da discussão realizada, conclui-se que o processo de desligamento que não está fundamentado pela metodologia de caráter humanizado, é de fato, um potencial gerador de impactos negativos para as empresas, gerando queda na produtividade, diminuição do número de vendas e serviços, além do alto valor arcado em ações trabalhistas. Como também, impactos na imagem organizacional, no processo de atração e contratação de novos colaboradores, na retenção dos remanescentes, no índice de turnover. Além de afetar também os indivíduos envolvidos no processo, causando consequências nos âmbitos emocionais, psicológicos, sociais, familiares, financeiros e profissionais. O estudo terá contribuições no âmbito acadêmico e profissional, que poderá futuramente promover intervenções e implementação da metodologia na empresa.

**Palavras-chave:** Demissão humanizada. Demissão responsável. Outplacement. Impactos da demissão.

## Introdução

O presente trabalho baseia-se na necessidade de trazer visibilidade a estratégias que contribuem para minimizar os impactos negativos na experiência do colaborador no momento do offboarding, tornando esse processo humanizado. Offboarding trata-se do processo de desligamento do colaborador, a finalização do contrato entre o empregado e a contratante. A decisão pode ser tomada por iniciativa da empresa ou do funcionário. Deve ser realizado pelo

gestor imediato, pois foi o orientador do colaborador durante o seu período de experiência na empresa (Stocker et al., 2018).

Também conhecido como Outplacement, a demissão humanizada surgiu na década de 60, nos Estados Unidos, em razão ao volume de desligamentos de cientistas e engenheiros, por consequência da grande crise econômica que estavam vivenciando. O modo em que foi realizado esse processo contribuiu para que os colaboradores se encontrassem sem expectativas de se recolocar no mercado de trabalho. A metodologia surgiu com o intuito de auxiliar estes profissionais na busca de novas oportunidades de trabalho (Maia & Nyaradi, 2005).

Assim, tornou-se perceptível a necessidade de criar um modelo de como se portar diante da demissão de um funcionário levando em consideração todos os impactos negativos que uma demissão causaria, humanizando todo o processo. No Brasil, esse novo método surgiu no final da década de 1970 (Maia & Nyaradi, 2005). De acordo com a descrição de Beer e Spector (1985), outplacement é definido como um procedimento realizado no período de desligamento, em que a empresa oferece treinamento e suporte sistemático para os colaboradores que estão sendo desligados, através de conselhos, instruções e técnicas para auxiliá-lo a organizar e executar um programa de procura de um novo emprego.

Embora aparente ser um processo simples, o offboarding precisa estar vinculado a uma série de fatores e cuidados significantes, por ser um momento de encerramento de vínculo do colaborador com a empresa. A segurança e estabilidade que seu emprego lhe proporciona foram quebradas, por estar vivenciando uma experiência que pode ser dolorosa, assustadora ou mesmo devastadora, podendo causar traumas. Caso o desligamento seja mal conduzido, a organização ficará sujeita a possibilidade de ter a sua imagem afetada, assim como sua estabilidade legal (Maia & Nyaradi, 2005).

Além de gerar uma fragilização na segurança dos colaboradores que permanecem, afeta o clima organizacional, e por consequência provoca desmotivação, sendo refletida sobre a produtividade em sua performance (Maia & Nyaradi, 2005). Portanto, para minimizar esses impactos negativos durante o processo de desligamento é necessário que as organizações apliquem a metodologia de desligamento humanizado.

Diante do exposto, torna-se evidente a necessidade do seguinte questionamento: o processo de desligamento que não está fundamentado pela metodologia de caráter humanizado, é de fato, um potencial gerador de impactos às empresas e aos indivíduos envolvidos no processo?

A presente pesquisa proporciona dados científicos e comprovados nos âmbitos pessoais, acadêmicos e sociais. Desse modo, na esfera pessoal, a pesquisa proporcionou um crescimento

e desenvolvimento na carreira profissional da pesquisadora, por ser a sua atual área de atuação. No contexto acadêmico a entrevista contribuiu com o aprofundamento da temática que ainda é pouco discutida nesse âmbito, porém é necessário estudos na área, com dados que tragam um maior conhecimento para os profissionais desenvolverem intervenções voltadas à redução dos impactos gerados pelos processos de desligamento, que não estão embasados na metodologia humanizada, contribuindo na mesma medida no cenário social.

Com base na problemática, o objetivo principal desta pesquisa é investigar os impactos gerados pelo processo de desligamento em que não está estruturado sobre a base da metodologia do desligamento humanizado. Os objetivos específicos são: identificar qual o método utilizado no processo de demissão atual da empresa; mapear os impactos para a organização e colaborador, na percepção dos profissionais de Recursos Humanos, causados pelo processo de desligamento atual da empresa; identificar os resultados que o método humanizado forneceria para ambas as partes envolvidas, caso a empresa o aplicasse em sua estrutura de demissões.

## **Método**

### **Tipo de pesquisa**

A presente pesquisa adquiriu informações sobre a temática por meio de pesquisa exploratória com abordagem qualitativa. A pesquisa exploratória proporciona ao pesquisador um melhor conhecimento sobre a problemática, por estar em contato direto com o campo, conhecendo o objeto de estudo de forma real, seu significado, e entendendo o contexto em que está inserido, adquirindo maior familiaridade, proporcionando um melhor embasamento na construção de hipóteses (Gil, 2008).

De acordo com Gil (2008) na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e c) análise de exemplos que estimulem a compreensão.

Sendo assim, esse formato de pesquisa nos permite obter respostas que se enquadram com a realidade do objeto e do campo pesquisado. O objetivo é impedir que os pré-julgamentos, construídos por leituras sobre o tema, influem nas percepções do pesquisador, na análise de dados e nos resultados (Gil, 2008).

Proporcionando uma leitura sobre a realidade tal como ela é, excluindo a compreensão que o pesquisador tinha antes de ter um contato direto com o real. Essa concepção traz como foco corrigir o pesquisador, caso tenha criado uma interpretação destoante do real, e

consequentemente, alcançar um grau de objetividade, tornando-a mais adequada à realidade (Gil, 2008).

Com embasamento nessas perspectivas, a pesquisa se apropriou do método qualitativo, estimando colher novas informações, compreender e analisar os dados obtidos posteriormente à aplicação da interferência. Frente às respostas alcançadas mediante ao atravessamento das etapas anteriores, o pesquisador alicerça sua avaliação acerca da temática por intermédio da sua interpretação dos indicadores (Gil, 2008).

A pesquisa qualitativa é embasada na investigação da percepção de um grupo social ou uma organização. Esse método tem o intuito de encontrar motivos da existência de algo e mapear o que poderá ser realizado como solução. Essas explicações não são quantificadas e não são submetidas à prova de fatos, pois são dados que irão descrever o objeto de estudo que podem ser formados por diferentes abordagens (Gerhardt & Silveira, 2009).

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), esse método de pesquisa busca alcançar novos conhecimentos sobre a temática, focando em objetos que os resultados das investigações não poderiam ser apresentados através da abordagem quantitativa por ter como finalidade compreender e explicar a dinâmica das relações sociais.

### **Local de estudo**

A pesquisa foi desenvolvida na empresa Brisanet, de segmento no ramo de telecomunicações. Foi fundada por José Roberto Nogueira, em 1998, na cidade de Pereiro, que corresponde a sua cidade natal, localizada na região semiárida cearense. De acordo com o site da operadora<sup>15</sup>, o objetivo do fundador, ao criar a organização, era de fornecer um serviço de internet, oferecendo qualidade e um custo acessível ao interior do nordeste. Os sócios-diretores João Paulo Estevam e Jordão Estevam, passaram a integrar a gestão da empresa, no ano de 2005.

Hoje a organização conta com uma estimativa de mais de 7 mil colaboradores, está presente em mais de 200 cidades nos estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Piauí e Sergipe. Com mais de 700 mil assinantes, se tornando líder no somatório de clientes que usam banda larga fixa nos estados em que a organização se faz presente.

---

<sup>15</sup> <https://www.brisanet.com.br/>

A provedora de internet é uma empresa de capital aberto na Bolsa de Valores. A abertura da Oferta Pública Inicial (IPO) ocorreu em julho de 2021, com o código BRIT3. Além de ser renomada por seu produto de qualidade na internet, em novembro de 2021, expandiu seus serviços, tornando-se operadora de telefonia móvel, por meio da sua compra no leilão 5G, nas faixas regionais do Nordeste e do Centro-Oeste.

### **População e amostra**

A população pesquisada foi a equipe que compõe a área de Recursos Humanos (RH) e desenvolve algum papel nos processos de medidas disciplinares e desligamentos. Participaram 5 (cinco) colaboradores, esse público foi selecionado por manter contato direto com as práticas da temática.

### **Coleta de dados**

Os dados da pesquisa foram coletados através de entrevistas semiestruturadas com os colaboradores, que desenvolvem o processo de desligamento na empresa. A referida entrevista foi composta por perguntas embasadas em teorias e hipóteses que se relacionam com a temática da pesquisa.

Para aplicação da entrevista, a pesquisadora se apresentou na empresa escolhida, em seguida se direcionou ao representante dos responsáveis do departamento da empresa que recebe a solicitação do desligamento, e prossegue com o processo, sendo o setor de RH. Foi apresentado o objetivo da pesquisa, as perguntas presentes na entrevista, e qual o público escolhido para a amostra.

As respostas colhidas possibilitam novas hipóteses. Consequentemente, com os dados colhidos na pesquisa, o pesquisador encontra, além do significado do objeto de pesquisa, mas também a sua explicação e compreensão. Outra característica importante desse meio de entrevista, é a presença consciente e atuante do entrevistador no processo de coleta de informações (Manzini, 2004).

Manzini (2004) defende que esse modelo de entrevista tem um foco principal, a temática pesquisada, e sobre esta é construído um roteiro com perguntas principais, seguidas a estas são realizadas outros questionamentos inerentes ao contexto do tema. Portanto, esse método de entrevista pode produzir informações de forma mais livre e as respostas não irão apresentar alternativas padronizadas, por se tratar de perguntas abertas, deixando assim, o entrevistado à vontade para comentar sobre seu posicionamento e oferecendo ao pesquisador uma compreensão mais ampla e completa referente ao argumento do entrevistado.



A coleta de dados foi dividida em duas partes. A primeira entrevista esteve estruturada em quatro perguntas, na primeira buscamos entender como funciona o processo de desligamento na empresa; em seguida questionamos se é aplicado ou não a metodologia humanizada no processo de demissão atual de sua empresa; na terceira pergunta buscamos colher a percepção dos entrevistados sobre os impactos (positivos e/ou negativos) que a metodologia de desligamento atual gera para a empresa; na última pergunta dessa etapa questionamos sobre o entendimento que os mesmos têm referente às consequências (positivas e/ou negativas) que o modelo de demissão atual produz para os indivíduos/colaboradores.

A segunda etapa da entrevista foi composta também por quatro perguntas, iniciamos indagando sobre compreensão que o entrevistado possui sobre a prática dessa metodologia humanizada; a seguir buscamos mapear, sobre a compreensão do indivíduo, quais os impactos (positivos e/ou negativos) que poderiam gerar na organização, se o processo de desligamento estivesse embasado sobre a metodologia humanizada; na terceira pergunta seguimos com o foco de identificar os resultados, tanto positivos, quanto negativos, sobre a implementação da demissão humanizada, porém com o viés voltado para o colaborador; por fim, procuramos encontrar a opinião do entrevistado, se é possível implementar e tornar prática a metodologia de desligamento humanizado na empresa.

A entrevista foi realizada na própria empresa Brisanet, de forma presencial e individual com cada colaborador, em uma sala reservada, com a finalidade de garantir melhor conforto e segurança para os participantes responderem aos questionamentos, assim como assegurar sigilo das informações fornecidas.

### **Análise dos dados**

O enfoque da análise dos dados é fundamentado na perspectiva de análise de conteúdo defendida por Bardin (2011), que busca analisar a temática através de investigação, para então construir uma compreensão referente ao objeto de estudo. Sousa e Santos (2020) defendem que no método de análise de conteúdo, pôr os dados serem categorizados de forma rigorosa, influenciam na interpretação do conteúdo de pesquisa, resultando em respostas válidas e confiáveis na pesquisa qualitativa.

Para realizar a análise das respostas colhidas na pesquisa, foram percorridas algumas fases que são descritas por Bardin (2011), a primeira fase trata-se da pré-análise; em seguida a fase da exploração do material; e por fim, o tratamento dos resultados. Sousa e Santos (2020) explicam que, na etapa da pré-análise, o pesquisador organiza o material que será utilizado na pesquisa, e analisa o que precisa coletar nela. Dando seguimento, categoriza suas ideias em

algumas etapas: a leitura flutuante do material, para entender sobre a temática; escolha dos documentos que serão analisados ou selecionar os documentos que foram coletados para a análise; formular hipóteses, objetivos e indicadores. Essa fase relaciona-se à preparação do material de pesquisa.

Na fase de exploração do material, de início é realizada a codificação, categorizando as unidades de registro e de contexto. As unidades de registro podem ser palavras, temas e objetos. Para selecionar as unidades de contexto, deve-se levar em consideração a frequência, intensidade, presença ou ausência. Portanto, para codificar as unidades de registro podemos utilizar a repetição de palavras e/ou termos, seguidamente de categorias de análise iniciais (Sousa & Santos, 2020).

A última etapa trata-se do tratamento dos resultados obtidos e interpretação, em que é realizada uma análise crítica sobre o conteúdo. O tratamento dos resultados tem o foco de mapear os conteúdos coletados. Esta fase é a operação lógica, na qual se permite uma proposição por razão da sua ligação com outras proposições já aceitas como verdadeiras” (Bardin, 2010). Considerando todas as etapas, poderíamos resumir a análise de conteúdo dando ênfase no percurso da codificação e categorização, pois é nesse período que irá auxiliar o pesquisador a alcançar as interpretações e as inferências.

### **Aspectos éticos**

Foi adquirido o termo de anuência assinado pelo responsável do processo de desligamento na empresa. A assinatura deste documento assegura o consentimento da execução da pesquisa na organização, manifestando que autoriza e apoia o estudo. Além deste termo, foram colhidas as assinaturas dos pesquisados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), documento que resguarda o pesquisador, que os entrevistados manifestaram o consentimento livre, de forma escrita, ele contém todas as informações necessárias sobre a pesquisa que estão se propondo a participar, em linguagem nítida e objetiva, de fácil entendimento.

### **Referencial Teórico**

#### **Desligamento**

Para compreendermos esse processo de Outplacement, é necessário entendermos o conceito e os tipos de demissões. Quando se trata de rescisão de contrato, significa que foram interrompidos os serviços prestados do empregado ao empregador, podendo causar indenização

ou não do empregado. Os principais tipos de rescisão são: demissão sem justa causa, o fim do contrato ocorre por iniciativa do empregado; demissão por justa causa, o fim do contrato é realizado por iniciativa da empresa, porém causada pelo empregado, os motivos podem ser o índice alto de absenteísmo injustificados, em casos de desonestidade e má conduta; pedido de demissão, é conduzido por iniciativa do colaborador; término do contrato por ato culposo do empregador (rescisão indireta), sucede pôr a organização e seus prepostos, líderes, gerentes, cometem atos culposos contra o empregado, como por exemplo: exigir do colaborador serviços que estão além das suas forças e das responsabilidades em que foram estabelecidas para sua função; rescisão por culpa recíproca, causada por infrações trabalhistas cometidas por ambas as partes, empregado e empregador (Alberton et al., 2018).

### **Os impactos da demissão na vida do indivíduo**

Para compreendermos os impactos que afetam a vida do indivíduo, causados pela demissão, é necessário fazer um recorte sobre o significado e o lugar que o trabalho ocupa na vida do ser humano. O surgimento do capitalismo transfere ao trabalho um lugar central na vida dos indivíduos, como o único meio digno de ganhar a vida. Além da esfera econômica e financeira, o trabalho ocupa um lugar significativo também na esfera psíquica e afetiva do sujeito. Ocupando também o âmbito social, o trabalho é responsável pela produção dos laços sociais, “não é apenas uma atividade; ele é, também, uma forma de relação social, o que significa que ele se desdobra em um mundo humano caracterizado por relações de desigualdade, de poder e de dominação” (Dejours, 2004).

Além de produzir laços sociais, o trabalho tem objetivos voltados para benefícios sociais, concebe transformação ao sujeito, provém mudanças e realizações para a conjunção social, proporcionando convivência, relacionamento e construção coletiva sobre as regras de trabalho. Do mesmo modo, o indivíduo se apresenta nas relações sociais com o propósito de alcançar reconhecimento, tornando o trabalho um caminho de construção da identidade. Por vivenciarmos uma estrutura social do capitalismo, o trabalho tornou-se uma referência para a construção de nossa identidade (Duarte, 2015).

Assim, ao apresentarmos alguém, informamos logo depois sua função, definindo o outro pela função do trabalho que executa. Essa forma de apresentação social, que utilizamos para denominar o outro, revela o apego que o ser humano possui pelo seu trabalho, para além de garantia de renda e sobrevivência, está vinculado a nossa identidade. A relevância que o trabalho ocupa em nossas vidas nos faz pensar nas outras utilidades que ele possui, como sendo mediador de nossas rotinas e relações (Duarte, 2015).

Todos os que estão inseridos no mercado de trabalho correm o risco de sofrer um desligamento, por consequência de baixa performance, por não alcançarem o desempenho esperado pela organização de acordo com sua função ou por má conduta. Assim como também, as causas do desligamento podem estar vinculadas a dificuldades que a organização esteja enfrentando, como crises financeiras, redução de quadro de funcionários, entre outros (Lorentz, 2017).

Lorentz (2017) complementa que mesmo estando ciente do risco de vivenciar o processo de desligamento, não bloqueia os impactos negativos que afetam a organização e o sujeito envolvido. O desligamento gera um sentimento de perda significativa na vida dos indivíduos, por ter sido retirado o seu meio de subsistência, e por consequência da dependência que os sujeitos criam das organizações, que os conduz a não projetarem um plano de carreira alternativo. Ao vivenciar esse momento o indivíduo pode experimentar sentimentos ambivalentes de raiva, tristeza, culpa e novas perspectivas do futuro.

Além da raiva, poderá estimular uma vulnerabilidade, por efeito da projeção materna e narcisista, que os colaboradores constituem na organização, onde as atitudes de dependência são intensas ao ponto de perder sua criticidade, em nome de uma mãe projetada de forma imaginária na organização. Esta mãe da qual se espera a salvação e proteção, porém ao vivenciar o processo de desligamento, os sentimentos presentes dão lugar ao de rejeição e abandono (Lorentz, 2017).

Nessas circunstâncias o indivíduo pode ser invadido pelo sentimento de incompetência e inutilidade, causando consequências drásticas na vida do indivíduo, que se não forem ponderadas, podem resultar em problemas psicológicos graves, até mesmo em depressão, pela frustração do impacto da demissão, principalmente quando ocorre de maneira inesperada (Alberton et al., 2018).

Maia e Nyaradi (2005) defendem que a perda do emprego acarreta perda de expectativas, esperanças e motivação. As mudanças que ocorrem a partir daí são intensas e em muitos casos provocam outras perdas que podem ser irreparáveis. Os efeitos da demissão no indivíduo podem ser emocionais, psicológicos, físicos, comportamentais, familiares, econômicos, profissionais e sociais.

Por todos os impactos negativos motivados pelo desligamento na vida do sujeito, as empresas buscam por programas que reduzam esses efeitos negativos, ajudando o indivíduo a compreender a ação tomada pela empresa e prepará-lo para o mercado de trabalho. Em virtude de que os impactos sociais e individuais causados pelas demissões estão cada vez mais

evidentes, gerando consequências, que vão para além de efeitos na vida do indivíduo, implicando também nas organizações (Silva, 2017).

### **Os impactos da demissão na organização**

Segundo Zampieron et al. (2018), o método utilizado no processo de desligamento está relacionado à desestabilização da relação entre empresa e funcionário. As demissões em massa e o enxugamento de pessoal desqualificam a imagem da empresa, afeta o profissional desligado e os remanescentes, de maneira que as empresas passaram a valorizar mais os efeitos do enxugamento e as demissões de pessoal. Provocando desconfiança e insegurança nos profissionais que sobreviveram a movimentação, conseqüentemente surgem quedas acentuadas na produtividade. Após as demissões, é possível identificar um impacto considerável no clima organizacional, ou seja, na satisfação e comprometimento dos funcionários com suas funções.

Os colaboradores que permanecem na empresa após realizarem desligamentos na sua equipe, expressam sentimento de apreensão, receio de que seja o próximo a ser desligado e, preocupação em desenvolver melhor suas atividades, mostrar mais capacidades e habilidades, buscando destacar-se dos demais, com o intuito de permanecer na empresa. Essa aflição pela necessidade de buscar um melhor desempenho, pode resultar em um efeito contrário, como improdutividade e má performance, ocasionando em impactos negativos para os lucros da empresa, por dificultar o alcance dos indicadores de produtividade almejados (Zampieron et al., 2018).

Ampliando essa compreensão, Zampieron et al. (2018, p. 1) conceitua o funcionário como “essencial para a organização, ele é quem efetivamente transforma matérias-primas em um produto ou serviço, gerando ganhos à empresa [...] jamais existiria economia de mercado, vendas, nem ao menos civilização, sem pessoas, tudo que você faz começa e termina com pessoas”.

A organização pode sofrer danos na imagem organizacional, que foi estruturada sobre a empresa nos seus clientes internos e externos, em decorrência de um desligamento que não procedeu de maneira cuidadosa, respeitosa e cautelosa. A representação conceitual da empresa para seus clientes é construída através da identidade organizacional, que está vinculada a sua crença, missão, visão, valores e competências organizacionais, que geralmente não enfatizam apenas o alcance de metas, mas similarmente o comprometimento de desenvolver seus colaboradores em suas performances e concedê-los um lugar significativo e de protagonismo, o inserindo como centro da estratégia nos processos, visando a construção de vínculos fortes entre a empresa e seus colaboradores (Taranto, 2018).

Isto posto, é essencial que em todos os processos da empresa esses princípios estejam presentes, integrados desde o procedimento de recrutamento e seleção, onboarding, incluindo o offboarding, transparecendo o lugar de relevância que o colaborador ocupa para o alcance dos resultados, o tornando parte dos processos e das conquistas, proporcionando reconhecimento do seu trabalho e não o considerando descartável e substituível (Silva & Romão, 2019).

Se, porventura, esses propósitos não se tornam evidentes no offboarding, há uma quebra na identidade organizacional apresentada pela organização a seus funcionários, provocando disparidade na comparativa da condução desse momento com a imagem projetada pelo empregado, de acordo com o que lhe foi apresentado em sua integração, em que foram alimentadas no colaborador expectativas de que em todos os procedimentos ele será inserido como primordial, quando essas expectativas não são supridas, até mesmo no processo de desligamento, é distorcida a representação que a empresa construiu, afetando a sua imagem de mercado, como também a concepção dos seus clientes internos sobre a mesma. Assim, é possível que o indivíduo que experienciou essa ruptura repasse para o público externo esse conceito deturpado sobre a empresa, não a recomendando como empregadora a seus conhecidos, afetando a imagem de mercado da empresa (Taranto, 2018).

As concepções negativas construídas no tocante a instituição ocasiona um aumento significativo de rotatividade na empresa, podendo despertar uma má aceitação social e do mercado de trabalho, gerado por uma constituição de uma imagem negativa, de que ninguém permanece nela por muito tempo, e por consequência há uma redução no seu grau de confiança. Por essa razão, é importante ter presente nas empresas um processo demissional bem planejado e estruturado, visto que uma demissão não justificada poderá acarretar adversidades para a organização, por serem potenciais causadores de propagandas e reações negativas, manifestações, e inclusive reivindicações na justiça (Alves, 2019).

A concepção dos seus clientes internos sobre a organização também é prejudicada, caso as demissões não sejam realizadas de forma justa e transparente, pois os empregados que permaneceram perderão a confiança na organização, surgindo o desejo de sair também. Após o processo de demissão a imagem organizacional, perante seu público interno, deve ser fortalecida, pois caso a companhia não ofereça a atenção necessária a respeito dos prejuízos de uma demissão no ambiente interno, produz o vírus da suspeita e do “salve-se quem puder”, estimulando baixa produtividade, sentimentos não tratados e diminuindo significativamente a animosidade (Alves et al., 2010).

Outro fruto de um processo de desligamento, em que não são empregados métodos humanizados, é o custo financeiro provocado não exclusivo do pagamento das verbas

rescisórias, mas conjuntamente a possibilidade de precisar financiar ações trabalhistas. Esses processos trabalhistas são movimentados pelos atuais trabalhadores ou por aqueles que foram demitidos, acionadas quando o empregado identifica que seus direitos trabalhistas não foram ou não estão sendo respeitados, então junto ao seu advogado, sinalizam a demanda para a justiça do trabalho, com a perspectiva de reparar e garantir seus direitos. A omissão da empresa acerca desses direitos trabalhistas resulta em perdas significativas para a empresa, por se tratar de valores expressivos e expor a imagem organizacional a repercussões negativas (Sampaio et al., 2018).

Sampaio et al. (2018) enfatizam que as ações trabalhistas resultam em um custo significativo, com valores expressivos, posto isso, acarreta danos a companhias que estão vivenciando um período de crise financeira, frente a necessidade do pagamento exigido pela justiça do trabalho, por consequência das reclamações trabalhistas. Dessa maneira, é válido assumir uma atenção redobrada em suas práticas trabalhistas, uma vez que, ao se apropriar de condutas que conceda uma abertura a ações trabalhistas, por ineficiência da gestão, desfrutará de transtornos inestimáveis. Sampaio et al. (2018, p. 10) defendem que “Raramente uma empresa está preparada financeiramente para quitar mediante sentença da justiça do trabalho seus débitos com seus ex-funcionários, qualquer despesa extra pode resultar em falência nos negócios”.

Alves (2019), enfatiza como adicional aos transtornos causados pela demissão é apropriado evidenciar os custos que implica às despesas para suportar o custeio com o elevado fluxo admissões e desligamentos, ocasionando rotatividade de pessoal, termo também conhecido como turnover, podendo causar dispêndios, em razão da recontração de mão-de-obra, comprometendo a produtividade da organização. Além de custos, provoca desgastes que não são controlados por defluência da ausência de planejamento e de um processo bem estruturado.

## **Resultados e Discussão**

A apresentação dos resultados e discussão será dividida em categorias, com o intuito de apresentar separadamente os objetivos pautados nas duas etapas que compõem a pesquisa. Do mesmo modo, identificou-se os colaboradores entrevistados através de numeração, sendo distinguidos por “Entrevistado um”, “Entrevistado dois”, “Entrevistado três”, “Entrevistado quatro” e “Entrevistado cinco”, não serão apresentados por gênero, raça ou idade, por essas questões não apresentarem relevância para o objetivo desta pesquisa.

## **Desligamento atual da empresa e seus impactos**

Na primeira pergunta da primeira etapa, obtemos respostas que auxiliaram a entender o processo de desligamento atual da empresa, com o intuito de checar se a metodologia humanizada está presente no processo de desligamento atual da empresa. Atualmente o processo está estruturado em oito fases. Inicia com a decisão do gestor, que então repassa a demanda para o RH através do sistema de chamados de desligamentos da empresa.

Em seguida, o RH realiza uma checagem para analisar se há impeditivos para o desligamento, ou seja, se o colaborador apresenta alguma estabilidade em seu histórico, caso apresente o RH retorna com a devolutiva para o gestor, informando que não poderão seguir com o processo de desligamento, por razão do colaborador apresentar estabilidade.

Porventura, o colaborador não consta com nenhuma estabilidade no sistema, o RH realiza a devolutiva ao gestor solicitante, com a documentação para que o desligamento seja realizado. Assim, o gestor realiza a comunicação de desligamento ao empregado, colhe a assinatura e devolve os documentos para o RH e ao departamento pessoal da empresa, para que assim sejam realizados o exame demissional e o processo de pagamento de rescisão.

Na segunda pergunta, foi realizado o seguinte questionamento: "Entendendo como funciona a metodologia do desligamento humanizado, e considerando o processo atual de desligamento, está sendo aplicada a metodologia humanizada na empresa?". Obteve-se como retorno, em sua grande maioria, uma resposta negativa.

A ausência dessa prática apresenta-se de forma mais evidente na resposta do entrevistado quatro: "Hoje na empresa não é aplicado o desligamento humanizado. Infelizmente ainda temos uma forte cultura de punição. De não tratar os problemas pontualmente e já optar pelo desligamento direto". A falta da aplicação também foi bastante evidenciada na fala do entrevistado cinco: "Não, há um gap na condução desse processo que foi realizado pelo gestor. Falta preparação em relação ao conhecimento do processo e empatia com o funcionário".

Essas respostas comprovam a necessidade de outro olhar sobre o processo de desligamento. A decisão da liderança de desligar um colaborador deve ser efetuada apenas após aplicar métodos de desenvolvimento para o empregado. Caso sua atuação não esteja de acordo com a performance esperada pela empresa, não esteja alcançando as metas estabelecidas, a sua liderança deverá recorrer a feedbacks junto ao funcionário, oferecendo um momento de escuta, promovendo abertura para serem apresentadas as dificuldades em que ele está encontrando para atingir um bom desempenho em suas atividades (Silva, 2017).



Silva (2017) confirma essa visão ao afirmar que o feedback é uma ferramenta essencial na jornada do colaborador na empresa, oferecendo oportunidades de desenvolvimento. Essa forma de conduzir estratégias e planos de ações, para que o colaborador alcance as expectativas da empresa diante de sua atuação, impacta diretamente no momento do desligamento, pois é importante que a decisão do desligamento esteja embasada na dedicação ou a falta dela e no desempenho apresentado pelo colaborador, após a implementação das estratégias traçadas para o seu desenvolvimento.

Da mesma forma funciona para casos de má-conduta, em que devem ser aplicadas medidas disciplinares e ocorrências, com o objetivo de reversão do cenário, e então seguir com o desligamento, somente se o colaborador não apresentar uma melhoria e correção do seu comportamento. Sendo assim, no ato da demissão serão relatados motivos coerentes para funcionário referente aos pontos relevantes que conduziram o gestor a tomar a decisão, tornando esse momento responsável e transparente (Silva, 2017).

Finalizando a primeira fase da entrevista, buscou-se conhecer quais os impactos (positivos e/ou negativos) que o processo de desligamento atual gera para empresa, assim como para o colaborador. Ao se tratar dos impactos que afetam a organização, obtemos uma superioridade de aspectos negativos, foram citados: desmotivação do time; perda de credibilidade por parte da gestão; visão negativa sobre a organização para o mercado; grande insatisfação em colaboradores inativos e ativos; taxa de turnover alta; gastos com rescisões e processos judiciais; clima organizacional de medo e impunidade diante da gestão; sobrecarga de trabalho para os colaboradores que estão ativos; e falta de candidatos na região que se interesse pela empresa.

Zampieron et al. (2018) afirma que a forma como é conduzida a demissão na empresa, impacta diretamente os colaboradores remanescentes, podendo causar insegurança, e conseqüentemente quedas acentuadas na produtividade, quebra de confiança, motivação e satisfação, gerados por uma demissão que não estava presente a ética, respeito e transparência. Por esse motivo, é importante a organização se preocupar com os funcionários que pertencem ao time dos que foram desligados, com o objetivo de reduzir os impactos das demissões.

Também conhecida como Employer Branding, a imagem corporativa é afetada por um processo de desligamento que não foi realizado de forma humanizada. Taranto (2018) comenta que o empregado ocupa um lugar de influência na imagem da empresa, por esse motivo, o nível de satisfação do funcionário para com a empresa, reflete no mercado, definindo sua reputação como sendo uma boa ou ruim empregadora. Essa propaganda interfere na atração e contratação

de mais talentos, no interesse das pessoas de se candidatarem às vagas e na vontade de trabalharem na empresa; na retenção dos remanescentes; e na venda de produtos e serviços.

As demissões, que não estão resguardadas por motivos de redução de quadro, necessitam de uma nova contratação para substituir o colaborador demitido e o novo assumir suas atividades. Esse alto índice de turnover, rotatividade de pessoal, traz como consequências: desequilíbrio no clima organizacional; sobrecarga de atividades para os que permaneceram no time; e custos inerentes à contratação, desenvolvimento e treinamentos para o novo colaborador, recontração ou reposição da vaga (Fernandes & Rosa, 2013).

Fernandes e Rosa (2013) relatam que a saída de um funcionário causa uma significativa perda na produtividade, pois há um tempo destinado a treinamento e adaptação do substituto, além dos casos mais específicos de atividades mais complexas, que requerem bastante tempo de empenho para serem aprendidas. Em vista disso, quando as empresas perdem seus talentos, poderá haver desequilíbrio em seus serviços e possibilitar insegurança em seus clientes, perdendo a sua credibilidade e aumentando a força de sua concorrência.

As demissões também geram custos para empresa, com altos valores pagos em verbas rescisórias que o ex-colaborador deve receber, incluindo aviso-prévio, gratificações, hora-extra, saldo de salários e férias. Além do alto valor arcado em ações trabalhistas, que podem ser abertas na justiça, caso o empregado deseje reclamar junto à justiça do trabalho algum direito que acredite ter sido negado (Carioca, 2009).

Algumas práticas devem ser aplicadas no momento da demissão, uma comunicação respeitosa, empática, a garantia dos seus direitos trabalhistas, feedback sobre o motivo e apoio para a recolocação no mercado de trabalho. A ausência desses recursos produz uma maior probabilidade de a organização sofrer ações trabalhistas, que em sua grande maioria estão ligadas a direitos trabalhistas que não foram atendidos, critérios injustos da decisão sobre a demissão e a comunicação feita ao demitido (Carioca, 2009).

Em razão disso, decorre a necessidade de as empresas investirem no processo de demissão, tanto quanto já investem no processo de admissão e no decorrer da jornada de desenvolvimento do colaborador. Porém, no ato da demissão há uma predominância de práticas negativas, advindas de um processo que não há humanização, empática, ética, como também não está embasada na garantia de direitos trabalhistas, por consequência a organização ficará vinculada a uma imagem manchada perante seus clientes externos e internos, causando insegurança para seus empregados que permaneceram, acarretando aberturas de ações trabalhistas (Silva & Romão, 2019).

Referente aos efeitos que geram influência sobre o colaborador obteve-se uma prevalência de comentários negativos. Em suas falas relataram: “Sentimento de descaso no ato do desligamento, falta de empatia ou humanidade. Gera também frustração, caso o colaborador não tenha sido acompanhado ou não tenha sido aplicado feedback.” (Entrevistado dois); “Grande insatisfação em colaboradores ativos; sobrecarga de trabalho para os colaboradores que estão ativos; desmotivação; medo da gestão; problemas psicológicos.” (Entrevistado três); e “desamparo”, principalmente no ambiente atual do país. O colaborador por muitas vezes não vai ter uma segunda opção de trabalho, ficando a mercê do desemprego.” (Entrevistado quatro).

No tocante aos efeitos para os ex-funcionários, Bones (2017) aponta-os classificando em categorias. Os impactos emocionais: dificuldade cognitiva, instabilidade emocional/vulnerabilidade, ansiedade/angústia, estresse/tensão, depressão/amargura/perda da esperança, distúrbios psiquiátricos, e suicídio/parassuicídio/autoagressão; psicológicos: insegurança, queda na autoestima/autor respeito, queda no nível de felicidade e de satisfação com a própria vida, e perda da noção de identidade; e físicos: alteração nos sistemas cardiovascular, imunológico, e gastrointestinal ou bioquímico.

Referente às consequências comportamentais que poderão surgir: conflitos para reorganizar seu cotidiano, desestimulação, alteração na alimentação, insônia ou uso excessivo de drogas psicoativas; divergências familiares; econômicas: queda de renda ou alguma privação econômica. No tocante às sequelas sociais: efeitos negativos no âmbito interpessoal, por razão de isolamento; e profissionais: dificuldade de retorno ao mercado de trabalho, poderá apresentar temor, menos compromisso, uma menor satisfação e menores salários em novos vínculos empregatícios (Bones, 2017).

### **Metodologia humanizada e seus impactos na percepção dos colaboradores**

A segunda categoria foi composta pelas perguntas da segunda etapa da pesquisa, com o foco de conhecer as concepções desses profissionais sobre o método de desligamento humanizado, bem como os efeitos ela evidenciaria, caso a tornassem prática na empresa. Desse modo, iniciamos a segunda fase questionando os pesquisados a respeito da sua percepção sobre a prática do método humanizado no processo de desligamento.

Obteve-se uma superioridade de feedbacks positivos, que podem ser evidenciados nas falas dos seguintes entrevistados: entrevistado dois “Entendo que a prática da metodologia vem para trazer mais leveza e segurança ao processo. Entendo que estamos lidando com pessoas, suas emoções e expectativas”; entrevistado cinco “Employer branding, redução os impactos sobre os comportamentos negativos do empregado e redução do passivo trabalhista”.

A essência do desligamento humanizado é garantir que o processo de demissão da organização seja realizado de forma responsável. Para isso acontecer, é essencial que nesse momento seja elevada a posição do colaborador em um nível de importância para empresa, em que na comunicação do desligamento está presente empatia, cuidado, respeito, ética e valorização do empregado por toda a sua trajetória na empresa. Por essa razão, é importante apresentar um feedback para o colaborador, relatando os motivos que influenciaram o gestor a tomar a decisão, também deixando nítido as contribuições e relevância do empregado para as conquistas da empresa (Campos, 2011).

Nesse sentido, o outplacement é essencial, o qual pertence a uma das etapas que compõem a método humanizado para demissões, é uma forma de aconselhamento de carreira que as organizações oferecem aos colaboradores demitidos, para auxiliá-los a suportar os impactos da perda de seu emprego, desenvolver competências de procura de emprego, e fazer a transição de volta ao mercado de trabalho com sucesso (Santos, 2021).

Seguidamente, foi indagado acerca dos impactos (positivos e/ou negativos) que, sobre suas percepções, poderiam gerar na empresa e nos funcionários, se o processo de desligamento estivesse embasado sobre a metodologia humanizada. Em suas argumentações, trouxeram em suas falas alguns resultados que influenciariam na empresa como: gerar valor para o negócio; criação de uma cultura de valorização e respeito; melhoria da imagem organizacional; diminuição do índice de turnover; e redução de aberturas de processos trabalhistas contra a organização.

Silva e Romão (2019) destaca alguns benefícios para as empresas que aplicam o método humanizado, como a redução de estresse observado nos indivíduos responsáveis pela demissão; promoção da imagem de uma organização que ampara seus funcionários; enriquecimento das relações trabalhistas entre funcionários demitidos e seus ex-empregadores; diminuição de abertura de reclamações trabalhistas ou qualquer outro tipo de atitude vingativa contra a empresa; e redução dos custos adicionais relacionados com as demissões mal conduzidas.

Silva (2017) ressalta os resultados que as organizações obtêm por intervenção deste método de desligamento responsável, destacam-se a manutenção e melhoria do clima organizacional, a responsabilidade social do empregador torna-se explícita para os colaboradores que permaneceram, além de manter e aumentar a produtividade, motivação e tranquilidade dos remanescentes no desempenho de suas atividades, mesmo em momentos de cortes de equipes, eles se sentirão seguros, pela certeza de que terão suporte da empresa em qualquer situação.

No âmbito econômico há proveitos para as empresas, por razão da grande probabilidade dos colaboradores que tiverem experienciado essa boa prática, não acionem a justiça para abrirem ações trabalhistas contra o seu ex-empregador, por ter recebido apoio, reconhecimento pelas atividades que desenvolveu e seu tempo abdicado em favor da empresa, e pela sensação de ocupar um lugar de relevância para a organização (Silva, 2017).

Taranto (2018) defende que a imagem organizacional também ganha com a implementação dessa estratégia, em razão de ter um aumento no nível de satisfação do ex-funcionário, que conseqüentemente infere na imagem que esse ex-colaborador terá sobre a empresa, que então refletirá na imagem da empresa no mercado, contribuindo assim para uma marca positiva, de uma boa empregadora. Essas propagandas irão influenciar também na atração e contratação de novos colaboradores, pois receberão mais candidatos a vagas, pelo aumento de interesse em trabalhar na empresa que estabeleceu essa reputação no mercado.

Como também, provendo uma diminuição no índice de turnover, de colaboradores desejando sair da empresa e aumento na retenção dos remanescentes, pelo crescimento de satisfação e motivação de desenvolver um bom desempenho em suas atividades. Bem como, a multiplicação do número de vendas dos produtos e serviços, gerados pela boa imagem passada para seus clientes (Taranto, 2018).

No que diz respeito aos efeitos que poderiam gerar no colaborador, foram evidenciados sentimento de valorização, oportunidade de desenvolvimento e crescimento profissional, sentimento de apoio e acolhimento pela empresa, mesmo vivenciando um momento delicado. Desse modo, o colaborador sairá da empresa, sem o sentimento de desamparo, sentindo-se mais preparado, para construir um plano de carreira, visando possibilidades de realocação no mercado de trabalho.

Os profissionais demitidos tendem a tomar decisões precipitadas, em virtude do anseio, insegurança e incertezas em relação ao futuro da sua carreira profissional e sua condição financeira. Sendo assim, há a possibilidade de aceitar qualquer emprego, mesmo não o considerando compatível com seu nível de currículo, gerando então um impedimento no seu crescimento e valorização profissional e de sua carreira, e conseqüentemente lhe trazendo problemas financeiros, emocionais, de autoestima, e de identidade, podendo até mesmo abalar sua estrutura familiar (Silva, 2017).

Segundo Silva (2017) o programa de outplacement, por ser uma estratégia, fornecida pela empresa, de assessoramento de auxílio para os ex-colaboradores conseguirem se recolocar no mercado de trabalho, assim esses profissionais são orientados de quais passos devem seguir e quais recursos devem utilizar para alcançar seu objetivo de reintegração. Incluindo a

orientação sobre os comportamentos que devem assumir para alcançarem resultados positivos sobre sua percepção e motivação, reduzindo o desconforto psicológico. Também são traçadas estratégias de transição corretas voltadas para conquistar novas oportunidades de mercado.

Portanto, o indivíduo se beneficia de um suporte na construção de uma apresentação atrativa dos seus pontos fortes, assim como de avaliações para identificar seu desempenho, revelando as habilidades necessárias que precisa desenvolver para construir uma carreira futura de sucesso, além de receber workshops e palestras sobre gestão de mercado, assessoria de carreira na elaboração de curriculum vitae, técnicas de entrevistas, negociação salarial, avaliação de ofertas de trabalho e empregadores em potencial. Assim como também recebem cursos de imersão, inglês e espanhol, recebendo também apoio psicológico para o ajudar a suportar os impactos gerados por esse momento delicado em que está vivenciando (Maia & Nyaradi, 2005).

Santos (2021) enfatiza que os profissionais que experienciaram os serviços de outplacement apresentaram níveis mais baixos de ansiedade e depressão, e níveis mais altos de autoestima, autoconfiança e motivação, apresentando altas expectativas de que conseguirão se recolocar no mercado de trabalho e reconstruir uma carreira de sucesso. Como também, apresentaram uma redução de sentimentos de raiva e traição que alguns ex-colaboradores podem sentir acerca do antigo empregador. Expressaram que percebem que essa metodologia impactou no seu desenvolvimento e reentrada no mercado de trabalho, assim como na melhoria do seu bem-estar. Consideraram o processo como adequado e como uma ajuda que chega num momento difícil.

Finalizando a pesquisa, buscou-se com a última pergunta, compreender se pelo olhar dos entrevistados, é possível implementar e tornar prática a metodologia de desligamento humanizado na empresa. Verificou-se pareceres bastante positivos, de que seria possível a implementação, porém com algumas pontuações, que em suas opiniões, devem ser consideradas para que o método resulte em ganhos para ambas as partes, colaborador e empresa. As ressalvas foram: a construção de um método bem estruturado e organizado; conscientização e compreensão da liderança sobre todo o processo, seus objetivos e prática; e treinar a gestão sobre todos os passos da metodologia.

De acordo com todas as discussões realizadas a partir dos resultados apresentados, pode-se compreender ser possível humanizar o processo demissional, se utilizando de uma série de estratégias que integram essa metodologia, envolvendo uma série de fatores, que já foram discutidos e mencionados nas questões anteriores. Portanto, é importante considerar que o

processo deve estar estruturado e todos os envolvidos no processo devem ser treinados, cada um conforme a sua função.

## **Conclusões**

A demissão demonstra ser o momento mais difícil e delicado, por todos os impactos que geram sobre a empresa e o colaborador. É nesse momento que o vínculo entre ambas as partes se rompe, podendo causar um clima desagradável, além de traumas que podem se perdurar por um certo tempo, para então serem superados. Embora ao primeiro olhar aparenta ser um processo simples, o desligamento humanizado está embasado em uma série de cuidados significativos, tendo como principal essência o cuidado e empatia pelo trabalhador que está sendo desligado da organização. A ideia é tornar esse processo leve e menos traumático.

Diante dos resultados apresentados da presente pesquisa e das discussões realizadas, conclui-se que o processo de desligamento que não está fundamentado pela metodologia de caráter humanizado, é de fato, um potencial gerador de impactos negativos para as empresas e colaboradores envolvidos no processo, evidenciado pelos efeitos que ambas as sofrem em razão da ausência dessa prática. Desse modo, frente às consequências da ausência do desligamento humanizado torna-se evidente a necessidade de implementação da metodologia apresentada, pelos ganhos que sua implementação oferece para a empresa e para o indivíduo.

Diante do exposto, o estudo alcançou os objetivos elencados inicialmente, respondendo o questionamento principal, através de evidências. Ademais, encontrou-se dificuldades no processo de construção da pesquisa e do trabalho, por se tratar de um tema com rara discussão no âmbito acadêmico. Apesar desta metodologia estar presente no Brasil desde a década de 70, ainda há uma escassez de estudos voltados para a temática.

À vista disso, a presente pesquisa agrega a temática por apresentar dados discutidos cientificamente. Sendo assim, este estudo contribuirá para fortalecer o conhecimento sobre o assunto no campo universitário e no mercado de trabalho, que poderá subsidiar intervenções e a possível proposta de implementação da metodologia humanizada na empresa.

## **Referências**

Alberton, A. C., Malizan, J., Giroto, A. M. (2018). *O impacto da demissão e a recolocação no mercado de trabalho* (Trabalho de Conclusão de Curso, Faculdade de Cafelândia - FAC).

- Alves, V. C. D. G. (2019). *Estudo dos impactos gerados pelo turnover em uma empresa do segmento de panificação na cidade de Ituiutaba-MG* (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Uberlândia). <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/28285>
- Alves, J., Chagas, P. C. Z., Lemos, R., Rissi, V. (2010). Processo de demissão e suas implicações: perspectivas dos gestores e dos colaboradores remanescentes em empresas de médio e grande porte de Getúlio Vargas, RS. *RACI: Revista de administração e ciências contábeis do IDEAU.*, 5(11), 1-16. [https://www.getulio.ideau.com.br/wp-content/files\\_mf/15239879fa505832d81e046f4dbbe62b78\\_1.pdf](https://www.getulio.ideau.com.br/wp-content/files_mf/15239879fa505832d81e046f4dbbe62b78_1.pdf)
- Beer, M., & Spector, B. (1985). *Leituras em gestão de recursos humanos*. Simon e Schuster.
- Bardin, L. (2010). *Análise de conteúdo*. (1977). Edições, 70.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. (1977). Edições 70.
- Bones, R. P. (2017). *Impactos da demissão na percepção dos ex-colaboradores de uma operadora de saúde em Porto Alegre* (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio Grande do Sul). <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/178671>
- Carioca, J. M. G. (2009). *Percepção de justiça organizacional e a identificação de práticas éticas nos processos de demissão* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Ceará). <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/16252>
- Campos, C. C. R. (2011). *Outplacement como ferramenta de gestão de recursos humanos* (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Candido Mendes). [http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias\\_publicadas/B002525.pdf](http://www.avm.edu.br/docpdf/monografias_publicadas/B002525.pdf)
- Dejours, C. (2004). Subjetividade, trabalho e ação. *Production*, 14,(3), 27-34. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132004000300004>
- Duarte, A. C. M. (2015). *"Estão cortando os gastos e é isso aí!": vivências de sofrimento relacionadas ao trabalho e a demissão junto a trabalhadores do setor offshore de macaé-RJ* (Trabalho de conclusão do curso, Universidade Federal Fluminense). <https://sindipetronf.org.br/images/estudos/tcc-versao-final.pdf>
- Fernandes, J. A. T., & Rosa, C. R. D. (2013). O clima organizacional: um conceito motivador para redução do TURNOVER. *Semantic Scholar*, 1(1).
- Gerhardt, T. E., & Silveira, D. T. (2009). *Métodos de pesquisa*. UFRGS.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (6a ed.). Atlas SA.
- Lorentz, C. N. (2017). *Tópicos em gestão de pessoas*. Paisson <https://doi.org/10.5935/978-85-93729-23-2.2018b001>
- Manzini, E. J. (2004). Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. *Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos*, 2(1),58-59.
- Maia, C. & Nyaradi, N. (2005). *Outplacement: a arte de humanizar demissões*. 605-618.
- Sampaio, L. M., Ferreira, R. M., & de Oliveira, B. A. S. (2018). Como o profissional de recursos humanos pode minimizar as reclamações trabalhistas em um cenário de desemprego em crescimento. *Revista gestão empresarial-rge*, 2(1), 1-12.



- Silva, C. Q. Romão, L. S. (2019). *Demissão assistida e empregabilidade* (Trabalho de conclusão de curso, Universidade de Taubaté). <http://repositorio.unitau.br/jspui/handle/20.500.11874/3912>
- Silva, N. M. D. N. (2017). *Demissão responsável: um comparativo entre teoria e realidade prática* (Trabalho de conclusão de curso de Pós-graduação Lato Sensu, Centro Universitário de Brasília). <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/12175>
- Stocker, F., Villar, E. G., Roglio, K. D. D., & Abib, G. (2018). Demissão: Critérios importantes na tomada de decisão dos gestores. *Revista de Administração de Empresas*, 58(2), 116-129. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020180202>
- Souza, J. O., Mascarenhas, M. P., Oliveira, M. F. de, Santos, N. D. F., & Marçal, S. A. (2019). O impacto da demissão e a dificuldade de recolocação no mercado de trabalho na vida do trabalhador. *LIBERTAS: Revista De Ciências Sociais Aplicadas*, 8(1), 141-152.
- Souza, D. H. D. (2020). *Como a equidade racial está sendo implementada na formação em saúde?: pesquisa-intervenção nos cursos de graduação em Saúde Coletiva, Enfermagem e Medicina da Universidade de Brasília* (Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília). <https://repositorio.unb.br/handle/10482/40838>
- Sousa, J. R., & Santos, S. C. M. (2020). Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer. *Pesquisa e Debate em Educação*, 10(2), 1396-1416.
- Santos, A. A. P. (2021). *Outplacement e sucesso na carreira-um estudo qualitativo sobre a perspectiva dos participantes* (Dissertação de mestrado, Universidade do Porto). <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/134757/2/482142.pdf>
- Taranto, B. D. C. (2018). *O tabu da demissão no Brasil: qual é o custo de não demitir?* (Dissertação de mestrado, Fundação Getúlio Vargas). <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/26012/Dissertac%cc%a7a%cc%83o%20final%20Beatriz%20Taranto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- Zampieron, T., de Almeida, E. C., Tolfo, F. T., & Caregnatto, M. I. M. (2018, November). *Impactos Organizacionais no Processo de Demissão: Cortes de Profissionais em Indústrias Metalúrgicas em Caxias do Sul-RS*. In XVIII Mostra de Iniciação Científica, Pós-graduação, Pesquisa e Extensão.

